

**Universidad Nacional de Misiones. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Secretaría de Investigación y Postgrado. Doctorado en Antropología Social**

Doctorando  
***Iara Aquino Henn***

**Atores de Conhecimento e Intervenção:  
*a Construção Social da Agricultura Ecológica***

**Tesis de Maestría presentada para obtener el título de “Magíster en Antropología Social”**

“Este documento es resultado del financiamiento otorgado por el Estado Nacional, por lo tanto, queda sujeto al cumplimiento de la Ley N° 26.899”.

Directora  
***Dra. Gabriela Schiavoni***

**Posadas, Misiones, 2011**



Esta obra está licenciado bajo Licencia Creative Commons (CC) Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional. <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Universidad Nacional de Misiones (UNaM)  
Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales  
Doctorado en Antropología Social

## Atores de Conhecimento e Intervenção: a Construção Social da Agricultura Ecológica



Iara Aquino Henn

Diretora: Dra. Gabriela Schiavoni

2011

Universidad Nacional de Misiones (UNaM)  
Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales  
Doctorado en Antropología Social

**Atores de Conhecimento e Intervenção: a  
Construção Social da Agricultura Ecológica**

Iara Aquino Henn

2011

# **Atores de Conhecimento e Intervenção: a Construção Social da Agricultura Ecológica**

Iara Aquino Henn

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Postgrado en Antropología Social de la Universidad Nacional de Misiones – (UNaM), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doctora en Antropología Social

Directora: Dra. Gabriela Schiavoni

Posadas - Misiones

Agosto de 2011



*Ao Armando e aos que tornam meus dias  
especiais com o brilho de seus olhares e a  
alegria de seus sorrisos...*

*Tainá, Tales e Mariah*

## **Agradecimentos**

Etnografias são também tessituras que se tramam por muitas mãos. São emaranhados de fios fotografados do campo, vozes múltiplas que ecoam em sintonias diversas, descrevendo itinerários, consensos e contradições, discursando tramas e fatos, evidenciando narrativas, processos e eventos. Como diria Viveiros de Castro, se pretendemos a Ciência, esta é um estudo de um universo coletivo, para ser apenas mais um ponto de vista a ser colocado em debate. Esperamos contribuir neste sentido.

Agradecemos a oportunidade de “ser” e de também estar fazendo parte desse campo etnográfico, desta trama que tanto conhecemos, quanto aprendemos, ou seja, um domínio que não se separa do outro.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Bolsas de Nível Superior (CAPES) nosso agradecimento por oportunizar a dedicação exclusiva a esta investigação. Sem este auxílio financeiro teria sido impossível conciliar as responsabilidades múltiplas da vida com o exercício intelectual.

Nossa admiração e agradecimento especial aos interlocutores/as: agricultores/as, mediadores/as, lideranças, dirigentes, mulheres feirantes de Ampére/PR e Francisco Beltrão/PR e “jovens” do Campo, não apenas pelas informações e diálogos, mas pela convivência e hospitalidade com que sempre nos receberam e contribuíram. É fato, compartilho da alegria de ter apreendido formas de vida como as suas.

À orientadora Doutora Gabriela Schiavoni, nossa admiração e gratidão, pelo apoio, incentivo e principalmente pela liberdade que conduziu o trabalho, debatendo e aprofundando estudos. A orientação teve este caráter de crescimento intelectual.

Nosso agradecimento carinhoso ao Diretor do Curso, Doutor Leopoldo Bartolomé, pelo apoio e incentivo incansável, além de sua “paciência” mediada pela sabedoria de uma pessoa que acumula “experiência de vida”. E faz da antropologia o vivido. Estendo meu apreço, admiração a todos os professores e professoras, equipe de secretaria pelas aprendizagens e interações possíveis.

Existem também aquelas pessoas que nem os agradecimentos são suficientes para expressar a importância de estarem ao nosso lado apoiando, compreendendo e contribuindo diante da tarefa de conjugar nossos distintos papéis sociais. A família de convivência: meu marido Armando, meus filhos Tainá, Tales e Mariah, meu pai Jair.

Ao Armando agradecimento especial pela paciência e apoio incondicional na vida e neste trabalho. Companheiro paciente e amoroso! Obrigado não traduz o reconhecimento por ter alguém que nos incentiva todos os dias ao exercício intelectual, considerando e compreendendo a necessidade de ausências no cotidiano nas outras dimensões da vida...

Quero estender este agradecimento, de coração, a alguém que me ensinou quase tudo na vida, inclusive a acreditar que sou capaz, minha mãe adotiva – a *Vó Tia Fia*, como a chamamos, carinhosamente. Foi a primeira pessoa que me ensinou a ler as letras e o mundo. Nunca esquecerei alegria deste dia quando decifrei a primeira palavra num “almanaque de farmácia”. Começara neste momento, o gosto pela “pesquisa”. Aos quase oitenta anos, incansavelmente se preocupou com esta etapa que estou concluindo. Com quem aprendi que sempre vale a pena a persistência e a luta por dias melhores! Obrigada é pouco, mas é digno dizer que para algumas pessoas devemos a vida e o quão tornam esta vida mais vivida.

Meus irmãos e irmãs, em especial a Mara, a minha afilhada Tamara, minha prima Elisângela e o Elton, seu esposo, minha Tia Joraci. Estendo também um agradecimento especial a Dona Olívia, Seu Willibaldo, pais do Armando, a Marlene, o Tarcísio e seus filhos pelo carinho com quem contamos nesta fase da vida. Enfim, mesmo não nominando aqui todos e todas que nos são importantes, este agradecimento se estende as outras pessoas da família que em outros momentos estiveram próximos e que de alguma maneira manifestaram contribuíram para que alcançássemos este objetivo.

À direção, equipe e associados/as da Assesoar, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Rede Ecovida de Agroecologia Núcleo Sudoeste/PR, Capa/Verê, Unicafes/PR, Central Cresol Baser, Infocos, Cresol Base Sudoeste, Cresol Verê, Cresol Dois Vizinhos e demais Cooperativas de Interação Solidária, Via Campesina, entre outras Entidades e Movimentos Sociais da Agricultura Campesina, Ecológica e Familiar pelo apoio e “portas abertas”. Como forma de retribuição, desde já manifestamos nossa disposição em socializar este estudo como mais uma entre as contribuições que dialogam com a categoria da agricultura ecológica e o que as enreda.

Agradecer é apenas uma forma de reconhecimento daqueles que contribuíram de alguma forma durante este estudo, seja conversando, sugerindo, lendo textos, “corrigindo”, conferindo, problematizando, ratificando. Assim, nosso agradecimento também se estende às seguintes pessoas:

Brígida Renoldi com quem dividimos espaços vividos em Posadas e com quem muito aprendemos...

Professor Arno Vogel, pelas aprendizagens sobre antropologia...

Elza Maria Fonseca Falckembach e Ingride Mundstock Bozzetto, orientadoras de trabalhos acadêmicos com quem aprendi “escrever”. Problematizadoras de aprendizagens sempre incentivando ir adiante...

Tainá Aquino Henn, minha filha, sua amiga Bárbara Mottin Santos e meu irmão Jhonatan Bonardi Ribas pela contribuição na conferência das referências bibliográficas...

Carla Coloniese, amiga do coração, pela “correção” textual, apoio e incentivo...

Sidemar Presotto Nunes, Serinei César Grígolo e Celso Eduardo Ramos, professores da UTFPR, Campus Dois Vizinhos pelos diálogos e construções...

Assis do Couto, sua esposa Maria e sua filha Ana Maria, pelas lições de vida, palavras de apoio, que como protagonistas da Agricultura Familiar e suas transformações, contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa...

Gerson Preilipper, Ari de David, Dirceu Basso, Mareli Graupe, Clélia Eidt pelos debates e leituras...

Danielli Batistella pelos momentos de convivência, fortalecendo esta amizade e, claro, pela elaboração dos mapas e croquis, disposição de alguém que atenciosamente se dedicou as minúcias do extenso trabalho...

Sônia Faust, amiga, pela paciência e o carinhoso trabalho de digitalizar a rede etnográfica...

Ao Paulo Rogério Mendonça, bibliotecário da UTFPR, Campus Francisco Beltrão pelos ajustes nas referências bibliográficas...

Janete Fabro e Fábila Tonini pelas calorosas conversas e problematizações sobre agroecologia, sempre agregando algo mais no nosso cotidiano exercício intelectual da investigação...

Adão dos Santos e Ivanete dos Santos e seus lindos filhos Mariana, Maria Rita, Manuel e Henrique, pela amizade e pelo carinho com que sempre nos acolheram em sua casa, nas inúmeras vezes que precisamos de amparo “logístico”...

Vanderley Ziger, Nádia Scariot e Janete Jarczeski pela amizade e apoios distintos em momentos diferentes. Amigo e amigas de “ouro” para “guardar no lado esquerdo do peito”, com os quais temos uma relação de cumplicidade.

A todos e todas, nosso sincero obrigada e o desejo de que possamos continuar trilhando o caminho da amizade e dos saberes.

## RESUMO

Atores de conhecimento e intervenção: a construção social da agricultura ecológica

Iara Aquino Henn

Diretora: Dr<sup>a</sup>. Gabriela Schiavoni

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social de la Universidad Nacional de Misiones – (UNaM), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Esta investigação descreve a construção da rede social e técnica da agricultura ecológica no Sudoeste do Paraná, dos itinerários dos agricultores/as campesinos/as e familiares. Analisa-se a constituição de *projetos de vida* e de desenvolvimento social adversos às formas impostas pela agricultura de racionalidade moderna conservadora. Empreendemos esforços para analisar a agricultura ecológica como categoria de pensamento a partir de sua substancialidade, nas leituras das tensões, contradições e avanços, tanto nos espaços dos grupos familiares quanto nos processos sociais e de organização. Em movimentos dinâmicos, nos processos e eventos festivos, contestatórios, pedagógicos, organizativos, que na perspectiva de Bruno Latour constituem uma rede sócio-técnica de construções de conhecimentos que vai “endurecendo” à medida que se faz e se reflete a agroecologia. A emergência desta categoria social está situada nos percursos de atores humanos, artefatos, “coisas”, e fatos no Território Sudoeste do Paraná, “enredados” na agricultura ecológica e lutas sócio-políticas junto às Entidades, Organizações, Movimentos Sociais e Cooperativas do Ramo Solidário – *coletivos políticos*. Desde a Revolta dos Colonos pela posse da terra e as pelejas para nela “ficar” em vista da reprodução social, a vida campesina e cultura local, bem como, a construção de formas de sustentabilidade social e econômica, emergiram como fios condutores deste estudo. Por meio das narrativas de vida de agricultores/as ecológicos/as, entrevistas com mediadores/as, dirigentes/lideranças, egressos de processos de estudo e participação em reuniões, fóruns, intercâmbios de estudo e eventos festivos, observamos e problematizamos: primeiro as dinâmicas internas da *unidade de produção e vida familiar (UPVF)*, no qual a terra não é apenas espaço de mercantilização, mas de vida e de construções sociais/culturais *multidimensionais*, onde se constituem os *projetos de vida* em outras relações de gênero, de geração e participação dos grupos familiares em estudos e ações organizativas; segundo, as relações e percepções destes atores da UPVF e dos *coletivos políticos* com os espaços e dinâmicas externas, mediadas por lutas na ampliação das tecnologias, das relações distintas de trabalho, do acesso e participação na pesquisa, das formas de comercialização, da geração de renda, dos financiamentos de crédito, como aspectos cruciais no “endurecimento” desta rede e suas relações com as políticas públicas. E, por fim analisamos as Festas das Sementes e Jornadas de Agroecologia como “eventos rituais” que atuam na transformação de uma ordem social e não de sua manutenção, como acontecimentos que colocam assento no que é “dito” e “feito” nas UPVFs - laboratórios de conhecimentos sócio-técnicos da rede - que no conjunto da reunião de atores e suas manifestações como marchas, danças, místicas, símbolos, bandeiras e músicas são “endurecidos” e colocados em evidência, chamando a sociedade em geral para participar das lutas sociais, dentre estas, a agroecologia que abriga diversidades sociais, políticas e culturais, num modo distinto de “ser” e “fazer” na sociedade.

1. Agricultura Ecológica. 2. Projeto de Vida. 3. Desenvolvimento Social. 4. Conhecimento. 5. Campesinato. 6. Agricultura Familiar.

## RESUMEN

Actores de conocimiento e intervención: la construcción social de la agricultura ecológica

Iara Aquino Henn

Directora: Dr<sup>a</sup>. Gabriela Schiavoni

Resumen de la Tesis de Doctorado a ser presentada en el Programa de Postgrado en Antropología Social de la Universidad Nacional de Misiones – (UNaM), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, como parte de los requisitos necesarios para la obtención del título de Doctora en Antropología Social.

Esta investigación describe la construcción de la red social y técnica de la agricultura ecológica en el sudoeste del estado de Paraná (Br.), a través del itinerario de agricultores/as campesinos/as y familiares. Se analiza la constitución de *proyectos de vida* y desarrollo social en contraposición a las formas impuestas por la agricultura de la modernización conservadora. Se procura analizar la agricultura ecológica como una categoría de pensamiento en términos sustantivos, a partir de la lectura de las ‘tensiones’, contradicciones y avances, tanto en los espacios de los grupos familiares como en los procesos sociales y de organización. En acciones dinámicas, a través de los procesos y eventos festivos, contestatarios, pedagógicos, organizativos, se constituye, de acuerdo a la perspectiva de Bruno Latour, una red sociotécnica de conocimiento que se va ‘endureciendo’ a medida que la agroecología se hace y se reflexiona. La emergencia de esta categoría social se sitúa en los recorridos de actores humanos, artefactos, ‘cosas’, llevados a cabo en el territorio del sudoeste de Paraná, ‘enredados’ en la agricultura ecológica y las luchas socio-políticas junto a entidades-*colectivos políticos*—, tales como organizaciones, movimientos sociales y cooperativas. Desde la Revuelta de los Colonos por la posesión de la tierra y las luchas para permanecer en ella con miras a la reproducción social, emergieron como hilos conductores de este estudio la vida campesina y la cultura local, así como, la construcción de formas de sustentabilidad social y económica. A través de los relatos biográficos de los agricultores/as ecológicos/as, de las entrevistas con mediadores/as, dirigentes y líderes, salidos de los procesos de estudio y participación en reuniones, foros, intercambios educativos y eventos festivos, observamos y problematizamos: en primer lugar, las dinámicas internas de la unidad de producción y vida familiar (UPVF), en el que la tierra no está concebida como mercancía sino como un espacio de vida y construcciones sociales y culturales *multidimensionales*, donde se elaboran los *proyectos de vida* de acuerdo a otras relaciones de género y otro vínculo entre las generaciones y la participación de los grupos familiares en procesos educativos y acciones organizativas. En segundo lugar, observamos y problematizamos los vínculos y percepciones de la UPVF y los *colectivos políticos* con los espacios y dinámicas externas, a través de la lucha por la ampliación de las tecnologías, relaciones de trabajo diferentes, acceso y la participación en la investigación, formas de comercialización y generación de ingresos, financiamiento a través del crédito, como aspectos cruciales del ‘endurecimiento’ de esta red y sus relaciones con las políticas públicas. Finalmente, analizamos las Fiestas de la Semilla y las Jornadas de Agroecología como ‘eventos rituales’ que actúan en la transformación de un orden social, como acontecimientos que enfatizan los que es ‘dicho’ y ‘hecho’ en las UPVFs, en tanto laboratorios de la red sociotécnica de conocimiento que intervienen en el ‘endurecimiento’ a través de reuniones y manifestaciones, tales como marchas, danzas, mística, símbolos, banderas y música. Estas actividades ponen en evidencia y conviencan a la sociedad en general a participar en las luchas sociales, entre estas, la agroecología que cobija diversidades sociales, políticas y culturales, en un modo distinto de ‘ser’ y ‘hacer’ en la sociedad.

1. Agricultura Ecológica. 2. Proyecto de Vida. 3. Desarrollo Social. 4. Conocimiento. 5. Campesinado. 6. Agricultura Familiar.

## ABSTRAC

Actors of knowledge and intervention: the social construction of ecological agriculture

Iara Aquino Henn

Director: Dr<sup>a</sup>. Gabriela Schiavoni

Abstract of the Doctoral Thesis submitted to the Post Graduation program on Social Anthropology at Universidad Nacional de Misiones – (UNaM), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, as a part of the requirements for obtaining the Doctor's Degree on Social Anthropology.

This investigation describes the construction of the social and technical net of ecological agriculture in Southwest Paraná, the peasantry and families' itineraries. There is an analysis on the constitution of *life projects* and social development opposing the ways imposed by conservative agriculture and modern rationality. A meaningful effort was made to analyze the ecological agriculture as a category of thought towards its substantiality, reading the "tensions", contradictions and advancements, either in family or social environment. In dynamic movements, along contestatory, pedagogical, organizational festive processes and events, which in Bruno Latour's perspective constitute a socio-technical network of knowledge construction that gradually "hardens" and reflects the agroecology. The emergency of this social category is situated on the route of human actors, artifacts, "things", and facts in Southwest Paraná, "tied" in ecological agriculture and in socio-political fights along Entities, Organizations, Social Movements and the Solidarity Field Cooperatives – *political collectives*. Since the Settlers' Revolt for land possession and wars to "stay" in it aiming social reproduction, life in the country and its culture as well as the construction of ways for getting social and economical sustainability, emerged as conductors of this study. Through ecological farmers' life histories, interviews with mediators, leaders, graduates of the study process and participation in meetings, conferences, study interchange and festive events, we observed and pictured the problem: first the internal dynamics of the unit of production and family life (UPFL), in which the land is not only a space for marketing, but also for life and social/cultural *multidimensional* constructions, where *life projects* are constituted in other relations of genre, generation and participation of families in studies and organizational deeds; second, relations and perceptions these actors had about UPFL and the *political collectives* with the external space and dynamics, mediated by fights on technological broadening, distinct work relations, the access and participation in researches, forms of commerce, income generation, credit leasing, as crucial aspects on the "hardening process" of this network and its relations with public policies. Finally we analyzed the Seeds Feasts and the Agroecological Journey as "ritual events" that act on the transformation of a social order and not on its maintenance, like events that stress on what is "said" and "done" in the UPFL's – laboratories of socio-technical knowledge of the network – that "harden" in actors' reunions and manifestations like marches, dances, mystical feasts, symbols, flags and songs the same way they are put in evidence, calling society to participate in social fights, among these, the agroecology that comprehends social, political and cultural diversities, in a special way of "being" and "doing" in society.

1. Ecological Agriculture. 2. Life Project. 3. Social Development. 4. Knowledge. 5. Peasantry 6. Family Farming.



## **Lista de Anexos**

### **Anexo 1 - Mapas**

Mapa 1 - Território Sudoeste do Paraná/Brasil	501
Mapa 2 - Localização dos Interlocutores/as do Campo Etnográfico	502
Mapa 3 - Entidades do Campo Etnográfico no Território Sudoeste/PR	503
Mapa 4 - Canais de Comercialização do Sr. Adir e da Sra. Sirlei no Município	504
Mapa 5 - Canais de Comercialização em Francisco Beltrão	505
Mapa 6 - Número de Agricultores/as Certificados por Sistemas Participativos de Garantia	506
Mapa 7 - Agricultores/as Orgânicos/as no Território Sudoeste do Paraná	507

### **Anexo 2 - Croquis**

Croqui 1 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice	508
Croqui 2 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Adir e Sra. Sirlei	509
Croqui 3 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Tobias e Sra. Josefina	510
Croqui 4 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Tobias e Sra. Josefina	511
Croqui 5 - Exemplo de Croqui de Agrofloresta Assesoar	512

### **Anexo 3 - Fluxogramas**

Fluxograma 1 Fluxos do Campo Etnográfico	513
Fluxograma 2 - Rede Ecovida de Agroecologia Núcleo Sudoeste do Paraná	514

## **Anexo 4 - Cartaz da Festa das Sementes**

Cartaz 1 - Cartaz da VIII Festa das Sementes 515

## **Anexo 5 – Lista**

Lista 1 – Participação em Reuniões, Seminários, Intercâmbios, Visitas 516

## Créditos Fotográficos

Fotografia 1 - UPVF do Sr. Darci. Iara Aquino Henn, 2009	172
Fotografia 2 - Esterqueira na UPVF da Sra. Isabel. Iara Aquino Henn, 2009	178
Fotografia 3 - Agrofloresta na UPVF da Sra. Isabel. Iara Aquino Henn, 2009	182
Fotografia 4 - Sistema de Irrigação na UPVF da Sra. Izolete. Iara Aquino Henn, 2009	202
Fotografia 5 - Lavador de Tubérculos na UPVF da Sra. Izolete. Iara Aquino Henn, 2009	203
Fotografia 6 - Fruticultura na UPVF Sra. Izolete. Iara Aquino Henn, 2009	205
Fotografia 7 - Cobertura de Solo na UPVF do Sr. Darci. Iara Aquino Henn, 2009	210
Fotografia 8 - Pêssegos Ecológicos na UPVF do Sr. Sérgio. Iara Aquino Henn, 2009	238
Fotografia 9 - Feira Livre Ecológica de Francisco Beltrão/PR. Assesoar, 2008	249
Fotografia 10 - Transporte de Cana-de-açúcar. Iara Aquino Henn, 2009	261
Fotografia 11 - Feira Livre em Ampére/PR. Iara Aquino Henn, 2009	265
Fotografia 12 - Agroindústria de Sucos APROVIVE. Iara Aquino Henn, 2009	276
Fotografia 13 - Partilha de Sementes. Assesoar, 2008	402
Fotografia 14 - Símbolos da Mística. Assesoar, 2008	408
Fotografia 15 - Participante da V Festa das Sementes. Iara Aquino Henn, 2008	412
Fotografia 16 - Partilha das Sementes. Assesoar, 2008	413
Fotografia 17 - Cultivo de Groselha para Sementes. Iara Aquino Henn, 2009	421
Fotografia 18 - Sementes Crioulas. Iara Aquino Henn, 2010	423
Fotografia 19 -VIII Jornada de Agroecologia e VI Festa das Sementes. Joka Madruga, 2009	429
Fotografia 20 - Marcha na IX Jornada de Agroecologia em Francisco Beltrão. Assesoar, 2010	440

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Esquema Projeto de Vida	93
Figura 2 - Esquema das Dimensões do Projeto de Vida	95
Figura 3 - Projeto Municipal de Desenvolvimento - PMD	96

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Demonstrativo da Economia Familiar na UPVF do Sr. Gilson	317
Quadro 2 - Área de Terra e Regime de Gestão nas UPVFs	329
Quadro 3 - Lista de Oficinas da V Festa das Sementes	414

## **Lista de Siglas**

ACDC - Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito

ACESI - Associação do Centro de Educação Sindical

ANA - Associação Nacional de Agroecologia

ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

APAVE - Associação dos Produtores Agroecológicos do Verê

APROVIVE - Associação dos Vitivinicultores de Verê

ARCAFAR - Associação Regional das Casas Familiares Rurais

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CBU - Convenção sobre Biodiversidade Ecológica

CCA - Cooperativa Central da Reforma Agrária/PR

CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina

CENTRAL CRESOL BASER – Uma das Cooperativas Centrais do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CEPAL - Comisión Económica para América y el Caribe

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupos com atuação no Estado de Santa Catarina

CITLA - Clevelândia Industrial Territorial Ltda

CLADES - Centro Latino Americano de Desarrollo Sustentable

CLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPMS - Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar

COOPERIGUAÇU - Cooperativa de Prestação de Serviços

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

ECAS - Escolas Comunitárias de Agricultores

ECASIB - Escola Comunitária de Agricultores Silvino e Bia

ECASIG - Escola Comunitária de Agricultores Silvino Grandó

ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENA - Encontro Nacional de Agroecologia

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FETRAF/SUL - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul

FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa

GETERR - Grupo de Estudos Territoriais

GSP - Grupos de Gestão de Sistemas Produtivos

IAF - Inter - American Foundation

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR - Instituto Agronômico do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFIBE - Instituto Superior de Filosofia Berthier

IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements

IFPR - Instituto Federal do Paraná

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
JAC - Juventude Agrária Católica  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MCR - Manual do Crédito Rural  
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MISEREOR - Organização Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação ao Desenvolvimento  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas  
MPA - Ministério da Pesca e Agricultura  
MST - Movimento Sem Terra  
OCS - Organização de Controle Social  
ONGs - Organizações não Governamentais  
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PMD - Projeto Municipal de Desenvolvimento  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PVR - Projeto Vida na Roça  
SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário  
SDT/MDA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrária  
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar  
SBSP - Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção  
SIF - Serviço de Inspeção Federal  
SIM - Serviço de Inspeção Municipal  
SIP - Serviço de Inspeção de Produtos



SISBI/POA - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal  
SISCLAF - Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária  
SISCOOPAFI - Sistema de Cooperativas de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UFFS - Universidade Federal Fronteira Sul  
UFGD - Universidade Federal do Grande Dourados/MS  
UFMA - Universidade Federal do Maranhão  
UFPR - Universidade Federal do Paraná.  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNAM - Universidade Nacional Autónoma de México  
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária  
UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UNIRCOOP - Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associativismos  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UPF - Universidade de Passo Fundo/RS  
UPVF - Unidade de Produção e Vida Familiar  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
Agricultura Ecológica: categoria em construção .....	28
Do texto etnográfico .....	35
<b>I Agricultura Ecológica: tecendo os primeiros fios da Rede.....</b>	<b>47</b>
O Sudoeste da Revolta dos Colonos.....	48
O Sudoeste das Lutas Sociais .....	55
Os processos sociais de educação e de organização.....	63
Do contexto que emerge o processo social.....	69
Reafirmando o projeto social .....	77
Projeto de Vida: o lugar da agroecologia .....	86
Projetos Municipais: reafirmando o processo social da agricultura ecológica.....	92
Os desafios da agricultura ecológica .....	98
A mediação nos processos sociais.....	102
<b>II “Agroecologia enquanto se faz” .....</b>	<b>109</b>
“Observando e fazendo, fazendo e observando...” (Sr.Tobias) .....	112
Ele disse: “_ Estudem para vocês poderem morar na agricultura, mas terem uma vida melhor” (Sr. Gildo).....	123
Histórias narradas por mulheres: o “antes” e o “depois” da agroecologia .....	137
As transformações no ser mulher na agricultura ecológica.....	141
Da rotina de trabalhos as reorganizações dos tempos e atividades .....	145
Os significados dos <i>Projetos de Vida</i> para os jovens .....	157
Da transição do cultivo de fumo para o projeto da agrofloresta: um período de dilemas? .....	160
Trabalho, renda e lazer... “Coisas” de jovem .....	162
<b>III “Eles falam, comentam, mas o que ele faz? Não faz nada, deixa a terra ‘1virar em mato’: imagens e percepções do fazer na agricultura ecológica (Sr. Darci) .....</b>	<b>171</b>
Tensões e contradições: “ <i>roça limpa</i> ” e “ <i>não limpa</i> ”! .....	174
Estratégias de produção e de trabalho .....	191
“[...] vai estudar porque o futuro na roça, dependendo muito dos insumos e com custo alto, não é viável” (mãe do Juliano).....	192
“O serviço seria igual e o benefício bem maior no orgânico do que com o químico [...]” (Sra. Izolete Cagnini).....	198
Roça “ <i>limpa</i> ” e “ <i>não limpa</i> ”: tensões e conflitos no modo de fazer a agricultura.....	206
Reinventando tecnologias .....	218
“A agroecologia se propõe a uma releitura das relações do trabalho, do mundo da produção, das relações entre pessoas e natureza.” (Sra. Janete).....	224
<b>IV As tensões e estratégias na comercialização da produção ecológica.....</b>	<b>231</b>
As feiras livres ecológicas .....	239
Um espaço específico para a comercialização dos produtos ecológicos? .....	248

Da venda de porta em porta: a experiência de um grupo familiar .....	258
Venda institucional.....	274
A experiência da Associação dos Agricultores Agroecológicos de Verê – APAVE ...	274
Certificação Participativa.....	291
Visita à UPVF para a certificação: ervas medicinais ecológicas .....	299
<b>V A geração de renda aos investimentos de crédito e agroecologia.....</b>	<b>305</b>
“Volta pra roça? Mas nós tinha que pelo menos ter um produto, pra ter uma renda mensal...” (Sr. Gilson) .....	312
“O colono que morar na roça e não produzir a <i>bóia</i> tem que ir fazer outra coisa na vida...” (Sr. Aores).....	319
Crédito é investimento social? .....	352
“É mais o pai que cuida, porque o pai sempre foi um bom agricultor”: uma experiência de <i>projeto de vida</i> na relação com o crédito .....	368
Crédito, assistência técnica e pesquisa: de quem é a responsabilidade? .....	376
<b>VI “Endurecimento das Redes”: as Festas das Sementes e as Jornadas de Agroecologia .....</b>	<b>386</b>
Sementes Crioulas: símbolo da reprodução da vida.....	394
A festa: espaço de reflexão e partilha .....	401
Na partilha da festa: a semente e o alimento!.....	406
“O agricultor da nossa região tem um laboratório dentro da unidade familiar” (Sr. Vanderley) .....	415
As Jornadas de Agroecologia.....	425
As delegações .....	430
<i>Abertura</i> : Mística: semeando agroecologia .....	434
A Marcha pela Agroecologia .....	438
Conferências, seminários, depoimentos e oficinas .....	442
Encerramento: a carta .....	449
<b>Conclusão.....</b>	<b>459</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>484</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>501</b>

## Introdução

“A agricultura é arte de cultivar o sol”<sup>1</sup>

A problemática que constitui esta investigação é decorrente da participação cotidiana nos espaços das Entidades, Organizações e Movimentos Sociais do Sudoeste do Paraná, (Anexo 1, Mapa 1) desde o ano de 2005, sendo que deste percurso se originaram estudos anteriores<sup>2</sup>, os quais se desdobram e se ampliam durante a pesquisa. Nosso primeiro contato com o campo etnográfico (ver anexo 3, fluxograma 1) que envolve diretamente a agroecologia e educação foi na ocasião de uma entrevista de trabalho na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) (Anexo 1, Mapa 3), para atuar na coordenação do Curso Pós-médio e Técnico em Agroecologia, mas devido a circunstâncias pessoais não nos integramos à entidade. Quem nos apresentou a proposta do curso e seu funcionamento foi um dos diretores e mediadores/a que estavam integrados ao trabalho e haviam assumido as funções, inclusive, da coordenação, pois a pessoa responsável havia saído para estudos. Chamou a atenção da pesquisadora (na época concluindo uma investigação sobre Educação de Jovens e Adultos) os vínculos pedagógicos e organizativos que arrolavam o projeto da Entidade na relação com a agricultura, aliando estudos e proposições situados num projeto de desenvolvimento social.

Durante o diálogo com o Sr. Serinei e a Sra. Janete, mediador/a, fomos compreendendo que o curso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia era resultante, em sua organização, de outros processos sociais de educação e de organização na região, os quais problematizavam as formas de fazer a agricultura, no que se refere ao uso das sementes e insumos sintéticos, da destruição de recursos naturais e da exploração social alusiva ao trabalho, apropriação de capital e da dependência externa por parte de agricultores/as. Um primeiro questionamento emitido para nós mesmos foi se essas experiências dariam conta de constituir com os atores

---

<sup>1</sup> Provérbio Chinês, disponível na página da Rede Ecovida para se referir à agroecologia. <http://www.ecovida.org.br/>

<sup>2</sup> Estudo “Sou outra mulher!” Estratégias de re-produção e re-significação na trajetória das agricultor@s em Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná (HENN, 2010a); Processos sociais e educativos: a experiência dos agricultores e agricultoras agroecológicos/as (HENN, 2010b); A prática da comercialização nas feiras: experiências de agricultores e agricultoras familiares agroecológicos (HENN et al., 2009).

um *projeto de vida*<sup>3</sup> e projetos de desenvolvimento que se nomeava por agroecologia, como aparecia demarcado nos relatos. Em outras palavras, se na participação destes processos os agricultores/as conseguiriam fazer transformações sociais para além das unidades familiares.

À medida que seguia o relato, fomos construindo as primeiras percepções de um processo que alia tempos e espaços distintos para possibilitar aos agricultores/as modificar sua experiência e sobre esta refletir, num mesmo movimento. Nesse momento, nosso estranhamento com o contexto etnográfico era incipiente e decorria apenas das reflexões, referentes às investigações anteriores, dos conhecimentos dos processos que pretendem fazer emergir outra realidade e que sofrem com as investidas latentes do modelo de sociedade que tenta moldar relações, instituições e formas de vida. E que as transformações são micros e incidem na vida cotidiana, mas têm dificuldades de avançar nas mudanças em relação aos questionamentos que se faz sobre a distribuição dos meios de produção, da exploração pelos mercados financeiros e das hegemonias construídas pelos domínios relacionados aos complexos agroindustriais e comerciais em geral.

Entretanto, as tensões que posteriormente configuram e imprimem nossas percepções, inclusive para apontar caminhos no campo etnográfico, vivenciamos em 2006, ocasião em que já estávamos morando na região, durante um seminário do cooperativismo de crédito com interação solidária - Cresol. Desde a sua preparação até o encerramento do evento, passamos a observar alguns conflitos que se explicitavam nos discursos de defesa ou de contestação, em prol do objeto em debate. Este se referia aos modelos de agricultura que estavam sendo financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Governo Federal, criado em 1995 com o propósito de fortalecer a Agricultura Familiar. Participaram do evento os diretores/as das cooperativas do Sistema Cresol, que no seu município, juntamente com uma equipe de técnicos/as, conselheiros/as e outros diretores/as liberados, são os responsáveis pela liberação do crédito, mediante um projeto que o agricultor/a desenvolverá em sua *propriedade*<sup>4</sup>, ou seja, na unidade de produção e vida

---

<sup>3</sup> Todas as categorias nativas serão escritas em *itálico*.

<sup>4</sup> Esta categoria aparecia nas falas dos diretores/as da Cresol. Somente mais tarde, quando entramos em contato com outras entidades e processos de educação mais longos, evidenciamos outra categoria denominada Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF). Ambas remetem ao lugar e ao espaço onde os agricultores/as vivem e produzem, mas diferenciam-se nas falas dos agricultores/as e mediadores/as pelo que representam: a primeira significa apenas um espaço de produção, além de expressar ou estar associada ao projeto da *agricultura convencional*; a segunda cunhado nos processos educativos, mais especificamente a partir da turma das Escolas Comunitárias (ECAS), em 1991, no município de Salgado Filho, para referir-se a este espaço no sentido *multidimensional*, a partir do qual se propunha também os projetos de desenvolvimento nestes mesmos processos. UPVF se distingue da categoria *propriedade*, onde apenas se produz e a *priori* aparece isento de conflitos e de relações múltiplas. UPVF significa um espaço permeado por distintas dimensões da vida: trabalho,

familiar, a UPVF – categoria cunhada nos processos sociais que descartam a noção da terra como mero meio de mercantilização, mas espaço de produção e vivências – *projeto de vida*. Os discursos se deslocavam ora em torno da necessidade de construir projetos com produções que não fossem baseadas na racionalidade dos monocultivos de grãos e uso intenso de agroquímicos, ora a conversa girava em torno dos riscos em inovar com outras culturas e formas de produzir, classificadas como *alternativas*. O diretor presidente da Central Cresol Baser propôs como meta para aquele plano safra (pois, se tratava de um seminário de abertura do plano) alocar vinte por cento (20%) dos valores para financiar projetos focados no plantio de culturas diversas, como hortaliças, fruticultura, cultivos com sementes crioulas, adubação e tecnologias orgânica ou agroecológicas, como forma de impulsionar mudanças na realidade da agricultura. Todavia, estas defesas e apelos eram contextualizados num plano que deveria privilegiar um *desenvolvimento sustentável*.

O silêncio somente foi quebrado com a abertura do debate, quando agricultores/as, lideranças<sup>5</sup>, mediadores/as<sup>6</sup> e educadores/as<sup>7</sup> se posicionaram a respeito do tema em questão. Entre as manifestações, um agricultor pediu a palavra, levantou-se e em tom de discurso contestatório defendeu que a agroecologia não poderia ser pensada apenas como uma forma de produção. Ou seja, que algumas medidas de *redução de custos* na produção, cultivos com sementes crioulas ou insumos biológicos na substituição de fertilizantes químicos, não seria a solução. E referiu-se a mesma como outro *projeto de vida* e de sociedade, citando alguns exemplos de unidades familiares que estão organizadas neste sistema. Geravam-se, a partir deste contexto etnográfico, as primeiras percepções de que havia um conflito entre medidas/ações que se encaminhavam em direção à agroecologia na produção e constituição de *projeto de vida* que avançava em outros aspectos, inclusive sociais, como demarcou o interlocutor.

---

lazer, educação, produção, renda, cultura, entre outros. Estão inscritas na classificação polar que denomina Hertz (1980) no campo religioso, todavia, neste caso são polaridades no processo social em curso.

<sup>5</sup> Quando nos referimos às lideranças, estamos falando dos agricultores/as que de alguma forma atuam nas entidades, seja como Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDCs), diretores/as ou conselheiros das entidades, pois todas elas têm sua gestão feita diretamente por agricultores/as num sistema de direção executiva – aquelas pessoas liberadas para o trabalho diário da cooperativa, do sindicato ou da Assesoar. Os conselhos são agricultores/as que se reúnem sistematicamente para debater e deliberar algumas questões, enquanto que a assembleia dos associados/as tem poder de decisão máxima.

<sup>6</sup> Mediadores/as são profissionais que trabalham nessas entidades e são também chamadas de assessorias. Tem formação diversificada e são profissionais da educação, ciências sociais, das ciências agrárias e técnicos especializados. Como veremos no primeiro capítulo, o trabalho da mediação não se refere apenas às assessorias, lideranças e dirigentes liberados também contribuem.

<sup>7</sup> Os educadores/as, neste caso, são pessoas com formação distintas que coordenam as turmas do Curso de Gestão Profissional em Cooperativismo.

Mas as reações por parte de outros participantes refletiam não ser possível *empurrarem* os agricultores/as para financiamentos de linhas de crédito de agroecologia sem a construção de um terreno propício para isso, tendo em vista que, sem preparação técnica e por não ser algo que se faça em curto prazo, poderiam ter que arcar com as consequências. Pois, caso os agricultores/as migrem de uma proposição a outra, aos poucos enfrentariam muitos problemas na geração de renda. O consenso estava na defesa do alternativo, do *baixo custo* da produção, da diminuição dos insumos e agrotóxicos, das sementes crioulas, mas não pela agroecologia, como na defesa do interlocutor, como projeto social e de vida. Mas as acepções não pareciam ser contraditórias, sendo que a tensão maior estava nas formas de iniciar processos que levam a migração do sistema *convencional* para a agroecologia. Se por um lado, dirigentes acreditavam em ações parciais para direcionar o crédito para este fim, outros pareciam defender mudanças mais profundas para chegar ao mesmo propósito.

As “queixas”, tanto de lideranças quanto de mediadores/as, têm por base a crítica ao sistema de agricultura baseada na racionalidade da monocultura e uso intensivo de agroquímicos, que além de agressivos ao ambiente, são insustentáveis socialmente. Pois, muitas unidades têm pequenas extensões de terra<sup>8</sup>, nem sempre planas e sem possibilidades de produção em escala maior, fatores que conduzem a endividamentos, enfraquecimento e esgotamentos dos recursos naturais – o que é consenso nos debates e falas. Exemplo desta reflexão aparece nos discursos críticos dos agricultores/as: “*plantam soja até no terreiro da casa e deixaram de criar galinhas e foram comprar alface e salame no mercado da cidade*”<sup>9</sup>. O cultivo dos itens de alimentação, denominado *autoconsumo*, está em jogo nestas acepções e análises do que se planta e do que se deixou de cultivar.

Em outras palavras, a problemática a que observamos se situa na fronteira entre dois projetos: aquele que advém da modernização conservadora dos anos 1970 e tem impacto na vida dos agricultores/as no que se refere à produção, conhecimentos, relações e comercialização; e outro de uma economia familiar e uso de tecnologias de base biológica, na inter-relação com as lutas sociais. Por diferentes nuances configura-se uma tensão. Estaria esta relacionada entre um *conhecimento* tradicional no qual se baseavam agricultores/as para a reprodução da vida a partir da unidade familiar, do trabalho, da comercialização do excedente

---

<sup>8</sup> “A expressão ‘módulo rural’, por sua vez, é usada no Código Agrário Brasileiro, desde o Estatuto da Terra (lei nº. 4504/64). Módulo rural é a quantidade mínima de terras prevista no imóvel rural para que não se transforme em minifúndio; a área superior é chamada de *latifúndio*. O *módulo rural* equivale à área da *propriedade familiar*, variável não somente de região para região, como também de acordo com o modo de exploração da gleba.” (ALBUQUERQUE FILHO, 2000).

<sup>9</sup> Fala de um agricultor no Seminário de Construção da Proposta Pedagógica dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito em 2006.



e do saber imposto pela modernização da agricultura traduzido no *pacote tecnológico*? Segundo, no sistema *alternativo* o conflito entre esse ser ou não, configurado por um *projeto de vida*, salientado por informantes, num sistema de relações e não apenas algumas técnicas de melhoramento, redução de custos na produção e tecnologias de origem biológica? Quais distinções estariam implícitas? Estas situações, ainda emblemáticas para a pesquisadora, foram servindo de um fio condutor no próximo mergulho a campo.

Ao voltar para fazer o trabalho de campo, nos meses de dezembro de 2007 a maio de 2008, na investigação sobre a participação das mulheres na gestão da UPVF (HENN, 2010a) com as quais construímos narrativas de vida, já várias nuances que dariam forma e vida ao itinerário da pesquisa no contexto etnográfico e na realidade em estudo. A trajetória de vida dos agricultores/as ecológicos/as que já estão há mais tempo vivenciando a agroecologia, se constituiu como fio condutor desta investigação, tendo em vista ser a “história” dos que buscam outra forma de *ser* e se *ver*<sup>10</sup> na UPVF, a partir da participação em diferentes processos sociais de educação e de organização nas lutas sociais. Todavia, aliada a esta forma de fazer investigação, outras entrevistas abertas com distintos atores que estão imersos ao contexto serão também material etnográfico para enriquecer o próprio diálogo durante o trabalho de campo, bem como, para a escrita do texto final.

Mesmo que entrecortado, a pesquisa de campo foi se configurando rica e cada momento fez com que a pesquisadora se “debruçasse” sobre redes de relações múltiplas que os interlocutores/as vivenciam no cotidiano da unidade e “fora” desta, nos processos sociais. Compreender este universo demandou projetar planos (desenhos para visualizar o campo etnográfico) de idas a campo, do qual posteriormente originou o fluxograma número um no anexo três. São redes de vizinhança, mesmo que mais incipientes, de participação social nas entidades, organizações e movimentos sociais, de parentesco, de amizade que vão dando corpo a esta realidade investigada. Neste sentido, mais tarde, a leitura de dois autores da antropologia, Victor Turner com a categoria de processo social e Bruno Latour com o de rede, foram ferramentas importantes de análise e organização do texto final. As entrevistas iniciadas com os grupos familiares mapeados para a construção de narrativas de vida, uma das opções metodológicas deste estudo, foi nos fornecendo a “matéria-prima” para traçar uma rede de agroecologia.

Por processo social (TURNER, 2008) foi fundamental a compreensão que passamos a constituir, pois a cada nova ida a campo observávamos que o contexto que “enredava” e a

---

<sup>10</sup> O *ser* e o *ver-se* estão associados e entrelaçados nesse estudo, o primeiro a partir das escutas do campo empírico e os segundo do campo teórico.

agroecologia era basicamente movimento. Como o autor observou entre os Ndembu, movimento para quebrar o estabelecido e mesmo nas oposições entre projetos de agricultura, fazer emergir um cenário distinto, pautado entre relações sistêmicas e sociais. A categoria rede (LATOUR, 1999) foi vislumbrada quando colocamos no papel o desenho do campo etnográfico, ao observar que os fluxos entre atores distintos de entidades e “eventos” de um ponto a outro da região, são múltiplos que sobrepõem e se multiplicam nas ações e nos processos da rede sócio-técnica que conecta não apenas os humanos e suas relações, mas também os conhecimentos, “usos”, “coisas” artefatos, “mercadorias”, espaços e tempos, entre outros elementos (LATOUR, 2008). Por exemplo, no grupo familiar do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice, sua participação nas reuniões de feirantes, assim como os laços de amizade e de vizinhança, foram fundamentais para o processo de transição/conversão do *sistema convencional* para a agroecologia, além de que são sócios em mais de uma entidade na região (ver Anexo 1, Mapa 3).

O segundo “mergulho” a campo aconteceu de julho de 2008 a março de 2009, período em que passamos a circular nos municípios, construindo narrativas de vida com os outros grupos familiares que estão há mais de dez anos no sistema da agroecologia. Sendo esta, depois, já uma segunda trajetória do campo etnográfico, diretamente com os agricultores/as no que se refere a conhecer as atividades cotidianas, a organização da unidade familiar, do trabalho e as possíveis relações. Nas primeiras visitas levamos anotados vários itens para observar (que serviram apenas para traçar um plano etnográfico antes da visita), pois no local, após as conversas com homens, mulheres, idosos (geralmente gravadas) e jovens, nas ocasiões que os encontrávamos na UPVF esse movimento etnográfico tomou forma própria. Também percorríamos toda a extensão das unidades familiares, observando e ouvindo as explicações que os agricultores/as faziam questão de inferir, principalmente sobre as tecnologias usadas. Em muitas destas voltamos para conversar com os filhos “jovens”, totalizando o acompanhamento a 22 unidades familiares. Quando as conversas eram coletivas, se restringiam às questões ora postas pela pesquisadora e ora pelos interlocutores/as, além dos comentários, inferências sobre o processo dinâmico da unidade. Quando em separado, ouvimos também os “desabafos” de conflitos remitentes, as relações familiares ou “queixas” referentes às Entidades sobre algum aspecto emblemático, por vezes fora do contexto da investigação. Ouvíamos atentamente, com o cuidado necessário para não remeter qualquer análise ou “julgamento” que fosse interferir na privacidade destas relações em relação à pesquisa. Não temos noção sobre o que pensavam os interlocutores/as ao colocar certas questões, se entendiam nosso papel como de uma mediadora ou se eram apenas formas de se

manifestarem. As “queixas” sobre tensões relacionadas à agroecologia, configuraram-se como matéria-prima para ir ampliando o trabalho de campo e incluíamos como questões posteriores com mediadores/as, lideranças e nas próprias observações e até mesmo entre estes grupos de interlocutores/as que emitiam tais questões. A nosso ver, este movimento nas UPVFs, compartilhando mais do que perguntas e respostas, mas vivências, almoços, jantas, brincadeiras, foram de uma riqueza inexplicável para certas compreensões do objeto em estudo, além de possibilitar a confiança, aliás, nunca negada por algum interlocutor/a. Pelo contrário, sempre era de interesse destes contar, narrar, se fazer “ouvido” nas suas trajetórias de vida.

Em alguns casos passávamos o dia todo acompanhando o grupo familiar, já em outros voltamos várias vezes, com visitas mais curtas, para observar a organização do trabalho e da produção, bem como, para se localizar no mapeamento das unidades (ver anexo 2, croquis 1, 2, 3, 4)<sup>11</sup>. Outras atividades exigiram que participássemos algum tempo de atividades desenvolvidas, a exemplo das colheitas de frutas na unidade do Sr. Sérgio; na agroindustrialização de leite no Sr. Tobias; de cana-de-açúcar no Sr Adir; e de uva no Sr. Sérgio; além do acompanhamento das atividades de organização na unidade do Sr. Gilson e da Sra. Odila e no acompanhamento nas próprias feiras livres, semanais, de Francisco Beltrão e Ampére, observando e dialogando sobre a comercialização, até mesmo vendendo produtos.

Seguindo a metodologia das entrevistas abertas, mais grupos de interlocutores/as foram incluídos no campo etnográfico, logo após as primeiras conversas, a exemplo dos diretores/as liberados/as na gestão das Entidades e Organizações Sociais, além de outros agricultores/as considerados lideranças, mas que não estão no dia a dia da Entidade. Entre estes, conversamos com os que pertencem a Assesoar, Cooperativas do Ramo Solidário de Crédito, de Comercialização, de Leite e de Assistência Técnica (ATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). Estes grupos nomeamos na escrita do texto como dirigentes e lideranças, já que sobrepõem suas atividades, pois geralmente ser líder significa também ser agricultor/a e estar interligado a uma série de fluxos de participação no espaço, no campo etnográfico. Além de terem sido interlocutores/as que contribuíram problematizando nosso objeto de investigação, acrescentando questões de seus interesses para compreender o contexto da agroecologia, sendo que alguns nos solicitaram a devolução deste estudo na contribuição dos processos

---

<sup>11</sup> Croquis desenhados pelos agricultores/as e digitalizado pela pesquisadora, com a contribuição de um profissional da geografia na área da cartografia.

como forma de criar laços de socialização entre pesquisadora e interlocutores/as – ou seja, as informações disponibilizadas devem ser devolvidas para debate dos interessados principais.

Um terceiro grupo de entrevistas abertas foi realizado com os mediadores/as (profissionais técnicos com formação específica nas áreas agrárias e educadores/as com formação nas ciências sociais e da educação), os quais contribuíram com conhecimentos oriundos de suas carreiras e em relação aos processos sociais que organizam, assessoram e refletem. Alguns destes foram nossos principais informantes para chegar a outros entrevistados (egressos do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e das ECAS), além de terem nos possibilitado mais que entrevistas, diálogos fecundos mostrando os distintos significados da agroecologia na inter-relação com os processos educativos, na participação em espaços que estavam fazendo assessoria e nos integrando, principalmente, ao universo e categorias das ciências agrárias, já que nas ciências sociais nossa relação já era de socialização, pois estamos inseridos com as principais categorias desde o mestrado. Durante esse período alguns mediadores/as saíram das Entidades para assumir funções de docência e pesquisas nas Universidades, outros já estavam nestes espaços, abrindo diálogos com alguns professores/as e pesquisadores/as, com os quais socializamos e debatemos projetos de pesquisas, a exemplo da Universidade Tecnológica Federal (UTFPR) Campus de Dois Vizinhos, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Francisco Beltrão. Além disso, técnicos/as em agroecologia formados no Curso Pós-Médio e alguns participantes de ECAS também foram eleitos durante a pesquisa de campo para entrevistas, principalmente porque identificávamos nas falas dos mediadores/as, nos relatos sobre conflitos que vivenciavam nas relações familiares e em outros espaços, ao construírem seus *projetos de vida* com base na agroecologia. Além disso, estes interlocutores/as vivenciaram o processo de formação específica que constituiu uma problemática que está inter-relacionada com este estudo, o dilema entre “ficar” e “sair” do campo, a exemplo das análises da pesquisadora De Castro (2005).

A participação nos processos coletivos, uma nuance distinta que compôs o campo etnográfico, incentivados e sustentados por Entidades e Organizações Sociais, nos proporcionou conhecer a dinâmica da agroecologia na relação com a educação e as lutas sociais. No que se refere à educação, o Curso Pós-médio e Técnico em Agroecologia, na sua terceira edição, iniciado no final da pesquisa de campo, ainda nos possibilitou participar dos atos de abertura, conversar com os estudantes iniciantes e em algumas outras atividades, assim como, acompanhamos os dias de formação dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito da Base Regional Sudoeste da Cresol e dos Agentes Jovens. Nos

processos sociais organizativos, o leque de reuniões e oficinas de formação foi mais intenso, pois, da metade de 2008 a março de 2009, participamos das reuniões mensais de feirantes de Francisco Beltrão e Ampére, reuniões do eixo de agroecologia na Assesoar, reuniões do projeto de desenvolvimento municipal nos municípios de Ampére, Francisco Beltrão, Salgado Filho, Capanema e Bela Vista da Caroba, reuniões da Rede Ecovida de Agroecologia no Núcleo Sudoeste do Paraná, grupos de mulheres pertencentes ao STR de Francisco Beltrão, reuniões do Fórum Municipal no município de Dois Vizinhos e reuniões da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê (APAVE) e acompanhamento a visitas no processo de certificação participativa. Em outras reuniões nem sempre era possível estar, pois às vezes eram concomitantes e tínhamos que optar por uma delas (Ver anexo 5, lista 1).

Os eventos também foram espaços em que pudemos acompanhar a dinâmica da agroecologia nos rituais festivos, a exemplo das edições das Festas das Sementes e Jornadas de Agroecologia, das quais duas aconteceram em Francisco Beltrão, em 2009 e 2010, sendo que participamos integralmente da última. Como todo processo de investigação é também uma complexa reconfiguração do olhar, da observação, da reflexividade e da escuta, este último momento de campo, já na época da escrita do trabalho, somou e revitalizou o material etnográfico. Foi nesse momento que a pesquisadora conseguiu vislumbrar as relações entre agroecologia e lutas sociais que os interlocutores/as falavam para além dos processos educativos, as festas, as marchas, os gritos de guerra puderam ser vivenciados no contexto dessa oposição entre projetos de agricultura, interesses, propósitos e ideais que estes representam. Já com a leitura da etnografia “A marcha nacional dos Sem Terra”, de Cristina Alencar Chaves, compreendemos a construção da categoria da agroecologia nos rituais, porém, ao contrário da marcha examinada pela autora, estes eventos são de curta duração, mas sequenciais no tempo, intercalados pelas vivências cotidianas. Como assinala Peirano (2003), rituais acionam crenças culturais, ações, discursos, músicas, danças, ao mesmo tempo em que questionam estruturas sociais. Foi com esta perspectiva etnográfica do campo que presenciamos as contestações, manifestações e principalmente o chamamento da sociedade à agroecologia - uma categoria engendrada às lutas sociais no contexto pesquisado.

Com todas as limitações que o trabalho de campo possui, pois é constituído de uma planificação, aos olhos do pesquisador e suas ferramentas de análise que certamente não dão conta da totalidade da realidade em que está imerso o objeto, este é entrecortado pelo interesse e motivação dos que estão na coleta de dados, na organização, seleção e leitura destes e na estruturação do texto final. Mesmo assim, o esforço empreendido esteve sempre vinculado a nossa trajetória acadêmica de investigação e nossas ações como cidadã do mundo,

na admiração e na inserção que temos em prol das lutas por justiça social, inclusão e acesso aos bens em geral. O conhecimento, neste sentido, configura como uma “curiosidade” desde a graduação de Pedagogia que fizemos, tendo como fio condutor que o acesso a este, nas diferentes formas que hoje são possíveis, contribuem para as pessoas traçarem sua vida e percorrerem caminhos, às vezes, até inusitados. Não foi deferente nesta trajetória de campo etnográfico, estivemos sempre atentos na observação das trajetórias de aprendizagens dos agricultores/as e as limitações que destas decorrem. Toda a narração feita pelos agricultores/as, mediadores/as e dirigentes teve esse olhar que aproximava pesquisadora e interlocutor/a. Foi uma experiência rica de troca, na qual apreendemos não somente para a construção da investigação e das possíveis contribuições que faríamos, mas para a vida como um todo – a agroecologia como uma construção social também nos fez modificar posições intelectuais cotidianas.

Por isso, definir o objeto de pesquisa num contexto rico em diversidades (não só de produção, mas de ideias e lutas) foi instigante e motivador. Mesmo com o tamanho do material coletado, a análise de dados foi possível com as problematizações e socialização no campo acadêmico com a orientadora, professores e outros colegas de estudo da universidade, com os quais aprendi que nenhuma construção é feita apenas por uma pessoa, mas é realizada e escrita com e a partir de muitas vozes, desde o interlocutor/a aos outros participantes do trabalho, inclusive aqueles que contribuem de outras formas para nos dedicarmos integralmente à pesquisa. Por isso, a terceira pessoa do plural foi a nossa escolha na redação para dizer que esta pesquisa é fruto de um esforço coletivo, mesmo daqueles que participaram de forma invisível, nas memórias que ressurgem durante o campo e a escrita.

### **Agricultura Ecológica: categoria em construção**

*Agroecologia* é o vocábulo que, a *priori*, se emprega pelos interlocutores/as e se caracteriza em objeto desta investigação, combinado pelo termo agricultura, é mencionado inclusive, para os agricultores/as ao se caracterizarem, distinguirem-se de outros que estão dentro da *agricultura orgânica* ou mesmo da *convencional*. Dentre esses termos, ouvimos nas narrativas nomações diversas, como *sou agricultor/a ecológico/a* ou *não sou agricultor/a ecológico/a*, ou substancialmente como *agroecologia* ou *agricultura ecológica*, sendo que ao

referirem-se nessas acepções, os interlocutores/as têm presentes uma série de “princípios” que os conceituam como tal, o que nos levou a empreender esforços para ir ressaltando na escrita da investigação, nas páginas que seguem, dentro das abordagens de cada capítulo.

Logo, identificamos ou nos interrogamos se haveria distinções em relação aos significados que se imprimem na região para a agricultura ecológica, sendo que a problemática a qual se insere a categoria se relaciona com fatores que contribuem para deixar de produzir de forma *convencional* para integrar-se ao sistema da agroecologia. Tendo em vista que alguns interlocutores/as, ao problematizá-lo, demonstram que é mais do que uma forma de produzir e que substancialmente transborda-o na perspectiva das lutas sociais. Isto se evidenciou à medida que avançava o trabalho de campo, principalmente em ocasiões em que os próprios interlocutores/as devolviam-nos perguntas e afirmações emblemáticas: *Há mesmo agroecologia na região, com tanto agrotóxico?* (Sr. Ari, dirigente de uma Entidade); *Acho que não sou agroecológico porque ainda consumimos refrigerantes* (Sr. Décio, agricultor ecológico e técnico numa organização social); *Agroecologia como se faz não é apenas não usar produto químico, é observar o ritmo da natureza.* (Luiz, agricultor ecológico e egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia); *Na agroecologia tem espaço para gente criar [...]* (Sr. Tobias).

Estas expressões, no contexto das narrativas de vida, além de tencionar os vários sentidos sociais e as contradições, somam-se também à análise dos mediadores/as ao propor, nos processos sociais, a relevância do termo *agro+ecologia*<sup>12</sup> como um recorte conceitual, tanto nas menções dos interlocutores/as e em estudos científicos, o qual serve de *guarda-chuva* para abrigar elementos que são decorrentes de outras categorias, advindos de diversas disciplinas, a exemplo da ecologia e da biologia. Suas críticas incidem também nas limitações quanto ao sentido que o *agro* remete, pois está vinculado à agricultura e exclui, segundo mediadores/as, a cidade e seus atores como um espaço necessário para se pensar “*um projeto social*”. Estas reflexões e análises conceituais<sup>13</sup> mostram a diversidade de concepções, tensões, discursos e posturas que se abrigam na categoria agroecologia, sendo que no decorrer dos capítulos voltaremos a estas questões na tentativa de explicitá-las e ampliá-las. Ao mesmo tempo, evidenciam que à medida que avançam as práticas (as experiências nas unidades

---

<sup>12</sup> Para uma leitura sobre ecologia na perspectiva da antropologia e na relação com a cultura e o entorno ver Milton (1997).

<sup>13</sup> “A jurisdição do conceito é extraterritorial às faculdades cognitivas e aos estados internos dos sujeitos: os conceitos são objetos ou eventos intelectuais, não estados ou atributos mentais. Eles certamente ‘passam pela cabeça’ (ou, como se diria em inglês, ‘cruzam a mente’): mas eles não ficam lá, e, sobretudo, não estão lá prontos — eles são inventados.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 124)

familiares e nos projetos de desenvolvimento na região), também há necessidade de reformulações nas categorias em construção – é um movimento constante de reconstrução, a fim de garantir ideologicamente menos distâncias entre o que se pensa e o que se faz, como assinalam os mediadores/as.

Estas nuances no campo etnográfico nos remetem às descrições dos elementos observados que compõem a construção social da agroecologia, no diálogo com alguns investigadores/as, suas classificações. Consideramos que estes autores são lidos, refletidos e criticados no contexto que se constrói a categoria na região, especialmente nos processos de educação. Pois, essa *agroecologia* da região, na diversidade que se constitui, não cabe na tentativa de uma conceituação precisa e definida, porém, permite abordagens provisórias e múltiplas, pois, como outros processos sociais, está em amplo movimento, fator que lhe permite reconstruções, consciência dos limites e avanços. Contudo, não temos a pretensão de construir uma definição de agroecologia, pois o objetivo é compreender quais práticas, estratégias e conceituações estão implicadas na construção da categoria no contexto social da mesorregião sudoeste do Paraná, para dialogar com outras realidades e estudos com base na ecologia.

*Agroecologia* agrega uma diversidade conceitual na literatura, com contribuições de investigadores/as de áreas distintas, seus enfoques estão ligados também a outros temas em debate, como *o desenvolvimento, a sustentabilidade, a ecologia e a agricultura com bases sustentáveis e/ou alternativas*, a exemplo de Altieri (1989, 2004), Altieri e Masera (1997). Nestas análises, alguns princípios entre os autores são comuns. Primeiro, a relevância social como uma diferença que demarca a agricultura ecológica da orgânica e mesmo da *convencional*, uma vez que além do “uso” de diferentes tecnologias que atuam na preservação dos recursos naturais, preocupam-se com a realidade social que se produz; segundo, os investigadores/as mostram o valor dos conhecimentos cunhados nas experiências de gerações de agricultores/as nas práticas tradicionais; terceiro, a relevância dos saberes de técnicos/as, engenheiros/as agrônomos, agricultores/as, lideranças e de outros investigadores/as começam a ser equivalentes aos saberes dos agricultores/as e lideranças nos diálogos implicados nestes processos. Ou seja, os saberes nativos são valorizados nos processos alternativos situados nas experiências das organizações sociais (CHAMBERS, 1983; HECHT, 1999; NORGAARD e SIKOR, 1999).

Na primeira perspectiva, autores como Miguel Altieri, além do aprofundamento e socialização que se faz na mediação das disciplinas científicas a partir da biologia, ecologia, agronomia, medicina veterinária entre outras, no diálogo com os conhecimentos tradicionais



cunhados há milênios de anos por agricultores/as (HECHT, 1999), a partir dos quais se originam os princípios e decorrentes destes os *manejos* e técnicas nos agroecossistemas nas formas de produzir. Sendo que a agroecologia, como tem se evidenciado na América Latina, não se caracteriza nem nas experiências e nem nos estudos apenas por esse viés, pois para que isto consiga se colocar na sociedade necessita estar amparada por projetos de desenvolvimentos com perspectivas sociais e políticas. Tanto que esta distinção entre uma prática de agricultura que não se preocupa apenas com as questões ecológicas e outra de cunho social, que alia cuidados ambientais à elevação da qualidade de vida das populações do campo, na projeção crítica de construção da agroecologia situada em projetos de sociedade alternativas às formas de dependência e dominação, possibilitadas a partir e com a modernização conservadora, atravessaram o campo etnográfico em todo o círculo de atores.

Na segunda perspectiva, para um conjunto de investigadores/as, o conhecimento advindo das experiências dos agricultores/as constitui-se como uma diferenciação básica nos estudos científicos que estão, aos poucos, se desenvolvendo na América do Sul, como elementos que agregam nas pesquisas mediadas por formas participativas na emergência de uma “Ciência”<sup>14</sup> como formas participativas na sua construção. Isto contrapõe as bases epistemológicas da ciência moderna, que se constrói em laboratórios como “caixas pretas” (LATOURET, 1999) e que, apesar de “ouvir as necessidades dos agricultores” (NORGAARD e SIKOR, 1999), não consegue dar a relevância merecida aos conhecimentos advindos dos agricultores/as, a exemplo dos “pacotes” que atuam empalidecendo as experiências anteriores e ulteriores. Na perspectiva da agroecologia, Altieri e Yurjevich (1991) avaliam fundamentais os conhecimentos locais na constituição de um “paradigma agroecológico”.

A agroecologia, nas várias abordagens, aparece implicada em processos de desenvolvimento, como podemos ver no que sugere Altieri (2004), pois aponta esta como elementar na participação das comunidades rumo a projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ressalta a atuação das organizações não-governamentais nestes processos como incentivadoras e geradoras de práticas agroecológicas. No campo etnográfico, não raras vezes, os interlocutores/as se referem à agroecologia dentro de uma estratégia de desenvolvimento local e regional, implicadas não apenas por uso de tecnologias diferenciadas ou menos agressivas ao ambiente, ou seja, baseadas apenas nos cuidados ecológicos, mas com perspectiva social que tensiona a dependência das grandes empresas e o uso dos pacotes

---

<sup>14</sup> Se agroecologia é uma ciência ou não, o compreendemos no diálogo com distintas disciplinas científicas, que compõe um conjunto de princípios que sustentam os conhecimentos nas práticas de uma agricultura numa metodologia distinta do cientificismo da agricultura advinda pela modernização conservadora.

agrícolas gerados na agricultura moderna, por seus efeitos de degradação ambiental, ao mesmo tempo pela exploração e dominação que vivenciam os agricultores/as que estão imersos à monocultura.

Norgaard (1989), ao analisar as bases epistemológicas da agroecologia, assinala que os conhecimentos da ciência agrícola ocidental são cada vez mais frágeis devido à consequências das tecnologias agroquímicas serem maiores do que os benefícios, pois cada vez mais se requer o uso de fertilizantes e água, além dos resultados esperados não corresponderem e novos produtos têm que ser lançados no mercado. Para o autor, os cientistas admitem isso apenas como uma “crise branda”, mas que a agroecologia tem contribuído com suas bases epistemológicas no sentido de tencionar e propor alternativas a esse sistema de agricultura. Isto porque os agroecologistas são adeptos dos conhecimentos milenares e concebem a interação das pessoas nas relações com os sistemas e consideram as explicações do “porque” das formas de cultivos. O autor ainda assinala as principais diferenças entre a ciência ocidental e a agroecologia, pois a primeira baseia-se em princípios do conhecimento útil e nos fenômenos universais, concebendo o pensamento humano independente da natureza, enquanto a segunda concebe os conhecimentos para compreender os agroecossistemas, sabendo que pessoas e natureza são complexas e fazem parte de único processo, sendo estas parte dos projetos de desenvolvimento locais, que tanto a cultura interfere nos processos biológicos quanto este interfere na cultura.

Dito de outro modo, as formas utilitárias de aplicação de técnicas na percepção universalista são limitadas, pois cada agroecossistema tem uma história de coevolução diferente, inserida nas realidades locais na interação com as pessoas, incluindo sistema de valores, a organização social e as tecnologias (NORGAARD, 1989). Para o autor, essas diferenças na base epistemológica do que compõe a ciência agrícola ocidental e a agroecológica, pode render conflitos interessantes à medida que as duas coexistem, pois os conhecimentos e percepções geradas nessa ciência “mecânica” tomaram por base a agricultura tradicional. Os questionamentos elencados por agroecologistas, bem como, as polêmicas poderiam levantar pesquisas interessantes, sendo que a convivência entre duas bases epistemológicas e seus conflitos poderá possibilitar inovações nos projetos de desenvolvimento e avanços nas ciências agrícolas.

Para Altieri (2004), com a diversidade dos sistemas agrícolas e heterogeneidade dos ecossistemas, além das condições sociais de empobrecimento e na América Latina, não poderá haver um único projeto de intervenção tecnológica para o desenvolvimento. Compartilha com Norgaard (1989), de que os sistemas agrícolas convencionais não estão de

acordo com as necessidades das diversas populações campestres em três aspectos básicos: primeiro, os pacotes tecnológicos homogêneos não são adaptáveis às realidades heterogêneas e sua eficácia se restringe ao universo industrial e estações experimentais; segundo, as mudanças tecnológicas beneficiam a produção de bens agrícolas para exportação e comerciais produzidos em grandes escalas, marginalizando a produção de alimentos pelo campesinato; terceiro, a América Latina se converteu em importadora de agroquímicos e maquinários agrícolas, aumentando gastos governamentais e agravando a dependência. É dentro deste contexto que Altieri (2004) cunha desafios como o aumento na produção de alimentos em produção regional, com recursos para isso e menor degradação ambiental, em vista da redução da pobreza, da autonomia e a ampliação não apenas da dimensão técnica, mas social, política e cultural na agricultura. Esse seria o caminho para se gerar uma agricultura sustentável situada nesta perspectiva de desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de agroecologia, tanto nas investigações quanto nas ações refletidas nas experiências das ONGs, se constitui nas oposições e críticas às conseqüências da agricultura de base moderna conservadora transposta para a América Latina e a emergência de uma outra agricultura. Esta por sua vez, tem como propósito aliar os cuidados dos recursos naturais com intervenção mínima, preservando a biodiversidade, com a ampliação dos bens sociais à população do campo e da cidade, com direito à segurança e qualidade alimentar. Agricultura ecológica, neste sentido, é também resultante do esforço intelectual de investigadores/as que cunham sua conceituação a partir e com as experiências em curso na América Latina, principalmente. Para alguns autores é vista como ciência ou disciplina científica com princípios, conceitos e métodos que orientam *manejos* no agroecossistema (Altieri, 1995). Ou como Sevilla Guzmán e González De Molina (1996) e Sevilla Guzmán (2005) que a conceituam como um campo de conhecimentos que se constitui para estudar *manejos* dos recursos ambientais, combinados às dimensões sociais do desenvolvimento que se articula a nível local nas unidades de produção e nas estratégias comunitárias, como potencial endógeno e rico, mediados por sistemas de conhecimentos heterogêneos e culturais (diversidade sócio-cultural), biodiversidade ecológica. Nesta mesma perspectiva, Gliessman (2001) aponta agroecologia como um enfoque com conceitos e princípios que se aplicam aos *manejos* de agroecossistemas.

Logo, Costa Neto (2004) agrega à categoria agroecologia na relação com a sociologia como “agroecossociologia” devido ao grau de relação dos sistemas agrícolas com o desenvolvimento social, sendo que as análises sociológicas implicam em tal conceituação. Sua justificativa recai também na heterogeneidade que a agroecologia se constitui localmente

e os saberes que corroboram. Caporal, Costabeber e Paulus (2006), ao tecerem análises sobre a evolução conceitual da categoria, a caracterizam como ciência que contribui para *manejos* e projeções de agroecossistemas sustentáveis, na perspectiva *multidimensional* do desenvolvimento econômico, ambiental, cultural, político e ético. Estas por sua vez, com metodologias próprias e enfoque teórico, oriundos de outras disciplinas científicas, integram uma “matriz disciplinar” integradora de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores e realidades locais.

Segundo Hecht (1999), o uso do termo agroecologia data os anos 1970, mas como ciência e práticas são tão remotas quanto a agricultura. Elemento que compreendemos ser fundamental para a construção da categoria, tanto em seus “usos” substanciais e nas práticas que se agregam, quanto no campo intelectual nos esforços em caracterizá-la. Para Caporal e Costabeber (2002), como ciência e campo disciplinar para seu enfoque científico, se nutre de outras disciplinas científicas e dos conhecimentos locais e experiências dos agricultores/as. E esta relação, segundo análise dos autores, constituem os marcos estratégicos, conceituais e metodológicos não apenas para orientar *manejos* dos agroecossistemas, mas dos processos sociais de desenvolvimento. Para os autores, estas concepções que fundamentam e caracterizam a agroecologia distinguem-se das acepções de apenas uma produção livre de agroquímicos que se constrói na relação com os nichos de mercado.

O debate que permeia a agricultura ecológica na região tem como um dos espaços a Rede Ecovida de Agroecologia, numa concepção que se afina aos princípios que a colocam na relação com projetos de desenvolvimento (*alternativo, multidimensional*) e faz desta um grande “arcabouço”, como se refere o Sr. Valdir, o qual agrega diretrizes filosóficas, políticas, sociais e técnicas. Esta concepção está ancorada na luta dos movimentos e algumas organizações sociais que tensionam e propõem um projeto de agricultura situado na construção de outro projeto social, nesse caso, o da Rede, sem entrar, ainda, no mérito da discussão da “agricultura ecológica” ou “agroecologia”. Ambos, os movimentos sociais e agroecologia, se inter-relacionam: de um lado muitos grupos familiares participantes de movimentos sociais a adotam como estratégia distinta na organização da vida, embora não apenas aspectos produtivos, as várias dimensões na construção de *projetos de vida* e fazem enfrentamento às formas do modelo impulsionado pela revolução verde; e por outro lado, a própria agroecologia se nutre dos princípios de transformação, resistência e contestação ao projeto de sociedade hegemônico para angariar espaço de construção substancial e conceitual, pautado pelos movimentos sociais, que o coloca com responsabilidades sociais, políticas e culturais, extrapolando as bases epistemológicas da ecologia.

A Rede Ecovida denomina de “agricultura ecológica” e como organização/instituição se nomeia de “Rede de Agroecologia”, embora os agricultores/as que escutamos no campo etnográfico, muitos participantes desta, se referem mais à *agroecologia* e se nomeiam *agricultores/as ecológicos/as* quando tratam da questão. Logo, a conceituação expressa pela rede se refere à “agricultura ecológica” como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar com processos que deverão dar origem a “grandes mudanças” nos próximos anos, tanto na base produtiva, tecnologias distintas e nas formas de organização em vista da ampliação da comercialização e industrialização de produtos ecológicos (REDE ECOVIDA, 2010)

Nesta perspectiva, no site a Rede Ecovida emite-se a crítica aos processos de dependência que geraram a agricultura baseada nos agroquímicos por meio dos pacotes tecnológicos e aos orgânicos que, *a priori*, continuariam nesta situação, com seus interesses voltados apenas para aos aspectos econômicos das empresas de exportação e com racionalidade baseada nos monocultivos. Além do conceito acima, que se refere às tecnologias e à crítica aos “pacotes”, soma-se o reconhecimento da atuação dos movimentos e organizações sociais na geração de referências e a educação na difusão dos conhecimentos. Todavia, com estas percepções, dentro da rede se configura a emergência da categoria *agricultura ecológica*, num sentido mais amplo, na tentativa de uma base epistemológica que abrigue conceitualmente este processo social e inclua elementos da cidade abrigados na ecologia, tida como uma ciência, como argumentou o Sr. Valdir, mediador. Esta última categoria se delineou nas entrevistas com mediadores/as, mas foi sendo clareada durante a escrita da tese e os diálogos que voltamos a fazer com alguns interlocutores/as. Ainda, continuamos a adotar a categoria agroecologia por seu “uso” cotidiano, sendo que há nos tensionamentos uma reconstrução em movimento que atribui sentidos sociais que são apropriados e reconstruídos por cada grupo familiar ou por cada processo coletivo, como objeto mesmo do trabalho da mediação que, pelos aportes reflexivos, contribui para avançar na construção da categoria.

## **Do texto etnográfico**

À medida que analisamos os dados de campo e avançamos em direção à escrita do texto, muitas dúvidas e problemas ressurgiram, sendo que o exercício de recorrer aos textos

“ditos” pelos interlocutores/as e às memórias “fotográficas” de nossas observações, foi imprescindível para chegar à interlocução que apresentaremos nas páginas seguintes. A partir das investigações de Renoldi (2007), nos interessou também as ações - “a agroecologia enquanto se faz”, como diria Bruno Latour – e fomos percebendo na vida dos interlocutores/as o quanto se aproximam e se radicalizam as percepções, as experiências e as tensões. São de fato “movimento, encontro, continuidade, diferença. Elas [as fronteiras de que fala a autora] são oposição, ruptura e referência.” (RENOLDI 2007, p. 35). Durante a escrita do texto, a leitura de “O nativo relativo”, trabalho Viveiros de Castro (2002), configurou-se juntamente com os aprendizados dos seminários sobre etnografia, realizados no Curso<sup>15</sup>, como uma reorientação do campo etnográfico.

Compreendemos que nosso exercício de antropóloga é discorrer sobre o discurso do “nativo”<sup>16</sup>, construindo uma relação de sentido à medida que se pretende a “Ciência”, ou seja, uma relação de conhecimento que é também uma relação social (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Mesmo em planos distintos entre a pesquisadora e “nativos”, apesar da inserção densa neste espaço social da pesquisa, nossa percepção é de que o texto é constituído de várias locuções, integrado por distintos interlocutores/as. Isto porque há uma condição comum, segundo Viveiros de Castro (2002), entre ambos: nossa condição humana. As leituras da antropologia de Latour (1994) nos despertaram o interesse pelo processo social da agroecologia não apenas para ser lido, interpretado e analisado, inscrito em alguma tradição das escolas da disciplina. Mas, *a priori*, o que mais se considera neste “ensaio” é a experiência em curso, ou seja, a tradição do nativo, como diria Viveiros de Castro, à luz da antropologia já inscrita nas outras relações com outros campos etnográficos.

Por ser relacional, apesar das diferenças discursivas e de sentido que se produz entre o que resulta do trabalho da pesquisadora e do que pensa, diz e relaciona o interlocutor/a, tentamos nesta etnografia da agricultura ecológica no Sudoeste, “[...] tomar as ideias nativas como situadas no mesmo plano que as ideias antropológicas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 125). Portanto, o texto que segue não é “mais, ou melhor, do que”, já que o autor nos mostra que há equivalência nos discursos, ambos com o mesmo direito: nativo e antropólogo, que coexistem à medida que entram em relação de conhecimento e de diálogo. Por isso, o esforço que resulta neste texto final, capaz de traduzir em parte relações, experiências, fatos e

---

<sup>15</sup> Programa de Pós-graduação de Antropologia Social en la Universidad Nacional de Misiones (UNaM) en Posadas.

<sup>16</sup> O nativo, para o autor, não é necessariamente o estrangeiro, o tradicionalista e o antropólogo não necessariamente é um estranho ao lugar de origem do campo etnográfico, muito menos um modernista ou mais civilizado do que os nativos.

narrativas, é resultado de um esforço coletivo de “sujeitos” fazendo antropologia nas distintas versões entre as aproximações possíveis. E ao esforço antropológico cabe fazer com que “Os conceitos antropológicos atualizem tal relação [de conhecimentos], e são por isso completamente relacional, tanto em sua expressão como em seu conteúdo” VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 125). Se é que conseguimos dar conta de tarefa tão árdua diante das nossas formações dualistas e fragmentárias de fazer Ciência, mas este é um esforço que visa dialogar com outros lugares e outras percepções da diversidade que compõem a categoria da agricultura ecológica.

Como toda pesquisa implica em ir avançando para um texto que possa traduzir, ao menos em parte, o campo etnográfico, ou seja, se nosso papel é “discorrer sobre o discurso dos nativos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 125) no caso da agricultura ecológica, sobre o que é “dito” e “feito” (PEIRANO, 2002), alguns conceitos lidos nos autores/as foram imprescindíveis para a planificação desta etnografia, as descrições e análises. Alguns lidos nos estudos durante os seminários no programa do Postgrado, outros durante a escrita, a exemplo do Bruno Latour e Michel Callon, com as contribuições da antropologia das ciências e das técnicas e o conceito de rede sócio-técnica, mediante o qual organizamos as perspectivas interpretativas de todo o trabalho. A ideia de rede (LATOURE, 2008) agrega nesta as possibilidades de observar, analisar, interpretar a partir de distintos movimentos e fluxos em que interagem atores “humanos” e “não humanos”, mediados nas e por relações e fluxos políticos, organizativos e sociais.

Na perspectiva de um diálogo epistemológico, como requer a própria “realidade” da categoria, objeto de estudo, é que tentamos o exercício de uma interface ou uma possibilidade de trabalho interdisciplinar. De um lado, as proposições se orientam entre tradições teóricas de bases epistemológicas distintas – por exemplo, o diálogo entre autores com estudos micros que se diferem de outros com análises macros, mas ambos tematizam o humano, as “práticas”, as “coisas”, os processos e os contextos de formas distintas, ou seja por lentes diferentes: a primeira perspectiva analisa-os pelas condições objetivas e subjetivas a partir de um corte histórico que os sujeitos estão expostos, mas que pela reflexividade podem contribuir para a manutenção da ordem imposta ou sua transformação; a segunda assinala que, mesmo diante do anonimato, os sujeitos podem se movimentar e criar “micro liberdades” (DE CERTEAU, 2001), pois nem tudo está dando e fixo. Organizar estratégias que escapam às imposições da massificação e determinação exterior tem sido uma das lutas que convergem entre “sujeitos” e grupos. Mas a interface ou o exercício interdisciplinar possibilita maior intensidade à discussão dos conceitos e significados captados a campo, além da percepção dos distintos

sentidos sociais. É o confronto de posições ou a discussão dos significados mediante o contraste. Contudo, há a possibilidade de, “em alguns pontos”, haver confluência de significados, que enriquecidos pela tensão que tal diálogo propõe, contribuem para problematizar a dinâmica dos atores.

De outro lado, as próprias tensões propostas na disciplina da antropologia emergem para a interface a partir das reflexões de Cardoso de Oliveira (1988), num exame hermenêutico sobre o “*ser*” da antropologia que o autor faz, aos moldes de Heidegger sobre o “*ser*” da filosofia, ao traçar uma matriz disciplinar que difere em sua dinâmica da noção de paradigma de Tomas Kuhn. Composta pelas tradições intelectualistas e empiristas, cruzadas as dimensões sincrônicas e diacrônicas do tempo, mostra-se que a antropologia constitui-se de quatro domínios, nos quais os paradigmas, com suas escolas e autores fundadores, coexistem numa articulação temporal e espacial sob tensões, mantendo-se ativos (CARDOSO de OLIVEIRA, 1988, p. 13-15).

Nessa perspectiva, alguns autores e categorias foram necessários para o exercício de atualizar as relações de conhecimentos que tentamos produzir a partir do campo etnográfico. A obra de Bruno Latour “Nunca fomos modernos” (1994) contribuiu para superarmos, pelo menos em parte, as divisões que por ventura ainda estão postas em nosso olhar epistemológico, herdadas da ciência cartesiana, na divisão entre sociedade, cultura e natureza. A ênfase do autor recai na emergência de uma antropologia, a qual rompe com as grandes divisões e admite fazer parte dos processos de conhecimentos os “atores humanos e não-humanos”, sendo possível não mais separar o mundo das coisas do mundo das pessoas e das relações constituintes. Como diria Viveiros de Castro (2002), a tentativa é de amparar-se de uma antropologia imbuída de “práticas de sentido”, na qual o exercício epistêmico das práticas, sobre as quais se discorre com a mesma equivalência. Isto nos remete a compreender e analisar a partir do campo etnográfico da agricultura ecológica, os sentidos sociais e as nuances produzidas num movimento espiral, em que os atores, seus fazeres, seus espaços, suas lutas decorrentes e os produtos resultantes estão se modificando e reconstruindo movimentos e processos sociais e vice-versa.

Uma segunda dimensão desenvolvida por este domínio está ancorada em Latour (1999, 2000) e Callon (1986) na antropologia das ciências e das técnicas, quando a ênfase recai nas modificações sobre o entendimento em que se constroem conhecimentos – Ciência. Para Schiavoni e De Micco (2008), o entendimento de que a “fabricação do conhecimento”, compreendido com estrita conexão entre organizações sociais e cognitivas dos saberes, permite compreender a geração de tecnologias e as formas como se faz a agroecologia em



estilos locais e próprios, adversos à aplicação dos saberes universais da agricultura da modernização conservadora. Em outras palavras, o conhecimento que circula na rede de atores não está subordinado a princípios e enunciados mecânicos, unidirecionais, nos quais os objetos criados não agregam nas práticas e processos sociais, sendo esta uma das críticas dos autores, já que suas proposições giram em torno da negociação entre a esfera acadêmica de produção de saberes com os atores usuários, passando da via universal abstrata e “pura” para o local e concreto e o “politemporal e espacial” na proposição das “tecnociências”. Neste sentido, a produção e circulação destes conhecimentos não estão subordinadas a esferas distintas, mas são frutos de processos em que “cientistas” e todos os outros atores participam da construção e da negociação entre conteúdos e métodos. Deste modo, “Los hechos y las máquinas son fruto de cadenas de traducción que involucram personas y cosas y se vuelven ‘caixas negras’ al final del proceso” (SCHIAVONI e DE MICCO, 2008, p. 23).

Neste sentido, investigadores como Chambers, Richards e Box (1989) vêm destacando o papel de agricultores/as e suas organizações sociais pelo método participativo de construção dos projetos de desenvolvimento, a importância dos saberes locais, concretos e tradicionais que vêm dando corpo ao que se conforma por agroecologia na América Latina. Logo, o conceito de “rede” é chave para análises, compreensões e a própria sistematização do universo que representa a agricultura ecológica na região, pois além das múltiplas formas de produção de conhecimento (geralmente não produzidos em laboratórios alheios ao contexto em que emergem as práticas), suas formas de circulação e multiplicação acontecem entre os atores numa “rede” participativa e *multidimensional*, na qual todas as ações planejadas entre a mediação (pela qual ocorre a negociação de saberes e significados) circulam livremente e têm por propósito o “endurecimento” da agroecologia. Firmar isto fato a fato, que se passa de “boca em boca” como diria Latour (1999), é a diferença para superar a dicotomia entre pensar e o fazer, pois ambos estão combinados por múltiplos processos de realimentação entre o exercício científico e as práticas sociais desta agricultura. Os interlocutores/as foram mostrando isso à medida que relatavam seu fazer e seu pensar, inter-relacionados, como possíveis neste sistema de agricultura em contradição com outra que lhe oferece “tudo pronto” para ser aplicado e medido. Estas percepções e as leituras dos autores da antropologia das ciências nos possibilitaram as descrições e análises nesta investigação, tendo como pedra angular a “atualização” do conceito de rede, não sua aplicabilidade no contexto estudado. Ao longo da escrita fomos identificando, entremeios às tensões, como os atores se organizam num processo social ímpar para “endurecer” (LATOUR, 1999) suas proposições e lutas por outra agricultura – a ecológica. Não isento de dificuldades, limites e até contradições, quanto

mais analisávamos o material de campo, mais encontrávamos confluências e nuances de significados num movimento que agrega pensar, fazer e circular em rede.

Se por um lado as descrições e análises demandaram conceitos com assento nas conexões entre a fabricação e a circulação dos conhecimentos, numa perspectiva que valoriza o local e o concreto, sem a hierarquia da sobreposição da teoria sobre o campo etnográfico, por outro lado essa realidade examinada exigiu-nos também outras abordagens, pela sua característica eclética e diversificada, não só em relação os cultivos agrícolas que implica, mas também nos significados apreendidos, nas ações realizadas na rede e nas formas organizativas para dar conta de tais proposições desta agricultura ecológica. Esta se alimenta do e nos processos sociais educativos e organizativos que dão forma e colocam em relevo o que é feito nas unidades familiares. Estes, por sua vez, são sustentados pelas místicas advindas das lutas sociais campesinas, como veremos nos capítulos que seguem. No entanto, a teoria dos rituais, como concebe Peirano (2006), não são necessariamente apenas eventos em termos nativos, mas ferramentas de análises ou abordagens que permitem examinar a vida social. Como são domínios que pertencem à esfera das ações sociais, a partir de Marcel Mauss, a autora argumenta que estes nos suscitam a pensar que o que é “dito” também é “feito”, ou vice-versa, pois ideias não são apenas pensadas, mas “a prova experimental das crenças e da cosmologia” (PEIRANO, 2006, p.11). Pela flexibilidade que permite essa abordagem para analisar, dentro dos processos sociais que dão curso à agroecologia, eventos que em termos nativos compõem-se de um “repertório sócio-cultural”, que não se separa das demais ações sociais e carregam em si aportes que geram eventos com certa ordem que os estrutura, e sentidos de acontecimentos cujo propósito, no contexto etnográfico examinado, tem como eficácia a transformação de um ordem social e não sua manutenção, a exemplo das Festas Sementes e das Jornadas de Agroecologia que estão descritas e analisadas sob este olhar dos rituais como eventos que colocam assento no “endurecimento” da rede nas contestações sociais que inferem neste universo. Se por um lado tais eventos têm por finalidade firmar a agroecologia que emerge nas lutas sociais, têm também o propósito de colocá-la numa perspectiva de sociedade distinta.

Logo, o conceito de “processo social”, inferido por Victor Turner (2008), nos foi um aporte para ler este contexto etnográfico no movimento em que se faz. Como argumenta Vogel (2005), a antropologia turneriana tem por base a reflexão sobre a existência social das pessoas e sua humanidade e contribui para compreender pelo menos alguns dos princípios que regem uma sociedade. Na obra “Dramas, campos e metáforas”, o autor explicita conceitos oriundos de seus estudos entre os Ndembu, da Zâmbia, onde observou atentamente nos

“ciclos de vida nas aldeias” e nos “ciclos domésticos” o caráter dinâmico das relações sociais tanto nas estruturas quanto nos movimento, nas interações. Este movimento, originário tanto da persistência quanto da mudança, é que levou o antropólogo a entender “processo” como algo dinâmico, transformador, mutável no conjunto das ações sociais que combinam dinâmica privada (espaço doméstico) com os coletivos (vida social). Por ser uma antropologia com coeficiente humanístico, o autor introduz o conflito – os “dramas sociais” – como parte integrante dos processos. Dentre isso, o “campo político” aparece como lugar onde é possível abolir regras e a alteração de bases de sustentação na emergência de outras. Estas ferramentas, oriundas dos domínios dos rituais somados aos conceitos de Turner, nos possibilitou olhar a agroecologia no seu sentido transformador em que se abre a possibilidade pelas ações e eventos, impressa pelos atores no processo.

Sendo que as tensões postas entre dois campos políticos de agriculturas, a ecológica e a *convencional*, configuram-se em conflitos no campo etnográfico, na emergência em se opor a um projeto distinto, não apenas de fazer a agricultura ecológica em si (como prática agro), mas na vivência de princípios sociais, cunhados nestas experiências e no lugar em que se coloca, ou seja, se disputa por forças contrárias o assento da agroecologia num projeto de sociedade, como se referem os interlocutores/as para ocupar, gerar “lugares”, já que estes grupos pretendem não a manutenção da ordem social que prima por domínios empresariais e industriais, como forma de impor a produção, comercialização e industrialização do que se produz na agricultura, mas a transformação a partir desta outra proposição “dita e feita” em distinção, no contraste social.

As leituras de Bourdieu (2007) com estudos macros e De Certeau (2007) com perspectiva de análises micros também contribuíram para essa relação de conhecimentos com o campo etnográfico. Sendo que as vivências dos atores acontecem num espaço e num lugar concreto, apontamos os conceitos de “espaço social” na perspectiva de Bourdieu (2007), pelo qual compreendemos os agricultores/as ecológicos/as também como agentes sociais nas relações de força, com esse espaço e na luta por posições que o constituem em relação com outros lugares na sociedade (*nas lutas sociais dos coletivos políticos*). O “lugar”, para autor, caracteriza-se pelo espaço físico onde os agentes encontram-se situados (unidades familiares onde se faz a agroecologia) ou pela localização ou posição relacional que ocupam. E distingui-os comentando que o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, enquanto o social é definido pela exclusão ou distinção mútua das posições que o constituem.

Enquanto que para De Certeau (2001) o *lugar* refere-se às posições singulares que se ocupam nas diversas relações e no *espaço* é que se posicionam os lugares, para o autor o

espaço é “um lugar praticado” (2007, p. 201) - no qual se faz acontecer - e comportam um movimento de construção, desconstrução e reconstrução. Nesta perspectiva, a forma como tomamos nesse estudo os conceitos de “*espaço*” e “*lugar*” dos dois autores, faz-se necessária a relação de interface, como argumentamos anteriormente, para captar melhor como se inter-relacionam as *estratégias*<sup>17</sup>, as resignificações no cotidiano da UPVF e dos processos sociais.

Os estudos de Bartolomé (2000, p. 27) ao analisar o desenvolvimento histórico do assentamento *polaco-ucraniano* em Apóstoles, na província de Misiones, na Argentina, no qual assinala o conceito de *estratégias* e *adaptação* a partir da ideia “[...] *que ni la cultura ni las exigencias del medio son ‘dadas’ en un sentido absoluto*”, são também chave de leitura nesta etnografia, pois o curso das ações sociais num processo em movimento aponta, desde o início das interlocuções, que a agroecologia é uma construção pautada nas lutas sociais que não são “dadas” nem pelas políticas públicas e nem pelos interesses e intervenções das grandes empresas, mas cunhada nos processos organizativos e de educação. Neste domínio foi possível enxergar pessoas se movimentando para que as *estratégias* pudessem inferir tanto na estrutura (mudanças sociais que se aspiram a nível macro), quanto na vida cotidiana no interior das unidades familiares. Também nos referenciamos nas análises do cotidiano de Michel De Certeau (2001), quando se refere à *estratégia*, para compreendermos que as ações, as resistências e as formas cunhadas no contexto recriam e reorganizam o cotidiano, em contraposição ao modelo vigente de agricultura que os exclui e os joga a um tipo de “sorte” na luta pela sobrevivência. Recria-se ações, *manejos*, espaços, atos e se faz outras experiências, as quais são ditas pelos interlocutores/as na pesquisa de campo. Contudo, mesmo diante das “pressões” dos grandes domínios na atual sociedade, observamos nestes agricultores/as capacidades para cunhar trilhas de liberdade e alternativas, o que o autor denomina de *re-invenção* e *fabricação* (DE CERTEAU, 2007) do cotidiano, ou seja, as práticas que individualmente ou as estratégias planejadas para dar lugar às práticas cotidianas, numa perspectiva social que se constrói. Partimos, desde o início desta investigação, da ideia que as mulheres e homens “[...] traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam” (DE CERTEAU, 2007, p. 97).

Outros conceitos na perspectiva da interface foram sendo ferramentas de análise – não a tomamos em nenhum momento como verdades imutáveis – mas na perspectiva de Viveiros de Castros (2002), como possibilidade de releituras de ambas, as categorias nativas e dos

---

<sup>17</sup> Aqui a *estratégia* é uma categoria nativa.

estudos de investigadores/as, considerando que cada um faz antropologia ao seu modo, nem mais nem menos que outros, como ele argumenta. Reconhecemos que nossa formação acadêmica na educação, associada à antropologia no curso do doutorado, foi o que nos possibilitou construir o estudo pelo viés da educação também. Em todos os momentos procuramos observar como a apropriação do conhecimento surge como ferramenta nas experiências e vice-versa. Sendo dois elementos importantes para esta análise que se constitui interdisciplinar, articulando conceitos e categorias de diversos campos do saber, mediados pelo campo etnográfico, numa leitura com perspectiva educacional e antropológica: primeiro, como este aporte trazido de outras investigações, com olhar atento aos processos de educação popular para problematizar as formas pelas quais agricultores/as se constituem e se organizam num *projeto de vida* e ainda, como elemento constituinte de práticas sociais alternativas não deterministas, mas em movimento no qual os processos se refazem e os atores se apropriam, ao mesmo tempo em que interferem nestes; segundo, *agroecologia* como forma de organizar a vida nos espaços que pressupõem outras posturas e concepções na relação com a terra e seu entorno e das pessoas entre si e nos coletivos, mediados por conhecimentos que circulam em rede e se “endurecem” à medida que os processos sociais colocam em relevo e expõem socialmente ao debate e reconstruções.

O texto que segue está organizado em seis capítulos, sendo que cada um segue um corte de tempo da problemática, *antes* e *depois* de estar na agricultura ecológica, a partir de narrativas de vida descritas. Pois, se o *antes* não configura totalmente ter sido um *agricultor/a convencional*, mesmo assim migrar para este outro sistema significou rupturas, contestações e reconstrução de *projetos de vida* nos grupos familiares e de desenvolvimento nos *coletivos políticos*. O primeiro capítulo versa sobre a descrição do contexto etnográfico da agricultura ecológica, tendo como fio condutor a constituição dos processos sociais de educação e de organização. Isto porque a agroecologia vai sendo “enredada” dos primeiros nós aos fios que se tecem, nas experiências dos Grupos de Base, das Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAS), dos Grupos de Gestão de Sistemas Produtivos (GSPs), do Projeto Vida na Roça (PVR)<sup>18</sup> e o do Curso de Pós-médio e Técnico em Agroecologia, entre outros. Concomitante a essa perspectiva, o organizativo se concretiza por meio das associações, da construção de agroindústrias, nas feiras livres, nos grupos que debatem projetos de desenvolvimento nos municípios e na constituição da Rede Ecovida. Nossa análise parte da “Revolta dos Colonos” (1957) como um campesinato que inicia seus processos na luta pela posse da terra,

---

<sup>18</sup> Concepções e ações deste processo social organizativo e de educação ver em Assesoar; Facibel (1997 a, 1997 b)

organização familiar e comunitária e aos poucos vai solidificando organizações sociais próprias, que vão sendo fortalecidas e emergem como mediadoras na reorganização desta agricultura ecológica. Também fomos situando o leitor na trajetória feita para chegar a se nominar como agricultura ecológica, situando contextos e estudos em que categorias como *desenvolvimento sustentável, alternativo e multidimensional*, assim como, agricultura *alternativa, orgânica* e atualmente *ecológica*, foram se planificando e sendo sustentadas. Os mediadores/as surgem como atores importantes, que por meio das suas reflexões pautam os avanços na categoria, tanto na sua forma substancial quanto conceitual.

O capítulo dois “A agroecologia enquanto se faz”, trata de evidenciar nas micro-análises, por meio de algumas narrativas, as vivências cotidianas no espaço da unidade familiar na relação com os processos sociais – os *projetos de vida* e os sentidos sociais que se imprimem nas práticas e estratégias. Também tentamos demonstrar a conexão entre reprodução social no entrecruzamento dos vínculos familiares e institucionais, mediante os quais se está construindo uma rede de conhecimentos. As relações de gênero (ampla participação das mulheres) e de geração (os jovens com perspectiva em permanecer na agricultura familiar, com interesses próprios) demonstram o papel deste novo conhecimento produzido, em contraste com uma agricultura imersa nos pacotes tecnológicos, essencialmente masculinizada, com escassas proposições de processos de educação e intercâmbios entre os pares. Nosso propósito principal é trazer à tona os caminhos para a constituição do *projeto de vida*, olhando diretamente para a organização social interna da UPVF, na interação, nas tensões e nas transformações que se imprime a partir do compromisso que estes interlocutores/as afirmam ter com o *tripé* da agroecologia: *produção/geração de renda; sustentabilidade do ambiente; sucessão e relações*. Tendo em vista que esse *projeto de vida* se articula ao conceito de *campo como um lugar bom de viver*, por isso a atenção e ênfase na *multidimensionalidade*, pautado pelas necessidades de educação, lazer, produção, relações, geração de renda, entre outros.

O terceiro capítulo foi construído a partir das tensões vivenciadas por estes agricultores/as no que se refere a fazer uma agricultura ecológica, no contraste com a *convencional*. Da organização dos espaços, da “reinvenção” das tecnologias, do tempo de trabalho e dos instrumentos disponíveis à percepção que construíram da agroecologia e as relações, bem como, as formas pelas quais são vistos e classificados por estarem imersos a outro sistema, em que nem *tudo está pronto*. Ocupamo-nos também em explicitar a problemática da produção de tecnologias para diminuir o peso do trabalho e facilitar o cotidiano da produção, problematizando as relações das políticas públicas, órgãos de

pesquisa, na interação com agricultores/a (inventores/as de tecnologias) para produzirem e aperfeiçoarem conhecimentos e instrumentos (maquinários) para a realidade das pequenas e íngremes extensões de terra. As narrativas selecionadas demonstram as capacidades dos interlocutores/as e as reflexões que fazem a respeito das suas práticas, *manejos* e técnicas, demonstrando que a pesquisa para esta agricultura que emerge, teria que estar vinculada ao poder público, colocando os conhecimentos das engenharias e demais áreas, por exemplo, na negociação com os “usuários”, que conhecem suas necessidades, dando curso ao que se propõem.

No capítulo quatro procuramos descrever as estratégias de comercialização que os agricultores/as constituíram para dar conta da circulação do *produto ecológico* – uma mercadoria pensada em termos culturais e sociais, com atributo de *alimento limpo*, pensado do lugar da família, como já sugeria Galeski (1977), na qual a unidade campesina é o lugar onde se pauta a produção de consumo das pessoas e que são valoradas para a comercialização. O itinerário desta “mercadoria”, ratificada nos processos de certificação, se coloca na sociedade em distinção ao produto oriundo da agricultura de exportação, por carregar consigo estas características ecológicas e culturais dos consumos pautados por grupos locais e da flexibilidade dos produtos na produção e conservação. Por ora, as facilidades em comercializar residem numa perspectiva de “mercado local” a serem ainda fortalecidos por meio dos programas de governo, que estão em construção, para abastecer localmente espaços públicos e supermercados, pois além disto, ainda são dificultosos os caminhos de legalização no que se refere às exigências do Estado e dos selos de produto orgânico, o qual está sendo reestruturado em nível de poder público. A Rede Ecovida, no processo de certificação participativa, se constitui como mecanismo que facilita e atesta os atributos do produto ecológico na comercialização, todavia, ainda há o desafio de construir, solidificar mercados locais e ter escalas de produção (mais grupos produzindo de forma ecológica) para este abastecimento. Imaginemos então que este “drama social” de ter *o que e para quem vender* é ainda mais intrincado quando se trata de ir além das fronteiras regionais.

O capítulo cinco versa sobre a análise do itinerário da *geração de renda* nos grupos familiares ecológicos e as formas de investimentos, possibilitados principalmente pelos financiamentos de crédito. Considerando que a renda familiar se obtém basicamente por meio da comercialização da produção e da agroindustrialização de alimentos, assim como, alguns itens artesanais, em feiras livres, cooperativas, mercados de produtores/as, de porta em porta, entre outros. Estes produtos, por sua vez, passam de um estatuto de consumo para o de “mercadoria”, meio pelo qual se alcança a *renda monetária*. Embora todos os itens de

consumo são também contabilizados por estes interlocutores/as como renda, contribuindo para uma revitalização da categoria à medida que “poupam” de comprar parte destes nas redes de comércio, possibilitando uma sobra maior para investir em outros itens de necessidade e melhorias no espaço doméstico e de trabalho na unidade familiar. Nesse sentido, os investimentos de crédito são problematizados na perspectiva de investimento social e desafiados, em vista da reconstrução de regras e critérios que possibilite o acesso destes, a partir dos princípios da agroecologia, considerando os *manejos*, formas de trabalho e a composição da renda. Seria este uma forma de possibilitar a entrada de mais grupos familiares para agricultura ecológica e a viabilidade e fortalecimento das unidades que já estão nessa perspectiva.

No capítulo seis voltamos a atenção aos processos sociais classificados como eventos etnográficos – dinâmicas festivas de conhecimento, diferentes das que descrevemos no primeiro capítulo, como os cursos e coletivos de estudo com maior duração. Classificamos como rituais, trazendo esta perspectiva também como ferramenta de análise e a identificação das diversas formas que estes “eventos” colocam assento no que é “dito e feito” nas unidades familiares, “endurecendo” a rede por meio da produção de místicas, marchas, discursos, gritos de ordem, contestações, dramatizações, músicas e danças, com os quais os conhecimentos que sustentam essa dinâmica aparecem “enredados”, renovando as forças e as energias, mediados pelo símbolo principal: a semente como reprodução da vida. Tanto as Jornadas de Agroecologia quanto as Festas das Sementes examinadas são também formas de resistência, de crítica e de lutas sociais para serem vistos na agroecologia que se faz, ou seja, colocar estas vivências em destaque e em disputa, na emergência de um projeto social distinto no “campo de forças” que reside tal sistema de agricultura.

Finalmente, destacamos as proposições de nossa investigação em trazer à tona, nas experiências dos grupos familiares ecológicos e nos processos sociais, a construção da categoria da agroecologia na região, colocando em evidência o papel fundamental das unidades familiares na sua reorganização e na constituição de projetos de desenvolvimentos que se agregam. O esforço empreendido em descrever esta dinâmica, suas tensões e estratégias, levadas a cabo no interior e nas relações entre entidades, organizações e movimentos sociais, visam construir o diálogo com outros conhecimentos produzidos em outras investigações, em áreas interdisciplinares sobre a agricultura ecológica em curso que se movimenta dinamicamente.



# I

## **Agricultura Ecológica: tecendo os primeiros fios da Rede**

Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas [e fatos] não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando.

**Guimarães Rosa**

Este capítulo versa sobre a constituição da categoria da agroecologia, considerando que os processos educativos e organizativos situam-se num contexto de lutas sociais, atuação das entidades, organizações e movimentos sociais. Conhecimentos (cursos, seminários, palestras, oficinas), formas organizativas, eventos festivos situados no trabalho da mediação, contribuem para tecer uma rede sócio-técnica (LATOURET, 1999, 2008) que agrega mudanças de tecnologias com base ecológica aliada às lutas de classes, relações de gênero e geração na participação e emergência de um campo político que sustenta a base social e técnica desta agricultura ecológica. Da trajetória da agroecologia que nos ocuparemos, evidenciando seus sentidos sociais e construções.

Desde a luta pela posse da terra, as formas de organização se constituem um *ambiente* favorável para a emergência da categoria nos seus sentidos substanciais e nas contribuições que esta experiência imprime para e dos campos disciplinares que formam a agroecologia (ou esta como um campo disciplinar, como alguns o veem, ou mesmo nas ciências ecológicas). Não isentas de tensões e contradições que os atores/as identificam, observamos-a como processo social em movimento, como assinala Turner (2008), no qual pessoas e grupos organizados lutam para imprimir mudanças.

Situamos esse contexto, desde a Revolta dos Colonos até atualidade, como um campesinato que toma formas distintas e não escapa às investidas da agricultura de cunho moderno conservador, mas que atua na construção de ações e estratégias em prol da agroecologia, primeiro na organização de entidades onde se situam os atores coletivos e os grupos familiares e, segundo, nas peijas por políticas públicas para agregar lutas em oposição a este modelo.

## O Sudoeste da Revolta dos Colonos

Do ponto de vista físico a mesorregião está localizada ao Sul do Brasil, no Sudoeste do Estado do Paraná, sendo também nomeada de Território Sudoeste<sup>19</sup>. Situada a oeste na divisa com a Província de Misiones da Argentina e à margem esquerda do Rio Iguaçu, ao sul faz limite com o Estado de Santa Catarina e ao norte com a Região Centro Sul. Com base no Censo do de 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE<sup>20</sup>, a Mesorregião Sudoeste do Paraná conta com uma população de 587.505 pessoas, 30.062 a mais em relação ao resultado do Censo do ano de 2000. Sendo que a população urbana somou 412.624 e a rural 174.881 habitantes, com diferença de 237.743 pessoas.

A agricultura na região Sudoeste do Estado do Paraná, na forma como se constitui no marco do tempo, é recente e tem seu início nas práticas agrícolas das culturas caboclas e dos imigrantes. Pois, é uma das últimas regiões do Estado que os imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina tomaram posse das terras, em torno dos anos de 1945, e organizaram suas formas de vida e produção. Por isto, é um campesinato singular sob vários aspectos: primeiro, pela ocupação de terra na sua forma cabocla (ter a posse por contrato, para garantir a vida do grupo familiar) e depois pelos imigrantes (como proprietários)<sup>21</sup>; segundo, pela luta com o poder público para manter-se na terra em relação à legalização dos títulos; terceiro, pelas lutas sociais (de classe, de gênero, de geração entre outras) que travam na constituição de formas organizativas em torno da resistência, enfrentamento e a geração de *alternativas* para manterem-se, ainda hoje, como agricultores/as.

Ao chegarmos pela primeira vez no Sudoeste do Paraná, a região nos foi apresentada e caracterizada por alguns mediadores/as das organizações, como um dos poucos lugares em

---

<sup>19</sup> Com a organização territorial de desenvolvimento proposto pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), foram agregados mais sete municípios à Mesorregião Sudoeste do Paraná, classificação do IBGE, passando de 37 para 42, além de diferenciar-se pelas funções sociais e políticas que remetem o agrupamento territorial. Ver Schneider (2004, 2009) Schneider; Blume (2004) Schneider; Tartaruga (2006) sobre os significados que imprimem as nomeações territoriais nos debates sobre desenvolvimento e os significados que esta nomeação vem agregando na formulação de políticas públicas. Ver também Torrens (2007) sobre *Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do sudoeste do Paraná* e Saquet (2006, 2007) sobre possíveis abordagens e concepções de Território Outros estudos sobre território e desenvolvimento pode ser encontrado nos estudos do Grupo de Estudos territoriais (Geterr) da União como nas seguintes publicações que reúnem estudos de vários autores: Ribas et al. (2004); Alves et al. (2005, 2008); Saquet et al. (2008).

<sup>20</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. (IBGE, 2011)

<sup>21</sup> Ver Abramovay (1981); Gomes (2005); Boneti (1997, 1998, 2005,2009).

que um povo campesino<sup>22</sup> resistira, lutara e expulsara o *inimigo* em prol de uma terra já ocupada e cultivável, mas que aparentemente fora tomada como *sem dono*. E, assim é conhecida, nomeada e narrada por parte dos seus habitantes, entre outras nomações<sup>23</sup> que grupos sociais o atribuem. A violência, a extorsão e a tortura foram as estratégias de companhias que tentaram a apropriação indevida do espaço<sup>24</sup> que já era de posse e de cultivo de grupos sociais nativos (caboclos) e imigrantes, em que suas trajetórias pareciam invisíveis aos olhos do inimigo. Mas, o que nos surpreendeu foi a caracterização feita por interlocutores/as de ser o *lugar em que campesinos venceram uma luta armada em prol da posse da terra*.

Mais do que uma região caracterizada pelo recorte demográfico, é um espaço socialmente construído, no qual figura uma classificação simbólica e substancial, a qual se rememora, por alguns grupos sociais, constantemente à *Região da Revolta dos Colonos*. Região da luta! Luta armada no limiar das lutas sócio-políticas. Espaço marcado pela luta do campesinato<sup>25</sup> e posteriormente inclui-se a agricultura familiar<sup>26</sup>, demarcada nos últimos cinquenta anos por muitas nuances, densidades, “dramas”<sup>27</sup> (TURNER, 2008) e proposições

---

<sup>22</sup> Na região, o uso da categoria campesinato atualmente é marcado pelas acepções ideológicas dos movimentos sociais, principalmente a Via Campesina, onde está o Movimento Sem-Terra. As outras organizações e entidades também utilizam esta denominação, mas conforme o contexto e suas opções ideológicas. Na maioria das vezes, aparece demarcada nos discursos no que se refere às posturas das lideranças. Por exemplo, em uma mesma entidade há pessoas que falam mais de campesinato e outras que se referem à agricultura familiar, ora para se referir à defesa de causas e lutas que acerbam as mesmas. Já as entidades ligadas ao cooperativismo nomeiam e narram sua prática política com base na categoria da agricultura familiar, que surgiu mais recentemente para diferenciá-los do chamando agronegócio ou agricultura empresarial. Atualmente, também tem relação com a Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nós optaremos pelas duas categorias de forma a não contrapor uma em relação à outra, porque ambas estão presentes na agricultura agroecológica e estão imbricadas nas formas como esta se constituiu na região.

<sup>23</sup> Às mesorregiões popularmente são atribuídas nomeações qualitativas em função de atividades produtivas, processos históricos, culturas, entre outros, que a denominam, por exemplo, região da soja, região do café. Todavia, estas são marcadas ideologicamente pelas posturas de grupos sociais, por exemplo, fatores que não interessam, são suprimidos dependendo do ângulo que se vê e se constrói discursos socialmente e politicamente e as formas como tais nomeações são colocadas em evidência, como festas, feiras, atos, rememorações, procissões, entre outros. Por exemplo, na região contrastam as ênfases que se dão às feiras organizadas pelo *agronegócio* e os eventos da Agricultura Familiar e Camponesa, muitas vezes disputam ideologias nos mesmos espaços, como nos parques de exposições, no mesmo evento ou em momentos distintos, cada qual com seu.

<sup>24</sup> Bourdieu (2007, p.160) contribui para a leitura da constituição social deste espaço do Sudoeste do Paraná tanto pela localização ou posição relacional que ocupam lugar físico e social quanto pelas posições que cada grupo ou indivíduo ocupa num jogo de forças, como *agentes sociais* constituídos pelas relações que se disputam com esse espaço e por posições que o constituem em relação com outros lugares.

<sup>25</sup> Sobre as transformações no Campesinato da Região ver Abramovay (1981); Marschner (2008).

<sup>26</sup> Para Wanderley (2001, p. 21) “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.

<sup>27</sup> A categoria “drama” tem sentido a partir de Victor Turner (2008) como formas de embates gerados nos conflitos entre os modelos de desenvolvimento em curso. O conflito ao qual se refere o autor na sociedade dos

para a permanência dos agricultores/as na terra e nela viabilizarem-se de forma sustentável. Isso significou para a pesquisadora escutar muitas vezes, de diferentes vozes, nas ocasiões em que construímos as narrativas de vida, como foram os primeiros tempos na chegada à região.

Marcados pelos sofrimentos nas atividades braçais do desmatamento, da construção do paiol, da casa, da roça para cultivo do milho e da criação de porcos, como práticas de sobrevivência e organização das localidades<sup>28</sup>. Os caboclos que anteriormente viviam na região tinham uma prática mais extrativista, com exceção de alguns que já haviam desenvolvido algumas experiências de comércio com a Argentina de porcos criados no mato e de couro de animais silvestres, mesmo que isso conte como uma experiência incipiente (BONETI, 2005). A atividade agropecuária, como nos remete sua acepção, no cultivo de vegetais e criação de animais para consumo e comercialização, bem como, a estruturação das unidades produtivas e sócio-organizativas para dar curso à produção, foi construída pelos descendentes de imigrantes. Segundo o autor, a partir dos estudos de Max Weber, os migrantes trouxeram com eles outra racionalidade. Isso significa o reconhecimento da cultura cabocla e suas formas de sobrevivência neste espaço, anterior à ocupação e demarcação das terras, na vinda dos grupos familiares dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Circulamos pela região e ouvimos as trajetórias da ocupação, geralmente narradas pela geração anterior aos agricultores/as em que estávamos desenvolvendo esta investigação. Em algumas situações ao ressaltarem sobre aspectos físico-geográficos da unidade familiar, alguns interlocutores/as fizeram menção dos motivos da ocupação neste lugar, geralmente pela disponibilidade de água e alguns, com raras exceções, mencionaram que mudaram mais que uma vez de município a procura de terras melhores (menos íngremes). Outros já não estão mais localizados nas áreas de terra que seus pais e avós se instalaram, pois já é

---

Nedmbu são como “episódios de irrupção pública de tensão. Trata-se de uma luta para se contrapor à lógica convencional, constituindo uma “arena” como palco concreto de lutas. O referido autor argumenta que em todos os lugares de suas investigações observou persistência, movimento, dinamismo nas relações com perspectivas de mudanças. Em outras palavras, é com esse olhar que observamos as trajetórias, constituídas nos “dramas” que enfrentam para constituir a agroecologia e é o que o autor denomina de paradigma (regras de constituição, organização e vivências), na qual os conflitos gerados nas questões relacionadas à geração de renda, princípios, valores, formas de trabalho, organização de espaços e tempos, entre outras dimensões, entram em conflito e fazem emergir aspectos fundamentais da sociedade, problematizando poderes políticos. (TURNER, 2008, p. 19 - 31)

<sup>28</sup> Boneti (2005) afirma que essas diferenciações entre Caboclos e descendentes de imigrantes quanto à construção de uma estrutura física de sua organização social, deve-se ao fator que os primeiros não tinham uma infraestrutura produtiva definida na unidade familiar, o que dificultava essa organização social comunitária, como igrejas e salões. Todavia, tinham suas formas de vivenciar a religião e as atividades de lazer como bailes e comemorações sociais e religiosas.

aquisição por parte destas gerações atuais ou pela mudança dos próprios avós e pais, de um município para outro, a fim de ficarem próximos a pessoas com quem obtinham laços de parentesco, compadrio ou amizades anteriores a vinda para a região. O Sr. Adir relatou que seu avô instalou-se próximo ao Rio Chopim pela abundância de água, de nascentes e a fertilidade das terras.

O processo de ocupação das terras iniciou no final do século passado, mas intensificou-se na década de 1940 pelos processos de migração das populações do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a maioria filhos e netos de imigrantes europeus. Esse movimento teve como principal fator a busca por áreas onde ainda houvesse uma quantidade significativa de terras a ser desmatada e cultivada, pois tais recursos naturais oferecidos pela mata dos pinhais formavam um cenário rico em *terra fértil e madeira nobre*. Em seus locais de origem já havia limitações quanto a posse de maior quantidade ou até mesmo de se obter uma área para trabalhar e sobreviver. Boneti (2005) afirma que os migrantes chegaram neste lugar com objetivos definidos de se instalar, cultivar e construir uma organização sócio-física a fim e criar/educar os filhos/as.

Milho, feijão, trigo, arroz, entre outras culturas e a criação de gado de leite e de corte, assim como a criação de suínos e aves, tornara-se uma fonte de sustento dos grupos familiares juntamente com os produtos das colheitas de tais plantios, configurando-se uma agricultura caracterizada por policultivos. Vieram homens, mulheres e crianças com suas roupas, alguns utensílios domésticos, as sementes, os sonhos, as formas de cultivo, as ferramentas de trabalho e a vontade de *fazer a vida* na região, depois de ouvirem em seus estados que neste lugar *havia terra boa e madeira de lei*. Negociaram com os caboclos, além da demarcação de seus lotes, os aprendizados na lida da erva-mate e na extração da madeira. Constituíram a partir desse momento grupos sociais heterogêneos com estratégias de um campesinato singular que se transforma e se refaz até a atualidade, ancorada nas lutas sociais, como versa esta investigação sobre uma destas formas de permanência e viabilidade – agricultura ecológica, porém em movimento.

A produção era destinada à manutenção das famílias e dos animais. O *baixo custo* da produção contribuía para o crescimento e permanência na agricultura por determinado tempo. As terras eram ricas em nutrientes e a biodiversidade da natureza corroborava para o controle e certo equilíbrio de plantas espontâneas e insetos, assim como, eram menos freqüentes os fenômenos como tempestades, estiagens ou intensas chuvas prejudiciais aos ciclos da produção agrícola. Era *plantar, cuidar, colher e comer!* Como se referiu a mãe do Sr. Décio. Logo, organizou-se o sistema de vendas dos excedentes para o armazém da localidade – mais

uma experiência comercial, pois ao vender o porco ou milho, por exemplo, o agricultor/a já comprava seus mantimentos, anotando-os numa caderneta (BONETI, 2005). Esse sistema de produção se manteve, mais ou menos, por três décadas, mas a partir de 1970 inicia-se o processo da modernização<sup>29</sup> da agricultura<sup>30</sup>, quando aumenta o monocultivo dos grãos, os complexos industriais integrados, o uso de maquinários e insumos agrícolas, bem como as formas de comércio com as empresas.

Tendo como categoria a Revolta dos Colonos<sup>31</sup>, três momentos figuram neste campesinato do ponto de vista sócio-histórico: uma agricultura marcada pela ocupação da terra, caracterizada pela forma cabocla na lida com a erva-mate, madeira e suínos; a ocupação<sup>32</sup>, depois a luta pela posse da terra, na década de 50, quando as concessionárias da companhia Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA) se instalaram na região; e atualmente na luta para se manter no espaço desta terra, reproduzindo-se e fortalecendo-se como agricultores/as, inclusive, na constituição das organizações sociais que coexistem na região. Campesinato é uma categoria que o Movimento dos Sem Terra (MST) e algumas entidades fazem acepção para distinguirem-se da agricultura vinculada à modernização conservadora, mesmo que a Agricultura Familiar, a exemplo da agroecologia, diante dos avanços tecnológicos se reconstrói e se reproduz adotando princípios, valores e diretrizes oriundas de um campesinato tradicional anterior, rediscutidas neste “movimento” ou “sistema”. Todavia, encontramos no campo etnográfico agricultores/as ecológicos/as que se nomeiam com ambas as acepções.

Entre as características com vínculos ao campesinato, citado por interlocutores/as, está a *autonomia* na agricultura, por não se submeter à racionalidade do *pacote tecnológico*, a exemplo do que argumenta Galeski (1977) já podem pautar seu processo de produção do lugar de vida do grupo familiar, construir estratégias de comercialização, processos de formação e organização, como versa as narrativas desta investigação, entre outras

---

<sup>29</sup> A partir de autores como Altieri (2004), a modernização da agricultura denominada revolução verde ocasionou no mundo, em especial nos chamados países em desenvolvimento, o empobrecimento crescente dos camponeses, o êxodo rural e inchaço das periferias nas cidades, por conta da inserção de modelos agrícolas pensados para cultivo em grandes extensões de terra, baseadas no monocultivo, uso de insumos, de agrotóxicos, de sementes híbridas e maquinários pensados para terra não acidentada, entre outros fatores. Atualmente ainda há a inserção das modificações genéticas como a transgenia.

<sup>30</sup> Sobre a modernização agrícola no Sudoeste ver Santos (2008).

<sup>31</sup> Sobre a Revolta dos Colonos várias abordagens encontram-se em: Gomes (2005); Lazier (1986); Myskiw (2002); Pegoraro (2008); Martins (1986); Boneti (1997).

<sup>32</sup> A ocupação das terras dessa região, segundo Gomes (2005, p. 13), antes de 1940 foram decorrentes de imigrações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e intensificadas na década seguinte pela ocupação de terras devolutas ou pela compra da posse do caboclo. Sobre as disputas das terras na Sudoeste do Paraná ver Battisti, (2006).

características que perpassam o sistema da agroecologia na região. Outra característica demarcada no campesinato é a luta pela posse da terra que vem acontecendo desde a Revolta, sendo que há uma forte atuação do MST e do próprio Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB nesta perspectiva.

A resistência e a luta pela terra aconteceram nessa região por meio da revolta violenta, no ano de 1957, na qual muitos colonos foram assassinados pelos jagunços – homens vindos de outros estados e preparados para a luta violenta - defensores dos interesses das companhias que se instalaram na região para pressionar a legalização dos títulos das terras já habitadas e cultivadas pelos colonos. Com o projeto de colonização agrícola o governo federal iniciou um processo de facilitação para a migração de colonos – homens, mulheres e crianças advindas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esses, ao chegarem à região encontraram os caboclos com o quais constituíram uma convivência isenta de conflitos, pois havia muita terra a disposição. Iniciaram a compra ou a ocupação das terras, a construção de suas casas e a derrubada de mato para o cultivo da lavoura. Muitos haviam vendido seus pedaços de terra nos estados de origem e não tinham conseguido ainda comprar a terra, estavam instalados em casas de parentes e amigos.

Essas terras consideradas “devolutas”. Ora pertenciam ao governo estadual, ora ao governo federal e, ainda eram objeto de disputa com a Argentina que reivindicava para seu território desde a fronteira até mais ou menos no município de Mangueirinha (PR). Quando pertenciam ao governo federal, o presidente Getúlio Vargas incentivou a migração dos colonos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para as chamadas colônias agrícolas, mais especificamente na Gleba Missões e Chopin. Interlocutores/as relataram que souberam destas terras por meio de jovens que ao saírem do quartel recebiam um bilhete, nos dois estados do Sul, informando sobre a disponibilidade de terras nessa região para exploração e cultivo. A parte que hoje corresponde a Clevelândia, Palmas e todo o Sudoeste foram entregues pelo governo federal em troca do pagamento da construção da estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Mas, enquanto objeto pertencente ao estado, o governo Lupion criou a CITLA para a legalização dos títulos das terras, exigindo em troca o pagamento por parte dos colonos, que resistiam, pois já haviam comprado a posse na maioria dos casos. Para a exploração da região e o suposto projeto de desenvolvimento desse governo, também se criou a estrada de ferro Ponta Grossa-Cascavel e para prover o pagamento havia que arrecadar recursos financeiros dos que estavam na posse da terra nessa região. A riqueza que estava em jogo consistia na fertilidade das terras e na exploração da madeira nativa de lei, principalmente araucárias.

A Clevelândia Industrial Territorial Ltda - CITLA, responsável pela cobrança dos títulos em troca da legalização das terras, não economizou esforços para obrigar os que ali estavam a tal intento, segundo testemunhas desta revolta defendem que os colonos resistiram porque se guiavam pelo seguinte raciocínio: “[...] *se essa terra fosse da CITLA mesmo [...] o governo não criaria uma colônia agrícola em cima de terra que não seria dele*”<sup>33</sup>. Na luta pelo direito da posse ou da compra anterior, os colonos resistiam à assinatura dos documentos, bem como, aos pagamentos exigidos. O uso da violência, os massacres, o aliciamento de mulheres e as torturas a elas e às crianças por parte de jagunços das companhias e mais tarde por parte também da inserção de outras duas: a Comercial e a Apucarana - quando a CITLA vendeu parte dos títulos - intensificou tal conflito.

Dentre as situações de violências sofridas pelos colonos estava a obrigatoriedade em aceitar as condições impostas para a legalização da terra, na condição de fazer os pagamentos exigidos pela companhia, para os que já tinham comprado suas terras, ou a compra por parte dos que tinham o dinheiro para tal fim. Nesses casos os jagunços eram orientados a investir em ataques violentos caso os colonos resistissem às assinaturas dos documentos de legalização, tendo que levar para os chefes: “[...] *uma lembrança dos mortos ou o dinheiro*”<sup>34</sup>. Nesse contexto de guerra em prol do direito a posse da terra, *as mulheres*, junto com *os* homens, saíram de dentro de casa e foram à luta em defesa da causa, dos filhos, da terra e dos maridos. Os colonos se revoltaram com a violência e o massacre e se organizaram para a expulsão das companhias em nove de outubro em Pato Branco e dez de outubro em Francisco Beltrão, no ano de 1957. A revolta foi notícia em toda a imprensa nacional e entre as manchetes encontramos, num jornal da época, o anúncio sobre a participação das mulheres: “*No Paraná até as mulheres pegaram as armas para lutar contra os ladrões de Lupion*”<sup>35</sup>. Logo, a participação das mulheres na resistência e no confronto foi significativa, tanto na resistência e proteção à família, quanto ir para a guerra matar ou se arriscar a morrer.

Mas isso não terminou quando no dia nove e dez armou-se a revolução e expulsaram-se as companhias para tomar o poder na região. Para aqueles que ficaram, com suas casas queimadas, saqueadas e para as mulheres vítimas da violência e da viuvez, o sofrimento continuou e a luta para dar conta da reconstrução da vida, da educação e o sustento dos filhos

---

<sup>33</sup> Depoimento do Sr. Walter Pecoits, médico de Francisco Beltrão, participante da revolta, que assumiu como prefeito da cidade, quando a praça, no dia 10 de agosto de 1957, foi tomada pelos colonos e expulsaram as companhias (INDENIZAÇÃO da Vítimas de 1957, 1997).

<sup>34</sup> Depoimento da Sra. Paula Preilipper. (INDENIZAÇÃO das Vítimas de 1957, 1997)

<sup>35</sup> Imagem da manchete do jornal não identificado que aparece no vídeo da *A Revolta dos colonos* produzido pela Assesoar de 1987. (A REVOLTA dos Colonos, 1987)



intensificou-se. As estratégias das mulheres e dos homens para a resistência em permanecer na região e na luta diante da guerra que invadiu a paz e tentou destruir os sonhos dos colonos que nesse espaço se colocaram, foram fundamentais para o contexto do campesinato da região na forma com se apresenta atualmente.

## **O Sudoeste das Lutas Sociais**

Com o crescimento demográfico e social da região alguns municípios como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, constituem-se em polos urbanos (IPARDES, 2004), onde há uma concentração populacional e estão localizadas as sedes das agroindústrias alimentícias - empresas de grande porte especializadas no abate de aves, nas quais trabalham muitas pessoas residentes na cidade e às quais agricultores/as que trabalham na criação de aves são estão vinculados pelo sistema de integração.

Na atualidade, como as demais regiões do país, o Sudoeste vivencia as transformações na agricultura em relação às consequências da modernização: enfraquecimentos e biodegradação dos recursos naturais, colheitas frustradas, empobrecimento da população, êxodo rural, entre outros. A zona urbana, conseqüentemente, também está imersa a distintos problemas como desemprego, baixos salários, violência, tráfico de drogas, pobreza e exclusão social. Apesar dos avanços no acesso à educação e à saúde, há ainda uma problemática em relação a qualidade das políticas públicas disponibilizadas à população urbana e rural. A exemplo das reflexões do Movimento da Educação do Campo, as escolas rurais acabam primando por uma educação que valoriza mais o espaço urbano, contemplado nos currículos, contribuindo para as saídas dos jovens do campo.

A economia da região é movimentada basicamente pela agricultura e pela dinâmica das empresas, sendo que no primeiro contexto, em sua maioria é constituída por unidades familiares pequenas<sup>36</sup>, algumas com diversificação de atividades produtivas mais acentuada ou com produção ecológica, mas predominantemente imersas ao modelo de produção dos monocultivos de grãos ou na integração de tabaco, avicultura ou suinocultura. Há também

---

<sup>36</sup> Estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2006) avaliam as condições sócio econômicas em comunidades rurais pobres. Outros elementos que caracterizam o Território Sudoeste ver: IPARDES (2004, 2005).

indústrias têxteis, de metal mecânico e comércio em geral, e os complexos agroindustriais dos grupos: Sadia, Galha Azul, entre outras, que empregam muitos trabalhadores/as.

Alguns grupos familiares de agricultores/as possuem em suas unidades os aviários integrados, alternando, na maioria das vezes, com a produção de leite e de alimentos para a subsistência. Outros grupos associam a produção de alimentos e venda do excedente à produção de leite ou de grãos. Há ainda grupos que trabalham com o monocultivo de milho, trigo ou soja, classificados pelos interlocutores/as do campo etnográfico como *convencionais*. Contrário a este modelo de desenvolvimento que sustenta esta agricultura, se cunham os processos que passam a incentivar e sustentar um sistema da agroecologia e produzem diversificadas culturas, a exemplo da horticultura, fruticultura e das agroindústrias familiares de queijos, de vinhos, de sucos, de embutidos de carne, de açúcar mascavo, de panificação e de doces, entre outros, geralmente associadas à produção para subsistência.

No *campo*<sup>37</sup>, em cada unidade de produção geralmente vive um grupo familiar composto por pais e filhos. Contudo, depois de casados, são raros os casos em que os filhos/as permanecem na mesma unidade, com trabalho e organização econômica coletiva. Também é mais difícil acontecer o casamento de um agricultor/a com uma pessoa da cidade, em que os mesmos passam a viver na agricultura. O trivial é ocorrer o contrário: muitos jovens, homens ou mulheres, casam-se com alguém da cidade, onde passam a trabalhar e a viver. Constata-se ainda a redução do tamanho das famílias agricultoras. Os casais de gerações passadas tinham em média entre oito e dez filhos. Atualmente, a maioria tem entre dois e três filhos, alguns poucos chegam a quatro ou cinco.

Os agricultores/as residem e trabalham na Unidade de Produção e Vida Familiar - UPVF, sendo as unidades habitacionais compostas por casas de madeira e alvenaria que, em sua maioria com acesso a água potável e eletricidade, porém sem rede de coleta e tratamento de esgoto. Os cômodos, na sua forma trivial, compõem-se de dormitórios para casais, meninos e meninas, sanitários, sala de estar, cozinha e varanda, algumas mais incrementadas com azulejos e pisos recentes, outras mais simples como nas residências de madeira. As populações mais pobres no campo passaram a contar com financiamentos de programas do Governo Federal para a construção da casa própria, mediados por entidades representativas

---

<sup>37</sup> *Campo* caracteriza um espaço onde vivem os sujeitos da pesquisa. Essa classificação está ligada a uma nomeação usada na região pelos movimentos sociais, entidades e instituições, pois, para marcar suas opções, conflitos e lutas sociais, há uma terminologia que se constitui em classificações com polaridade social e ideológica: campo/cidade, zona rural/zona urbana, agricultura empresarial/agricultura familiar, convencional/alternativo. Cada um desses binômios está ligado às formas de concepções, de relações, de ocupação nesse espaço e representam “modelos” dos grupos sociais distintos. Ver Hertz (1980) “A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa”.

como o Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF).

Quanto ao êxodo rural, o maior movimento é da população jovem, que cada vez mais cedo sai do campo para a cidade com o intuito de concluir os estudos ou trabalhar. No campo, as pequenas escolas de nível fundamental foram fechadas e a educação passou a ser oferecida num núcleo maior, que agrega várias localidades, ou na cidade, mediante oferta do transporte escolar. Esses são alguns dos fatores apontados pelos agricultores/as nos seminários e encontros das Cooperativas, dos Sindicatos e das Associações, que contribuem para a saída do jovem no campo.

Todas as famílias possuem o hábito de alternar os afazeres da roça com os da casa, como cuidar da alimentação, da roupa, da limpeza e da organização. Aliás, o trabalho da casa *a priori* compete às mulheres e às filhas. Elas também estão diretamente envolvidas com as atividades de produção de leite (quando destinado apenas para o consumo, principalmente), ao cultivo de hortas, frutíferas, entre outras. Já os homens tomam maior parte da responsabilidade quando na UPVF investem na plantação de grãos, embora geralmente contem com a força de trabalho feminina em todas as etapas de produção: no plantio, na colheita e na capina, considerando que as lavouras mecanizadas exigem menos pessoas na atividade.

De um modo geral, o trabalho familiar é organizado em duas dimensões: as atividades cotidianas, como as do entorno da casa e a produção de leite (quando esta é a atividade principal), e aquelas ligadas aos ciclos do plantio, para os que cultivam na forma convencional<sup>38</sup>. Para os grupos familiares que se dedicam à produção diversificada ou de horticultura, no sistema orgânico ou ecológico, a rotina dura o ano todo como trabalho principal conjugado aos da casa e para alguns alternado também com a atividade da feira livre realizada na cidade. Quando sobra tempo, investem no cultivo de alguns produtos na lavoura. Para consumo, todos os grupos familiares adotam a criação de animais, principalmente aves, suínos e bovinos de corte e de leite, que se somam aos alimentos produzidos com a mesma finalidade - verduras, batata doce, feijão, abóbora, entre outros. Para grupos familiares inseridos no sistema orgânico vinculado às empresas de soja, a rotina é semelhante a da convencional.

---

<sup>38</sup> Convencional é uma categoria que designa a produção do monocultivo de grãos ou tabaco e se organiza pelas safras anuais, admitindo-se o uso de agroquímicos.

Também conhecida, nomeada e narrada como o Sudoeste da Agricultura Familiar<sup>39</sup>, é uma região de luta política acentuada. Um agricultor familiar é deputado federal e uma agricultora é deputada estadual, ambos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), além de vereadores eleitos nos municípios por este mesmo partido. Citamos estes por estarem diretamente envolvidos nas lutas sociais destes grupos. Caravanas, caminhadas, manifestações tanto em âmbito estadual como federal, contam com agricultores/as do Sudoeste participantes de organizações, associações e Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Parte dessa luta mostra-se quando um deputado federal da região torna-se autor da Lei 11.326/06 que institui a Agricultura Familiar como categoria de trabalhadores, o que a *priori* já estava presentes nas falas, discursos e na natureza das organizações desses agricultores/as como cooperativas e associações. As entidades, como referem-se os agricultores/as, são decorrentes da organização e lutas sociais que surgem quando estas têm a necessidade de se institucionalizar e se constituir em espaços onde figura a vida social desta agricultura que se opõe distintamente a *agricultura convencional/empresarial e do agronegócio*, como assinalam os interlocutores/as.

Crédito com a concepção a que se referiam os interlocutores/as no campo etnográfico como investimentos sociais, tem início na região no contexto das lutas sociais e de práticas de *agricultura alternativa* - o Fundo Rotativo. Um tipo de crédito destinado a financiar de forma sustentável projetos dos agricultores/as *pequenos/as*, com taxas de juros e formas de pagamentos construídos por estas organizações, sendo que na época os bancos não enquadravam estes grupos e seus projetos em suas regras. Somente mais tarde estes agricultores/as passam a contar com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que desde 2000 era usado como recurso para se referir à agricultura familiar, instituindo inclusive classificações específicas em seus critérios de linhas de crédito quanto a rendimentos, extensão de terra, modo de trabalho, entre outros. Em nome dessa agricultura familiar, que em outros tempos fora identificada como *pequenos agricultores/as*, é que se empenham muitas lideranças, organizações e políticos, tanto para a disputa de recursos públicos nas políticas agrícolas, quanto no empenho em construir uma consciência social

---

<sup>39</sup> Essa caracterização encontra-se na Lei da Agricultura Familiar nº. 11 326 de 24 de julho de 2006, sendo esta decorrente das reivindicações e lutas sociais de agricultores/as do país e agora uma categoria social regulamentada no âmbito no país, possibilitando existir um documento base para a formulação de diretrizes políticas públicas. Todavia, já era uma classificação presente na dinâmica social e produtiva, além de ser operada nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 e operado em 1997. No mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) para operar e cuidar dos interesses dessa categoria. Como categoria teórica, ver as reflexões de Neves (2005a, 2005b), Wanderley (2001) e Abramovay (1994).

crítica, como se referem principalmente nos escritos dessas entidades. Mesmo com as limitações da institucionalização do crédito destinado a financiar sistemas distintos do *convencional*, este é o aporte financeiro disponível na ocasião e que agricultores/as ecológicos/as acessaram, mesmo que em menor quantidade em relação aos outros, pois as regras e a operacionalização se desencontram das formas de organização deste sistema.

Concomitante a outros processos na região, foram criadas, organizadas ou fortalecidas entidades<sup>40</sup> atualmente nomeadas como *entidades da agricultura familiar* e organizações populares, independente de suas naturezas, especificidades e atribuições cotidianas ou com o quadro social. Todas têm peso e influências nos conflitos, decisões e implementação de projetos, dependendo das circunstâncias, umas mais outras menos. Ou seja, conforme a especificidade do fato e sua ligação com o objetivo que se tem. Por exemplo, a formação mais ligada ao crédito é de responsabilidade do cooperativismo, enquanto os que têm um caráter mais abrangente na reflexão e debate de projetos de desenvolvimento são de interesse de mais de uma entidade. Estas assumem em seus princípios e diretrizes a opção de organização social, política, educação ou de apoio a políticas de crédito, comercialização e produção nas formas associativas, mas todas estão ligadas aos agricultores/as familiares de uma forma ou de outra. São gestadas por estes, eleitos por assembleias e organizados sob gestão de um conselho administrativo e fiscal, mais a diretoria executiva, sendo esta última geralmente composta por dois ou três agricultores/as que acompanham e fazem a gestão destas entidades, estando presentes todos os dias, pois são diretores/as liberados/as.

Essas entidades desempenham papéis relevantes na vida dos agricultores/as e vão constituindo com eles lutas de acesso ao conhecimento, ao crédito, às tecnologias alternativas e à comercialização de sua produção. Com inúmeras dificuldades, por meio de projetos financiados por organizações internacionais e atualmente recursos nacionais, tal dinâmica está se fortalecendo e suas atuações contribuindo para a distinção da região – por exemplo, é onde se inicia a organização do *cooperativismo de crédito solidário no Brasil*.

Nos processos sociais organizativos dos agricultores/as existem instituições de distintas naturezas - denominadas em suas falas de *entidades*, entre essas, podemos destacar a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), a Federação Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul (FETRAF-SUL), o Sistema de Cooperativas de Crédito

---

<sup>40</sup> A denominação das entidades é em torno do que estamos especificando, com exceção dos órgãos públicos ligados à agricultura que não citamos aqui, pelo menos por ora. Vamos nos referir às entidades para nomear o conjunto delas, assim como os agricultores/as se referem.

Rural com Interação Solidária (CRESOL), o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (SISCLAF), o Sistema de Cooperativas de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (SISCOOPAFI), o Movimento de Assentados da Reforma Agrária e de agricultores do Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento de Agricultores Atingidos por de Barragens (MAB), as Agroindústrias Familiares (AFASP) e as entidades sociais (ARCAFAR, CAPA, COOPERIGUAÇU e Instituto Maytenus), entre outros.

A Assesoar, fundada em 1966, proveniente da Juventude Agrária Católica (JAC), inicialmente coordenada pela Igreja Católica inspirada no Concílio Vaticano Segundo, depois na Teologia da Libertação e mais tarde, assumida pelos agricultores/as, distingue-se pela atuação nos aspectos organizativos e educativos, atualmente com propostas e eixos que defendem, incentivam e sustentam processos, junto com outras entidades, que têm gerado a agroecologia, entre outras atribuições no trabalho com os agricultores/a relacionados à educação popular. O MST atua na luta pela terra, com assentamentos na região, tem processos educativos por meio de projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA), como o Curso de Pedagogia da Terra, em parceria com a Assesoar e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e o Terra Solidária (em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário). Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), criados a partir de 1967, possui processos organizativos e grupos de reflexão, inserindo-se também nas lutas mais amplas a nível estadual e municipal, especialmente no que se refere aos direitos dos trabalhadores/as na agricultura. Por fim, o cooperativismo solidário com ênfase no associativismo, desde 1996 desenvolve processos de educação com os agricultores/as, lideranças e quadro interno das cooperativas no que se refere ao crédito, produção e comercialização. Neste último caso, o INFOCOS, criado em 2005, dá continuidade na coordenação, planejamento e realização da educação cooperativa.

Os processos educativos que existem na região há mais tempo foram coordenados pela Assesoar, mas atualmente somam-se aos que estão sendo realizados pelo cooperativismo solidário. Há situações em que há mais de uma Organização/Entidade trabalhando no mesmo processo ou ainda, quando iniciado e coordenado por uma dessas pode originar outros processos, geralmente organizados em torno das demandas existentes. Por exemplo, a Base Regional Sudoeste da Cresol iniciou há pouco tempo um programa de formação voltado aos jovens, financiado por ela, mas coordenado conjuntamente com o Infocos e a Assesoar.

Os processos sociais de educação promovidos pela Assesoar no início de sua atuação aconteciam por meio das pastorais da Igreja Católica, constituindo grupos de reflexão. Mais tarde, organizou-se através dos grupos de reflexão como os Grupos de Base, os Grupos de

Gestão de Sistemas Produtivos (GSPs) e as Escolas Comunitárias de Agricultores/as (ECAS). Desta última experiência nasce o Projeto Vida na Roça (PVR), para debater as problemáticas com agricultores/as de forma multidimensional, não só produtiva e econômica, mas também a educação, a saúde, o saneamento e a dimensão cultural e artística do campo. Destes desdobramentos é que se constitui o PVR, o Curso Pós-médio e depois Técnico em Agroecologia.

Pelo método da sistematização nos processos de educação coordenados pela Assesoar, objetiva-se contribuir na transformação dos agricultores/as nas UPVFs nos distintos aspectos: na produção, lazer, educação, relações, entre outros, além da consciência crítica em prol da transformação da sociedade, como assinalaram alguns mediadores/as. Atualmente o curso Técnico em Agroecologia é coordenado e acontece na Assesoar, em Francisco Beltrão, com duração de dois anos. Tem uma proposta político-pedagógica que coloca no seu centro a reconstrução do projeto de vida, sendo esta uma categoria cunhada nestes processos, pois é requisito que o educando/a além de fazer na prática, escreva seu projeto de vida e o apresente durante e no final do curso.

Eventos como seminários, reuniões e fóruns, diferem-se dos cursos, mas são espaços de educação e de organização menos sistemáticos quanto ao tempo de duração, embora alguns sejam sequenciais e integram com mais força a organização social, pois deles originam-se ações concretas a serem desdobradas nas localidades, municípios e região. Um exemplo disso é a Festa das Sementes que vem acontecendo há oito anos, promovendo a reflexão, o resgate e a troca de sementes crioulas para fortalecer a perspectiva da agroecologia. Um evento simbólico que agrega várias ações num momento festivo, reconhecido pelos interlocutores/as no campo etnográfico como um espaço de sustentação e socialização de conhecimentos.

Constatados em investigações anteriores a esta (HENN, 2010 a), algumas ações e avanços são decorrentes de processos anteriores na região. Reforçados pelos interlocutores/as, os Grupos de Base e os GSPs, iniciados em 1989 no município de Francisco Beltrão, coordenados pela Assesoar em algumas localidades, organizavam-se em torno de ações da compra coletiva, do resgates de sementes crioulas, adubação verde e debatiam questões ambientais, relações sociais, problemáticas da agricultura. Segundo interlocutores/as, eram formas de resistir e enfrentar a agricultura oriunda da modernização conservadora.

Esses grupos formalmente não existem mais, mas advém dessa experiência o grupo de mulheres, incentivado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais<sup>41</sup> e coordenado pela *Comissão*

---

<sup>41</sup> O sindicato dos trabalhadores rurais tem sido um espaço em que as mulheres, em Francisco Beltrão, têm uma participação mais reflexiva na sua gestão. Isso se deve às lutas sociais das trabalhadoras rurais na década de

*de mulheres trabalhadoras rurais ligadas a esta entidade.* O movimento de mulheres na região era formado por uma comissão regional e sua coordenação atuava junto ao sindicato em Francisco Beltrão, mais uma coordenação municipal e um grupo por comunidade. No total eram 15 municípios da região com 10 grupos em cada um, totalizando mais ou menos 150 grupos de mulheres. Atualmente, ainda existem alguns grupos<sup>42</sup> em algumas localidades.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem sido um espaço em que as mulheres de Francisco Beltrão têm participação mais na sua gestão. Isso se deve às lutas sociais das trabalhadoras rurais na década de 1980, nas reivindicações de aposentadorias e auxílios e a reflexão dos grupos de mulheres na região. Atualmente, a terceira mulher consecutiva, está atuando como presidente do sindicato desde sua fundação em 1963.

O Cooperativismo Solidário tem suas ações de educação, no início, no Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito<sup>43</sup> (ACDCs) da Cresol e posteriormente no Curso de Gestão com Ênfase em Cooperativismo<sup>44</sup> e Cooperativa Escola<sup>45</sup>, ambos organizados e coordenados pelo Infocos. O currículo expresso na proposta político-pedagógica dessas experiências baseia-se na pedagogia da alternância trabalhada nos movimentos sociais, que alterna tempos e espaços na construção do conhecimento. A metodologia, a formação de educadores/as, a avaliação e a forma de eleição dos conhecimentos estão inspiradas na educação popular e conjugam dois tempos de conhecimentos: o tempo presencial e o tempo comunidade. Os tempos presenciais se organizam a partir de uma metodologia que prevê a socialização das atividades realizadas no

---

1980, nas reivindicações de aposentadorias e auxílios e a reflexão dos grupos de mulheres na região. Atualmente, a terceira mulher consecutiva está atuando como presidente do sindicato desde sua fundação no ano de 1963.

<sup>42</sup> Na linha Liston as mulheres relataram sua dinâmica e participação no grupo de mulheres que existe na localidade e se referem a este como um coletivo que debate planeja ações de gênero e de produção agrícola. (HENN, 2010 a).

<sup>43</sup> Os Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito são agricultores/as que estão nas localidades, associados à uma cooperativa de crédito solidário. Na estrutura do programa, cada cooperativa tem um coordenador que é geralmente um diretor que, junto com o técnico, contribui na formação dos demais agentes que estão cada um na sua localidade. O papel desse agente é participar do processo de formação uma vez no mês, um dia inteiro, organizar seu *projeto de vida* e trabalhar com outros agricultores/as na comunidade. Também, a cada sessenta dias o coordenador da cooperativa na Base Regional se reúne para dois dias de estudos e planejamento das atividades que coordena no seu município. (INFOCOS, 2007).

<sup>44</sup> No Curso de Gestão com Ênfase em Cooperativismo, desenvolvido em convênio com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Central Cresol Baser e União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do estado do Paraná (UNICAFES-PR), participam agricultores/as, agentes comunitários de desenvolvimento e créditos, diretores/as de entidades e alguns técnicos ou assessores/as das cooperativas. (INFOCOS, 2008).

<sup>45</sup> A Cooperativa Escola é uma organização que compreende momentos de formação para diretores/as, conselheiros/as, funcionários/as com etapas para iniciantes e para veteranos exclusivamente no quadro interno das cooperativas.



tempo comunidade (regime da alternância): a *problematização* da aula, o aprofundamento pela leitura ou exposição de assessorias ou professores, o *interagindo* (debate no grupo) e o *pesquisando* (as atividades para fazer em casa, na cooperativa ou na comunidade). Para garantir essa dinâmica, além do professor, há um educador em cada turma para possibilitar o debate e coordenar as atividades (INFOCOS, 2008).

## **Os processos sociais de educação e de organização**

Esses processos sociais são compreendidos a partir da ênfase que Latour (2008) atribui ao termo social, não como algo estabelecido ou como um conjunto de vínculos que servem para explicá-lo, mas como ações e reflexões em construção, com conhecimentos e práticas “enredadas” que movimentam essa agricultura ecológica num sistema em formação, relativamente novo na região. Estão se solidificando na relação com um conjunto de saberes que circulam e são apropriados pelos atores. Classificamos estes processos em organizativos e educativos. O primeiro por incidir nas práticas e estratégias que constrói junto com os agricultores/as para dar curso aos projetos de vida, interligados aos processos de desenvolvimento sustentável e *multidimensional*, como se referem os interlocutores/as, gerando outras experiências. Já nos processos educativos em curso, incentivados por entidades e movimentos sociais, estão situados nas concepções e metodologias de Educação do Campo como forma de debater, problematizar, aprofundar e cunhar essas outras experiências, num exercício constante de estudo e elaboração no cotidiano dos agricultores/as e na leitura crítica da sociedade. A partir de Latour (1999, 2008), esses processos são formas de “endurecer” a rede sócio-técnica<sup>46</sup> da agroecologia que está se tecendo na região, os quais perpassam todas as narrativas de vida que versam as reflexões, descrições e análises deste estudo investigativo. À medida que avançamos no campo etnográfico e nas leituras das obras de Bruno Latour, fomos percebendo a relação entre a agroecologia “enredados” a processos sociais de educação e organizativos.

Nesta perspectiva, mediadores/as destacam que a agricultura ecológica constitui-se na experiência dos agricultores/as nos processos vividos mediados por entidades, organizações e

---

<sup>46</sup> Perpassa a ideia da rede sócio-técnica, a partir de Latour (1999; 2008), considerando na região em que emerge a agricultura ecológica na constituição de conhecimentos (entre mediadores/as, agricultores/a e lideranças) que vão armando este contexto e dando forma ao que se nomeia de agroecologia, por isso as práticas, estratégias são como formas de endurecimento da rede.

movimentos sociais que “enredam”: a luta pela terra, pela posse desta, além de condições para nela produzir e viabilizar-se enquanto agricultores/as camponeses/as ou familiares; com a participação de lideranças, de dirigentes, de mediadores/as e de estudantes; a luta por um desenvolvimento que foi sendo nominado de *alternativo, sustentável e multidimensional*; a luta pela construção de *projetos de vida* nas *unidades de produção e vida familiar (UPVF)* situados nos sonhos e na realidade dos grupos, interligados a participação social; as Festas das Sementes e Jornadas de Agroecologia como eventos em que se multiplica, renova e refaz as ações; nas lutas por políticas públicas de fortalecimento desta agricultura; e na luta pelo fortalecimento das organizações, associações, feiras, cooperativas e movimentos sociais.

Por meio dos diversos momentos educativos e organizativos, constroem ações e reflexões que se convertem nos *projetos de vida* dos grupos familiares, assentados nos *projetos de desenvolvimento*, formando o que se denomina e se reconhece por *agroecologia ou agricultura ecológica*. Esta prática se compõe de distintas micro-experiências que se reorganizam nas UPVFs, nos municípios e na região, que além de resistir às investidas do projeto da agricultura *convencional*, também constroem estratégias para se organizar nos grupos familiares e na articulação com as entidades, gerando uma experiência de agricultura “capaz de orientar diversas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica.” (NÚCLEO TEMAS, 1998).

Entre os autores e obras organizadas que fundamentam esta concepção da agricultura ecológica, Altieri (1989; 1999; 2004), Khatounian (2001) e Gliessman (2001) são tidos como referências que acrescentam na formulação do que se compreende por agroecologia. Todavia, esta é distinta por herdar as características regionais que se imprimem pelos processos sociais vividos que vêm sendo construídos na região Sudoeste por vários atores das entidades e da Rede Ecovida. As pesquisas realizadas por estes investigadores somam-se às concepções das organizações sociais (ONGs), de defensores da agricultura alternativa, dos movimentos sociais e da educação popular, incluso no Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), gerando assim os aportes teóricos de educação popular que se alia a estes processos.

Vale destacar que Miguel Altieri é um dos investigadores que abordam o conceito de agroecologia na América Latina e no Brasil como um “sistema” de princípios ecológicos que permitem estudar, desenhar e planejar processos agrícolas, conservando os recursos naturais e da biodiversidade, com uso mínimo de elementos externos como os agroquímicos e ênfase num retorno financeiro para reduzir a pobreza, com base nas questões culturais, sociais e

econômicas viáveis (ALTIERI, 1989, 1999, 2004). Para definir agroecologia encontramos no campo etnográfico nuances distintas associadas a ideias de sistema, de uma *forma* de fazer agricultura ou ainda associada a projetos de vida, gerando uma categorização ampla.

Contudo, há o reconhecimento dos agricultores/as, das lideranças e dos mediadores/as, de que este processo se soma a outros existentes no país e na América Latina, que por sua vez estão situados nas lutas agrárias, entre outras desencadeadas pelos movimentos sociais. Nesse sentido, compreender a agricultura ecológica nos remete a perceber uma série de princípios ressaltados nas narrativas dos interlocutores/as e nos discursos das lideranças em defesa desta agricultura. É um compromisso reafirmado sob um *guarda-chuva*, como se referem alguns mediadores/as, que abriga o termo *agroecologia* constituído por uma série de elementos que ultrapassam a perspectiva das questões agrárias. Dito de outra forma, o *agroecológico* se refere, além dos aspectos da produção com bases tecnológicas não agressivas ao ambiente e nas perspectivas econômicas que se pode gerar, a *projetos de vida* que extrapolam para além da UPVF. Situa-se nas questões da construção dos *projetos de vida* assentados num *projeto social do campo, na relação com a cidade; no direito ao alimento limpo e ao preço justo* possibilitando amplo acesso à alimentação de qualidade; na participação nas organizações e movimentos sociais; na preservação dos recursos naturais; na crítica à exploração social em geral e aos agricultores/as; na contestação das consequências da agricultura moderna traduzida pela monocultura; na defesa da reforma agrária; no combate ao empobrecimento e na apropriação indevida dos recursos naturais e do trabalho humano; entre outras lutas, que vão sendo incorporadas e reafirmadas como compromisso de um projeto social mais amplo como se poderá ver nos capítulos que seguem.

Nesse *guarda-chuva* cabe também a discussão política, a discussão social, a discussão ecológica e a agrária, como elementos que se inter-relacionam e se somam na defesa, do que se traduz na região nos *projetos de vida* e na articulação destes para que se viabilizem interna e externamente enquanto *projeto social*. Todavia, é consenso que o termo *agroecologia* agrega todos estes elementos para além do caráter agrário, mas alguns mediadores/as pautam a tensão que imprime esta concepção e propõem que o termo *ecologia* não responde a ideia de um *projeto social*, por ser de uma abrangência significativa, mais ampla, considerando que o campo, colocado na perspectiva do agrário, limita-se a um recorte excluindo outros espaços de debate. Essa concepção que descrevemos está agregada e divulgada na Rede Ecovida de abrangência no sul do Brasil, com um núcleo na região. Esta se posiciona e se refere à *agricultura ecológica e rede de agroecologia* (REDE ECOVIDA, 2010), na perspectiva de promover a articulação das práticas agroecológicas; a organização de estratégias de

comercialização e consumo; e a certificação de conformidade, com método participativo, na consolidação do processo de certificação participativa. Contudo, nesta investigação nos referimos tanto a *agroecologia* como *agricultura ecológica* como categorias do campo etnográfico.

Todavia, os elementos acima citados, que caracterizam a agroecologia da região, são diferentes em relação a outras práticas no país porque vêm historicamente possibilitando a participação de agricultores/as em processos de educação, com momentos coletivos, nos quais estudam, refletem e elaboram os projetos de vida e a multiplicação destes na UPVF e na localidade com outros grupos familiares. Esta forma metodológica de trabalho propõe visitas orientadoras nas UPVFs, a exemplo do que se faz no Curso Técnico em Agroecologia. Isto é pensado para além de uma assistência técnica individual nos grupos familiares, pois se argumenta que algumas visitas de um técnico, mesmo com conhecimentos articulados as práticas alternativas, não dariam conta dessa construção, todavia são interessantes quando concomitantes com os processos sociais.

Essas práticas de educação estão permeadas pelas opções teóricas críticas, metodologias participativas e na ação dos mediadores/as, pois advêm das experiências de educação popular que estão presentes na região há pelo menos vinte cinco anos, por intermédio, inicialmente, da Assesoar, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e MST. Esta movimentação é antecedida nos anos de 1960 pela participação de alguns agricultores/as no movimento da Juventude Agrária Católica (JAC) e a partir de 1966, com a fundação da Assesoar, surge a preocupação com a permanência dos jovens no campo, com o empobrecimento da população local, os desgastes dos recursos naturais e a necessidade de educação, inclusive com os jovens do campo (ASSESOAR, 1997). Posteriormente, outras entidades foram sendo construídas e constituindo processos, sendo que as Universidades e órgãos públicos participam em parceria a este trabalho, a exemplo do PVR, do Curso Técnico em Agroecologia, entre outros.

Todavia, esses processos sociais de educação e de organização fazem oposição, em suas concepções, no que se refere a problematizar as formas instituídas de agricultura, na contestação às imposições à modernização conservadora<sup>47</sup>, ao mesmo tempo em que se constituem proposições de um outro jeito de fazer, denominada agricultura ecológica. Entretanto, esta última também se opõe às formas como se organiza politicamente a

---

<sup>47</sup> A modernização conservadora a que nos referimos se situa no paradigma clássico do desenvolvimento em que Escobar (1997a, 1999), Viola (1999), Esteva (2000) criticam pelas suas formas de imposições que construíram os conceitos de desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como a nomenclatura de terceiro mundo.

agricultura orgânica, apesar de algumas aproximações versarem sobre tecnologias quanto aos manejos. Portanto, ora contrasta em alguns princípios, principalmente quando se trata do cultivo de soja orgânica quando alocada como uma monocultura, articuladas às empresas; ora se mescla na UPVF, quando os agricultores/as mesmo que alguns produtores/as de grãos orgânicos, são também participantes dos processos sociais na região, associados nas entidades e caracterizam-se também como agroecológicos. É neste sentido que incluiremos o termo orgânico, nesta aproximação peculiar que constatamos no campo etnográfico nos grupos familiares com quem construímos narrativas de vida. Pois, além disto, cultivam os itens de sua alimentação, possuem uma *diversidade* de atividades, posicionam-se politicamente nas lutas em que participam os outros e se nomeiam nas duas acepções, mesmo que diferem dos que são vinculados à produção orgânica de grãos. Todavia, estudos de Picinatto (2010) analisam as problemáticas e a realidade da agricultura orgânica na região, como levantamentos que ultrapassam nossos estudos sobre a agricultura orgânica (Anexo 1, Mapa 7). O orgânico como tal é contestado por lideranças e dirigentes, a exemplo do que escutamos nas reuniões de feirantes, quando dedicados à monocultura dos grãos submetidos às regras e imposições das empresas internacionais instaladas na região, de que seria trocar um pacote tecnológico de agroquímicos por outro de base biológica. Aqui está em jogo a questão da autonomia como um dos princípios da agroecologia versus a submissão a política de empresas privadas no sistema de exportação, como veremos no decorrer dos outros capítulos.

Constitui-se neste processo uma tensão múltipla entre ambos, o que se classifica de projetos de agricultura ou de desenvolvimento. Dito de outra forma: primeiro, o enfrentamento que fazem esses grupos de agroecológicos e orgânicos à *agricultura convencional*, atualmente sustentada pelos *pacotes tecnológicos*, nos quais estão situadas muitas das estratégias de crédito, de assistência técnica e as tecnologias de ponta; segundo, a tensão entre as estratégias que sustentam a agricultura orgânica e a agroecológica, principalmente no que se refere ao *projeto de vida* estar mais ou menos *autônomo* na relação com as empresas de soja orgânica na região, o dito *pacote orgânico*. É neste sentido que versam muitas das “queixas” dos interlocutores/as sobre resistir e avançar com uma agricultura adversa a da modernização conservadora, já que são latentes as investidas neste projeto.

Nesta perspectiva é que encontramos, por intermédio dos processos sociais no contexto da região, permeados pelas práticas educativas e organizativas, as possibilidades de apropriação de conhecimentos e a geração de experiências, ambas interrelacionadas na constituição desta agricultura ecológica. Interlocutores/as das narrativas que seguem na

investigação assinalaram este processo como espaços de aprendizagem, socialização e de experiências e organizações coletivas, sendo possível identificar as tensões e conflitos, bem como, as estratégias construídas nestes coletivos constituídos por mediadores/as - profissionais que estão no cotidiano das entidades, articulando e assessorando os espaços de educação e organização. Outro grupo faz referência às lideranças e dirigentes que estão inseridos nas mesmas entidades, com o objetivo de articular ações organizativas e, finalmente, os grupos familiares de agricultores/as que participam, dos quais algumas pessoas exercem estas funções descritas. Ou seja, este capítulo versa uma espécie de genealogia<sup>48</sup> da constituição da agricultura ecológica, na perspectiva antropológica, descrevendo quais práticas lhe deram origem nas formas, como hoje se apresenta na região, inclusive nas práticas e reflexões que os agricultores/as foram incorporando da participação nos processos.

Isto pressupõe percorrer um caminho no qual os conceitos *alternativo*, *sustentável*, *orgânico* e *agroecológico*, ora articulados à agricultura a nível mundial e de América Latina, ora mais recentemente vinculados à agricultura Campesina e Familiar no Brasil, nas construções e sentidos sociais que vão adquirindo neste processo regional. Não obstante, sempre amparados também pelas transformações que o conceito de *desenvolvimento* vai ganhando na perspectiva crítica, sendo modificado e se opondo às formas hegemônicas e dominadoras (ESCOBAR, 1999, 1997a).

Tratamos de articular elementos que nos remetem a compreender como se torna possível esta experiência de agricultura ecológica e quais conhecimentos e metodologias se articulam na geração desta. Sendo provável que sujeitos e grupos se apropriam e geram saberes distintos à medida que participam dos processos educativos e organizativos, fazem outras experiências nas unidades familiares classificadas em estratégias produtivas, constroem outras relações com o ambiente e entre pessoas, participam de outros espaços sociais. Isso lhes possibilita poder inventar, testar, intervir e fazer diferente, pois se imersos ao *pacote tecnológico* apenas lhes restaria aplicar técnicas e manejos *receitados*. Como assinalou o Sr. Tobias, entre outros, na agroecologia é possível *criar, fazer diferente*.

---

<sup>48</sup> Genealogia para Foucault (1995) são as formas como os discursos e práticas vão se constituindo nas instituições e como são permeadas de relações de poder associadas neste caso, aos processos sociais vão se constituindo num campo tenso de resistência e confronto com as imposições da agricultura de moderna conservadora.

## Do contexto que emerge o processo social

Relatam os interlocutores/as da região que a chegada das transformações na agricultura, como as percebem, passou por duas vias principais: pela campanha do governo “*plante que o João garante*”<sup>49</sup>, por meio das políticas de crédito que começam a se desenhar a partir disso; e pelas reuniões que os técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER faziam nas localidades rurais, chamando-os para fazer “*uma lavagem cerebral*” e incentivando-os a mudarem seu sistema de produção. Propunham substituir o jeito de produzir anteriormente, de forma consorciada, baseada no cultivo para subsistência, sem uso de insumos químicos, por outro, que no discurso dos técnicos era ressaltado como *a chegada do desenvolvimento*<sup>50</sup>, caracterizado pelo monocultivo dos grãos, os cultivos alinhados, inclusive medidos, no uso de insumos químicos, na mecanização, entre outras características da modernização agrícola fundada na racionalidade da monocultura e aplicação de agroquímicos, que sumamente fez uma grande promessa: o aumento da produtividade e da renda monetária.

Mas, para que isso se instalasse de modo não questionável, o mais importante era o convencimento de sua condição anterior de agricultor/a como “*atrasados*, que sutilmente estava implícito nos discursos e no jeito como apresentavam a outra perspectiva de vida e produção. Como lamenta a agricultura ecológica Sra. Cláides: “*Eu contestava, porque eu perdi meu campo de trabalho, eu que plantava as coisas. Só que daí, de repente tinha que ser tudo tão certinho no passo, alinhado, na distância e tudo, claro porque estava lançando a semente cara*”.

O governo brasileiro contribuiu com este projeto da modernização conservadora que não pediu licença para adentrar a agricultura, ratificando-o por meio do oferecimento dos créditos para que mais gente pudesse aderir à política da produção em escala, assim como, das aspirações de exportação de grãos para a Europa e o mundo. Afinal, para o país, como não entrar no crescimento produtivo e econômico que se oferece nas possibilidades da carona do

---

<sup>49</sup>Política desenvolvimentista de propagação de crédito durante o governo de João Figueiredo, último governo do regime militar no período de 1979 – 1985.

<sup>50</sup>Desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento sócio-econômico: é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões. Percepções, mitos e fantasias, entretanto, ascendem e entram em declínio, independentemente de dados empíricos e conclusões racionais; aparecem e desaparecem, não porque se provou que estavam certos ou errados, mas, sobretudo porque num determinado momento, estavam repletos de promessas e, em outro, tinham se tornado irrelevantes.” (SACHS, 2000, p.12).

desenvolvimento? Questionar tal prática mediada pela assistência técnica estatal, pela educação escolar, pelo crédito e pela atuação das empresas tornou-se difícil. Pois, os trabalhos foram massivos e a investida em convencimentos ainda é latente, com diferentes mecanismos, muitas vezes bem sutis. Ainda que os meios de comunicação tenham chegado mais tarde no campo em relação à cidade, os agricultores/as têm agora, na porta da casa, a possibilidade do projeto moderno de agricultura, como se referem as lideranças ao relatarem as dificuldades que sentem para intervir na transformação dos *projetos de vida* dos grupos familiares.

Assim como em outras mesorregiões, no Sudoeste esta forma de agricultura advinda da modernização contribui para intensificar e disseminar problemas ambientais como o desgaste dos solos, o uso de agroquímicos, a contaminação das águas e espécies vegetais e animais, a perda da biodiversidade, como as sementes crioulas, entre outros fatores que foram gerando o empobrecimento dos agricultores/as (REDCLIFT; GOODMAN, 1991). Esta tecnologia de inovação, todavia, teve distribuição desigual em termos de acesso, além de não se adequarem às condições das pequenas extensões de terra, pois a produtividade e os custos de produção não condiziam com a realidade de uma agricultura diversificada aos moldes da tradicional (CHAMBERS; GHILDYAL, 1992).

Neste contexto de empobrecimento intensificou-se o êxodo rural, a saída dos jovens, o endividamento nos bancos. Uma agricultura baseada na subsistência passa a se constituir aos moldes das empresas, como classificam os interlocutores/as que passaram a ver-se diante de tais problemas ambientais e sociais. Isto, somados ao contexto político de queda da ditadura, reforça a necessidades de agricultores/as redimensionarem suas organizações sociais e com estas travarem lutas em prol de direitos sociais e experiências alternativas para permanecerem no campo, já que o êxodo representava ir para a cidade e vivenciar todas as problemáticas e enfrentar a pobreza e exclusão na vida urbana. Inclusive, esta ainda é uma preocupação constante de lideranças e dirigentes nas entidades da região.

Neste contexto, a Assesoar, em conjunto com o STR, protagoniza o início de um trabalho de constituição de *alternativas* na região. Com metodologias participativas em grupos de base, apreendidas nas experiências advindas, ora das práticas de educação popular, ora da teologia da libertação, esse processo surge com dupla finalidade: resistir e resgatar manejos da agricultura tradicional<sup>51</sup> na região, herdada da cultura cabocla mescladas com as

---

<sup>51</sup> Altieri (1999), ao analisar agroecologia em sistemas de agricultura tradicional, assinala que estes camponeses possuem conhecimentos e compreensões sofisticadas sobre biodiversidade agrícola que manuseiam. Sendo que Chambers (1980, 1983, 1989) destaca a valorização do saber dos agricultores/as tradicionais que advêm de anos, e vão sendo conservados e repassados de uma geração a outra, com contribuições relevantes nas pesquisas.



práticas dos imigrantes, atualmente reconstruídas com base nos conhecimentos advindos da ecologia; e fazer enfrentamento à modernização e suas consequências não apenas no campo, mas como projeto de sociedade inviável à manutenção da vida. Isto, com base numa perspectiva social e política semelhante à forma como contestavam e propunham os movimentos sociais dos anos de 1980, na qual figurava a crítica pautada pelo marxismo, na contraposição a exploração e as reivindicações por uma sociedade justa e igualitária.

Neste sentido, interlocutores/as ao falarem de agroecologia remetem seus aprendizados iniciais ao contexto dos trabalhos dos Grupos de Base no ano de 1985, os quais foram organizados pela Assesoar em parceria com os STRs nos municípios. O objetivo principal era construir com os grupos familiares uma prática *alternativa* em oposição à *agricultura convencional*, a qual vinha contribuindo significativamente no empobrecimento e no êxodo rural<sup>52</sup> da região. A Assesoar contava na época com parceria da Associação Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), entidade criada em 1983 num projeto de tecnologias alternativas junto a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), resultado da parceria com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Estas, como outras organizações e movimentos sociais, num contexto de redemocratização do país e diante da expropriação no campo, pela modernização da agricultura, tinham a necessidade de recompor estruturas organizativas e promover ações, visando ao fortalecimento da capacidade produtiva da *pequena agricultura* de forma assegurar condições para a permanência e resistência na terra.

Este projeto previa repasses de recursos financeiros e apoio político para o trabalho junto aos assentamentos de reforma agrária, e em outras localidades, para a constituição de tecnologias inovadoras de produção em realidades distintas, visando garantir acesso à terra, melhores condições sociais para o trabalho e geração de renda. Nos relatos dos mediadores/as, alguns inclusive iniciaram sua atuação na região a partir desse projeto e ressaltaram que essa luta configurava principalmente nos assentamentos da Reforma Agrária, nos quais se tinha “*uma terra nova, de sonhos novos, com uma matriz produtiva nova*” (Sr. Ari, mediador).

O debate e a construção de tecnologias alternativas, traduzidas na região nas práticas de recuperação de solo, adubação verde, resgate de sementes crioulas, consorciamentos nos cultivos, cobertura de solo, entre outros, acontece na conjuntura do que se chama *Agricultura*

---

<sup>52</sup> O enfraquecimento da agricultura tradicional, somado aos fracassos do projeto de modernização, estava impulsionando o êxodo rural da região, num espaço onde a luta pela posse da terra e a organização para nela viver tinha sido a chave da formação da região. Não obstante, atualmente, os jovens em sua maioria, migram para as cidades, inclusive, para a capital para trabalhar nas empresas. Este é um cenário nada distinto do que aconteceu no restante do país.

*Alternativa*, um debate a nível mundial. Contudo, distingue-se na América Latina e no Brasil, porque além de preocupar-se com as questões ambientais, é uma opção que se forja com os grupos familiares empobrecidos e sem condições de permanecer no projeto de modernização da agricultura, numa perspectiva socioeconômica. Altieri (1989, 1999) define esta como um enfoque da agricultura que tenta possibilitar um ambiente em equilíbrio, o controle natural de insetos e plantas, a diversificação de cultivos e tecnologias autossustentáveis, entre outros, contra as práticas de destruição ambiental. O termo “alternativo” como se refere Khatounian (2001) surge timidamente nos anos de 1970, diante das crises de petróleo e a decadência da agricultura nos EUA na sua dependência deste combustível. Mas, é nos anos 1980 que os movimentos de agricultura ecológica se intensificam pelo mundo em função da gravidade dos problemas ambientais, no qual surge o mercado para produtos ecológicos. Contudo, como já ressaltamos, na América Latina essa percepção e luta vêm acrescida da perspectiva em superar os problemas sociais e econômicos na pequena agricultura. Como afirma Von Der Weid (1994) no prefácio do livro “Agricultura para o futuro”, quando a AS-PTA iniciou os programas de desenvolvimento agroecológico, buscava-se uma agricultura que viabilizasse a pequena produção com a máxima economia de insumos externos, apostar na agricultura tradicional, sem o uso de agroquímicos. Mas aos poucos, segundo o diretor desta organização na época, foram descobrindo o conceito de agroecologia e percebendo a fragilidade da modernização conservadora na agricultura e com isso passaram a questionar os paradigmas científicos desta.

Na região, os aprendizados ou resgate destas práticas de bases ecológicas foram vivenciados pelos agricultores/as intensamente aliados a *processos organizativos*, como se refere um dos mediadores ao assinalar que, além de planejar os cultivos com manejos agrícolas menos agressivos ao ambiente, questionar e problematizar os usos e a dependência de agroquímicos, também incentivavam as “*organizações locais*” (Ari, mediador). Assim, *pequeno agricultor/a* e o *alternativo* foram as primeiras categorias a que se referiam nos processos para distinguir os agricultores/as que deles participavam, daqueles que se definem como *convencionais*. Tais nomenclaturas são ainda hoje usadas para nomear alguém que está adentrando a um projeto diferenciado do *convencional*. Porém, nos municípios e entidades em que o termo *agroecológico* tem certa resistência ou representa um conceito complexo e difícil de ser apropriado, algumas lideranças usam em seus discursos o *alternativo* e o *sustentável* para se referir à produção distinta. Exemplo disto relatou o Sr. Adão, diretor de uma cooperativa do ramo solidário, que prefere iniciar a reflexão falando estes termos, já que agroecologia num município de monocultores de grãos não é um termo que lhe confere logo

estatuto para se colocar neste contexto. Para ele, importa ir fazendo acontecer e a nomenclatura, mais tarde, poderá ser incorporada.

Os agricultores/as *convencionais*, como se referem para evidenciar a tensão existente entre dois projetos de agricultura, também reconhecidos como representantes do *agronegócio* ou *grande agricultor/a*, são aqueles que adotam indiscriminadamente as tecnologias de produção propostas pela modernização conservadora, atualmente ampliadas e sofisticadas pelo uso das tecnologias de ponta e sementes modificadas geneticamente, como os transgênicos. Estes têm seus espaços, empresas e instituições, inclusive com políticas pensadas para esta realidade. Mas, segundo as narrativas dos dirigentes das entidades, mesmo com essas diferenças, este *projeto convencional* não deixa de lado os agricultores/as familiares, insistindo para adotá-lo, principalmente porque estão inseridas nos *pacotes tecnológicos* disponíveis nos créditos e nas insistentes visitas dos técnicos das empresas. Então as lideranças se referem ao *modelo do grande* em que agricultores/as familiares também estão submissos, inclusive os que possuem pequenas extensões de terra nas quais não é possível uma produção em grande escala. Questiona-se os problemas ambientais deste modelo, além das questões sócio-políticas de empobrecimento, o *alto custo* de produção e pouca sobra nos rendimentos, a exemplo do que relataram agricultores/as, atualmente ecológicos/as, que ao final de um ciclo produtivo não lhes sobrava nada e ainda ficavam *devendo para o banco*.

Os STRs foram uma das entidades que apoiaram e incentivaram nos municípios o debate das tecnologias alternativas no modelo de agricultura sustentável que vinha fazendo oposição e resistência ao *convencional*, pois articulavam nas localidades os grupos familiares para participarem sistematicamente deste processo inicial, sendo um lócus de trocas e comercialização de sementes crioulas no início do processo. A Assesoar, por meio dos mediadores/as, fazia a formação dos *monitores* para multiplicarem conhecimentos nos grupos, com o objetivo principal de organizar uma *produção alternativa* aliada a transformações sociais locais. Segundo um dos mediadores, o trabalho nas localidades era realizado com os associados da Assesoar, sendo nesta época em torno de oitocentas a mil pessoas, entre outros agricultores/as que no processo passaram a fazer parte da entidade e dos grupos de base, com mais ou menos doze a dezessete participantes em cada um, ou seja, em cada localidade. A reflexão e planejamento das ações tinham ênfase nas questões das tecnologias como a recuperação de solo e produção de sementes crioulas ou nativas, entre outros, classificados como *práticas produtivas alternativas*, todavia, não descoladas *dos processos organizativos e de educação* como aparece nas narrativas dos mediadores/as, também referenciados como

“trabalho de base e de inserção nas comunidades”. Nas narrativas de vida, vários destes agricultores/as fizeram menção aos grupos de base, nos quais aprenderam planejar, fazer experiências e socializar práticas de rotação de pastoreio, adubação verde, consórcios, barreiras verdes, entre outros.

A metodologia consistia em uma reunião mensal de um dia para fazer planejamento da produção, previsto já no início do ano. Porém, se debatia nestes momentos outros elementos da *luta*, a exemplo do melhoramento de acesso nas estradas na área rural, acesso à educação, entre outros direitos sociais em pauta na época. Tendo em vista que estes debates somam com o que também se inicia no movimento sindical rural e urbano, assim como, na luta pela reforma agrária que em algumas narrativas aparece como a *luta pelo desenvolvimento*, em outras como lutas contra a *exploração da sociedade capitalista aos trabalhadores*. Como assinala o mediador: “Então esse grupo de base foi, era forte, de base sindical, de base política e de debate produtivo” (Sr. Ari, mediador).

O conceito de desenvolvimento<sup>53</sup> advindo da modernidade, assinalado por Escobar (1997 a, 1999), Viola (1999) e Esteva (2000), caracteriza-se inicialmente pelas imposições dos países ricos para o chamado terceiro mundo, ou seja, um projeto de dominação que começa a ser contestado a partir dessas práticas, entre outras. O *desenvolvimento alternativo* passa a distinguir-se dessa versão hegemônica, levado aos agricultores/as pelos pacotes tecnológicos. Trata-se de uma expressão que atualmente se mescla aos conceitos de *sustentável e multidimensional*, que vêm se constituindo nos processos sociais de educação e organizativos. Logo, como *desenvolvimento sustentável* surge no mundo diante das circunstâncias históricas específicas, motivado pela problematização da relação entre natureza e sociedade, decorrentes da degradação da natureza diante da intensificação das tecnologias químicas no ambiente, sustentados nacional e internacionalmente pelos movimentos ambientalistas dos anos 90 (ESCOBAR, 1999). Trazido para a região por teóricos debatedores da temática, essa é uma categoria que começa a fazer parte dos discursos políticos da região, em algumas organizações mais, em outras menos, e de certa forma passam a pautar a construção de *projetos de vida* baseados na agricultura orgânica. O sustentável tinha um tripé salientando os fatores econômicos, os sociais e os ambientais, resumidos no slogan “socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável”. Esses

---

<sup>53</sup>Esteva (2000) afirma que, a partir dos discursos de Truman em 1942, ocasião em que se atribui intencionalmente significado ao termo subdesenvolvimento, o desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica e que nenhuma outra categoria no pensamento moderno tem tido tanta influência nas formas de pensar, se posicionar e se comportar dos povos.

*desenvolvimentos* estão associados à construção de estratégias para esses agricultores/as, além de melhorarem sua condição econômica, fazerem enfrentamento e resistência às políticas de produção dos complexos industriais alimentícios desde o ciclo de produção até a comercialização. Exemplo disso, no decorrer do trabalho dos grupos de base, são algumas agroindústrias familiares associativas ou individuais, que começam a se organizar, como forma de *agregar renda* a esta *produção alternativa* e, mesmo que timidamente, a preocupação com a constituição de um mercado para venda da produção, pois na época não havia ainda uma valorização significativa para esse tipo de produto.

Os anos de 1990 são marcados por ações significativas nos processos sociais de educação e organizativos na região. O trabalho dos Grupos de Base se modifica e vai cedendo lugar a outras práticas, embora esses processos sejam sempre planejados um a partir do outro, com ampliações, adesões e incorporações de elementos novos, que vão surgindo na reflexão das entidades, dos agricultores/as e dos próprios mediadores/as. Essa dinâmica de reconstrução vai identificando os limites e construindo outras estratégias conectadas com outras práticas sociais que vão sendo cunhadas e tecidas na região, sempre em oposição às formas latentes do modelo convencional com seus aparatos e instrumentalizações sofisticadas. Essa década inicia marcada pela organização dos Grupos de Sistemas Produtivos (GSPs) que, aos moldes dos grupos de base, aconteciam nas localidades reunindo grupos familiares para o planejamento da produção, associado às práticas alternativas, com visitas dos técnicos às unidades de produção para assessorar e ajudar na viabilidade de tal planejamento. Segundo relatos dos mediadores/as, nesta época se constituiu na região em torno de cinquenta grupos coordenados pela Assesoar e mais cinquenta pelas Centrais de Associações.

As Centrais de Associação dos Pequenos Agricultores surgem concomitantes a esses processos dos GSPs, advindas das reflexões da época dos Grupos de Base, a partir da necessidade organizar instituições para dar conta da produção, transformação, comercialização e assistência técnica. O propósito era gerar um lugar para fortalecer e consolidar essa *agricultura alternativa*, além de criar outras estratégias para avançar no processo. Os mediadores/as da Assesoar atuavam tanto nos GSPs quanto na assessoria às cinco centrais de Associações, contando com a equipe regional destas, com ênfase na capacitação da gestão e conhecimentos necessários aos conselhos de administração.

O Sr. Dirceu, mediador, relatou que nesses processos se constituíam duas frentes de trabalho na região em prol da organização dos pequenos agricultores/as: uma de ênfase educativo-produtivo no planejamento da unidade de produção; outra, na apropriação dos conhecimentos para gestar essas organizações que iniciam seu processo para viabilizar o que

se produzia. As reuniões tinham dois desafios, primeiro a capacitação dos dirigentes nos processos de decisões e segundo, na opção política no planejamento de ações que cada central iria fazer. Então, no trabalho com o associativismo se constitui um espaço de educação e capacitação, neste momento já fazendo relação à agricultura *orgânica* que se mescla à *alternativa*, pois ambos os GSPs e as associações assumem o propósito de desenvolver as atividades tendo em vista este caráter. Estas associações, além de incentivar e planejar a produção com os grupos familiares auxiliavam na transformação do que estava sendo produzido e nas estratégias de comercialização. Por exemplo, na Central de Associação dos Pequenos Agricultores da Fronteira, uma das ações era a comercialização da soja orgânica, produzida nesta microrregião. A Associação Vinte e Dois de Junho, fundada no município de Mangueirinha, formada por treze famílias do assentamento Vitória da União dispunha de moinhos de fubá, de canjica e descascador de arroz, assim como, a Associação do Alto São João inaugurou moinho no município de Salgado Filho, ambas nessa época (ASSESOAR, 1990).

É neste contexto que se refere o agricultor ecológico e coordenador da feira, o Sr. Sergio, nas reuniões de feirantes, que havia todo um ambiente preparado no Sudoeste e o que foi decisivo para a instalação das empresas de soja orgânica nos municípios da Fronteira do Paraná com a Argentina, mais especificamente em Planalto e Capanema. Em outras palavras, o *terreno organizativo* que já existia, fruto do trabalho das organizações e movimentos sociais, fizeram desta região um potencial para produzir com outra base tecnológica, contrária à convencional, mais tarde avaliada como dentro de uma perspectiva que só fez os agricultores/as trocarem um *pacote tecnológico* por outro.

A agricultura orgânica incorporada na região como categoria, segundo Khatounian (2001), surgiu na Inglaterra e mais tarde se disseminou pelos Estados Unidos como um movimento rebelde até os anos de 1980, quando contestava os danos causados ao ambiente e à saúde. Momento em que surge, inclusive, o crescimento dos mercados para produtos sem agroquímicos e com isso a fundação da International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), que estabelece os padrões de produtos, selos e designa como agricultura orgânica o que se diferencia da *convencional*, pautada pelo não uso de insumos químicos.

Embora as entidades, incluso a Assesoar, tenham participado juntas na promoção da *agricultura orgânica*, tendo em vista que esta usa apenas insumos de base biológica e que diminuam significativamente a agressão aos recursos naturais e extinção da biodiversidade, logo adiante isto se configurou “tenso”, devido aos ganhos na exportação da soja, na

promoção de uma monocultura, na venda dos insumos e sementes, bem como, na pouca interação com outras dimensões da UPVF dos agricultores/as, entre outros fatores, que foram percebidos com o passar do tempo. No caso da retirada das empresas focadas na comercialização de tais produtos, geralmente de grãos, os agricultores/as ficariam sem mercado, possibilitando, como nas formas convencionais, a *quebra do agricultor/a* e ou volta à produção convencional, como aconteceu com muitos grupos familiares no Assentamento Missões, em Francisco Beltrão, segundo relato de um agricultor orgânico na reunião dos feirantes. Para ele, estes desanimaram da soja, pois sem as empresas não teriam um mercado para a comercialização, além de que os ganhos não representavam melhora das condições econômicas em relação a quem produzia *soja convencional*.

Mas esta já é uma reflexão posterior, que adentra as experiências educativas nas Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAS), quando se constrói esta percepção que compreendemos, a partir dos relatos dos feirantes ao refletirem sobre as distinções entre os agroecológicos/as e orgânicos/as, apesar de que estas categorias, do ponto de vista substancial, se mesclam nas unidades familiares: que a agricultura orgânica está vinculada à monocultura e aos *nichos de mercado*. Este entendimento perpassa a articulação de um projeto de *desenvolvimento sustentável* articulado aos princípios das lutas sociais e organizativas, que pautam ações em vista da *autonomia* dos agricultores/as e da produção em relação ao mercado, pois para eles, o orgânico logo é apropriado por regras semelhantes a do sistema convencional, retirando a autonomia do agricultor/a

## **Reafirmando o projeto social**

Então tinha essa vontade de fazer, um processo permanente de educação como a ECAS, para se chegar ao que? A dar conta de tudo que na época já se falava, em projeto de desenvolvimento. O Terra Solidária também trouxe isso nesse meio tempo, então também falava de projeto de desenvolvimento, de política pública, se falava em tudo aquilo que faz o sujeito se envolver num projeto social.

**Sra. Cecília, Francisco Beltrão, mediadora, professora na universidade**

A partir de 1991 iniciam-se nos processos educativos as experiências das Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAS), sendo a primeira turma no município de Salgado

Filho, com o nome Silvino Grando (ECASIG), a segunda no ano de 1993, chamada Escola Comunitária de Agricultores Silvino e Bia (ECASIB), em Francisco Beltrão, e a terceira no município de Ampére em 1997. É nesse momento da história da região que se consolida de forma mais intensa a reflexão de que um processo social é constituído das dimensões educativas, organizativas e políticas. As ECAS têm como base a construção de conhecimentos, porém não descolados de um projeto político que sustentasse a organização de ações e instituições para viabilizar o projeto de agricultura e com este, um projeto social mais amplo. Também, relatam mediadores/as, a exemplo do que afirmou o Sr. Valdir, com estas Escolas avançou-se nas reflexões em que se constroem as categorias como das UPVFs e os *projetos de vida*, mesmo que este último venha se consolidar mais na experiência do Pós-médio e Técnico em Agroecologia, como assinalou a Sra. Janete, mediadora e agricultura ecológica.

O processo de formação das ECAS foi itinerante e reuniu, em versões distintas, grupos nas localidades rurais, em vários municípios, com um sistema intensivo de uma semana de estudos, debates e intercâmbios, mesclados ao tempo comunidade com atividades, experiências e reflexões para serem feitas na localidade, junto ao grupo que sustentava a formação de tal monitor/a e na sua unidade familiar. Tanto que a Educação do campo como atualmente se configura no movimento social e organizações, alia tempo aula com o *tempo comunidade*, na chamada *metodologia da alternância*. Os agricultores/as monitores/as ficavam a semana no local de estudo, geralmente nos salões das localidades, enquanto o *grupo de base* nos locais de origem tinha dois compromissos básicos: contribuir com a alimentação durante esse intensivo e fazer os trabalhos na UPVF do monitor/a educando/a. Este, por sua vez, quando voltava tinha a responsabilidade de desenvolver os aprendizados com o grupo na sua localidade, numa dinâmica de multiplicação dos conhecimentos. A Sra. Isabel se lembra destes grupos, sendo que na localidade dela havia pessoas que participaram e assinalou que muito das tecnologias que aplica na produção aprendeu nesta experiência, além da comercialização nas feiras livres que lhes motivou.

A dinâmica da escola contava com uma coordenação pedagógica, um grupo político, responsável pela gestão da mesma e os assessores da Assesoar, entre outros. Esta experiência intensificou a relação entre a reflexão crítica da leitura de conjuntura, com a construção de alternativas na produção, como o *projeto da unidade familiar*, que encaminharam para a consolidação deste conceito de UPVF e *projeto de vida*, atualmente identificados como elementos que nascem dessa dinâmica. Nesse contexto, as discussões em torno do



*desenvolvimento* estavam adjetivadas pela categoria *sustentável*, emprestadas das reflexões nacionais e internacionais.

Nas narrativas dos mediadores/as aparecem os avanços que foram acontecendo, da primeira a quarta turma de ECAS, quando assinalam a construção do processo educativo situado nas experiências dos agricultores/as centrados na elaboração de estratégias que contribuíssem a nível local, articulados às ações de grupos no país e na América Latina. É a percepção que mediadores/as e teóricos constroem a respeito da descentralização da luta apenas contra um poder central das ações do capital e passam a conceber que as ações localizadas têm uma atuação política e capacidade de construir outros espaços de poder nas relações sociais (ASSESOAR, 1997).

Nesse contexto se fortaleceu a concepção de que não adiantava produzir apenas para ser viável economicamente se isto não estivesse articulado às questões ecológicas e a um projeto político ou vice-versa. Por isso, a *agregação de renda, a diversificação na produção*, as estratégias de comercialização para possibilitar ao agricultor/a superar pelo menos em parte a pobreza, passam ser um tema importante na escola, porém articulada a ações que visam um projeto político mais amplo, questionando os meios de e a distribuição dos bens na sociedade mediada pelas reflexões das assessorias. Todavia, a *contestação* e a *resistência* consistem em uma leitura crítica da conjuntura ao mesmo tempo em que os projetos de vida nas unidades familiares são formas micro de se organizar em estratégias distintas. Nestes avanços, os mediadores/as citaram as contribuições das diferentes áreas que cada um obteve de sua formação, pois os filósofos, os historiadores e os pedagogos centravam em debater a fundamentação deste processo social, assim como, a agronomia, os técnicos agrícolas, entre outros, contribuía para que isso se viabilizasse concretamente. Tendo a compreensão de que os conhecimentos das áreas têm uma relação interdisciplinar, o que possibilitou pensar as várias dimensões destes processos. Inclusive, uma das pedagogas cita esta experiência como um dos aprendizados que lhes facilita hoje pensar a educação de uma forma mais integrada e não fragmentada, no contexto da universidade onde trabalha e na Educação do campo, como uma experiência em que contribuiu e aprendeu.

Do ponto de vista metodológico, as visitas realizadas pelos educadores/as das ECAS às unidades familiares dos monitores/as – educandos/as configuravam uma das formas de construir a *visibilidade social* de uma agricultura alternativa ou orgânica, pois na época se não fosse a perspectiva da soja, outras produções como leite, amendoim, hortaliças, frutas, pareciam ser *pequenas* e de pouco rendimento se não consideradas na diversidade *de cultivos*, como aos poucos foi se concebendo como um dos princípios da agroecologia. Esta dinâmica

animava os monitores/as a colocar em prática os conhecimentos apreendidos na experiência da escola. Considerando que hoje o leite a base de pasto é uma das produções importantes nas UPVFs, inclusive nas agroecológicas, na época a ênfase na comercialização estava centrada na soja, tanto orgânica como *convencional*, fator que levava muitos a produzir por ser uma cultura que já tinha um mercado constituído, como acontece com a produção de grãos na monocultura, onde o agricultor/a muitas vezes não muda por sentir-se seguro na ocasião que a cerealista vai comprar toda sua produção. Nesse sentido, destaca-se o trabalho político dos gestores – diretores/as das ECAS, que construíram estratégias e sustentaram estas outras produções *diversificadas*, como a organização das feiras livres. No Sudoeste, a microrregião da Fronteira é pioneira na comercialização de produtos ecológicos, assim como, as Associações que nascem justamente dessa necessidade de organização política.

Outro fator construído a partir das ECAS é com relação à *mística* dessa nova dinâmica de vida e produção que estava se fortalecendo. Inicialmente, foram demarcados momentos coletivos nas localidades dos monitores/as, organizadas para constituir essa *visibilidade social*, a exemplo das *jantas ecológicas* com gaiteiros e violeiros que animavam este acontecimento, como assinalou a mediadora Cecília. Esta é uma dinâmica que perpassa todas as ações da agroecologia, a exemplo das festas das sementes, como descreveremos no capítulo seis, uma prática de seleção e partilha iniciada dentro da escola, todavia, reconhecida pelos mediadores/as como espaços de sustentação no processo decorrente da prática da educação popular.

É a partir das ECAS que ganha força a opção orgânica, porque no início o plantio da soja se constitui como fonte de renda maior em relação ao *convencional*, por ter um preço maior pago pelas empresas e a assistência técnica que estas ofereciam. Porém, não vem reconhecido nas narrativas como algo viável nas UPVFs, como reflete o Sr. Adir, que passou desta produção para uma diversidade de outras, inclusive o aumento do cultivo de cana de açúcar e agroindustrialização desta. Esta compreensão se deve ao fato de que as ações desta agricultura foram pautadas pelas empresas, constituindo uma metodologia de trabalho de *cima para baixo*. O inverso seria os agricultores/as poderem pensar sua opção produtiva situada na realidade interna da unidade familiar, na cultura e nos sonhos do grupo para então, construir a dinâmica de *mercado*, que facilitaria as relações externas como se queixam as lideranças da região nas reuniões de feirantes.

A expressão *agricultura orgânica* é emprestada dos movimentos de outros espaços nacionais e internacionais e vai dando corpo à reflexão, antes classificada como *alternativa*. De forma mais ampla, o *desenvolvimento*, entre outras categorias, é cunhado na prática dessa

agricultura e passa a ser nomeado mais fortemente nas reflexões. No confronto entre uma visão desenvolvimentista<sup>54</sup>, este passa a ser concebido como um processo que se faz primeiramente no grupo familiar, construído por meio da reflexão possibilitada no processo de educação das ECAS, assumindo características peculiares da agricultura dessa região, que na época ainda mesclava, mesmo com os problemas que começaram a surgir, a nomenclatura *pequena agricultura*. Esta, por sua vez, começou a parecer para alguns como problemática, já que o termo “pequeno” faz relação, de um lado, com a construção da ideia de que essa produção é mínima e não contribui no desenvolvimento do país, tanto que toda a pesquisa, assistência técnica e as empresas tiveram sempre interesse pela *convencional*, com exceção das empresas de orgânicos; por outro lado, atualmente o termo só é usado quando o intuito é criticar, contrastando os meios e recursos que possuem os *pequenos agricultores/as* em relação ao *grande* e para mostrar a inviabilidade do *convencional*. Em outras palavras, as formas de participação nos movimentos sociais, a “consciência” crítica e os processos de produção, distinguem os pequenos dos grandes proprietários de terra, pelo menos nas reflexões. Tanto que o Sr. Aores afirma que o agricultor/a familiar que se basear nas tecnologias usadas pelo agronegócio está fadado a *quebrar* economicamente e não se reproduzir socialmente como categoria. Ainda não havia a nomenclatura *agricultura familiar*, como está hoje representada, que em parte passou a substituir e caracterizar o que se nomeava pequena agricultura<sup>55</sup>.

Na região, desenvolvimento sustentável e agricultura orgânica passam a ser sustentados e permeados pelas práticas educativas acima relatadas, na perspectiva da educação popular. Todavia, essa reflexão vai possibilitando que esses grupos sejam críticos destas práticas, pois nas próprias ECAS alguns mediadores/as preferiam construir a reflexão pelo conceito de orgânicos, enquanto outros já iniciaram a se referirem a ecologia para fundamentar tal opção. Esse conflito foi propulsor da reflexão que intensificou os debates e contribuiu para as Entidades e agricultores/as perceberem as limitações da agricultura

---

<sup>54</sup> A expressão desenvolvimentista se refere a um desenvolvimento imposto de cima para baixo, como aconteceu a partir do projeto de modernização conservadora da agricultura.

<sup>55</sup> A *agricultura familiar* não corresponde a substituir essa nomeação de *pequena agricultura*, tendo como critério a quantidade de terra, pois em extensão de terras as UPVFs dos agricultores/as familiares variam muito. Mas, ambas, *pequena agricultura* e *agricultura Familiar*, para além de outras características como trabalho familiar, acesso a programas de governos, entre outras, são conceitos que demarcam a tensão contrária ao projeto do *ruralista, granjeiro, fazendeiro ou representantes do agronegócio*, numa aceção política marcada nas lutas sociais e no próprio Ministério da Agricultura, que a partir do governo do Presidente da República Inácio Lula da Silva criou a secretaria da Agricultura Familiar. Todavia, a agricultura familiar está também demarcada, na sua maioria, pela adoção das tecnologias do projeto da modernidade com usos de agroquímicos em geral e acesso a pacotes de crédito *convencional*.

orgânica num contexto maior, pois esta estava sendo apropriada pelas regras e princípios na *convencional*, com exceção apenas do uso dos agroquímicos.

Exemplo da percepção que vão construindo em relação à apropriação da agricultura orgânica da região aconteceu, principalmente, pela atuação das empresas de soja que entre suas práticas acabaram por incentivar a monocultura de grãos, isenta de agroquímicos mas sem adesão a um projeto político de *autonomia* do agricultor/a na construção das regras de produção e comercialização. Tanto os agricultores/as quanto as lideranças se referem a suas práticas como inviáveis, sendo que alguns já as abandonaram, retornando ao *convencional*, enquanto outros avançaram para o que se nomeia de agroecologia. Relatam que entre as condições fundamentais para que se sejam ecológicos/as, está a ligação a princípios políticos de participação e construção de estratégias organizadas a partir da realidade dos grupos familiares.

É com a organização do projeto *Vida na Roça*, desenvolvido a partir de 1996 na localidade Jacutinga, no município de Francisco Beltrão e nas localidades São Francisco do Bandeira e São Miguel do Canoas, município de Dois Vizinhos, que desde o ano de 2002 se avançou na reflexão e substancialmente nas possibilidades de um projeto de vida no campo e, assim definido, com *ações nas dimensões da produção, da saúde e saneamento, da educação e do lúdico*, que se fortalece neste processo a perspectiva de um desenvolvimento, que posteriormente será nomeado de *multidimensional*. A dinâmica consistiu na organização de grupos nestas localidades, nos quais os/as participantes por meio de estudos, debates e articulações, construíam ações produtivas, culturais, sociais e políticas.

O projeto tem propósito de ser uma das referências em *desenvolvimento* do campo, inicialmente definido nestes termos e depois como *Projeto Vida na Roça*, mostrando outras formas de trabalho, educação, lazer, saúde e renda articulados, que começam a delinear-se neste espaço, entre outras estratégias, como a construção de espaços de lazer para as crianças e jovens, as ações de saneamento, a coleta seletiva de lixo, a proteção dos rios e fontes e as transformações na escola da localidade, pensados numa proposta distinta de *educação do campo* (ASSESOAR et al., 2002). Estas são práticas que vão sendo implementadas a partir dos processos educativos e organizativos (movimentos sociais e sindicais) anteriores, baseado na concepção de um desenvolvimento que passa a conceber o *projeto de vida* e a *UPVF*, nomeados e defendidos nestes termos e posteriormente reafirmados no Curso Pós-Médio/Técnico em Agroecologia, tendo como propósito construir estratégias de intervenção e

participação dos agricultores/as nas várias instâncias da comunidade<sup>56</sup> e das políticas públicas. Suas diretrizes

[...] apontam para o fortalecimento da capacidade e da autonomia da população que, a partir de suas formas organizadas, constitua-se no ator social chave do desenvolvimento, capaz de dar conta de suas necessidades a partir de seu esforço e da formulação de políticas para a atuação do Estado nas questões que lhe compete. (ASSESOAR et al., 2002, p.13).

A construção deste processo tem por objetivo ser um referencial para um projeto de desenvolvimento no campo, pensado e planejado *com e a partir* da intervenção dos agricultores/as, das lideranças, do poder público e da universidade. Segundo o Sr. Valdir, experiências como estas poderiam ser apropriadas pelo poder público e sincronizadas em políticas públicas, caso estas formas organizativas de vida e de agricultura estivessem interconectadas na opção política de projeto de país que se quer. Analisando que as práticas não são desencadeadas pela política, como se refere Van Der Ploeg et al., (2000), sem desconsiderar a importância das abordagens que privilegiam a análise das políticas de desenvolvimento, as estratégias pensadas localmente a partir dos recursos e das características socioculturais constroem outras nuances do desenvolvimento rural, com outras relações de poder, em vista da superação do paradigma da agricultura advinda pela modernização conservadora. Para o autor, isto sugere um desenvolvimento heurístico, na perspectiva em que a agricultura e o mundo rural podem ser reconfigurados.

O projeto *Vida na Roça*, considerando todas as nuances culturais e locais das comunidades envolvidas, é um esforço coletivo situado nas práticas organizativas e nos aportes da educação popular, não como referências prontas, pois estas não existem e se fossem oferecidas para aplicabilidade de um espaço para o outro deveríamos, pelo menos, desconfiar de sua viabilidade (VAN DER PLOEG, et al., 2000), mas como formas epistemológicas e metodológicas que geram princípios para pensar processos sociais que desencadeiam possibilidades para serem pensados em outros locais a partir de suas potencialidades e necessidades e não como mera aplicação de práticas.

---

<sup>56</sup> *Comunidade* é uma categoria que se usa para delimitar o espaço geográfico que se nomeia também de *localidade* de um determinado município ou mais, em municípios limítrofes. Todavia, este não é único sentido atribuído, pois nestes espaços as relações entre as pessoas, grupos, gerações, etnias, entre outros, se organizam em *comunidade*, ora nos encontros das religiões, dos clubes esportivos, clubes de mães, grupos de mulheres, ora para as lutas sociais como as sindicais, cooperativas, associações, movimentos.

Outros processos como o do Projeto Terra Solidária<sup>57</sup>, também somam neste processo social na região, com turmas a partir do ano de 1999, por intermédio direto dos STRs, como uma das experiências, que além de possibilitar aos agricultores/as uma proposta de Educação de Jovens e Adultos para a conclusão do ensino fundamental, também assumiu a crítica à modernização conservadora, o debate, a construção e socialização de práticas alternativas. Sua ênfase, desde o início até a retomada no ano de 2006, tem ênfase na valorização das identidades, numa perspectiva de educação integral, considerando a possibilidade de construir o desenvolvimento rural sustentável e solidário. O Sr. Darci destacou em sua narrativa que sua formação para agroecologia iniciou neste processo educativo e que a primeira experiência de cultivos foi de abobrinhas, as quais foram comercializadas. Destas primeiras percepções compreendeu e se identificou com a horticultura como fonte de produção e renda.

Esta experiência do projeto na região também assume, distintamente de outras regiões, o caráter de contraposição à racionalidade da monocultura e adesão à construção de formas alternativas de produção, uns grupos mais outros menos, dependendo dos educadores e coordenadores regionais. Estas, por sua vez, iniciavam como nos grupos de base anteriormente citados, com recuperação de solo de adubação verde, diversificação e cultivo de mais itens para alimentação, a troca das sementes crioulas, entre outras práticas que se agregavam nos intercâmbios e em outros cursos por meio da relação entre agricultores/as, mediadores/as e lideranças. Segundo relatos dos agricultores/as, este foi um debate permeado pela crítica à sociedade e a *agricultura convencional*, além de estar integrada às lutas sindicais dos direitos dos trabalhadores rurais e das mulheres.

A construção de estratégias alternativas aconteceu com mais ou menos ênfase dependendo da formação e opção dos educadores/as das turmas<sup>58</sup>, assim como, da interação prévia dos agricultores/as nestas experiências. Por exemplo, nos grupos de Marmeleiro e Francisco Beltrão, no relato da mediadora Sra. Janete, destaca-se a ênfase dada ao debate e à troca de experiências nas unidades familiares, com destaque na *agricultura alternativa e orgânica* da região, inserindo nas práticas dos agricultores/as a diversidade de cultivos para a alimentação, troca e seleção de sementes, adubação verde, entre outras ações. Para ela, o

---

<sup>57</sup> Segundo mediadores/as o projeto Terra Solidária surge como iniciativa do Fórum Sul dos Rurais da CUT, atualmente nomeada de FETRAF-SUL/CUT), com o apoio do Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (DESER), da Escola Sul da CUT, financiado com recursos públicos. Um dos seus princípios estava relacionado à educação como caminho para melhorar as condições sociais das famílias e possibilitar a intervenção na realidade.

<sup>58</sup> Inicialmente havia educadores/as de várias áreas como pedagogia, história geografia, agronomia, entre outras. Posteriormente, segundo as regras do Ministério da Educação estavam aptos a trabalhar como educadores/as com formação correspondente à educação.

ambiente de debate no grupo criou condições para problematizar as práticas da agricultura *convencional* e construir algumas estratégias não apenas de opções produtivas, mas de reconstrução das relações de gênero e de geração, assim como, de conscientização das questões sociais e ecológicas. Algumas das lideranças da região iniciaram o processo de construção de suas posições de defesa da agricultura alternativa “*do convívio de ter estado em outros lugares, mas o Terra Solidária deixou uma sementinha para elas começarem se questionar e repensar o plantio de fumo*” (Sra. Janete, ex-educadora no Projeto Terra Solidária, agricultora ecológica e mediadora).

No plano organizativo outras entidades permeiam esse universo, como a constituição do cooperativismo solidário que tem seu início com o *fundo de crédito rotativo*, com os recursos vindos da organização não-governamental alemã Misereor para financiar as alternativas produtivas para os *pequenos agricultores/as*, atualmente organizadas no Sistema Cresol. Posteriormente surgem as cooperativas de produção, a de leite e a de comercialização. Aqui também poderíamos citar a agricultura familiar como uma categoria que entra em pauta mais recentemente e pela qual se nomeiam agricultores/as, entidades e organizações sociais, no início como uma classificação política que os distinguiu da agricultura empresarial e atualmente, expressa no PRONAF e na Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

No cooperativismo solidário o debate do desenvolvimento é fortalecido com a organização do Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDC) nos municípios onde estão situadas as cooperativas de crédito Cresol. Em determinadas situações o trabalho destes é realizado em conjunto com outras entidades, com o objetivo de fortalecer essa organização. O Programa dos Agentes é criado para possibilitar o controle social, o fortalecimento institucional e maior participação na tomada de decisões da cooperativa, tendo em vista que a gestão destas entidades é realizada pelos próprios agricultores/as. A organização do programa está composta por um agricultor/a, morador/a de uma localidade, no município de abrangência de uma cooperativa, o qual se tornará referência por meio de um processo de formação e será o elo entre a cooperativa e os agricultores/as, contribuindo nos debates sobre o desenvolvimento, multiplicando conhecimentos e debatendo os projetos nos grupos familiares do entorno.

A preocupação com o desenvolvimento, que está presente na própria nomenclatura do Programa dos Agentes, inicia nos anos de 1996 e está ligada a categoria do *empoderamento*<sup>59</sup> da agricultura familiar, como se referem os interlocutores/as no cooperativismo. As opções de vida e produção desses agentes geralmente são formas de realizar práticas orgânicas na região, todavia, todas as categorias acrescidas ao termo como *alternativo, sustentável* passa pelas reflexões dos técnicos/as ou diretores/as - geralmente são os que coordenam esse processo - e estão imbricadas a outras práticas e processos de estudos já vivenciados no projeto Terra Solidária, nos GSPs, nas ECAS incentivadas pela Assesoar, entre outros processos, pois muitos dos agricultores/as agentes ou associados/as das cooperativas também fazem parte das outras entidades nos municípios, nos quais o debate é coletivo e assim vice-versa. Exemplo disto é o jovem Leandro: agricultor ecológico, feirante, egresso do Pós-médio e Técnico em Agroecologia e ACDC, egresso do Pós-médio em Agroecologia, presta alguns trabalhos como técnico da cooperativa junto aos agentes. Mesmo que alguns processos incentivam e têm como prioridade a agroecologia, outros menos, estão “enredados” no mínimo por práticas produtivas ecológicas como os ACDCs, incentivados pela mediação realizada pelo técnico da Base Regional Cresol.

### **Projeto de Vida: o lugar da agroecologia**

Primeiro você criou a consciência, depois na prática você tem que aplicar isso e aí que vão surgir as problemáticas possíveis e impossíveis, cada lugar é um lugar, e se vai enfrentar uma realidade você não tem como transportar de uma UPVF para outra o mesmo modo, o mesmo tema, a mesma lógica produtiva, em cada lugar vai ser diferente, mesmo que sejam vizinhos, porque isso depende da **cultura da família, das relações que se estabelecem, das vontades, e do próprio ambiente que é diferente de um lugar pra outro** (Sra. Janete, ex-educadora do projeto Terra solidário, mediadora e agricultura agroecológica. Grifo nosso).

É a partir dos anos 2000 que se firmam na região os debates em torno da categoria da *agroecologia*, como atualmente se nomeia, por um lado originária das práticas da agricultura *alternativa* e *orgânica*, assim como, situadas nas concepções do desenvolvimento *alternativo*

---

<sup>59</sup>Esta é uma categoria que muitas lideranças se referem para afirmar que os processos sociais, políticos, organizativos e educativos possibilitam aos agricultores/as ter poder. Logo, o *empoderamento* é uma ferramenta na luta por outro desenvolvimento.



e *sustentável*, pois já encontram nesse processo social algumas das condições necessárias, as quais são determinantes para continuar avançando. Por outro lado, esses progressos, necessários para delinear o conceito ainda relativamente novo, como assinalam os mediadores/as, contaram com as problematizações decorrentes das posturas das entidades nos conflitos gerados na agricultura orgânica, com avaliações e reconstruções sistemáticas, apreendidas das teorias históricas críticas, da teologia da libertação, nas aceções e ideais dos movimentos sociais e da educação popular. Como assinala uma das mediadoras que coordenava a ECAS:

[...] o povo queria só plantar soja, daí você tem que pensar, eu vou trocar a soja química pela soja orgânica e a contraproposta da Assesoar e toda a história né. Então, a própria realidade problematizou por conta dos fundamentos que a Assesoar tinha, e aí que parte de então trabalhar a agroecologia. (Sra. Cecília, mediadora, professora na Universidade).

No plano organizativo, a criação da Rede Ecovida passa a reunir um grupo maior, nos três Estados do Sul, e a partir daí na *agroecologia* começa a se delinear a obtenção do selo, agregando e somando nas ações educativas e de conformidade por meio das certificações. A origem desta instituição, além de reunir e fortalecer esta agricultura, é decorrente também das necessidades que passam a compor as exigências na circulação dos produtos orgânicos e ecológicos e que vinham sendo feitos por entidades nestes três Estados. Na região Sudoeste, no Paraná, a ASSESOAR no ano de 1998, já havia lançado um selo de certificação para fortalecer a comercialização, assim como as associações antes referidas foram uma das formas organizativas para transformação e também comercialização. Atualmente a Rede Ecovida é a “certificadora” para avaliar, por um sistema participativo<sup>60</sup>, a conformidade orgânica nessa produção, constituída por entidades da região, articulada também com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a exemplo do circuito de comercialização que possibilita chegar produtos de uma região a outra. Não obstante, todos os agricultores/as que se nomeiam ecológicos/as e até mesmo alguns orgânicos/as são associados da Rede e possuem o selo de certificação.

Nesse contexto vai se fortalecendo o que atualmente propomos nomear como *agricultura familiar ecológica* ou *agricultura camponesa ecológica*. Ambas reúnem debates e se constituem como hoje se apresentam nos processos sociais: organizativos e de educação,

---

<sup>60</sup> Em cada região tem um núcleo da Rede Ecovida formado por agricultores/as ecológicos/as, lideranças e dirigentes de outras entidades, além da coordenação que há em cada Estado do Sul, para se fazer as avaliações de conformidade por meio do comitê de ética que conta com a participação dos integrantes do núcleo. Aprofundaremos esta temática no capítulo sobre comercialização.

articulando a dimensão política. Pois, como já afirmamos anteriormente, as nomenclaturas *campesinato* e *agricultura familiar* subsistem concomitantemente e empiricamente, poderíamos assim descrever: a primeira é narrada mais por lideranças e alguns agricultores/as ligados à Via Campesina, composto pelo MST, CPT, Movimento das Mulheres Campesinas - MMC e MAB; e a segunda se identifica nas posições de algumas entidades e dos agricultores/as provenientes de outras frentes de luta pela posse da terra, como no caso dos agricultores/as que estão nas unidades familiares e não são apenas provenientes dos movimentos acima, mas que estão na luta sindical ou cooperativista. Entretanto, ambas coexistem e se cruzam nas lutas sociais e na própria agroecologia.

Nas narrativas, no que se refere às práticas da agroecologia, muitas destas são identificadas como originárias dos sistemas agrícolas dos camponeses na região representada pela cultura cabocla e imigrante, quanto aos manejos de adubação e plantio, bem como, o cultivo da subsistência. Todavia, Wanderley (2001) assinala que sempre houve a preocupação dos camponeses, não apenas com a subsistência, mas também com o acesso aos mercados em busca da superação das condições de precariedade, nos mesmos moldes que Boneti (2005) identifica na cultura cabocla no Sudoeste, nas relações, mesmo incipientes, que estes tinham de mercantilização com a Argentina, país que faz fronteira com a região. Portanto, a agroecologia também se compõe das lutas de resistências advindas do campesinato e nesse sentido Van Der Ploeg (2008) contribui nesta compreensão quando assinala, na reconstrução deste, alguns elementos que se assemelham com as características dos agricultores/as ecológicos/as da região como: a resistência aos grandes impérios agrícolas e agroindústrias alimentares; a autogestão dos recursos e as estratégias associativas e organizativas; relações de coprodução com a natureza; relações distintas com mercados para as práticas de comercialização com busca da autonomia, entre outros.

Os conhecimentos que compõem a prática da agricultura ecológica também aparecem nas narrativas dos mediadores/as como conhecimentos adquiridos das ciências e do estudo das contribuições de autores, assim como, dos conhecimentos compartilhados em intercâmbios com grupos de agricultores/as de outras regiões do Paraná e de outros Estados. Todavia, nas narrativas dos interlocutores/as os conhecimentos que compõem sua prática nas formas de *ser* e *fazer* advém dos aprendizados com pais e avós, anterior à modernização agrícola e na participação nos processos de educação dos GSPs, ECAS, Terra Solidária, Projeto Vida na Roça, PVR, Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDC) e Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, entre outros.

Não obstante, a conceituação de agricultor/a ecológico/a é uma tensão identificada no trabalho de campo. Ao realizar a investigação, geralmente surgiam perguntas dos próprios agricultores/as, a exemplo desta questão posta pelo Sr. Ari: “*Mas o que você acha, há agricultores agroecológicos na região?*”. Em seguida, o argumento da problematização baseava-se no uso exagerado de agroquímicos da agricultura convencional no entorno das unidades produtivas, sob a alegação de que as *barreiras* – uma forma de proteção verde - não são suficientes para se produzir o alimento livre das contaminações químicas e de sementes crioulas. Este questionamento foi sempre nos incentivando a “desvelar” tal tensão, já que havíamos identificado nas narrativas que o agroecológico/a não é apenas aquele agricultor/a que não usa agroquímico e que havia algumas distinções com o orgânico, por exemplo. Estas provocações realizadas pelos próprios interlocutores/as foram fundamentais para ir delineando o que caracteriza no campo etnográfico a categoria agricultura ecológica.

Quando perguntamos aos agricultores/as se eram ecológicos/as, a maioria assinalou ser *agricultor/a familiar*. Isto porque, mesmo que o universo dos agricultores/as familiares esteja constituído em sistemas de produção orgânica e *convencional*, estes também fazem parte e se identificam nas lutas sociais. Ou ainda poderíamos afirmar, nas lutas no espaço estatal em torno da reivindicação da construção de políticas públicas, a exemplo da aprovação da lei da Agricultura Familiar ou dos projetos de crédito do PRONAF. Ou mesmo na luta pelo reconhecimento de espaço que ocupam no país em oposição à agricultura empresarial, na polêmica<sup>61</sup> de que para alguns esta categoria será extinta, enquanto para outros é a sustentação da agricultura e da produção no país, principalmente de alimentos. Posteriormente, ao aprofundar o diálogo, começam a surgir as diferenças entre ser *agricultor/a orgânico/a* e *ecológico/a*, como nomações que seguem uma série de critérios, sendo que os principais demarcadores são: a participação nas lutas sociais; a construção de estratégias de mercado privilegiando as relações solidárias e de *autonomia*; o uso mínimo de recursos externos a UPVF, a produção de uma *diversidade* de alimentos, entre outros que irão se apresentando à medida que vamos enfocando as narrativas de vida.

Todavia, alguns grupos de orgânicos também adotam esses princípios, embora a ênfase maior ou menor recaísse sobre a reflexão da agroecologia que perpassa o trabalho da mediação das entidades locais, que também possuem nuances distintas de trabalho ou mesmo no alcance direto ou indireto nos processos de formação em que participam. Ao perguntar

---

<sup>61</sup> Ver autores que analisam a Agricultura Familiar do ponto de vista teórico-epistemológico como Wanderley (1995, 2001, 2003), Neves (1995, 2002), Schneider (2006) são importantes para análises da constituição da categoria nos distintos contextos.

para um agricultor orgânico sobre as semelhanças entre um e outro, assinalou que ambos produzem primeiro pensando na manutenção do grupo familiar, ou seja, na alimentação sem contaminação de agroquímicos. Enquanto as lideranças e mediadores/as que apreenderam suas práticas nas experiências desde as ECAS, assinalam que tal diferença está no trabalho com os grupos familiares, observando as várias dimensões da vida e a construção da capacidade de intervenção para além do espaço interno da UPVF e nos espaços externos.

Portanto, na trajetória dos grupos familiares estas diferenças correspondem a reconhecer se têm ou não um *projeto de vida*, embora isso não esteja tão separado assim, pois ambos, agricultores/as orgânicos/as e ecológicos/as, participam da Rede Ecovida, das Festas das Sementes, de estratégias de comercialização e muitas situações somam na reflexão e luta por espaços de reconhecimento e visibilidade. Identificamos casos em que essas características tidas como da agroecologia, também se relacionam com algumas empresas de soja orgânica, no que se refere ao cultivo da cultura da soja, a exemplo de alguns agricultores/as do município de Capanema, um dos locais que conseguiu uma organização significativa no processo desde a participação das ECAS. Há outros que se identificam somente como orgânicos/as por compreenderem que ainda lhes falta alguns avanços para chegarem ao agroecológico, sendo este um estágio mais avançado do qual se encontram, mesmo não se relacionando com as empresas de soja, como no caso dos agricultores/as de Verê, inclusive associados na Rede Ecovida e com a organização das associações para comercialização e agroindustrialização de geleias, extrato de tomate e suco de uva.

Neste sentido, é no processo do Pós-médio e Técnico em Agroecologia, com a primeira turma em 2003, a segunda em 2005 e a terceira em 2009, que se assume com mais intensidade a produção de conhecimentos na relação com a agroecologia, com ênfase na articulação dos *projetos de vida* dos grupos familiares dos estudantes, com tempos alternados de formação entre o presencial e as ações que desenvolvem na UPVF. Decorrentes das problematizações que entidades e mediadores/as vêm fazendo desde os primeiros processos de educação, no que se refere a construir no *campo um lugar bom de ser viver* é que se identificam as várias dimensões da vida de forma mais clara e se reflete nesses termos. A dimensão política que vimos salientando como elemento presente nos processos de formação, desdobra-se concomitante às experiências do Pós-médio, como a formação de formadores – um curso para dirigentes de entidades, bem como, as responsabilidades destas na indicação dos educandos/as e acompanhamento destes durante os estudos.

*Projeto de vida* é o termo que agrega regionalmente a compreensão de que a agricultura não pode ser pensada apenas em termos de tecnologias de produção, como

ênfatisa a orgânica e a convencional, mas uma opção que agrega as várias dimensões da vida articuladas à identidade deste agricultor/a, que além de produzir e trabalhar, também necessita planejar a participação nas organizações, o lazer, a educação, cuidar da saúde, ter saneamento, entre outros aspectos. Isto já estava presente no Projeto Vida na Roça ao organizar o processo em torno destas dimensões. Todavia, este projeto de vida inclui ser planejado, refletido e colocado em prática com bases em outras relações, que no grupo familiar implica em reconhecimento das gerações (crianças, jovens e idosos), de gênero (mulheres e homens) e nas relações com o entorno, que considera cada um destes, nas suas perspectivas, sonhos e necessidades. A UPVF é um conceito que surge primeiro, para fazer oposição à forma como se denomina a *propriedade rural* demarcado na agricultura empresarial ou do agronegócio como espaço apenas de produção e lucro; segundo, para explicitar que este espaço é de *vida* de um grupo familiar, que não apenas produz para obtenção de renda, mas de distintas relações, de construção de estratégias, de sonhos, de trabalho e de cultura.

Nessa perspectiva, de que a *vida* está imbricada neste complexo cotidiano, há concomitante uma luta política que reúne em torno as ações das entidades e organizações na contraposição às formas hegemônicas e de dominação da sociedade capitalista. Por isso, o *projeto de vida* na prática da agricultura ecológica busca nas ações locais capacitar os agricultores/as para a intervenção na realidade, inclusive na participação e distribuição dos recursos públicos, da formulação de políticas para esta agricultura, a exemplo das experiências de orçamento participativo. E, não obstante, buscar a superação das condições de empobrecimento e êxodo rural da população do campo, assim como, na luta pela qualidade de vida das pessoas, traduzidas principalmente, na preocupação com a produção do *alimento limpo* que passa a ser assumida, entre outros aspectos, na sustentação do que significa na região a *agricultura familiar ou camponesa ecológica*.

O Curso Técnico em Agroecologia de nível Pós-Médio é originário da *Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo*, organizado pela Assesoar e outras entidades da Agricultura Familiar em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Atualmente na edição da terceira turma, que encerra suas atividades durante a escrita desta investigação, destaca-se pela sua opção metodológica e epistemológica ao trabalhar com a agroecologia, formação profissional articulada ao *Projeto de Vida* das famílias na UPVF, numa *visão multidimensional*. Conta com ampla participação dos jovens filhos/as de agricultores/as, com o compromisso de, primeiro, reconstruir suas concepções e posturas na perspectiva da

agroecologia e, segundo, desenvolver um projeto na UPVF dos pais, considerando a realidade, os sonhos e as perspectivas do grupo familiar.

Contudo, o projeto político-pedagógico do curso traduz um dos processos de formação na agroecologia, como se apresenta na região, reunindo os avanços dos outros processos de educação e sendo reconstruídos a cada nova turma. Entre os elementos que continuam a fortalecer: o debate do *alimento limpo*; a produção, a seleção e partilha de sementes; a discussão das relações de gênero, geração e etnias; a prática da produção de alimentos; o planejamento de estratégias de geração e agregação de renda; as práticas de comercialização, a diversificação de produção e participação nas lutas e organizações sociais, entre outros. Isto, relacionado atualmente a um projeto de desenvolvimento, que após ser adjetivado pelos termos *alternativo* e *sustentável* passa a ser nomeado de *multidimensional*.

### **Projetos Municipais: reafirmando o processo social da agricultura ecológica**

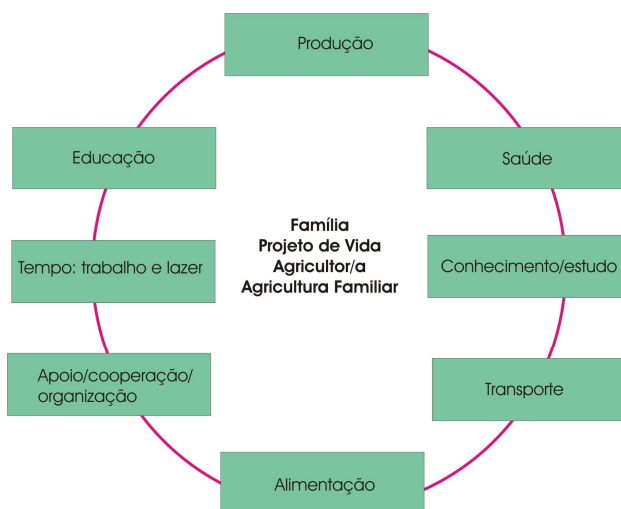
Segundo relato dos mediadores/as já na última turma do Técnico em Agroecologia, houve a tentativa dos grupos de estudantes organizarem junto às entidades locais *projetos municipais de desenvolvimento*, os quais atualmente estão sendo assessorados pela Assesoar em dez municípios da região e coordenados por lideranças e dirigentes dos STRs, Cresol, Cooperativas de Leite (CLAF), Cooperativas de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), grupos de feirantes, grupo de mulheres, entre outros *coletivos políticos*.

A partir dos relatos dos mediadores/as, os *projetos municipais de desenvolvimento* decorrem da necessidade de articular estratégias a nível local e regional, na relação com os *projetos de vida* dos grupos familiares, pois estes trabalhados de forma isolada das estratégias políticas não são suficientes para consolidar o que se propõe a *agricultura ecológica*. Dialogados e planejados entre as entidades, nos municípios, na perspectiva da agroecologia, com o objetivo, inclusive, de lutar por recursos financeiros nos planos plurianuais no poder público municipal, com a proposição de intervir na construção de um *projeto social para o campo*. Nas narrativas dos mediadores/as, pensar um projeto de desenvolvimento significa construir uma organização local, articulada entre entidades e agricultores/as, planejando intervenções tanto na UPVF, por meio do *projeto de vida* quanto nas estratégias coletivas,

como de educação do campo, de construção de políticas de saúde, de saneamento e infraestrutura e de lazer, entre outras.

Além de potencializar as práticas produtivas com o mínimo de uso de agroquímicos e de recursos externos à UPVF, o processo social educativo e organizativo que propõem pensar este projeto de desenvolvimento também é permeado pelas experiências de *educação e participação* dos agricultores/as nas organizações e nas lutas sociais. Por exemplo, em Ampére, um dos municípios que acompanhamos neste processo, foram realizadas reuniões de debates e organização das ações locais, com ênfase na constituição de uma feira ecológica, ao mesmo tempo em que aconteceram vários encontros de estudos nas UPVFs dos feirantes e realizadas oficinas de repelentes naturais, macerados e de sal mineral.

Tomamos um esquema produzido em uma destas reuniões do município de Ampére, na qual um grupo de lideranças das entidades, feirantes, estudantes do Pós-Médio em Agroecologia e do curso de Gestão em Cooperativismo, debatem o que vem sendo nomeado de *desenvolvimento multidimensional com ênfase na agroecologia*, na relação com o *projeto de vida* nas UPVFs e outras estratégias da Agricultura Familiar. Ocasão em que a mediadora, a Sra. Janete, que coordenava a reunião, iniciou um debate com os participantes sobre as necessidades que têm os agricultores/as na vida cotidiana, tomando como exemplo um dos participantes – um agricultor e dirigente de uma das cooperativas – para mostrar que o *projeto de vida* se sustenta nas várias dimensões.



**Figura 1 - Esquema Projeto de Vida**

Esquema produzido a partir da reunião do projeto de desenvolvimento, coordenado pela ASSESOAR, STR, CLAF e CRESOL, em Ampére. Dezembro de 2008.

Após a conclusão do esquema, a mediadora convidou os participantes para trocar o nome do agricultor pelo termo *agricultura familiar*, questionando-os, se essas necessidades também se fazem pertinentes, mostrando que estas são as dimensões que requerem um projeto de desenvolvimento municipal, as quais seriam as orientações de um planejamento coletivo, porém, sempre situadas a partir do projeto de vida. Seguiu argumentando que a agricultura familiar, como um coletivo de agricultores/as, necessita articular condições para possibilitar todas as dimensões da vida, nas distintas esferas, seja nas entidades organizativas ou na luta por políticas públicas. Por isso, quando se pensa um projeto de desenvolvimento, não se pode pensar só a produção. E mesmo que naquela ocasião a produção tenha sido falada por último, ela é uma entre outras.

A reflexão seguiu ocasião na qual a mediadora assinala que uma dimensão depende da outra e questionou: “*como produzir para alimentar, se as pessoas não tiverem uma boa saúde?*”. Ou ainda, “*como avançar na organização da produção se o grupo familiar não possui boas relações, ou seja, se este não consegue dialogar?*”. Além de apontar elementos, sua dinâmica de conduzir a reunião é orientada sempre por questionamentos para que o grupo se coloque na reflexão. Por exemplo, perguntou de forma enfática, se é possível olhar apenas para uma dimensão da vida e se estas são separadas uma da outra. Ao mesmo tempo, respondeu que não e afirmou que pensar as dimensões imbricadas umas nas outras, significa construir um projeto de desenvolvimento que não é de um dia para outro, sendo que em cada município acontece de formas distintas. Em Ampère, por exemplo, a “porta de entrada” deu-se pela feira, pela produção de leite a base de pasto e pela produção ecológica e que esses processos todos não são possíveis de mudanças rápidas. Seguiu explicitando como acontece o processo:

[...] talvez nem todo mundo compreenda que todas essas questões sejam consideradas e à medida que vai avançando no leite, na feira, depois vão entrando os outros debates como: relações, saúde e outras produções. O que se propõe é que a gente chegue, quem sabe daqui a três/quatro anos, a debater tudo isso, que é da vida das famílias agricultoras e da agricultura familiar. (Sra. Janete, ex- educadora do Projeto Terra Solidária, mediadora e agricultora ecológica).

Na sequência, a coordenadora da reunião, a Sra. Ivete – dirigente do STR – pediu para os agricultores/as participantes da referência leite<sup>62</sup> e o representante dos feirantes, bem como,

---

<sup>62</sup> Referência Leite é um grupo de agricultores/as que estão reorganizando a produção, com a organização e melhoramentos de piquetes de pastagens diminuindo, assim a entrada de recursos externos na UPVF e o uso de produtos químicos, caminhando em direção a uma produção de leite ecológico.



os técnicos/as fazerem uma rodada de falas para avaliar como estão sendo vividos tais processos até agora. Um agricultor – participante do projeto referência de leite a base de pasto - assinalou como são tomadas as decisões na sua unidade familiar, afirmando que ele e a mulher debatem sobre o que vão fazer e assim, tanto os fracassos quanto os acertos são de responsabilidade de ambos, que essa medida, inclusive melhorou as relações entre eles e na produção. Nesse caso, a mediadora aproveitou para assinalar que o debate de um *Projeto Municipal de Desenvolvimento (PMD)*, também deve ser baseado no diálogo porque é no coletivo e com outras relações entre as entidades e agricultores/as que se constroem tais estratégias, pois fatores como estes aumentam a estimativa de fortalecimento das ações da agricultura familiar e agroecológica. Nesse contexto de diálogo, a mediadora ainda fez mais uma relação com os aspectos a serem observados na hora de pensar o *projeto de vida* de cada grupo familiar ou no município, salientando exemplos para que o grupo entendesse as dimensões a que pertencem:

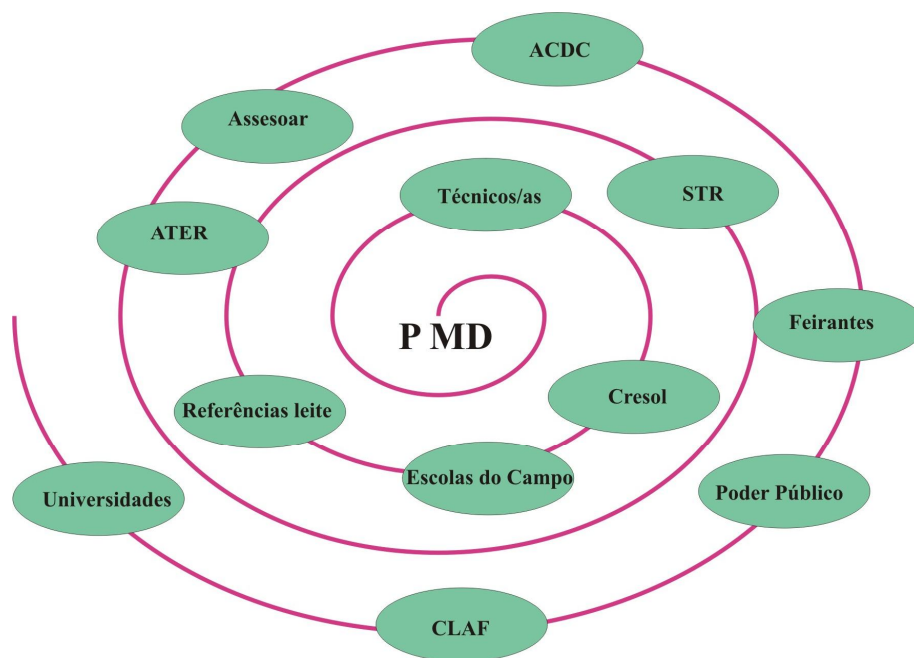
P M D	•	Geração, gênero	- relações
	•	Água (Proteção)	- ambiente
	•	Filhos, juventude	- organização\sucessão
	•	Leite, milho, frutas	- produção
	•	Feira	- comercialização
	•	Reuniões de estudo	- conhecimento

**Figura 2 - Esquema das Dimensões do Projeto de Vida**

Ilustração elaborada a partir da exposição da mediadora na reunião. A primeira coluna representa as estratégias e a segunda, a que dimensão pertence.

Após os relatos, a mediadora retomou o diálogo e perguntou se o PMD é para ser feito somente com as entidades presentes – sindicato, feirantes, cooperativa solidária de leite e de crédito, representante dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDC). A partir desta pergunta os/as participantes foram sugerindo instituições e espaços de negociação que poderão ser incluídos para conseguir realizar esse projeto, entre estas a EMATER, poder público, consumidores/as, universidades. Ponderou-se que com a prefeitura seria necessário se preparar para conseguir apontar demandas no planejamento plurianual, do qual farão parte do debate para o próximo ano. Se não se integrarem às demandas neste planejamento, nada se conseguirá, pois os recursos financeiros passam por esta esfera. Afinal, o projeto de desenvolvimento deve estar em debate com órgãos públicos na disputa por recursos públicos e

investimentos, pois a prioridade para agroecologia e mesmo para Agricultura Familiar nem sempre consta na pauta desses órgãos, como argumentam os interlocutores/as. Para identificar melhor o papel dos vários *atores*<sup>63</sup> sugerimos o esquema que segue, das entidades, organizações e instituições que fariam parte desse debate a partir da disposição que a mediadora apresentou no quadro verde.



**Figura 3 - Projeto Municipal de Desenvolvimento - PMD**

Elaborado a partir da explicação e alguns escritos no quadro e representa o conjunto de atores organizados para debater junto aos grupos familiares e nos espaços o PMD.

Diante deste quadro, salientou-se que o trabalho da assistência técnica (ATER) estará baseado no planejamento deste coletivo dos atores, como uma espécie de diretrizes do *Projeto Municipal de Desenvolvimento (PMD)*, com o olhar voltado para as várias dimensões (figura um), para que as decisões tomadas sejam a partir das necessidades dos participantes e não de quem vem de fora impor seus conhecimentos e posturas, a exemplo dos projetos anteriores colocados em pauta, ora por empresas, ora por alguns atores mesmos, sem a participação dos agricultores/as na sua construção. Não é o acompanhamento técnico que vai chegar ao

<sup>63</sup> Forma como nomeiam as entidades, instituições e organizações que fazem parte de um debate maior, no caso deste grupo de desenvolvimento.

município, por exemplo, oferecendo oficinas de transformação de leite, pois pode ser que essa ação nem seja debatida dentro do PMD, e talvez nem seja o que os agricultores/as estão planejando para seus projetos de vida.

As entidades também terão seu papel. Por exemplo, a CLAF terá seus desafios quanto ao leite, assim como o STR também terá que se preocupar com suas especificidades, mas todas estas também estarão voltadas para o PMD em ações coletivas, assumindo-os e integrando outras instituições, entidades ou outros agricultores/as. A mediadora salienta: “*Nós vamos pensar um projeto e nós vamos buscar as outras organizações e pensar a partir de nosso projeto e não do deles*” (Sra. Janete, ex-educadora do Projeto Terra Solidária, mediadora e agricultora ecológica).

Neste momento, houve com o grupo um diálogo, no qual um dirigente salientou como forma de ratificar a afirmação da mediadora, que para fazer esse desenvolvimento o caminho é inverso ao que estão acostumados. Já outro agricultor completou a intervenção, assinalando que se os tantos projetos advindos de *cima para baixo* tivessem sido acertados, não haveria tanto desperdício de recursos financeiros, pois, além disso, se criou muitos problemas, sobrando para o agricultor/a mais um fracasso ou contas financeiras a serem pagas. Isso fez com que muitos grupos familiares passassem anos pagando dívidas de projeto de suínos, de aves, de instrumentos de mecanização, entre outros.

A mediadora lembrou-lhes que a partir desse momento o grupo necessita ter claro que *projeto de desenvolvimento* que se quer, para depois chamar os outros atores, senão estes poderão vir para esse espaço e novamente impor seus projetos. São os agricultores/as que devem dizer o que querem produzir, o que querem para a saúde, o saneamento, as estradas e a educação. No caso da assistência técnica, quando realizar as visitas às famílias, o trabalho será com base nas diretrizes desse Projeto Municipal de Desenvolvimento, investindo em refletir com elas como estão sendo vividas as relações, por exemplo: se os jovens têm espaço para ficar na família; se as mulheres estão participando das decisões; ou como está a produção, a fertilidade da terra, a feira, outras formas de comercialização, o crédito, as estradas, a escola, entre outros aspectos. Tudo será observado e aos poucos debatido com a família a partir de algumas prioridades ou o foco que as pessoas podem definir.

A partir desta narrativa compreendemos, além do processo vivido pelos agricultores/as na região, as formas e os elementos que atualmente estão em pauta para planejar o desenvolvimento nesta perspectiva como *multidimensional*. Vale salientar que alguns atores debatem nesta perspectiva, enquanto outros, concomitantemente, ainda se organizam e o nomeiam como *alternativo* e ou *sustentável*.

## Os desafios da agricultura ecológica

Nomeado com o termo *agroecologia*, estas são experiências ainda relativamente novas na região, mas compreendidas como processo social permeado pelas experiências educativas e organizativas, as quais identificamos interligadas a uma trajetória de mais ou menos vinte cinco anos. A partir desta percepção, chegar a esta agricultura ecológica foi possível por caracterizar-se por aspectos como: o resgate e introdução de práticas alternativas de produção vegetal e animal, advindos da agricultura campesina e tradicional somados aos conhecimentos da ecologia e os princípios políticos; dos processos de educação popular e posteriormente educação do campo; das ações organizativas coletivas entre entidades e grupos familiares; e da construção dos projetos de vida nas UPVFs.

Como assinalam os mediadores/as, os participantes do Projeto Terra Solidária, algumas opções realizadas no movimento sindical e social (atuação do MST e MAB) foram importantes para somar nos processos de agroecologia. Assim como as outras experiências de educação já relatadas, pois a organização do currículo a partir de alguns referenciais de sustentabilidade, refletindo os impactos da modernização no empobrecimento dos agricultores/as, o debate do movimento sindical no sentido de construir alternativas de desenvolvimento e a opção pelo *alternativo* ao *ecológico*, embora o primeiro não fosse muito claro no início, foram contribuindo para o acúmulo de saberes que “endurecem” a rede sócio-técnica (LATOUR, 1999). A agroecologia é assumida como *bandeira de luta* e transposta em seu curso, tendo presente os elementos históricos organizativos das ligas camponesas, as questões relacionadas com o trabalho e as organizações com o propósito de formar uma base social.

Todavia, estes processos sociais organizativos e educativos não foram construídos para uma abrangência massiva devido aos limites financeiros e de pessoal, pois as entidades contam com apoios, em alguns casos de verbas estatais, sendo maioria os projetos financiados por entidades europeias. Porém, seu objetivo é gerar *referências* para ser assumido por mais atores institucionais, incluso nas políticas de governo e ações estatais. Como essas são perspectivas que dependem das opções políticas governamentais em relação a priorizar a agricultura familiar, por exemplo, ou mesmo entre uma *agricultura familiar convencional*, fomentar uma ecológica, são sistemas ainda em vias de construção, bem como, desafios constituídos na intervenção das entidades e agricultores/as para que o poder estatal passe

repensar suas políticas a partir de suas práticas, como sugeriram os pesquisadores Van Der Ploeg e Sergio Schneider na conferência *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A partir disso, mediadores/as, lideranças e dirigentes das entidades da região reconhecem que muitos processos organizativos e educativos poderiam ter avançado mais, no sentido de conseguir viabilizar mais grupos familiares na agroecologia e nas relações externas de construção de mercado para este tipo de produto. Entre os elementos que limitaram estas práticas são apontadas as descontinuidades de alguns processos ou, quando contínuos, limitados a um número restrito de agricultores/as. Para alguns houve dificuldades em articular e pensar um projeto de desenvolvimento *alternativo de baixo para cima*, principalmente nos aspectos de constituição de espaços de participação dos agricultores/as na tomada de decisões, enquanto outras propostas que pensam estas práticas são a partir de processos *multidimensionais*, a exemplo das experiências do Pós-médio e Técnico em Agroecologia, Projeto Vida na Roça, entre outros.

Não obstante, há uma sensibilidade por parte de outros processos para a Agroecologia, a exemplo do Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDC) das Cooperativas CRESOL, por meio do INFOCOS, que têm incentivado a conversão de práticas produtivas convencionais para a agroecologia. Todavia, os avanços destas acontecem nos municípios, onde o técnico da cooperativa tem alguma formação nessa perspectiva e o diretor apoia, liberando para o trabalho com os grupos familiares. Agricultores/as demonstram nas suas narrativas que o trabalho direto de um mediador/a é importante na reflexão e construção do projeto de vida para somar nas reflexões e contribuir também na assistência técnica.

Entre os fatores que dificultam os avanços da agroecologia, inclusive nos grupos familiares de estudantes do Pós-médio, estão os incentivos da sociedade para a produção em escala e com uso de agroquímicos, pois aparentemente é de fácil aplicação, apesar dos altos custos e de respostas imediatas, como compara o Sr. Serinei, mediador, isto se parece como uma máquina que se obtêm repostas imediatas, enquanto na agroecologia depende-se de um processo gradual de recuperação dos elementos naturais, com ritmos e tempos distintos de produção, além do uso de produtos e manejos não agressivos ao ambiente.

Alguns dos mediadores/as e dirigentes argumentaram que os grupos familiares desistem ou resistem a fazer processos de conversão para a agroecologia, devido a quatro fatores principais, entre outros que analisaremos no decorrer dos outros capítulos: a assistência técnica com opção epistemológica e metodológica da agricultura moderna, sendo

que as ciências agrárias formam um profissional nestes moldes e este é absorvido pelas empresas para comercializar os produtos desta e ele *bate na porta do agricultor/a por muitas vezes*; as insistentes investidas das grandes empresas e dos *pacotes de crédito* direcionadas ao *convencional*; tecnologias que oferecem mais opções de maquinários, sementes, produtos de última geração “facilitando” o trabalho humano, mesmo que isto cause a destruição do ambiente; e a garantia de mercado para comercialização, mesmo com políticas impostas pelo *pacote*.

Todavia, alguns mediadores/as salientam que existem todas estas explicações para a resistência em relação a fazer agroecologia, mas que estes elementos estão situados num contexto ainda mais complexo, que se articulam na *máxima eficiência de produção e da alta lucratividade*, pois não importa o resultado que se terá desde que se usem todos os recursos para obter tal índice de produção. Enquanto, a agroecologia é baseada em outro sistema, as pessoas terão que construir outra consciência que considera uma produção *limpa*, ou seja, considerando valores humanos, pois será consumida por pessoas e terá consequências e influência direta na qualidade de vida, inclusive na saúde, a exemplo, do debate da questão da segurança e soberania alimentar de acesso a um *alimento limpo*, isento de contaminação química.

A questão do uso de tecnologias também aparece como fator determinante para migrar de um sistema *convencional* para ao agroecológico. Para as pessoas implicadas neste processo, não há dúvidas de que elas necessitam trabalhar e fazer de formas distintas certos manejos. Para algumas, trabalhar não significa sofrimento, enquanto outras se guiam pelo raciocínio de que se pode evitar a penosidade com o uso *de alguns litros de secante*, por exemplo. Mas, para os que se *converteram* faz parte de seus princípios de que ser agricultor/a ecológico/a é ter mais *autonomia* em relação aos grandes monopólios de empresas e ser menos dependentes das políticas externas. Um mediador exemplifica que o operário é dependente e explorado pelo patrão, mas como sair disso, pois não vai conseguir ser o dono da empresa; o consumidor também sabe o que significa estar na dependência de uma rede telefônica, mas continua usando; assim, o agricultor/a sabe o quanto está sujeito às normas e regras de uma empresa de integração de aves e suínos, ou de uma empresa de transgênicos, mas continua fazendo sua produção a partir destes critérios impostos. Ele não enxerga alternativas a serem construídas, tem esta realidade como dada e natural. No caso da agroecologia, o agricultor/a pratica porque vai criando consciência que pode fazer diferente sua produção, com baixos custos e ter uma sobra maior, mesmo que no montante geral ele

obtenha menos que um *produtor convencional*, mas sabe o que significa ter certa autonomia, poder criar sua forma de organização, produção e comercialização.

Segundo o Sr. Serinei, para os estudantes que chegam ao curso do Pós-médio, o primeiro impacto que sentem em relação à proposta do curso se refere à construção do *projeto de vida*, para permanecer como agricultor/a na sua UPVF, mesmo que venha prestar serviços como técnico profissional em alguma entidade da Agricultura Familiar. No horizonte deles está a vontade de deixar de ser agricultor/a. Segundo os mediadores/as, noventa e cinco por cento têm o sonho de melhorar de vida fora do contexto agrícola, pois estão desanimados com as perdas e falta de incentivos advindas da forma que se instituiu a *agricultura convencional*. Mas também perdura a ideia de que os processos de estudo são qualificar-se profissionalmente fora do contexto da agricultura. O primeiro desafio do curso é reconstruir este horizonte, os sonhos destes jovens, a partir do referencial da agroecologia, pois a prática desta na região é de não deslocar os elementos políticos, fundando um projeto de sociedade. Para o mediador, se alguém defende os recursos da natureza num discurso ecológico, sem problematizar as questões cruciais da forma de produção moderna, passa a ser exemplo na sociedade, enquanto que essa reflexão interligada à agroecologia é mais profunda, requer mudanças sociais e políticas juntas.

O desafio da agroecologia está posta nos e a partir dos processos educativos de cunho popular, quando repensam suas práticas, incorporando o *projeto de vida* como forma *multidimensional* de vivenciar o conhecimento e reorganizar a vida nas unidades familiares. Exemplo dos desafios do curso Pós-Médio e Técnico em Agroecologia é possibilitar aos educandos/as superarem a fragmentação que perpassa seus *projetos de vida*, pois no início eles conseguem pensar apenas uma produção diferenciada como o leite, frutas, grãos, entre outras, posteriormente vão incluindo as outras dimensões. Conforme análise dos mediadores/as, a saída é exercitar um *pensamento relacional*, ou seja, das produções na relação com a agricultura familiar ecológica, dar um sentido estratégico para as ações considerando não apenas a unidade de produção, mas o lugar de onde um ou mais grupos reorganizam a vida, o trabalho, a educação, o lazer, os sonhos e planejam espaços de participação. Todavia, isto não sobrevive isoladamente, mas na relação também com as políticas públicas, pois o desafio é pensar o desenvolvimento na UPVF articulado ao desenvolvimento social nos espaços e nos coletivos locais e regionais. Para dar curso à agroecologia, os processos sociais exercem e têm o papel de possibilitar ao agricultor/a “*se apropriar de conhecimentos e de ações políticas*” (Sr. Serinei, mediador, professor na universidade).

## A mediação nos processos sociais

Todas as reflexões e ações pautadas nos processos sociais, na constituição da agricultura ecológica, são mediadas por atuações planejadas para estes fins nas organizações sociais da região, nas quais profissionais formados em diferentes campos disciplinares aliam formação política e técnica para reunir condições para pensar com os agricultores/as tais intervenções, situadas num plano de desenvolvimento social. É importante destacar que a natureza do trabalho do mediador/a está situada num campo<sup>64</sup> político, no qual o propósito principal é contribuir com a reflexão, problematização e construção de metodologias nos processos, que a *priori* serviriam de espaços para “mediados” se apropriarem de conhecimentos, ferramentas e estratégias para organizarem-se enquanto grupos familiares nos *projetos de vida* nas unidades e como atores sociais (*coletivos políticos* ou *sujeitos coletivos*) nos municípios e região. Todavia, destacamos que peculiarmente na região mais atores integram o trabalho da mediação, já que esta conta também com dirigentes liberados nas organizações e lideranças locais que agregam esforços no sentido de abrir espaços, constituindo este campo político no qual se faz acontecer a agroecologia por meio dos conhecimentos das ciências, entre estas, a ecologia/agroecologia<sup>65</sup>, biologia, geografia, entre outras, além dos saberes cunhados em outras formas de agricultura. Com diferentes formações, estes dois atores, mediadores/as profissionais e lideranças, trabalham organizados onde acontece a socialização de conhecimentos distintos e se constitui um ambiente de socializações que ora recai na ênfase em construir esse campo político, para abarcar as novas configurações resultantes nos processos sociais, ora incide nas formas de apropriação de conhecimentos específicos para dar curso à agroecologia, enquanto se faz substancialmente.

---

<sup>64</sup> O conceito de campo político se aproxima a concepção de Turner (2008), para o qual “campos” são domínios culturais abstratos aos quais são formulados, estabelecidos e entram em conflitos paradigmas. Nesta perspectiva a mediação tem este papel incisivo de colocar em questão, problematizar as regras que compõem o paradigma da agricultura moderna em vista da construção do que se nomeia de uma agricultura que vem do alternativo ao ecológico.

<sup>65</sup> Não cabe aqui debater se agroecologia é ciência ou não, pois estamos nos referindo a um conjunto de conhecimentos que os atores se apropriam para fazer acontecer os processos sociais, a qual a Sra. Fábila, mediadora afirmou que são de campos disciplinares afins como a ecologia, biologia, ciências agrárias, medicina veterinária, entre outras.



Observamos no campo etnográfico este movimento de troca, principalmente nas reuniões de feirantes, nos debates dos projetos municipais de desenvolvimento, nas reuniões da Rede Ecovida, entre outros espaços, onde as intervenções, reflexões e argumentações são realizadas por profissionais, dirigentes e lideranças e não se evidencia uma divisão entre conhecimentos técnicos e sociais. Exemplo disto é no que se refere às tecnologias (técnicas e manejos) ecológicas contextualizadas nas dimensões sociais e políticas que implicam sua epistemologia e constituição. Se por um lado esses mediadores/as formados nos cursos clássicos das universidades problematizam certos paradigmas das ciências em vista de uma agricultura de alta produtividade, como argumenta o diretor da AS-PTA, por outro também construíram referenciais teóricos na constituição das ciências que embasam a agroecologia. Entretanto, estes conhecimentos são frutos de trocas, leituras, cursos, seminários planejados com este fim, onde participam não apenas mediadores/as, mas também agricultores/as que são dirigentes e lideranças.

Ao longo desta investigação, mediadores/as são interlocutores/as com os quais dialogamos constantemente no campo etnográfico e em algumas situações agregam estas funções somadas a de agricultor/a ecológico/a, alguns oriundos da formação das ECAS, Pós-Médio Técnico em Agroecologia e de outros processos. Outros, a exemplo do Sr. Valdir, do Sr. Ari, da Sra. Cecília, já estão atuando na intervenção social da região desde o início dos grupos de base e somam nas reflexões em torno da categoria da agroecologia, não sendo engenheiros agrônomos, pois esta é formada na rede de conhecimentos por campos interdisciplinares, fatores que agregam na *multidimensionalidade* dos projetos de desenvolvimento. Alguns já migraram para as universidades e atuam como professores/as e pesquisadores/as, possibilitando o diálogo e projetos de extensão. Todavia, outros professores/as e investigadores/as já vinham somando em processos, a exemplo do projeto Vida na Roça, Pós-médio e Técnico em Agroecologia, entre outros, em parcerias com universidades.

Ao perguntarmos para alguns engenheiros agrônomos, principalmente, se seus conhecimentos nessa linha tinham relação com a universidade, alguns argumentaram que aprenderam algo com os pais, para os que são filhos de agricultores/as, mas que em estágios ou na condição de bolsistas também aprimoraram seus aprendizados com algum professor que tinha linha de pensamento distinto em relação à sustentabilidade ambiental, entre outras temáticas. Para os que possuem mestrado, este foi um momento importante de sua formação, já que se tem mais autonomia para pautar o processo de pesquisa que dá origem a dissertação/tese.

A Sra. Janete, agricultura ecológica, foi umas das mediadoras que relatou fazer algumas experiências em modelo alternativo, na condição de bolsista na faculdade. Posteriormente, ao iniciar sua trajetória profissional na região se deparou com a atuação de organizações e movimentos sociais que estavam colocando em pauta o percurso da agroecologia, como apresentamos anteriormente. Sua experiência como educadora do Projeto Terra Solidária, foi por ela destacada como um dos espaços em que observou a oportunidade de trabalhar com práticas alternativas, todavia situadas junto às reflexões sobre as mulheres agricultoras e seus papéis, sobre as questões políticas que envolviam na época a luta por direitos dos trabalhadores/as rurais, entre outras temáticas. Nesse exercício de educar, observar e refletir, foi percebendo as capacidades dos agricultores/as nas mudanças que imprimiam, mesmo que alguns mais timidamente, no jeito de ser e nas formas de organizar-se na unidade familiar. Um dos educandos que participou da turma em que trabalhou é atualmente uma liderança importante na região.

O Sr. Serinei já chegou a esse contexto com formação em nível de mestrado e se inseriu primeiramente em trabalhos na Cooperativa Central de Reforma Agrária do MST, no município de Honório Serpa e posteriormente na Assesoar. Diferentemente dos profissionais de sua área que trabalham para as empresas como vendedores do pacote tecnológico, suas experiências lhe possibilitaram somar a sua formação, os aprendizados do campo político. Sua formação em agroecologia iniciou nos anos de 1993/1994, contexto em que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) lançam estudo sobre Agricultura Familiar, sua investigação no Mestrado de Agronomia tratava justamente da “Análise Agroeconômica de Agroecossistemas da Agricultura Familiar”. Foi também neste momento que conheceu, no trabalho de campo, a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu/RS. Todavia, sua pesquisa fundamenta-se na abordagem da ecologia, nos conhecimentos sobre os fluxos de energia, a ciclagem de nutrientes e no condicionamento climático. Para o mediador, o conceito de sistema oriundo deste campo disciplinar foi fundamental para as compreensões que foi construindo para agregar nas reflexões e compreensões sobre a agroecologia. Sua vontade de trabalhar com os movimentos sociais surgiu ainda na faculdade de Engenharia Agrônoma que cursou, na inserção nos movimentos estudantis, mesmo que na época não tenha tido contato com a agroecologia. Somente depois do trabalho no MST e nas outras entidades, a exemplo da Assesoar, teve a oportunidade de trabalhar e se aprofundar nesse sistema que agrega conhecimentos científicos num campo político.

A Sra. Cecília argumentou que sua formação e engajamento nos trabalhos dos movimentos e organizações sociais foram constituídos a partir da participação na igreja, junto com o grupo familiar, com o qual vivenciou os aprendizados a partir das reflexões da Teologia da Libertação, no nascimento do MST e MAB, assim como, nas concepções da educação popular e nas pastorais sociais da terra da Igreja Católica. Estes fatores lhe possibilitaram entrar para a vida religiosa, mas decorrente da percepção das contradições desta forma de vida, das atuações (princípios e regras) da própria instituição e sua sensibilidade para as causas das lutas sociais, acabou saindo. Com formação universitária em Pedagogia e Mestrado em Educação, seu trabalho de investigação versa “A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais – um estudo a partir da “I turma de Pedagogia da Terra da Via Campesina/Brasil”. Relatou-nos que seus primeiros contatos com o debate da agroecologia foi como educadora na Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP), nas cidades de Três Passos e Braga, no Rio Grande do Sul, por intermédio da qual conheceu a ASSESOAR, que também debate a agricultura nesta perspectiva. Em sua vinda para a região iniciou a participação nas ECAS e o Projeto Vida na Roça como mediadora, nos projetos de formação de educadores/as do campo situados nos projetos de desenvolvimento local, o que lhe permitiu olhar, pensar e planejar, como ela mesma afirma ser “[...] um dos processos mais desafiadores de minha trajetória desde a perspectiva da educação/formação, pois também se aliou a pensar neste mesmo espaço o desenvolvimento das comunidades onde se inserem as escolas e famílias dos educandos” (GHEDINI, 2007, p. 18).

Estes entre outros mediadores/as com formação em áreas distintas, tanto da educação, ciências sociais, quanto na Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária, iniciam suas trajetórias por caminhos distintos, mas a maioria em instituições ou movimentos sociais. Com experiências anteriores, mesmo que curtas, estas envolvem lutas sociais da época de juventude, seja na igreja por intermédio das pastorais situadas na Teologia da Libertação ou dos movimentos estudantis. Traços importantes transpostos das experiências pessoais e de formação para atuar na mediação num campo político, para o qual os requisitos se aproximam à do *militante social* com engajamentos nas lutas, comprometimentos com valores e princípios críticos, capacidades para trabalhar com educação e organização social ao mesmo tempo, assim como a importância da apropriação de metodologias participativas. Todavia, estes requisitos estão presentes na hora da contratação destes mediadores/as por entidades e organizações sociais, mas a ampliação e aprofundamento vão acontecendo junto a processos de formação com os agricultores/as, caracterizando um exercício de mediação fundado nas

concepções histórico-críticas e das experiências de educação popular do país e América Latina.

Neste sentido, Neves (2008) argumenta que a partir das análises dos processos de mudanças, abandona-se a ideia de que os atores nos processos de desenvolvimento desconheçam totalmente os pressupostos constitutivos e que nem só os mediadores/as são responsáveis por revelar estes, mas que a “mediação” acontece na construção de universos de significações e representações do mundo social no conjunto de forças sociais em jogo. Diante disto, o trabalho das organizações e movimentos sociais por intermédio dos mediadores/as, colocam em questionamento a produção “das situações históricas” e nas tensões, conflitos, contradições, que contribuem para emergir na região outras condições para que agroecologia nos projetos de vida e de desenvolvimento agreguem forças situadas num outro projeto social.

Os mediadores/as das ONGs têm sua atuação dentro de um plano estratégico com pauta de ações, estudos e planejamentos junto aos processos sociais que aliam educação popular às formas organizativas, ambas no mesmo campo político, fatores que poucos profissionais experimentam, a exemplo dos técnicos/as vinculados ao serviço estatal de assistência técnica, que se “queixaram” que saíram das organizações para assumir trabalhos em órgãos públicos. Uma das mediadoras lamentou que na instituição onde foi trabalhar estranhou que algumas de suas atribuições consistiam em fornecer *receitas* para os agricultores/as. Neste sentido, Schiavoni e De Micco (2008) assinalam que os engenheiros agrônomos vinculados ao Estado têm suas trajetórias assistemáticas, com ambiente pouco planejado e não participam da produção de conhecimentos. As autoras argumentam que as práticas alternativas de ONGs, mesmo que em zonas de intercâmbios com a administração estatal, se legitimam estratégias distintas, fundadas na inter-relação entre as esferas, sem instâncias centrais de geração de conhecimento. O argumento está situado no paradigma das ciências e das técnicas, proposto por Michel Callon e Bruno Latour, sendo que para as autoras, geram conexões entre organizações sociais e cognitivas de saberes, nas quais os mediadores/as têm papel fundamental nos processos. Os conhecimentos se constroem à medida que se difundem e são relativas ao diálogo. No contexto deste estudo, identificamos os mediadores/as como responsáveis por articular a produção e circulação destes nos processos, colocando assento nos seminários, estudos, cursos, materiais pedagógicos, socialização de experiências, entre outros, que se faz para “endurecer” (LATOUR, 1999) a rede da agroecologia.

Entre as significações dos termos mediação e mediador no contexto da agricultura ecológica, aproxima-se da valorização de um método de “intervenção social” apontado por Neves (2008) como um das formas que existe. Os processos de formação, bem como, os

planos estratégicos de ações das entidades e organizações sociais têm este foco. Todavia, essa intervenção, apreendida nas experiências e método de educação popular e da teologia da libertação, privilegia uma relação de diálogo e valorização de ambas naturezas dos saberes. Os espaços são constituídos de participação de profissionais, lideranças, dirigentes e agricultores/as e alguns dos projetos de vida e suas formas de organização nas unidades familiares servem de *lócus* destes saberes – as referências – nas quais se recebem grupos de estudantes e de outros agricultores/as para socialização das experiências e dos saberes nela situados.

Os mediadores/as são profissionais denominados também de técnicos/as agrícolas, engenheiros/as agrônomos/as, médicos/as veterinários/as, pedagogos/as, filósofos/as, sociólogos/as, historiadores/as, geógrafos/as e advogados/as, entre outros colaboradores/as eventuais. A natureza de trabalho mais direto ou indireto nas ações da agroecologia com os agricultores/as dependem das ações estratégicas e planos (trienais) de cada entidade. Por exemplo, os profissionais da Assesoar têm um plano de ações que visa um caráter mais educacional e organizativo, enquanto o cooperativismo atua nos ramos especializados da produção, comercialização, crédito, embora também com caráter organizativo. Enquanto organizações sociais, ambas têm um quadro associativo formado praticamente pelos mesmos agricultores/as, apesar de que os grupos familiares atendidos pela Assesoar têm relação com a mediação também das outras entidades e vice versa. Nos municípios de Verê, um dos *lócus* desta investigação, as ações de agroecologia estão implicadas mais diretamente na mediação organizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), com apoio de outras entidades da Agricultura Familiar do município. Os mediadores/as desta fazem um trabalho por meio também da Associação de Produtores Agroecológicos de Verê (APAVE), enquanto em outros municípios os STRs, as cooperativas do ramo solidário, as cooperativas de Assistência Técnica (ATER), também colocam técnicos a campo para a mediação, mesmo que esta não seja, por vezes, um trabalho diretamente fundamentado nos princípios e diretrizes que conforma a agricultura ecológica. Todavia, sempre se incentivam algumas práticas nesta linha (ou alternativas) a serem iniciadas nos grupos familiares.

Observamos no campo etnográfico o compromisso dos mediadores/as engajados nestas proposições, sendo que sua atuação se assemelha ao do *militante político* ou *social*, os quais defendem como *bandeira de luta* a agroecologia situada num processo de geração, circulação de conhecimentos neste campo político que vimos descrevendo. Este comprometimento expressa-se em rede, pelo elemento da multiplicação de saberes, onde cada um vai aprendendo na interação com outros. Este método participativo nos processos permite que

tanto um profissional ou uma liderança, como mediador/a, poderá proferir uma palestra, ministrar um curso, coordenar uma reunião. Todavia, a gestão dos processos situa-se no campo político das entidades, organizações e movimentos sociais, nas quais estes estão alocados.

Em suma, observamos que a mediação não exerce um trabalho de “tutela” sobre os agricultores/as, mas uma dinâmica em prol da socialização dos conhecimentos com ideias, análises e reflexões que possibilitam avanços na categoria, não somente quando o trabalho incide diretamente nas unidades familiares, mas nas avaliações e planejamentos dos processos educativos e organizativos, sugerem os avanços necessários, a exemplo da reflexão do Sr. Valdir que pauta, ao invés da agroecologia, que se construa mais enfaticamente uma categoria de agricultura ecológica. Ou seja, a agroecologia não tem um fim em si mesmo, senão uma dimensão de uma construção de classe social junto a setores não somente agrários. As tecnologias ecológicas seriam como a mediação (junto com dirigentes, organizações, profissionais, entre outros) para articular o campo. As reflexões de mediadores/as são como formas de articular, fazer avançar nas reflexões e conceituações da categoria, bem como, suas formas de organização substancial.

## II

### “Agroecologia enquanto se faz”

“Começou com o projeto de vida, com os sonhos da gente, o que nós, enquanto agricultores temos de sonhos para esta UPVF”.

**Leandro, agricultor ecológico, feirante, egresso do Pós-médio e Técnico em Agroecologia e ACDC de Ampére/PR.**

No primeiro capítulo analisamos os processos organizativos e educativos que historicamente vêm contribuindo na constituição da agroecologia e seus sentidos sociais, sendo que estes, somados a outras dinâmicas como as Festas das Sementes, as Jornadas de Agroecologia, as feiras livres e os cursos, compõem o que classificamos por “processos sociais<sup>66</sup>” (TURNER, 2008). A partir disto foi possível compreender que a categoria *agroecologia* aparece “enredada”<sup>67</sup> às dinâmicas sociais de organização e de educação, entre elas a apropriação de conhecimentos, a leitura crítica da realidade e a organização das práticas configuram-na situada conceitualmente nas práticas agrícolas e nos processos de educação e de organização sustentados por organizações, sindicatos, associações, entre outras entidades. “Reensamblamos”<sup>68</sup>, como diria Latour (2008), um contexto etnográfico de agroecologia em construção, mediados por processos sociais, numa “rede” que se institui, se fortalece e se

---

<sup>66</sup> A referência ao conceito de *processo* se aproxima do que Victor Turner (2008, p. 27) explica por “processo social”, sendo o curso geral da ação social na dinâmica das relações sociais, não isentos de conflitos, ou seja, sempre tensionados por forças que coexistem e disputam espaços e imaginários sociais. No caso desta investigação, situado nos espaços da agricultura familiar e campesina na região Sudoeste do Paraná, nos quais se observam movimentos, mudanças, resistências e persistências na interação cotidiana subjetiva e intersubjetiva de cada grupo familiar e dos *coletivos políticos*, na busca de transformações na vida das pessoas, estas por sua vez, implicadas e latentes sempre tensionando outro projeto de sociedade.

<sup>67</sup> O uso deste termo nos remete a Latour (2008), a partir conceito de ator-rede, referido para expressar as inter-relações das categorias a partir dos sentidos sociais que se constroem no campo etnográfico. Advindas de campos de conhecimentos distintos das ciências, abordamos, a partir de Callon (2008), como categorias que se forjam nos processos de coletivos heterogêneos, que de distintas maneiras contribuem para a emergência epistemológica e social de categorias. Por exemplo: *desenvolvimento, projeto de vida, agroecologia, sustentabilidade*, entre outros, têm percursos epistemológicos diferentes nas diversas investigações e abordagens, enquanto na região, no contexto dos movimentos e organizações populares, suas especificidades interdependem uma da outra no propósito de abarcar um processo social que contrapõe o projeto de sociedade capitalista, agregando elementos que se enredam nos processos.

<sup>68</sup> “Reensamblar” - categoria adotada por Latour (2008, p.21) para problematizar o significado do termo *social*, propondo releituras e sugerindo-o como “un movimiento muy peculiar de reasociación y reensamblado” na teoria do “actor-red”.

“endurece” por distintos atores, ações, conhecimentos, resistências, críticas, tensões e proposições.

Todavia, em conflito com estas percepções, configura-se a emergência da categoria *agricultura ecológica*, num sentido mais amplo, na tentativa de uma base epistemológica que abrigue conceitualmente este processo social, como versa análise no capítulo introdutório desta investigação. Esta última categoria se delineou nas entrevistas com os mediadores/as, mas foi clareando durante a escrita da tese e a partir de alguns diálogos que fizemos com estes interlocutores/as. Ainda que continuemos adotando a categoria agroecologia, por seu uso substantivo entre os interlocutores/as, compreendemos que estes tensionamentos são frutos das reflexões dos grupos familiares, mediante os avanços nas *unidades de produção e vida familiar (UPVF)*, na interface dos estudos iniciados desde as Escolas Comunitárias de Agricultores/as (ECAS). Nesse sentido, há um debate epistemológico dos mediadores/as da agronomia, da filosofia, da sociologia, da educação, da geografia e da história, entre outras áreas, que apontam elementos, propõem a ampliação e assinalam os limites conceituais nas categorias e nos seus sentidos sociais, dentro e a partir dos processos de desenvolvimento, da agroecológica, dos projetos de vida e da educação do campo, ambos de formas inter-relacionadas. Estas reflexões e os próprios processos de educação com ênfase em agroecologia são pautados por profissionais e lideranças que atuam nas organizações, a exemplo da Assesoar, sendo que mais recentemente as universidades<sup>69</sup> também estão se inserindo e associando-se a estes processos por meio de trabalhos de pesquisa e extensão, sendo assim, uma contribuição importante no “endurecimento” (LATOUR, 1999) dos conhecimentos sócio-técnicos desta rede.

---

<sup>69</sup> Exemplo disto, o Projeto Vida na Roça (PVR), na localidade da Jacutinga, no município de Francisco Beltrão, que aconteceu em parceria com instituições públicas, sindicatos, cooperativas solidárias e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O curso Pós-Médio e Técnico em Agroecologia foi organizado em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e entidades dos municípios onde residem os estudantes. Na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) os cursos possuem disciplinas de agroecologia no curso Técnico em Agropecuária e a disciplina de Desenvolvimento nos cursos superiores de Zootecnia e Engenharia Florestal. O curso de Educação do Campo que iniciou em 2011, além de trabalhos de extensão e pesquisa em parceria com entidades, a exemplo do projeto que trata da *Produção de conhecimentos na agroecologia e de práticas em sistemas agroflorestais*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Também a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) tem um Curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e de Educação do Campo na Região Centro do Estado do Paraná. Pesquisadores da UNIOESTE têm projetos de pesquisa e extensão sendo realizados nas UPVFs de agricultores/as ecológicos/as, em parceria com organizações, relacionados à agrofloresta, como na UPVF do Sr. Gilson. Sendo assim, alguns exemplos de instituições universitárias que estão se inserindo com as organizações e associações envolvidas nestes processos, compartilhando conhecimentos e experiências entre professores/as, pesquisadores/as, agricultores/as, dirigentes, mediadores/as e lideranças.



Cabe mencionar que as escutas no campo etnográfico demonstram que a categoria *agroecologia* está “enredada” a outras, num contexto denso e tenso, nos quais se situam os *projetos de vida* dos grupos familiares como fio condutor, desde a percepção que este processo social percorre caminhos em direção às estratégias que versam um projeto social de enfrentamento ao atual sistema capitalista<sup>70</sup>. Em outras palavras, o *projeto de vida* é o espaço concreto em que se assenta a experiência do “ser agricultor/a ecológico/a”, que não se configura apenas pela opção que faz por técnicas ou manejos de produção menos degradáveis ao ambiente, mas pelo viés de cunho social e político, descritos no primeiro capítulo.

Pois, neste contexto da região, a agroecologia, proposta principalmente a partir das intervenções dos mediadores/as e das lideranças, está ligada às lutas sociais como componentes das organizações e movimentos sociais. Dito de outra forma, a agroecologia é a expressão concreta de práticas que expressam, dentro de um conjunto de elementos advindos dos movimentos sociais, outro projeto de sociedade, ao mesmo tempo em que nas lutas sociais é também uma prática de agricultura e desenvolvimento, entre outras estratégias que possibilitam o enfrentamento ao *modelo* de sociedade em curso.

A agroecologia, nas narrativas deste capítulo, aparece também associada às posturas, discursos e práticas que defendem um projeto social, numa luta contra problemas causados pela agricultura moderna: o êxodo rural, a degradação ambiental e o empobrecimento dos grupos familiares constituem alguns dos elementos a serem enfrentados. Visto por outro ângulo, as constituições de *projetos de vida* e de processos sociais são tidas como estratégias na construção de outro projeto social, contrário ao hegemônico e dominador, como se referem os interlocutores/as. A opção política aparece em documentos, discursos, posturas de agricultores/as e das Entidades e Organizações Sociais.

Sabemos todos que muitas de nossas escolhas, mesmo as mais simples, possuem um cunho político, colaboram no desenho de uma determinada forma de organização social. Assim, escolher entre a uréia e o biofertilizante para fornecer o nitrogênio que meu cultivo necessita é uma decisão que vai além do técnico-agronômico e abarca também dimensões ambientais e políticas. (CENTRO ECOLÓGICO, 2005, p. 02).

Mesmo que os outros capítulos desta investigação tenham como fio condutor identificar e compreender aspectos relacionados ao processo social agroecológico da região,

---

<sup>70</sup> No discurso de enfrentamento, a sociedade capitalista visualiza que as estratégias referidas pelos interlocutores/as, constituem-se além de alternativas para viabilizar a população do campo, também tem por objetivo outro projeto de sociedade. Aparece com frequência nos discursos dos mediadores/as, dirigentes e lideranças, sendo estes dois últimos também agricultores/as ecológicos/as.

este é o que tem como objetivo olhar mais diretamente para a organização social interna da UPVF, na interação, nas tensões e nas transformações do grupo familiar. O desafio é trazer à tona como o *projeto de vida* dos agricultores/as se concretiza no cotidiano de uma UPVF, a partir dos processos sociais organizativos e educativos, observando que ser agricultor/a ecológico/a na região é ter compromisso com o *tripé* da agroecologia: *produção/geração de renda; sustentabilidade do ambiente; sucessão e relações*. Tendo em vista que esse *projeto* se articula ao conceito de *campo como um lugar bom de viver*, por isso a atenção e ênfase às várias dimensões deste, pautados pelas necessidades *de educação, lazer, produção, relações, geração de renda*, entre outros.

Ao analisar os *projetos de vida* nos grupos familiares o propósito é identificar as razões que fazem com que os agricultores/as optem pela agroecologia dentro do *projeto de vida*, bem como, os elementos que os “enreda” no processo social. Não temos a pretensão de conceituar todas estas categorias que estarão inter-relacionadas entre o *projeto de vida* na UPVF e nos processos sociais. Contudo, a intuito é analisar e descrever, na perspectiva dos *projetos de vida*, a dinâmica que movimenta esse curso tendo presente a construção da categoria de forma substantiva entre os interlocutores/as. Nesse contexto, defini-las é um exercício complexo, portanto a compreendemos da mesma forma que Wolf (2003, p.119) a partir de que “[...] definições são ferramentas do pensamento e não verdades eternas”.

### **“Observando e fazendo, fazendo e observando...” (Sr. Tobias)**

Antes mesmo de pensar o projeto de investigação, dentre as primeiras situações etnográficas vivenciadas pela pesquisadora consta uma conversa informal com um dos agricultores ecológicos da região. Na ocasião, o Sr. Tobias, do município de Francisco Beltrão, narrou as transformações empreendidas nas várias *dimensões*<sup>71</sup> da vida. Falou com entusiasmo sobre a importância das ECAS, assinalando que o início de seu projeto na UPVF deve-se aos aprendizados deste processo educativo. Então, perguntei-lhe:

“\_\_Você fez as ECAS em que turma?”

Mas, para minha surpresa respondeu-me:

---

<sup>71</sup> *Dimensão* é uma categoria encontrada no campo etnográfico e seu sentido social se refere a valorar de forma equitativa tanto a produção, como a educação, saúde, lazer, entre outras, já especificadas no primeiro capítulo.

“\_\_Não, não fiz. Foi meu irmão quem participou da turma de Salgado Filho. Apreendi com ele, pois todos os sábados, antes de ir visitar a namorada que morava adiante da nossa propriedade, passava lá em casa e falava dos debates e das experiências que estavam fazendo no grupo. Então nós começamos a achar interessante e a fazer a recuperação de solo com adubação verde, a diversificação de culturas, os consorciamentos, seleção e reprodução das sementes e o leite a base de pasto.”

A partir deste episódio surge uma das principais questões que “alinhavaram” esta investigação em todo seu percurso: quais as contribuições dos processos de educação e de organização, situados nas lutas sociais, no cotidiano destes para migrarem para a agroecologia?

No trabalho etnográfico da construção das narrativas de vida de alguns grupos familiares, o Sr. Tobias foi um dos últimos agricultores que visitamos para entrevistá-lo, porém, com a Sra. Josefina, sua esposa, já havíamos conversado em ocasião distinta, por conta de outra investigação. Mas neste momento conversamos com todos do grupo familiar: o filho e a filha, jovens<sup>72</sup>, e o outro filho criança. Nesta perspectiva, o grupo familiar assinalou que frequentemente reunidos conversam sobre os limites, os avanços, os investimentos, a participação na UPVF e em outros espaços da sociedade, a exemplo da participação nas entidades e organizações da agricultura familiar.

A produção de leite a base de pasto como atividade principal da UPVF não é uma novidade na região. Muitos agricultores/as *convencionais* ou ecológicos/as vivem da geração de renda desta atividade, sendo que este grupo familiar não é o único que está se viabilizando do ponto de vista econômico. A distinção em relação a outras situações acontece por produzirem um leite ecológico e trabalharem com a agregação de valor deste produto fabricando queijos.

O *projeto de vida*, como uma das categorias a que se referem os interlocutores/as para narrar sua trajetória, foi mencionado pelo Sr. Tobias, que assinalou a participação como uma dimensão importante na vida dos agricultores/as ecológicos/as, mas que no seu grupo familiar ele é a pessoa que faz isso de forma mais efetiva, junto aos conselhos administrativos ou fiscais de organizações sociais. Porém, todos do grupo familiar participaram do processo do

---

<sup>72</sup> Este corte por idade se deve às reflexões ouvidas no campo etnográfico, em que os *jovens* estão situados na problemática do êxodo rural, pois suas “saídas” se devem, segundo interlocutores/as, ao fato de não encontrarem possibilidades nas atividades da agricultura, como acontece na monocultura, com maior frequência. As dimensões são debatidas nos *projetos de vida*, primando pela participação de pessoas de várias idades, das crianças aos mais “velhos”, inseridos num debate em relação às gerações e gênero no campo. Sobre a problemática da *juventude* e as tensões vividas para “sair” ou “ficar” no campo, ver De Castro (2005) e sobre sucessão e agricultura familiar ver Abramovay et al. (1998, 2001) e Silvestro et al. (2001).

*Projeto Vida na Roça (PVR)*. Os princípios da organização para produção de leite a base de pasto ecológico foram apreendidos nos processos educativos já mencionados, mas a ideia da fabricação de queijos advém da trajetória do grupo familiar da Sra. Josefina. Ela relatou ter aprendido com a mãe a produzir hortaliças, frango caipira, ovos e queijos para comercializar na cidade e com essa economia sustentar a casa, já que seu pai tinha problemas de saúde decorrentes do consumo excessivo de álcool. Logo, a organização da agroindústria foi possível mediante a participação nos processos sociais organizativos, ou seja, nos aprendizados advindos do *PVR*<sup>73</sup>, ocasião em que a formalizaram e adequaram conforme as normas sanitárias e outras exigências legais.

Como o parentesco (GARCIA JR., 1983, p. 16) é o principal dispositivo de reprodução social, a narrativa é contada a partir do casamento, assim como, o espaço da UPVF também se constitui nesse marco de tempo social<sup>74</sup>, pois foi nesse momento, no ano de 1987, que vieram morar neste local. A terra foi comprada pelo pai do Sr. Tobias, que segundo relato da esposa, era um homem pobre, com nove filhos, mas lutou até conseguir um alqueire de terra para *iniciarem a vida*. Ao negociar com o antigo dono, comprou a parte do *fundão*, pois era a fração que estava ao alcance dos recursos que possuía. Ao vir morar no local, não havia “*um palanque, um arame sequer*”, tiveram que construir um *paiolzinho* e morar nele, onde também tinham a estrebaria. Diante destas dificuldades, um vizinho duvidava que fossem sobreviver nesse *fundão*, aonde a terra um pouco mais plana estava cheia de pedregulho e *quiçaça*<sup>75</sup>, pois o antigo dono não cultivava e deixou as plantas espontâneas se espalharem, e o restante era morro.

A Sra. Josefina trouxe de casa uma vaca, uma porca com doze leitões e alguns móveis ganhados da mãe, entre outros que comprou com a venda de uma colheita de alho. Mas a geladeira foi comprada depois do casamento, com o dinheiro da venda de um leitão doado

---

<sup>73</sup> Ver Duarte e Grígolo (2006), “Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade” trata-se de um escrito de sistematização das trajetórias dos grupos familiares envolvidos e a constituição destas.

<sup>74</sup> Classificamos o tempo social a partir das narrativas, pois os interlocutores/as se referem a nascimentos, casamentos, mortes, passagens religiosas, estudos, como demarcações para início na agroecologia ou para demonstrar o movimento nos grupos familiares, como a saída dos filhos/as para a cidade, a participação no Curso Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, nas ECAS, entre outros processos que possibilitam o início neste sistema de agricultura.

<sup>75</sup> *Quiçaça* são plantas espontâneas, ou seja, a partir da modernização conservadora se nomeia de *inço* ou *erva daninha*, sendo que muitos dos agroquímicos são para *limpar* a terra destas plantas. Na agroecologia elas têm funções alelopáticas, pois indicam o tipo de solo, nível de compactação ou outras necessidades, ou mesmo, os elementos que possuem. Em alguns casos servem de cobertura, evitando desgastes da terra, pois a tecnologia utilizada é o *raleio*, dependendo do que está sendo cultivado. Apenas evita-se a competição destas com as variedades em produção.

pela mãe. Já que na época o preço do porco estava ruim para vendê-lo, foram engordando o animal até conseguirem um valor necessário para comprar o eletrodoméstico.

Seus relatos também estão marcados pelo valor que atribuem ao trabalho de *sol a sol*, como se referem. Começaram com o cultivo de feijão, milho, arroz e amendoim, mas a atividade principal era a criação de suínos. Logo, a Sra. Josefina entra em cena com a fabricação dos queijos para comercialização direta ao consumidor/a. Inicialmente vendia na localidade, mas atualmente possui uma rede sistemática de consumidores/as da cidade. No primeiro ano a produção foi pequena devido a pouca pastagem que tinham para as vacas, contudo, do segundo ano em diante a venda dos queijos começou a ajudar a pagar a conta de luz e outras despesas familiares.

Ao perceberem que essa renda lhes favorecia, por ser uma entrada regular, mesmo que pequena, ao contrário das safras anuais, decidiram aplicar o dinheiro de uma colheita de milho na aquisição de outras vacas. Ao compreenderem que a criação de suínos era uma atividade de custo alto, porque o valor recebido na venda já não compensava os gastos com ração, foram substituindo-a pela produção de leite e fabricação dos queijos - um trabalho dentro de casa que poderia ser conjugado com o cuidado dos filhos, como mencionou a agricultora. Todavia, o Sr. Tobias salienta que a mudança na produção se relaciona com as reflexões e aprendizados dos processos educativos. A troca de atividade não ocorreu apenas por questões econômicas, mas da percepção da exploração das empresas, já que os suínos passam a ser ordenados politicamente pelas ações dos complexos industriais integrados.

Apesar disso, as duas engordas anuais de quarenta porcos eram subsidiadas pelo dinheiro dos queijos, mas ao serem vendidos o saldo representava uma soma maior, a qual lhes foi possível alguns investimentos, como a compra de um lote na cidade. Sucessivamente, a venda dos queijos foi possibilitando a compra de outro sítio de quase quatorze (14) alqueires de terra, (ver anexo 2, croqui 4) a construção da casa, da queijaria e mais dois lotes urbanos. Essas aquisições foram feitas pensando no futuro dos filhos. Atualmente um deles faz faculdade de Engenharia Elétrica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no município de Pato Branco, o outro estuda na escola da localidade e a filha, após concluir o Ensino Médio, está trabalhando com eles na queijaria e analisa a possibilidade de cursar algo que esteja relacionado à atividade familiar.

Dos cinco alqueires (ver anexo 2, croqui 3) de sua UPVF, quatro são utilizados para pastagem, cerca de dois são mata ciliar e reserva legal, com reflorestamento de pinos consorciados com araucária, embora a ideia seja tirar os pinos e deixar árvores permanentes. Próximo à moradia cultivava-se mais ou menos um hectare com frutíferas variadas. Nos quase

quatorze (14) alqueires que adquiriram posteriormente estão cultivando uma variedade de grãos como trigo, milho e centeio, além de outros itens para alimentação do grupo familiar. O princípio é diversificar o máximo possível, fazendo uso de adubação verde e consorciamentos para diminuir o trabalho com a enxada. Segundo o Sr. Tobias faltam pesquisas que ajudem a constituir tecnologias ou instrumentos de trabalho que facilitem cultivos em áreas pequenas e dobradas. Além disso, estão fazendo uma experiência de agrofloresta, na qual já plantaram pêssego consorciado com abacate, bergamota, jabuticaba, abacaxi, manga, entre outros.

Esta é uma das narrativas que evidenciam para além da organização da UPVF, a viabilidade econômica e as atividades produtivas. Seus discursos são reveladores da concepção que têm e do reconhecimento dos aprendizados nos processos de educação e organização. Ao mesmo tempo, a reflexão vivenciada para construir o *projeto de vida* demonstra as várias dimensões e não apenas a produção, pois são criteriosamente observadas e convertem-se em várias ações. O Sr. Tobias fala com desenvoltura de suas trajetórias, das percepções que construiu, do poder de intervenção e da *autonomia*:

[...] acho interessante essa questão de você sempre criar alternativas, sempre pensar formas diferentes, de você ir fazendo e observando, observando e fazendo, e observando a natureza, como que a natureza trabalha. Apesar de que no início, pegava o esterco da vaca e levava lá na lavoura, daí a gente começou a analisar para que todo esse trabalho. Daí pegou uma área e levava as vacas de noite lá. Em vez de levar o esterco da vaca no outro dia, levava as vacas lá. Daí um dia encontrei o vizinho ali que me disse: “\_ Mas, aonde vai levar as vacas, agora na roça?” Eu disse: “\_ **Tem que trabalhar um pouco com a cabeça, tem que levar os animais pra eles deixarem o esterco e a urina lá, e diminuir o serviço**”. E o vizinho repetiu: “\_ Mas, tu trabalha com a cabeça né!”. Porque é claro, você pode criar muito dentro da agroecologia, você pode criar e ir construindo, com experiência de intercâmbios e na outra [agricultura convencional] você não tem muito, alguém traz pronto e diz é por aí, como é que eu vou fazer, é assim, qual é o melhor produto para isso e para aquilo [...]. (Sr. Tobias, agricultor ecológico. Grifo nosso).

A conversa entre os dois vizinhos agricultores ilustra o que escutamos na região desde o início desta investigação, já referido no primeiro capítulo: a força latente do *pacote tecnológico* da agricultura moderna<sup>76</sup>, dito por mediadores/as, principalmente, como algo que “*está pronto, não precisa ser pensado*”, inclusive, como um dos fatores que contribuem para

<sup>76</sup> Norgaard e Sikor (1999, p.32) assinalam que os engenheiros agrônomos convencionais passaram a criar os pacotes tecnológicos após suas idas a campo, escutando os agricultores/as, bem como, prestando atenção às necessidades deles. Todavia, os êxitos na superação de suas tecnologias são moderados pela falta de percepção de que os problemas estão intrínsecos às premissas filosóficas de seus métodos e práticas da ciência moderna, a qual não confere legitimidade às formas de aprendizagens e conhecimentos dos agricultores/as.

a resistência às distinções deste. Enquanto isso, a agroecologia é identificada desde o início nas falas dos agricultores/as como *modo de vida*, *projeto de vida*, a partir dos interlocutores/as como um espaço em construção social. Em seguida, as narrativas demonstram nestas expressões uma tensão fundada entre um modelo e outro de agricultura, em que se poder criar e construir, sendo assim, sonhar e imaginar junto ao grupo familiar e nos contextos coletivos, formas de viver na agricultura, como nos remete o relato do Leandro, para o qual o *projeto de vida* é o sonho que se tem enquanto agricultor/a e as proposições para a UPVF em que vivem.

Trabalhar *com a cabeça* e não apenas com o corpo é a forma encontrada para contestar a dicotomia entre pensar e fazer. É a forma de resistir, em conceber a agricultura como espaço dividido entre quem pensa para os agricultores/as e estes, que por sua vez, trabalham, produzem na *lógica das empresas* e são totalmente *dependentes do capital*. Esta é uma das rupturas que a agroecologia propõe e se aproxima do que argumenta Latour (2000) e Callon (1986), na antropologia das ciências e das técnicas: a ruptura da divisão entre saber e fazer, ou seja, os aspectos cognitivos (conhecimentos) não se desligam dos aspectos técnicos e nem das dimensões sociais/políticas/culturais. Dito de outra forma, a fala do Sr. Tobias, acima referida, demonstra a conexão entre a organização social coletiva na qual a produção do saber e sua circulação se constituem nos processos sociais e não se desligam dos aspectos organizativos e cognitivos. É a organização dos conhecimentos cunhados e socializados nas experiências singulares e coletivas que se traduz nos modelos alternativos da agroecologia, com uma conexão estreita entre organização social e organização cognitiva dos conhecimentos, como argumentam Schiavoni e De Micco (2008). Sobretudo, o agricultor/a está nos mostrando que possui conhecimentos, que é capaz de planejar sua vida, *seu projeto de vida*, fatores que não se resumem a aplicar um conjunto de técnicas e de políticas agrícolas pensados por especialistas do ramo, num outro espaço que ao ser aplicado está subordinado a sua origem. Nesta perspectiva, os processos de educação nos quais os agricultores/as se apropriam de conhecimentos e estratégias, os levam a experimentar outras formas de fazer a agricultura, neste caso a agroecologia. Para além de transformar os espaços de produção, esse “pensar e fazer, fazer e pensar”, que se refere o Sr. Tobias, mostra-nos o *multidimensional* na transformação dos aspectos cognitivos, culturais, sociais e políticos como um todo na individualidade, nos coletivos e nos espaços.

O Sr. Valdir, mediador, um dos coordenadores das ECAS, assinala que os avanços nas questões econômicas conseguidos pelos grupos familiares participantes do *Projeto Vida na Roça (PVR)* não são o motivo maior que estimularam representantes políticos do município, por exemplo, a combinar estratégias para o enfraquecimento de processos como estes. Na

concepção do mediador, a leitura crítica realizada a partir dessa participação em processos organizativos passa a criar no imaginário das pessoas outras visões e posturas, sendo as razões principais para estas reações contrárias. Sentidos que se convertem em *estratégias* e *horizontes* para não serem subordinados e controlados pela ciência do laboratório que a produz, a qual Latour (2000) classifica de “caixa preta”. Para o mediador, no PVR, nas ECAS, no curso Pós-Médio em Agroecologia, nas Festas das Sementes, entre outros processos organizativos e educativos, as tensões estão sempre em pauta, constituindo um universo em que as contradições estão em foco, permeadas pelas reflexões que fazem, colocando-se como “ferramentas de pensamento” (WOLF, 2003) para que as pessoas comecem a se posicionar, definir seus projetos, ou seja, lutar por outro desenvolvimento, como argumentam as lideranças das Entidades e Organizações.

Esse contexto etnográfico da investigação levou-nos a compreender que a agroecologia implica pensar que o *projeto de vida* é o fio condutor, que por sua vez, também conduz a percepção da *autonomia* e da *liberdade* como categorias fundamentais que os ajuda a identificarem-se como agricultores/as ecológicos/as, entre as quais, pensar e fazer ou fazer e pensar o *processo social* parece ser fundamental, como indica a narrativa do Sr. Tobias. O exercício de conhecimento (o cognitivo) não está separado das relações sociais e redes de ações (o político) e nem do produtivo (tecnológico) (LATOURE, 1999).

Ao ter presente a importância desse movimento, pois não se constrói uma opção de vida isolada na UPVF, como salienta o Sr. Tobias sobre a importância da participação nas organizações. A partir daí passou a fazer parte do Conselho Administrativo da Assesoar como secretário e em gestão distinta, como conselheiro fiscal, além de outros espaços em que participa. Nessa mesma perspectiva, o Sr. Aores, do município de Dois Vizinhos, já participante de outros cargos diretivos nas cooperativas do Sistema Cresol, foi diretor liberado<sup>77</sup> por três mandatos numa organização, além da participação em cargos de gestão nas entidades do município, salienta que na organização da vida há que se planejar tempo para a participação. Pois, “[...] é necessário, para tocar bem a propriedade, ter tempo para descansar, para ir a uma reunião importante, porque não tem como a gente ficar fora se isolar do mundo. Precisa participar das nossas organizações, precisa passear, tudo isso aí faz parte” (Sr. Aores, agricultor ecológico, liderança).

---

<sup>77</sup> Diretor liberado significa a participação numa função dentro do conselho administrativo de uma entidade, sendo diretor presidente ou diretor tesoureiro ou ainda, diretor secretário, com disponibilidade de tempo de trabalho integral ou parcial na entidade.



Ao mesmo tempo em que pensa na questão da participação como uma das *dimensões* de seu *projeto de vida*, também o *lazer* é fundamental para *viver bem no campo*, como salienta a Sra. Josefina. Atualmente a família dedica um tempo para participar das festas, bailes e passeios em casa de amigos, vizinhos e parentes. O *lazer*, enquanto categoria que vem sendo objeto de debate na perspectiva de olhar a vida nas várias dimensões, aparece no relato do Sr. Tobias ao narrar que o filho mais novo queria muito um açude para pescar, pois junto a isto está imbricada a preocupação das relações entre as gerações na UPVF.

A gente aprendeu muito na discussão, nas turmas de Pós-médio, que um dos limites que eles tinham de executar o *projeto de vida* deles, era a questão do debate de geração, do espaço de domínio, do diálogo na família, que não existe. Tem que valorizar a questão do açude, o piá mais novo quer um açude para pescar, eu também pensava em fazer, mas ia deixando, daí ele insistiu. Nós fizemos o açude, são coisinhas pequenas que vai somando [...] as mudanças são na forma diferente de produzir o grão, a questão da fruta, a questão do diálogo, de ouvir, de valorizar. (Sr. Tobias, agricultor ecológico).

Outra mudança identificada na narrativa do grupo familiar do Sr. Tobias e da Sra. Josefina é o planejamento que fazem e a distribuição das tarefas de comum acordo, apesar de que o queijo é feito na maioria das vezes por ela, e caso não possa, o Sr. Tobias também faria sem problemas. Após a conclusão do Ensino Médio, a filha passou a ter um tempo maior de dedicação nos trabalhos da UPVF e com isso contribui mais na ordenha dos animais, na preparação dos queijos e na comercialização semanal na cidade. Vale destacar que esta é uma transformação interessante que ocorre nas relações neste grupo familiar, pois quem vendia os queijos era o Sr. Tobias em consenso com a esposa, que afirmou não fazer esta atividade por não saber dirigir o automóvel. Baseado nos debates que se fez nos processos educativos em relação à participação dos jovens nas atividades de planejamento, distribuição dos trabalhos e na gestão do dinheiro da venda, o Sr. Tobias é um dos agricultores que conseguiu deslocar do seu controle<sup>78</sup> e passar para a responsabilidade da filha, *jovem*<sup>79</sup>. Pois, no geral, é uma

---

<sup>78</sup> De Castro (2005), ao analisar as relações familiares na construção da categoria “jovem”, argumenta que a autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzida nos planejamentos das atividades nas unidades familiares e nas relações de trabalho. Nestes casos de agricultores/as ecológicos/as, as problematizações das relações de gênero e geração, pautadas desde as ECAS, mais especificamente no curso Pós-médio e Técnico em Agroecologia modificaram papéis e responsabilidade entre mulheres e homens e jovens e adultos flexibilizando as relações.

<sup>79</sup> Uma análise mais minuciosa da categoria *jovem* está no trabalho de investigação de Elisa Guaraná De Castro (2005), “Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate”. Este trabalho analisa a problemática da juventude nas relações familiares e nos contextos coletivos sobre as “saídas” e a permanência dos jovens na agricultura.

responsabilidade dos homens, mesmo que não seja regra, já há transformações nas relações nos grupos familiares e nas organizações<sup>80</sup> neste sentido.

Estas transformações nas relações aconteceram nos grupos familiares nos debates dos *projetos de vida* como parte dos processos educativos e organizativos e continuam sendo objeto de debates nos grupos que atualmente participam das discussões e estudos em torno do *projeto de desenvolvimento municipal*. Se a agroecologia no seu “sentido prescritivo ou normativo” (HECHT, 1999) é uma das ações que supera a dimensão técnico-produtiva, junto a esta está presente um conjunto de elementos, como o debate das relações, exemplificados pelas transformações deste grupo familiar.

Para o Sr. Tobias, ser agricultor ecológico no seu *projeto de vida* é pensar a produção conforme a disponibilidade de pessoas no grupo familiar para trabalhar. Relata, inclusive, que outros agricultores/as ao assinalarem que sua agroindústria se viabiliza e diante das demandas dos consumidores/as, ele poderia aumentar a produção. Desta maneira, ele é motivado a tornar sua agroindústria de *grande porte*. Relatou-nos que responde a essas sugestões argumentando que está satisfeito com o tamanho de sua produção, pois é o possível diante da disponibilidade de pessoas para trabalhar. Não quer contratar trabalho externo, pois compreende que estas pessoas que viriam trabalhar para ele, têm capacidade para, como eles, constituírem seu *projeto de vida* na sua UPVF. Expressa esta concepção ao diferenciar a agricultura orgânica da agroecológica e criticar a exploração do trabalho humano na sociedade capitalista.

No meu entendimento é uma concepção diferente de agricultores agroecológicos ou orgânicos. O orgânico você pode ser um empreendedor, uma pessoa que contrata mão de obra, que explora a mão de obra, é um produto limpo de agrotóxico, um produto limpo de produto químico, mas não limpo de exploração, no cuidado geral com o meio ambiente, mas e as outras dimensões? Eles cuidam só da questão do impacto na alimentação, não trabalha a questão do impacto social, do geral. As empresas, em vez de

---

<sup>80</sup> Em outro trabalho de investigação as narrativas de vida das mulheres agricultoras demonstraram que a problemática consiste na identificação da participação delas nos trabalhos que contribuem na sustentação da dinâmica de cooperativas e entidades da agricultura, mas que são minorias nas executivas liberadas ou nos espaços de gestão de recursos financeiros. Buscamos compreender como as mulheres constroem estratégias para viver seu cotidiano, tendo em vista a renda e o trabalho, como categorias imbricadas pelas relações de poder. Evidenciamos um passado e um presente, pautados numa tensão que separa e aproxima, ao mesmo tempo, o *ser mulher* antes e depois da participação no *Projeto Vida na Roça (PVR)* e na *participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)*. Sendo que a ocupação dos espaços possibilitou-lhes *transformações*, pois todas as mulheres já fizeram *rupturas e resistências* nas trajetórias que marcam suas vidas e não se submetem mais totalmente à lógica do que é dito como fazer feminino e masculino e com isso fazem a gestão da unidade de produção, de uma organização, de uma entidade, com competência e conhecimentos distintos. Mas para além das que fizeram transformações mais visíveis, outras mulheres também constituem estratégias de controle e gestão da renda nas unidades de produção, que muitas vezes, *a priori*, é realizada por homens (HENN, 2010 a).

ecológicos, uma empresa não produz produtos ecológicos no meu entendimento, só produtos orgânicos o que vai diferenciar, é principalmente isso, no meu entendimento, a agroecologia é multidimensional e não só a questão do produto (Sr. Tobias, agricultor ecológico).

O debate das relações de trabalho na forma como está organizada na sociedade capitalista é também uma das questões que perpassa os processos de educação e de organização dos agricultores/as ecológicos/as. Da mesma forma que o Sr. Tobias assinala que seu *projeto de vida* não inclui o crescimento acelerado da agroindústria, pois não pretende crescer à custa do trabalho assalariado ou, como salientou, explorando outros, o Sr. Valdir, mediador, relata que numa das agroindústrias constituídas durante o PVR, na mesma localidade, houve conflitos e um dos grupos familiares se retirou. Tal rompimento se refere a “desculpa” que nem todos entregavam o leite ecológico. Mas este não era o problema maior, segundo o mediador, pois poderiam separar os processos de fabricação dos queijos. A questão principal estava na concepção dos mecanismos de reprodução e apropriação da renda por meio da exploração do trabalho humano. Um dos grupos familiares entregava três vezes mais leite<sup>81</sup> em relação aos outros grupos familiares e queria que todos os grupos trabalhassem a mesma quantidade de dias. Neste sentido, está em jogo uma concepção de apropriação individual da renda e os conflitos extrapolam o campo de produção com ou sem agroquímicos, pois estão situados na concepção que têm de sociedade e na lógica da reprodução dos mesmos mecanismos de exploração e apropriação do capital.

Estas concepções emergem na construção do *projeto de vida* como um sistema que extrapola a organização produtiva e as relações internas da UPVF. Ao contrário, as relações sociais e políticas estão “enredadas” à vida cotidiana, pois não seria possível consolidar um processo social sem um conjunto de atores humanos e não humanos – conhecimentos, estratégias, instrumentos, artefatos e ações (LATOUR, 1994) que contribuem na consolidação dos *projetos de vida* dos grupos familiares e na constituição como *sujeitos coletivos* que são no processo, buscando formas de intervenção social que vão além do espaço da UPVF e desencadeiam nos processos organizativos e na constituição de lideranças na região.

Nesta perspectiva, a concepção de desenvolvimento não aparece ligada apenas aos aspectos econômicos, sendo que este é apenas mais um entre as outras dimensões trabalhadas nos processos de formação. Por exemplo, o Sr. Valdir assinala que desde as ECAS já se

---

<sup>81</sup> A organização do trabalho na agroindústria coletiva acontece conforme a quantidade de leite que se entrega para a produção dos queijos. Quem entrega mais, consequentemente, trabalha mais, ou seja, cada um trabalha de acordo com a proporcionalidade dos rendimentos que a produção de queijos lhe possibilita. Se um grupo familiar entregasse menos e trabalhasse a mesma quantidade de dias, estaria sendo explorada pelos outros.

refletia sobre a organização dos espaços da casa, do saneamento básico e diretamente estavam refletindo também sobre questões relacionadas às mulheres, entre outras questões, todas com a mesma relevância. Da mesma forma, a inclusão das crianças e jovens na construção dos projetos de vida, considerando os sonhos de todas as pessoas do grupo familiar, deram origem às discussões sobre as relações entre as gerações.

Para o mediador, a ideia de um *processo de formação mais articulado* para debater os processos sociais é o que daria conta de articular estratégias para constituir elementos rumo a um *projeto de sociedade* distinto do atual sistema capitalista. Sobretudo, os interlocutores/as demonstram nas narrativas que ao identificar as dimensões que implicaram na construção do *projeto de vida*, estas são frutos dos processos de formação e organização que participaram, como assinalou o Leandro:

Eu acho que começou puxando pro *projeto de vida*, com sonho da gente, o que nós, o que eu enquanto agricultor tinha de sonho, e o que a minha família também tinha de sonho pra essa UPVF, pra nós enquanto seres humanos aqui na terra, o nosso papel em relação à natureza. Acho que começou ali, quando começou a discutir os projetos de vida, de buscar aquilo que a gente gosta de fazer, a aprender também um modo diferente do que a gente era acostumado. Porque nós aqui também acostumamos daquele jeito, o pacote químico era as empresas que forneciam e davam como que tinha que fazer, a época de fazer, e não deixavam muita escolha para a gente pensar. A partir dos projetos de vida começou ampliar um pouco para a gente pensar um pouco mais no todo, pensar na área ambiental, na área econômica, na área da ecologia, das famílias, do bem-estar, acho que foi com o *projeto de vida*. (Leandro agricultor ecológico, feirante, egresso do Pós-médio e Técnico em Agroecologia e ACDC).

O *projeto de vida* é articulador das várias dimensões que se desenharam a partir das experiências das ECAS e vêm sendo refletido e consolidado, mais especificamente no projeto Vida na Roça e Pós-Médio em Agroecologia. Reafirmado como *multidimensionalidade*, este é um processo cunhado nas experiências de educação que foi se ampliando e transpondo os *projetos de vida* e de desenvolvimento. Um exemplo disso é a percepção dos agricultores/as num grupo de sistematização, a qual transcrevemos:

Considerando a multidimensionalidade como característica do desenvolvimento, assumem-se formas consideradas mais apropriadas de humanizar-se, não havendo como ignorar os lugares concretos onde as pessoas vivem, onde constroem suas percepções de mundo e firmam valores como base para regras sociais. Neste fazer-se social e individual, torna-se fundamental o debate sobre o papel das instituições na sociedade,

especialmente do Estado, com suas políticas que influenciam todas as dimensões, o tempo todo. (KORB et al., 2011).

Contudo, o debate da produção, das relações, das posturas, das questões da saúde, da educação do campo, das infraestruturas, das relações políticas, por exemplo, são elementos que passam a estar no imaginário das pessoas, constituindo-se em posições e visões distintas, como assinala o mediador, pois possibilita o enfrentamento, a resistência e a consolidação da agroecologia, que junto a outras lutas sociais se desenha outro projeto de desenvolvimento e, conseqüentemente extrapola espaços na luta por outra sociedade – *luta política*, como se referem alguns dirigentes.

**Ele disse: “\_ Estudem para vocês poderem morar na agricultura, mas terem uma vida melhor” (Sr. Gildo)**

Do município de Planalto, o Sr. Gildo estudou nas ECAS quando nem havia completado os dezesseis anos, por incentivo do pai, que é agricultor ecológico e trabalha com horticultura. Posteriormente, na primeira turma do Pós-médio em Agroecologia, seu *projeto de vida* era na área de horticultura junto com os pais, ex-plantadores de fumo. Casou-se com a Sra. Alvina, irmã do Sr. Tobias. Ela cursou o Ensino Médio na casa Familiar Rural de Francisco Beltrão e participou do Projeto Vida na Roça (PVR), além de ter trabalhado na agroindústria de queijos organizada por um grupo de agricultores/as, na qual o primo José também faz parte.

Tanto a Sra. Alvina quanto o Sr. Gildo iniciaram suas narrativas falando do estudo que fizeram inseridos na questão da agricultura, com foco na agroecologia. Apesar de que a formação da agricultora no PVR também lhe possibilitou a participação em processos de organização coletiva, como o da agroindústria de queijos. Ela assinalou que o fato de ser de um grupo familiar em que muitas pessoas iniciaram nesse processo, passou a gostar, principalmente pela fabricação dos queijos e passou a pensar que deveria se casar com alguém que pensasse como ela. Citou como exemplo a irmã, que cursou o Pós-Médio em Agroecologia, mas pelo fato de casar-se com alguém que está na agricultura convencional, que inclusive trabalha em sistema integrado com a empresa Sadia, não lhe sobra espaço para praticar o que aprendeu no curso.

O pai dizia: “\_\_Eu vou te dar esse estudo, mas você tem que fazer depois”. “\_\_Eu vou fazer pai, eu faço!” Quando ela estava em casa ela fazia, daí quando ela foi [casou], alguma coisa ela faz assim, porque ela tem isso, ela tem na cabeça, ela quer assim, mas ela não pode porque não tem espaço pra ela. (Sra. Alvina, participante do Projeto Vida na Roça).

Este relato confirma a importância do *projeto de vida* ser pensado por todo o grupo familiar, com a participação de todas as pessoas, pois no caso dos jovens solteiros, que cursam o Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, aparece esta preocupação, se conseguirão avançar no projeto pensado durante o curso, caso o cônjuge não tenha essa vontade de seguir com o trabalho na agricultura ou mais especificamente na agroecologia. O jovem Luiz, agricultor ecológico, egresso do Pós-Médio e técnico numa conversa com a mediadora, a qual presenciamos numa das visitas às UPVFs para a organização de feirantes, falava das possibilidades ou não de seguir com a proposta de agrofloresta iniciada na UPVF de seus pais, caso viesse a se casar. Não está em jogo, nesse caso, a disputa pela herança da terra, já que neste grupo familiar o irmão também já possuía uma parte de terra e saiu de casa ao casar, para trabalhar em empresas na área urbana, sendo que a irmã é professora e não se envolve muito nas questões da produção. É um caso em que a sucessão<sup>82</sup> está apostada no filho que se interessou em transformar a unidade de produção junto com os pais, fazendo a transição do cultivo de fumo para a diversificação da produção de alimentos e o cultivo de frutíferas no sistema da agrofloresta. É uma preocupação, pois no caso da irmã da Sra. Alvina não consegue espaço para colocar em prática seus conhecimentos, pela opção do cônjuge; no caso

---

<sup>82</sup> Mesmo que neste grupo familiar a sucessão geracional ainda não está totalmente acordada entre as partes, as circunstâncias, a *priori*, demonstram que o filho com potencial é aquele que instituiu um *projeto de vida* e percebe perspectivas em ser agricultor/a. Aliás, alguns grupos familiares agroecológicos podem fugir aos motivos encontrados em outras investigações, sobre as decisões de quem fica na UPVF dando continuidade, sendo que perguntamos: o ponto de definição central da projeção da sucessão é o gosto e o sonho por um *projeto de vida* de uma agricultura com base agroecológica? Encontramos esses indicativos nas narrativas do Luiz, como já mencionado, e no grupo familiar do Sr. Tobias, no qual a filha tem demonstrado interesse na agroecologia, entre dois filhos, mesmo que os investimentos em imóveis neste grupo reservem opção de vida para moradia no campo e na cidade. Outro diferencial encontra-se no caso do Sr. Gildo, em que a UPVF comporta dois *projetos de vida*: dos dois filhos, trabalha com a produção de leite e agroindustrialização de queijos e o outro deu continuidade ao projeto da horticultura, iniciado pelos genitores, enquanto os demais foram para a cidade por casarem-se com mulheres deste meio, como assinalou o pai do Sr. Gildo. Mesmo não sendo nosso objeto de estudo a sucessão geracional, lançamos essa hipótese a partir do que assinalam autores como Handfield, Jean e Parent (2005) que os sucessores nem sempre são escolhidos pelos pais e que às vezes é identificada ou não com os progenitores, pois ao romper com essa ideia observam-se os fatores culturais e situacionais. Nossa hipótese também se baseia no que afirmam Bourdieu e Passeron (1985) que as pessoas ajustam seus projetos às chances objetivas. No caso dos jovens, tanto para as mulheres como para os homens, o “ficar” ou “sair”, como se refere De Castro (2005), tem relação com o *projeto de vida* na agroecologia como perspectiva. Estudos de Abramovay et al. (1998, 2001), Brumer (2007) e Carneiro (2001, 2007) aprofundam a questão da sucessão e as problemáticas vivenciadas pela juventude.

do Luiz e de outros jovens, a pergunta é se ao casar-se, continuaria seu *projeto de vida* como vem consolidando.

A Sra. Alvina relata que ao perceber estas questões pensava em casar-se com alguém que estivesse na agroecologia, mas sobretudo que este novo vínculo lhe possibilitasse continuar sendo agricultora. Conheceu o Sr. Gildo durante o Pós-Médio em Agroecologia, quando iniciaram o namoro. Logo que se casaram, moraram algum tempo com o grupo familiar dela, no qual ele assume um trabalho diferente do que fazia no *projeto de vida* de seu núcleo familiar. Os pais dele trabalham com horticultura, enquanto os grupos familiares ligados a Sra. Alvina, com leite a base de pasto e a agroindustrialização de queijos. Em seguida, mudaram-se para a terra dos pais dele, tendo em vista que a horta ocupa uma área pequena em relação às culturas anuais e havia disponibilidade de terra que não estava sendo cultivada. Outro fator que incentivou esta mudança foi o fato dos pais do Sr. Gildo estarem sós na UPVF, pois na época o outro irmão teria ido trabalhar numa terra que arrendou para fazer plantação de tomate e morangos com produção *convencional*. Na época do trabalho de campo desta investigação já haviam retornado e estavam morando com os pais e trabalhando com a horticultura.

Neste caso das mudanças de um espaço para o outro, a pergunta seria qual atividade produtiva principal adotariam a Sra. Alvina e o Sr. Gildo, já que ambos tinham trajetórias na agroecologia e formação, mas com atividades produtivas distintas nos projetos de vida? O pai do Sr. Gildo relatou que quando o filho tinha apenas 16 anos já o incentivou a estudar na turma da ECAS que aconteceu na região da Fronteira, pois percebeu que o caminho era um estudo que garantisse “ficar” na agricultura, pois as escolas no geral oferecem no campo um estudo que contribui para a “saída” dos jovens da atividade. Ele assinalou que não consegue imaginar-se morando na cidade, trabalhando de “empregado” e comprando toda sua alimentação, a qual produz. Mencionou que pelo fato do Sr. Gildo ter menor idade, não poderia aceitá-lo na turma da ECAS, mas ele insistiu e afirma categoricamente que se não fosse isso, somado à participação nas organizações e entidades, não saberia como estaria sua situação hoje, já que o fumo, atividade a qual produzia, tem alto índice de agrotóxicos, o que causou uma situação de intoxicação no Sr. Gildo. No grupo familiar, dois filhos vivem e trabalham na cidade, outro também casado está morando junto com os pais, inclusive trabalhando na horta e o Sr. Gildo construiu sua casa na mesma UPVF. Segundo o pai, os filhos que casam com mulheres da cidade não retornam para a agricultura, sendo que neste caso a quantidade de terra também não seria suficiente para cinco grupos familiares. Vale

salientar que para incrementar a renda familiar a mãe do Sr. Gildo também faz bolachas, cucas e pães, comercializados via programa do governo federal no PNAE<sup>83</sup>.

O *projeto de vida* do Sr. Gildo durante o curso Pós-Médio em Agroecologia previa a criação de galinhas caipiras e o cultivo de frutíferas, pois a atividade na horticultura vinha desde as ECAS. Após ter trabalhado um tempo com o grupo familiar da Sra. Alvina, passou a gostar da atividade leiteira, a qual hoje é parte do *projeto de vida* do casal. Estão iniciando com a fabricação de queijos, apesar de não terem uma agroindústria formalizada, fazem na própria casa e comercializam na cidade, sendo esta a principal renda em dinheiro. Mas, a lógica é a mesma de todos os outros agricultores/as ecológicos/as, manterem uma diversidade de cultivos e de criação de animais para a alimentação do grupo familiar, para a manutenção da unidade e para a comercialização do excedente.

Esta é uma das narrativas em que a participação nos processos de educação aparece de forma mais latente entre os grupos familiares, pois o pai da Sra. Alvina já possibilitou a outro filho, Beto, ambos irmãos do Sr. Tobias, que participasse das ECAS na turma de Salgado Filho, e Maria no Pós-médio, da mesma forma que o pai do Sr. Gildo, como já mencionamos. Nos dois grupos familiares, da Sra. Alvina e do Sr. Gildo, houve pessoas que fizeram um processo de educação, participando das ECAS, do Projeto Vida na Roça (PVR) e do Pós-Médio. O que chama a atenção da pesquisadora, não é só o fato da participação, mas o destaque que os interlocutores/as fazem nas narrativas reconhecendo os processos de educação e de organização como fundamentais na reorganização dos *projetos de vida* e na participação que têm em entidades e organizações de lutas sociais. Para eles, o estudo assume uma dimensão diferente da maioria dos jovens e dos próprios agricultores/as, que vivem a disputa entre o “ficar e “sair” da agricultura. A partir das investigações da pesquisadora De Castro (2005), esta tensão é fundamental para compreender a construção social da categoria jovem. Para o casal Gildo e Alvina, para o Leandro e o Luiz, “ficar” significa ter um *projeto de vida* viável, mediado por um conjunto de reflexões e ações que foram passíveis de construção na participação de processos de educação e de organização. Logo o “sair” da agricultura ou da agroecologia se configura a partir de distintas nuances, por exemplo, em alguns casos, pode estar muito mais ligado a um *projeto de vida* que não é compartilhado pelo cônjuge ao casarem-se, como aconteceu com a Maria, irmã da Sra. Alvina. Ou um “sair”

---

<sup>83</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A Lei nº. 11.947/2009 determina em seu Artigo 14, que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.” (MDA, 2010, p. 01).



parcial e temporário para trabalhar em algumas entidades da Agricultura Familiar como mostram as narrativas realizadas com educandos egressos do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, pois os que não estão na UPVF, estão nas entidades realizando trabalhos. Quando perguntei por que não estavam na UPVF, a maioria respondia, ligeiramente, que a atuação como liderança em alguma organização também é uma das dimensões dos projetos de vida, por isso, quando impossível de realizá-los concomitantemente, pensam em mais tarde voltar a colocar em prática os *projetos de vida* iniciados nos processos educativos. No caso do Sr. Walter, os dois filhos estudaram no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e atualmente ele e o filho Sr. Denílson concretizam o projeto de produção de leite a base de pasto – que era parte do *projeto de vida* do filho Cleiton, que foi trabalhar nas cooperativas de crédito solidário. O estudo nestes grupos de agricultores/as nos sugere ser fundamental para “ficar”, como indica a fala do Sr. Gildo.

É ele [o pai] não foi daqueles que dizia para os filhos estude pra vocês não serem burros, se matar trabalhando que nem nós, ele nunca disse isso. Ele disse estudem pra vocês poderem morar na agricultura, mas terem uma vida melhor. Ele incentiva dessa forma, porque o estudo hoje tradicional é mais voltado pra você se formar e ir para a cidade, tentar arrumar emprego pra não estar passando fome, daí ficam os pais com menos estudo, ficam só eles sozinhos no interior e as culturas vão se acabando. (Sr. Gildo, agricultor ecológico, egresso das ECAS e do Pós-Médio em Agroecologia).

Esta é uma fala contrária ao que geralmente os pais dizem para os filhos/as, pois, escutamos várias vezes no campo etnográfico essa queixa de que as “saídas” dos jovens também se devem à forma como a escola trabalha com o conhecimento, além dos próprios pais que mandam os filhos estudarem com o objetivo de conseguir um trabalho “melhor” que represente, *a priori*, menos sofrimento<sup>84</sup>. Nestas concepções os agricultores/as participantes dos processos de educação e com um *projeto de vida* focado na agroecologia, concebem o “estudo”, a “educação” ou a “formação” como uma necessidade para viver no campo, bem como, uma das dimensões do *projeto de vida*.

---

<sup>84</sup> O trabalho com menos sofrimento se insere nas reflexões da investigadora Paulilo (1987) ao refletir as transformações que as categorias “pesado” e “leve” assumem de uma região para outra, assim como entre os gêneros. O que para alguns representa “leve” são trabalhos maçantes que exigem posições corporais desconfortáveis e são, na maioria das vezes, realizados por mulheres com menor valoração social e financeira. Nestas “queixas” dos agricultores/as, ao incentivarem os filhos, estão entremeadas distintas conotações: se referem às constatações de Paulilo, mas também às questões de valoração social profissional, ou seja, o que representa ser agricultor/a quando as condições financeiras e de capitalização são baixas e o projeto da agricultura ligado à monocultura os empobrece cada vez mais. Esse sofrimento significa também falta de perspectiva e viabilidade de produção, geração de renda e valorização profissional.

No caso do Sr. Gildo, este adotou seguir no *projeto de vida* deles a atividade leiteira e a fabricação dos queijos, para mais tarde formalizar uma agroindústria, sendo que estão esperando melhorar o rebanho e as pastagens, bem como, fazer algum financiamento para os equipamentos. Apesar de que ao se referir ao crédito, pensam em aderir só quando estiverem melhor estruturados, para não contrair dívidas que não sejam viáveis de pagamento. O Sr. Gildo assinala que não desistiu totalmente de seu *projeto de vida* elaborado quando cursou o Pós-Médio em Agroecologia, de criação das galinhas caipiras que seus pais estavam produzindo até pouco tempo e diminuíram por causa do *custo alto*. Mas ele pensa em retomá-lo, junto ao cultivo de frutíferas, e terem na UPFV uma diversidade de atividades compondo um ciclo sustentável quanto a produção.

É por isso que a gente pensa assim, a gente conversa de vez em quando para reconciliar as duas coisas, porque tipo, eu planto milho lá em cima na roça, o milho vem, as vacas comem, o esterco vai para a horta, volta para a roça, planto o milho de novo e assim por diante. Ou, crio galinha, planto o milho, crio galinha de novo, o esterco da galinha vai para a horta, vai para a lavoura, a gente quer tentar ter assim uma propriedade organizada com diversas atividades dentro da pequena propriedade, tentar mostrar para as outras pessoas que é possível. (Sr. Gildo, agricultor ecológico, egresso das ECAS e do Pós-Médio em Agroecologia).

Na época da pesquisa de campo, início de 2009, o Sr. Gildo participava da COOPAFI como vice-presidente, não com o compromisso de um diretor liberado, que precisa estar todos os dias na cooperativa, mas para atuar nas reuniões em algumas atividades no mês. Contudo, como o Pós-Médio em Agroecologia é um curso técnico e habilita para este trabalho, também faz algumas atividades de projetos desenvolvidos por algumas entidades e com isso garante mais uma entrada de renda, geralmente quando diminui o trabalho na UPVF.

\*\*\*\*\*

Percebemos pelas narrativas dos grupos familiares que as relações de parentesco e afinidade ideológica contribuem significativamente para a socialização dos conhecimentos, constituindo uma “rede”, no sentido atribuído por Latour (1994) em que os atores são as pessoas, os processos coletivos e as ações que se movimentam em prol da consolidação de projetos de vida e de desenvolvimento nos municípios. Ou seja, o conhecimento sócio-técnico sobre a agroecologia circula por meio da rede de parentesco e não é independente das relações domésticas, sendo que dentro dos grupos familiares nem todas as pessoas cursaram ECAS e

Pós-Médio em Agroecologia, mas todas aprenderam, avançaram em suas reflexões e contribuíram para concretizar os projetos de vida. Isso, também se deve ao caráter político e pedagógico dos processos sociais que tem como princípio a democratização dos conhecimentos e a multiplicação deste, por intermédio do processo de sistematização<sup>85</sup>.

Estes *projetos de vida* são estratégicos e não é apenas uma nova rotina de vida, pois quanto mais se avança nos espaços da UPVF mais incidência vai tendo sobre e nas dimensões organizativas, incentivando agricultores/as para atuar em processos sociais como lideranças, dirigentes ou mesmo mediadores/as, a exemplo dos estudantes do Pós-Médio que integralmente ou parte de seu tempo atuam nas entidades, organizações e movimentos sociais. Ao que se refere às lutas sociais por políticas públicas que contribuam para os avanços da agroecologia, os projetos de vida tornam-se estratégicos à medida que avançam no grupo familiar e extrapolam as fronteiras deste espaço para incidir nos coletivos.

Em relação à sucessão familiar na agricultura, a preocupação vai além da problemática dos fatores agrários de acesso a terra e os processos de herança continuam em pauta e latentes, mas se somam à problemática das “saídas” de agricultores/as do campo, na medida em que percebem a impossibilidade da construção de um *projeto de vida* viável, capaz de gerar renda. Estes motivos têm sido colocados pelos agricultores/as como elementos fundamentais no êxodo rural e aparecem nas “queixas” de o campo com a agricultura de base moderna, nos anos próximos anos será “um lugar de velhos”. A expressão aparece neste contexto ligada à permanência da geração, que atualmente é adulta e que ao obter o benefício da aposentadoria permaneceria no campo. Todavia, essa projeção para os casais mais jovens em “ficar” no campo e fazer deste *um lugar bom de viver* está ligada, e nos parece fundamental essa constatação, ao *projeto de vida* como uma perspectiva que movimenta a sucessão geracional, a permanência na agricultura relacionada à agroecologia, pela qual emergem novas configurações. As mulheres jovens, como no caso da Cristiane, da Jaciara, da Sra. Alvina, da Darcieli, filha do Sr. Darci, da Elizandra, filha do Sr. Tobias, tomando a frente na gestão e consolidação dos *projetos de vida* para “ficar” na UPVF, rompe com o viés masculino na sucessão, constatado por Abramovay et al. (1998, 2001) em uma investigação no oeste catarinense.

---

<sup>85</sup> Durante o trabalho de campo acompanhamos um dos grupos que estavam realizando o processo de sistematização do Projeto Vida na Roça (PVR) em Francisco Beltrão. Interessante destacar como os agricultores/as, lideranças e mediadores/as estavam fazendo uma leitura crítica e avaliação dos processos vivenciados, caracterizando outros aprendizados e fortalecendo politicamente os *projetos de vida* constituídos neste contexto. Podemos destacar nestas vivências das sistematizações o potencial reflexivo e de apropriação de categorias de pensamento que os interlocutores/as apresentavam.

Esta sucessão é mais do que permanecer na unidade pertencente aos pais, mas continuar, mesmo na unidade do sogro, por exemplo, o *projeto de vida* iniciado com os seus pais, como no caso da Sra. Alvina. Sendo assim, um tipo de sucessão geracional social possibilitado pela agricultura ecológica. Todavia, isso não isenta as dificuldades que se encontram os jovens no que se refere ao acesso a terra, como argumenta Abramovay et al. (2001). O que queremos assinalar é que com o *projeto de vida* a dimensão relacionada a sucessão encontrou mais elementos nas reflexões para decisões entre o “ficar” e o “sair”. Segundo, no caso dos filhos solteiros, independente de ser homem ou mulher, na sucessão na UPVF dos progenitores em situações em que os jovens foram estudar no Pós-Médio em Agroecologia, a decisão está nas mãos destes filhos/as, pois foi quem encontrou neste *projeto de vida* perspectivas na agricultura por meio da agroecologia, a exemplo do que vimos na narrativa do Luiz.

Não obstante, a permanência dos jovens na agricultura está relacionada para além de constituir tecnologias de produção, trabalho, geração de renda, mas na construção de relações solidárias. Faz-se necessário possibilitar o acesso a outros elementos que surgem nas sociedades contemporâneas como opções de lazer, acesso ao conhecimento, incluindo escola do campo, acesso às tecnologias da comunicação e da informação, educação para o potencial participativo e organizativo. Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p.33) assinalam a importância de pensar propostas de desenvolvimento e de educação que contribuam na superação da dicotomia entre o rural e o urbano e resguardem a identidade cultural dos que vivem e trabalham no campo, mesmo num universo de contradições em curso. Sendo que atualmente este não é apenas sinônimo de agricultura e agropecuária, pois aumenta a chegada das indústrias e as ocupações não são apenas agrícolas, redimensionando o espaço do campo. Mais especificamente a questão das “saídas” do campo será retomada ainda neste capítulo, quando tratarmos do *projeto de vida* e juventude com mais ênfase.

Em relação aos agricultores/as mais “velhos” ou idosos, estão inseridos na agroecologia em algumas situações distintas. Primeiro, nos grupos familiares em que a terra pertence a estes e o filho homem casado, moram em casa separadas e trabalham em regime coletivo. Os pais do Sr. Gildo, do Sr. Adir, do Sr. Genésio, do Sr. Denílson, do Leandro, do Luiz trabalham e se organizam desta forma, sendo que os filhos incentivam e sustentam o processo agroecológico, geralmente mediado pelo diálogo e experimentos realizados para que estes pudessem reconstruir seus conhecimentos.

Todavia, em todos estes grupos não se isentam tensões em relação às formas de gestão, produção e comercialização, ainda que em concordância estas percepções nos levam a

compreender que as relações geracionais são intermediadas pelas relações educativas vivenciadas nos processos sociais, que desde as ECAS vêm debatendo a inserção das diferentes gerações no *projeto de vida*. Por exemplo, alguns agricultores/as assinalaram esta geração de idosos como *fontes* de conhecimentos de práticas ecológicas, pois muitos destes, antes da modernização conservadora, vivenciaram a agricultura tradicional, com aprendizados que se assemelham ou se inter-relacionam. Uma exceção é o pai do Sr. Gildo, que foi quem tomou as iniciativas de conversão da UPVF para a agroecologia e possibilitou participação de um dos filhos nos processos de educação. Segundo, nos casos em que estes grupos idosos permanecem sozinhos na UPVF, diminuem significativamente sua produção em função da força de trabalho e por obter rendimentos de benefícios de aposentadorias, bem como, se dedicam à horticultura, como a Sra. Odila ou ainda, a produção de variedades de alimentos para consumo e comercialização de excedentes com a atividade de leite a base de pasto, como a Sra. Claídes, do município de Marmeleiro e o Sr. Armindo.

Para compreender o *projeto de vida* destes agricultores/as, foi necessária a percepção em relação aos significados que tomam as várias dimensões no cotidiano. O trabalho e a geração de renda são alguns, entre os outros, que passam a ter valor significativo, como a educação, o lazer, a saúde e a participação. Além dessa horizontalidade na hierarquia em relação às dimensões, estas também passam a serem reguladas por outros princípios, assumindo assim novos significados. Por exemplo, a diversificação não é apenas uma questão de produção e aumento da renda, mas de todo o conjunto de elementos que modificaram o cotidiano, as preocupações e o reordenamento do uso do tempo destes agricultores/as, o cuidado dos recursos naturais, a contestação à monocultura como um projeto de desenvolvimento excludente. Outro exemplo é a questão do lazer e da participação que passam a ser refletidos e ganham espaços nos *projetos de vida*, com base no terreno dos direitos sociais e da qualidade de vida. Se para aqueles que haviam aderido ao projeto da agricultura moderna e realizaram processo de conversão, quase todo o tempo das pessoas do grupo familiar eram para o trabalho da roça, isso se acentuava ainda mais para os agricultores/as com UPVFs *pequenas* e com menos recursos de mecanização. Agora, os tempos são organizados entre tempo de trabalho, tempo para participação, para os processos de educação, tempo para passear e se divertir, numa escala em que passa valorar não apenas a produção e a geração de renda, mas considera outras necessidades e expectativas humanas.

Podemos perceber isto nas narrativas na maioria das trajetórias dos grupos familiares, com algumas exceções que ainda privilegiam o trabalho e a produção. Apesar de que o tempo disposto diante das próprias exigências dos cultivos é maior em relação ao tempo que se

atribui às outras dimensões, se vistos na dinâmica cotidiana. Pois, culturalmente, o trabalho ocupa maior parte do tempo substantivo. Contudo, o que percebemos e são apontadas nas narrativas é um reordenamento de tempos, inversão na organização dos espaços de forma heterogênea, tanto que estas outras dimensões, anteriormente empalidecidas pelo viés economicista do “segundo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002), agora se projetam para ocupar os espaços da vida como um todo. É a redistribuição dos tempos e espaços das várias dimensões, não de forma homogênea na perspectiva quantitativa, mas de forma a serem percebidas como tal, refletidas, tidas como necessárias.

Por exemplo, em todos os grupos familiares agroecológicos, algumas pessoas participaram dos processos de educação, geralmente, situados na construção de alternativas para agricultura e com ênfase na agroecologia. Mas, atualmente, todos estão estudando ou mencionam no planejamento de seu *projeto de vida* espaços para os filhos/as e a continuidade dos processos de educação. Numa outra concepção de agricultura, na *convencional*, por exemplo, talvez o estudo não assuma esse valor ou tenha uma finalidade fundada na especificidade de alguma profissão e, mesmo quando ligada ao mundo agrário, seja para ser especialista do ramo. O interessante é que este estudo não é incentivado para que os filhos/as saiam da unidade familiar para buscar uma *vida melhor*, como revelam estudos sobre a juventude<sup>86</sup> e em algumas falas de agricultores/as em reuniões em que participamos. Para estes pais e mães, os filhos/as podem estudar o que lhes convém ou que seja de sua vontade, mas incentivam a estudos que possam lhes gerar qualificação para prosseguir como agricultores/as, senão morar e produzir de forma agroecológica para a subsistência do grupo familiar, como o Sr. Tobias incentiva o filho que vai ser engenheiro elétrico.

A partir destas narrativas constatamos dois elementos fundamentais. Primeiro o *campo* é um lugar não apenas para produzir, mas para viver e em alguns casos salienta-se o *viver bem*, tecendo nos espaços condições para produzir também o próprio alimento ecológico – não contaminado quimicamente – nos casos em que a geração de renda possa advir de outra profissão. Apesar de que isso não é regra entre os agricultores/as, aqueles que estão há mais tempo na agroecologia e vêm participando dos processos educativos e organizativos conseguem visualizar uma relação mais estreita entre campo e cidade e concebem este primeiro já nas suas modificações contemporâneas. Como se referiu o Sr. Tobias, no campo

---

<sup>86</sup> De Castro (2005) mostra em seu estudo os tensionamentos vividos pelos jovens entre “ficar” e “sair” da unidade familiar e buscar nos estudos condições para uma vida melhor. Alguns jovens assinalam que não querem ficar porque não gostam do trabalho, entre outras considerações e outros querem ficar e encontram uma série de tensões para isto nas relações familiares e sociais.

podem ter as mesmas condições de acesso como na cidade, pois hoje se os grupos familiares elevam sua condição financeira têm viabilidade aos meios de transporte e de comunicação (internet, canais de televisão, telefone), entre outros. Por isso nada impede que seu filho, como engenheiro elétrico, possa morar neste espaço e prosseguir com produção ecológica de baixíssima escala para elevar sua qualidade de vida. Contudo, salientou que as localidades rurais terão que se organizar em lutas que o ajudem conseguir direcionar políticas públicas para este tipo de desenvolvimento, iniciando pela manutenção e calçamento de estradas, escolas do campo, potencialização da agroindustrialização nas pequenas unidades, entre outros.

Segundo, poderíamos assinalar que há uma realocação da profissão de agricultor/a nestes *projetos de vida* como algo que não é ser “menos” em relação a outras profissões, diante das ocupações da cidade. Por exemplo, a filha do Sr. Tobias e da Sra. Josefina está decidindo como prosseguir os estudos para além do Ensino Médio e continuar com a agroindustrialização dos queijos, pois afirma gostar deste trabalho e do *projeto de vida*. A filha do Sr. Darci, do município de Verê, além do Técnico em Agroecologia, está cursando Tecnologia em Horticultura na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Dois Vizinhos.

Aos poucos fomos compreendendo a *multidimensionalidade* presente na agroecologia, por meio do *projeto de vida*, como demonstram as narrativas a partir do campo etnográfico. Isto se evidencia à medida que os agricultores/as começam a demonstrar suas ações voltadas para as relações, para a participação nos espaços sociais, no deslocamento de funções entre as pessoas no grupo familiar, no planejamento participativo na dinâmica da UPVF, como no exemplo do grupo familiar do Sr. Tobias em que a comercialização dos queijos e a gestão da renda é realizada também pela filha jovem. Essas transformações nas relações e no planejamento do trabalho é como a *conversão*, que a partir dos relatos aparece como uma ação que não se restringe aos aspectos físicos, produtivos e geográficos da UPVF, mas reassociada (LATOURE, 2008) às dinâmicas que interliga na rede, conhecimentos cognitivos e as estratégias/ações dos interlocutores/as na agroecologia. O *projeto de vida* corresponde às ações substanciais que levam os agricultores/as a “converter a cabeça”, como afirmou o Sr. José, primo do Sr. Tobias e tio da Sra. Alvina. Isso vai se evidenciando nas falas que as questões produtivas são intrínsecas às questões sociais, ecológicas, políticas e culturais e vice-versa. Ao mesmo tempo, a pessoa, ao participar dos processos de educação e de organização, experimenta mudanças nas dimensões cognitivas, aumentando também suas capacidades críticas e reflexivas, situadas nas experiências da agroecologia, nas quais modifica, além dos

aspectos produtivos, as relações diversas e a transformação de si mesma nas distintas dimensões. Estas percepções foram clareando durante a escrita do trabalho de investigação, embora nem para os agricultores/as e nem para a pesquisadora isto seja possível de fragmentação, mas as entrevistas com os mediadores/as é que foram fornecendo os elementos necessários para estes avanços. Por isso optamos pelo conceito de Latour (2008), com a ideia de ator-rede, que nos remete a vê-las “enredadas” umas nas outras: o desenvolvimento, o *projeto de vida*, a educação do campo, as questões de classe social, as questões de gênero e geração, permeados pelos processos educativos e organizativos como articuladores dos *projetos de vida* dos grupos familiares e dos “projetos coletivos de desenvolvimento”. Talvez, seja impossível imaginar uma sem a outra, não obstante, em nenhum momento presenciamos nas reuniões dos feirantes, da Rede Ecovida, nas entrevistas com os educandos/as do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e nas narrativas sobre ECAS que estas categorias não estivessem entrelaçadas.

Vemos isto no relato do mediador, o Sr. Serinei ao argumentar como fazem agroecologia nos processos de educação na região na ocasião em falávamos dos *projetos de vida* dos educandos do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia:

Esse monte de coisas [as mudanças que acontecem ao fazer o projeto de vida] passa pela agroecologia, porque a formação que a Assesoar faz nunca descolou o elemento político, organizativo de classe, enfim, da agroecologia, porque fazer agroecologia pela ecologia é praticamente inócuo, pois se você não colocar um projeto de sociedade junto, você passa a ser alguém mais queridinho do planeta, mas quando você coloca agroecologia como algo que liberta das multinacionais, agroecologia como **liberdade de produção**, você não dá só uma receita técnica, dá um pouco mais. (Sr. Serinei, mediador, professor na Universidade). (Grifo nosso).

Essa *liberdade de produção* mencionada pelo Sr. Serinei, agregada às capacidades de pensar, criar e construir, como elementos identificados nos projetos de vida, dos quais fala o Sr. Tobias, também se fazem presentes nas narrativas de outros interlocutores/as. Dito de outra forma, referem-se à “*conversão*”, por exemplo, afirmando que esta deve acontecer também na “*cabeça das pessoas*” e posteriormente, na unidade de produção. Converter é uma categoria que nas classificações dos interlocutores/as ultrapassam os significados atribuídos por autores como Miguel Altieri, entre outros, como uma fase de transição em que se faz, por exemplo, a recuperação dos solos, a proteção das fontes e de tecnologias adotadas, sendo que para estes grupos também é isso, mas tem um forte cunho social e político de transformação das posturas, dos ideais, dos pensamentos, das concepções. E, no caso, estes agricultores/as



reconhecem o processo que fizeram para chegar neste lugar, bem como, os mecanismos e estratégias que constituíram os aspectos cognitivos interligados nos processos sociais, os quais lhes deram suporte para depois fazer os arranjos possíveis nos outros aspectos.

[...] primeiro você tem que converter a cabeça, pra depois conseguir avançar, senão você não consegue [...]. Porque outra coisa é difícil, a resistência do próprio modelo, é muito difícil uma pessoa quando está em uma produção "X" convencional, hoje com tudo o que vêm impondo na cabeça dele, acreditar que exista outro jeito de compreender as coisas, é complicado isso, é real, não adianta dizer que não. É difícil para as pessoas entenderem, tem pessoas até próximas de nós que dizem assim: “Ah! Mas vocês conseguem porque tem aposentadoria da mãe e coisa e tal...” Mas, eles também têm, então isso é um direito meu poxa, porque não! Então eles te vêm por um ângulo meio esquisito, pra te dizer coisas. (Sr. José, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, feirante).

No relato do Sr. José se evidenciam as dificuldades que se tem para avançar nos processos em relação ao sistema da agricultura ecológica quando as lideranças, os/as dirigentes e agricultores/as não vivenciam a experiência de ser ecológicos/as, por isso têm menos possibilidades de compreender os processos que sustentam essa dinâmica e projetar ações estratégicas nessa questão. Para ele, o processo da agroecologia acontece porque se transformam as práticas e os pensamentos. Nessa perspectiva, os processos sociais coletivos mediados pelos atores avançam e resistem às investidas dos projetos de desenvolvimento, advindos da modernização conservadora, quando as pessoas e os grupos estão “conscientes” ou “enredados” noutra lógica, ou seja, na *multidimensionalidade* que aponta transformações nos espaços e nas pessoas, de forma individual e coletiva.

As compreensões relacionadas à agroecologia passam pela *leitura de mundo*, apreendidas nas experiências de educação popular<sup>87</sup> que conseguiram fazer na mediação de profissionais e lideranças nos processos educativos e organizativos. Vários interlocutores/as, entre estes, os que vêm participando desde a experiência das ECAS fizeram tal reconhecimento, ao narrar seus *projetos de vida*. Em algumas situações se referem ao vizinho ou a algum parente que iniciou na agroecologia, afirmando que isto aconteceu quando estes começaram a participar das reuniões dos feirantes, quando ouviram os debates dos agricultores/as que estão há mais tempo na atividade. Nestas situações passaram a compreender o processo social da agricultura ecológica, a exemplo do Sr. Gilson que foi assessorado pelo Sr. José para dar os primeiros passos nesta direção. O Sr. José, ao se referir

---

<sup>87</sup> Leitura de mundo é referida por Freire (1987) na sua principal obra *Pedagogia do Oprimido*, mas apropriada em processos de educação popular e manifestados no campo etnográfico por interlocutores/as.

aos que não compreendem a agroecologia, demonstra serem estas situações algo complexo e incógnito, pois lhe parece que para ser agricultor/a ecológico/a precisam ter esta *leitura de mundo*, acima referida.

*I: A agroindústria deles está fechada?*

*R: É tá fechado né, e o jeito deles fazer é outro, eles tão com agroquímico, no pacote, no rolo. Então a compreensão que eles têm não sei. É toda uma questão bem complicada, porque pra essas coisas não adianta, tem uma coisa séria, você precisa compreender um pouco o mundo, porque se você não consegue compreender a questão do mundo, aí você tem dificuldade de compreender outras coisas também e para compreender o mundo alguém tem que te ajudar [...] os caras do pacote agrônômico te enfiam goela a baixo, eles não vão fazer os clientes compreender algo sobre o mundo, sobre as coisas que existem, eles acreditam friamente naquilo que eles dizem e pronto. Eles não enxergam mais para frente, então quando você faz as coisas compreendendo o porquê, aí você faz com facilidade. (Sr. José, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, feirante).*

Neste sentido, a teoria “actor-red” cunhada por Latour (2008), nos mostra uma multiplicidade de conhecimentos, ações, posturas e organizações que os atores-agricultores/as, mediadores/as e lideranças empreendem em busca da consolidação dos *projetos de vida*, que definem, entre seus objetivos, cunhar outra sociedade que se constitua nestes princípios, ou seja, significa que ser agricultor/a ecológico/a é igual a participar desta rede sócio-técnica.

Os conflitos neste processo social (TURNER, 2008) são como desafios na busca de opções distintas para realidades diferentes que se somam e se multiplicam dentro da rede. Os avanços e dificuldades (limites) na agricultura ecológica compõem-se em “diferentes fios” na rede e dão sustentação para permanecer e avançar no processo, são as tensões em pauta, como afirma o Sr. Valdir, que mantêm esse processo dinâmico e incomoda “as forças” contrárias que tentam empalidecer o processo.

Estes “diferentes fios”, tecidos de distintas formas (humanas e não-humanas), as percepções e as ações, o imaginário e os espaços (LATOUR, 2008) de pontos e de nós que se atam e desatam no processo, é como podemos descrever esse processo social. É como imaginar essa rede, como algo que não é igual em nada, mas se amarra por princípios que abarcam distintas práticas e reflexões, a exemplo de como se concebe o desenvolvimento na região já tratado no primeiro capítulo, *multidimensional*, nos mesmos espaços e com estes atores se amarra debates de classe social, de gênero, de geração, de trabalho, de relações, de tecnologias, entre outros aspectos.

## Histórias narradas por mulheres: o “antes” e o “depois” da agroecologia

A Terezinha é mulher do Fernestack, ele hoje é diretor do sindicato. Ela vinha pra sair de casa e depois foi se dando por conta que aprendia um monte de coisa, soube que ela podia ser sujeito da sua história, que também podia criar essas histórias, criar essas coisas. Depois de um tempo ela foi dizendo assim: “\_\_ Nossa, no começo eu não conseguia conversar com as pessoas, eu não tinha condições de falar, eu não tinha argumentos, eu não tinha nem assunto pra falar com as pessoas, e agora eu me sinto outra”. Não se cansava de dizer de sua tamanha evolução, das coisas da agricultura que ela não conhecia, das relações entre as pessoas, de gênero e mesmo da política, pois acontecia que por mais que eles fossem assentados, ela não tinha noção do que acontecia no mundo, sabe, e depois ela foi percebendo e se achando nesse lugar, se achando em condições de também ser gente.

**Sra. Janete, ex- educadora do Projeto Terra Solidária, agricultora ecológica, mediadora.**

A relação entre os debates de gênero<sup>88</sup> e agroecologia<sup>89</sup> chamou atenção da pesquisadora numa investigação anterior a esta, na construção das narrativas de vida de mulheres feirantes no município de Francisco Beltrão. Estas mostraram nas suas vivências o deslocamento da prática produtiva anual de grãos, em terrenos íngremes, narradas pela “dor” e pelo “sofrimento” de um trabalho “pesado” (PAULILO, 1987) e pelos empobrecimentos crescentes, para a horticultura ecológica e a feira livre, como espaço de socialização, crescimentos, aprendizagens e autoestima, além de ser uma estratégia social e de viabilidade econômica. (HENN, 2010a)

Esta percepção manteve-nos mais atenta no campo etnográfico para esta problemática. Narrada pelas mulheres agricultoras e pelas mulheres educadoras (mediadoras), a questão de gênero está também “enredada” na construção dos *projetos de vida* e de desenvolvimento, mesmo quando a problemática das relações entre homens e mulheres não se definia pelo conceito gênero. Dois exemplos ilustram esta questão. A narrativa de uma educadora do projeto Terra Solidária que relata o “antes” e o “depois” da participação de algumas mulheres no curso, enfatizando que os aprendizados das práticas produtivas com base na agroecologia que ela, como agrônoma, incentivava, vinha acompanhada do crescimento das educandas, como *mulher*, como ser político, social e cultural, a exemplo da história da Sra. Terezinha, citada na epígrafe acima. O segundo caso surgiu na reflexão de um dos mediadores/as,

<sup>88</sup> Gênero entendido como uma categoria social e histórica segundo Scott (1995).

<sup>89</sup> Sobre a situação da mulher na agricultura ver estudos de Brumer (2004) e Siliprandi (2009).

coordenador das ECAS, o Sr. Valdir, quando salientou que ao cunhar a expressão Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF), mais especificamente na turma das ECAS em Salgado Filho, assinalou que o debate do desenvolvimento passava por várias *dimensões*, sendo que nas reflexões da semana eram apontadas as questões concretas do cotidiano, como a participação e os sonhos das crianças e a situação das mulheres, muita vezes silenciadas. No relato, ainda assinalou que elas continuam nesta “posição” (COSTA, 2000)<sup>90</sup> em muitos grupos familiares. Por exemplo, analisavam a questão do encanamento de água nas casas, que por atingir e dificultar o trabalho tido como “de mulher”, muitas vezes parecia ser desnecessário. Por aí se puxavam os debates de gênero, que segundo o mediador não tinham essa conotação conceitual, assim como, a discussão das relações de poder interferia nas questões relacionadas ao que atualmente se sustenta pelo conceito de gerações, ou seja, também na problemática da juventude.

Mesmo que a reflexão sobre a temática de gênero não seja papel específico da agroecologia, tem sido arrolada como uma das dimensões a ser considerada no *projeto de vida* desde o princípio dos processos de educação e organização. Ao se adotar conceitualmente “agroecologia”, segundo o Sr. Valdir o termo como tal é cunhado a partir da organização da Rede Ecovida como um *arcabouço*, que no caso, assumira também interligar gênero, a partir do qual se problematiza o “silêncio” das mulheres, abrindo espaços para incluir na construção dos *projetos de vida* seus sonhos, seus conhecimentos, inclusive nas questões produtivas.

Ao narrar sua experiência como educadora no projeto Terra Solidária, a Sra. Janete descreve os processos de crescimento realizados pelas mulheres de seu grupo. A Sra. Terezinha é uma das mulheres que fez significativos avanços, por reconhecer-se durante a participação na turma de estudo como era “antes” desta vivência e como se enxergou “depois”. Uma mulher do assentamento, tímida em suas manifestações, que sai de casa para ir ao curso, no início como espaço semelhante ao de “passeio”, mas na convivência, nos debates, nos aprendizados, admite publicamente nas aulas suas mudanças na prática como agricultora e no crescimento enquanto pessoa e mulher. Passa a fazer experiências de produção com base ecológica nos espaços da horta, do pomar e no cultivo de itens para a alimentação, sendo que o interessante disto não é somente o resultado de uma alimentação sem *contaminação* de agroquímicos, mas das percepções de um conjunto de elementos que ela foi se apropriando, os quais a educadora caracteriza como um processo de *libertação*.

---

<sup>90</sup> Costa (2000) distingue “condição” de “posição”. Para a investigadora os projetos de desenvolvimento nem sempre incidem em transformações nas relações de gênero para gerar novas “posições”, ou seja, mudanças em situações de opressão, discriminação, subjugação ou a reafirmação de identidades, resistências e enfrentamentos. Estes, por sua vez, interagem apenas nas mudanças de condição de vida.

A Sra. Roseli, agricultora, vítima de violência doméstica, também durante a participação no curso juntou forças a partir de seus aprendizados, saiu de casa e se organizou em outro espaço. A Sra. Maria conseguiu, *mesmo sendo mulher*, como relata à educadora, perceber que era capaz de aprender, estar em outros espaços e que sua vida não necessitaria ser restrita ao *fogão*. Estas percepções ultrapassam, *a priori*, o que é determinado como da “mulher”, sendo que para a monocultura na modernização conservadora, a horta, o pomar e outros cultivos não têm validade lucrativa. Contudo, nos processos de reflexão, as mulheres atribuem outros sentidos e significados e passam a inverter atividades e espaços, fazendo destas produções com base ecológica uma estratégia maior nas organizações de luta social, como veremos na narrativa da Sra. Odila, entre outras mulheres feirantes.

Este debate da organização das mulheres na região também se fez presente na atuação sindical no município de Francisco Beltrão, espaço no qual a terceira mulher consecutiva é diretora *presidenta* (HENN, 2010a). Pois, havia nas localidades grupos de mulheres coordenados por lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que inicialmente tinha por objetivo a discussão dos direitos sociais, mas aos poucos também foi incorporando os debates da produção alternativa, da valorização do trabalho da mulher na UPVF e das suas capacidades de aprendizagem. Em todos os processos sociais coletivos e no percurso das práticas que desembocaram na agroecologia na região, as mulheres estão presentes, fazendo, observando e refletindo. A Sra. Rosa, diretora de uma cooperativa solidária na microrregião Fronteira do Sudoeste, destacou que durante as ECAS a socialização das experiências com as práticas de adubação verde, consorciamentos, fabricação de repelentes e macerados *caseiros* eram adotados pelas mulheres para cultivos das hortaliças. O silêncio da dirigente em relação à receptividade dos homens às práticas alternativas, levou-nos a perguntar: as mulheres são mais receptivas a uma agricultura com base ecológica?

Isto nos remete a algumas falas dos diretores de cooperativas, que discorrem para os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito (ACDC), que teriam mais resultados se iniciassem com as mulheres a reflexão sobre a diversificação de culturas, de práticas de adubação verde, de consorciamentos e aumento no cultivo de itens para a alimentação. Neste caso, o argumento não é por causa de uma suposta “insignificância” destas práticas, mas pela receptividade das mulheres que, segundo técnicos/as e esses diretores, são mais abertas à reflexão e sensíveis às consequências da monocultura. Todavia, isto não é regra, pois a Sra. Cristiane, egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e técnica numa cooperativa, assinalou que sua mãe durante as mudanças que propunha na UPVF era a mais resistente das pessoas do grupo familiar.

Em relação ao significado das práticas, o Sr. Valdir, mediador, assinala que na época das ECAS, nos debates de situações que estavam imersas ao espaço supostamente das mulheres, questionavam se essa era uma relação que teria tais sentidos em virtude de certa “insignificância” ou “minoridade”. Na região, a reflexão feita por lideranças, dirigentes e mediadores/as, caracteriza a monocultura como um “lugar masculinizado” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; IPARDES, 2006) pelo fato de excluir a mulher dos espaços de produção e das relações que esta pressupõe. Por exemplo, segundo o mediador, o debate do cultivo de itens para alimentação do grupo familiar, caracterizado como *miudezas*, pode ser questionado pela carga ideológica: será que carrega este atributo por ser menor? Mas menor em relação a quê? Se vista pelo viés de gênero, é menor porque se relaciona aos espaços da mulher? Se comparada à questão de maioria/minoria, é menos em relação à produção das culturas de grãos em escala? Estas, entre outras problematizações que se fazia nas ECAS e seguiu acontecendo em outros processos organizativos e educativos, foram agregando espaços para os debates de gênero e constituindo, aos poucos, a relação desta categoria com a agroecologia.

A Sra. Janete, mediadora, iniciou os trabalhos com as mulheres na turma do projeto Terra Solidária e continua sua trajetória nestas reflexões, com ênfase nas problemáticas delas e na relação com a agroecologia, por intermédio da organização em que atualmente trabalha. Numa assessoria realizada ao Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), a qual acompanhamos, sua reflexão nos possibilitou compreender como os processos organizativos das mulheres se “enredam” à discussão de um *projeto de vida* articulado a produção ecológica. Este dia de reunião, com mais ou menos cinquenta participantes mulheres, organizou-se vários momentos como a mística inicial, a retrospectiva da luta das mulheres no mundo, no país e na região, devido a data de oito de março, consagrada ao Dia Internacional da Mulher. Contudo, a maior parte do dia foi destinada à conferência sobre as atividades produtivas da UPVF, somadas às reflexões sobre alguns conceitos que na sua tensão compõem o cenário entre agroecologia e agricultura *convencional*. Por exemplo, o que significa produzir *alimento versus mercadoria; alimento limpo versus alimento contaminado?*

Nesta perspectiva, os grupos de mulheres têm reunido potencial para a disseminação de práticas agroecológicas somadas às reflexões de gênero na sociedade e no campo, gerando um espaço potencial, contribuindo para o fortalecimento da agroecologia enquanto um processo “enredado” por diferentes fios. Outra prática organizada por meio do MMC e a ASSESOAR é a reprodução de sementes de hortaliças, em torno da qual se criou uma rede de mulheres na região, sendo que cada uma é responsável por uma ou mais variedades de hortaliças, com os

compromissos de produzir, coletar e multiplicar as sementes. Acompanhamos algumas visitas às casas das agricultoras, bem como, a distribuição das sementes em reuniões nos municípios que estão debatendo o *Projeto Municipal de Desenvolvimento*. A escolha das mulheres foi realizada não necessariamente entre os grupos familiares agroecológicos, mas também entre outros em que os mediadores/as e lideranças locais indicavam por perceberem tal interesse e como forma de incentivá-los, além de fortalecer as estratégias de produção de alimentos, uma das bandeiras de luta da agricultura familiar, da agroecologia e dos movimentos sociais. Esta é uma estratégia que as mulheres estão organizando para o enfrentamento aos monopólios de produção de sementes de hortaliças.

Da mesma forma, a agroecologia é enfrentamento ao pacote tecnológico da agricultura *convencional*, incentivada e apoiada pelas organizações e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que se sustenta também dos ideais, utopias e ideologia das lutas sociais em prol de outra sociedade. É um movimento mútuo abrigado sob o mesmo “teto” – o da agroecologia, nas trajetórias dos grupos familiares em que construímos as narrativas de vida e em algumas organizações e associações. Em outras palavras, é como se a agroecologia se associasse às bandeiras das lutas sociais, tornando-se uma delas. Igualmente, a participação das mulheres na consolidação desta constitui-se como fonte de adesão e fortalecimento, assim como, as lutas das mulheres do campo na relação com a agroecologia tornam-se opção e estratégia de transformação nos seus espaços.

### **As transformações no ser mulher na agricultura ecológica**

“Quem te viu e quem te vê hoje, não diz mais que é você”!

**Sra. Odila, agricultora ecológica e feirante.**

A Sra. Odila, mulher, 60 anos, de origem italiana, moradora da Linha Jacutinga, em Francisco Beltrão, desde que se casou. No semblante, a alegria de contar sua história e na pele as marcas do cansaço e das queimaduras do sol, decorrentes do trabalho na roça por anos a fio. A alegria de ser se expressa nos largos sorrisos enquanto conta sua vida. Já as tristezas do sofrimento aparecem nas expressões repetidas, enfatizadas e rememoradas como algo a ser esquecido, *imêmore*, dito na frase: “*não quero nem lembrar!*”. Talvez este seja o enigmático de sua narrativa: uma agricultora marcada pela dualidade da dor e da superação, ela tem sido

uma das referências na construção do *projeto de vida* e na socialização das experiências da região.

O relato da Sra. Odila segue um corte de tempo entre o “antes” e o “depois”, na tensão entre uma vida de trabalho dependente do “*patrão*”, como diarista na roça e agora como agricultora ecológica, como ela mesma se nomina. Ao casar e vir morar onde está hoje, não conseguiam tirar desta terra o sustento para os dois filhos. Rememora este tempo já mais distante com tristeza, assinalando “*não gosto nem de lembrar*”, pois era muito o esforço que tinham que fazer para comprar a roupa e o material escolar para as crianças. Agora adultos, os dois filhos moram e trabalham na cidade, apesar de que não deixam de contribuir no trabalho da UPVF, quando a visitam.

Refere-se às formas de trabalho “depois na terra herdada da sogra”, assinalando que fazia todo tipo de trabalho, como arar a terra com junta de bois, quebrar e carregar “carroçada de milho” nas terras dobradas, para no final de um ciclo de plantio de milho, por exemplo, não sobrar nada em rendimentos. Uma situação de pobreza e trabalho sofrido, a maior parte do tempo sozinha, pois o marido doente e com problemas de alcoolismo pouco trabalhava. O Projeto Vida na Roça (PVR) inicia nesta localidade um processo de debate sobre a agroecologia e algumas famílias, ao participarem, passam da produção de culturas anuais para outra lógica: diversificada, sem uso de agroquímicos, com distintas opções como horticultura, fruticultura, produção de leite a base de pasto, agroindustrialização de queijos e de panificação. A Sra. Odila passou do cultivo anual de grãos para horticultura, com comercialização direta ao consumidor/a por meio da feira livre. Ainda, outros grupos familiares investiram na agroindustrialização de carnes e de açúcar mascavo.

Ela lembra, sorrindo, que no começo não acreditava que seria viável e afirma “*eu achava que era mais uma coisa pra anda na estrada*”, justificando sua resistência em participar dessa proposição, pela forma como vivia. Somente em casa, não saía para nada, nem para ir às reuniões na escola dos filhos. Às vezes ia à cidade de Francisco Beltrão para resolver alguma questão, momento em que aproveitava para ir à casa de seu irmão. A Sra. Odila lembra que a pessoa que mais lhe incentivou a participar da feira foi a Sra. Marlene, sua cunhada e agricultora ecológica, participante do PVR.

Foi à feira e ficou toda a tarde encostada no muro. Ao lhe perguntarem sobre suas percepções, respondeu “*acho que isso não é coisa pra mim*” e diante das insistências para que viesse a participar, chegou a dizer que não encontrava sentido nisso. Mas os mediadores/as que trabalhavam no processo foram persistentes nos incentivos para que ela se tornasse feirante.



As idas à feira ecológica para vender sua produção e de outros grupos familiares são apontadas na sua narrativa como espaço de construção da sua nova identidade como mulher. A partir deste momento começa a encontrar sentido nas saídas de casa, na socialização e na troca de ideias que mantém com os consumidores/as, além dos ganhos econômicos que a monocultura não lhe possibilitava e agora, na horticultura, já lhe permitia ampliações na *qualidade de vida*. Em relação à organização do seu tempo de trabalho, exemplifica como fez a partir da conversa que teve com o mediador e técnico. Segundo ela, só se vai à roça quando se tem tempo, pois a prioridade é a horta, enquanto antes ocorria o inverso: o trabalho na horta era feito quando sobrava tempo, porque a prioridade era a roça.

Entre as dificuldades sentidas como feirante estava em fazer os cálculos e “lidar” com as reclamações e comentários dos consumidores/as. Para dar conta de tal responsabilidade, pedia auxílio na calculadora para outras mulheres feirantes e até para consumidores/as que confiava. Depois, a organização por número de feirante e com o caixa único para recebimento dos pagamentos, isso se viabilizou. Atualmente vende os produtos e anota numa ficha única para ser pago no caixa, sendo que esta organização foi um dos avanços que conseguiram programar nas reuniões e debates dos feirantes.

Mesmo diante de várias tentativas dos irmãos para que fosse morar na cidade, resistiu sempre, analisando que já tinha tentado e não havia dado certo, sem perspectivas de como iria sobreviver. Posteriormente, começou a se animar com a feira, pois cada vez rendia um pouco mais de dinheiro, já que muitos de seus problemas em relação a sair de casa estavam ligados à situação de pobreza. No seu relato assinala que não possuía nem calçado adequado para se apresentar às outras pessoas.

Segundo sua análise, aprendeu mais nos respectivos oito anos de feira do que em todo o tempo de vida anterior. Ao ser questionada sobre o que aprendeu respondeu:

Eu aprendi tudo, aprendi a viver, aprendi a conversar, (risos) tudo. Tudo. Minha vida mudou em tudo. Por isso que *meu véio inté* hoje não admite.

*I: Ele não vai à feira?*

Não, onde que já se viu, ele diz. O jeito que você era e o jeito que você tá hoje. Eu disse: *os anos mudou, mudou*. Só quem não muda é você, mas os anos mudaram. Eu, meus filhos estudaram, foram na catequese, passaram primeira comunhão, crisma. Eu nunca fui em nada, em nenhuma reunião e no dia da crisma deles eu não fui pra igreja. Hoje não, eu viajei lá para cidade, pra Joinvile, meu neto passou a primeira comunhão lá e eu daqui de Beltrão fui. Não fico mais. (Sra. Odila, agricultora ecológica e feirante).

Além de trabalhar sozinha, o marido com os problemas de alcoolismo não contribuía, além de gastar o pouco dinheiro do trabalho dela nos bares, além das dívidas que fazia por

conta do vício. Gastou o dinheiro obtido com a venda dos seus lotes da cidade, os quais recebeu de herança da família. Assinalou, sorrindo, que após sua entrada na feira *acordou* e não se sujeita mais a tais comportamentos, tanto que agora ele depende também de suas opções. Mas ele reage, reclama e acha que mulheres que fazem isso são aquelas que querem mandar no marido e são *machonas*. Atualmente, ela faz a gestão do dinheiro oriundo da sua aposentadoria e da feira, enquanto o marido gasta todo o valor da aposentadoria dele com bebidas alcoólicas. Entre, os investimentos que fez depois da participação na feira, assinalou com orgulho a compra do forro da casa e a pintura que pela segunda vez está fazendo, agora com tinta de melhor qualidade, além da compra de móveis, roupas e calçados para que possa passear e participar das reuniões. Diante das reclamações do marido, o contesta e sempre que se obriga a discutir essa questão com ele, reafirma suas mudanças e sua postura.

Depois que eu entrei na feira eu acordei. Agora quem tem que trilhar atrás é ele [risos]. Essa é a realidade. Tomava conta do dinheiro pra gastar. Eu tinha seis lotes em Beltrão e ele tinha vendido tudo, eu não passei a procuração de jeito nenhum, não sabia administrar. Agora ele acha que mulher que age dessa maneira é machona, quer tomar conta do marido. Eu tomo conta do dinheiro que faço, o dele ele gasta tudo, o da aposentadoria. Ele não me ajuda fazer nada, eu faço tudo sozinha [...]. (Sra. Odila, agricultora ecológica e feirante).

Fez questão de mostrar que sua experiência como agricultura ecológica e como feirante foi determinante para seu crescimento e principalmente *para ver* a realidade, dar-se conta das suas capacidades, inclusive nas formas de administrar a própria renda e as mudanças na forma de trabalhar:

[...] agora eu abri os olhos, porque eu andei quarenta e cinco, quarenta oito anos com os olhos fechados. Agora, tá no tempo de tu mudar também, os anos mudaram e a mudança é a gente que tem que fazer, tem que fazer sempre pra melhor.[...] Não quero mais que você interfira na minha vida, deixa eu trabalhar do meu jeito, deixa eu administra meu dinheiro [...] (Sra. Odila, agricultora ecológica e feirante).

Refere-se à filha, principalmente, que trabalhou em Francisco Beltrão durante doze anos como enfermeira, elogiando-a, pois quando vinha na UPVF com mais frequência, quando morava no município, não tinha medo de “*sujar as mãos*” no trabalho da horta. O filho, o único que mora mais próximo, continua contribuindo nos trabalhos e quando vem à UPVF vão juntos fazer os serviços, pois aproveitam para colocar as conversas em dia, além de que, sempre que tem feira, ele também vai vê-la. Inclusive, o sistema de irrigação que ela não

conseguia compreender e após várias tentativas não estava bem organizado, foi a filha quem foi na Assesoar para o mediador explicá-lo e o fez também.

Ao perguntar-lhe quanto rende cada feira semanal, afirmou ser em torno de cento trinta reais (R\$130,00) a cento e quarenta reais (R\$140,00) e que a alface que produz vende toda a quantidade que leva. Deixa que os consumidores/as escolham os pés de alface, mesmo que algumas ficam “*atropeladas*”. Relatou que as folhas que se soltam dos pés, fornece para um senhor que faz chá e toma como tranquilizante. Nas primeiras feiras não acreditava no valor que rendia suas vendas e até falou para o coordenador do caixa se não tinha se enganado com sua conta. Assinalou que fez amizades com os consumidores/as que vão à feira, apesar de que sempre têm pessoas indo pela primeira vez. Contou que o genro, na ocasião de uma visita, foi junto e brincou com ela, dizendo “*Mas a vó tá virada num feijão preto, pois todo mundo conhece*”. No geral lhe tratam muito bem, mesmo que às vezes precise dizer algumas coisas que as pessoas não gostam, como negar que uma destas experimentasse a nata (creme de leite). Às vezes, diante do cansaço, pensa em não ir à feira, mas não consegue ficar em casa neste dia:

Eu me sinto muito bem, eu aprendi tudo o que tem direito de aprender, para quem não tem estudo. Passo mal se não vou na feira. Coisa mais boa é ir pra Beltrão e comprar uma calça, uma camiseta, um calçado, uma coisa diferente. Roupa de cama que já comprei. Coisa que eu nunca pensei na minha vida que mudaria tanto [...] (Sra. Odila, agricultora ecológica e feirante)

## **Da rotina de trabalhos as reorganizações dos tempos e atividades**

“Levanto às cinco da manhã e paro de trabalhar após o jantar [...]”.

**Sra. Cleuza, agricultura ecológica.**

Cleuza, mulher, mãe de três filhos, 40 anos, casada, moradora na Linha Jacutinga, primeiramente como agregada em um sítio no qual cuidavam do gado. Em troca deste trabalho ganhavam o espaço da moradia e uma fração para o cultivo de hortaliças. Posteriormente, foi solicitado que se retirarem deste local e o compadre lhes emprestou um pedaço de terra, correspondente ao tamanho de um lote de mais ou menos 600 m<sup>2</sup>. Um grupo familiar distinto de todos os outros, “sem terra”, sem pertencer ao movimento pela reforma

agrária dos Sem Terra (MST). No semblante a esperança e a vontade de trabalhar marcam a trajetória de um grupo familiar que recomeça do “nada”, cada vez que se faz necessário. A casa de madeira acompanha a trajetória da Sra. Cleuza e seus familiares, pois reconstruem cada vez que mudam de espaço. Relatam sua vida, marcados pelo sofrimento e a luta diária de quem levanta de madrugada e descansa após lavar a louça do jantar e encaminhar os afazeres do dia seguinte. Talvez o enigmático desta narrativa seja a força que brota desta mulher na organização, produção e comercialização das hortaliças cultivadas em pedaços de terra “emprestada”.

Marcada pela exclusão em relação à educação formal, Cleuza salientou que organiza o plantio, trabalha fora como empregada doméstica, cuida dos afazeres da casa, mas não vai à feira por não saber ler e escrever, sendo este um compromisso da filha mais velha. Ao perguntarmos em que isto implica, relatou que o fato de não ser alfabetizada lhes dificulta para fazer os cálculos e a comercialização dos produtos. Começou a participar de um grupo de Educação de Pessoas Jovens e Adultas na escola da localidade, mas afirma não ter tido êxito, pois “não tinha cabeça” para aprender porque durante a aula suas preocupações estavam centradas nos trabalhos que no dia seguinte teria que desenvolver para dar conta do sustento do grupo familiar, junto com o marido e o filho mais velho que trabalha fora, numa empresa.

A narrativa da trajetória desta interlocutora aconteceu pouco tempo depois da mudança da casa, por isto as “queixas” sobre as dificuldades de produzir as hortaliças num terreno, em que era coberto por uma espécie de gramínea, para a qual ainda não obteve tempo suficiente para a elaboração de técnicas para repelir insetos, fazer adubação verde e as barreiras. Relata como era sua horta na outra moradia com barreiras de girassol, na qual as verduras não eram cultivadas em terra *limpa*, mas entre meio as plantas espontâneas, que além de conservarem a umidade da terra, contribuem para repelir os insetos. Como analisam os agricultores/as orgânicos/as ecológicos/as do município de Verê, a Sra. Cleuza confirma que a horta “a céu aberto”, isto é, sem estufas, e no caso desta, sem o sistema de irrigação bem organizado, tende a ser mais trabalhosa e com menos rendimentos. Mesmo assim, na ocasião em que a visitamos, já estavam organizados longos canteiros de brócolis, couve-flor, alface em produção e, ainda em fase de crescimento, tubérculos como cenoura, beterraba, batata-doce e mandioca. O cultivo está organizado parte no terreno próximo à moradia e parte num outro pedaço de terra, próximo à igreja e de propriedade desta. O local foi cedido pela comunidade religiosa e em troca a agricultora lhe entrega parte da renda obtida com o cultivo.

Salientaram no relato que o cultivo das hortaliças atende também o consumo do grupo familiar, pois se não produzissem teriam que comprar, sem saber se estavam consumindo um

alimento *limpo*. Afirmou que desde que são feirantes cultivam hortaliças ecológicas, sendo que por meio da comercialização conseguem gerar uma renda, pequena, mas regular, que contribui no sustento do grupo familiar, agregada aos rendimentos do trabalho do filho e de seu emprego de doméstica. A Sra. Cleuza e o Sr. Antônio se queixaram do vizinho que planta milho e soja até próximo da casa deles e que usa *agrotóxicos*, o qual *contamina* sua horta e têm efeitos nocivos na saúde das pessoas que ficam em contato direto. Esta “queixa” é frequente entre os agricultores/as ecológicos/as, pois suas terras fazem divisa com outras em que o cultivo geralmente é convencional e a rede de agroecologia não se estende por meio dos laços de vizinhanças, salvo o caso do Sr. Gilson que migrou para a agroecologia a partir dos laços de amizade e vizinhança com o Sr. José e a Sra. Noemia.

Os usuários de agroquímicos não respeitam os limites espaciais e *passam venenos* até na porta das casas se estas forem próximas às lavouras. Contaminam a água que estes grupos utilizam, matam suas plantações e poluem a própria atmosfera. Quando reclamadas pelas pessoas que estão na agroecologia, fazem de conta que não escutam, respondem ironicamente ou fazem piadas a respeito, como relatou a Sra. Claídes, do município de Marmeleiro. Ela relata que certa vez os terneiros do vizinho escaparam e invadiram sua roça. Ao solicitar ao dono que os retirasse e que cuidasse para que os animais não invadissem mais a sua área, este lhe indagou, de forma irônica, o que tinha em sua roça para os terneiros comerem. Ela concluiu tal relato, dizendo que, para o vizinho, *produção* era sinônimo de soja, milho e trigo.

Deste modo, ao apreciar a trajetória da Sra. Cleuza, temos a percepção nítida de que as condições sociais em que vivem foram decisivas para que ela e o restante do grupo familiar se tornassem agricultores/as ecológicos/as. A *diversidade de cultivos*, com *baixo custo de produção*, a comercialização na feira e principalmente pelo cultivo de hortaliças que ocupa pequena área, possibilitou que permanecessem na agricultura e ter parte de suas necessidades bancada por esta produção. Contudo, segundo os mediadores/as, é um grupo familiar junto a outros, igualmente na condição de exclusão sem acesso a posse da terra, constituindo estratégias para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que fazem enfrentamentos e resistem ao modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Com o propósito de compreender como, na agroecologia, a contribuição das mulheres tem sido fundamental, comparamos o relato da Sra. Cleuza e de outras mulheres desta mesma localidade, partícipes do Projeto Vida na Roça (PVR). Todas reconhecem que são como “provedoras” na agroecologia, não somente porque trabalham, planejam e participam de processos sociais e educativos, mas pela persistência e pelas iniciativas que empreendem durante e principalmente quando surgem as dificuldades. Exemplo disto é a Sra. Cleuza, que

levanta antes de todas as pessoas que moram na casa para fazer o almoço para o filho, assim sobra mais tempo para acompanhar o marido na “lida” da horta ou mesmo para ir trabalhar fora da UPVF. Outro caso é a Sra. Josefina que incentivou e persistiu sempre diante das dificuldades com a legalização da agroindústria, assinalando para o Sr. Tobias de que a fabricação de queijos era viável e que podia conjugar com os trabalhos da casa e o cuidado com os filhos. Chegou afirmar que 60% dos trabalhos que sustentam a UPVF é realizado por ela, colocando-se como base de sustentação no que desenvolve junto às outras pessoas do grupo familiar (HENN, 2010 a). Outro exemplo é a Sra. Marlene que chorou ao relatar os problemas vivenciados com o marido, em relação ao trabalho, afirmando que ele só vai à roça se ela tomar frente, mesmo com a produção ecológica e a feira como espaço de comercialização.

A rotina de todas estas mulheres é árdua, mesmo com o redimensionamento dos tempos espaços nas UPVFs, diante da *multidimensionalidade* apontadas nos *projetos de vida*. Como anteriormente afirmamos, mudam-se o valor atribuído às várias dimensões, mas o tempo ocupado para o trabalho e a sustentação cotidiana do grupo familiar materialmente toma ainda a maior parte do tempo. Como a Sra. Cleuza, para quem o dia inicia às cinco horas da manhã, a maioria das outras mulheres também inicia suas tarefas muito cedo e só termina após lavar a louça do jantar. As maiores transformações são no âmbito do trabalho da roça que é deslocado para trabalhos como o da horta, no caso da Sra. Odila, da Sra. Cleuza e da Sra. Marlene; da agroindustrialização dos queijos no grupo familiar do Sr. Tobias sob a responsabilidade da Sra. Josefina; na inclusão da panificação a cargo da Sirlei no grupo familiar do Sr. Adir, entre as atividades que desenvolvem, ou ainda, na produção de geleias, sucos congelados, doce de leite para comercialização no PNAE.

As mulheres, no *projeto de vida* na agroecologia, com diversidade de cultivos e atividades, agregam na geração de renda e constituem valor, não apenas monetário, mas simbólico, no sentido de que recolocam nos diversos espaços “produtos” originários de seus saberes, antes desvalorizados no projeto de desenvolvimento moderno, no qual a monocultura atribui maior valor ao trabalho dos homens na produção em escala. Agora, as próprias mulheres se fazem visíveis, seja no espaço da feira livre ou nos espaços institucionais possibilitados nos projetos governamentais. Os pães, as bolachas, as geleias, os congelados, contribuem nos *projetos de vida*, gerando renda e na dimensão da produção ocupam outro espaço, sendo valorizados, e constituem o universo de diversificação nas UPVFs, momento em que surgem novos horizontes de produção, trabalho e identificação por parte das mulheres.

Se para a Sra. Odila as transformações na forma de ser mulher vieram com a produção ecológica e a participação na feira, como ela mesma salientou, no caso da Sra. Cleuza a ênfase do relato recai nos esforços e na rotina dura de trabalho, embora as atividades da horta com base na agroecologia e a comercialização dos produtos na feira sejam assinaladas como o canal que viabilizou a permanência na agricultura, mesmo sendo “sem-terra”. No pequeno terreno, organizar a moradia e a maior parte dos cultivos só foi possível diante da atividade da horticultura, produzindo variedades de hortaliças durante o ano todo e com diversidades para a comercialização. O próprio grupo familiar relata que sem este *projeto de vida* estariam na cidade enfrentando, provavelmente, problemas como o desemprego e os baixos salários, entre outros.

\*\*\*\*\*

A relação das mulheres com a agroecologia extrapola as transformações na área da produção e se assenta nos *projetos de vida* como um todo, a exemplo da Sra. Odila, que modificou suas formas de trabalho, reorganizando o tempo destinado às atividades, sendo a maior parte deste dedicada à horticultura e o restante às culturas da roça. Essa inversão nos espaços também aconteceu com a Sra. Josefina no trabalho com os queijos, pois dessa forma conseguia conjugar os cuidados com os filhos e a manutenção da casa com o trabalho gerador da renda principal. Estas e as outras mulheres foram assinalando nos relatos que a agroecologia não apenas transformou a produção e gerou renda de forma regular, com a comercialização direta ao consumidor/a, mas mudou também sua forma de vida, incidindo na conquista da *autonomia*, na construção de outras relações, a exemplo das feirantes, entre elas, a Sra. Odila, que destacou a socialização e a troca de conhecimentos com os consumidores/as.

A agroecologia aparece nestas trajetórias associadas ao que falava o Sr. Serinei: uma proposição que não se refere apenas à produção distinta, sem agroquímicos, mas as questões sociais e políticas que estão implicadas. Ou mesmo como se refere o Sr. Valdir: a agroecologia da região abriga em si uma diversidade de lutas que não são apenas suas, mas que nos relatos dos interlocutores/as aparecem “enredadas” numa teia que dá vida e corpo para sua movimentação (LATOURET, 2008). Em suma, as relações desta forma de cultivar e organizar-se na produção e na geração de renda entremeia-se com a ideologia de transformação social e as aspirações das lutas advindas dos movimentos sociais, as quais contribuem para as mudanças de “condição” e de “posição” (COSTA, 2000) por meio de

reflexões, intervenções e projeções de uma vida distinta por parte de mulheres, homens, crianças e jovens.

Segundo algumas mediadoras, as discussões sobre gênero e agroecologia perpassam os processos sociais e organizativos, pois já em 2002, no primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) no Rio de Janeiro, discutiu-se sobre a equidade na participação de homens e mulheres em vários campos temáticos da agroecologia. A partir deste são desdobradas ações nas regiões, sendo que no Sudeste do Brasil, um grupo de trabalho sobre a temática se articula em 2004 e organiza em Belo Horizonte outro seminário, a partir do qual se compreende que em muitas ações da agroecologia as mulheres estão presentes. Da região Sudoeste do Paraná, participou uma representante pela Assesoar e posteriormente, em 2005, discutia-se a importância de debater dentro da Rede Ecovida. Alguns seminários foram realizados para pautar reflexões em torno das questões da mulher, assim como, os STRs promoveram, junto às outras lutas sociais nos anos de 1980, trabalhos de base sobre as questões relacionadas às mulheres, desde a produção até as relações e direitos das trabalhadoras.

Logo, Costa (2000, p. 5-6) ao refletir *sobre Gênero, poder e empoderamento das mulheres*, enfatiza o significado de “condição” e “posição” e adverte que projetos de desenvolvimento que não fazem essa distinção contribuem para algumas mudanças na renda, na educação e na saúde, porém, apresentam-se limitados nos processos de libertação da “posição” em que vivem, continuando em situações de dominação. Para a autora, a “condição é o estado material no qual se encontram as mulheres: sua pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso à saúde pública e a tecnologia moderna, educação e capacitação, sua excessiva carga de trabalho [...]”. E “posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, as formas como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens”.

A superação da condição de agricultores/as excluídos pela lógica da agricultura moderna também aparece como fundamental quando grupos familiares como o do Sr. Tobias, da Sra. Odila, do Sr. José, do Sr. Gildo e do Sr. Adir, entre outros, passaram a ter uma vida economicamente viável, pois anterior a esta situação os relatos evidenciam um quadro de pobreza acentuado. Porém, isto não é suficiente entre mediadores/as, lideranças e dirigentes para conceituar se um grupo familiar é ou não ecológico. Faz-se necessário evidenciar suas formas de pensamentos, posturas, organização da UPVF e participação social, ou seja, passa-se a valorar a mudança de “posição”, no sentido atribuído por Costa (2000), como categoria para analisar as questões de gênero, neste contexto dos agricultores/as ecológicos/as. Um



grupo familiar ser bem sucedido na produção e na geração de renda não seria suficiente para a resistência e enfrentamento aos modelos de desenvolvimentos impostos a partir da modernização conservadora, pois são as mudanças de “posição” que sustentam e contribuem para a permanência e avanços na agroecologia. Alguns relatos evidenciaram que são os espaços coletivos de debate político nos municípios, além da *consciência crítica*, que possibilitam firmar e valorar a “posição” como agricultor/a ecológico/a somados a elevação da “condição” de vida.

Embora seja importante e até uma prioridade inicial em alguns grupos, as características que evidenciam *ser* agricultor/a ecológico/a são sempre latentes, debatidas e assinaladas nos relatos. Quando questionados sobre *ser* ou não ecológicos/as, alguns agricultores/as afirmavam estar caminhando para isto, mas justificam sua resistência. Por exemplo, o Sr. Décio afirmou não *ser* por ainda incorporar em seus padrões de consumo alimentos industrializados, como refrigerantes. Outros alegaram a falta do cumprimento de alguns princípios, como o cultivo de barreiras verdes, adubação verde e consorciamento de plantas. Ainda, houve alguns agricultores, como o Sr. José, que assinalaram a falta de *leitura de mundo* para então se tornarem ecológicos/as. Evidenciaram-se desde fatores objetivos e subjetivos de ordem política, social e cultural, fios distintos que compõem a rede (LATOUR, 2008) e transformam “posições” das pessoas nos grupos familiares e nos projetos de desenvolvimento.

Analisamos estes elementos, que nos relatos chamaram atenção, para compreender o que compõe o ser agricultor/a ecológico/a. Dito de outra forma, durante a pesquisa de campo foi necessário um olhar atento e o aprofundamento do diálogo entre os que são agricultores/as orgânicos/as, os ecológicos/as e os parciais (aqueles que mesclam formas de cultivos destes sistemas ao convencional), para entender como se processa essa conceituação entre os interlocutores/as, sendo que esta classificação não foi feita pela pesquisadora, mas por agricultores/as e lideranças, porém sugerida geralmente diante da pergunta: “O Sr./Sra. é um agricultor/a ecológico/a?”. Logo foram se evidenciando os conflitos, diferenças e nuances entre cada uma destas classificações, inclusive já descritas no primeiro capítulo. Mas somente durante a escrita da investigação é que compreendemos que as diferenças e semelhanças entre ser agricultor/a ecológico/a ou orgânico/a ajudam a evidenciar as transformações que ocorreram nos grupos familiares tanto na “condição” quanto na “posição”.

Retomando a análise que estamos tecendo em relação à participação das mulheres e o debate da agroecologia pelo viés de gênero, vimos nos relatos que as mulheres assinalaram com mais ênfase as mudanças nos *projetos de vida*, fazendo relação tanto com o trabalho

quanto com a participação nos espaços sociais que se organizaram na rede da agroecologia. As feirantes, por exemplo, demarcaram a feira livre não apenas como estratégia de comercialização, mas também como espaço de socialização, assim como, as lideranças apontam a constituição deste espaço como enfrentamento às formas capitalistas de comercialização, como se referiu o Sr. Valdir. Ou ainda, a participação das mulheres nos cursos de Pós-Médio em Agroecologia, nos espaços institucionais das associações, sindicatos ou como educadoras, mesmo que mais timidamente, conseqüentemente com o poder de intervenção que passam a exercer nos seus grupos familiares e instituições também contribuem para o “endurecimento” dos conhecimentos que circulam por meio da rede (LATOIR, 2008) na agroecologia. Evidenciamos isto nos relatos da Sra. Janete, mediadora e educadora no projeto Terra Solidária, da Sra. Odila nas mudanças que fez no grupo familiar, assumindo a gestão da UPVF, na persistência da Sra. Josefina na agroindustrialização dos queijos, entre outros exemplos que surgiram nos relatos das interlocutoras e nas percepções de alguns interlocutores, como o Sr. Gelci, na relação que fazem entre o feminino e agroecologia.

Neste sentido, os relatos das mulheres e suas formas de intervenção nos grupos familiares demonstram as mudanças também nas “posições”, pois além de contribuírem nas melhorias das “condições”, muitas delas ao saírem do espaço da casa para serem feirantes, enfrentaram os preconceitos de quem dizia que *lugar de mulher é em casa*. Todavia, ainda é restrita a participação destas em espaços políticos na gestão das entidades, apesar dos avanços (HENN, 2010 a).

As mudanças de “posição” se referem também à forma de ser, de pensar e de fazer que se evidenciam em expressões como da Sra. Odila, “*hoje sou outra mulher*” (HENN, 2010a), demarcada no relato pelas transformações que se fez tanto subjetiva quanto objetivamente no processo de transição para a agroecologia, regressos de um modelo de agricultura convencional de monocultura. Isto também se evidencia nos incentivos da mãe do Juliano e do pai do Sr. Gildo para os filhos estudarem, mesmo tendo como perspectiva permanecerem como agricultores/as. Mas com o desenrolar do curso e os conhecimentos construídos, fortaleceram o *projeto de vida*, pois as “posições” estão relacionadas nas suas concepções, nas defesas que fazem, nas formas de cultivos e nos manejos segundo certos princípios, como veremos no terceiro capítulo. Ou ainda, nas defesas que fazem na relação do cuidado com o meio ambiente, nas posições críticas em relação à organização da sociedade e da própria agricultura. Isto apareceu principalmente quando referida pela *autonomia* que alguns reconhecem ter ao produzir livre do domínio e controle das empresas que “ditam” o *pacote*

*tecnológico*. No relato do Sr. Tobias é evidente esta concepção, principalmente ao afirmar que na agroecologia tem espaços para pensar e criar, pois não se recebe tudo pronto. Em outras palavras, essas possibilidades existem e conforme Latour (2000), os conhecimentos, sua geração e circulação acontecem nos espaços da rede, mediados por agricultores/as, mediadores/as e lideranças que experimentam no cotidiano e por *coletivos políticos* que reafirmam, conformam e consolidam os saberes da agroecologia.

Vale salientar que as transformações de “posição” não aconteceram apenas entre as mulheres, alguns homens também se reconhecem nestas mudanças, inclusive conseguem avaliar o percurso que fizeram para chegar a tal “posição”. O Sr. Adir, assim como a Sra. Odila, foi narrando em detalhes estas mudanças, reconhecendo que suas formas de pensar acontecem mediante participação em algum espaço educativo e organizativo, no caso dela, no Projeto Vida na Roça (PVR) e no caso dele nos Grupos de Base e nas atividades da Assesoar. Essas “posições” incluem desde ocupar outros espaços e redimensionar o tempo nos seus planejamentos, até na postura que defendem em relação a sua forma de viver o *projeto de vida*. Como assinalam as lideranças, estes agricultores/as conseguem distinguir um projeto ideológico de sociedade, sendo a agroecologia um extremo em termos de projeção de outra sociedade em relação ao convencional. Essa distinção, *a priori*, parece ser mais evidente nos discursos dos mediadores/as, mas aparece também nas posições defendidas pelos agricultores/as, mesmo os mais tímidos, que sequer falam do termo ideologia. Percebemos isto nas reuniões dos feirantes, nas pequenas mudanças que se debatiam para melhorar a feira livre. A Sra. Odila defendeu que já estava há mais tempo *nesse barco da produção sem agrotóxicos*, que não podia deixar alguém vender produtos convencionais com o “rótulo” de ecológico; ou na contestação que a Sra. Cleuza fez em relação ao uso de agroquímicos nas fronteiras de seu terreno, matando culturas e contaminando o ambiente.

Parece-nos instigante também o conflito que vivenciou a Sra. Cláides com o mesmo vizinho, dono dos terneiros que invadiram sua roça, na ocasião de uma visita de intercâmbio<sup>91</sup> em sua UPVF, quando este cercou os visitantes indagando sobre o que iriam ver no local. Ao ouvir explicações de que se tratava de uma visita de intercâmbios de conhecimentos, se fez surpreso, questionando ironicamente o que teria para ver e aprender neste espaço. Para ele

---

<sup>91</sup> As visitas de intercâmbios na região têm a finalidade de socialização de conhecimentos e experiências entre agricultores/as. Geralmente aqueles que estão organizados há mais tempo na agroecologia recebem estudantes de cursos, agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, grupo de mulheres, entre outros, para estas trocas. Nestes momentos, também acontecem oficinas de macerados, de caldas, de sal mineral para o gado, como presenciamos no município de Ampére, num dia de formação sobre agroecologia entre feirantes, realizado na UPVF da Sra. Marlene.

somente é válido como produção agrícola a monocultura de grãos, conforme contestou a Sra. Claídes, sendo esta “posição” construída pelas reflexões pautadas nas organizações, em se faz presente a carga ideológica que fundam os diferentes projetos: o *convencional* e o agroecológico. Inclusive, os critérios que assumem para avaliar se sua UPVF é ou não agroecológica estão amparados pelo que concebem *ser* ou não a agroecologia, como mostramos o diálogo com uma jovem:

J. Ah, ela [a UPVF] não é agroecológica.

*I. Por quê?*

J. Ah, mas eu acho, que quase que teria que mudar ainda pra ela ser agroecológica. Bom, um pouco agroecológico que pode ser, pode ser meus arvoredos, esses podem ser um pouco agroecológico que a gente faz assim um controle, dá uma podadinha, alguma coisa assim. Só a roça embaixo é bem pouco. Agora na questão de leite, hortaliças essas coisas, tudo teria que mudar ainda pra ser agroecológica mesmo, na criação de aves tem algumas que criam soltas, mas daí a gente compra alguns pintinhos e cria lá dentro do galinheiro com ração [...]. Porcos também, a gente aqui ainda cria com ração, não é com milho essas coisas.

*I. E a horta?*

J. A horta, como diz, a gente planta como sempre foi, canteirinho com bastante esterco ali, mas o resto tudo que meio descoberto, sem nenhuma planta espontânea nada, forma essa que não seria agroecológica. Talvez, perto da orgânica, orgânica sim, talvez fosse perto.

*I. O que é orgânica?*

J. Ah, orgânica é a gente produzir sem veneno, sem uso de químicos dessas coisas assim a gente já consegue, já não produz, na horta assim. (Jacira, egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, mediadora)

Em suma, são pequenas defesas, contestações, análises, reflexões e comparações pelo viés da produção, ou da ecologia, ou ainda, relacionadas às questões sociais e de gênero que evidenciam as mudanças de “posições” de mulheres e homens. A Sra. Claídes, a exemplo de outras mulheres, faz a gestão da sua UPVF. Natural do Rio Grande do Sul, viveu neste Estado quando seu esposo ainda estava vivo, deixando naquele espaço um dos filhos para continuar cultivando as terras da família. Seu relato, como outros, segue um corte de tempo entre as formas de cultivo e subsistência *antes* da adesão à agricultura moderna, o *depois* como agricultores/as produtores/as de soja, milho e trigo e um *agora*, com os filhos/as já adultos e aquisição do sítio no município de Marmeleiro, no Paraná. Junto com as mudanças, ocorreu a retomada da diversificação de culturas, da seleção e da reprodução de sementes, dos manejos ecológicos, entre outras práticas e estratégias adotadas. Ela assinala durante o relato que nunca se conformou com o plantio alinhado e o uso dos agroquímicos, pois ela, como mulher, perdeu muito de seus espaços como agricultora, quando o marido se convenceu da produção de grãos em escala. Segundo ela, o *convencimento* aconteceu por intermédio das reuniões da

EMATER/RS, nas quais ela muitas vezes contestou, mas *era uma mulher entre homens pensando em produtividade*. Para o cultivo de grãos eram usadas as melhores frações de terra, enquanto para ela plantar as culturas tradicionais e de subsistência do grupo, sobravam os espaços de terra pouco férteis e contaminados pelos agroquímicos, sendo que muitas plantas não resistiam e nem eram mais possíveis de se cultivar.

Relatos como este nos remete a compreender que a reorganização dos espaços de cultivo e organização da UPVF, como demonstra o relato da Sra. Odila, da Sra. Cleuza, entre outras, faz com que as mulheres possam *participar* de forma sistemática da geração de renda, da construção das estratégias, da subsistência, da manutenção do grupo familiar e da gestão da UPVF. Estas “posições” mencionadas nos relatos, todas como atividades também desenvolvidas pelas mulheres, foram excluídas do processo de “produção” da *agricultura convencional*, a exemplo do que assinalou a Sra. Claídes. Nas falas das lideranças e de algumas mediadoras, a agricultura moderna é essencialmente *masculinizada* e incidiu de forma negativa no campo, pois excluiu tanto as mulheres quanto as gerações mais jovens do trabalho e dos espaços de produção. A monocultura em detrimento da diversidade de cultivos gerou também a monocultura de atividades e da renda que, além dos sucessivos fracassos para os agricultores/as familiares, contribuiu no êxodo das gerações jovens para as cidades, além da carga ideológica veiculada nos discursos nos grupos familiares, nas escolas e nas mídias com cargas negativas sobre o trabalho e a falta de tecnologias (equipamentos e técnicas) adequadas, como abordaremos no próximo capítulo.

A agroecologia aparece tanto nos relatos dos interlocutores/as quanto nas experiências dos grupos familiares como um *projeto de vida* que inclui a *participação* de todas as pessoas do grupo familiar. Inclusive as crianças são estimuladas, sendo que seus gostos, sonhos, opiniões e posturas também são considerados neste *projeto*. Isto se tornou mais evidente entre os interlocutores/as que participaram em processos como o Projeto Vida na Roça (PVR) e as ECAS. Em outros grupos familiares também já há uma reflexão de que os pais necessitam estimular os filhos/as desde crianças a se inserirem e a pensarem quais atividades mais gostam, como forma de incentivo a sua permanência na agricultura. Todavia, as mulheres constituem uma participação acentuada nas atividades da UPVF, como se refere a Sra. Josefina (HENN, 2010a), ou como demonstra o relato da Sra. Sirlei, que organizou os seus tempos de trabalho e incluiu a agroindustrialização da panificação para a geração de renda, além de contribuir nas outras atividades do grupo familiar.

Todavia, um dos fatores importantes da participação da mulher nos grupos familiares é poder fazer parte do planejamento e da tomada de decisões referentes aos vários aspectos do

*projeto de vida*, pois como demonstra o relato da Sra. Claídes, na produção da monocultura de grãos não há espaço nem para os homens, muito menos para as mulheres planejarem sua produção e sua renda, pois *tudo vem pronto*, na forma de um *pacote*, como se referem os interlocutores/as. E aqueles cultivos, saberes e afazeres anteriores não são considerados, como mostra a “queixa” do Sr. Valdir, mediador, que as *miudezas* produzidas não tinham importância antes da participação dos agricultores/as nas ECAS e socialmente não tinham valor nas transações agrícolas.

Entretanto, essa participação das mulheres não se restringe ao espaço da UPVF<sup>92</sup>, mas extrapola para os processos sociais, nos quais as mulheres e jovens também constituem presença, força, resistência e construção das estratégias de fortalecimento da agroecologia. A Sra. Claídes relatou participar de todas as festas das sementes levando e trazendo para casa variedades de culturas para produção, inclusive algumas já extintas. Essa memória da participação das mulheres também é feita pelo Sr. Gelsi, agricultor e dirigente de uma associação, o qual faz uma relação da mística que compõe a agroecologia com a lógica de reprodução da vida, da subsistência e das relações sociais e culturais que os modelos de desenvolvimento propõem. Transcrevemos na íntegra a fala do interlocutor para que os leitores possam perceber a densidade do relato:

Na verdade, o lançamento a gente fez na festa das sementes lá em Marmeleiro, mas desde a primeira festa das sementes uma coisa que eu lembro é que a gente, já na mística inicial, trabalhou a lógica de repasse de ovos. E uma coisa que marcou foi que, ao entregar, o público que mais tem interesse são as mulheres, e isso marca a questão das mulheres, porque me parece essa questão muito da relação feminina da agroecologia. Me parece que quando se fala da agroecologia e, eu lembro isso com muita alegria, que a própria rede Ecovida de Agroecologia então incorporou essa questão das discussões das relações de gênero, dentro da rede, eu percebi assim, aí que acabou caindo a ficha que a geração ela tá muito mais presente na ação do feminino. Porque, me parece assim, que é uma coisa que dá pra se afirmar, com toda a certeza que a agroecologia ela é feminina, a lógica da agroecologia é feminina, porque é a lógica da reprodução da vida. Reprodução da vida através daquilo que a gente produz enquanto produto, mas não só do que se produz, mas na lógica da reprodução da vida como um todo, das possibilidades da vida familiar, das mudanças de comportamento, da relação com os filhos, da relação da mulher, do homem, do aspecto do

---

<sup>92</sup> Em outro trabalho de investigação “Hoje sou outra mulher”! Estratégias de re-produção e re-significação na trajetória das agricultoras em Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná (HENN, 2010 a), problematizamos a saída das mulheres do espaço da UPVF para participação em entidades e organizações. Pois, geralmente, elas conjugam os trabalhos da casa com os da roça, fator que dificulta suas saídas para assumir compromissos sistemáticos, como o de uma diretora de cooperativa. Algumas mulheres na região romperam com as determinações de papéis sociais e saíram para atividades distintas como diretoras de entidades e organizações e alguns relatos indicaram participação na luta armada na Revolta dos Colonos.

assumimento das ações de forma consciente. E, aí esse aspecto pra mim é um aspecto especial da agroecologia, e dá pra se afirmar com certeza que a agroecologia tem muito a ver com a geração, que é o contrário do modelo de desenvolvimento que se tem por aí, do modelo tecnológico, que ela tem uma lógica totalmente exclusiva, do conhecimento centralizado, de não partilha, de não reprodução, da lógica da dependência. (Sr. Gelci, agricultor ecológico, Secretário Municipal da Agricultura em Santa Izabel/PR).

A participação das mulheres constitui, na agroecologia, a possibilidade do redimensionamento dos espaços, dos trabalhos e das relações, ao mesmo tempo em que a agroecologia contribuiu na transformação das “condições” e de “posições” de ambos, mulheres e homens, e das relações, a exemplo das questões de gênero, de geração e de produção, entre outras.

## **Os significados dos *Projetos de Vida* para os jovens**

A gente percebeu assim, como eles falavam, hoje em dia fala assim: “*Ah, vai estudar pra trabalhar lá em tal lugar!*” Lá não, lá eles disseram assim, na etapa preparatória: “*Nós vamos formar pessoas pra ficarem na agricultura, pra tocarem a própria propriedade pra frente!*” Acho que foi ali que deu pra ver que era uma coisa diferente que não era como nos outros lugares, que falavam: “*Não, você tem que estudar porque se você for lá no mercado, nem lá vão te querer!*” E lá o Pós-Médio mostrou isso pra gente, que a gente estudava pra ficar aqui mesmo, não pra ir pra outro lugar, acho que deu pra ver ali a diferença.

**Jaciara, jovem egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e mediadora**

Nossa percepção em relação aos significados sociais que geram a construção de *projetos de vida* para os estudantes do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, inicialmente, estava presente nos relatos dos mediadores/as que trabalham no curso. Neste caso, foram a partir destas interlocuções que fomos ampliando o público entrevistado, para além dos grupos familiares das trajetórias de vida. Incluímos estudantes e egressos do curso nas entrevistas, as quais foram fornecendo pistas sobre as dificuldades, limitações, enfrentamentos e os processos de crescimentos e implementação dos *projetos de vida*.

Descrever e analisar a partir das nuances e sentidos da categoria jovem<sup>93</sup> é uma tarefa complexa e densa diante das problemáticas que demanda a temática. No campo etnográfico esta classificação está, geralmente, vinculada ao corte de faixa etária, articulada também na reflexão social e política que problematiza as relações entre as gerações no campo. Estão implicadas nos relatos dos interlocutores/as, instituições como a igreja, a escola, as relações familiares e as “especulações” da mídia para com esta geração, numa tensão constante entre ser *jovem do campo*, *jovem rural* e ser *jovem da cidade*.

Todavia, não é nossa intenção fazer uma etnografia da categoria jovem, pois remetemos os leitores/as ao trabalho de investigação de Elisa Guaraná de Castro (2005), ao ponto que nosso propósito é abordar a “juventude” no espaço da agroecologia, olhando pelo corte geracional e a partir das tensões evidenciadas pela autora entre o “sair” e o “ficar” na agricultura. Aqui nos interessa descrever e analisar os elementos possibilitados a partir da participação dos/as jovens nos processos de educação e organização que lhes permitem a construção de um *projeto de vida* para permanecer como agricultor/a no campo. Em outras palavras, para ser um *jovem rural* ou *jovem do campo* sem as discriminações e estigmas<sup>94</sup> (GOFFMAN, 1993) na relação de dicotomia do ser *jovem urbano*.

Um dos primeiros tensionamentos vivenciados pelos estudantes do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia se refere à construção do *projeto de vida*. A maioria deles relatou que conheceu o curso por intermédio de entidades locais em seus municípios, porém não tinham noção de que todas as ações do curso incidiam justamente sobre esta tensão entre o “ficar” e o “sair” (DE CASTRO, 2005) da UPVF para tornar-se trabalhador urbano. Como o currículo do curso prepara e habilita para que os/as estudantes possam exercer a função de técnico/a agrícola, isso para alguns foi assinalado como importante na hora da opção por este processo. Todavia, ficaram surpresos diante do critério da construção do *projeto de vida* na UPVF, envolvendo a participação do grupo familiar, a exemplo do relato da Jaciara, acima transcrito.

---

<sup>93</sup> De Castro (2005) na etnografia “Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural” faz uma ampla abordagem dos sentidos sociais da categoria jovem e problematiza as tensões vivenciadas pelos jovens rurais.

<sup>94</sup> Na ocasião da pesquisa analisamos no artigo “Processos sociais e educativos: a experiência dos agricultores e agricultoras agroecológicos(as)”, (HENN, 2010b) como os agricultores/as são estigmatizados na representação do personagem do Jeca Tatu das histórias de Monteiro Lobato. Para superar estas acepções e constituírem-se como agricultores/as ecológicos/as torna-se necessário resistir, superar limites e enfrentar desafios entre o que se concebe por “moderno” e “atrasado”. No estudo descrevemos como os/as estudantes do Pós-médio e Técnico em Agroecologia foram constituindo estratégias para se aproximar da construção de um novo *habitus*, a partir da acepção de Pierre Bourdieu.



Contudo, a “surpresa” em relação a constituir e desenvolver um *projeto de vida* na UPVF não é apenas de ordem pessoal, mas de cunho social, pois incide diretamente problematizando o percurso de projetos de desenvolvimento, já que alguns interlocutores /as assinalaram que na agricultura *convencional* não há espaço para pensar, enquanto na agroecologia se tem a possibilidade para criar e construir, como afirmou o Sr. Tobias. Neste contexto o que é *dado como pronto* não deixa lugar para projetar a vida na agricultura, enquanto no processo do Pós-Médio e Técnico a abertura de construir não significa somente a incidência de um projeto sobre uma UPVF e a transformação da vida de determinado grupo familiar, mas uma construção de *projeto de vida* que, segundo os mediadores/as, são formas de constituir estratégias de enfrentamentos à sociedade capitalista, delineando um projeto de sociedade. Exemplo disto afirmou o Sr. Serinei, que seria inócuo fazer apenas agricultura ecológica, senão colocar junto o cunho crítico e político advindo dos movimentos sociais em prol de um projeto social.

No Pós-médio, a questão é que o pessoal tinha um *projeto de vida*, a primeira coisa que chocava eles é que ninguém tinha um *projeto de vida* para ficar lá trabalhando como agricultor. Hoje dá pra afirmar que o jovem não vai ficar lá na roça, 95% dos jovens não querem seguir a vida de agricultor, o horizonte é outro, nós colocávamos para eles reconstruírem esse sonho, que é possível desde que mude um monte de coisas. (Sr. Serinei, mediador, professor na Universidade).

Trata-se de identificar nos relatos dos interlocutores/as jovens até que ponto o *projeto de vida* incide nos espaços e nas relações entre as pessoas do grupo familiar, como forma de fortalecer os ideais da agroecologia, não apenas como *produção limpa* de agroquímicos, mas como projeção de desenvolvimento, contrário à lógica moderna. Pois, os mediadores, a exemplo do Sr. Serinei, afirmaram ser o *projeto de vida* um entre outros elementos que resgatam a identidade do ser agricultor/a, da abertura para perspectivas em permanecer no campo e principalmente cunhar um espaço em que se faz *participante*.

Que o jovem sonhasse de novo em ser alguém, eu estou à frente de um projeto, eu passei a ser importante, na minha família: “\_ Me perguntam, me escutam!”. Antes ele não era consultado, era mais uma mão de obra, ele ia junto com o pai, não pensava as atividades e muitos, onde na família eram discutidas as questões juntas, o jovem não se sentia melhor, por não ter uma opinião mais consistente pra dar. O Juliano ali, que sempre afirma isso, vê essa capacidade nele, de sentir mais importante, como alguém que ajuda a tomar decisão, tem mais argumento, que sempre está fazendo isso, achando isso ou aquilo. Acho que de certa forma é isso que dá sustentação para um ideal, eles têm um diferencial, tem um projeto para a agroecologia, que não é aquela questão que tem que fazer um grande investimento, pois quando ele

quer mudar e não se exige que faça grandes investimentos. (Sr. Serinei, mediador, professor na Universidade).

## **Da transição do cultivo de fumo para o projeto da agrofloresta: um período de dilemas?**

O jovem<sup>95</sup> Luiz mora, trabalha e constituiu seu *projeto de vida* na UPVF dos pais, numa área de aproximadamente de 17 hectares, atualmente organizada em pastagens para gado leiteiro, ocupando mais ou menos cinco hectares, outra área de quatro hectares encontra-se em sistema de *pousio*<sup>96</sup>, mais cinco é constituído pela mata ciliar e nativa e as outras três estão distribuídas entre moradia, lavoura e agrofloresta. No grupo familiar vivem ele, o pai, a mãe e a irmã, sendo que o irmão, ao constituir seu grupo familiar, saiu da UPVF para trabalhar fora, devido a quantidade de terra<sup>97</sup> não ser suficiente, conforme relatou.

No relato da trajetória do Luiz se evidenciam os “dramas” (TURNER, 2008) vivenciados no cotidiano que ainda se encontra em transição. O jovem participou de vários processos de educação, como o Curso de Gestão com Ênfase em Cooperativismo, formação dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito (ACDC), formação de dirigentes, sendo que também estudou no Pós-Médio Técnico em Agroecologia. Nos processos organizativos, atua no STR do município, como técnico, incentivando e assessorando os processos agroecológicos e a organização da feira livre de comercialização.

---

<sup>95</sup> Insistimos em nomear como “jovem” com base nas reflexões de De Castro (2005) e pela pertinência da problemática que estão imersos, relatados pelos interlocutores/as na mesma tensão evidenciada pela autora entre “ficar” e “sair” da UPVF. Entretanto, será que a agroecologia, com os *projetos de vida*, aparece como possibilidades do “ficar”? Referimo-nos também a esta categoria pelo corte de idade. Ser jovem varia muito na faixa etária, por exemplo, dos 16 aos 34 anos pode ser considerado “jovem”, como no caso do Luiz. Contudo, ser solteiro até determinada idade é ser jovem, mas casais jovens também estão nesta classificação, a exemplo do Sr. Gildo e da Sra. Alvina. Cortes por idade e geração, segundo Bourdieu (1983), variam e são muitas vezes objetos de manipulação, mas colocados nesta investigação no sentido atribuído pelo autor, não desprovidos de seus sentidos sociais, pois as relações entre as idades sociais e biológicas são muito complexas. O autor retoma a lógica dos campos, comparando-os com a categoria juventude, sendo que “para saber como se recortam as gerações é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta”.

<sup>96</sup> *Pousio* se refere a determinado período de descanso da terra, na qual se deixa crescer plantas espontâneas.

<sup>97</sup> Sobre a problemática da juventude, bem como, a sucessão e herança ver autores como: Abramovay et al. (1998, 2001); Carneiro (2007); Durston (1996); Campanhola e Silva (2000).

Na ocasião do início do curso do Pós-Médio Técnico em Agroecologia, o Luiz assinalou que não tinha muitos conhecimentos das proposições e da metodologia a ser trabalhada, iniciou o processo por meio do convite do STR, mas o que mais lhe chamou atenção foi a possibilidade de atuar como técnico e poder obter uma renda a mais.

Ao iniciar o processo, tanto os jovens quanto os mediadores/as reconhecem que diante do critério de construção e implementação do *projeto de vida* na UPVF, muitos entram em conflito, alguns de forma mais amena, enquanto outros de forma surpreendente. Mas de todo modo, evidencia-se o que é latente na sociedade: uma educação constituída na e a partir da vida e de um projeto de desenvolvimento *versus* uma educação para o mercado. Em uma das turmas, segundo relato dos mediadores/as, um estudante desistiu por não concordar com o viés do curso. Como assinalou o Luiz, todos os/as estudantes tiveram que mudar o jeito de pensar, ou seja, ao invés de pensar de fora para dentro da UPVF, tiveram que no mínimo construir o *projeto de vida* dentro dela e a partir deste espaço.

O Luiz também ressaltou que pensar o projeto a partir da UPVF não significa se fechar “neste mundo”, pois o curso também trabalhou com eles a importância da participação e, por meio da organização, a construção das relações que possam viabilizar projetos maiores. Tanto que ele trabalha alguns dias da semana no STR, na organização da feira e faz parte da organização do projeto de desenvolvimento municipal que reúne entidades, organizações e agricultores/as, como descrevemos no primeiro capítulo. Em outras palavras, ouvimos dos jovens estudantes o que argumentam os mediadores/as que atuam como educadores/as do curso: *pensar e planejar o desenvolvimento a partir dos sonhos dos agricultores/as e de sua realidade*.

Nesse caso, o sonho do Luiz se tornou um desafio complexo e que lhe exigiu ser corajoso, como a denominam alguns mediadores/as. Pois, todo o processo de transição dos cultivos convencionais é realizado com prazo de tempo maior a fim de que o agricultor/a consiga constituir equilíbrio entre tal produção e a obtenção de renda para sua sobrevivência. Ele, ao perceber as questões sociais e políticas implícitas no *projeto de vida*, fez uma opção radical, rápida e com convicção: logo deixou de plantar fumo e construiu alternativas diversas, porém, com o objetivo de obter sua renda principal, investiu na produção de leite a pasto e na agrofloresta.

Segundo ele, as conversas com os pais foram o caminho para conseguir fazer tais mudanças, que apesar de estarem vinculados ao projeto da monocultura e às empresas de fumo, foram aderindo às ideias trazidas pelo filho a partir do curso. Na sua narrativa, a fala

abaixo demonstra a valorização do saber construído pelo filho e o exemplo que deveriam ser diante dos outros, já que o Luiz trabalha nas entidades da agricultura familiar:

Eu sei, eles acham que é importante essa coisa de valorizar o que gente pode resgatar lá, [No Curso] o embelezamento da propriedade. Mas o pai e a mãe, os cabecinha dura, botavam fogo lá. A mãe começou a puxar: “\_ Onde é que já se viu o Luiz é técnico e você botando fogo aqui em roda da casa, no sítio”. É que ele é muito de varrer, claro tem que ter um pouco limpo, mas, daí a gente poderia fazer compostagem com isso. Ele já achava que o melhor era botar fogo e limpar. E, isto, ele parece que parou, faz mais ou menos uns oito meses que ele não bota mais fogo. Então o que é visível, que eu posso dizer e que aderiu à ideia da agroecologia e defende e ele pensa algumas vezes: “Eu não posso fazer isso no sítio por que o Luiz é técnico”. (Luiz, egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, agricultor ecológico, técnico no STR).

Mas para passar da cultura do fumo para o *projeto de vida* pensado durante o curso, o Luiz adquiriu mais algumas cabeças de gado leiteiro, iniciou a estruturação das pastagens, isto para não ficar sem os ganhos financeiros. No começo, seu *projeto de vida* era diversificar ao máximo a produção de itens para alimentação do grupo familiar, mas assinalou que os mediadores/as incentivaram “ir mais além”. As outras atividades que já existiam na UPVF eram menores em relação ao cultivo do fumo, ou seja, não representavam a possibilidade da qual pudesse obter ganhos financeiros. Além do leite, o Luiz já tinha umas caixas de abelhas naquela área de mata, procurou aumentá-las e comercializar o mel. Todavia, este não é um produto constante como o leite, entre outros.

### **Trabalho, renda e lazer... “Coisas” de jovem**

No caso do Luiz com a organização da agrofloresta, esta é um sistema de produção um pouco mais demorada para a geração de renda, já que necessita de determinado tempo para as frutíferas começarem a produzir. Além de que, sua decisão em parar rapidamente de plantar fumo também se constitui na diminuição dos ganhos financeiros. No seu relato percebemos certa “queixa” no que se refere a este fator, pois com menos dinheiro teve que diminuir as atividades de lazer e diversões, como os bailes que frequentava. Ainda, relatou que isto aconteceu porque ao acessar crédito para a agrofloresta numa linha do Pronaf Custeio, com pagamento imediato, não pode acessar a linha do Pronaf Agrofloresta, com prazo de

pagamento de oito anos, incluído três de carência, o que facilitaria saldar o financiamento com a renda gerada pela produção das frutíferas. Segundo o Luiz, houve um problema de informação na hora de contratar o financiamento, já que na época a linha para agrofloresta era recente e não se constituía numa prática na região. Trataremos destas questões do crédito de forma mais específica no capítulo cinco.

Eu tive apoio dos pais sim, mas tive que me virar. Eu era plantador de fumo, tive que parar com a atividade por causa da opção que fiz [pela agroecologia]. Aí eu não tinha mais renda na agricultura, tive que parar com certos bailinhos, festas, fazer um jejum de lazer. Isso pra priorizar o curso e esse conhecimento pra organizar o *projeto de vida*. E nos primeiros momentos tinha mais um irmão em casa que resistiu muito às minhas ideias, então um desafio dos mais principais de início foi esse: viver sem dinheiro e implantar aos pouco o *projeto de vida* e até hoje enfrentado isso aí, eu tenho que me privar de certas coisas boas que a vida nos dá, coisas de jovem (risos). (Luiz, egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, agricultor ecológico, técnico no STR).

Outra questão emblemática é o tempo que o Luiz disponibiliza para o trabalho na UPVF desde que saiu para fazer o curso, uma semana por mês, somada às saídas para os trabalhos assumidos nas entidades, como o dos ACDC, e atualmente o de técnico e dirigente do STR, diminuem sua permanência no processo de trabalho. Em seu relato, ele era a “mão de obra” nos cultivos de fumo e na própria implementação das outras atividades do *projeto de vida*, com suas “saídas” mesmo que não sistemáticas, ou seja, de dois a três dias por semana, tempo que faz falta para o trabalho. Afirmou não ter condições financeiras, pelo menos neste momento em que estivemos a campo, para pagar outra pessoa para substituí-lo. Alguns outros agricultores/as, como o Sr. Sérgio e o Sr. Denílson, contratam um trabalhador para suprir as necessidades de trabalhos devido as suas “saídas”, que no caso deles é sistemática, pois são diretores liberados de entidades.

Mas por outro lado, este trabalho de técnico ou como diretor liberado de alguma entidade acrescenta um *ganho financeiro*, ou seja, quando funcionários/as ou prestadores/as de serviço, no caso dos técnicos/as recebe-se por dia de trabalho ou por mês. Para diretores/as ou outros cargos eletivos, os ganhos não representam salários, mas algo semelhante a uma *ajuda de custo*, a fim de cobrir minimamente o dia de trabalho na UPVF. Contudo, ambos os interlocutores/as, assim como o Luiz, afirmam que esses ganhos são importantes, no caso dele porque é uma entrada mais sistemática. Mas também assinalam que se pudessem se dedicar inteiramente ao *projeto de vida* construído, teriam um ganho maior, além de viabilizá-lo

melhor. Contudo, é uma forma de estarem imersos nos espaços coletivos, ou seja, na luta pela agroecologia para somar na construção de mais projetos por esta via. Os jovens egressos do Pós-Médio e Técnico foram todos categóricos ao afirmar que o curso estimulou a participação em outros espaços para trabalhos ou lutas por projetos de desenvolvimentos, representado nestes casos pela agroecologia, a exemplo da participação em grupos de gênero, conselhos de entidades e organizações. Portanto, os/as jovens que não estão nas UPVFs levando adiante seu *projeto de vida*, estão trabalhando nestes espaços referidos.

*I- Quais transformações o curso lhe possibilitou?*

Com a mudança da matriz tecnológica, do convencional pro agroecológico, a gente está deixando terra em pousio, resgatando sementes, produção de autoconsumo também. O que mais? Aos poucos fazendo práticas, lá na nossa unidade produtiva, voltada pra agroecologia, que nem vocês perceberam lá. O abandono aos agrotóxicos, já faz dois anos que não usamos. **Também nas lutas, eu passei a ser um, não sei como que o pessoal me avalia, mas eu acho que minha parte na entidade eu tô fazendo, tô sendo um técnico que tá sempre à disposição da entidade, nas lutas e mobilizações, também tô fazendo parte na turma que ficou pra ajudar na discussão de articulação do sudoeste com a Educação do Campo, no processo da feira que a gente criou lá**, assim como que eu posso dizer? Quase se doando pra entidade pra ver a coisa acontecer, o próprio Projeto Água também é uma doação, porque se for pelo financeiro a gente não sai de casa, prefere ficar lá, porque com o conhecimento que a gente adquiriu no curso se aplicar lá, dentro de uns três ou quatro anos a gente tá tranquilo, não precisa se preocupar com muita coisa. Mas, eu tenho entendimento que a nossa luta é por algo maior, um ideal de classe, de categoria desses povos do campo. (Luiz, egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, agricultor ecológico, técnico no STR).

Além do Luiz, outros/as jovens ressaltaram a importância da participação nos espaços sociais e coletivos. A Jaciara, 22 anos de idade, mora com os pais numa UPVF de 36 hectares, cultivadas também pelos avôs, sendo que dez destes pertencem ao seu grupo familiar, já que ainda não foi feita a distribuição legal entre os herdeiros. Antes de ingressar no Pós-médio e Técnico em Agroecologia eram plantadores de fumo. Com a perspectiva do *projeto de vida* migraram para a produção de leite a base de pasto como atividade principal, pois esta necessitou de imediato a ampliação do que já existia na UPVF, como mais algumas vacas e aumento das pastagens, embora o foco do seu *projeto de vida* fosse a plantação de frutíferas e a partir desta a agroindustrialização, transformando-as em doces e geleias.

Seu projeto incluiu também a ampliação da horta, com o resgate de variedades para a diversificação da alimentação do grupo familiar. Em seu relato apontou que antes de ingressar no curso não tinha a mínima ideia do que significava agroecologia. Foi fazê-lo porque

dirigentes do STR lhe indicaram. Sua intenção era “sair” da agricultura e cursar algo, talvez na área da arquitetura. Mas passada a etapa preparatória, ela e outros jovens relataram perceber a diferença entre este processo de educação e outros, como a construção do *projeto de vida*.

Portanto, a narrativa dos egressos/as indicam que participar do Curso Pós-Médio em Agroecologia significou pensar o desenvolvimento com um *projeto de vida* a partir da UPVF. Isso também significou “ficar” na agricultura mesmo com uma dinâmica atravessada por “saídas” temporárias para trabalhos, estudos, lazer, participação em organizações e entidades da agricultura familiar. Pois, a maioria dos estudos que os filhos/as dos agricultores/as participam é direcionada para alguma profissão que não inclui a de agricultor/a. Para a Jaciara, assim como para o Luiz e para o Adavilson, entre outros/as jovens, a questão da escolha de uma profissão, situada geralmente entre aquelas do contexto urbano ou seguir como os pais, sendo agricultor/a, configura-se numa tensão constante.

É comum nos discursos das lideranças, dirigentes a observação de que em muitos grupos familiares se incentiva os filhos/as a estudarem para conseguirem um trabalho “melhor”. Este atributo ao trabalho geralmente significa que seja um trabalho na cidade, em alguma empresa, de certa forma ou implicitamente caracterizado com menos sofrimento, que a *priori* representaria ter *uma vida melhor*. Analisados pelas leituras destes grupos como um dos fatores que incentivam a “saída” do campo, os/as jovens participantes do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, com as reflexões realizadas durante o curso, construíram outra visão/postura do próprio espaço, da mesma forma como outros grupos familiares expressam: *o campo como um lugar bom para viver*. Todavia, esse “bom” requer algumas intervenções pautadas nas lutas sociais que contribuam para transformar os espaços. Por exemplo, no que se refere ao trabalho, ao *projeto de vida*, com um planejamento sistemático e participativo, na experiência dos/das jovens nos grupos familiares agroecológicos, representam essa possibilidade de “ficar”, a exemplo do que mencionou o Sr. Serinei sobre o Juliano, que se reconheceu neste espaço, não sendo apenas “mão de obra”, mas participante das decisões do planejamento da produção, ao mesmo tempo em que construiu um referencial capaz de poder intervir com argumentos e conteúdos fundamentados. Isto nas relações familiares entre jovens, pais, avós, e tios, estão interligadas ao fator renda, pois não é somente o espaço da participação que interfere nas decisões de “ficar” ou “sair”. O filho/a não poderá ser apenas um trabalhador/a na UPVF, mas precisa obter uma determinada renda monetária para seus gastos - *as coisas de jovem*. Esta geração não concorda mais em depender financeiramente

dos pais e/ou de outros para usufruir do lazer ou comprar itens de sua necessidade, como exemplificou o Luiz.

Nos grupos familiares agroecológicos em que os filhos/as são jovens e nos grupos dos estudantes do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, todos concluíram o Ensino Médio. A tensão se desdobra no seguimento dos estudos no caso do Ensino Superior, quando nem todos participam de cursos ligados à agricultura. A Darcieli, filha do Sr. Darci, continua os estudos na UTFPR do município de Dois Vizinhos, optando por um curso ligado à agricultura. Todavia, o filho do Sr. Tobias, na mesma universidade, mas em outro município, cursa Engenharia Elétrica. Também neste grupo familiar, a filha escolheu dar continuidade à agroindustrialização dos queijos, conforme expressou na entrevista o desejo de cursar algo relacionado a isso. Em sua argumentação, o Sr. Tobias assinalou que todos os filhos têm condições para prosseguirem os estudos, mas cada um tem a liberdade de escolher, embora ele já tenha adquirido outra fração de terra pensando também naqueles que optarem por outra profissão que não a de agricultor/a.

“Ficar” na agricultura, para os grupos familiares dos jovens que estão há mais tempo estruturados, significa não apenas continuar o trabalho relacionado à agricultura, mas poder continuar os estudos e compor seu *projeto de vida*. Esta visão rompe com ideia de que viver no campo e da agricultura como profissão representa um “atraso”, nos casos destes jovens que não são grandes proprietários de terra organizados na dinâmica do *agronegócio*. O campo é lugar de jovens também com espaço de trabalho, todavia, nos grupos familiares em que há mais que um filho/a, a permanência pode extrapolar aos critérios e valores construídos com base nos princípios da agroecologia e na possibilidade do *projeto de vida* e incide nas questões agrárias de distribuição e aquisição da terra no Brasil<sup>98</sup>, pois dependendo das atividades agrícolas principais deste *projeto*, esta poderá ser feita em menor quantidade de terra, como no caso da horticultura, mas outras nem sempre são viáveis em áreas tão pequenas. No caso do Luiz, entre outros, o irmão saiu da UPVF ao casar-se para trabalhar em empresas na cidade e o jovem Juliano foi para o estado do Mato Grosso trabalhar, mesmo solteiro.

Estes jovens pertencentes aos grupos agroecológicos reconhecem que têm direito para escolher por determinados trabalhos dentro da UPVF e isto foi motivo de conflitos entre gerações de pais, tios ou avós, revelados nas entrevistas como “queixas”. Dois exemplos ilustram estas situações relacionadas ao trabalho. De um lado, os pais que argumentam já

---

<sup>98</sup> Sobre as questões agrárias no Brasil ver Stédile (1997).



desenvolverem algumas atividades há muito tempo na UPVF e expressam o desejo de que o filho/a continue, como no caso do Sr. Aores e do seu filho Joceli, em que a UPVF deles já é ecológica, tendo como produção principal o leite a base de pasto. Mas do outro lado, está o *projeto de vida* do filho que previa a agrofloresta e este argumenta ser seu sonho e o gosto por tal atividade. No caso dos jovens Oeidet e sua irmã Daine, que casou com um colega de curso do Pós-Médio e foi morar em outro município, ambos cursaram o Pós-Médio Técnico. Na UPVF de 24 hectares trabalham juntos quatro grupos familiares: do avô, do tio sindicalista, do seu pai e de outro tio. A “queixa” do jovem se refere às formas de trabalho que demandam a agroecologia e a *convencional*, pois um dos tios resiste às mudanças propostas pelo jovem, ainda mais que viveu um tempo na Europa, sua visão de produção é transposto para sua UPVF. O *projeto de vida* do jovem é a produção de leite a base de pasto junto com a produção de hortaliças, sendo que não consegue colocar em prática porque seu pai está doente e a mãe trabalha como doméstica na casa de uma tia. Neste caso conta com o apoio do seu grupo familiar para planejamento e organização do trabalho, apesar das dificuldades por estar só para desenvolvê-lo, além dos conflitos com o referido tio. A falta de apoio de integrantes dos grupos familiares e a obtenção de uma renda regular gerada pelo trabalho dos jovens são as principais dificuldades para colocar totalmente em prática seus *projetos de vida* no sistema da agroecologia e com as consequentes modificações que envolveram as formas de trabalho.

Afirmamos isto ao observar que os problemas estão centrados nas formas de aprendizagens, relacionados ao trabalho nos cultivos e formas de produção na agricultura. De Castro (2005, p. 191) ao analisar as problemáticas que envolvem a construção da categoria jovem, no que se refere às relações entre pais e filhos, constatou nos acampamentos que as situações de conflitos e cobranças de pais concentram-se nas diferenças vivenciadas nas distintas percepções que têm de trabalho. Todavia, as tensões não são restritas às relações familiares com conflitos entre gerações, mas envolvem as diferentes percepções no campo etnográfico de nossa investigação. Estão vinculadas aos embates por conta das investidas do projeto da *agricultura de convencional com tecnologias de ponta* que acaba por incidir nas relações interpessoais, de gênero e de geração – contribuindo para conflitos em relação às distintas percepções. Este projeto, por sua vez, no encontro com a agroecologia, produz conflitos que levam os agricultores/as à resistências, lutas e proposições. Este embate ou tensão, advindo das diferentes percepções de projetos de desenvolvimento, adentra as relações familiares gerando conflitos, em especial entre as gerações nas quais os pais exercem a autoridade de “dono” da terra e têm maior poder de decisão. Na sistematização dos dez anos do Projeto Vida na Roça (PVR), no grupo que refletia sobre o poder, essa questão foi

mencionada por agricultores/as participantes do processo. Constata-se que na produção há resistências para sair do *convencional* para o agroecológico não apenas entre filhos e pais, mas entre os agricultores/as em geral, por conta das investidas e dos instrumentos que as empresas possuem para *coagir* as pessoas.

No debate da produção, a agroecologia não avançou de forma satisfatória, embora tenha ótimas referências. O pacote tecnológico convencional é coercitivo e, embora deixe muitas dúvidas, é largamente utilizado. Dizer simplesmente não ao convencional, não adianta, precisa-se de uma proposição. No PVR, foram encaminhadas outras formas de produção com práticas concretas, a exemplo das queijarias, das hortas, etc. Propostas novas, muitas vezes, precisam ser experimentadas e nem todas dão certo. Uma ação de desenvolvimento deve tratar dos acertos e erros de forma aberta, de maneira que permita aprender e acertar mais adiante. A ausência de pesquisas públicas para propostas inovadoras agravam as dificuldades (KORB et al., 2011)

Nesse sentido, compreendemos que os conflitos narrados pelos jovens e pelos pais estão inseridos nas formas de *manejo* na produção, quando se trata das discordâncias entre fazer os cultivos de um jeito ou de outro. São tensões que ultrapassam as relações interpessoais, pois se inscrevem nas percepções sociais e culturais que constroem sobre modelos de agricultura e desenvolvimento.

Um exemplo ilustra essa questão, na ocasião da construção das narrativas, na qual estavam presentes o pai, o Sr. Balduino, e o filho, Sr. Genésio. Iniciou-se um debate em que o pai se queixava das discriminações que sofre por ser *agricultor orgânico*. Por ter deixado de cultivar de forma *convencional*, sente que é motivo de “piada” quando lhe dizem que é “louco” por ter realizado a conversão da UPVF. Para se defender de tais comentários, afirma que o médico lhe recomendou ficar longe dos agroquímicos. Já o filho chama a atenção do pai para os avanços que fizeram e a qualidade de vida que têm no novo sistema, mesmo com as dificuldades de comercialização e falta de tecnologia adequadas.

Perguntamos como fazem para tomar as decisões no planejamento. O filho assinalou que diante dos conflitos, pelo fato de morarem na mesma UPVF, mas serem dois grupos familiares, quem manda é o pai, pois é o dono da terra, mesmo que depois entrem em acordo no planejamento. Mas é interessante observar que nos relatos a maioria dos jovens demonstra ter conseguido um espaço no grupo familiar para mostrar outro jeito de trabalhar, cultivar a terra ou produzir em determinada produção ecológica. Apesar disso, mediadores como o Sr. Serinei, afirmam que os espaços que os grupos familiares dispunham para os jovens eram, geralmente, onde se exercia atividades que não incidiam na geração da renda principal do

grupo familiar, como a horta, o pomar e uma pequena fração de terra para algum cultivo. As narrativas dos jovens confirmam que tiveram que fazer uma experiência pequena para mostrar que dava certo e depois ir ampliando.

I- *Com o que mais facilmente eles [os pais] foram se identificando nas práticas da agroecologia que você ia aprendendo no curso?*

**Jaciara:** A adubação verde, caldas, essas coisas. Até a questão de caldas eles não acreditavam muito, perguntavam: “\_ Será que dá certo mesmo?” Aí tinha um pé de laranja que secou inteiro, só saiu aquele broto de baixo. Cortamos aquele pé seco fora, cortamos todos os galhos e passamos a calda sufocálica bem forte. No outro ano deu umas laranjinhas coisa mais linda! Nem aquela ferrugem em roda não tinha, era limpinha, bonita. Pronto, passaram a acreditar, já estava feito e acreditado, foi mais mesmo essa questão de fruta, de horta, essas coisas assim que a gente mais conseguiu. A questão de leite ainda está um pouco devagar, estamos fazendo, mas mais a questão de horta, frutas mesmo, essas coisas que no caso avançou um pouquinho mais, que eles tinham mais interesse também. (Jaciara, egressa do Pós-médio em Agroecologia e mediadora).

O embate entre percepções de trabalho e da produção não seria questionado somente a partir do conflito de gerações, caso os jovens não passassem a ter opiniões e a fazer distinções mais consistentes, a exemplo do que assinalou o Sr. Serinei.

Nos grupos familiares há mais tempo na agroecologia, como no caso do Sr. Adir, do Sr. Gildo, do Sr. Tobias, os filhos/as ainda crianças ou jovens já têm espaço para a manifestação de seus interesses e a organização de suas experiências. Ou seja, estão sendo educados para estas opções de trabalho e caso queiram desenvolver atividade distinta daquela que os pais vêm fazendo, estes serão os primeiros a incentivá-los, como no caso do Sr. Darci que trabalha com a horticultura, mas a filha Darcieli gosta mais da fruticultura e para isto ele está dispondo de uma área para tais cultivos e vai inserir-se nesta atividade também. Outro exemplo que ilustra este tipo de incentivo, sendo que se distingue em parte porque o filho ainda não tem idade para assumir a decisão de “ficar” ou “sair”, é o grupo familiar do Sr. Adir em que o filho adolescente participa das atividades nos tempos em que não está estudando, para aprender e poder decidir se seguirá como agricultor/a ou irá migrar para outro ramo, sendo que os pais vão contribuir com seus estudos, mas a decisão cabe somente ao jovem, ainda que valorize a opinião dos pais.

Voltamos a um dos elementos emblemáticos que aparecem nas narrativas dos jovens, já citados de forma breve anteriormente, que se refere à questão do lazer. Permanecer na agricultura pressupõe para os/as jovens destes grupos familiares total ou parcialmente agroecológicos, construir outras relações com os espaços de participação coletivos e nas opções de lazer.

Primeiro, a participação em outros espaços que vá além do grupo familiar torna-se fundamental para os/as jovens. Isto se deve ao próprio exemplo dos pais que estão há mais tempo inseridos na agroecologia, que vão incentivando e inserindo os filhos/as, como nas festas das sementes, nos fóruns e jornadas. Está implícita na sobrevivência desta rede (LATOURE, 2008) esta dimensão como espaço de multiplicação e socialização de conhecimentos, além do fortalecimento dos princípios. No caso dos/as jovens que fizeram o curso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia esta dimensão foi aprendida na experiência de estudo e no encaminhamento deste para participarem e proporem projetos de desenvolvimentos nos municípios, como descrito no primeiro capítulo desta investigação. Por isso, mesmo os jovens que não estão o tempo todo nas UPVFs continuando seu *projeto de vida*, ou aqueles que têm “saídas” temporárias para outros trabalhos, alguns assumiram compromissos nas entidades e nas organizações como dirigentes, como no caso do Sr. Denílson, do Sr. Gildo e do Diego, filho do Sr. Sidnei, outros como técnicos que fazem assessorias, dispondo de mais ou menos tempo semanal para a UPVF, a exemplo da Darcieli, da Jaciara, do Juliano, da Cristiane, todos assinalaram participar do trabalho desenvolvido nas UPVFs dos pais.

Segundo ponto emblemático ao qual nos referimos são as opções de lazer e as condições para isso. Na narrativa do Luiz isto se fez evidente também como uma “queixa”, principalmente pelas restrições da geração de renda quando estava começando a implementar seu *projeto de vida*. Mas a questão central é a necessidade de incluir no *projeto de vida* dos/as jovens atividades de lazer distintas, porque atualmente o campo também requer “coisas” (objetos de consumo, serviços e itens para suprir necessidades) as quais tem acesso pelo menos parte dos jovens da cidade.

### III

## **“Eles falam, comentam, mas o que ele faz? Não faz nada, deixa a terra virar em mato”: imagens e percepções do fazer na agricultura ecológica (Sr. Darci)**

O homem vangloria-se de ter imitado o voo das aves com uma complicação técnica que elas dispensam.

**Carlos Drummond de Andrade**

Na primeira visita na UPVF do Sr. Darci, ao falarmos do propósito em investigar como se organiza o cotidiano dos agricultores/as ecológicos/as, logo reagiu, entremeio a sua fala mansa e pausada, com um pequeno sorriso e disse: “*\_\_ Pode vim, só não vai se apavorar e pensar como meus vizinhos que dizem que não sabem como que consigo viver no meio do mato*”. Isso marcou nossa percepção sobre o que de fato constitui o pensamento dos agricultores/as *convencionais* sobre as formas como ele “*lida*” com a terra e organiza sua unidade *de produção e vida familiar (UPVF)*. Pareceu-nos que esta é uma agricultura permeada por tensões e a “*queixa*” quanto a outras formas de viver, de cultivar, de produzir e de se relacionar com o entorno natural, na controvérsia de quem desenvolve uma agricultura *de base convencional*.

De fato, no primeiro e nos encontros que se seguiram neste grupo familiar, assim como em outros em que passamos a participar de suas dinâmicas, observamos que as moradias estão construídas no “*meio do mato*”. Geralmente se localizam na parte da UPVF onde cultivam árvores frutíferas, nativas ou ornamentais. Os açudes com criação de peixes, pés de bananeiras, de acerolas, de laranjas, entre outras frutíferas, plantação de árvores ao redor de fontes e a terra coberta por vegetação completam este cenário e são algumas das características que observamos e associamos à frase mencionada por muitos: “*o campo como um lugar bom de viver*”. De fato, é um cenário que chama a atenção em relação a outros, por não estar com o plantio das culturas alinhadas, com lavouras extensas e com a terra exposta, a exemplo das grandes extensões dos monocultivos de grãos. Estas diferenças são mencionadas pela Sra. Cláides, no início da produção de grãos baseada nos agroquímicos. Na sua fala

transparece a “queixa” pautada na tensão entre uma forma de fazer antes da agricultura moderna e depois desta.

Ah, eu contestava né, porque eu perdi meu campo de trabalho, porque eu que plantava as coisas, só que daí de repente tinha que ser tudo tão certinho no passo, na distância e tudo. Claro, porque estava lançando a semente cara. Até que eu disse: não planto mais, se é pra plantar desse jeito, tiver que cuidar de cada pé! [...] eu disse, não planto mais. E daí as minhas coisinhas, também não sobrava mais terra pra plantar minhas miudezas né. (Sra. Cláides, agricultora ecológica).

Isso lembra as primeiras falas que escutamos na região por parte de algumas lideranças que diziam em seus calorosos discursos que *“o agricultor não tem mais jardim e nem galinhas, porque planta soja até na porta da casa”*.



Fotografia 1 - UPVF do Sr. Darci. Iara Aquino Henn, 2009

Todavia, o “*campo como um lugar bom de viver*” não se relaciona às concepções românticas<sup>99</sup> que o apontam como um lugar isento de conflitos. Ao contrário disso, os relatos do Sr. Darci e da Sra. Cláides são problematizadores e contribuem na compreensão de que este universo é constituído nas tensões e contradições entre ser agricultor/a *convencional* ou *ecológico/a*. Neste capítulo faremos o esforço para descrever um conjunto de práticas realizadas pelos agricultores/as em relação ao cultivo de plantas e criação de animais, que tomamos do campo etnográfico como *manejos*<sup>100</sup>; e analisar como esta multiplicidade de ações e discursos são disputados e contribuem na construção social da categoria *agroecologia*. Se no primeiro capítulo, a categoria é constituída nos e pelos processos sociais de organização e de educação coletiva, neste, está imersa nos contextos cotidianos dos grupos familiares no fazer, ou seja, nas práticas, técnicas, ações e manejos realizados nesta agricultura. Estes, por sua vez, permeados por tensões, apontam outras percepções nas narrativas, outros elementos na tentativa de chegar mais próximo ao esforço empreendido por Wolf<sup>101</sup>, numa investigação antropológica com a tarefa de “decifrar as complexidades, as heterogeneidades e as desigualdades [...]” deste mundo. (FELDMAN-BIANCO e RIBEIRO, 2003, p. 12).

Nesse primeiro contato no campo etnográfico e durante a escrita da investigação, as ideias de Turner (2008, p. 37) direcionaram nossa percepção para o curso das ações sociais, os conflitos e as tensões gerados por estes coletivos de agricultores/as ecológicos/as ou orgânicos/as. Entendemo-las como geradoras de movimentação, de organização e de conhecimentos dinâmicos com poder de fazer com que velhas regras sejam abolidas e bases de sustentação política sejam alteradas ou problematizadas na categoria das *tecnologias* relacionadas à agroecologia. Será este um dos movimentos possíveis presentes nestes conflitos evidenciados no campo etnográfico?

<sup>99</sup> Uma vasta literatura, desde livros didáticos nas escolas, entre outros estudos, apresenta o campo como espaço isento de conflitos, descritos por paisagens e condições de vida que expressam apenas sossego e aconchego. Esta visão contribuiu para mascarar as dificuldades e as tensões e gerar uma visão romântica. Callou (2007, p. 177) afirma que os estudos dos últimos dez anos têm contribuído de forma significativa para mostrar as populações rurais num contexto de embate de lutas populares do desenvolvimento e de formas de cooperação, fatores estes que contribuem para a desmistificação de uma cultura imune à cultura de massa que sustentava a visão romântica.

<sup>100</sup> *Manejo* é um conceito advindo da literatura específica dos cursos de Agronomia, apropriados pelos agricultores/as entrevistados, por meio dos trabalhos das assessorias dos mediadores/as. Inclusive escutam em vários relatos que o agricultor/a acerta a produção quando “*faz um bom manejo*”, quando “*tem conhecimento dos manejos*”; ou ainda, “*depende do manejo que se faz*”.

<sup>101</sup> Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (2003) apontam Eric R. Wolf como um antropólogo que faz emergir uma antropologia como “modo de conhecimento” engajada no mundo, distinguindo-se como uma ciência e uma forma de humanismo que une as ciências sociais e as humanidades. Essa tarefa, apesar de complexa e árdua, portanto nada fácil de fazê-la, emerge para a pesquisadora como um esforço para tentar descortinar esse emaranhado de situações, discursos, ações, objetos, recortes, imagens e percepções que constituem o universo pesquisado.

## Tensões e contradições: “roça limpa” e “não limpa”!

*I: Por que a senhora fala para as pessoas que o trabalho lhe traz saúde?*

*Maria Isabel:* Ah sim, mas Deus o livre! Aqueles que não planta orgânico, eles dizem: "Mas eu que vou ficar nesse sol carpindo, **passa um veneno** e depois senta na sombra tomar um chimarrão". Mas eu, também digo assim: "**\_ eu também sento na sombra, tomo meu chimarrão, depois pego o meu chapéu e vou pra roça**". Não precisa ir, não tem necessidade de ir nos horários de sol quente e coisa, [risos]. Pra manter uma roça assim, não é que é tão trabalhoso. E hoje as roças mais limpas que têm são as orgânicas aqui na nossa região, os químicos, que passam todo aquele veneno, ainda quando vão colher tem mato dentro das plantas, que é horrível. (Grifo nosso).

**Sra. Maria Isabel, agricultura ecológica.**

Em diversos *locus* do campo etnográfico apareceram falas emblemáticas como a da Sra. Isabel. Por exemplo, o Sr. Orides relatou que os vizinhos o chamam *de louco* quando o veem fazendo *trabalhos manuais*<sup>102</sup>. Mas esta “queixa” vai além destas duas situações. O Sr. Aores, de Dois Vizinhos, relatou que seu filho estava capinando na beira da estrada quando o vizinho passou e disse: “\_\_ *Larga mão de sofrer home! \_\_ Compre aí um litro de veneno que mata tudo*”. O filho, na época estudante do Curso de Pós-Médio em Agroecologia, devolveu-lhe a crítica, perguntando o que sentiria se lhe dessem veneno para tomar, isto para explicar que a terra também sente os efeitos das substâncias químicas. O pai do Sr. Genésio relatou ouvir mais de dez agricultores lhe falarem para deixar dessa *bobagem* e passar *veneno* que este, por sua vez, *limpa* tudo.

Estas “queixas” descortinam um universo povoado pela diversidade de concepções do que significa o fazer na organização dos cultivos e criação de animais num modelo de agricultura e no outro. Está em jogo, em meio às tensões, o que significa uma *roça limpa* ou *não limpa* e as formas que se adotam para isto, bem como todos os esforços empreendidos e suas argumentações.

Tomamos emprestado de Mary Douglas (1966) os conceitos de *puro* e *impuro*, cunhados pela autora no contexto de uma investigação sobre religião que, com base no livro bíblico do Levítico, analisados a partir das categorias de *puro/impuro*, da *ordem/desordem*, que se opõem e estão intrínsecos a uma organização ou ordem social construída, a partir da

<sup>102</sup> Categoria esta que classificamos dessa forma porque adversa com a conceituação de *trabalho mecanizado* e tomamos do campo etnográfico, apesar de não ser exclusivo deste, os agricultores/as se referem assim, para explicitar os *manejos* que fazem.



qual problematiza os conflitos e as práticas instituídas. Nesta perspectiva, buscamos neste pensamento uma “lupa” para olhar este contexto agroecológico, que desde o começo se constituiu num desafio semelhante ao de seguir as trajetórias dos fios que se tecem e se entrelaçam na organização de uma rede (LATOURE, 2008). O propósito se assemelha a um “tear”, um aprendizado que habilita juntar fios, ligar pontos, atar nós aqui outros ali, seguir traços, identificar contrapontos e compreender desalinhos, todos captados no campo etnográfico.

Para Douglas (1966, p. 15), a “desordem” destrói arranjos e fornece seus materiais. Ao contrário da “ordem”, que significa restrição e utilização de um conjunto limitado das relações possíveis, esta é ilimitada, não pressupõe arranjos, mas gera-os indefinidamente. Adotamos este conceito da autora no sentido de uma ferramenta de pensamento (WOLF, 2003), para problematizar e questionar se na agricultura ecológica as formas de organização e *tecnologias de produção* são práticas que pressupõem elementos para desconstituir o que previamente está definido pela prática dos “*pacotes tecnológicos*” e criar outras potencialidades, sendo que “*A desordem é pois, ao mesmo tempo, símbolo de perigo e poder*” (DOUGLAS, 1966, p. 115).

Os *pacotes tecnológicos* como se referem os interlocutores/as é um conjunto de *técnicas manejos e crédito* para produção. Incluem desde as sementes, adubações, inseticidas, entre outros e distintos agroquímicos, amparados nos financiamentos de crédito e nas proposições de comercialização que estão à disposição dos agricultores/as. Em contrapartida, adotou-se na região o termo *tecnologias alternativas*<sup>103</sup> para designar conhecimentos que se referem aos *manejos e técnicas* nas práticas de produção adotadas pelos agricultores/as ecológicos/as e orgânicos/as. Todavia, esta categoria se aproxima das reflexões de Miguel Altieri ao argumentar que visões estreitas remetem à ideia de que a superação dos problemas relacionados à sustentabilidade se dá apenas pela criação de tecnologias de produção, o que seria um equívoco. Neste sentido, a categoria que emerge no campo etnográfico se inter-relaciona às questões sociais e políticas como “uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido” (ALTIERI, 2004, p. 21). Assim, perguntamos se esta prática agroecológica quanto

---

<sup>103</sup> *Tecnologias alternativas*, no campo etnográfico, referem-se ao conjunto de conhecimentos que se utiliza para viabilizar os cultivos e a criação dos animais por meio de *manejos e técnicas* (como um recorte, geralmente se refere à utilização de uma *calda* para repelir determinado inseto, o plantio de uma leguminosa para adubação verde).

ao uso de *tecnologias* representa, entre tensões e contradições, *perigo* e *poder* na construção de uma prática social transformadora.

Os espaços dos agricultores/as (BOURDIEU, 2007) caracterizados imersos “*no meio do mato*”, na “*roça não limpa*”, na “*roça suja*”, ou, ainda, no “*solo com cobertura de plantas*”, se misturam nas falas e tomam corpo a partir destes discursos, pois mostram as diferenças de percepções sobre o que constitui a categoria da agroecologia. Não alinhados, não medidos e nem ordenados, segundo a lógica moderna<sup>104</sup> de fazer agricultura, estes espaços constituem uma “desordem” e têm potencialidades no sentido que atribui Mary Douglas.

A Sra. Isabel, 52 anos e o Sr. Alfredo, 53 anos, são moradores no município de Capanema, mãe e pai de cinco filhos, dos quais apenas o mais novo permanece na UPVF, pois a filha mais velha casou e foi trabalhar na cidade e as outras saíram para estudar, inclusive uma delas cursa medicina em Cuba. Eles são os primeiros de um grupo de agricultores/as que iniciaram na produção orgânica<sup>105</sup> na UPVF de 37 hectares, com uma extensão significativa de terra “dobrada”. Participantes das ECAS, experiência pela qual tomaram *consciência* da importância da produção sem agroquímicos; a não ser *dependentes* das empresas; lutar por *autonomia*; e produzir uma diversidade de itens. Estes são alguns dos elementos que perpassam a construção desta narrativa. A Sra. Isabel salientou que mesmo com a chegada dos agroquímicos nunca utilizaram os *venenos*, apenas os adubos químicos. Porém, logo

<sup>104</sup> Nomeamos agricultura moderna ou modernização conservadora, o que na região se chama de *convencional* e tem base no uso de agroquímicos pautados na lógica das empresas, na assistência técnica e nas políticas de financiamentos de crédito e pesquisas. Esta é uma das tensões constante no campo etnográfico entre os elementos que configuram o *convencional* e o agroecológico.

<sup>105</sup> Neste contexto se mesclam as categorias de *orgânico* e agroecológico, devido ao processo histórico vivenciado na região, como se descreve no primeiro capítulo. Antes de se nominar por agricultura ecológica na região, se utilizava o termo “alternativo” e “orgânico”. Todavia, estes se distinguem do sentido atribuído por Caporal e Costabeber (2004), ao se referir a estes como prejudiciais ao entendimento de agroecologia como ciência, pois geram confusões conceituais e prejudicam o entendimento desta, como construtora de bases para agriculturas sustentáveis. Para os autores, entre outras nomações ou atribuições, que se referem apenas ao não uso de agroquímicos, o uso de produtos toleráveis, a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, ou ainda, estilos de agriculturas menos agressivas não podem ser confundidos com agricultura ecológica, pois não estão inter-relacionados a princípios de sustentabilidade, que incluem questões culturais, sociais, éticas e políticas. Todavia, no campo etnográfico aparecem as nuances, diferenças e aproximações do que conforme tal categoria, da forma como os autores se referem, pois para algumas lideranças na região, atualmente, depois da entrada das empresas de soja orgânica e o princípio de produção para atender *nichos de mercado*, o termo “orgânico”, também é restrito em relação à agricultura ecológica, entretanto, muito agricultores/as quando se referem ao aspecto da produção se nomeiam como orgânico. Outra situação se refere aos agricultores da região da Fronteira, que produzem soja orgânica, mas são ecológicos/as, pois são participantes dos processos sociais de educação e organização que contribuem na origem e sustentação da agroecologia, além de cumprir outros princípios e estratégias que serão mostrados neste capítulo. Portanto, adotamos o termo *orgânico* nesta narrativa e outras, relacionados ao significado de agroecológico, porque alguns agricultores/as se nomearam assim. Altieri (2001) diferencia orgânico de agroecologia por entender que a primeira categoria se refere a uma prática de substituição de uns insumos por outros, seguindo padrão da agricultura *convencional*. Sendo que estes agricultores/as são dependentes das empresas enquanto na agroecologia prima-se pela *autonomia*.

assinalou que não houve resultado melhor em relação ao rendimento e à qualidade da soja que cultivam atualmente na agricultura orgânica. Neste caso, voltaram a fazer como faziam na agricultura tradicional<sup>106</sup>, tendo em vista que antes a atividade principal era a suinocultura, fonte de renda que lhe possibilitou pagar a terra comprada da mãe do Sr. Alfredo. A partir dos problemas dos monopólios desta produção e das políticas de produção das empresas integradas, iniciaram uma diversificação maior de culturas e outras atividades.

Como vimos no primeiro capítulo, é a partir da *agricultura alternativa* que o curso dos processos sociais organizados pela Assesoar, desde ECAS em parceria com o STR até o Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, entre outros, constituem *tecnologias alternativas* para fazer enfrentamento à produção com agroquímicos. Desse período por diante é que a Sra. Isabel e o Sr. Alfredo passaram a organizar o plantio e a criação de animais fazendo certos *manejos* e a utilização *de técnicas*, sendo estas umas das características que os identifica como agricultor/a orgânico/a e ecológico/a. Com esse relato passamos a compreender um pouco mais sobre as “queixas” de outros agricultores/as sobre as críticas que recebem seguidas das adjetivações como a “loucura” ou “burrice” por não usarem os produtos químicos, como os *secantes*, para eliminar as *plantas espontâneas*. Como resposta às críticas recebidas, a Sra. Isabel argumenta que trabalha, mas também descansa, toma chimarrão e da forma como estão organizados não necessitam “*capinar na hora do sol quente*”. Isto nos remete a perguntar como fazem para produzir a diversidade de itens que compõem sua produção?

Entre as atividades que relatou desenvolver na UPVF com o trabalho dela, do marido e do filho, numa terra onde apenas seis, dos 36 hectares que possuem, são aptos a mecanização, plantam grãos como soja, feijão, milho e arroz. Referimo-nos a esta particularidade de culturas porque num outro *locus* desta investigação, em municípios como Verê, os agricultores/as produtores de uva, como parcialmente orgânicos, afirmaram que não convertiam toda a unidade porque os grãos são culturas difíceis de produzir de forma orgânica

---

<sup>106</sup> A *agricultura tradicional* da região era uma mistura de ações advindas da cultura cabocla, a *priori* organizada nos sistemas de pousio, no qual se abriam clareiras na mata e cultivavam até a terra se desgastar. Depois abandonavam e migravam para outro espaço em busca da terra fértil. Khatounian (2009) assinala que a agricultura das gerações anteriores usava manejos que desgastavam os recursos naturais, sem preocupações com o desmatamento e nisto diferem de práticas agroecológicas. Geralmente, era uma produção para consumo, apesar de que Boneti (2005) afirma que os caboclos da região Sudoeste do Paraná já realizavam algumas formas, mesmo incipientes de comercialização com a Argentina – país com qual faz fronteira. A vinda dos imigrantes para a região no processo de terras devolutas (GOMES, 2005) implementaram uma prática de produção variada de itens para consumo e a comercialização de suínos (na época era o produto que o mercado comprava), inclusive nos relatos de agricultores/as muitas das terras foram pagas com o dinheiro desta venda. No entanto plantavam milho para a sustentação dessa prática, num sistema apreendido com os antepassados advindos da Europa, como manejos que causavam também desgaste dos solos, como por exemplo, a erosão, causada pela aração, exposição da terra.

e optam pelo “*pacote tecnológico*”, pois compram desde a semente, a adubação química e os *agrotóxicos*. Mas, além de grãos, na UPVF do Sr. Alfredo se produz leite a base de pasto, cana-de-açúcar e uma variedade de itens que chamam de *miudezas* e que, geralmente, são para alimentação do grupo familiar, ou seja, produtos da horta, frutíferas, tubérculos, frangos e ovos caipiras, gado para carne, entre outros, mas que também já foram geradores de renda na época em que foram feirantes.

A Sra. Isabel salientou que muitas vezes sentam à mesa para as refeições e ao analisar os alimentos identificam apenas o sal como produto adquirido no mercado, até mesmo os condimentos são cultivados na UPVF. Para agregar renda transformam a cana em açúcar mascavo, numa agroindústria coletiva localizada na sua UPVF e comercializam como produto orgânico para feirantes do município de Cascavel, certificado pela Rede Ecovida.



**Fotografia 2 - Esterqueira na UPVF da Sra. Isabel. Iara Aquino Henn, 2009**

Ao caminharmos pela UPVF, identificamos uma infraestrutura (benfeitorias e maquinários) que contribui para constituir suas estratégias de produção, na qual os *manejos e técnicas – tecnologias alternativas* resultam do acúmulo de conhecimentos técnicos multiplicados e “endurecidos” na rede (LATOURE, 2008) da agroecologia. Na estrebaria, onde

tiram o leite, construíram uma *esterqueira*: cavaram no solo uma abertura com profundidade de meio metro e uns dezesseis metros quadrados aproximadamente, para recolher os dejetos de animais e transformar em adubo orgânico para a roça, horta e jardim.

Num outro local estão os tambores de “*supermagro*”, *composto* usado geralmente como adubo foliar, aplicado nas plantas com um pulverizador de tração animal, neste caso, usado inclusive na soja orgânica, no feijão e no milho. Essas *caldas*, como são nomeadas, a exemplo da calda sulfocálcica e da bordalesa, fazem parte de um conjunto de *recursos* que constituem as *técnicas* de produção para se diferenciar das tecnologias da agricultura *convencional*. Os interlocutores/as argumentam que estas se diferenciam dos agroquímicos pela tolerância que têm, feitas com uma mistura de produtos de dentro da UPVF e outros comprados nas casas especializadas, como enxofre, cal, sulfato de cobre, que não causam malefícios à saúde humana como os agroquímicos, como refletem os mediadores/as nas oficinas de macerados, caldas e sal mineral, que acompanhamos no campo etnográfico.

O *supermagro* é classificado como biofertilizante, enquanto as outras duas como fungicidas, e o uso é indicado para controle de insetos, apesar de que alguns mediadores/as assinalam que ambas cumprem dupla funções, pois se “*fortalece a planta, esta não sofre ataques e não fica doente*”. A origem de tais técnicas, bem como suas receitas, advém das práticas de outras gerações na agricultura tradicional, na região, utilizados principalmente nos parreirais de uva, como se referiu a Sra. Isabel, pois seu pai já os usava. Atualmente, estes saberes somam-se com os conhecimentos técnicos dos mediadores/as que atuam nas organizações regionais e passa-se de um para o outro por meio dos processos educativos, que além de multiplicado na rede é também reconstruído a partir de experiências e outros conhecimentos dos mediadores/as e técnicos/as das organizações nos municípios, que acrescentam ou tiram produtos em prol de seus efeitos, nas descobertas de algum estudo. A exemplo disso, a Sra. Isabel relatou que fazem o *supermagro* desde a participação nas ECAS, mas que já mudaram a receita várias vezes, acrescentando ou tirando produtos, por influência dos técnicos das empresas de soja orgânica do município, pois estes possibilitam assistência a essa produção especificamente, já que certificam e compram a mesma.

Fazem o *supermagro* para uso nos cultivos na UPVF e vendem para outros produtores/as orgânicos/as que aplicam, mas não produzem, pois pelo tempo que necessita para fermentação e o trabalho que gera, a Sra. Isabel explica que alguns agricultores/as preferem comprá-lo.

[...] Só que inoculamos a semente de soja com esse *supermagro*, daí puro, porque ele é um produto que tu tem que misturar na água pra daí passar, daí quando soja nasceu que tava com quatro folhas três, por aí, nós começamos a passar em todas as plantas. Nós fomos passando no arroz, no milho, toda planta nós passamos esse adubo e é uma diferença, aí falam que é muito caro esse adubo, não querem passar só que o que eles perdem, perdem bastante. O nosso soja, que era da mesma variedade que o cunhado plantou, tinha uma diferença que ninguém acreditava que era o mesmo tipo e era a diferença do tamanho e da carga do soja. (Sra. Isabel, agricultora ecológica).

O fato da Sra. Isabel inocular a semente, aparece no seu relato como uma *técnica* que é experimentada na UPVF, já que aplicar na soja após a germinação constitui uma prática adotada com mais frequência na região. Também o Sr. Adir relatou que antes de plantar amendoim, deixa-o em água de um dia para outro para a vagem amolecer, o que possibilita a germinação e facilita o plantio, pois não precisa abrir as vagens para retirar os grãos. Estas, entre outras, são *tecnologias alternativas* mediadas por *técnicas* e *manejos* que desencadeiam, junto a outros elementos, estratégias a partir da concepção de (DE CERTEAU, 2007) uma categoria que expressa “re-invenção” e experimentos num cotidiano de trabalho e de produção que resiste e faz enfrentamentos a um contexto, no qual se exibem e se oferecem tecnologias de ponta, *a priori* mais potentes, rápidas e de alto rendimento, como os agroquímicos. Estas *estratégias alternativas* têm por objetivo facilitar o trabalho humano, para conseguir mais êxito na produção, seja evitando doenças, fortalecendo ou potencializando cultivos por meio da adubação verde ou orgânica.

O Sr. Alfredo e a Sra. Isabel também plantam na UPVF aveia, avicá e o azevém, apesar de que este último não se desenvolve muito bem pelo fato do clima ser mais quente na fronteira, em relação a outros municípios, segundo análise dela mesma. Estes plantios servem de pastagem para o gado leiteiro e de corte, mas cumprem uma função dupla: são também *coberturas de solo* protegendo-o da exposição a fatores naturais e de uso como os desgastes causados pela erosão, assim como, servem de *adubação verde* devolvendo nutrientes ao solo. A mucuna, uma espécie de feijão que devolve nitrogênio ao solo, presente entre a plantação de cana-de-açúcar, foi apontada por ela como ótima para a adubação, mas que gera muito trabalho ao ser retirada do meio de algumas culturas, devido ao excesso de sementes. Já a crotalária, que possui o mesmo efeito da mucuna, é mais utilizada por eles por avaliarem sua boa adaptação e facilidades nos consorciamentos. Neste caso, observamos que em relação à *adubação verde* todos os agricultores/as orgânicos/as e ecológicos/as a adotam como princípio, apenas muda, de um grupo familiar para outro, a preferência por determinadas espécies e sobre como fazer o manejo destas, no consorciamento com outras plantas.

Os *consorciamentos*, entre as *tecnologias alternativas*, são adotados pelos agricultores/as neste conjunto de estratégias para proteção do solo, sendo que geralmente as mesmas plantas servem como *adubação verde*, ou seja, fazem a devolução de nutrientes ao mesmo tempo em que também podem ser utilizadas para produção. Por exemplo, cultiva-se feijão consorciado com mandioca, feijão com milho, milho com mandioca. Todavia, esta é uma prática que necessita ser bem planejada, com conhecimentos exímios em relação aos ciclos das culturas. O Sr. Genésio relatou que a prática deste tipo de consorciamento lhe dificultou a colheita de grãos, pois ao plantar crotalária com o milho não considerou a possibilidade de uma estiagem, o que lhe causou dificuldades, já que queria colher com máquina, mas precisou fazê-lo manualmente. Segundo ele, a crotalária não desenvolveu sua floração no período planejado e com a volta das chuvas brotou e colocou sua floração quando o milho já estava maduro para colheita. Estas dificuldades com os consorciamentos evidenciam que tais *tecnologias* exigem aprofundamento de conhecimentos e pesquisas sobre os cultivos e suas adaptações às condições geográficas de cada local, bem como, as facilidades que o agricultor/a dispõe ou não para utilização de alguma forma de *trabalho mecanizado*.

Na produção de frutíferas, a Sra. Isabel relatou que plantaram mudas vindas pelo projeto de organização das agroflorestas. As frutíferas constituem mais uma das estratégias de produção que os agricultores/as ecológicos/as estão implementando nas UPVFs com o objetivo de diversificar os cultivos para a alimentação e comercialização. Geralmente, esta estratégia compõe-se do plantio de árvores frutíferas consorciadas com nativas (madeiráveis)<sup>107</sup> e plantios de culturas anuais nas aberturas – clareiras, como denominam os agricultores/as em seus relatos. Todavia, como se trata de um projeto inicial, os grupos familiares ainda estão organizando-a, mas a maioria dos que adotaram tal estratégia cultivam as frutíferas e mantém o solo com *cobertura verde*.

---

<sup>107</sup> Anexo 2, croqui 5 - Projeto de Agroflorestra planejado pela Assesoar.





**Fotografia 3 - Agrofloresta na UPVF da Sra. Isabel. Iara Aquino Henn, 2009**

A *cobertura verde* é feita com plantas baixas e tem por objetivo proteger o solo e cumprir a função da *adubação verde*. A cobertura também é organizada com as próprias plantas retiradas ou cortadas que se chama de *palhada* e fica sobre a terra para proteção. Com a decomposição também serve como adubação. Este tipo de cobertura é muito usado para plantação de grãos, pois *controla naturalmente* as plantas espontâneas, tanto que ao perguntarmos se era possível cultivar grãos de forma ecológica, agricultores, a exemplo do Sr. Osvaldo, assinalaram que sim, mas “*com uma boa cobertura de palhada e cobertura verde no inverno com o cultivo de aveia ou avica.*”, duas culturas utilizadas para pastagem e que cumprem também a função de *adubação verde*.

Durante a escrita desta investigação teve início o desenvolvimento de um projeto de agrofloresta na região, coordenado e planejado pela Assesoar realizado em conjunto com o Inter-American Foundation (IAF). Serão eleitos alguns grupos familiares que farão parte de tal projeto que inclui, além das agroflorestas, a projeção de cisternas e silos - secadores de grãos. Inclui-se também o plantio de árvores frutíferas de porte maior, madeiráveis para lenha ou madeira, frutíferas de baixo porte, plantas de *adubação verde* e culturas anuais como



feijão, abóbora e frutíferas trepadeiras como o maracujá, entre outras. (Ver anexo 2, croqui 5).

De volta à questão principal posta entre ter a roça “limpa” e “não limpa” e pela relevância que esta adquiriu na compreensão que fomos tecendo da categoria *agroecologia*, durante o trabalho de campo passamos a observar e questionar outros agricultores/as e mediadores/as considerando a “queixas” referidas pelo Sr. Darci, pelo Sr. Genésio e Sra. Cláides, que constam no início deste capítulo, para observar os argumentos e as formas de fazer os *manejos* nos cultivos e com a criação de animais.

A esta altura já tínhamos presente que estas *técnicas* e *manejos* são abrigados em princípios<sup>108</sup>, inclusive apropriados pelos agricultores/as nos processos sociais, por intermédio dos mediadores/as e do estudo de autores como Carlos Armênio Khatounian, Miguel Altieri, Stephen Gliesman, entre outros. Alguns de reconhecimento acadêmico, outros de reconhecimento organizativo, nos quais os experimentos socializados e debatidos nos processos sociais organizativos e de educação e nas visitas que se faz às UPVFs de referência ou ainda, na individualidade de cada grupo familiar, conformam uma rede (LATOUR, 1999, 2008) de conhecimentos sócio-técnicos em movimento, que é consolidada quando partilhada. Na falta de pesquisas, nos próprios processos se mesclam e se reconstroem um conjunto de conhecimentos para dar conta das necessidades dos agricultores/as. Todavia, muitos destes são incipientes e na visão de muitos interlocutores/as carecem de um processo de investigação técnico-científico não nos moldes de uma “caixa preta”, como classifica Latour (1999), da qual resulta uma ciência que se constrói numa esfera e circula em outra, a exemplo da agricultura advinda da modernização conservadora, na qual as tecnologias resultantes deste processo são constituídas em centros especializados e são, na maioria das vezes, de domínio privado. A necessidade é de construção de conhecimentos situados nestas experiências e com circulação nestas esferas, em negociação com investigadores/as de distintas áreas, centros de pesquisas e ou universidades. As investigadoras Schiavoni e De Micco (2008, p. 31) argumentam que o contato direto dos mediadores/as com os agricultores/as vincula-se ao paradigma da tradução (CALLON, 1986), impulsionado por organizações de estilo alternativo que dão origem aos conhecimentos na interação com competências relativas a processos de

---

<sup>108</sup> Para Altieri (2001) os princípios são os mesmos para cada sistema, não as dinâmicas. A diversidade, por exemplo, é o que varia são as práticas agrícolas de diversificação que em uma realidade podem ser pelas estratégias de agrofloresta, enquanto em outros podem ser o policultivo de milho e mandioca. Diversidade nunca é monocultura. A rotação de cultivos é o outro princípio. Para o autor, o resgate dos conhecimentos como grandes princípios da agroecologia que explicam como funcionam os sistemas agrícolas, como os sistemas naturais, o que os distingue é que cada um toma sua própria dinâmica, porém o que converge é que há sucessão, competência e fluxos de energias.

diálogo. No capítulo dois, no qual tratamos dos *projetos de vida* entrelaçados aos processos de educação, assinalamos a participação recente das universidades em projetos de pesquisa e de extensão, e no diálogo com as organizações com o objetivo de produzir conhecimentos para a agricultura ecológica, por conta da sensibilidade de alguns pesquisadores/as com trajetórias advindas destes processos ou pela participação nestes, fatores que representam avanços para a rede de conhecimentos da agroecologia.

Os mediadores/as que estão mais diretamente ligados à agroecologia, a exemplo dos que participaram de vários processos desde as ECAS, afirmam que os adjetivos atribuídos à agroecologia como sinônimo de “*volta ao passado*”, como “*atraso*”, nos exemplos citados em que os agricultores/as aparecem como “*burros*” pelo *trabalho manual* que fazem, são uma espécie de desculpa para ratificarem o uso dos agroquímicos como menos trabalhos. Segundo o Sr. Valdir, mediador, esta é uma questão presente, pois os grupos familiares têm que argumentar e lutar contra os enquadramentos. Mas a questão crucial está numa agricultura de *laboratório*, baseada no monocultivo que *esteriliza* estratégias e saberes, prejudicial mesmo quando orgânica. A diversidade não apenas produtiva, mas de estratégias de conhecimentos, é que conforma a rede a partir de Latour (2008). A Sra. Janete argumenta que os *manejos* como se faz na agricultura *convencional* se devem também à forma de fazer agricultura com certos *manejos* que advêm das práticas apreendidas na Europa, onde o frio por períodos longos exige que a terra seja arada, remexida e exposta ao pouco sol que se tem, para aquecer e fazer o trabalho de germinação, crescimento e produção. No caso do Brasil, um país de clima tropical, a terra precisa de proteção para evitar o desgaste ao ser queimada pelo calor excessivo do sol.

Para outro mediador e para alguns dirigentes, esta caracterização do agricultor/a que faz estes tipos de *manejos*, que *a priori* representam ser menos trabalhosos, pois os agroquímicos cumprem o trabalho por meio dos efeitos, está relacionada também ao resultado das práticas da assistência técnica e dos programas de crédito que estimulam a utilização de um “*pacote tecnológico*”. Este, por sua vez, com base na produção de grãos e em maior escala, “representa” gerar mais renda e menos trabalho. Esta insistência latente do projeto de agricultura moderna, que “*bate todo dia à porta do agricultor*” com estratégias de convencimento sobre sua eficácia, leva os agricultores/as a criticarem outras formas de fazer a agricultura e, inclusive, tentam fazer com que os agricultores/as ecológicos/as sintam-se mal ao serem estigmatizados (GOFFMAN, 1993).

E a *roça tem que capinar com a enxada ou não?* Esta pergunta foi aparecendo durante todo o trabalho de campo, pois também escutamos de alguns mediadores/as, dirigentes e

agricultores/as, que diante das tecnologias que se apresentam e constituem outros padrões de vida, inclusive no campo, não é aceitável o *trabalho manual* como fator de penosidade, ainda mais que se trata da exclusão de recursos, maquinários, implementos e *manejos* que o torne menos cansativo e com maior aproveitamento do tempo e rendimento. Mas os agricultores/as, nas narrativas das trajetórias de vida, foram explicando suas determinadas formas de fazer os *manejos*. A Sra. Isabel assegura que, em relação ao sistema *convencional*, não acha difícil manter a roça nas condições necessárias para produzir orgânico. Aprendeu que para *ter a roça corrigida* é necessário uma “*boa cobertura verde*” no inverno, *cobertura de palha* para controlar as *plantas espontâneas*, entre outros *manejos* que utiliza, inclusive na produção dos grãos. A Sra. Janete afirma que a questão das capinas como argumento para não ser agroecológico está ligada à concepção de que a roça necessita estar *limpa*, sendo parte de uma prática, anteriormente explicada, fundada na concepção europeia e que se traduz pela falta de conhecimentos de princípios e práticas da agricultura ecológica, que mesmo com limitações em relação as pesquisas, constituem um conjunto de conhecimentos. Para ela, sem dúvida necessita-se ainda amenizar o “peso” do trabalho, mas que a mecanização deve ser apta às formas da produção agroecológica e adaptada aos tipos de solos íngremes, por exemplo. Já o uso de agroquímicos, além de seus efeitos sobre o ambiente, também excluem os agricultores/as do trabalho, substituindo-os, pois à medida que se investe recursos monetários nestes deixa-se de ganhar com o próprio trabalho.

Estas tensões no campo etnográfico nos levam a problematizar a realidade de trabalho e de produção destes agricultores/as, pois nem toda *técnica* ou *manejo* pode ser transposto de uma UPVF para outra com garantia de eficácia. O Sr. Isac utiliza os 5,2 hectares, sendo toda a área íngreme, para cultivos e criação de animais e ainda faz seleção e reprodução de sementes. Isso significa uma área pequena que se desgasta facilmente pelos fatores ambientais responsáveis pela erosão, sendo difícil deixá-la em pousio ou fazer *adubação verde* com leguminosas, devido a pequena área que possui e a diversidade de itens que cultiva. Relatamos este exemplo para demonstrar que as limitações quanto as tecnologias são evidenciadas pelos interlocutores/as e diferem de uma realidade para a outro (não são receitas apenas aplicáveis), sendo que também dependem dos níveis de assistência técnica com conhecimentos na agroecologia. Exemplo disto são alguns fungos em laranjeiras, que provocam uma pinta preta nas frutas e com o avanço perdem-se folhas e até a árvore. O caso é relatado pelos agricultores/as como de difícil controle, mesmo aplicando as *caldas*, embora a Jaciara (egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e mediadora) tenha relatado que

salvou uma laranjeira com esta técnica, já na UPVF do Sr. Isac este tem encontrado dificuldades para combater a doença nas frutíferas cítricas.

Retomamos a questão da produção de grãos no sistema ecológico ou orgânico pela relevância adquirida no campo etnográfico, pois necessitaria *a priori* de *manejos* e *técnicas* mais complexas, segundo relatos de alguns agricultores/as. Questionamos os estudantes do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, tendo presente que possuem mais formação e informação em relação às técnicas e por saberem das possibilidades e de como fazer esses cultivos. O Diego, do município de Marmeleiro, e o Juliano, do município de Renascença, afirmam não terem experimentado por mais tempo, além de pequenas plantações que realizaram na UPVF dos pais. O primeiro porque atua na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), mas seu pai produz milho orgânico, entre outras atividades agrícolas em que ele contribui no planejamento e no trabalho em finais de semana. O segundo, por resistência do pai<sup>109</sup> em relação à agroecologia. Todavia, ambos afirmaram que é possível cultivar arroz, milho, soja, trigo ou outros grãos fazendo a correção no solo com *adubação verde* ou *cobertura de inverno*, deixando uma quantidade de *palha* no solo para o plantio de grãos, sem uso de *secantes* para eliminar as *plantas espontâneas*. A viabilidade destas culturas sem uso de agroquímicos é realizada geralmente em pequenas frações de terra, porque os agricultores/as ecológicos/as não são monocultores e nem produzem em grande escala. Todavia, nas terras planas não necessariamente dispensam o plantio e a colheita com maquinários.

Para a Sra. Odila, do município de Francisco Beltrão, feirante, ver a horta com *cobertura verde* não é fácil, mesmo sabendo é uma prática da agroecologia e ter comprovado que produz melhor, uma vez que protege a terra, mantém a umidade e desvia atenção dos insetos de suas culturas para estas plantas, garantindo o equilíbrio natural do ambiente. Todavia, relatou-me que às vezes sente-se mal diante de outras pessoas que a criticam ou fazem “brincadeiras”, perguntando-lhes se não tem tempo para *capinar o mato*, que sua horta está *no meio da sujeira*. Também assinalou que tem dificuldade, ainda hoje, de *gostar* de sua plantação em meio as plantas espontâneas, pois aprendeu que *terra limpa* é sinônimo de boa produção e trabalho feito. Mas pelas aprendizagens realizadas, compreende e faz uso da prática de *cobertura verde*. Parece-nos que os *manejos* para fazer da roça um cenário alinhado, com terra exposta como sinal de rendimentos e de agricultor/a que trabalha, estão

---

<sup>109</sup> Ver Henn (2010 b).

impregnados nas percepções e mesmo quando desconstruídos nos processos educativos deixam nuances evidenciadas pelos relatos.

Durante a entrevista com o Adavilson, egresso do Pós-Médio e Técnico de Agroecologia e seu pai, o Sr. Ari, agricultor e dirigente de uma organização, o filho relatou os problemas que tem com as *coberturas verdes* e a prática da agrofloresta, principalmente no início do processo, enquanto as frutíferas são pequenas e não produzem, pois conseqüentemente não geram renda. Reconhece que o *manejo* consiste em *podas, roçados e raleios*, mas critica o exagero das plantas espontâneas em experiências que visitou, que sufocavam outras plantas como o feijão. Os conflitos de cultivar em solo com *cobertura verde* se evidenciam também pelas dificuldades no período de transição até conseguir se estruturar um ambiente equilibrado, com maior controle das plantas espontâneas. Quanto a prática da agrofloresta, já iniciou um processo de plantio de frutíferas, mas as dificuldades estão na demora que estas levam para produzir e gerar renda. Enquanto isso, planta fumo para obter a renda principal e outros itens de alimentação que comercializa no programa Fome Zero, do Governo Federal. Todavia, acredita ainda fazer esse processo de migração do sistema *convencional* para o agroecológico, mesmo queixando-se por não ter concretizado o *projeto de vida* organizado durante o Pós-Médio, no qual previa o cultivo de frutíferas consorciadas às pastagens, para servir de sombreamento e ao mesmo tempo de produção. Contudo, do ponto de vista produtivo isto não foi viável.

No seu relato ficou evidente a tensão entre fazer determinados plantios entremeio ao “mato” ou na “*terra limpa*”, e em relação aos *consorciamentos* no projeto da agrofloresta, pois explicitou isto pelas críticas que fez em relação às experiências que visitou e percebeu que não havia um controle sistemático na *competição* entre as plantas espontâneas e a produção principal.

Muita gente entende que agrofloresta é isso. Até deu pra entender da experiência que era isso, mas não é bem assim. Quando nós fomos lá, nós fomos ver que o cara plantou um pé de feijão e plantou um pé de milho do lado, e daí foi plantando as outras coisas, cresceu junto, não fez uma roçada, e plantou ali. Aí eu pensava que era assim, mas não é. (Adavilson, agricultor e egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia).

Nesta perspectiva, mencionou que o projeto de agrofloresta pensado pelos mediadores/as a partir da Assesoar (Anexo 2, Croqui 5) é possível concretizar, com bom acompanhamento técnico. Para ele, houve entendimentos diferentes do que significa a agrofloresta. Por ser uma experiência desconhecida, é preciso ser experimentada e apesar de

mais demorada para oferecer retorno na produção, acredita ser a estratégia que representa estar mais de acordo com os princípios da agroecologia.

Ao falarmos com o Sr. Ari, pai do Adavilson, perguntou-nos se acreditávamos que havia agricultura ecológica na região. Seguiu argumentando que na sua visão não há, pois existem muitos *agricultores/as convencionais* que fazem uso de agroquímicos e estes se disseminam pelo ar. Portanto, nenhuma produção é totalmente orgânica ou ecológica, mesmo com as *barreiras*. Devolvemos a pergunta, questionando se esta estratégia, entre outras usadas para conter a contaminação, não seria suficiente. Ele, assim como outros agricultores/as como o Sr. Décio, a Sra. Isabel, o Sr. Darci e o Sr. Adir, defenderam que as *barreiras* cumprem parcialmente este papel de proteção dos cultivos das contaminações de agroquímicos, porém é difícil ter o controle total. Assim, pereceu-nos que os *manejos* usados não são suficientes para produção do *alimento limpo* que contrapõe o *contaminado* pelos agroquímicos, como descrito no capítulo seguinte, sobre comercialização. Há *barreiras* que são naturais compostas pela mata nativa que algumas UPVFs possuem e que são mais eficazes pela extensão que ocupam e pela diversidade de árvores. Outras são feitas pelo plantio de culturas como capim elefante, cana-de-açúcar, mucuna, que cumprem ainda outras funções.

A reorganização dos espaços de produção que se faz distintamente na agroecologia em relação ao convencional pode, a *priori*, representar perdas na produção, principalmente no período de conversão, quando o rendimento diminui. Esta é mais uma das tensões encontradas no campo, a qual será abordada no capítulo cinco. Um exemplo disso foi citado por vários agricultores/as quando dizem: “*na hora de fazer uma barreira o agricultor pensa ‘aqui vou perder cinco metros de plantar e vou perder muito’*”. Segundo a reflexão dos mediadores/as, este posicionamento está fundamentada na racionalidade da produção em escala, pois a proteção gerada pelas *barreiras*, do ponto de vista do rendimento, contribui não apenas para proteger a plantação, mas também para baixar custos de produção, contrário à utilização dos agroquímicos que requerem altos investimentos financeiros. E, ainda, sob a perspectiva ecológica as *barreiras*, assim como outras práticas de *manejo*, agregam valor na produção “*limpa*” e atuam na conservação dos recursos naturais que alguns chegaram a nominar de “*consciência ecológica*”.

A problemática, a qual descortina a tensão que perpassa pensamentos e discursos em relação a ser um *agricultor/a ecológico/a* ou não, está ancorada também nos conflitos em relação aos *manejos* que se necessita fazer, ora pela cultura que possuem, a exemplo da concepção da *terra limpa* e dos plantios alinhados, ora pelas formas e instrumentos que dispõem para fazer os *manejos* e organizar sua produção, principalmente nas fases de

*transição* ou *conversão* do sistema *convencional* para o agroecológico. A Cristiane, egressa do Pós-Médio e Técnico, relatou as dificuldades que sua mãe tem em aceitar que o “*pomar*” seja organizado com base na prática da *agrofloresta* – consorciado com outras plantas de plantio anual, por exemplo, e nem com *adubação verde*, pois esteve sempre acostumada com a “*terra limpa*” e por isso fez um gramado embaixo das frutíferas. Entretanto, aceita fazer as *coberturas de inverno* com aveia e azevém, que também servem de pastagem. Após a participação no curso, comprovaram que este *manejo* possibilita e prepara o solo para a plantação da soja orgânica, mesmo que depois ainda tenha que ser “*limpo manualmente*” com algumas capinas.

Agricultores/as e mediadores/as salientaram que fazer o controle das *plantas espontâneas* e manter a terra com a fertilidade necessária é mais difícil no início do processo de transição, quando estão passando do sistema *convencional* para o agroecológico, pois o processo de recuperação dos recursos naturais é lento, fator que recai na queda da produção e na diminuição da renda, que muitas vezes já era baixa. Todos os interlocutores/as das narrativas afirmaram que alternando os plantios, adotando *técnicas de adubação verde* e consorciamentos, fazendo uso da cobertura de solo e construindo *barreiras* ou na prática das *agroflorestas*, tornou-se viável a produção agroecológica. Conhecer a época certa dos plantios – “*o plantio por temporada*”, e a época e os ciclos das plantas espontâneas é fundamental para uma “*boa correção do solo*”, como se refere o Sr. Genésio.

Alguns agricultores/as ecológicos/as teceram comentários analíticos de que o uso da tecnologia moderna, decorrente da *revolução verde*, constitui na “cabeça” do agricultor/a a ideia de que para produzir a terra precisa estar *limpa* e exposta, como se compõe a maioria dos cenários da monocultura, principalmente nas temporadas de plantio, mesmo depois que se evoluiu para o plantio direto. Ainda, que para ser agricultor/a ecológico/a precisa “*mudar este pensamento e observar todos os dias*” o trabalho da natureza no equilíbrio ambiental, como salienta a mediadora Romi, dirigente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), no município de Verê. Neste sentido, a tensão básica entre as comparações dos significados e dos sentidos que adquirem o *limpo* e o *sujo*, apontam construções sociais distintas da agricultura ecológica e apontam nas experiências dos interlocutores/as que os conflitos vivenciados opõem-se às lógicas determinadas pela agricultura moderna e pressupõem infinitos arranjos (DOUGLAS, 1966) nas UPVFs, sendo que em cada uma apresenta-se distinta em relação às outras, nas formas de fazer a produção e na organização.

Neste contexto da agroecologia, o conhecimento adquirido, socializado e compartilhado nos processos de formação se converte em *tecnologias alternativas* na UPVF e

contribui para dinamizar a produção, assim como, tornar o trabalho menos árduo, pauta do próximo ponto. Isto significa construir, reinventar *práticas alternativas* para produzir uma diversidade de culturas e criar animais para colocar em prática os princípios da agricultura ecológica e da sustentabilidade, como se referem algumas lideranças. “Veneno” na *agricultura convencional* é sinal de *terra limpa*, sinal de espaço ordenado por elementos controlados e arranjados previamente (DOUGLAS, 1966) para constituir uma agricultura com produção em grande escala. *Limpo* significa controle de “*plantas espontâneas*”, classificadas no convencional como “*inço*” e os insetos como “*pragas*”, na agroecologia com produção de pequena escala, experimentadas em sintonia com o ritmo da natureza. A Darcieli, filha do Sr. Darci, egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, menciona como a compreensão do que se faz na UPVF é fundamental para ser agricultor/a ecológico/a:

[...] hoje a nossa propriedade é bem cheia de mato, mas a gente entende porque, a gente consegue manejar e entende porque a gente precisa deixar ela assim. Mas a maioria dos agricultores não entende o porquê, querem só a monocultura, só aquela cultura que é de interesse e não quer mais nada no meio né. E não pensa assim que se uma planta pode tá ali te indicando uma deficiência, ou uma compactação, ou alguma coisa. Veem aquilo só como um invasor, não como um aliado, que ela pode ser alelopática como outra planta. (Darcieli, egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, filha do Sr. Darci e Sra. Fátima, agricultores ecológicos)

No que concerne a construção desta categoria da agricultura ecológica, a tensão entre a “*terra limpa*” e “*cheia de mato*” conformam um binômio ressaltado no campo etnográfico constantemente em contradição entre os interlocutores/as, mas se descritos minuciosamente mostram seus efeitos e sua importância no processo de construção social vivenciados pelos agricultores/as nas formas como manejam, constituindo um conjunto de conhecimentos que se somam, se multiplicam, embora algumas vezes com nuances e contradições são “endurecidos” (LATOUR, 1999) na rede. Todavia, desconstruir ou pelo menos “empalidecer” estes arranjos advindos com a modernização conservadora (DOUGLAS, 1966) perpassa dois movimentos fundamentais: cunhar uma concepção de que este “*mato*” a que se referem os nativos, não é “*sujeira*”, mas um espaço que com *manejos* adequados se converte em estratégia para produzir de forma a respeitar o equilíbrio da natureza, como afirma o Luiz, agricultor/a ecológico/a, egresso do Pós-Médio, do município de Ampére, “*faça sua parte que a natureza faz o resto*”. Segundo, as potencialidades dos novos arranjos - *tecnologias alternativas* - são experimentadas e conformam a rede de conhecimentos sócio-técnicos que



sustentam as estratégias sociais e políticas que demarcam um espaço pensado, debatido e planejado no fazer agroecológico.

## **Estratégias de produção e de trabalho**

Durante análise do material etnográfico encontramos nas contradições e tensões sobre a “*roça limpa*” uma mola propulsora das estratégias de produção. É no confronto entre as concepções que o agricultor/a vai se tornando ecológico/a e, por conseguinte, distinto do *convencional*, vai percebendo que os recursos humanos e não-humanos (LATOURE, 1994) que possui na UPVF são fundamentais na organização da produção. Dito de outra forma, ao viver os conflitos e conhecer as possíveis formas de fazer os *manejos*, para não usar os agroquímicos, o agricultor/a reconstrói práticas e, inclusive, muda de atividades agrícolas, caso estas não se adaptem as suas condições físicas e humanas.

Na conversão para a agroecologia, as atividades de produção apresentam níveis distintos de facilidade/dificuldade. Um exemplo é a dificuldade do plantio de grãos, como tratamos anteriormente, por dois motivos principais. Primeiro, a monocultura de grãos que vem “*pronta*”, mencionada pelos dirigentes e mediadores/as como prática “*que não precisa pensar*”, ou seja, não é necessário planejar o que vai ser produzido e se vai ou não viabilizar as necessidades e sonhos das pessoas que vivem nesta UPVF. Esta forma se configura primeiramente na produção dos grãos e, mais recentemente na produção de leite *convencional* e das integradas de fumo, frango e suínos. Desenvolver estas mesmas atividades no sistema agroecológico demanda o domínio de um conjunto de conhecimentos sócio-técnicos distintos. Segundo, desmistificar a forma de produzir instituída por estes modelos *convencionais* requer, além de outros conhecimentos, debates do grupo familiar no planejamento, execução e gestão do *projeto de vida*, bem como, a participação em processos sociais coletivos.

Ao perguntar aos mediadores/as porque o agricultor/a insiste em plantar milho *convencional*, por exemplo, se no final da colheita a sobra em renda é irrisória e não viabiliza as UPVFs, muitos nos devolveram a questão, pois lhes interessa saber por que há resistências à agroecologia. A maioria assinalou a necessidade de conhecimentos para construir estratégias de produção e que nem sempre estes conhecimentos estão ao alcance do agricultor/a ou os mesmos não apresentam disponibilidade e ferramentas para construí-los. Mas estas

percepções são tensas e contraditórias, pois é equivocada a ideia de que os agricultores/as não têm esses conhecimentos. Muitos destes saberes advêm da agricultura tradicional, apropriados pelas gerações anteriores, mas deixaram de ter validade e estão “adormecidos” pela lógica da modernização conservadora. Contudo, são debatidos e socializados na região - num processo de reconstrução, apesar de haver limitações para abranger um público maior e ir agregando cada vez mais grupos familiares no sistema ecológico. Todavia, “*é menos trabalhoso*” e “*mais fácil*” adotar o que está pronto.

A escolha de uma atividade principal para sustentação do grupo familiar na UPVF configura, na construção da categoria do agricultor/a ecológico, uma direção importante nesta análise. Por isso, a produção principal é identificada como uma das estratégias que assegura às pessoas condições para permanecer nas atividades agroecológicas no campo, com uma renda que as viabilize. Nesta perspectiva, as duas narrativas de vida que seguem apontam um processo de rupturas, sem as quais não seria possível reconstruir o *projeto de vida*: do Juliano, egresso do Pós-Médio e Técnico de Agroecologia e do Sr. Décio e da Sra. Izolete, ele técnico florestal, assessor numa organização, ela coordenadora e gestora das atividades na UPVF. Mesmo tendo presente que a estratégia da atividade principal só subsiste e está inter-relacionada com as diversidades produtivas das UPVFs, fatores que os tornam viáveis, a questão é analisar este percurso como construção de uma prática que se converte em estratégia.

**“[...] vai estudar porque o futuro na roça, dependendo muito dos insumos e com custo alto, não é viável” (mãe do Juliano)**

O Juliano, 27 anos, solteiro, mora com o pai e a mãe no município de Renascença. Nos últimos quatro anos está atuando no projeto *Água e Qualidade de Vida*, desenvolvido pela Petrobrás e Associação do Centro de Educação Sindical (ACESI), em convênio com o STR do município. Também trabalha como técnico agrícola nos projetos de assistência técnica e extensão rural (ATER) na Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol. Alterna seu tempo nestes trabalhos e na organização das duas UPVFs que planta em conjunto com o pai. A extensão de terra de 23 hectares é do grupo familiar, com oito hectares de pastagem permanente e o restante de lavoura com plantio de grãos, mais a área de moradia e

mata ciliar. A UPVF do Juliano tem 5,8 hectares, sendo cinco hectares de lavoura, uma *mina natural de água*, uma extensão pequena de mata ciliar e o rio que corta a unidade em sua extensão. Sua formação ligada à agricultura constitui-se na participação na Assesoar, no Curso do Pós-Médio e Técnico em Agropecuária em Agroecologia e vários outros cursos, como bovinocultura, inseminação e outros de formação de lideranças por meio do STR.

Assinalou durante a entrevista que sua participação no Pós-Médio se deve a indicação de seu nome por meio do STR. Sabia que se tratava de um processo de educação ligado à agroecologia, mas não tinha presente que este se voltava a problematizar internamente a organização da UPVF e aliava teoria e prática na construção do *projeto de vida*. Contou com o incentivo da mãe, sempre o aconselhando a seguir nos estudos, argumentando que a prática agrícola dependente dos agroquímicos e altos custos de produção estava tornando inviável a permanência no campo. Desanimado com esta prática de agricultura e na condição de “jovem” solteiro, pensava em como se organizar ou se estruturar profissionalmente. A saída que havia encontrado até o início do Curso, era ir para o estado do Mato Grosso trabalhar como vendedor de peças agrícolas.

[...] porque a nossa propriedade tava se tornando inviável e com uma grande dependência de insumos, principalmente de agrotóxicos. Nós lidava com fumo e no decorrer do tempo eu vi que a minha mãe tava com um problema de dor de cabeça, todas as vezes que nós colocava o fumo no galpão, eu pensava “eu saio da propriedade para ser viável”, porque eu como solteiro e a propriedade que não era viável, ou eu mudava o sistema de produção, ou ia embora”. (Juliano, egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, agricultor ecológico).

A prática da monocultura dos grãos e a dependência dos agroquímicos eram grandes e isso fez o Juliano perceber o endividamento nos bancos, que estava levando seu pai a obter cada vez menos rendimentos. A cada ano precisava de um a dois mil reais a mais para fazer a lavoura, sem sobra de renda para os gastos com as necessidades do grupo familiar. Com a proposta do curso em pensar um *projeto de vida*, sentiu as dificuldades na negociação com o pai para modificar os *manejos* e reorganizar as atividades produtivas. Advindo de um grupo familiar no qual sempre foi o pai quem decidiu como e o que plantar, bem como, quem tomava conta da gestão da unidade de produção, o Juliano teve que criar condições para dialogar as mudanças que queria propor a partir das aprendizagens do curso. A questão era o pai aceitar que não dependia apenas dele para estar aprendendo, mas ao voltar para casa tinha o compromisso de fazer um projeto dentro da UPVF.

Plantadores de fumo, com uso de agroquímicos, tanto o Juliano quanto a sua mãe, foram percebendo os problemas de saúde decorrentes disto. Ela já não conseguia mais trabalhar nesta atividade pelas dores de cabeça que sentia toda vez que colhiam e erguiam o fumo no galpão. No relato, ele salientou que isto se deve ao grau de intoxicação que os “*venenos*” vão causando, pois as dosagens vão sendo aumentadas ou novos produtos com alta toxicidade, causadores de doenças, vão sendo aderidos, pois a cada ano surgem “*plantas espontâneas*” ou ataque de insetos, dos quais o plantio em sistema *convencional* quer se livrar para garantir escala de produção. Já no sistema agroecológico, como assinalou a Darcieli, colega de curso do Juliano, certas plantas e insetos podem ser vistos como aliados e fatores de diagnósticos para indicar as necessidades de “*correção do solo.*”

A estratégia encontrada pelo Juliano para conseguir fazer as mudanças foi o diálogo permanente com o grupo familiar, apesar de que seu irmão mais velho já havia, a esta altura, saído de casa para trabalhar no Mato Grosso e a irmã está no município de Francisco Beltrão.

A gente tinha um pouco de dificuldade, mas não demorou. Acho que uns seis ou sete meses começamos a sentar discutir. E eu levava bastante propostas, eu não chegava lá e dizia: "não, vamos fazer assim." Eu chegava lá sentava e dizia: "vamos discutir umas propostas aqui", que eu achava certo dentro da propriedade, principalmente na linha do leite, que a gente tava iniciando as pastagem. (Juliano, egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, agricultor ecológico).

A produção de leite que tinham juntamente com o cultivo de grãos, baseada no uso de ração comercial<sup>110</sup> e pastagens dependentes de grande quantidade de adubos químicos e produção *convencional* de milho, matéria-prima da silagem, conforma o que na região se classifica de *produção de alto custo*. Começaram a problematizar se valeria produzir dois mil litros de leite, com custo de trinta centavos e ao somar no final do mês começaram a perceber que a sobra era pouca. Ao repensar esta atividade, iniciaram o plantio de pastagens permanentes e uma diversidade de tipos de gramíneas consorciadas com leguminosas, a partir das visitas a outras experiências de produção de leite a base de pasto com piqueteamentos. Isto, aliado às reflexões que o processo de estudo lhes possibilitava, foi lhes incentivando a fazer a conversão do *leite convencional* para a produção de *leite ecológico*.

No segundo ano que utilizaram a *cobertura de solo*, com o plantio de mucuna e de ervilhaca, já tiveram como resultado uma terra mais fértil e seu pai já foi percebendo que o

<sup>110</sup> Classificamos de *ração comercial* aquela que os agricultores/as compram para diferenciar daquela feita em casa por eles, com matéria prima interna a UPVF, a qual os agricultores/as se referem a “*ração caseira*”.

que haviam planejado na construção do *projeto de vida* obtinha resultado e, conseqüentemente, isto lhes traria um retorno financeiro também. Todavia, sua dificuldade maior é fazer a produção dos grãos para o cultivo no sistema agroecológico, pois mesmo fazendo as *coberturas de inverno*, plantar o milho e a soja requer, pelo menos em parte, trabalho humano para o controle de algumas plantas espontâneas que competem com estas culturas, principalmente no início do ciclo. Além do mais, o plantio numa escala maior dificulta ainda mais a agroecologia. O Juliano afirma isto dizendo que as saídas de casa para o trabalho fora dificultaram os avanços que deveriam ter feito na UPVF em relação à questão dos grãos, embora tenha afirmado também que seria possível fazer o plantio agroecológico, que ele saberia fazer com base nas experiências e conhecimentos do curso.

Como suas terras são aptas para a mecanização, seu pai continua fazendo o plantio *convencional* de grãos, por isso mesmo já havia optado no seu *projeto de vida* pela produção de leite a base de pasto, porque além de contar com apoio da mãe, ele também achou possível fazer a conversão em menos tempo do que a produção de grãos. Para ele, por estar estruturado numa dependência grande de insumos e sementes dos *pacotes tecnológicos*, necessita-se de mais tempo para a *transição* do que a reestruturação da atividade leite.

Os agricultores/as e estudantes do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia que tem seus *projetos de vida*, tendo como produção principal a produção de leite à base de pasto<sup>111</sup>, inclusive o Sr. Alfredo, o Sr. Aores e o Sr. Tobias foram unânimes em afirmar que esta é uma estratégia que já não precisa mais debater sobre sua viabilidade, principalmente para aqueles que estão organizados há mais tempo, a exemplo das experiências que iniciaram nas ECAS ou na *agricultura alternativa* na região. Todavia, alguns avanços são necessários, como o melhoramento das pastagens, introduzindo a *adubação verde*, água no local das pastagens, como assinalou o Sr. Aores, ao mesmo tempo em que afirmou não fazer mais *silagem* para o inverno quando as pastagens diminuem em decorrência do clima frio da região.

No caso do Sr. Denílson ainda faz *silagem*, *ração caseira* ou mesmo *feno* e argumenta que não vê problema nisso, desde que sejam feitos com matéria prima de produção orgânica da UPVF, pois isso diminui custos e constitui-se numa alternativa para diminuir menos o leite, nem reduzir a renda. Nesses exemplos as estratégias são diferentes, mas conformam o mesmo princípio de não utilizar recursos externos para tais produções que contenham produtos químicos e aproveitamento máximo dos recursos internos.

---

<sup>111</sup> A produção a base de pasto na região não é exclusiva dos agricultores/as ecológicos/as, outros *convencionais* também mesclam com uso de *ração comercial* para baixar custos de produção.

O ponto crucial, neste caso, situa-se na necessidade do uso de alguns medicamentos com base química para o combate de doenças, principalmente no gado. A Sra. Isabel, entre outros agricultores/as, relata que em casos extremos entra com medicação química, como os antibióticos, pois é muito prejuízo perder uma vaca, mas geralmente faz uso de medicamentos homeopáticos. Ainda, assinalou que dificilmente o gado fica doente quando há equilíbrio na UPVF e na alimentação, visão que compartilha com todos os outros grupos familiares com os quais construímos narrativas de vida. Há também uma atenção para o descarte do leite pelo período indicado quando se usa algum tipo de medicamento químico.

Estes últimos *manejos* não são exclusivos dos agricultores/as *ecológicos/as*, pois alguns dos *convencionais* têm piquetes com pastagens e fazem uma observação sistemática do gado, afirmando que as práticas advindas da agroecologia, respeitando os princípios da introdução de uma alimentação a base de pasto e uso de medicamentos homeopáticos, comprovam o princípio de que o equilíbrio previne doenças. Ao perguntarmos a um destes agricultores/as, no município de Verê, por que não utilizava uma alimentação que produza um leite ecológico, este respondeu que sua plantação de grãos é *convencional* e que a ração comercial possibilita um rendimento maior de leite, além de que não tem possibilidade de produzir a matéria prima da *ração caseira* na UPVF, pois não possui mão de obra suficiente e está estruturado no sistema da monocultura. Isto pode ser exemplificado com a situação do Juliano, em que o pai, no início da construção do *projeto de vida*, não acreditava porque não sabia como seria e estava acostumado com as “receitas” dos técnicos agrícolas. Mas com a persistência do filho, aceitou a proposta de produção de leite a base de pasto. Todavia, não queria que plantasse um pé de cana-de-açúcar porque achava que o seu uso como alimento não influenciava no rendimento do leite. Do segundo para o terceiro ano da atividade, o próprio pai convidou-o para, entre a diversidade de pastagens que estavam fazendo, plantar a cana-de-açúcar, pois se certificou que se não rendia leite como esperava, funcionava como energético, possibilitando ao animal ficar mais forte e saudável, com maior imunidade em relação às doenças.

Os agricultores/as que estão há mais tempo com produção de leite a base de pasto, garantem que esta é uma estratégia de produção viável, pois além de ser de *baixo custo*, é uma das alternativas de trabalho para o grupo familiar com maior ou menor potencialidade de trabalho humano. Reduz-se ou aumenta-se o número de animais para a produção conforme a disponibilidade de pessoas ou o tamanho e potencialidades de recursos de alimentação para os animais. Porém, são unânimes ao afirmar que a garantia de uma boa produção está no *manejo* correto das pastagens e dos animais. O Juliano ilustra tal afirmação ao relatar que não pode

deixar as vacas no pasto até degradarem o solo, “*rapando o pasto*”, isto é, retirando toda a matéria orgânica. Para evitar isso, no inverno, principalmente, as vacas passam somente uma vez por piquete durante o mês. Na sua UPVF plantou ervilhaca e conseguiu com que a terra recuperasse nitrogênio e fósforo que tinham se esgotado, tanto que fez análise química de solo e constatou que estava com nível necessário desses minerais. Uma boa *cobertura de inverno* e o *manejo* correto dos animais é o ponto principal dessa estratégia, sendo que enquanto o gado se alimenta num piquete, o outro tem tempo para recuperar-se, porém é sempre necessário fazer o que os agricultores/as nomeiam de “*correção de solo*”, com períodos de descanso para a terra e plantio de leguminosas – *adubação verde* - que repõem os nutrientes.

O Sr. Aores, produtor do leite totalmente a base de pasto, assinalou que os agricultores familiares não podem concorrer com os grandes, que possuem mais extensões de terra e geralmente terrenos planos, fatores que facilitam para a manutenção da raça de vaca holandesa, por exemplo, que produz muito leite, mas consome muito alimento, sendo que os que têm esta raça e tratam com ração comercial tiram em média 35 litros de leite ao dia. No caso do agricultor/a com terrenos dobrados e com uma alimentação advinda da produção interna da UPVF necessita ter uma raça *mais rústica*, como a Jersey que resiste mais, cansa menos e tem um gasto de alimentação menor. Mas ela não produz menos leite? O Sr. Aores, o Sr. Denílson, o Sr. Tobias, agricultores/as ecológicos/as, argumentaram que produzem menos, mas com *baixo custo* de alimentação, o que possibilita uma sobra de rendimentos maior e facilidades para organizar a produção com base na *adubação verde, orgânica e medicação homeopática*.

Atualmente, no grupo familiar do Juliano, a partir das estratégias construídas, há a possibilidade dele permanecer na agricultura, também pelo fato de ter conseguido adquirir uma pequena extensão de terra, segundo relato, construirá sua UPVF quando casar-se. Os incentivos da mãe para que estudasse contribuíram para a permanência, embora esta seria uma possibilidade remota se não tivesse cursado o Pós-Médio e Técnico em Agroecologia. Para ele, o compromisso com a construção do *projeto de vida* o fez mudar de perspectiva quanto a ir trabalhar em outro Estado. De fato, o processo de educação que alia teoria e prática sem grandes divisões (LATOURE, 1994, 1999) para repensar a UPVF, envolvendo todas as pessoas do grupo familiar, é um dos processos que contribui na permanência do “jovem”<sup>112</sup> no

---

<sup>112</sup> A categoria jovem emerge a partir dos estudos De Castro (2005), ao descrever e assinalar a conformação desta a partir da disputa entre o “ficar” e “sair” do campo, como numa construção social. Também pautamos o curso do Pós-Médio como um processo de educação que contribui para os jovens permanecerem e construir *projetos de vida* na agricultura, a partir de suas falas nas entrevistas destes interlocutores. Pois, identificamos que

campo. Mesmo sem saber que o curso aliava estudos, reflexões e a realidade da UPVF, a mãe do Juliano conseguiu contribuir, por meio dos incentivos, na construção de estratégias para ele continuar na profissão de agricultor. Talvez, se fosse noutro processo, sua saída seria certa, da mesma forma como aconteceu com o irmão mais velho e a irmã mais nova. As práticas alternativas com piquetes de pastagens, junto a outros elementos apreendidos na experiência em curso na região, como mostram outros capítulos deste estudo, é que conformam um tempo e espaço na construção da categoria de agricultor/a ecológico/a que recria estratégias para manter a viabilidade de ser e fazer distintamente da *agricultura convencional*.

**“O serviço seria igual e o benefício bem maior no orgânico do que com o químico [...]” (Sra. Izolete Cagnini)**

A Sra. Izolete, 33 anos, e o Sr. Décio, 46 anos, casados há 11 anos, têm dois filhos, a Letícia Milena, com 10 anos e o Eduardo Francisco, com 07 anos. Moram e trabalham na UPVF fazendo a gestão da mesma desde o casamento, pois anteriormente pertencia aos pais dele. Com uma extensão de 13,6 hectares, nem toda a área está convertida para a produção orgânica, pois uma parte que pertence ao irmão do Sr. Décio está arrendada e sendo cultivada de forma *convencional*.

Quem fez o relato da narrativa de vida foi a Sra. Izolete. Posteriormente, no mesmo dia, conversamos com o Sr. Décio, que trabalha numa organização social como técnico agrícola. A produção inicial do casal foi com o cultivo de mudas de erva-mate para comercialização, prática que apreendeu no curso de Técnico Florestal no Colégio Agrícola e do trabalho em uma empresa. Aderiram a esta atividade por ser um produto que tinha campo de comercialização, numa época em que a única fonte de renda advinha do trabalho na UPVF, possibilitando a manutenção do grupo familiar na agricultura. Com o tempo, a procura por mudas diminuiu e já tinha passado a “*febre*” da venda da erva, então o Sr. Décio começou a trabalhar na prefeitura do município como técnico florestal. Como a Sra. Izolete não tinha experiência suficiente, decidiram parar com as mudas e continuaram a investir nas duas estufas de verduras e algumas frutíferas que vinham implementando.

---

a maioria se não permaneceu totalmente na UPVF, está atuando nas entidades, organizações e movimentos sociais na luta por uma agricultura e desenvolvimento sustentável. (HENN, 2010 b).



A Sra. Izolete salienta que nunca trabalharam com cultivos anuais na lavoura. Suas estratégias, desde o início, estão voltadas para a organização da horta e do pomar de frutas, primeiro com a erva-mate e depois as outras duas atividades, somadas ao cultivo de uma diversidade de itens que compõem a alimentação do grupo familiar, tanto que até agora mantém as vacas de leite apenas para consumo, como vendas irrisórias quando há sobras. Os agroquímicos que usavam eram para “*dessecar o mato*”, mas a partir do nascimento da primeira filha e da mudança de trabalho do Sr. Décio, decidiram pela produção orgânica<sup>113</sup>. Primeiro, porque tinham que levar a Letícia junto para a horta e o “*veneno*” lhe faria mal e, segundo, ele trabalhando como técnico numa organização de agricultores/as orgânicos/as, não poderia ser um *agricultor convencional*. Ambos se nomearam agricultores/a orgânicos, da mesma forma que outros agricultores/as nesse *locus* de investigação, porém, distintamente dos que vivem na fronteira da região, estes não estão ligados às empresas de soja orgânica e o processo de comercialização é realizado pela forma associativa.

A conversão da UPVF da Sra. Izolete e do Sr. Décio aconteceu em 1995, quando pararam de usar os inseticidas para *dessecar* o mato e ampliaram a *horta a campo*, como se referem para diferenciar os cultivos realizados fora das estufas. No momento desta pesquisa de campo estavam diminuindo este tipo de produção para investir em mais estufas e na renovação do pomar de frutíferas. O Sr. Décio argumentou que apreenderam que a *horta a céu aberto* ou *horta a campo* tem custo de trabalho alto, já que eles pagam funcionários para auxiliar no serviço e depende de cuidados diários como a irrigação, podas, *desbrotas*, aplicação de *caldas* e colheitas.

Além disso, estão organizando uma experiência de agrofloresta com frutíferas como banana, maracujá, fruta do conde, lima e abacaxi, consorciados com plantio de cultivos anuais como feijão e milho para consumo. Produzem durante todo ano espécies como alface, repolho, tomate, couve-flor, brócolis, cenoura, beterraba, berinjela, pepino, couve-folha, tempero verde, entre outros. Segundo a Sra. Izolete plantaram mil pés de pimentões e tiveram uma produção satisfatória. Têm como estratégia ir colhendo e comercializando, e ao mesmo tempo plantando outras estufas para oferecer determinados produtos durante o ano todo

---

<sup>113</sup> Neste município, dos vários grupos familiares que construí narrativas de vida ou que conversei informalmente, apenas o Sr. Darci se nomeou agricultor/a ecológico/a. O Sr. Décio, inclusive, salientou que para ser um agricultor/a ecológico/a ainda falta no seu grupo familiar aderir a outros princípios. Todavia, este espaço se apresentou durante todo o trabalho de campo e escrita da investigação como um *locus* que contribuiu nas descobertas das tensões vivenciadas pelos agricultores/as ecológicos/as.

(*escalonamento*)<sup>114</sup>. Quanto às frutíferas, no momento estão cultivando frutas cítricas variedades de laranjas para sucos, de umbigo e bergamota montenegrina. Outras frutas como uva, pêra, maçã, ameixa, pêssego e os caquis foram plantados e irão produzir posteriormente, pois têm desenvolvimento mais demorado.

O trabalho nas atividades da UPVF é realizado por um casal de funcionários há cinco anos, enquanto a Sra. Izolete e o Sr. Décio fazem o planejamento da produção em conjunto. Ela é responsável mais diretamente pela gestão, pela comercialização e pelos trabalhos na unidade de produção, enquanto ele trabalha 40 horas semanais fora da UPVF. Ela compara o esforço humano no trabalho com os orgânicos em relação aos que fazem uso dos agroquímicos e assinala que não é tão *trabalhoso assim* produzir sem uso de *venenos*, pois atualmente utilizam a roçadeira para fazer o controle das plantas espontâneas, mantendo-as a uma altura determinada para não sufocar as demais. Para ela, colocar uma máquina nas costas e passar *secante* é um trabalho pior do que este que faz no cultivo das hortaliças com base orgânica. A agricultora compara o trabalho realizado com a roçadeira e com a máquina costal, muito usada para pulverizar tanto *caldas* – uma espécie de repelentes ou adubos foliares na produção agroecológica/orgânica, quanto para passar produtos agroquímicos, em especial os herbicidas para *dessecar* plantas espontâneas, o *inço*, ou para evitar o ataque de insetos no sistema *convencional* nas UPVFs pequenas em que não se dispõe do trator com pulverizador. Sobre ser orgânico se refere que

Que dá mais serviço até dá, mas não é assim uma questão que nossa, você não pode, você vai morrer! Porque às vezes a gente não sabe como é no químico. Mas se você pega uma máquina de veneno e ponha nas costas e sai passando, eu acho que você pegar uma roçadeira e roçar mais baixo, dá menos serviço do que você passar veneno. Então, o serviço seria igual e o benefício seria bem maior do orgânico do que com o químico. (Sra. Izolete, agricultora orgânica/ ecológica).

A comercialização dos produtos é feita na Associação de Produtores Agroecológicos de Verê/PR (APAVE) e diretamente aos consumidores/as que buscam na UPVF. A Sra. Izolete exemplificou que no mês de novembro conseguiu uma renda de dois mil reais e no mês seguinte de três mil reais somente de vendas feitas na APAVE, sendo isto já com os descontos de sementes e outros insumos orgânicos que haviam comprado na entidade. Além disso, organizou próximo da casa uma mesa com os produtos que eram possíveis de colher

---

<sup>114</sup> Escalonamento difere do sentido atribuído à produção em escala em grande quantidade. Para este grupo, significa um planejamento de uma diversificada produção por parte dos grupos familiares durante o ano todo.

antecipadamente, buscando na hora apenas as alfaces, pois havia muitos moradores da cidade que procuravam. Segundo análise dela e do Sr. Décio, necessitam ainda fazer com que essa produção seja constante durante o ano todo, pois o que se tira no período de safra não é a mesma coisa que na entressafra, por isso, mesmo que nesses dois meses tiraram um valor significativo, no outro mês pode diminuir tais rendimentos. Exemplificou que quando estão colhendo uma estufa de pepino ou feijão de vagem, já devem ter outra plantada para produzir assim que esta primeira completar seu ciclo de produção, mas para isso necessitam ter mais estufas, senão precisam esperar esvaziar para então plantar sob a mesma estrutura.

Mostrou-nos uma extensão de terra com mil pés de pimentão e salientou que foi trabalhoso, pois amarraram cada pé com estacas e pulverizaram com caldas, mas que tiveram boa produção, senão perderiam todo o trabalho. Isto aconteceu com os tomates que cultivaram fora da estufa, pois plantaram, pulverizaram, amarraram estacas e ocorreu uma doença na folha. Acabaram colhendo apenas uns vinte quilos do tomate, tendo um prejuízo razoável, principalmente pelo trabalho investido nessa produção.

As experiências de perdas, seguidas pelos debates, análise e planejamento da produção na UPVF, fizeram o Sr. Décio modificar suas práticas de produção e construir outras estratégias para viabilizar-se tanto economicamente, como nas formas ecológicas de cuidado com o ambiente. Tanto que o Sr. Décio, na sua fala, assinalou que embora a finalidade das duas atividades principais - horticultura e fruticultura, seja a geração de renda por meio da comercialização, também estão consumindo um “*alimento limpo*”. O fato de manterem mais de uma atividade principal também é uma estratégia para amenizar as possíveis perdas na produção entre uma e outra cultura, como pode ocorrer com as estiagens que têm acontecido na região.

A horticultura, como salienta o Sr. Décio, nos moldes da *horta a campo* exige maior volume de água para irrigação, sendo portanto mais apropriada para os agricultores/as que possuem fontes na UPVF disponível para isso, enquanto que na estufa pode fazer uso mais racionado de água. Este também foi um fator considerável para diminuir a horticultura e investir na fruticultura, que além de necessitar menos água, tem períodos mais espaçados de trabalho durante o ano, com picos de trabalho maiores nas épocas de podas e colheitas. E caso não seja possível efetuar o trabalho num determinado dia, sempre há uma margem de tempo, sem prejudicar a colheita das frutas.

Para amenizar e facilitar o trabalho ele construiu um sistema de irrigação por meio de bombas com motor, que além de irrigar as plantas da horticultura, também fazem o processo

de pulverização de caldas e adubos folheares usados nos *manejos* de adubação ou de proteção de doenças.



**Fotografia 4 - Sistema de Irrigação na UPVF da Sra. Izolete. Iara Aquino Henn, 2009**

Ele assinala que um dos trabalhos mais cansativos na agroecologia/orgânica é a pulverização das *caldas* e ou dos adubos foliares, que no seu caso é realizado por este sistema de irrigação. Com um depósito de água coletada das vertentes, sendo abundante nos períodos chuvosos, tal estrutura reserva em torno de cinco mil litros. Nesse reservatório coloca-se a *calda sulfocálcica* ou o *supermagro* - adubo foliar ou repelente, e por um sistema de bombas irriga a plantação. Por meio de registros que ligam e desligam, pode controlar em que frações de terra (*da horta a campo*) ou estufas fazer o processo. Este tipo de *tecnologia* foi uma construção coletiva de um grupo de agricultores/as. É também possível em locais onde se faça captação de água das chuvas em cisternas. Onde não há um sistema semelhante para pulverização *das caldas e dos adubos foliares*, este trabalho é realizado com *máquinas*



*costais*, relatado por alguns como trabalho cansativo e prejudicial à saúde. Esta *técnica* de pulverização com este tipo de equipamento também é usada no sistema *convencional* nas UPVFs. Exemplo disto são os agricultores/as que têm parreiral orgânico, mesmo aqueles que não têm toda a UPVF convertida, como foi visto no município de Verê. Estes, para produzirem uva orgânica numa área média de um hectare, necessitam fazer duas roçadas anuais com *máquinas roçadeiras* e várias pulverizações com caldas ou outros produtos orgânicos com *máquina costal*, além de outros *manejos*, como podas, amarração dos galhos.

Outra estratégia organizada para dar conta do trabalho para comercialização é o lavador de tubérculos inventado pelo Sr. Décio e outros agricultores/as. Este *instrumento de trabalho*, como classificamos, lava sessenta quilos de cenoura, rabanete ou beterraba por vez. Perguntamos quem pensou estes instrumentos e obtive como resposta: “*astúcia de um, astúcia de outro, até que saiu*”.



**Fotografia 5 - Lavador de Tubérculos na UPVF da Sra. Izolete. Iara Aquino Henn, 2009**

Ao perguntarmos aos dois que outros instrumentos dispunham para realizar o trabalho, o Sr. Décio falou que tinham um microtrator da marca Tobata e venderam, pois têm a

intenção de comprar um trator pequeno, devido a sua utilidade no trabalho com a fruticultura, inclusive para a pulverização com as *caldas*, além de facilitar a colheita. Desde que sejam adequados as produções diversas, leves e de baixo custo e venham facilitar a produção, já que as famílias não contam mais com número suficiente de pessoas para o trabalho, instrumentos como estes, entre outros, que não sejam tão pesados são fundamentais para a viabilidade deste tipo de produção.

Tem como você utilizar, tem como você fazer mais trabalho usando os instrumentos certos. Por exemplo, nós temos um sistema ali que joga *adubação foliar*, aplicação de *caldas*, lá na área de produção tudo via água, via irrigação. É muito diferente de você pegar um pulverizador *costal* e ir lá. Por exemplo, um pulverizador *costal* você demora uma hora pra passar vinte litros, mas com cinco minutos você aplica pra cinco, seis maquinadas. Então é bem, mais rápido, bem mais prático [...] você ganha tempo com isso. (Sr. Décio, agricultor ecológico, técnico numa organização social).

Durante uma visita, observamos que os pés de frutíferas como peras, maçãs, pêssegos e caquis, estavam com o caule demarcado por uma faixa preta mais ou menos na metade. A Sra. Izolete explicou-nos que esta foi uma das formas encontradas para desviar as formigas das frutíferas e que fazem isto com plástico amarrado e *graxa preta*. Outra prática que experimentaram foi a colocação de sacos plásticos transparentes nas maçãs para evitar o ataque de insetos no período do amadurecimento. Aprenderam tal prática com agricultores/as do município de Palmas, microrregião de clima mais frio no Sudoeste do Paraná. O resultado foram umas manchas escuras na fruta, que segundo análise deles, se deve ao calor. Fizeram um teste com sacolas plásticas de mercado, com as quais conseguiram um resultado melhor e pretendem repetir na próxima produção.



**Fotografia 6 - Fruticultura na UPVF Sra. Izolete. Iara Aquino Henn, 2009**

Frutíferas com demarcações no caule que funcionam como repelentes de formigas. Ao fundo barreira verde e no solo início de *cobertura verde*, pois a área está recém sendo organizada neste tipo de produção.

O Sr. Décio e a Sra. Izolete, assinalaram que qualquer *técnica* ou *manejo* apreendida em outras experiências, deve ser experimentada, testada na UPVF, pois de uma para outra mudam as condições climáticas e geográficas e dependendo do grau de conversão que se encontra a unidade, as doenças e outros problemas nas frutíferas aparecem de formas diferentes. As *barreiras verdes*, a *cobertura de solo*, a *adubação verde* ou *orgânica*, entre outras, são práticas que tornam o ambiente equilibrado, a exemplo da estratégia do casal de agricultores para prevenir o ataque de formigas nas frutíferas sem o uso de “*veneno*”, que seria de alta toxicidade para o solo e para as pessoas.

## **Roça “limpa” e “não limpa”: tensões e conflitos no modo de fazer a agricultura**

As tensões identificadas no campo etnográfico sobre a “roça limpa” e “não-limpa” assumem distintas nuances entre os *locus* da investigação. As *estratégias produtivas* para determinadas produções já são consolidadas nos municípios que possuem uma atuação da ASSESOAR, desde as ECAS, dos STRs e posteriormente de algumas das cooperativas solidárias. Ou seja, nesses municípios identifica-se agricultores/as participantes de processos de educação há mais tempo e engajados nestas organizações, o que reflete na forma de fazer a agricultura. Todavia, podem mudar em decorrência de diversos fatores, como a exigência de mais pessoas para o trabalho, a participação de alguém do grupo familiar nas entidades, a necessidade de diversificação da produção e aumento da renda. Enfim, as *estratégias de produção* podem ser substituídas devido às necessidades de adaptação a alguma situação nova, a exemplo do Sr. Décio e da Sra. Izoete que diminuíram a horticultura e aumentaram a fruticultura, pois ele trabalha fora da UPVF.

Para compreender as transformações nas estratégias de produção tratamos, no mesmo modo que Bartolomé (2000, p. 27), como *estratégias de adaptação*, as quais não são absolutas e nem estão totalmente determinadas pelas forças externas, mesmo sendo inegáveis as limitações sociais e culturais do meio, a exemplo das formas impostas pela agricultura moderna. Todavia, as pessoas são capazes de encontrar *alternativas* para modificar posições e formas de fazer sua produção ao ponto de sentir aceitável ou viável em relação às condições do grupo familiar. Neste sentido, reinventar e construir estas estratégias (DE CERTEAU, 2007) possibilitou aos agricultores/as gerar outras formas sociais e culturais no *jeito de ser e fazer* a agricultura ecológica como um processo em construção.

Os agricultores/as do município de Verê vivenciam os mesmos conflitos de outros, todavia, a maioria ainda tem a UPVF parcialmente cultivada na tecnologia orgânica. Duas situações evidenciam tal afirmação: os que trabalham com horticultura e fruticultura que não as produzem com agroquímicos, mas possuem partes das terras arrendadas para outros que cultivam grãos no *sistema convencional*; e outros que, mesmo tendo os parreirais de uva ou a produção da horta orgânica, ainda cultivam grãos com agroquímicos.

Classificamos estes agricultores/as como *parcialmente orgânicos* ou *parcialmente ecológicos/as* contexto que se tornou um desafio durante o trabalho etnográfico e ocasionou



questionarmos como: por que estes agricultores/as não convertem toda a UPVF para o sistema orgânico ou agroecológico? Os mediadores/as do município ao ouvir a questão, geralmente a devolviam afirmando estarem interessados em tal resposta. Dirigentes a exemplo do Sr. Adão, diretor de cooperativa, assinalou alguns aspectos qualificados como entraves aos avanços para a agroecologia no município. A visão é compartilhada com alguns mediadores/as, como o Sr. Gerson e outros diretores/as da mesma entidade, que afirmam ser inconcebível um agricultor/a que inicia neste processo receber apenas uma visita da assistência técnica num período de seis meses. Ou seja, muitos dos problemas decorrem do não acompanhamento do processo que o agricultor/a está iniciando. Para eles, na região já houve um número maior de agricultores/as ecológicos/as, mas muitos desistiram ao enfrentar frustração nas colheitas, perdas por não ter onde comercializar o produto, por falta de assistência técnica adequada e por não ter determinados conhecimentos diante de ataques ou doenças nas plantas cultivadas.

Para o Sr. Gerson, o início dos processos de conversão exige dos agricultores/as uma “*consciência*” em relação ao tempo que se leva para obter os resultados. Por exemplo, um dos processos mais rápidos de conversão para dar retorno, num período de dois a três anos, é a produção de leite a base de pasto, como relatamos anteriormente. Outras formas de produção podem demorar mais tempo e isso está ligado aos *manejos* realizados na recuperação da terra, como os *períodos de descanso, adubação verde, cobertura de solo* e os períodos de cultivo exigidos, entre outros, necessários à produção ecológica, enquanto os agroquímicos têm efeitos imediatos que, sem análise das consequências ambientais e da dependência social, parece-lhes mais eficiente. Estes elementos são também reconhecidos por outros interlocutores/as como entraves para os avanços na conversão total no início da conversão à agroecologia. A Sra. Fábيا, mediadora, salientou que nem todos os agricultores/as conseguem passar pelo período de transição, pois se produz menos e, conseqüentemente, obtêm menor ou pouca renda.

Mas o principal problema apontado pelos interlocutores/as do município de Verê para avançar em relação à conversão total da UPVF para agroecologia é a falta de *mão de obra* para o trabalho, considerando que os jovens deixaram o campo e a agricultura está sendo feita pelos pais e avós desta geração. Todavia, não é apenas este fator que compromete a agroecologia, pois o problema da periodicidade com que se faz o trabalho da assistência técnica apareceu com mais ênfase por parte dos interlocutores/as. O Sr. Adão assinalou que há *bons técnicos*, com conhecimentos e metodologias para trabalhar com o agricultor/a ecológico/a e, inclusive, com reconhecimentos notórios pelas suas capacidades na área, porém não estão sendo *bem aproveitados* no seu potencial, além de faltar um planejamento

estratégico de ações das entidades para estarem próximas às dinâmicas cotidianas dos agricultores/as.

Na agricultura *convencional*, diante de um problema encontrado, tem sempre disponível o técnico/a com a *receita pronta* para ser usada no combate de alguma doença, enquanto na orgânica ou ecológica, diante de um imprevisto, nem sempre há tempo e disponibilidade da assistência técnica para ajudar na resolução do problema. A questão crucial apontada a partir desta visão é a *insegurança* do agricultor/a, que nem sempre está preparado para vivenciar o processo de transição e diante de perdas e insucessos, desiste e retoma o *convencional*.

Os mediadores/as e dirigentes assinalaram que nestas questões, a organização de processos coletivos de educação para debater e socializar experiências são formas encontradas para solucionar tais problemas, contudo, a abrangência é menor em relação aos dispositivos e aparatos que as empresas possuem, além do maior número de técnicos batendo à porta da casa do agricultor/a com a *receita pronta*. Afinal, incentivar o agricultor/a a produzir com tecnologias ecológicas e não disponibilizar recursos/*conhecimentos* para sua viabilidade constituem-se numa das dificuldades para o avanço da agroecologia, tanto no aumento do número de grupos familiares, quanto aos avanços que deveriam acontecer para os que já estão no processo.

Em relação a esta mesma problemática, professores da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR) de Dois Vizinhos, numa conversa sobre os recursos tecnológicos que dispõem os agricultores/as para realizarem o trabalho, assinalaram que este processo na região, desde seu início, cunhou alternativas e conhecimentos nas ações empreendidas, pois não havia uma disponibilidade significativa de recursos para serem apropriados. Muitos conhecimentos foram trazidos pelos mediadores/as das universidades, inclusive, resultados de pesquisas foram sendo adaptados ao contexto e demandas das organizações na região. Foi na *ação e na reflexão* (método de educação popular) das práticas dos processos sociais que atualmente se vislumbra um acúmulo de experiências e conhecimentos resultantes destes processos que conformam um conjunto de *tecnologias alternativas*. Todavia, há ainda necessidade de investigações específicas, ou seja, de *técnicas de manejos* nas diversas produções que possam ser trabalhadas com mais seguranças e possam se converter em estratégias disponíveis para os agricultores/as.

Como já mencionamos, a partir das percepções de interlocutores/as, a falta de pesquisas para constituir avanços e gerar um ambiente com mais segurança como um dos elementos necessários para a agroecologia, ainda é um desafio. Dito de outra forma, diante de

um problema na produção de determinada cultura, saber o que fazer ou qual produto alternativo usar, segundo os dirigentes ofereceria maior segurança na produção e menos risco de *perdas*, pois quando ser agroecológico/a possa significar redução de renda e descapitalização do grupo familiar, o agricultor/a terá dificuldades em avançar na agroecologia. O Sr. Adão exemplificou as dificuldades, afirmando que entre *perder o produto* por não ter onde comercializar, por falta de estratégias de comercialização, ou produzir um *milho convencional* com *alto custo*, mesmo que não lhes sobre nada, mas tendo a venda garantida na cerealista, a maioria prefere ser monocultor dependente das empresas.

Esta visão é compartilhada integralmente por todos os interlocutores/as que admitem que há falta de pesquisas e o compromisso por parte dos responsáveis em gerar políticas públicas para avançar e consolidar um *capital tecnológico alternativo*, os quais classificamos como *manejos, técnicas, recursos e instrumentos de trabalho* (maquinários) que contribuam para tais avanços. Todavia, estes agricultores/as e alguns mediadores/as salientam que há na região uma série de conhecimentos e, inclusive, instrumentos de trabalho (máquinas), como abordaremos no próximo ponto do capítulo, que estão sendo experimentados e cunhados como *práticas alternativas* e que muitas das explicações oferecidas sobre a falta de assistência técnica *in locus* são *desculpas* por não serem prioridades do trabalho na perspectiva da agroecologia. Quanto ao acompanhamento, os mediadores/as defenderam que este seja *alternativo* ao modelo oferecido pelo *sistema convencional* que vai *impondo* ao agricultor/a *as formas de fazer*, ou seja, práticas com *receita pronta* oferecidas na porta da casa. Ao contrário disso, defendem processos coletivos nos quais os agricultores/as possam construir o *projeto de vida*, as estratégias de produção e suas formas de fazer, inseridas na realidade local e planejadas coletivamente, não dispensando a importância das visitas e de uma assistência técnica personalizada, que só tem sentido junto a processos coletivos.

A mediadora, Sra. Fábria, afirma que na agricultura ecológica são necessários mais conhecimentos comparados ao *sistema convencional*, considerando que a agroecologia é um sistema que funciona com vários fatores, interdependentes, num sistema dinâmico. Neste caso, o agricultor/a precisa conhecer elementos desde a ecologia à biologia, por exemplo, para compreender o que está fazendo. Não é apenas saber a receita de uma *calda* ou de um *composto* e aplicar para o controle de insetos ou mesmo algum *manejo* de plantas espontâneas. Estes recursos contribuem quando se compreende e se organiza a UPVF e obtém um sistema equilibrado. Em outras palavras, a apropriação do conhecimento se faz pertinente, desde as concepções das ciências as suas aplicabilidades, pois uma coisa não é descolada da outra. Isto os remete a perceber que os agricultores/as são detentores de um conjunto de

“conhecimentos científicos”, inclusive disponibilizados pelos mediadores/as nos processos traduzidos (CALLON, 1986) nas e pelas experiências. Alguns interlocutores/as, a exemplo do Sr. Darci, nos deram explicações fundamentadas nestes acúmulos e construções. Ele nos mostrou como identifica uma terra apta a sua produção ao segurá-la entre as mãos, para mostrar a umidade do solo.



**Fotografia 7 - Cobertura de Solo na UPVF do Sr. Darci. Iara Aquino Henn, 2009**

Os mediadores/as que estão no processo desde o início das ECAS, também assinalaram que a agroecologia terá maior abrangência com o comprometimento do Estado na construção de políticas públicas que venham sustentar esta agricultura, assim como os avanços da modernização conservadora, no que se referem à adesão às *tecnologias* em massa por agricultores/as, foram realizados com incentivos do Estado. Inclusive, os interlocutores/as afirmam que atualmente os técnicos/as batem à porta do agricultor/a com frequência para vender o *pacote tecnológico* articulado a projetos de financiamentos de crédito e de comercialização, consolidando e fortalecendo essa perspectiva de desenvolvimento. Logo, na agroecologia o Estado também teria que assumir sua parte na formação e democratização de conhecimentos, nos financiamentos e na construção de estratégias, como investimento social,

disponibilizando formas, instrumentos e recursos a serem apropriados pelos agricultores/as nos seus *projetos de vida*, assim como em outras dimensões que deveria estar amparando para além da pesquisa tecnológica, nas estratégias de produção, comercialização, entre outros.

Nas tensões identificadas no campo etnográfico em relação às formas e as estratégias adotadas para fazer a agroecologia, esta se constitui por análises contraditórias. Por um lado, os retrocessos citados por alguns dirigentes estão ligados à falta de assistência técnica, certa vigilância para encontrar soluções e a apreensão de *manejos* nos momentos cruciais durante o processo de produção. Por outro lado, a agroecologia nas formas que se faz atualmente na região, com todas as limitações em relação ao trabalho familiar, o acesso aos instrumentos de trabalho e a insistência do *pacote convencional*, as práticas *alternativas* aparecem nas falas como possibilidade de produzir alimentos, principalmente na fruticultura e a horticultura, com certo acúmulo de conhecimentos que, segundo os mediadores/as, deveriam ser incorporadas pelas políticas públicas e assistência técnica estatal. No caso do município de Verê, os avanços são reconhecidos no grupo de produção da uva que, além disso, vem transformando o produto em suco orgânico, como consta no capítulo que trata da comercialização, sendo uma das referências em estratégias de produção, agroindustrialização e comercialização associativa.

Esta “queixa” de que houve redução significativa no número de grupos familiares na agroecologia e que muitos voltaram a produzir na forma *convencional*, foi uma constatação de dirigentes e mediadores/as em vários municípios, inclusive em Francisco Beltrão. Numa das reuniões dos feirantes, um agricultor do Assentamento Missões relatou que com a saída das empresas que compravam a soja orgânica, muitos desistiram deste cultivo. Neste caso, segundo análise do Sr. Sérgio, agricultor ecológico e dirigente de uma associação, a desistência foi por parte de agricultores/as que estavam dentro do *pacote orgânico*, como versam no primeiro capítulo. Nesta mesma direção, a Sra. Rosa, agricultora ecológica e diretora da COOPAFI do município de Capanema, onde estão localizadas empresas de soja orgânica, também argumentou que, desde o início dos processos das ECAS, diminuíram os grupos familiares que produziam de forma orgânica na microrregião da Fronteira do Sudoeste. Relatou que as *práticas alternativas* de recuperação de solo com *adubação verde* e os *consorciamentos* nos plantios foram aprendizagens que desencadearam grande adesão, mas no meio do caminho, diante das dificuldades, muitos desistiram.

Todavia, a Sra. Isabel afirma que cinquenta por cento (50%) das pessoas da localidade onde mora ainda estão produzindo soja orgânica e uma diversidade de alimentos também sem o uso de agroquímicos. Nestes casos, tanto os que cultivam soja orgânica quanto os que estão

em outros pontos da região, usam produtos de base biológica, tidos como livre de contaminação, fazem *adubação verde ou orgânica*, organizam *barreiras*, usam *caldas*, optam muito mais pela *roçada* do que pela *capina* e fazem *cobertura de solo*, conformando uma mistura de práticas e *manejos* do agroecológico e do orgânico na região. Mas vale destacar que o orgânico é tido muitas vezes como monocultura e dependência das empresas, ainda que os grupos familiares da microrregião da Fronteira que participaram de processos sociais, mesmo que produzam soja orgânica para as empresas, fazem agrofloresta, produzem itens para sua alimentação, participam das Festas das Sementes, entre outros processos da agroecologia, a exemplo da Sra. Isabel e do Sr. Alfredo.

Portanto, o *limpo* e o *não-limpo* são conflitos ligados aos processos de conhecimentos e, conseqüentemente, às práticas coletivas e individuais da assistência técnica em construção, de forma tensa e ao mesmo tempo complexa, em uma diversidade de *alternativas*, discursos e ações que contribuem significativamente para fazer emergir a agroecologia como uma prática social.

Os interlocutores/as já reconhecem que possuem a UPVF mais equilibrada ambientalmente e isto lhes faz perceber que a agroecologia não é mais trabalhosa que o *sistema convencional*. Exemplos são os relatos da Sra. Isabel, de Capanema, do Sr. Tobias, de Francisco Beltrão, do Sr. Adir, de Coronel Vivida, do Sr. Gildo, de Planalto, do Sr. Sidnei e da Sra. Cláides, de Marmeleiro, ao compararem o trabalho, mesmo quando *braçal* ou *manual*, classificado por alguns dos interlocutores/as como cansativo, pesado ou penoso, são realizados por eles/as com *gosto, vontade, prazer*, por saberem que estão cuidando do ambiente e sendo benéfico para saúde. Outros, por fazerem uma reflexão mais minuciosa da questão, compararam o trabalho no *sistema convencional* nas pequenas unidades familiares, que em algumas situações, como na ocorrência de terrenos acidentados, são tão cansativos quanto na agroecologia, devido a restrições no uso de maquinários e outros instrumentos que facilitariam as tarefas. Ainda, alguns assinalaram que os *trabalhos manuais* em um ou outro sistema são cansativos, mas acrescentaram que uso de agroquímicos resulta em malefícios à saúde. Nesta perspectiva, o penoso nem sempre significa pesado ou cansativo, conforme aborda o relato:

Tem uns trabalhos que ainda, pode-se dizer, é um trabalho mais pesado. Mas se for ver, uma das coisas é um trabalho que você gasta um tempo grande para fazer, mas aquele trabalho é mais valorizado. Depois, hoje no sistema convencional, muitas vezes você trabalha bastante e lá no final não é valorizado naquilo que você fez, não é gratificado e daí que ele se torna um trabalho pesado. E muitas coisas que a gente trabalha aqui, que é visto como

cansativo, é você estar carpindo na roça lá. [...] Então, uma coisa que você tem lá roça para passar veneno, eu pra mim é um trabalho penoso, você andar lá com uma máquina [...] mas para vários agricultores convencional, não. Talvez nas áreas planas aqui, mas na área que é mais dobrada, lá o pessoal está com uma D20 nas costas, uma [máquina] de vinte litros, passando veneno. Pra mim aquele trabalho é pesado, que além de cansar com aquilo nas costas, ele está prejudicando ele mesmo. Agora, entre estar carpindo e suportar o sol quente, podendo se organizar para fazer isto, para mim não é um trabalho penoso, acho um trabalho que gratifica a gente porque está cuidando do meio ambiente e não está se contaminando. (Adir, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste do Paraná).

Paulilo (1987) sugere uma análise que converge com nossa discussão sobre o trabalho “pesado” e “leve”, a partir de investigações em regiões distintas do Brasil, na perspectiva de gênero. Transpomos para o contexto da agroecologia e compreendemos que a autora argumenta que, embora exista uma divisão entre uma e outra categoria, seus sentidos variam de um espaço para o outro. Trabalhos que num determinado contexto são considerados “leves”, no outro são “pesados”. Todavia, a remuneração e as distinções não são realizadas apenas pelo tempo gasto e força física empregada, mas pela distinção de sexo. As mulheres recebem menos e conjugam múltiplas tarefas no cotidiano. Tal estudo se refere à construção social das categorias “leve” e “pesado” e contribui nesta análise na perspectiva comparativa entre os trabalhos realizados na agroecologia e no *convencional*, problematizando o uso e a disponibilidade de instrumentos para facilitar o trabalho, ou seja, quais elementos contribuem para tornar “leve” o que se considera “pesado”.

As narrativas evidenciam distintas concepções do que é um trabalho “leve” e “pesado”. Todavia, o que aparece com mais frequência é que penoso é capinar com enxada quando há ou não *sol quente*, roçar, arrancar ou ralear plantas espontâneas, passar *caldas* ou repelentes com máquina *costal*, arar a terra com instrumento de tração animal, entre outros, que exigem uso de força física. Ou ainda, aqueles em que se gasta mais tempo de trabalho, como na horticultura e na fruticultura e as pulverizações, sendo também classificados como desconfortáveis aqueles que exigem certas posições físicas, como ficar por muito tempo abaixado ou curvado para o transplante de mudas de hortaliças. Entretanto, parte do que é classificado como trabalho “pesado”, aparece nas críticas que os agricultores/as ecológicos/as recebem dos *convencionais*, pois todos os interlocutores/as realizam estes trabalhos, com mais ou menos frequência, alguns com auxílio de máquinas e implementos (instrumentos) adaptados. A intensidade depende do conhecimento dos *manejos* e da adaptação destes na UPVF, bem como, do tempo de conversão que possui, sendo que disto depende o reequilíbrio

ambiental. Por exemplo, a *adubação verde* e a *cobertura de solo* exigem menos capina e roçado.

Conceituamos trabalho *manual* como aquele em que se usa a força humana e que ocupa um tempo maior na sua execução, sendo classificado pelos interlocutores/as como *pesado* ou *penoso*. Adverso deste é o *trabalho leve*, que surge nas críticas comparativas entre os agricultores/as *convencionais*, para quem tudo o que é realizado com o uso de agroquímicos, que a princípio parecem diminuir o uso da força física e diminuem o tempo gasto, torna-se mais *fácil*, principalmente no que se refere a *limpar* a lavoura ou *dessecar o mato*. Essa é uma realidade que se apresenta em duas situações distintas: primeiro, é uma “facilidade” o uso de agroquímicos e da própria mecanização em terrenos planos por agricultores/as mais capitalizados, monocultores/as em grande escala, sendo passível esta comparação. Porém, é muito restrita em termos de trabalho, pois na agricultura ecológica produz-se em pequena escala e de forma diversificada. Segundo, quanto ao uso de agroquímicos nas pequenas unidades familiares *convencionais*, alguns dos trabalhos são feitos por máquinas *costais*, fator classificado pelos agricultores/as ecológicos/as como mais *penoso* que os *manejos* que fazem, devido aos efeitos da contaminação. E ainda, no caso dos terrenos íngremes, quase não há maquinários e instrumentos que facilitem o trabalho em ambas das formas de agricultura.

Os mediadores/as contestam as afirmações de que os trabalhos na agroecologia, por serem *manuais*, não necessariamente tenham que ser tão *pesados* e *cansativos*, ou que dispensariam totalmente o uso de maquinários, pois não é mais passível de aceitação o sofrimento humano diante de tantos avanços tecnológicos. Também, ser agroecológico/a não significa rejeição às tecnologias<sup>115</sup> que podem facilitar e viabilizar o trabalho, pois este não necessariamente tem que ser realizados nas condições do *burro de carga* e do *atraso*, como são classificados alguns agricultores/as ecológicos/as pelos *convencionais*. Contrários a estas classificações os mediadores/as argumentam duas questões principais sobre as tecnologias: uma de cunho ecológico, pois não devem degradar o ambiente; outra de cunho social, que possibilitem *autonomia* na produção, evitando-se instrumentos com altos preços que não se pagam na geração de renda destes grupos.

---

<sup>115</sup> Classificamos como tecnologias, neste caso, todos os manejos, técnicas ou instrumentos de trabalho, máquinas agrícolas, sementes, adubos e inseticidas. É um aparato tecnológico que na agricultura moderna está agrupado no que se chama de *pacote tecnológico* que prevê as condições e materiais de todo ciclo de uma produção.



Contudo, os significados de trabalho “leve” e “pesado” no contexto da agroecologia não são isentos de tensões e variam de percepção entre os interlocutores/as, sendo que a maioria admite não serem fáceis as estratégias de produção que exigem trabalho *manual*, contudo não são impossíveis de realizar. Em relação à produção *convencional*, sustentaram que o princípio da *autonomia* e o *reconhecimento* pelo que produzem contribuem para não ser *penoso*, como aparece no relato do Sr. Adir, sobre o contato com os herbicidas e inseticidas como algo prejudicial a saúde. Alguns princípios sustentam e explicam como tais atividades podem ser prazerosas para os agricultores/as ecológicos/as: primeiro porque estão produzindo o próprio alimento sem contaminação química e preservando os recursos naturais; segundo, estão contribuindo para a *autonomia* do agricultor/a no enfrentamento da agricultura moderna. O relato da Sra. Claídes confirma tais princípios:

Eu ainda acho que trabalho dá prazer de lidar. Por exemplo, eu nunca achei o trabalho pesado, porque a gente tem que se organizar, também não é assim né. Porque tem gente assim, quando tem um trabalho, nem vai pra casa de meio dia almoçar, tocam direto porque tem que fazer, né. Acho que não pode ser assim. A gente tem que se organizar no trabalho. Até hoje, eu não acho o trabalho pesado, eu trabalho por prazer, pra mim é um prazer ir lá plantar, porque é uma mística você trabalhar, você botar a semente na terra, acompanhar o crescimento e desenvolvimento dela, depois você vai lá colher, ela já tem o seu destino que é a minha mesa, a minha cozinha, isso dá prazer. (Sra. Claídes, agricultora ecológica)

A narrativa da Sra. Claídes e de outros agricultores/as evidenciam que o trabalho é uma construção social, embora não seja a única dimensão que perpassa o cotidiano. Ela assinala a organização do tempo como fator determinante para *sofrer menos* ao fazê-lo e baseia-se no ciclo da natureza como algo que lhe oferece possibilidade de observação e valorização do que faz. Também a Sra. Isabel relatou que não acha sua forma de produção orgânica mais trabalhosa do que no sistema *convencional* e tem horários de descanso e de trabalho tanto quanto os que usam agroquímicos para diminuir o tempo empregado e o esforço físico. Nesta mesma linha de pensamento, o Sr. Aores assinalou que não é possível somente trabalhar, mas há que planejar seu tempo também para o lazer e participação nas organizações e movimentos sociais. Portanto, trabalho é uma das dimensões que compõem o cenário agroecológico entre outras como o lazer e a participação social, e a *penosidade* está ligada ao cumprimento de certos princípios e apreender *manejos* que facilitem a produção.

Conforme as narrativas do Sr. Osvaldo e do Sr. Denílson que trabalhavam com aviários em regime de integração com as empresas Sadia e Diplomata, ao migrarem para a produção de grãos ecológicos e respectivamente para a produção de leite a base de pasto,

passaram a trabalhar menos e conseguem *autonomia* para se organizarem, fator que, segundo eles, ajuda a construir as próprias regras e educar-se para tirar o tempo de descanso ou de lazer. Além disso, passaram a conceber o trabalho como formas de sustento e geração de renda e não apenas de exploração. O Sr. Osvaldo foi enfático ao relatar que seu trabalho capitalizava cada vez mais os donos da integrada de frangos e para ele sobravam apenas “*calos*” nas costas e dívidas com as exigências de renovação do aviário. O Sr. Denílson chegou a afirmar que trabalha sessenta por cento (60)% menos.

Mas há controvérsias. Alguns agricultores/as ecológicos/as relatam a dicotomia que veem no trabalho que necessitam fazer em relação ao que os agroquímicos têm substituído. Segundo o Sr. Décio, por exemplo, a horticultura necessita de trabalho diário, assim como a produção de leite, enquanto o monocultivo de grãos de base agroquímica exige menos esforço físico e possibilita mais tempo ocioso para *ficar em casa* ou *passar*, pois além de plantios anuais, exigem menos a presença humana e são realizados com máquinas, no caso dos terrenos planos. Mas isso para ele não é fator relevante, pois jamais voltaria a produzir usando agroquímicos e não optaria pela monocultura de grãos.

A questão do trabalho *pesado*, segundo mediadoras como as engenheiras agrônomas Sra. Janete e Sra. Fábiana, na maioria das vezes é usada como desculpa para não permanecer ou migrar para a agricultura ecológica. Apesar de que estas interlocutoras também salientam que a falta de conhecimento contribui para a percepção de que a agroecologia é mais trabalhosa ou o trabalho é mais *penoso*. Pois assim como a *roça limpa* é substituída pela *roça com cobertura de solo*, por exemplo, diminuiu-se muito a necessidade das capinas, que a *priori* são trabalhos classificados como *penosos*, pois além de exigir muito tempo é um esforço físico, que somado ao sol quente, torna-se ainda mais difícil de fazer. Alguns agricultores/as também reconhecem que muitos desistiram da agroecologia em função do trabalho, mas para o Sr. Adir a *autonomia* de sua produção é compensatória em relação a fazer alguns trabalhos que se torna, às vezes, mais *cansativo* ou *pesado* pelo grau de dependência e das poucas sobras na renda obtida. O fato de atribuir valor ao seu produto é apontado como premissa de não perceber os *trabalhos manuais* como *penosos*:

[...] No início, muitos até começaram a fazer algum trabalho, mas muitos acham que é trabalhoso. Mas só que se ir ver lá no fundo, no início é trabalhoso, mas depois de você ter certa rotina, certos manejos dentro da propriedade, não é mais assim. Ele dá trabalho, mas não são trabalhos penosos, são trabalhos que você tem no dia a dia ali, você tem que estar ali. Mas outros, se você ver a questão das integradas de leite ou o sistema integrado de aves e de suínos, o pessoal trabalha e aí eu acho que esses trabalhos são muito mais pesados do que o trabalho que a gente faz. Que na

verdade, aqui a gente trabalha, mas quem faz o valor do produto, de três e cinquenta no quilo de feijão, vamos dizer, um real o quilo de batata doce, a gente não chega lá e diz quanto que você vai pagar por isso, isso aqui é tanto, nós temos vendendo a tanto.” (Adir, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste do Paraná.).

O Sr. Orides comparou as facilidades entre o trabalho da agroecologia e o sistema *convencional* e mencionou que, se olhar pelo lado do esforço físico, usar agroquímicos torna-se bem mais fácil e se faz com menos tempo. Relatou que ainda usa a enxada<sup>116</sup> para alguns *manejos*, mas os vizinhos, proprietários de menor quantidade de terra que aderem aos agroquímicos, classificam-no de *louco*, mas ele está na agroecologia por pensar na saúde, no cuidado com os recursos naturais e em outro projeto de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o trabalho exigido por alguns *manejos*, como a *cobertura de solo* e *adubação verde*, não é visto como difícil de realizar. Na agroecologia as chamadas *plantas espontâneas* não são vistas como *ervas daninhas* ou *inços*, como no sistema *convencional*. Muitas destas, inclusive, servem para *adubação verde*. Ele exemplifica suas estratégias comparando com uma fração de terra em que produziu de modo *convencional*:

Cobertura de inverno, a aveia, por exemplo, não é uma boa cobertura pra quem vai plantar milho, então seria avica ou nabo, e onde tu vai plantar feijão é bom a de aveia. Agora, boa cobertura que eu digo é fazer e não soltar a vaca, que o que tá estragando as nossas terras é a vaca né, diz que faz cobertura, mais a vaca deixa rapado, e daí como é que fica? Com esse sol que deu, eu percebi, por exemplo, um pedaço de milho que tinha na cobertura de avica pegou todo o sol, mas deu milho e, onde foi feito convencional que tinha soltado as vacas, de dois alqueires me sobrou limpo 130 sacas de milho. Então aquela história, onde tu tem cobertura, a planta não sente muito e não te dá muito serviço. (Sr. Orides, agricultor ecológico).

Alguns agricultores/as relataram como era o trabalho na UPVF antes e como é hoje com a disponibilidade de mais instrumentos de trabalho. Antes era tudo *trabalho manual*, não havia trilhadeira, batedouro, todo o plantio de grãos era feito com máquina *manual* e se lavrava a terra com arado de boi. Agora, têm plantadeira com tração animal, entre outros, como mostrará o próximo ponto.

---

<sup>116</sup> O trabalho com a enxada nem sempre é necessário, pois depende muito da produção. Na agroecologia não se cultiva com o solo descoberto, então nem todas as plantas espontâneas são retiradas. Todavia, roçar, ralejar são *manejos* importantes para não sufocar o que está sendo produzido. Inclusive, tem algumas plantas que no sistema *convencional* são consideradas *inço*, enquanto na agroecologia podem ser uma *adubação verde* ou apenas servir de *cobertura de solo*.

## Reinventando tecnologias

O agricultor ecológico Sr. Osvaldo, do município de Ampére, iniciou o relato argumentando que a partir da participação nos movimentos sociais percebeu que existe *outro mundo, socialmente justo*. Antes não tinha esta visão, sendo que em relação ao irmão e ao pai, tem hoje uma concepção distinta das formas de ser e fazer na agricultura. Numa UPVF de cinco alqueires de terra, seus pais vivem da atividade de um aviário, enquanto o irmão e seu grupo familiar trabalham com outros dois, ambos integrados à empresa Diplomata. Seu relato segue um corte de tempo entre *antes e depois*, quando pensava da mesma forma que os agricultores/as que continuam no sistema *convencional*, pois ele também trabalhou durante 12 anos no sistema de integração de frangos. Porém, em determinado momento percebeu que *ou dançava conforme a música ou se tornava um excluído* e que enquanto trabalhava muito e não tinha o controle da produção e da renda, a empresa crescia cada vez mais. Após ter esta *consciência*, iniciou a experiência de produção de grãos ecológicos em dois alqueires desta UPVF, geralmente com o apoio de sua mãe, pois ele mora na cidade, a esposa trabalha fora e as filhas estudam na cidade.

Relata a convivência entre ele, o pai e o irmão, permeados por conflitos em relação à agroecologia. Enquanto ele defende esta agricultura como uma forma de construir o *novo mundo* e a conservação dos recursos naturais para que outras gerações possam viver, eles defendem as *formas convencionais* de produzir, tanto que ao fazer esta ruptura com eles, seu pai precisou assumir um dos aviários e ele sozinho trabalha com uma diversidade de grãos em fração desta terra. Para o Sr. Osvaldo, o mais importante *é o ser e não somente o ter* e para os outros a lógica é ao contrário. Ilustrou tal afirmação contando que sua mãe sonhava ter uma casa melhor, porque a sua estava muito velha. Então, com seu incentivo se associaram à cooperativa de crédito rural com interação solidária - CRESOL e financiaram uma casa nova. Para o pai isto não era importante, pois todos os recursos eram destinados à modernização dos aviários, já que na sua concepção *casa não dá lucro*.

No relato, classifica o cultivo de grãos e de outros alimentos para consumo como *produção diferenciada*, assinalando que nestes dois alqueires também estão organizadas as pastagens para a produção de leite, a qual a mãe é responsável. Cultiva arroz, amendoim, gergelim, linhaça, feijão, milho, trigo, soja, centeio, milho pipoca, aveia e tubérculos, como as seis variedades de mandioca e a batata-doce que comercializa na feira. Ainda, mantém vários

cultivos de *adubação verde*, como mucuna anã, feijão guandu, tremoço, mucuna de cipó, ervilha forrageira e ervilhaca, cujas sementes comercializa com outros agricultores/as. Salientou que usa o próprio centeio como *cobertura verde* para proteger a terra dos raios ultravioletas do sol, evitando ser queimada. Outra experiência iniciada junto a estes cultivos é da agrofloresta com variedade de frutíferas, como banana, abacate, mamão, consorciados com mucuna anã no verão e avica no inverno. Toda a produção tem por objetivo, primeiro, constituir uma diversidade de alimentos para o consumo do grupo familiar; segundo, para comercialização na feira como *produto ecológico* e à medida que vende mais, anima-se a aumentar algumas produções.

Para realizar os *manejos* necessários no cultivo dos grãos e outras variedades, possui uma junta de bois que lhe possibilita realizar tais atividades, mas de início já assinalou que *fácil não é, pois a maioria do trabalho é braçal*. Porém, o agricultor tem que ir pensando estratégias produtivas, pesquisando, modificando e melhorando suas técnicas e às vezes adaptando certos instrumentos para facilitar o trabalho. Ou então, usar a natureza a seu favor. Exemplificou esta afirmação relatando que fez plantio direto de milho com a *plantadeira de tração animal* sobre a *resteva* de mucuna. Para plantar o trigo, passou o *rolo faca* na mucuna para derrubar a palha no solo e plantou em cima, semeando com a mão, mas a semente não chegou ao solo, pois a camada de palha era espessa, então usou a grade de boi leve. Para ele, a questão está em *fazer e refletir*, ou seja, pensar se não tem outra maneira para fazer com mais facilidade. De certa forma, o próprio agricultor faz *pesquisa*, tentando algumas coisas diferentes e caso não possa a colocar toda a produção em risco, faz num *cantinho* para testar.

Para o Sr. Osvaldo, fazer estas experiências é descobrir formas de executar o trabalho de forma menos sofrida, inclusive, menos *penoso*. Por exemplo, o milho pode ser consorciado com *adubação verde* de mucuna anã, que abafa outras plantas espontâneas fazendo com que estas não venham a competir com a planta de produção. Para ele, são *técnicas* a aprimorar para evitar tanto trabalho. Já o arroz é semeado com plantadeira de tração animal e neste caso é preciso remover levemente o solo, já que esta cultura necessita de terra mais fofa para germinar. Segundo o agricultor, ainda não foi testado um jeito melhor para cultivar o arroz sem remexer a terra. A linhaça é semeada com a mão e depois se passa a grade. Para esta cultura é preciso ter um solo mais *limpo* de plantas espontâneas para não complicar na colheita, no caso, um solo que teve *cobertura verde* ou *palhada*. Com dois ou três anos de plantio de mucuna, o banco de sementes das plantas espontâneas na terra vai diminuindo.

Os *consórcios* (ver Anexo 2, croquis 1, 2, 3, 4) são práticas que o Sr. Osvaldo utiliza para cultivar mandioca e milho. Relatou que já experimentou milho com mandioca, mandioca

com feijão, mandioca com crotalária, ou milho com esta última cultura, porém, há o que aperfeiçoar nestes *manejos*, com observações, registros e reflexões para melhor adaptação, dependendo das condições climáticas, entre outros fatores da região. Além disso, é muito forte ainda a ideia de cultivar na lógica da monocultura, entretanto, esta é uma prática das gerações anteriores. Ele salienta a necessidade de melhorar as práticas de *consorciamentos* com estudos e experimentos, pois cada cultura tem sua época de plantar, assim como, o período de maturação e caso não se conheça o suficiente, ao invés de facilitar o trabalho, este *manejo* poder se tornar incômodo.

Perguntamos como se processa a colheita dos grãos, narrados como culturas mais difíceis de produzir pela necessidade maior de *trabalho manual* e insuficiência de pessoas nos grupos familiares para realizá-lo. Além disso, as terras não são aptas para mecanização dificultam o plantio por inviabilizar o uso de maquinário e mesmo na agroecologia com terras planas, porém em pequena escala, não há muitos tipos de máquinas, pois as colheitadeiras não são recomendadas porque o peso elevado gera a compactação do solo, necessitando muitas vezes ser revolvido para plantios, dependendo da próxima produção.

O Sr. Osvaldo confirma as questões acima, todavia, algumas culturas são colhidas com máquina e outras de forma manual. Apesar de sua terra ser plana e oferecer condições para *colheita mecanizada*<sup>117</sup> é necessário pensar na finalidade dos grãos, se este é para venda imediata, para transformação ou, ainda, se estes grãos serão armazenados para uso interno na UPVF. O milho, por exemplo, pode ser transformado em canjica ou *quixerinha* para venda na feira, ou armazená-lo na própria espiga para melhor conservação e uso posterior. Outro aspecto a ser considerado no uso de máquina para colher é a extensão da produção. Enfim, a falta de planejamento pode criar um problema depois. Então, mesmo em terreno plano, muitas vezes o Sr. Osvaldo opta pela *colheita manual*, tanto pela utilização do produto quanto pelos malefícios ocasionados ao solo pelo maquinário.

Quanto a *revolver* o solo, o Sr. Osvaldo afirmou que para algumas culturas de grãos há necessidade de fazê-lo de forma leve, com equipamentos como o *arado* ou *pé de pato* de tração animal, mesmo que isso acarrete certa perda na fertilidade, ou então, fazer um processo de descompactação com a *adubação verde*, apesar de ser um processo mais lento, mas com

---

<sup>117</sup> Classificamos de *colheita mecanizada* quando determinadas culturas são colhidas com colheitadeiras (ceifas) movidas a óleo diesel, usadas na região nas culturas do milho, soja e trigo em grande escala. Geralmente estas máquinas são de grande porte, de alto custo para compra ou para o agricultor/a pagar por hora de uso. Para plantio e pulverização há vários instrumentos acoplados em tratores. Já os agricultores/as ecológicos/as não produzem em grande escala e dependendo da cultura alguns usam tratores de pequeno porte para o trabalho, outros usam ainda instrumentos adaptados de tração animal, os quais classificamos de *trabalho manual*, *colheita manual*.

mais benefícios à terra. Senão, a cada três anos precisa mexer a terra para o plantio de trigo, de arroz ou da própria linhaça. Argumenta que os instrumentos de tração animal na remoção do solo ainda são mais benéficos do que aqueles puxados pelo trator, mesmo que na agroecologia o trabalho seja mais demorado. Exemplificou tal situação afirmando que no ano de 2009, devido às grandes quantidades de chuva, não conseguiu preparar e cultivar toda a área de grãos como fazia anteriormente, então preencheu algumas frações com *adubação verde* e deixou a terra descansar, deixando a *natureza agir por conta*.

Diante de tal afirmação, perguntamos se não tinha perdas na produção e na renda ao deixar de produzir em determinada área, já que os cultivos são cíclicos e cumprem determinados períodos. O agricultor relatou que não reduz os ganhos, mas faz um *adiamento* da renda, pois depois terá uma área naturalmente fertilizada e sem custos. Muitas vezes, se não insistisse em fazer períodos de descanso do solo, teria que colocar *adubação orgânica* ou química. Exemplificou que no ano anterior insistiu no plantio de soja orgânica remexendo minimamente a terra. Isto possibilitou a vinda das *plantas espontâneas*, conseqüentemente, teve muito trabalho na retirada destas para não competir com a soja, precisou passar o arado por duas vezes e três *limpas* com enxada porque o calor e a umidade facilitaram o desenvolvimento destas. Também caiu muito o preço desta cultura naquele ano, ocasionando redução na renda, pois se tivesse plantado a *adubação verde* teria fertilizado naturalmente a terra e obtido uma renda melhor na venda destas sementes, bem como, teria no próximo ano uma terra fértil e boa produção de outra cultura. Assinalou que muitas vezes custos e renda ficam *empatados* e não obtém os rendimentos pretendidos por falta de *analisar e refletir*, pois nem sempre fazer *pousio* é representa menor rendimento, “às vezes o que parece ganhar menos não é assim, quando analisado, pode no próximo ano render muito mais” (Sr. Osvaldo, agricultor ecológico). Comparou o valor que recebeu pela soja orgânica, menos que um real (R\$ 1,00) por quilo, enquanto a semente de mucuna vendeu a três reais (R\$ 3,00) o quilo, sem nenhum custo de produção.

A colheita de outros grãos, como o arroz e o trigo, é realizada com foice, carregada na carroça e guardada no galpão. À medida que vai se organizando, usa o batedor ou a trilhadeira e no caso do milho leva ao moinho para fazer canjica. A aveia, entre outras culturas plantadas com objetivo de adubar e fazer *cobertura* com a palha, é derrubada ainda verde como o *rolo faca*, para posterior plantio de grãos. Ainda, algumas sementes de *adubação verde* e parte dos grãos são armazenadas e trituradas para ração caseira para o gado. Grãos menores e lisos, como linhaça e gergelim, têm que ser *malhados* com o *manguá* (duas varas atadas por uma corda, para manualmente bater os grãos sobre uma lona), pois se perdem muito no batedor e

os pequenos grãos não são retidos na peneira de limpeza. O Sr. Osvaldo assinalou que não existe máquina para isso, ou se tem, ele não conhece. Para ele, falta desenvolver um equipamento, ou adaptar uma máquina, para atender produções em pequena escala.

Dos instrumentos de trabalho que inventou ou tentou adaptar, nem tudo deu certo, pois isto exige tempo, conhecimentos, criatividade e materiais que muitas vezes não estão ao seu alcance. Por exemplo, está desenvolvendo uma *máquina para descascar amendoim*, tentando fazer diferente das que já existem na região. O *rolo faca* já está sendo transformado, melhorado. Fez também uma adaptação na *plantadeira* que veio com disco de corte para plantar na palha, mas ele fez uma modificação para plantar melhor.

Perguntamos se obteve êxito nos instrumentos que tentou adaptar e inventar. Ele respondeu que alguns sim, outros não e às vezes estraga alguns materiais, porque abandona e deixa um tempo de lado para poder refletir, socializar as ideias com outros agricultores/as, para talvez reinventar (DE CERTEAU, 2007) outros instrumentos. Lamenta suas decepções com algumas invenções, já que este é um trabalho que exige pesquisa e seria de responsabilidade também das universidades e centros de pesquisas, em parceria com órgãos governamentais, para desenvolverem instrumentos de trabalho adequados à realidade dos agricultores/as, incluindo os terrenos acidentados.

O Sr. Osvaldo assinalou várias vezes durante a narrativa que inventar e adaptar instrumentos de trabalho, que facilitem a realização dos *manejos* agroecológicos, são desafios de *domínio público*, pois a sociedade em geral tem o direito de se apropriar de conhecimentos das várias áreas, a exemplo das contribuições da engenharia, para debater e pensar junto às universidades, por meio de pesquisas, instrumentos de baixo custo, leves e adaptados às distintas produções e condições geográficas dos terrenos. Boa parte desta responsabilidade, segundo ele, é obrigação das políticas públicas dos governos para gerar *tecnologias* que não se limitam a instrumentos, mas se estendem à questão da seleção e reprodução de sementes, políticas de comercialização, projetos de financiamentos de créditos.

Esta interação (diálogo/negociação) entre a prática dos agricultores/as e o debate com as universidades e centros de pesquisas poderia evitar os erros e o abandono de certas *invenções*, porque muitas vezes não há tempo, conhecimento suficiente e recursos para o agricultor aprimorá-las sozinho. Salienta que a população poderia ser *engenheira* de seus inventos. Assinalou com ênfase que atualmente este domínio é das grandes empresas, que oferecem instrumentos com altos custos que não são para as pequenas e diversificadas produções.



Exemplificou suas afirmações relatando uma conversa que teve com um torneiro mecânico sobre um equipamento para *ralear* plantas espontâneas mais finas, que nascem entremeio aos cultivos e podem ser *arrancadas* facilmente. Sua ideia era usar dois rolos juntos, como um cilindro de fazer pão, porém emborrachados. Não poderiam ser de ferro porque a pressão cortaria o *mato*, mas um material mais aderente arrancaria a planta da terra com a raiz. Para ele, esta invenção é simples, só que tem que ser da largura da carreira em que se insere tal produção, ter uma regulagem sem muita pressão, rodar os rolos na mesma velocidade. São questões práticas, mas que ao tentar concretizar vai percebendo os ajustes necessários, nem sempre de conhecimento e acesso do agricultor/a, mas da engenharia. Como visto, os agricultores/as possuem muitas ideias, mas faltam recursos e conhecimentos de outras áreas para que possam colocar em funcionamento tal máquina. O projeto poderia ser concebido pelos agricultores/as, a universidade e centros de pesquisas colocaria seus conhecimentos na execução e ao Estado por meio de política públicas caberia investir recursos financeiros no desenvolvimento e concretização dessas tecnologias.

Para ele, isto teria um *impacto social* maior na geração de empregos, no aumento da *sabedoria do povo*, impulsionando outra linha de pensamento e passando o controle para a sociedade elevar o nível de pensamento em outras questões. Inventar uma máquina não significa apenas fazê-la e usá-la, todavia, estão em jogo várias questões que impulsionam o grau de apropriação de conhecimentos, menos formas de dominação, o exercício de cooperação, entre outros. O Sr. Osvaldo explicou isso para exemplificar o que seria uma prática de *domínio público*.

**“A agroecologia se propõe a uma releitura das relações do trabalho, do mundo da produção, das relações entre pessoas e natureza.” (Sra. Janete)**

[...] nossas ações são enfim reconhecidas como politemporais.

Eu talvez use uma furadeira elétrica, mas também um martelo. A primeira tem vinte anos, o segundo centenas de milhares de anos. Eu serei um carpinteiro “de contrastes” porque misturo gestos provenientes de tempos diferentes? Eu serei uma curiosidade antropológica? Ao contrário, mostrem-me uma atividade que seja homogênea do ponto de vista do tempo moderno. Alguns dos meus genes têm 500 milhões de anos, outros 100.000, e meus hábitos variam entre alguns dias e alguns milhares de anos.

**Bruno Latour (1994, p. 74)**

A Sra. Janete, agricultura ecológica e mediadora, casada com o Sr. Sérgio, liderança e diretor de uma organização, tem como estratégia principal a fruticultura, entre a diversidade de cultivos, com uma produção maior de pêssego e uva, entre outras frutas, como figo, caqui, laranja e bergamota das variedades montenegrina e pocam. Ambos relataram as dificuldades sentidas principalmente nos processos de colheitas dos pêssegos e seu transporte até próximo da moradia, onde fazem a classificação e organizam as entregas de comercialização. Experimentaram carregar com a carroça de bois, com carrinho de mão, com cestos e com a própria camioneta, embora esta última não compensasse pelos gastos e desgastes.

Diante desta realidade, obrigaram-se a comprar o trator de porte pequeno, investimento pelo qual receberam críticas. A Sra. Janete, como resposta, desafia as pessoas a experimentarem o trabalho que para eles era muito mais difícil sem o maquinário, sendo que o fato de fazer alguns *manejos* com o auxílio do trator não torna a produção melhor ou pior na perspectiva ecológica. Atualmente se questionam como seria carregar toda a produção de milho para o paiol sem o uso do trator, por exemplo, trabalho que agora ela pode fazer sozinha. Com a junta de bois seria menos viável e diante do pouco tempo que dispõe, tal maquinário facilita e torna menos *penoso*, o que não significa não ser cansativo.

Pelo contrário, ter alguns recursos de mecanização representa ampliar a *qualidade de vida* das pessoas. Como outros mediadores/as, ela também assinala que não se concebe a agroecologia como sinônimo de sofrimento humano e nem tem que ser mais trabalhosa em relação à agricultura *convencional*. Exemplificou isso comparando o tempo que trabalhava na

roça na UPVF dos pais, dizendo que o trabalho era mais *penoso* do que atualmente na agroecologia, pois se capinava muito mais com enxada.

A Sra. Janete também relata que o projeto da agrofloresta na Assesoar (ver anexo 2, croqui 5), prevê o plantio de árvores frutíferas e para madeira, com distanciamento mínimo para mecanização, inclusive para passagem de um trator de pequeno porte, mesmo com o cultivo de culturas anuais. Não há possibilidade de fazer o trabalho sem o mínimo de mecanização se isto significar trabalhar mais do que já é habitual, ou se este for ainda mais *penoso*, e também considerando a diminuição da população rural, jovens e adultos, mesmo na agroecologia ou na produção orgânica. Entretanto, assinala que *trabalhar é necessário*. Compara-se com o trabalhador da cidade que tem horários determinados para cumprir, sendo que na agricultura, se a família não trabalhar, o custo disso será adicionado nos agroquímicos, que no caso estará substituindo o trabalho pelo valor monetário, repassado às empresas produtoras dessas tecnologias.

Diante da *tensão* entre os sentidos e os significados que assumem o trabalho “leve” e “pesado”, tanto do ponto de vista de Paulilo (1987), quanto na forma já abordada anteriormente, o relato acima traduz os conflitos de uma agricultura com necessidade de mecanização, seja em maior ou menor grau. Neste relato emblemático e complexo estão os nós dos fios que ligam esta rede (LATOUR, 2008), tanto na questão da resistência em permanecer na agroecologia, quanto aos avanços em direção a um maior número de agricultores/as migrarem do *convencional* para a agricultura ecológica. Por exemplo, a mesma mediadora problematiza o significado de tecnologias de um sistema em relação ao outro. Mostra em suas reflexões, em vários momentos de conversas, que muitas vezes falta compreensão quanto a apropriação dos conhecimentos – *manejos* e *técnicas* - que conformam a rede de *tecnologias alternativas*. O que acontece? Segundo análise também de outros mediadores/as, há duas questões principais, já descritas, mas que valem ser retomadas pela relevância que assumem no que se refere à questão produtiva.

Primeiro, a grande confusão e o próprio preconceito em relação a ser agricultor/a ecológico/a com significado de retrocesso, *volta à enxada*, pois isso, segundo análise dos mediadores/as, é uma das formas de resistir concomitante a falta de conhecimentos para migrar de um sistema para o outro. Não obstante, há uma disponibilidade de *manejos*, embora ainda possuam limitadores diante dos avanços tecnológicos. A Sra. Janete afirma que “[...] *agroecologia não é retrocesso ao passado, a agroecologia se propõe a uma releitura das relações do trabalho, do mundo da produção, das relações entre pessoas e a natureza*”, portanto esta agricultura não é igual a das gerações anteriores. Na mesma direção, Khatounian

(2009) afirma que a agricultura da geração dos nossos avós possuía elementos importantes para a sustentabilidade nos *manejos* que faziam, por exemplo, no tratamento de doenças dos animais, na forma de *manejar* esterco, nas variedades de cultivos vindas de vários séculos de seleção. Todavia, a agricultura destas gerações foi uma prática degradante das florestas, pois apenas extraía dos recursos naturais, sem preocupação com *manejos* sustentáveis dos agroecossistemas. Neste caso, são aspectos culturais em relação ao trabalho ou em relação às questões ecológicas, que mesmo a agroecologia se apropriando de elementos da agricultura *tradicional*, não significa *a volta ao passado*, nem tem ligação com adjetivos como *atraso*, *burro de carga*, *loucura*, entre outros termos que aparecem nomeando agricultores/as ecológicos/as.

Segundo, a compreensão dos mediadores/as e dos próprios agricultores/as é de que as tecnologias estão sob *domínios* e controles de grandes empresas, como já mencionou o Sr. Osvaldo na sua narrativa, quando mostra o que é de fato ou o que deveria ser de *domínio público*. Para a Sra. Fábila, mediadora, o maior problema está relacionado à pesquisa e os desdobramentos destas, como elementos de acesso aos agricultores/as, pois as grandes empresas não têm interesse em desenvolver instrumentos para uma agricultura que exige maquinários leves, com menos custos e para atividades diversas, que não se propõe a produzir em grande escala. Nesta perspectiva, o princípio máximo de lucro não teria muitas chances de se concretizar, como afirma o Sr. Gilson, agricultor ecológico, que percebeu a viabilidade de sua produção quando compreendeu a diferença entre *produzir diversidade e não só quantidade*.

A Sra. Janete contesta a visão de que não há tecnologias para a agricultura ecológica, sendo que muitos enxergam sua existência apenas no sistema *convencional*, ou seja, no que as empresas oferecem para o plantio de soja transgênica ou outras culturas.

Tem outra coisa que as pessoas dizem que não se tem tecnologias na agroecologia. Tecnologia se tem na produção transgênica, na monocultura, enfim. Não é verdade, você tem tecnologias também para trabalhar na agroecologia. Quando você pensa que tipo de adubação vai fazer, qual é o ponto que vai rolar ou corta, enfim, né, cruzamento de sementes crioulas, isso tudo é tecnologia que as pessoas não se dão por conta que estão utilizando. **A diferença é que na agroecologia quem domina as tecnologias são as famílias agricultoras, são as pessoas lá no campo Na produção convencional quem domina as tecnologias são as grandes empresas. É uma diferença de onde está o conhecimento, nas mãos de quem, e por isso, parece que no sistema convencional as pessoas já estão tão acostumadas ao que vem pronto:** a quantidade de semente a ser plantada, os discos da plantadeira já vem regulados, as distâncias a serem plantadas, o inseticida que vai passar. Vem tudo pronto. O agricultor não

precisa pensar [...]. **Na agroecologia não é assim, ele precisa observar a natureza, as plantas, o que está acontecendo com o solo. Ele precisa fazer outras leituras e dominar outros conhecimentos.** Eu acho que o grande desafio é este, as pessoas comecem a fazer isto. (Sra. Janete, mediadora, agricultura ecológica. Grifo nosso)

Por outro viés, o Sr. Vanderley, diretor de cooperativa de crédito rural com interação solidária, caracteriza que “*a melhor tecnologia é aquela que produz mais e faz sobrar mais*”, tendo em vista que o *alto custo* das *tecnologias de ponta* vendidas pelas empresas restringem os ganhos na geração da renda, pois a *sobra* é muitas vezes irrisória no final de um ciclo de cultivo ou após a comercialização de um lote de animais e até na produção de leite, quando este não se organiza a base de pasto. Esta questão é mais problemática nas produções em pequena escala. Todavia, salientou também que o *agricultor familiar* (categoria usada na sua fala) é um construtor de tecnologias e tem em casa um laboratório de conhecimentos apreendidos nas gerações anteriores, que sabem como selecionar e produzir a própria semente, fazer experimentos, que segundo sua análise foram substituídos pelo *pacote tecnológico* da modernização conservadora.

As limitações destas tecnologias são refletidas por outros mediadores/as e pelos agricultores/as, a exemplo da narrativa do Sr. Osvaldo que mostra as capacidades dos agricultores/as como *inventores* ou *adaptadores* de maquinários e instrumentos. Embora nem todos reconheçam os *manejos* e *técnicas* utilizadas que fazem como estratégias que se convertem em *tecnologias*, apropriadas e de *domínio público*, sabem e mostram nas narrativas, anteriormente descritas, as diferenças em relação à forma como fazem na produção da agricultura ecológica e como é feito na *convencional*. Por exemplo, a Sra. Izabel, o Sr. Darci, o Sr. Denílson, o Sr. Adir, entre outros, mencionaram suas posturas em relação ao trabalho e relataram os *manejos* que fazem para produzir determinadas culturas, bem como, as estratégias que criam para resistir às críticas, enfrentarem as dificuldades na produção e na geração de renda, se nomeando *agricultor/a ecológico/a* que cultiva e/ou processa um *produto ecológico*.

Em geral, nos relatos dos grupos familiares que construímos narrativas de vida, as dificuldades em relação ao número de pessoas para realizar o trabalho, mesmo planejando suas estratégias de acordo com esta realidade, aparecem como entraves para avançar em alguns momentos. A partir disso e da *tensão* entre *trabalho manual* e *mecanizado* evidencia-se a necessidade de instrumentos como possibilidade de facilitar avanços no rendimento, na maximização do uso do tempo (para o trabalho, para o descanso, para a participação) e na diminuição da *penosidade* do trabalho.

A Sra. Janete, ao afirmar inconcebível que os grupos familiares agroecológicos tenham que sofrer mais para se viabilizar, mostra como o trator tem múltiplas funções na sua UPVF. Acoplando outras plataformas, pode obter um instrumento com multifunções para plantar, colher, carregar, pulverizar, entre outros *manejos* necessários. Tudo isso era feito com tração animal. Mas nos últimos quinze anos, aproximadamente, os agricultores/as passaram a dispor de plantadeira, arados, pé-de-pato, discos (inclusive adaptados conforme às necessidades de determinados cultivos), pulverizador, sendo que alguns destes ainda têm o trator pequeno da marca *tobata* e fazem até comercialização, a exemplo do Sr. Sidnei, agricultor ecológico. Para outras funções se inventou instrumentos como silos secadores, descascador de amendoim, rolo faca, lavador de tubérculos, plantador de hortaliças. Também, segundo relato de mediadores/as, o batedouro de açúcar mascavo foi invenção de um agricultor do município de Capanema e, posteriormente, uma empresa patenteou como seu invento.

Ao relatar os vários *inventos* dos agricultores/as, a Sra. Janete assinalou que o conhecimento está *nas mãos dos agricultores/as*, mas seriam necessários investimentos maiores, enquanto o monopólio das grandes empresas acaba induzindo os órgãos públicos, a exemplo da Embrapa e do IAPAR<sup>118</sup>, investirem pouco nas pesquisas e invenções para a agricultura ecológica, inclusive o desenvolvimento de instrumentos para o trabalho nas *terras íngremes*. Na sua visão e de outros mediadores/as, é perfeitamente possível desenvolver uma plataforma para acoplar ao trator de pequeno porte para plantar várias culturas de grãos, como feijão, milho, soja, trigo, entre outros, bem como, uma plataforma que poderia ser desenvolvida para colher esses grãos (no município de Marmeleiro um agricultor tem uma plataforma adaptada). Mas se tivesse uma linha de pesquisa e financiamentos estatais com este perfil, haveria mais investimentos em instrumentos que desencadeariam ou facilitariam certas *estratégias de produção*, uma vez que os grupos familiares não teriam condições de sustentar tais invenções, nem compete a eles, mas sim ao Estado.

A partir das reflexões de uma das assessorias num evento<sup>119</sup> de agroecologia, esta classificou o agricultor/a ecológico/a (no caso referido como familiar camponês) como um *produtor de tecnologias*. Exemplificou com as práticas de seleção e reprodução de sementes realizadas no sistema local como forma de cuidar da biodiversidade e gerar tecnologias, que não é apenas para a manutenção do grupo familiar, mas já serviu e serve para alimentar pessoas no mundo. Pois, a garantia de conservação genética e biológica dos recursos

---

<sup>118</sup> IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

<sup>119</sup> Assessoria numa das conferências na IX Jornada de Agroecologia em Francisco Beltrão.

genéticos são formas de tecnologias que garantem o direito à alimentação dos povos. Isto vem sendo confirmado em documentos como o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (THE INTERNATIONAL, 2004) e da Convenção sobre Biodiversidade Ecológica (CBU). Além de apontar como garantia de cultivos com tecnologias não agressivas ao ambiente, esta agricultura também é fonte de pesquisas das grandes empresas que muitas vezes apresentam ao agricultor/a uma tecnologia que ele mesmo já possuía em seu poder. As empresas se apropriam do *conhecimento tradicional* da agricultura familiar<sup>120</sup> (que conserva o ambiente, disponibiliza recursos para pesquisas em laboratórios, possibilita segurança e soberania alimentar), desenvolvem tecnologias de ponta e apresentam ao agricultor/a como “a mais resistente”, “a mais produtiva”, a exemplo do que acontece com as sementes. Em outras palavras, tornam o agricultor/a um consumidor de tecnologias, pois as pesquisas são desenvolvidas em cima dos saberes e espécies mantidas há milênios pelos camponeses, que vêm fazendo seleção, reprodução e melhoramento genético. As empresas têm interesse em manter tais práticas camponesas, não como classe ou categoria que imprime lutas sociais, mas o suficiente para manter suas pesquisas, pois os outros devem se tornar meros consumidores/as. Toda a agrobiodiversidade (parte cultivável do ecossistema com formas de vida) é fruto do conhecimento do agricultor/a que é também um *produtor de tecnologias* - patrimônio local e camponês disponibilizado aos povos do mundo. Agricultor/a camponês/a (ecológico/a) é *um sujeito tecnológico, melhorista da agrobiodiversidade desde o começo do mundo.* (Conferencista na 9ª Jornada de Agroecologia)

Nesta perspectiva, o agricultor/a ecológico, ao modo que Latour (1994) menciona - o agricultor *politemporal* (que usa tanto a foice que tem milhões de anos, quanto máquinas mais sofisticadas reinventadas na contemporaneidade), agrega em suas estratégias elementos e instrumentos de tempos distintos e conformam uma realidade abrigados sob princípios ecológicos em vista da construção de *estratégias diversificadas* nas lutas por espaços e políticas públicas para sua sustentação.

Os interlocutores/as, em todos os momentos, problematizaram as ações do poder estatal e seus órgãos de pesquisas quanto a necessidade de dedicar esforços para projetar tecnologias (estudos sobre *manejos* e instrumentos) adaptadas à realidade das pequenas extensões de terra e muitas vezes íngremes. Todavia, esta relação de “negociação” que propõe Latour (2000) e Callon (1986), na proposição das tecnociências entre a pesquisa e os

---

<sup>120</sup> Neste caso a assessoria se referia à agricultura familiar e camponesa ao mesmo tempo.

conhecimentos dos agricultores/as, que são os maiores interessados nesta “evolução tecnológica”, seria o caminho ideal para avanços nesta perspectiva, já que geralmente projetou-se uma agricultura com racionalidade baseada nos monocultivos, grandes extensões de terra e áreas mais planas. As narrativas demonstraram que os interlocutores/as estão dotados de capacidades para participar dos “inventos” da engenharia, sendo que a necessidade gira em torno de equipamentos de baixo custo, múltiplas utilizações e peso leve para corresponder aos princípios e *manejos* adequados às questões ecológicas, apontados pelos interlocutores/as como possíveis mediante investimentos das políticas públicas.



## IV

### As tensões e estratégias na comercialização da produção ecológica

“Não vende porque não tem produto e não produz porque não tem onde vender.”

**Sr. Sérgio, agricultor ecológico de Francisco Beltrão/PR.**

Este capítulo versa sobre os processos de comercialização dos diversos itens produzidos nas unidades de produção e vida familiar (UPVF) dos agricultores/as familiares e camponeses/as ecológicos/as no Sudoeste do Paraná. Estes resultam da dimensão produtiva na UPVF nos *projetos de vida*, como descritos no segundo capítulo, no qual os grupos familiares se ocupam de suas atividades com tecnologias baseadas nas condições das pequenas extensões de terra e condições físicas geográficas, no cuidado com os recursos naturais e na participação política em entidades, organizações e movimentos nas lutas sociais – *coletivos políticos* ou *sujeitos coletivos*, entre outros elementos que os caracterizam como agricultores/as ecológicos/as. Estas formas de produção possibilitam a *geração e agregação de renda* por meio da *diversificação* de cultivos e agroindustrializações.

A comercialização se organiza basicamente a partir dos produtos de gêneros alimentícios *in natura* e agroindustrializados, além de alguns itens artesanais na *venda direta* em espaços como feiras livres ecológicas, de porta em porta na cidade ou na própria UPVF; e na *venda institucional* nos mercados dos produtores das cooperativas do ramo solidário, nas associações de agricultores/as e por meio de projetos do Governo Federal, a exemplo do *Fome Zero*<sup>121</sup>, pois vários destes agricultores/as vendem em mais de um espaço simultaneamente. Toda a produção provém dos cultivos com o máximo possível de aproveitamento dos recursos internos da UPVF, em pequena escala e *baixo custo*, evitando gastos com insumos, sementes e trabalho externo, a exemplo das análises feitas no capítulo sobre renda e crédito.

Para *gerar renda* alguns agricultores/as organizam a agroindustrialização, transformando alimentos *in natura* como leite, carne, grãos, cana-de-açúcar, frutas e legumes,

---

<sup>121</sup> *Fome Zero* é um programa do Governo Federal que visa assegurar o direito da alimentação às pessoas com dificuldades de acesso a esta. Baseia-se nos eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (BRASIL, 2010).

bem como, a fabricação de alguns itens artesanais, como a secagem e embalagem de ervas medicinais, a fabricação de vassouras, entre outros produtos, que à medida que são valorados e solicitados na interação com os consumidores/as, constituem-se em itens de comercialização. Estes, ao mesmo tempo em que são de consumo do grupo familiar, são destinados à comercialização, pois todos os agricultores/as, sem exceção, afirmaram que em seus *projetos de vida* a prioridade é produzir para a manutenção do grupo familiar e a venda é constituída pelo excedente, ainda que incluam no planejamento a produção para a *geração de renda*. Todavia, posteriormente isto constitui um circuito quando se consolida um “mercado”, a produção é para comercializar, mas também institui a demanda de alguns itens que passam a compor a alimentação do grupo familiar. Mesmo nos casos em que a *geração de renda* maior decorre de uma ou mais produções principais, que variam entre frutíferas, horticultura, leite, produção de embutidos de carne, queijos, açúcar mascavo, sucos de uva, entre outros, estes cumprem ambas as funções.

A problematização principal que move esta análise tem por base a tensão que escutamos no campo em inúmeras ocasiões: “*Não vende porque não tem produto e não produz porque não tem onde vender*”. Esta acepção, formulada e dita por agricultores/as, principalmente nas reuniões de feirantes nos debates da reorganização da cooperativa de produção e de comercialização (COOPAFI), revela uma das dificuldades e ao mesmo tempo um desafio para estes agricultores/as no processo de comercialização de sua produção. Pois, a organização de espaços institucionais específicos para venda de *produtos ecológicos* depende de um sistema de *produção diversificada*, com significativos avanços na região, porém, ainda com algumas dificuldades na produção contínua (escalonada para se ter o produto em distintos tempos) e em quantidades maiores de alguns itens que os consumidores/as demandariam o ano todo. Construir e manter estes espaços requer planejar os processos de produção, considerando as condições dos grupos familiares e as relações dos grupos de consumidores/as, suas preferências e disponibilidades em relação às demandas. Diante desta tensão que é latente na rede da agroecologia (LATOURE, 2008), perguntamos: quais *estratégias* têm construído os agricultores/as ecológicos/as da região para avançar na consolidação de um espaço reconhecido para esse tipo de produção? Onde e como se comercializa o que se produz nas unidades familiares?

Esta problemática que consiste em *ter o que vender* e ao mesmo tempo *ter onde vender* é emblemática no campo etnográfico. Pois, se por um lado, ainda é reduzida a disponibilidade de itens ecológicos para consumo, já que o *mercado convencional* dispõe do que os interlocutores/as denominam de *mercadoria*, por outro lado, os grupos familiares

agroecológicos comercializam todo o excedente do que produzem ou transformam, que ainda não seria o suficiente, diante de um trabalho para aumentar a demanda por parte da população da cidade. Alguns mediadores/as problematizam a questão dos *mercados convencionais* assinalando que muitas vezes os *sujeitos coletivos* e *coletivos políticos* não trabalham o suficiente nem para criar espaços de comercialização e abastecer a demanda local, então, mais difícil ainda seria a ter um produto ecológico para exportar para grandes centros ou mesmo para fora do país. Todavia, o trabalho de reflexão nos processos sociais de educação e de organização aponta para a construção de *mercados alternativos* e não para a submissão dos produtos dos agricultores/as às políticas reguladoras e de especulação, impostas pelas políticas do *agronegócio* empresarial, a qual regula preços com base na exploração do trabalho e do lucro.

Também está em pauta nos debates de feirantes, associações e entidades, o custo de manutenção e as políticas nas formas associativas e cooperativas que possuem sérias dificuldades para manter e viabilizar estrutura, transporte, política de preços, para não ser um *atravessador* entre o agricultor/a e o consumidor/a, como versa seus princípios traduzidos na acepção do *solidário*. Grígolo (2008), ao analisar a *geração de renda* na agroecologia, afirma que as dificuldades em obtê-la não se devem a falta de mercado, mas que não há ainda um novo mercado constituído. Escutamos no campo etnográfico que este “novo mercado” necessita estar articulado a outras políticas públicas, como *crédito, pesquisa, assistência técnica e educação*. Para os interlocutores/as, nos projetos de desenvolvimento, desde o processo de produção, tecnologias até a comercialização, a falta de apoio e sustentação estatal torna frágeis as ações isoladas e de abrangência limitada, a exemplo do que acontece com a questão das tecnologias para diminuir o “peso” do trabalho, como tratamos no capítulo anterior.

Todavia, o Sr. Valdir, mediador, assinala que as estratégias de comercialização, como a descreveremos em seguida, não são apenas formas de viabilidade de *geração de renda* para grupos familiares envolvidos, mas são adversas às *formas convencionais* que, por meio de iniciativas das organizações e movimentos sociais, deveriam impactar na reflexão e proposição no associativismo e nas políticas de Estado como formas alternativas, a exemplo, das feiras ecológicas, sendo um espaço para “[...] valorizar toda a riqueza de produção de alimentos como uma estratégia de organização social”. Segundo o mediador, esta percepção foi construída após perceberem que a ideia das cadeias produtivas se fundamenta num produto (especialização) para o qual se estrutura desde a produção até a comercialização e estão inseridos na lógica de apropriação da riqueza e do trabalho, fatores que facilitam a exploração

e *quebram* a economia dos agricultores/as diante da intensificação da concorrência entre as empresas. Enquanto isso, na agroecologia predomina a *diversidade* de itens produzidos que *gera renda* e não a concorrência no mercado *convencional*.

Ilustra essa tensão um debate entre agricultores/as, lideranças e mediadores/as, numa reunião de articulação dos projetos de desenvolvimento municipais incentivados e apoiados pela Assesoar e entidades como o STR e cooperativas do ramo solidário. Enquanto analisavam os fatores que contribuíram para a perda de terreno na agroecologia, alguns apontavam as dificuldades da comercialização como um dos entraves para avançar. Pois, ao incentivar algum grupo familiar para o processo de transição, um dos elementos que aparecem é a *segurança* de ter para quem vender o que vai produzir. Na mesma linha, o Sr. Adão, dirigente de uma entidade, assinala que uma das questões para a permanência do agricultor/a no *pacote tecnológico* é a venda garantida dos grãos para a cerealista ou a entrega aos complexos agroindustriais, mesmo que subordinado às regras específicas ou que no final a *sobra* em dinheiro seja pouca, pois têm medo de perder a produção e não ter como articular a venda, considerando o custo do transporte, deslocamentos e que nem todos comercializam de porta em porta.

Nesta referida reunião, o mediador/a Sr. Valdir e a Sra. Fábria colocaram em debate quais espaços as lideranças das organizações e entidades teriam investido para construir alternativas para a comercialização. Mesmo em municípios de pequenos seria possível alocar a produção ecológica se o debate e as proposições fossem amarrados junto ao poder público, tendo em vista que os habitantes consomem itens de alimentação comercializados via Ceasa<sup>122</sup> e que são comercializados nos supermercados na área urbana. Ainda, que o universo das instituições públicas como escolas e hospitais poderiam estar agregando esses alimentos ecológicos como sinônimo de saúde pública e de viabilidade de comercialização entre os agricultores/as, movimentando a economia local, assegurando que a maior fatia dos recursos fique com o agricultor/a que produz.

Na ocasião da construção das narrativas de vida neste mesmo município, uma interlocutora se “queixou” do fechamento da feira livre, depois da abertura do mercado da cooperativa de comercialização, com o intuito de substituí-la. Para ela, as duas estratégias poderiam ser realizadas concomitantemente, sendo que uma não substitui a outra. No seu caso

---

<sup>122</sup> Central de Abastecimento do Paraná S.A. que possui Unidades Atacadistas estrategicamente localizadas em Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu, Londrina e Cascavel, nas quais se concentra a comercialização de hortigranjeiros em nível de atacado, é realizada pelos comerciantes, atacadistas e produtores rurais que operam em suas instalações.

era mais uma entrada monetária que obtinha da venda da produção de hortaliças, sem contar os elementos sociais que citou, como a interação com os consumidores/as, os quais lhe geravam satisfação e ânimo para produzir. Muitos agricultores/as que experimentaram fazer comercialização direta têm a interação com os consumidores/as como motivação, aprendizagem e socialização, a exemplo da narrativa de mulheres como a Sra. Odila.

Ninguém nega a importância dos “mercados de produtores” ou da comercialização institucional em rede, mas as feiras são espaços e estratégias que extrapolam as relações econômicas e incidem nas experiências sociais e culturais de organização política, como afirma o Sr. Valdir. A feira e a venda de porta em porta cumprem um papel social importante para o agricultor/a, que tem imediato retorno sobre seu produto, inclusive em relação à qualidade e o fato de saber que ninguém se apropria do seu trabalho, via exploração de capital como *atravessador*. Por outro lado, algumas lideranças e mesmo mediadores/as, que entendem que a saída é comercializar via mercados de produtores, questionam se as feiras dariam conta desta estratégia de vendas.

Para os interlocutores/as das narrativas de vida é consenso que a comercialização deve ser organizada em estratégias diversas, assim como é a *diversificação da produção*, e cada entrada monetária é mais uma e não a única forma de obter *renda*, como veremos no próximo capítulo. Em outras palavras, as estratégias de comercialização podem juntas oferecer mais espaços de colocação dos produtos e ir consolidando um *mercado alternativo*. Para se referir a Latour (1999), estas vão se “enredando” umas às outras para “endurecer” a rede sócio-técnica da agroecologia. Vender é fundamental para *gerar renda* e para dar curso ao *projeto de vida* do agricultor/a, além de constituir mecanismos de enfrentamento ao *mercado convencional* de apropriação da renda, em vista da constituição de outro projeto social, como se sustenta na agroecologia na região, adversa aos mecanismos da agricultura oriunda da modernização conservadora.

Seguindo a Turner (2008), o propósito é descrever e analisar os processos de comercialização como “dramas sociais” vivenciados por esses grupos familiares de agricultores/as e pelas organizações sociais que fazem parte deste processo, como a Associação de Agricultores Agroecológicos de Verê (APAVE), as Cooperativas de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) e, de maior abrangência, as feiras livres ecológicas da região. Destes conflitos desdobram-se duas tensões principais: primeiro, a constituição de um espaço próprio para a produção ecológica, sendo que esta também é um dos elementos que contribuem na resistência e no enfrentamento em relação à *agricultura convencional*, nos quais se distinguem alguns critérios na constituição do

*alimento limpo* ao invés de *contaminado* e na constituição do *preço justo* (calculado pelo custo de produção) distinto do *preço de mercado* (lucro máximo, exploração de trabalho e de capital – política do *atravessador*). A segunda tensão se relaciona às exigências dos mercados em geral, que ultimamente vêm estabelecendo cada vez mais distinções entre produtos<sup>123</sup> e no caso do ecológico, a conformidade por meio de selos de certificação. Estes, a princípio, comprovam as condições em que o produto foi produzido e/ou transformado, ao mesmo tempo, se estão aptos de serem consumidos a partir de critérios<sup>124</sup> que o estabelecem como ecológico ou orgânico. Ou ainda, no caso dos agroindustrializados, além da matéria prima ecológica, também são exigidos certificados decorrentes das exigências da legislação sanitária que atestam as condições de higiene na sua fabricação, sendo estas tensões constantemente relatadas pelos interlocutores/as quanto a comercialização, as quais classificamos de “venda legal” e “ilegal”.

Dentro da rede da agroecologia estas que vimos salientando, têm sido fundamentais na distinção que se opera entre a *produção convencional* e a ecológica, ao mesmo tempo em que é fator de reafirmação do que constitui ser um agricultor/a que tem certos princípios, que trabalha na perspectiva do equilíbrio ambiental e se relaciona sob outros critérios, no que se refere aos aspectos sociais e políticos. Por isto, no processo da comercialização há debates e contraposições quanto a conceituação do que é *alimento limpo* ou *contaminado* biológico ou quimicamente. Isto se acentua ainda mais quando se refere à comercialização de produtos transformados, principalmente derivados de leite e carne, na relação com a legislação sanitária (de regulamentação da instituição de agroindústrias e de transformação destes alimentos) e na comercialização destes, assim como, nas ocasiões em que estes poderiam circular além das fronteiras municipais e estaduais, (regulamentação de circulação de mercadorias). Resistir à *produtividade máxima dos monocultivos* e o *lucro a qualquer custo*, inclusive no que se refere à composição dos alimentos transformados, tem pautado alguns critérios como uma luta constante destes agricultores/as. Exemplo disto é a resistência quanto a adição de certos produtos químicos, como corantes, conservantes, açúcar branco *convencional*, aromatizantes ou gorduras hidrogenadas, entre outros.

---

<sup>123</sup> Para Radomsky (2010, p. 135) um dos fatores cruciais da certificação de produtos ecológicos é o crescimento deste tipo de comércio destes itens no mundo, mesmo que sua produção seja ainda pequena em relação à produção convencional, não é de menos importância e tem crescido a nível internacional de forma significativa.

<sup>124</sup> Atualmente os critérios do que significa ser um produto ecológico ou orgânico são estabelecidos a nível mundial a partir das diversas experiências que compõem a agricultura tanto agroecológica, alternativa como a orgânica. Porém, neste capítulo não vamos nos deter em diferenciar o que é cada um destes produtos apesar das distinções que operam na região entre uma agricultura e outra como abordamos no primeiro capítulo. Outras fontes que debatem esta questão encontra-se em Assis e Romeiro (2002).

Partimos da ideia de que estes agricultores/as, além da luta frente ao *mercado convencional*, com critérios arrolados principalmente pelos complexos agroindustriais alimentares de âmbitos nacionais e internacionais, responsáveis inclusive pela pressão por políticas públicas e na formulação e regulamentação, têm construído algumas estratégias para erguer espaços de comercialização e para divulgação e constituição de grupos de consumidores/as. Todavia, uma produção em pequena escala, como afirma Radomsky (2009, p. 135), está aquém da quantidade do que se produz e se comercializa no mercado *convencional*, mas atualmente em vias de significativa valoração<sup>125</sup> dentro e fora do país. Embora a colocação deste produto no mercado na venda direta seja mediada pelo diálogo entre agricultor/a, no papel de “comerciante”, e consumidores/as, caracterizando e distinguindo seus produtos em relação a outros. Exemplo disto é o caso do Sr. Gilson que ao vender leite, queijo, carne de porco, hortaliças, mandioca e feijão de porta em porta, em primeiro lugar os oferece nomeando-os pelos atributos de *ecológico, limpo, bonito*. Traduzimos estas inferências na elocução que ouvimos: “\_ *Você quer um feijão preto? Tenho um feijão ali, coisa bonita!*”. Segundo, as conversas com os consumidores/as versam questões de saúde e de qualidade de vida no que se refere à alimentação.

---

<sup>125</sup> Cresce significativamente, não em termos comparativos, mas como processo que adquire valor na procura de produtos ecológicos ou orgânicos, inclusive no mercado de exportação. Exemplo disto é a soja orgânica, que alguns países têm solicitado, assim como, a rejeição dos produtos transgênicos pelo continente europeu.



**Fotografia 8 - Pêssegos Ecológicos na UPVF do Sr. Sérgio. Iara Aquino Henn, 2009**

Por outro lado, outros agricultores/as relataram que consumidores/as esclarecidos questionam em relação às formas de cultivo, para verificar se realmente estão vendendo *produtos ecológicos*, como aconteceu com o Sr. Sérgio num período que vendia melancia de porta em porta.

Dentre as estratégias que figuram nas narrativas, identificamos duas ações principais: a *venda direta* nas feiras, de porta em porta ou nas UPVFs, nas quais os consumidores/as se dirigem para comprar os produtos; e a *venda institucional* nos mercados construídos por meio do associativismo e em programas governamentais. Nestas duas estratégias iremos relatar sua organização (perspectiva histórica das feiras), principais limites enfrentados e os avanços conseguidos. Ao mesmo tempo, contextualizar os conceitos de *alimento limpo* e *preço justo* como construções realizadas nos processos organizativos e educativos. Estes, pautados pelas reflexões que se sustentam na concepção da agricultura ecológica dos movimentos e organizações sociais e nos *projetos de vida* dos grupos familiares, bem como, na sustentação da contraposição à lógica de comercialização do *mercado convencional*.



## As feiras livres ecológicas

As feiras livres e ecológicas da região constituem-se num espaço com distintos propósitos, pois ao mesmo tempo em que acontece a *comercialização da produção ecológica* é também espaço de debate e reflexão sobre as problemáticas e os avanços vivenciados, tanto na produção quanto na organização desta venda. Todavia, ultrapassam a constituição de relações meramente econômicas e na agroecologia são espaços de circulação de produtos caracterizados nos princípios em que se produz nos grupos familiares de agricultores/as, o *alimento limpo*, em que circulam também trocas culturais, ultrapassando a relação vendedor - consumidor. Espaços de múltiplas relações que inclui também o itinerário dos produtos, as socializações culturais e de conhecimentos, mediados por trocas que deste espaço público resultam. Exemplo disto foi o diálogo “socrático” que presenciamos entre o agricultor e o intelectual, descritos na problematização do capítulo sobre renda e crédito, no qual ambos socializaram posições, ideologias e percepções a respeito da constituição social da categoria *economia* na agricultura, mediado numa relação de compra e venda. No final, o intelectual levou uma sacola de produtos para casa. Neste sentido, as feiras são espaços de comércio e cultura no mundo inteiro e “enredam” as contradições sociais que se encontram no diálogo, na observação, no comércio e nos distintos conhecimentos dos atores.

A partir de Ferreti (2000), na distinção que faz entre mercados e feiras, esta última acontece geralmente em dias fixos da semana, em locais abertos, na qual observamos a participação de públicos de distintas idades, com predomínio das pessoas idosas, mulheres, funcionários públicos e das entidades locais, além de representantes de instituições com restaurantes populares ou privados e moradores em geral dos locais próximos onde estão localizadas as feiras. A Sra. Odila assinalou que têm alguns destes que compram os produtos desde o início, mas sempre tem gente nova vindo à feira. Embora se distinguem de outras feiras em geral, em que há uma diversidade de gêneros, estas por ora são de alimentos e alguns itens artesanais ou de medicamentos naturais, com raras exceções. Para Ferretti (2000), as feiras se configuram em relações de comércio situadas nas construções sociais que, segundo nossas percepções, representam-se no vivido e nas socializações que envolvem o ato de comprar e vender produtos, nos itinerários ecológicos e políticos construídos com outras regras e “usos” do lugar de grupos familiares, de produtos comercializáveis que requerem um espaço para se tornar também fonte na *geração de renda*, como argumenta Galeski (1977)

sobre a economia familiar. Todavia, as feiras no sentido amplo são como “[...] instituições que fazem parte de um sistema econômico, mas estritamente ligadas ao sistema político, de parentesco e cultural, que integram as bases de produção, distribuição e consumo de bens e mercadorias” (MOTT, 2000, p. 24).

Mas é nos grupos de ECAS que se assumiram as feiras como construção de um espaço de mercado direto (transação de venda de alimentos produzidos nas UPVF, movidos pela necessidade da geração de renda), com possibilidades de consolidar relações entre consumidores/as e agricultores/as, mesmo que não restritas a esses dois interlocutores/as, a fim de viabilizar os grupos familiares na comercialização, obtendo assim entradas monetárias. Embora mediadores/as, a exemplo do Sr. Valdir, destacarem que as feiras extrapolam estes objetivos e constituíram-se em estratégias mais amplas de *coletivos políticos* em prol de um projeto social mais amplo, os agricultores/as ecológicos/as nos indicaram as feiras como caminhos estratégicos para colocar sua produção e constituir laços de reciprocidade de amizade. Ou ainda, na percepção de outros é espaço de aprendizagem: para a Sra. Odila, nestas relações de feirante apreendeu mais em dez anos que durante toda a vida; para a Sra. Cleuza, por se eximir de ir à feira e mandar a filha em seu lugar, porque entende que lhe faltam conhecimentos, já que não possui o recurso da escrita e da leitura. Para Meirelles (2007), nas feiras o encontro de agricultores/as e consumidores/as permite maior conhecimento de suas respectivas realidades, da vida urbana, desenvolve maior capacidade de comunicação, os quais se sentem desafiados a ampliar seus conhecimentos, bem como a troca de informações atualizadas sobre preços.

Para ilustrar estas percepções da feira, como espaço de conhecimento que se estende por meio dos processos iniciados nas ECAS, tanto os feirantes do município de Ampére quanto os de Francisco Beltrão/PR, reúnem-se mensalmente para momentos de estudos, reflexões e planejamento da produção dentro dos *projetos de vida*, em consonância com as demandas que são constituídas nesta relação direta com consumidores/as. Estes espaços ultrapassam a dinâmica da relação de compra e venda e se organizam como formas de aprofundamento de elementos, tanto nos aspectos tecnológicos (*manejos* e técnicas) em forma de oficinas, quanto os estudos/reflexões de cunho político em relação às questões que implicam nestas estratégias, como um espaço que contribui também para gerar formas de resistência, enfrentamento e “endurecimento” (LATOURE, 1999) da rede sócio-técnica da agroecologia. A exemplo da oficina dos feirantes no município de Ampére que participamos, organizada por meio do STR e cooperativas solidárias dos ramos leite e crédito (CLAF e CRESOL), na qual durante o turno da manhã os participantes estudaram, com a mediadora da

Assesoar, princípios ecológicos e as interações de plantas, animais e pessoas com ambiente, além das respostas deste às agressões provocadas pelos agroquímicos em geral. Na parte da tarde, além da visita à UPVF da feirante, onde aconteceu o encontro, analisaram-se as possibilidades de *diversificação na produção* na constituição deste *projeto de vida* e algumas reflexões sobre a composição do solo relacionadas às plantas espontâneas e suas funções (alelopatia) e por último aconteceram oficinas de macerados e sal mineral caseiro. Este momento foi de construção de tecnologias ecológicas, resultado de um desdobramento da organização de feirantes, que também se reúnem mensalmente para tratar de questões específicas da comercialização nas feiras e apresentação do balanço das vendas, entradas monetárias e gastos comuns.

Por ser uma estratégia em construção, entendeu-se que havia a necessidade dos agricultores/as, junto com as entidades, criarem este processo das feiras livres ecológicas, pois além de agregar perspectivas ao processo de produção e ser uma forma de gerar renda, também é *referência na construção de conhecimentos*. Desde os processos do período das ECAS, essas feiras se distinguem das *convencionais* existentes nos municípios, pelos princípios construídos. Primeiramente nas feiras de Capanema - onde se obteve avanços significativos com a organização municipal de agricultores/as ecológicos/as, de Planalto e Pérola do Oeste, posteriormente em Francisco Beltrão/PR e mais recentemente em Ampére/PR, Salto do Lontra/PR, entre outros (ASSESOAR, 2007). Agricultores/as, lideranças e mediadores/as salientaram que as feiras foram fechadas em alguns momentos e em alguns casos reabertas, pois em Francisco Beltrão/PR, no ano de 2008, houve a tentativa em fortalecer o mercado do produtor, organizado pela COOPAFI, ocasião em que alguns integrantes pensavam que realizando a venda dos produtos em tal local não necessitavam mais da feira. Um movimento tenso, pois para os feirantes um espaço não se opunha a outro, mas devido a pouca produção ecológica foi uma tentativa para abastecer o mercado. Mas tanto agricultores/as quanto consumidores/as solicitaram o retorno da feira, pois principalmente as mulheres desanimaram diante de tal fato, argumentando ser este um espaço de interação e socialização em que tinham retorno imediato em relação a sua produção, além dos laços de amizade que criaram com consumidores/as. Onde isso não aconteceu, os agricultores/as lamentam o término, como no caso desta agricultora de Capanema que afirma:

Pra nós a feira era importante porque a gente tinha uma comercialização direta com o consumidor e era muito forte. [...] nós começamos ela na praça, lá tava bem precário, depois a prefeitura arrumou umas barracas lá num lugar e nós tava muito bem. Daí naquilo, sei lá o que aconteceu, mas entrou

aqueles mercados do produtor ali. Hoje não compensa mais plantar verdura pra entregar no mercado. Não sei se é porque todos os outros mercados tem verdura não orgânica, né. Mas o que levava lá, sessenta, setenta por cento apodrecia. Já as coisas tipo feijão, açúcar mascavo, não dá pra se queixar, mas na questão de verdura e legumes, não funciona muito. (Sra. Maria Isabel, agricultura ecológica)

Com as organizações das feiras também se projetava a probabilidade de produzir uma maior *diversidade* e reunir mais grupos familiares na produção a partir do momento em que tivessem mais conhecimento de mercado nos municípios. Este foi um processo pensado pelos grupos para além da colocação da produção nos mercados de produtores, sendo estes mais uma entre a diversidade de espaços de vendas (ASSESOAR, 2007). Mesmo com as dificuldades iniciais de adequar um planejamento *escalonado* em maior quantidade para atender as demandas dos consumidores/as, os agricultores/as foram construindo um processo de conhecimento de diálogo com estes, condição que lhes foi permitindo atribuir valor a certos itens que pensavam não ter demanda. Mas o sucesso das primeiras feiras lhes incentivou a produzir mais *variedades* ou incluir nestas vendas produtos que se perdiam nas UPVFs, mas que são consumidos pela população da cidade e aos poucos foram alocados na relação de venda, tornando-se “mercadoria”. Muitas vezes estes itens, como limão, laranja comum, pêra, entre outros, não eram valorados nem mesmo pelos agricultores/as, por demandarem menos “esforço” de cultivo na sua produção, pois têm em maior quantidade na unidade. E por outro lado, para muitas pessoas da cidade o fato de ter *bastante* e não ser fruto da roça, mas do pomar permanente, não era valorado. A Sra. Janete, mediadora, reflete isto como falta de valorização econômica, pois se está na unidade do agricultor, sempre requer cuidados e trabalho, tem valor de “comércio” tanto quanto outros produtos planejados nos cultivos anuais. Segundo Galeski (1977), o agricultor/a camponês/a mesmo que pautar sua produção para consumo, tem a UPVF como um estabelecimento que produz “mercadorias” e comercializa. Os agricultores/as ecológicos/as das narrativas de vida utilizam os recursos que dispõem (terra, infraestrutura, maquinários) valorizando o trabalho familiar por meio da geração de itens com características culturais específicas do *alimento limpo* para comercializar. Meirelles (2007), ao analisar as feiras ecológicas, afirma que estas favorecem ampla diversidade na produção e têm reflexo positivo sobre a agrobiodiversidade quando o agricultor/a percebe a aceitação de variedades de feijões, tomates de diferentes formatos, por exemplo, condição indispensável para cultivar um maior número de espécies e variedades, mesmo em pequena escala.

Nesta perspectiva, as feiras constituíram-se como espaços em que itens de produção ganham novo estatuto os quais classificamos, a partir de Galeski (1977), como “mercadorias” que são produzidas a partir do lugar do grupo familiar, quase sempre pautadas em certos itens pelos “usos” e costumes no consumo desta. E a partir das reflexões de Appadurai (2008), como “mercadorias” situadas em políticas de valores construídas em distintos grupos na sociedade, mas que circulam mediadas por relações econômicas, ao mesmo tempo em que se situam nas relações entre pessoas, culturas, ideologias e posições. Appadurai (2008) define “mercadoria” como objeto de valor econômico a partir de Simmel, sendo que no caso dos agricultores/as ecológicos/as estas são itens de alimentação artesanais, pautados mediante alguns princípios que o constituem nos seus valores. Todavia, estas são formas concretas de entradas monetárias, das quais decorrem os possíveis investimentos no *projeto de vida* destes agricultores/as e o constituem também na relação de mercado, embora pautadas em função do familiar, do ecológico, do cultural, em estratégias numa política de valor, da qual argumenta o autor. Para ele, “[...] a troca econômica cria valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca possibilita a argumentação do que cria vínculo entre troca e o valor é a *política* em seu sentido mais amplo” (APPADURAI, 2008, p. 15).

A partir de Appadurai (2008, p. 16-17), consideramos na análise das relações de comercialização explorar em que condições tais itens produzidos na agroecologia circulam dentro dos regimes de valores construídos nas lutas sociais e políticas da região, observando como a demanda e as condições reais interagem para criar valor econômico nestes casos. Por isso a importância de seguir o itinerário das coisas, nos significados inscritos em suas formas, nos seus “usos” nas trajetórias. Para o autor só assim é possível interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas – “a vida social das coisas”. Daí as razões para entender muitas das tensões inscritas nas formas de organizar a comercialização e os seus entraves, pois, diante da lógica de que as “mercadorias” são produzidas pelos agricultores/as, estão situadas nos valores pautados nos *projetos de vida*, com valores socialmente construídos, distintos das posições que ocupam a “mercadoria” que é produzida e circula sob o regime de exploração social, do trabalho assalariado, por exemplo, no *mercado convencional*, como se referem os interlocutores/as.

Dentre os princípios construídos, os espaços das feiras significam mais um instrumento de promoção da agroecologia, na garantia da sustentabilidade ecológica; na constituição das formas de produção, de industrialização e comercialização; espaços de autonomia e debates coletivos e não de concorrência desleal entre as pessoas e as “coisas”; prática de *preços justos*

definidos pelo coletivo de feirantes; fortalecimento da agricultura familiar e campesina; estímulo da cooperação e espaço cultural e de socialização; alternativa de renda; construção de conhecimento; sanidade e higiene na industrialização e embalagens dos produtos; trabalho coletivo, entre estes o *caixa único* assumido por uma pessoa para garantir a manipulação do *dinheiro* longe dos alimentos (ASSESOAR, 2007).

A ideia de *preço justo* está ancorada nos princípios da economia solidária, que nas reflexões de Razeto (2007) está interligada à ideia de processos socialmente construídos, nos quais o mercado é concebido como um sistema de relações em que os participantes tomam decisões com base em questões éticas, valores, conhecimentos e elementos culturais. Para os interlocutores/as, refere-se aos valores de *mercado convencional* que são instituídos sem considerar, *a priori*, estes elementos e tem como propósito último a obtenção de lucro, as relações de exploração do trabalho e a apropriação dos recursos naturais desprovidos de cuidados ambientais, que nos grupos agroecológicos são elementos inerentes às questões sócio-econômicas. Não se destitui o ato de comercialização dos princípios de produção e de relações entre pessoas e o ambiente. No debate entre os agricultores/as ecológicos/as, a lógica do *preço justo* situa-se em obter o ganho do produtor dentro dos princípios e valores socialmente constituídos em torno da agroecologia e das aspirações dos movimentos sociais, sem explorar o consumidor/a. Geralmente esta política de preços não está valorada no mesmo sistema do comércio dos supermercados, que representam o espaço de venda dos produtos dos complexos agroindustriais de alimentos, nas estratégias de promoções quando aumenta a oferta ou na elevação dos preços nas entressafras. Para os feirantes, nas reflexões, nas reuniões que participamos, o *preço justo* é o princípio do valor econômico atribuído ao produto, por isso seu aumento não se baseia na *lei da procura e da oferta*, sendo que os aumentos são discutidos e acordados no grupo pela lógica do custo de produção, como consta no capítulo sobre renda e crédito na agroecologia.

Na região, o *preço justo* está ancorado nos princípios da economia solidária e na construção de mercados solidários, aos quais se referiam a Sra. Fábria e o Sr. Valdir na reunião com o grupo de debate sobre desenvolvimento, anteriormente descrito neste capítulo. As aceções sobre este tipo de mercado estão construídas dentro da Rede Ecovida, sendo que não fogem às concepções da economia solidária que compreende o mercado local como o melhor para escoamento da produção, mesmo que este não signifique apenas abastecer geograficamente nas proximidades onde se encontra essa produção ecológica, mas fundamentalmente ancorado nos princípios descritos por Meirelles (2004, p. 03)

1. Facilitar o acesso ao alimento ecológico (democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos);
  2. Que se encurte a distância entre produtores e consumidores, estabelecendo relações solidárias entre eles;
  3. Valorização dos serviços sócio-ambientais gerados;
  4. Que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre os envolvidos;
  5. Cooperação, transparência e complementaridade entre os envolvidos;
  6. Uma crescente inclusão de agricultores e consumidores ao mercado.
- (MEIRELLES, 2004)

Para o autor, na compreensão da Rede Ecovida, mercados como estes possibilitam ainda que uma parcela maior de renda gerada na agricultura fique com o agricultor/a e lhes proporcione meios para capitalizar-se e tornar-se mais *autônomo*. Pois, “[...] a Rede Ecovida tem estimulado a construção de uma Rede Solidária de Produção e Circulação de Produtos Ecológicos. As células de comercialização desta Rede são fundamentalmente feiras livres, cooperativas de consumidores, mercados institucionais, pontos de abastecimento popular, pequenas lojas e comerciantes” (MEIRELLES, 2004, p. 03).

Estas feiras livres e ecológicas são abertas para a entrada de novos grupos familiares que desejam produzir, agroindustrializar e comercializar, partindo também do princípio da abertura para integrar mais agricultores/as, que a *priori* entrariam no processo de conversão para a agroecologia, enquanto nas *feiras convencionais* dificilmente alguém consegue se inserir. Conforme relatos de agricultores/as ecológicos/as, em Francisco Beltrão/PR só conseguiram colocar alguns de seus produtos na feira do centro por intermédio de amigos feirantes, num arranjo em que um vende para o outro em distintos espaços. Como todo processo é organizado por grupos de trabalho que atuam no dia da feira e na sua articulação, este é debatido e decidido num coletivo, nos quais os agricultores/as constroem as regras da comercialização e debatem as contradições que emergem no processo, considerando essa experiência de agroecologia. Isto é permeado pela ética e o compromisso, também presentes nos *projetos de vida* do grupo familiar. Por isto, alguns agricultores/as, a exemplo do Sr. José e da Sra. Noêmia, se manifestaram nas entrevistas e reuniões de feirantes dizendo que resistem em vender no *mercado institucional convencional* pelas dificuldades e imposições deste, ou seja, porque não têm participação nas políticas de preços e não têm relação direta com o consumidor/a. Todavia, outros vendem, afinal mesmo não faltando espaço para colocar a produção que no momento existe, contestam as regras e imposições de políticas de preços reduzidos, legislações de circulação de mercadorias, exploração de ganhos por meio da figura do *atravessador* e travam lutas para tentar mudar estas questões.

Optamos por trazer a narrativa de uma das reuniões dos feirantes de Francisco Beltrão/PR pelo tempo e permanência dos agricultores/as, que estão inseridos no processo desde seu início. A feira ecológica começou em dezembro de 2000 em frente ao prédio da Assesoar, no Bairro Congo, apoiada pelas entidades da Agricultura Familiar e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Consolidou-se a partir do Projeto Vida na Roça (PVR), dentro do debate sobre cooperação, realizado desde 1995, a partir do qual os agricultores/as da localidade da Jacutinga, no interior do município, perceberam a necessidade de se organizar para vender sua produção, basicamente oriunda dos cultivos vegetais, na época denominada de orgânica.

Assim como as outras feiras que já existiam, a exemplo do município de Capanema, esta também iniciou o processo a partir de um coletivo de agricultores/as que sentiram a necessidade de integrar mais grupos familiares, além dos que faziam parte do projeto, integrando, então, a Associação dos Agricultores Orgânicos do município, ligados à Rede Ecovida (ASSESOAR, 2007). A experiência de Capanema e de outros municípios da microrregião da Fronteira do Sudoeste foram referência na construção da reflexão, da organização dos trabalhos e na consolidação dos princípios.

Nesse sentido, a feira de Francisco Beltrão/PR é uma das experiências, entre as outras, que possibilitaram aos agricultores/as construir conhecimentos sobre *mercado solidário*, além do que já vinham apreendendo na atividade agrícola alternativa, orgânica e atualmente nomeada de ecológica. Pois, *produzir* e *comercializar* ao mesmo tempo surge como um desafio que reúne uma série de elementos, que nas suas narrativas os feirantes relatam como algo que tiveram que aprender, desde oferecer o produto, saber falar de seu “itinerário” (APPADURAI, 2008) até a disposição de dialogar sobre outros assuntos, temas de interesse de ambos, pois classificaram isto como troca de conhecimentos. Se no início a agroecologia, na dimensão da produção, tinha em vista produzir para o consumo da família e a venda do excedente, posteriormente se acrescenta o planejamento da produção para comercializar e nestas trocas outras variedades também compõem a alimentação do grupo familiar, fator que lhes possibilita desfrutar de uma alimentação de *melhor qualidade*, por isso a necessidade de manter certos itens constantemente e em todas as épocas do ano. Grígolo (2008), ao fazer uma pesquisa sobre *geração de renda*, identificou no estudo sobre renda, num comparativo sobre os valores monetários gastos com alimentos nos grupos familiares, tendo por base o valor de mercado destes itens, comparando-os entre grupos *convencionais*, orgânicos e “agroecológicos históricos”, os últimos possuem valores mais altos de consumo, o que indica provavelmente o acesso a *mais diversidade de itens* de alimentação. Consomem



mais *diversidade*, como também oferecem mais variedades de “mercadorias” para quem consome, contribuindo para a soberania alimentar<sup>126</sup>. Exemplo disto é o resgate de variedades de alimentos que não se encontra no mercado *convencional*, que por meio das Festas das Sementes passam a integrar a base alimentar de grupos do campo e da cidade, nessa relação de compra e venda, como a batata-doce roxa, o milho branco, entre outras.

Além disso, as feiras representam a possibilidade de reconstrução das relações no grupo familiar, na reorganização do *projeto de vida* em relação à distribuição dos tempos e dos trabalhos. Para Meirelles (2007), as feiras transformam as relações de trabalho no grupo familiar, pois envolvem todos desde os cultivos até o processo da venda, abrindo espaço para mulheres e jovens e nestes casos, também a socialização dos resultados da renda monetária. Entretanto, muitos dos feirantes, em suas pequenas extensões de terra, praticavam uma atividade agrícola de monocultivo de grãos, a qual não lhes possibilitava renda suficiente para a manutenção do grupo familiar, além de lhes proporcionar situações de endividamento. Como relata a Sra. Odila<sup>127</sup>, feirante desde o início, a saída para estes agricultores/as foi *investir mais tempo na horta do que na roça de grãos*, diversificar com outras opções de produção, como o cultivo de frutíferas, a produção de leite, a criação de frangos caipiras, entre outros. Esta inversão na forma de produzir foi conseguida na assessoria do Projeto Vida na Roça (PVR), bem como, na iniciativa da feira como uma forma autônoma de poder construir as regras de comercialização de suas “mercadorias”.

Os consumidores/as, ao aderirem à feira, possibilitaram aos agricultores/as ampliarem a produção buscando oferecer o que nomeiam de *produto de qualidade*, constituindo uma relação de troca de saberes, pois foi preciso conhecer as preferências destes. A construção deste tipo de “mercado” iniciou com o convite de pessoas residentes na zona urbana, com atividades de palestras e oficinas. Estas atividades de *conhecimento* da importância do produto ecológico foram realizadas em parceria com a universidade e alguns profissionais, como nutricionistas e médicos, para a construção da importância do *alimento limpo* de agroquímicos.

---

<sup>126</sup> Para Meirelles (2004, p. 01) a soberania alimentar define-se “[...] ao direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países. [...] Nesta perspectiva, a noção de Soberania Alimentar incorpora várias dimensões - econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – relacionadas: ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis”.

<sup>127</sup> Notas de uma conversa com a agricultora antes da reunião de feirantes de Francisco Beltrão/PR.

Contudo, os conhecimentos nos processos foram sendo apreendidos a cada feira, nas avaliações posteriores e atualmente, nas reuniões mensais e em outros espaços de formação planejados pelo grupo, conforme suas necessidades. Foi por meio dos processos educativos que se construiu a lógica das *relações solidárias*, que pressupõem a eliminação da concorrência desleal, a cooperação entre os participantes do grupo, a organização do trabalho coletivo e no planejamento de variedades de itens, conforme o *projeto de vida* dos grupos familiares e a demanda dos consumidores/as, como assinala uma das feirantes: “*Todos precisam vender seu produto, por isso colocamos na banca vários de cada produtor, por exemplo, se a Edilene e a Cleuza mandam pão, das duas é colocado para o consumidor escolher e não primeiro o de uma e só depois que vendeu coloca o da outra*” (Sra. Odila, agricultura ecológica. Registro 02 da reunião de feirantes).

Todavia, cada vez mais o grupo dos feirantes vem refletindo a necessidade de avançar em alguns aspectos para garantir o *projeto de vida* dos grupos familiares, no que se refere à *geração de renda* e a reafirmação da agricultura ecológica, a exemplo da narrativa que segue.

### **Um espaço específico para a comercialização dos produtos ecológicos?**

O relato a seguir se refere à terceira reunião que participamos neste grupo, em outubro de 2008, com o propósito de debater a fundação de uma associação de agricultores/as ecológicos/as no município de Francisco Beltrão/PR. A mesma aconteceu na casa do Sr. Almir e da Sra. Rose, na Vila Rural, como havia sido acordado com os participantes anteriormente. Alguns agricultores/as que não estavam na ocasião do encontro anterior e não são feirantes também se fizeram presentes, pois o convite se estendeu a agricultores/as ecológicos/as, como o Sr. Tobias e a Sra. Josefina, que entre a diversidade de cultivos possuem uma agroindústria de queijos e vendem seu produto de porta em porta, em supermercados na cidade e na venda *institucional* em programas do Governo Federal. Ainda, outras pessoas que desejam participar da feira.



**Fotografia 9 - Feira Livre Ecológica de Francisco Beltrão/PR. Assesoar, 2008**

O ponto principal de debate, que já vinha sendo amplamente refletido em reuniões anteriores, foi retomado pelo coordenador da feira, o Sr. Sérgio, formulando uma questão tensa entre os participantes do grupo: *constituir ou não uma associação de agricultores/as ecológicos/as ou construir junto à cooperativa de comercialização do município (COOPAFI) um espaço específico para a comercialização dos produtos ecológicos?* Ao iniciar com esse questionamento, o Sr. Sérgio, coordenador da feira, reflete com o grupo se este espaço que necessitam consolidar, inclusive de forma institucional e jurídica, é para ter melhores condições de planejar a produção, a comercialização, a articulação e a geração de renda nesta perspectiva da agricultura ecológica. Isso significa um desafio em construir algo mais avançado, no sentido de ser também um espaço em que se sustenta com processos de educação, que permitam tanto a viabilidade da cooperativa quanto da UPFV. Em outras palavras, é garantir que tal espaço esteja articulado ao *projeto de vida* dos grupos familiares envolvidos e a consolidação da apresentação de um *produto ecológico de qualidade*, sendo que há condições na região para isso. Porém há a necessidade, segundo o coordenador, de derrubar o *mito* de que o produto com boa aparência é aquele cultivado com uso de agroquímicos. Para isso, faz-se necessário “a viabilidade da cooperativa e o aumento da produção para encher, ter produto e viabilizar tanto a estrutura, quanto o agricultor” (Sr. Sérgio, coordenador da feira, agricultor ecológico, Registro 03, Reunião de Feirantes).

Ainda, segundo ele, a estrutura de uma cooperativa tem que ser mínima, evitando custos altos em sua manutenção para possibilitar condições para os agricultores/as se viabilizarem no processo e permitir mais sobras nos rendimentos monetários destes grupos. Nestes casos, teriam que avaliar se a COOPAFI dispunha de uma estrutura e assumiria, pelo menos em parte, a comercialização dos produtos ecológicos nesta lógica, distintamente dos *convencionais* com os quais também opera. Desse modo, não haveria necessidade de criar outra organização para privilegiar a lógica da agroecologia e da viabilidade do agricultor junto à estrutura já existente. A partir disso, algumas ações são sugeridas pelos participantes da reunião, entre estes a mediadora Sra. Fábria, que destacou a urgência de fazer de forma coletiva um planejamento e definir responsabilidades e prioridades. Os interlocutores/as assinalaram não ser problema o fato de ter o *produto convencional*, desde que a prioridade fosse dos produtos ecológicos ou orgânicos, pois estes já estão ajudando a manter a estrutura, pois de tudo que se entrega para venda, dez por cento (10%) do valor fica para COOPAFI.

Imediatamente, o Sr. José, agricultor ecológico, integrante do Núcleo Sudoeste do Paraná da Rede Ecovida, voltou a salientar, como na reunião anterior, sobre sua preocupação com os gastos de manutenção dessa associação que estava em pauta para ser criada, pois segundo ele, fatores como estes os levaram a encerrar as atividades de outra organização em sua localidade, porque são muitos gastos econômicos e documentos que precisam ser feitos para atuar na *legalidade*. Por isso, a necessidade de avaliar o *custo/benefício* da mesma, pois há poucos dias associou-se à Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF) porque necessitou comprar uma ordenhadeira e com isto obteve desconto, mas acrescenta: “*pensando bem, já são nove entidades que somos sócios*”. Deste modo, questiona porque não investir nas organizações que já existem ao invés de criar mais uma para este grupo, pois assim fragmenta-se muito e deixa-se de fortalecer, animar e trazer mais agricultores/as para atuar em conjunto com que as que já existem. Mas salientou que não era contra a ideia de organizar a nova associação, apenas queria contribuir com mais elementos para o grupo avaliar.

Já o Sr. Tobias, agricultor ecológico, não se contrapôs a avaliação do Sr. José, mas disse que o grupo já está organizado a partir dos feirantes e isto significa apenas formalizar e que com a legalização também aumentaria as chances de participarem de projetos lançados pelos órgãos públicos e poder investir no transporte coletivo para levar os produtos das localidades até a cidade, local da feira, por exemplo, considerando que esta é uma limitação antiga dos feirantes. Mesmo o debate parecendo ser “tenso” ao situar prós e contras em relação a criação da tal associação, continuaram a surgir intervenções, porém sem posições muito definidas e decididas em torno de afirmar ou não o compromisso de formalização

imediate dessa organização. Exemplo disso é a questão que o Sr. Tobias trouxe à tona sobre a certificação dos produtos ecológicos e a discussão se reafirma em torno da exigência da lei de conformidade, tema o qual voltaremos analisar no percurso da Rede Ecovida.

O Sr. Sérgio, coordenador da feira, afirmou que precisam se organizar conforme as exigências legais de *certificação orgânica*, mas à medida que se quer vender o produto como ecológico será necessário certificar, sendo que fazê-lo individualmente implicará um custo maior do que por meio de uma organização, já que solicitar a certificação ao Ministério da Agricultura seria mais uma das funções da tal instituição dos agricultores/as ecológicos/as. Ele volta salientar que outro objetivo é a constituição formal desse grupo para ter um espaço. Segundo ele, já são dez anos de discussão, pois no Natal de 1997 iniciaram-se as primeiras experiências da agroecologia e a feira. Primeiramente, a ideia era que a COOPAFI daria conta dessas necessidades, mas esta tomou outro rumo, aderindo também à comercialização de produtos oriundos da *agricultura convencional* e da venda de alguns produtos para agricultores/as que não são ecológicos ou orgânicos. Salientou na sua intervenção que o fato de refletir por este caminho, não significava ser contra a cooperativa de comercialização, mas consolidar uma associação requer despesas mínimas, principalmente no início, entretanto os benefícios são para adquirir ou fazer investimentos na feira, por isso a legalização (associação) do grupo seria interessante. Em outras palavras, o coordenador colocou a ideia da associação como forma de avançar tanto no planejamento de uma maior produção ecológica quanto para viabilizar a comercialização e a própria estrutura da feira. Não foram poucas as vezes que ouvimos no campo etnográfico as “queixas” em relação à viabilidade de espaços para vender o produto, com ênfase na problemática relacionada no transporte que acaba por representar um custo operacional alto para os agricultores/as, além de que, muitas vezes deixa-se de vender por falta de condições para levar o produto até a cooperativa ou a feira. Vimos isto na reabertura da feira de Francisco Beltrão/PR, em que as mulheres estavam trazendo os produtos de ônibus de linha, além de levar de carroça ou carrinho de mão de casa até o ponto de embarque do transporte coletivo. No período de escrita da investigação, este problema foi resolvido com a aquisição de um carro viabilizado por meio de um financiamento do *Pronaf Mais Alimentos*, pelo Sr. Gilson, que de forma associativa traz os produtos de todos os feirantes da localidade.

O Sr. Almir, agricultor ecológico da Vila Rural, expressou uma opinião distinta dos demais (ele não participou da reunião anterior, estava em campanha eleitoral, tendo sido eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores). Ele defendeu a existência de um *grupo orgânico* ou *ecológico* dentro da própria COOPAFI, mas distinto dos demais integrantes, inclusive com

*autonomia* para gestar seu processo. O debate gerado por esta proposição se resume na seguinte questão: se seria possível integrar o grupo dos agricultores/as ecológicos na COOPAFI, ou teriam que abrir outra unidade de cooperativa singular dentro da rede de cooperativas (SISCOOPAFI, a central das COOPAFI) e nesse caso teriam de igual forma despesas financeiras para abrir e mantê-la.

Mas entremeio ao debate desta reunião há uma questão de fundo que perpassa a discussão desde as outras edições e ainda, em outras instâncias de discussão dentro da própria cooperativa: a dificuldade da COOPAFI em assumir a comercialização dos orgânico/ecológicos de forma distinta da *produção convencional*, ostentada inclusive pelos seus dirigentes, mesmo que atualmente, como está organizada, não está conseguindo viabilizar-se na manutenção dos gastos com estruturas, sendo apoiada por outras entidades. Há uma série de dificuldades que preocupam dirigentes e lideranças em relação às adesões que estas cooperativas vêm fazendo para obter recursos para se manter. Entre estas, é alvo de críticas por parte deste grupo por vender alimentos processados ou embalados pelos complexos agroindustriais de alimentos, pois sabe-se que alimentos como farinhas, arroz, azeites, entre outros itens poderão não ser oriundos da agricultura familiar, mas também da *empresarial*.

O Sr. Almir continuou a afirmar que ao se organizarem via COOPAFI todos os agricultores/as deveriam se associar, mas segundo alguns participantes teriam que avaliar a questão da comercialização e principalmente da feira que anteriormente foi destituída em função da abertura do mercado do produtor e atualmente retomada pelos feirantes. Todavia, teriam que se certificar se a direção da cooperativa consegue ter este posicionamento. O Sr. Almir volta assinalar que esse grupo dentro da COOPAFI poderia ter *autonomia*, em relação ao restante dos associados/as, para planejar espaços de educação, que dêem conta da produção, da comercialização e da certificação. O Sr. Tobias, agricultor ecológico, interferiu relatando uma conversa que teve com a Sra. Odila, que mesmo que o mercado da cooperativa venha se ampliar, “*a feira é um espaço que não atrapalha o mercado e não é apenas o econômico que a feira possibilita aos agricultores, é lugar de construir relações com os consumidores/as, conversar, sair da UPVF*”. Uma relação direta com o consumidor/a para transformar referências convencionais (produtos) em referências familiares e ecológicas, que por sua vez, podem expressar suas preferências e posições, inclusive revelar seus hábitos de consumo. A Sra. Odila confirmou dizendo:

O Tobias me perguntou se tivesse o mercado, você preferia entregar no mercado ou vender na feira? Eu respondi que prefiro a feira porque você aprende a viver, você se transforma, faço um monte de amizade. Você acha Almir, que eu faço um monte de dinheiro? Eu não, e não desisti ainda, porque não vejo a hora de chegar sexta-feira e encontrar as pessoas de novo. (Sra. Odila, agricultora ecológica e feirante. Registro 02 da Reunião de Feirantes).

O Sr. Sérgio intervém no debate salientando que, enquanto feirantes, entregadores/as de alimento para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>128</sup> e vendedores/as de porta em porta de produtos ecológicos, fica evidente a necessidade de um espaço de formação, de comercialização e de planejamento das UPVFs, além da articulação política para constituir esse espaço. Faz-se imprescindível apontar que as entidades que iniciaram esse diálogo incentivam outras que não priorizam o debate da agroecologia, sendo que a Assesoar vai dispor de um dia/mês de trabalho para ajudar na organização de uma proposta municipal de agroecologia ou até mais, dependendo do andamento dos trabalhos. Sendo assim, o coordenador encaminhou como proposta afinar mais uma proposição sobre inserção dos grupos de feirantes e negociar com a COOPAFI. Outra questão estratégica em longo prazo seria articular lideranças que defendam a proposta da agroecologia e dos feirantes para ocupar funções na direção da cooperativa, quando houver eleições. Ainda, ficou acordado que todos têm o desafio de convidar agricultores/as que são ecológicos/as ou têm produção orgânica no município e não estão na feira para participar desse debate da proposta municipal de desenvolvimento em Francisco Beltrão/PR. Foram elencando nomes para compor uma lista de grupos familiares e a Sra. Fábria, mediadora, concluiu que são no mínimo vinte UPVFs que já produzem nesta linha e poderiam integrar ao grupo.

A Sra. Fábria ainda propõe uma conversa com a Cresol do município para que esta se manifeste em relação aos recursos orientados para a agroecologia e quais esforços poderia fazer para integrar mais agricultores/as neste sistema de produção. Continuou questionando quais ações, por exemplo, organizam a CLAF e o STR para contribuírem nos avanços da agroecologia. A conclusão dessas questões foi que nenhuma das três entidades tem conseguido fazer algo com os agricultores/as ecológicos/as e nem estes têm conseguido debater e dialogar para avançar nesse processo com estas instituições. Por isso existe um *vazio* e nesse sentido os feirantes têm que pensar o que e como fazer, pois se planejarem estratégias

<sup>128</sup> “Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo” (MDA, 2011).

políticas se encontrará “*mais peixinhos para vir para a agroecologia, claro desde que tenha perspectiva*” (Sr. Sérgio, agricultor ecológico, coordenador da feira). Segundo o Sr. Sérgio, tanto o STR quanto a Cresol não têm uma pessoa para se dedicar ao trabalho da agroecologia, apenas discursos de defesa, mas nada de substantivo. Também, o grupo de agricultores/as ecológicos/as não consegue interferir nestas instituições e muitas vezes nem se organizam para fazer seus questionamentos e proposições.

Como encaminhamento deste ponto da pauta, decidiu-se fazer uma reunião com a COOPAFI e os agricultores/as ecológicos/as para constituir dentro da cooperativa um trabalho específico com esse grupo. Assim, o Sr. José, agricultor ecológico e integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste, assinala que atualmente não há produção ecológica para viabilizar sozinho esse mercado do produtor, mas que a proposição seja no sentido da distinção do ecológico ou orgânico em relação ao *convencional*, além do grupo ter *autonomia* para planejar seu processo organizativo e educativo. Todavia, as outras produções deverão ser provenientes da agricultura familiar e não dos complexos agroindustriais de alimentos de grande porte, pois segundo estas lideranças algumas unidades destas cooperativas estariam vendendo produtos embalados por empresas representantes do *agronegócio* e até refrigerantes. Afinal, as cooperativas são do ramo solidário e pertencem aos processos organizativos da agricultura familiar.

Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Carlos, agricultor ecológico e mediador, relatou a baixa procura nessa época pelos repolhos que envia à feira e que seria necessário fazer promoções, como nos mercados, o que seria melhor do que voltar para casa com o produto. A Sra. Odila contestou, afirmando que só ele estava mandando repolho, mas que não tem saída por conta do excesso na oferta. O Sr. Sérgio complementou citando uma cena que presenciou num supermercado, quando um produtor estava entregando o repolho, mas o comerciante não queria aceitar porque as unidades eram muito grandes e a preferência dos consumidores/as era por unidades menores. Segundo ele, o problema surge no período de safra quando a oferta aumenta e os supermercados baixam o preço para atrair o consumidor/a. Ele retomou em sua fala a necessidade da associação para possuir mais aportes em situações como essas, a exemplo da comercialização em espaços múltiplos, além da feira quando há produção em maior quantidade.

O Sr. Valdecir, agricultor ecológico, salientou que os preços foram calculados a partir dos *custos de produção* e que os mercados fazem as promoções para atrair os consumidores/as, que sempre levam algo mais do que produto promocional. Segundo ele, os feirantes não podem entrar nesta lógica. A Sra. Janete, mediadora, referendou a fala do Sr.



Valdecir complementado-a com uma reflexão em torno da política dos preços já organizados há mais de ano, calculados segundo os custos e numa outra lógica. Optamos por transcrever a fala:

Nós temos um debate, estamos há dez anos debatendo isso. Nós fizemos o cálculo de um preço, nosso preço está há quanto tempo. Está sempre o mesmo preço. *Não precisamos cair na lógica de mercado, nós vamos morrer se cair nessa lógica de promoção que o mercado faz de ora tá nove centavos e ora tá três reais.* Esse que é nosso problema. Não se pode concorrer entre si. Não podemos dizer que nós concorremos. Não! Nosso grupo não pode mais dizer que concorremos. Achei que nós já tivéssemos tirado da cabeça a concorrência entre o grupo. Muito pelo contrário, a feira é totalmente diferenciada, não tem outra no Brasil. Ampére tá criando a partir da nossa, como a que se criou aqui *não é de concorrência, é de mútua ajuda, de cooperação, de uma política de preços, de uma política de conversação com o consumidor.* É outra forma. Acho que a gente não pode voltar atrás no que se definiu enquanto grupo, ou vamos criar outra coisa agora. Nós estamos avançando a partir do que já criamos. (Sra. Janete, agricultora ecológica e mediadora, ex-educadora no projeto Terra Solidária. Registro 02, Reunião de Feirantes. Grifo nosso)

O Sr. Sérgio retomou o debate dizendo que *“não podemos continuar discutindo se vamos fazer oferta ou não, nós temos uma política de preço o chamado preço justo”*. O debate continuou em torno da questão do preço dos produtos, sendo que se for para modificá-lo o terá que ser a partir de uma discussão, baseado no cálculo dos custos e que oferta não é a solução, a lógica é uma feira *solidária e não na lógica do mercado.*

O Sr. Tobias exemplifica com sua experiência de venda de queijos. Nos meses de maio e junho, período de entressafra, o quilo do queijo foi vendido entre dez e cinquenta a onze e cinquenta reais a peça<sup>129</sup>, enquanto no mercado, naquele momento, era vendido a treze e cinquenta (R\$ 13,50) a quatorze reais (R\$14,00), então o mercado lucra de três a quatro reais. Segundo o Sr. Tobias, seguindo a tabela dos preços dos produtos coloniais (Código dos Consumidores), quando o consumo está em alta, ganha-se mais, mas quando está em baixa é preciso fazer promoções. Na lógica do mercado, o produtor pode até ganhar um pouco mais numa época, mas em outra ganha menos. O Sr. Sérgio ressaltou que vende a caixa de pêssegos por dois reais o quilo, pelo mesmo preço vende na feira empacotado. Na safra, o mercado vai baixar o preço, que estava em três ou três reais e trinta centavos o quilo da fruta. Mas ele continua com o mesmo preço na feira, porque *a política de preços está ligada ao preço justo.* Reforça que o grupo tem que debater a questão do custo de produção para ver se

<sup>129</sup> Uma peça possui em torno de 1 quilograma.

aumenta ou não os preços, por isso um espaço de conversa sistemática, e ir trabalhando por tema para qualificar para que os feirantes novos possam ir compreendendo os princípios da agroecologia também no que se refere à comercialização.

O coordenador da reunião convida o grupo para pensar algumas questões específicas da feira quanto ao seu caráter ecológico que tem desde o início. Salienta que esta destaca-se por apresentar ao consumidor/a um *produto limpo*, isento de insumos químicos nos cultivos e de aditivos na agroindustrialização, pela compreensão que se tem dos danos que as *contaminações químicas* causam a saúde. A Sra. Odila chamou atenção do grupo para que todos recordassem os princípios da feira e da agroecologia e solicitou que todos contribuam para mantê-los. Já o Sr. Sérgio reforçou a importância de práticas da agroecologia, que vão desde oferecer um produto cultivado ou transformado sem agroquímicos até a apresentação, organização e embalagens com materiais recicláveis, que caracterizem a feira como ecológica.

A Sra. Edilene, uma das feirantes novas, refere-se à panificação que atualmente não é feita com produtos ecológicos pela dificuldade que encontram em ter a farinha integral ou branca que não seja *convencional*. O Sr. Sérgio intervém salientando ao grupo que por isso faz-se necessário fazer planejamento e articular ações conjuntas no circuito de comercialização organizado pela Rede Ecovida, por exemplo, entre outros espaços que vendem essa linha de produtos, para também adquirir açúcar branco orgânico, já que nem todos os doces podem ser feitos com açúcar mascavo. Uma segunda questão é levantar o potencial de quem pode produzir, entre os feirantes, alguns dos itens que se utiliza na panificação, a exemplo do trigo ecológico, pois uma comissão da feira poderá articular um moinho para fazer a farinha deste trigo separada dos *convencionais* e comercializar, tanto para a panificação quanto para consumo de outros feirantes. Outra feirante sugeriu que fermento também é possível substituir o químico pelo caseiro.

Numa intervenção, um dos feirantes reforçou sobre a necessidade de planejamento, pois assim como não ter produto, ter demais também é problema, e salienta “*temos que nos organizar*”. Surgiram ideias entre os participantes da reunião e chegaram ao consenso em torno da proposta apresentada pelo Sr. Vilmar para solucionar o problema da farinha que é usada nos itens de panificação: arrendar a terra do Sr. Amaro e um grupo plantar trigo ou o próprio milho para moagem. Esta ideia foi compartilhada por outros agricultores/as, que reafirmaram que se houvesse planejamento, seria possível plantar trigo em conjunto. Mas também sugeriram que fosse averiguado se ainda há trigo e para os próximos anos ver com alguns produtores do município que produzem trigo ecológico para organizar a moagem juntos.

Seguiu a reunião com a nomeação de alguns dos produtos que hoje estão sendo vendidos na feira: as verduras são as que têm em maior quantidade, pois a produção já está bem organizada, tanto para o inverno quanto para o verão, a exemplo da Sra. Odila que cultiva alface durante o ano todo. No verão vai faltar mais couve-flor, beterraba, brócolis, cenoura e repolho, principalmente com os períodos de estiagem. A proposta dos feirantes foi se organizarem para tentar produzir os produtos escassos no verão para contemplar a procura e não comprometer a variedade da feira, nem ter que dizer “*não tem*” aos consumidores/as.

O Sr. Sérgio apresenta uma proposição quanto aos recipientes utilizados, para que seja observada a apresentação dos vidros e tampas das conservas ou doces de frutas e geleias, pois isto também é considerado na constituição de um *produto ecológico de qualidade*. Além disso, que seja eliminado, na medida do possível, o uso do plástico e do isopor nas embalagens. Ficou acordado que os feirantes devem conversar com os consumidores/as sobre o fim do uso da sacola plástica e a aquisição das sacolas de tecido produzidas pela Rede Ecovida ou o uso de sacolas biodegradáveis. Pois, há também a necessidade de construir com os consumidores/as uma consciência ecológica e o espaço da feira pode ser interessante nessa perspectiva, por isso o momento da venda é ocasião propícia para expor o porquê da troca das embalagens. Todavia, ainda ficaram sem solução as embalagens para a panificação, uma vez que pães, bolos,ucas e bolachas são colocados em sacos plásticos ou bandejas de isopor.

Encerrou-se a reunião com a definição da data e local da próxima, já que estas são realizadas nas UPVFs dos feirantes para que uns conheçam a realidade dos outros e, geralmente, se oferece algum alimento produzido pelos grupos familiares, como forma de confraternização. Nesta ocasião, o Sr. Sérgio trouxe pêssegos e a Sra. Rose ofereceu bolo, enquanto seguiam os debates. Ficou combinada a realização de uma reunião com a COOPAFI e os feirantes, sendo que na próxima vez que este grupo se reunir, o objetivo será fazer um planejamento de ações que contemple a produção e a comercialização por meio de estratégias de educação.

Neste sentido, a feira livre ecológica é um dos espaços de comercialização, debate e fortalecimento da agricultura ecológica, consolidada numa estratégia de coletivos organizados ou *coletivos políticos* em prol da circulação das “mercadorias” destes agricultores/as, que além de cumprir com este preceito, na visão dos mediadores/as representa uma estratégia maior de economia com princípios solidários, representando outra organização social. Ressaltamos o *preço justo*, o *alimento limpo* e os processos educativos organizativos que “enredam” as feiras como mais uma das possibilidades de reprodução social desta agricultura ecológica na interface da Agricultura Familiar e do campesinato da região.

## Da venda de porta em porta: a experiência de um grupo familiar

Uma das coisas, assim, é que a gente tinha alguns clientes bem antigos, já nossos, e daí o pessoal já conhece a nossa família aqui há anos. Então, daí já com a gente começou a produzir diferente, a gente tinha alguns consumidores, esses consumidores começaram a trazer os outros, foi assim. Não foi nós que fomos a procura.

**Adir, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste do Paraná.**

O Sr. Adir e a Sra. Sirlei, casados há 17 anos, moram com o filho Adilson, de 12 anos, em uma das casas construídas na UPVF de aproximadamente 17 hectares. Na outra casa vivem o pai e a mãe do Sr. Adir que são oficialmente os donos da terra. Ambas as residências são novas, de alvenaria e com vários cômodos mobiliados, o que gera a impressão de que primam pelo conforto. A Sra. Maria, mãe do Sr. Adir, mostrou com orgulho a cozinha nova que conseguiu comprar depois que passou a receber o benefício da aposentadoria, sendo que antes das construções novas os dois grupos familiares moravam numa mesma casa.

Toda a UPVF está atualmente organizada na lógica da produção ecológica, como nomeia o Sr. Adir nas conversas que tivemos, argumentando que esta se caracteriza como tal por vários aspectos, a exemplo da *diversificação* no cultivo de espécies vegetais e da criação de animais de leite e para abate; produção com tecnologia de base biológica, com aproveitamento máximo dos recursos internos da UPVF utilizando *adubação verde*, *cobertura de solo*, sementes crioulas e pastagens para animais com piqueteamentos; a *preservação do ambiente* com proteção das águas, a não utilização de insumos químicos, a conservação de áreas de mata, o reaproveitamento de matéria orgânica e seleção de material reciclável; a *produção e geração de renda* comportam a produção da atividade agrícola e a transformação da cana em açúcar mascavo, bem como, os itens de panificação e artesanato que são também comercializados; a construção de *relações* no grupo familiar visando o entendimento da divisão da renda e a distribuição do trabalho como elementos debatidos e planejados coletivamente entre os dois grupos familiares. Completando o que na região as entidades e mediadores/as classificam de tripé da agroecologia: *produção/geração de renda*; *sustentabilidade do ambiente*; *a sucessão e as relações*, como elementos inerentes a construção do *projeto de vida*.

Em relação à diversidade da produção que têm na UPVF e que geram a renda, o Sr. Adir foi relatando, seguindo a distribuição por área de ocupação de terra, sendo que a produção de grãos ocupa em torno de quatro ou cinco hectares com feijão, milho, um pouco de soja, amendoim e arroz. Já a cana-de-açúcar está distribuída numa extensão de dois hectares, em meio hectare cultivam batata-doce, mandioca e *miudezas*, como se referem para itens de alimentação, incluindo também as hortaliças. Nesta área iniciaram um projeto de agrofloresta consorciada com árvores nativas, árvores frutíferas nativas, exóticas e citros. Mais uns três a quatro hectares de piquetes de pastagem e o restante está como reserva (como planejado no anexo 2, croqui 2). Inclusive uma área ao fundo da UPVF, de propriedade do vizinho, há uns vinte anos não é mexida, são praticamente dois hectares onde estão deixando crescer mata nativa. Ainda próximo às casas tem uma pequena fração, não quantificada, com os piquetes de criação de galinha caipira, das quais eles são guardiões de uma raça pura no projeto de melhoramento genético de galinhas caipiras incentivados pela Assesoar na região.

Desde a primeira visita que fizemos a esta UPVF nos chamou atenção a organização e distribuição espacial que possui, além do embelezamento com a arborização e plantas ornamentais, aspectos das casas e dos galpões, organização dos piquetes das galinhas que estão agregadas na área mais próxima às residências. O terreno vai tendo aclive acentuado à medida que se avança para áreas das lavouras, assim, os locais das moradias são mais planos e mais altos em relação à estrada que corta esta localidade, sendo os segundos moradores depois que deixamos a rodovia. Entre suas terras, do outro lado da estrada de onde moram se localiza uma pequena fração e no mesmo sentido da estrada está o rio Chopin. Segundo relato do Sr. Adir, um dos fatores que incentivaram seus avós virem do Rio Grande do Sul para esta região, foram as matas virgens, as terras férteis próximas do rio, além da abundante quantidade de água que possuem ainda hoje na unidade familiar.

A *renda* que se obtém nesta UPVF é também diversificada, sendo difícil identificar, como em outras, qual a atividade principal de geração de *renda monetária*, mas talvez, analisando pelo montante de entradas, os produtos resultantes da cana-de-açúcar poderiam ser classificados como principal. Estes são transformados numa pequena agroindústria familiar, localizada na área de terra do seu tio, mas de posse de ambos. Também realiza a venda dos grãos, de leite, de artesanato, de itens de panificação, sendo estes últimos organizados pela Sra. Sirlei, que construiu uma cozinha própria para fazer pães, bolachas, cucas, sonhos, entre outros. A *renda* decorrente desta comercialização não é dividida entre os dois grupos familiares. Ainda relatou que vende carne quando abate frangos, porcos ou eventualmente gado.

Ao narrar sua trajetória, o fez num corte de tempo que separa a atividade agrícola antes da modernização da agricultura, quando seus pais ainda derrubavam a mata, faziam as queimadas e plantavam com sementes do milho que estava no paiol e conseguiam fartas colheitas. Junto a isto criavam porcos, pois na época, somado ao milho, eram as fontes de *geração de renda*. Assinalou que por influência dos filhos, seus pais entraram na produção com a utilização dos insumos químicos e os financiamentos oferecidos para este fim, tanto que seus dois irmãos acabaram saindo da roça para trabalhar em empresas na cidade. Não obstante, a mudança de um sistema de *agricultura convencional* para a ecológica aconteceu em função dos grupos de base, como versa no primeiro capítulo deste estudo, que a Assesoar coordenava nos municípios com participação dos STRs nos anos de 1980, ocasião em que se tornaram sócios desta entidade. Também participaram do lançamento de um *selo de qualidade orgânica*, o primeiro dos selos na região, promovido por organizações sociais no ano de 1998. O debate na época figurava em torno de alguns *manejos* de recuperação de solo, principalmente com *adubação verde* e orgânica, a seleção e reprodução de sementes crioulas. Concomitante a esse debate surgem na região, mais especificamente no município de Capanema, as empresas de soja orgânica<sup>130</sup>. Na época uma delas se chamava *Terra Preservada*, para a qual o grupo familiar do Sr. Adir comercializava a produção da soja orgânica e de quem comprava insumos.

---

<sup>130</sup> Uma das lideranças da Assesoar refletiu com grupo que foi um equívoco o apoio dado a estas empresas por algumas entidades, pois as mesmas só se instalaram na região porque já havia trabalho das entidades e agricultores/as orgânicos/as. Além de aproveitarem destas condições, possibilitaram apenas a troca da opção de um pacote *convencional* por um orgânico, observando apenas fatores de produção, sendo que insumos eram comprados através destas e o produto final vendido a elas, que apesar de pagar um pouco mais pela soja, os agricultores/as não participavam da política de decisões e de preços. (Sr. Sérgio, coordenador da feira e agricultor ecológico. Registro 04, reunião de feirantes)



**Fotografia 10 - Transporte de Cana-de-açúcar. Iara Aquino Henn, 2009**

Matéria prima para transformação em açúcar mascavo na agroindústria familiar na UPVF do Sr. Adir.

Para eles, a experiência da comercialização com as empresas não era sustentável, pois segundo o Sr. Adir, estas tornavam alto o *custo de produção* com os insumos e fretes adicionais para transportar, sendo que a *sobra* era também pouca em relação a quem produzia *soja convencional*. Em algumas épocas isto se diferenciou significativamente, mas quando havia mudanças nas políticas de preços no sistema *convencional* já não compensava. Definiu isto como *troca de um pacote pelo outro*, a exemplo de outros agricultores/as que na região têm se referido desta forma em relação às estas empresas. Esta reflexão conduziu a mudanças dentro do sistema orgânico, diversificando a produção, investindo no cultivo da cana-de-açúcar e na transformação desta em açúcar mascavo, melado, rapaduras e também ampliaram o cultivo de itens que até então eram apenas para o consumo do grupo familiar. Receberam incentivos da Emater para organizar o *barracão* e apoio das entidades, em especial da Assesoar, para organizar a transformação.

E como a gente na época também produzia alguma coisa de açúcar mascavo, fazia aqui na casa, na varanda que a gente fazia alguma coisa, isso era uma

coisa que era uma tradição já de família, que o meu vô fazia já antigamente melado, rapadura. Isso há uns trinta anos atrás e saía vender com charrete, que ainda era o meio de transporte que tinha. [...] Tinha os bodegão no interior, saía vender naqueles bodegão assim, ia lá, na verdade fazia troca, trocava por outros produtos, trocava por sal, por coisa assim. Isso já é de tradição, então nós sempre fazia. (Adir, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste do Paraná.)

A comercialização, como argumentam algumas lideranças em que o agricultor/a tem que recuperar a prática do *comerciante*, neste grupo familiar foi possibilitada na aprendizagem de uma geração para outra. Mas retomaram esta prática, com a participação nas feiras livres, algumas organizadas em Curitiba/PR por incentivo do Governo do Estado e apoio das entidades na mesma perspectiva do projeto das agroindústrias, outra organizada no município. Segundo relato, sabiam que estas não possibilitavam o retorno esperado, contudo, participaram em função de que a primeira delas, na capital, lhes possibilitava divulgar os produtos. Já a segunda não foi viável em função da distância, pois fica a 30 quilômetros de sua UPVF, fator que elevava os gastos com transporte, diminuindo a sobra. Neste sentido, Meirelles (2007) afirma que as feiras são espaços propícios para expôr o produto ecológico, pois as conversas entre o agricultor/a e consumidor/a sobre as formas de produção, conduz a uma relação de confiança e de “aprovação” do produto como apto ao consumo, sendo que alguns destes até visitam as UPVFs para conhecer mais. Isto também acontece com as relações construídas na venda de porta em porta, prática dos grupos familiares que fazem parte desta investigação.

Para este grupo familiar, tornou-se impossível continuar como feirantes e a saída encontrada foi iniciar um processo de vendas no município vizinho, distante cerca de cinco quilômetros de onde vivem, conjuntamente com o tio do Sr. Adir, que era quem possuía um automóvel para o transporte. Posteriormente adquiriram o próprio veículo, necessário em função da comercialização. Este tipo de venda, segundo a Sra. Sirlei, foi o que estimulou o grupo familiar a ampliar e diversificar ainda mais a produção para aumentar a *geração de renda*. Por exemplo, a ideia da panificação surgiu quando iniciaram a levar alguns pães,ucas e bolos para os irmãos do Sr. Adir que vivem neste município e ao serem vistos pelos consumidores/as, estes sugeriram a venda. Da mesma forma, a criação de galinhas caipiras e de porcos para o consumo da carne foi sendo ampliada na UPVF, pois estes mesmos consumidores/as começaram a sugerir a venda de uma carne diferenciada daquelas produzidas nos sistemas de integração, argumentando que são mais saborosas e de *estilo colonial*.



Ao perguntarmos como faziam para conseguir vender carnes, ovos caipiras, queijos, manteigas, natas, entre outros produtos de origem animal, tendo em vista a legislação sanitária que prevê regras e normas de estrutura para abate, conservação e transporte. Relatou-nos que pretende construir um espaço próprio para o abate dos animais e legalizá-lo conforme as exigências, mas ressaltou que estas são as mesmas aplicadas às agroindústrias de grande porte, o que têm dificultado a adequação para muitos agricultores/as, pois estas construções requerem investimentos que nem todos reúnem condições, mesmo acessando linhas de créditos. É preciso ter uma estrutura bem *diversificada de renda* para investir nisso e garantir sua sustentabilidade, bem como a viabilidade de usos, sendo que muitas vezes estas dificuldades estão mais ligadas ao fator da *legalização*, das exigências sanitárias do que à organização estrutural, pois para esta última, há disponibilidade de financiamentos, mesmo com as problemáticas existentes.

Mas ele vende *a pedido* dos consumidores/as, que argumentam estarem preocupados com os produtos que provêm de animais alimentados com *rações convencionais*, no sistema de integração, além dos aditivos químicos que modificam o sabor em relação ao produto *colonial* que compram do grupo familiar. Além disso, muitos destes vêm na casa do agricultor/a comprar no momento que se abate algum gado ou porco, movido por laços de amizade ou parentesco e inclusive oferecem ajuda para a atividade de abate. Para o transporte o Sr. Adir afirma que toma os cuidados necessários, leva a carne de galinhas em caixas térmicas, atendendo encomendas específicas dos consumidores/as, além de que o padrão de higiene é rigoroso, já que é uma produção em pequena escala e também de consumo pelo grupo familiar situado nos princípios da *qualidade de vida*. Como relata:

Os frangos e porcos também nós vendemos tudo direto ao consumidor. Só que assim, por encomenda, mais é complicado. Foi até essa semana que veio aquele pessoal, que a Fábria trouxe, daí até uma mulher disse: "\_\_\_ Mas como você vende e eu não posso vender?". Daí eu disse: "\_\_\_ Mas a única coisa é assim, é o consumidor que confia". A questão que tem inspeção, na questão do suíno, das galinhas, mas é o consumidor que tá consciente, sabe o que tá comprando, sabe que produto ele tá comendo, qual a origem. Então, esse que é o diferencial, é que nem as galinhas nós não vencemos produzir. Se eu tivesse e pudesse abater cinquenta hoje e levar, se fosse ofertar sei que vende, só que eu não faço isso, é eles que pedem. (Adir, agricultor ecológico, integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste do Paraná.)

Atualmente, em torno de 50 a 60 consumidores/as compram regularmente os produtos e as vendas se realizam semanalmente. (Anexo 1, mapa 4). Alguns compram quinzenalmente, pois a quantidade de produtos é insuficiente para atender toda a demanda.

Por isso, para organizar a venda fazem um planejamento conforme o interesse dos consumidores/as, considerando os períodos do mês que possuem dinheiro e de acordo com os produtos de preferências e a sistemática de compra por parte destes. Alguns itens, como açúcar mascavo, batata-doce, mandioca, feijão, frutas, verduras e legumes, também são vendidos em supermercados da cidade e para outros interessados que buscam na própria UPVF. Neste caso, os agricultores/as afirmaram reservar uma parte para o consumo dos dois grupos familiares, senão ficariam sem certos produtos. Inclusive, alguns consumidores/as são da mesma localidade, principalmente os monocultores de leite, sendo que um dos produtos que mais procuram é o feijão ecológico.

Durante o itinerário da comercialização, o Sr. Adir e a Sra. Sirlei se organizam para realizar as vendas, sendo que um oferece e entrega os produtos e o outro recebe o dinheiro, mas ambos vendem ou recebem sem distinção, enquanto em outros grupos familiares que realizam este tipo de venda, a exemplo do Sr. Isac e da Sra. Vilma, relataram que quem vende e oferece com mais *destreza* é a mulher. Em outras palavras, alguns homens não se sentem *muito à vontade* para oferecer o produto, representando as concepções que têm em relação a venda de alimentos. Para o Sr. Gilson, por exemplo, isto constituía certa minoridade, já que suas percepções estavam situadas na lógica da monocultura e a colheita em grandes quantidades e não em vendas fragmentadas de itens que são também alimentos do grupo familiar. No caso do Sr. Isac é muito mais por timidez, pois nunca foi monocultor e na segunda situação o agricultor desconstruiu isso e atualmente vende na feira e de porta em porta. Ambos, como os feirantes, assinalaram os diálogos que fazem com os consumidores/as caracterizando o itinerário de produção para salientar as qualidades do *alimento limpo* e saboroso em relação ao que se disponibiliza em supermercados.

\*\*\*\*\*

Nestes contextos da comercialização direta ao consumidor/a, nos deparamos com as diferentes tensões destes coletivos no que se refere, principalmente, a esta problemática crucial na região: *a consolidação de um espaço múltiplo que possibilite além da venda dos produtos ecológicos, o planejamento das produções e a articulação dos grupos agroecológicos/as*. Desde que neste espaço, seja a feira, as associações, as cooperativas ou o circuito da Rede Ecovida de Agroecologia, possam se viabilizar nessa dinâmica, além das estruturas de comercialização, também consolidar *produção e renda* com os agricultores/as, para “endurecer” (LATOUR, 1999) nas UPVFs os *projetos de vida*. Dito de outra forma, as

narrativas dos/das feirantes e mediadores/as evidenciam que este processo seria sustentado por espaços organizativos e de educação, seguindo o exemplo das articulações e construções realizadas a partir das ECAS, que possibilite a construção de conhecimentos para reunir elementos que lhes proporcione produzir e comercializar, desde que este se viabilize enquanto *projeto de vida*, assim como, a constituição de *estratégias* de organização dessa comercialização.



**Fotografia 11 - Feira Livre em Ampére/PR. Iara Aquino Henn, 2009**

Como já vinha sendo articulada a comercialização nas ECAs e no Projeto Vida na Roça (PVR), atualmente, a partir das entidades e da Rede Ecovida, a ideia era da construção de mercados específicos para comercialização da produção ecológica, com princípios cooperativos na constituição de um *mercado solidário* que contemplem os seguintes aspectos: a) *relações solidárias*, nas quais os grupos se ajudam mutuamente, a exemplo das feiras em que o trabalho é organizado de forma coletiva, com distribuição das tarefas e transporte coletivo ou da venda de porta em porta, que cada vez um agricultor vai à cidade com o carro e leva a produção dos demais (formas associativas), formando um rodízio para baixar custos operacionais de transporte e evitar a *competição desleal*, pois um vende o produto do outro;

b) a participação na *política de preços*, que devem ser definidos por quem produz e não por *atravessadores* ou na especulação financeira das grandes empresas, mas como no contexto das feiras, por exemplo, no qual nasce a ideia do *preço justo* definido com base no custo da produção, como vimos nos debates dos feirantes e nas análises que serão apresentadas no capítulo cinco; c) o respeito e a integração dos consumidores/as na *venda direta* constituindo uma política de conscientização<sup>131</sup> e de participação na avaliação dos produtos; d) a comercialização de produtos cultivados ou transformados nos princípios da agroecologia ou em algumas experiências de agricultura orgânica (quando esta não está integrada às empresas de monocultura), onde nasce o conceito de *alimento limpo*.

Não obstante, há limitações e dificuldades na consolidação de espaços que garantam estes elementos numa dupla tensão: a garantia da consolidação dos *projetos de vida* e a disponibilidade de produção que possa atender a ampliação que este “mercado” de *produtos ecológicos* possa vir a adquirir. Os agricultores/as de nossa investigação também vendem sua produção no *mercado convencional*, a exemplo do que questiona Meirelles (2002, p. 02) sobre o itinerário do *produto limpo* ao ser comercializado, que na maioria das vezes chega ao consumidor/a, transformando-se em *nicho de mercado* pelas redes dos grandes supermercados, na exportação e no preço altamente diferenciado, como um caminho que não está em consonância com os princípios da agroecologia, enquanto segurança alimentar e princípios de *economia solidaria*. Vários são os fatores que levam os agricultores/as ecológicos/as comercializarem no “mercado convencional”, pois o crescimento da procura de alimentos *limpos* atraiu para o setor uma parcela de empresários, rurais e urbanos, a maioria não identificada com os princípios da agroecologia e nem com preocupação em relação à reprodução econômica e social da agricultura. Contrário a esta lógica, os interlocutores/as desta investigação vendem no *mercado convencional* – rede de supermercados – todavia, lutam pelo preço que fixam na política do *custo de produção*, mas para o consumidor/a o produto não chega nestes termos. Lutam também para perder menos nos casos de devolução do produto não vendido, exemplo disto é o relato dos agricultores/as que comercializam pêssegos, pois no pico da safra optam por todas as formas de vendas para não perder o produto. Eles negociam com os mercados para não misturar com os pêssegos de produção *convencional*, pois o que não é vendido é devolvido no final de alguns dias e, geralmente, o

---

<sup>131</sup> A categoria *conscientização* advém dos debates de educação popular na região e representa a tomada de consciência pelas pessoas de determinadas lutas e condições em que estão imersos no cotidiano. Neste caso, tomar consciência das questões ecológicas e de uma alimentação natural. Termo cunhado por Paulo Freire, educador brasileiro, nos quais os processos educativos têm responsabilidade de construir junto aos conhecimentos situados nas experiências de vida os conceitos e o valor do trabalho organizativo.

agricultor reaproveita na alimentação dos animais, mas garantindo serem ecológicos, mesmo quando usados para este fim. Em relação à venda nas feiras e de porta em porta, além do produto chegar ao consumidor pelo *preço justo* também há um trabalho de “conscientização” mesmo que esta circulação seja mais individualizada nos diálogos entre o agricultor/a que vende e a pessoa que compra, como um fato que passa de *boca em boca* para “endurecer” (LATOURE, 1999). Esses mesmos agricultores/as relataram que ao iniciar a venda de sua produção nas ruas dos bairros, precisavam argumentar e garantir aos consumidores/as que o produto era ecológico, convidando-os para conhecer a UPVF, desafiando-os a comparar com os sabores dos *convencionais*, afirmando que também consomem, já que a iniciativa dos selos era incipiente, gerando uma relação de confiança como forma de certificação. E, posteriormente, depois de experimentar, de um ano para o outro, estes consumidores/as os procuravam perguntando quando teriam e quando iriam trazer novamente determinados produtos.

Todos os relatos de venda de porta em porta nas ruas dos bairros dos municípios iniciaram com estas dificuldades, não de vender os produtos, mas de comercializar como *produto ecológico* dentro de um *mercado informal*. (Anexo 1, mapas 4 e 5). O Sr. Darci, agricultor ecológico, vende todos os sábados numa Vila Rural localizada próxima a sua UPVF. Ele relatou que estas pessoas teriam espaço para cultivar, mas mesmo assim compram sua produção. O Sr. Darci comercializa neste espaço antes da iniciativa da Associação de Produtores Agricultores Agroecológicos de Verê (APAVE), pois na época tinha que construir um “mercado” para colocar de forma distinta (direta ao consumidor) o que estava produzindo na agricultura ecológica. Mesmo que atualmente falte produto e sobre consumidor/a, pois estes buscam até em sua UPVF, ele mantém essa venda semanal como compromisso e garantia deste espaço. Ao chegar às ruas, estaciona o microtrator em determinado ponto e os *fregueses*, como os nomeia, vêm ao seu encontro. Relatou também que no início quando apresentava como *produto ecológico*, estes o questionavam sobre quais garantias poderia lhe oferecer, situação a qual apresentamos o relato:

Foi difícil. Ponha na cabeça dessa gente que minha produção não tinha veneno. A gente fez muitas conversas, mas ainda alguém me dizia ‘será que esses teus tomates ali não têm veneno’. Eu dizia ‘você quer ir comigo lá colher um tomate e eu como o tomate lá sem lava’, falo assim. Mas foi difícil no começo. Eu duvido que essa alface o senhor não ponha uma uréia, uma coisa química para produzir, não ponho. To dizendo que eu não ponho e foi... Agora não, o pessoal tá fazendo comercial pra mim. Ah! Compra! Às vezes a pessoa estranha tá por ai. Ah! Compra uma alface, um tomate dele

aí, que é *produto limpo*. *Produto limpo* que a gente diz ali, é um produto sem veneno. (Sr. Darci, agricultor ecológico. Grifo nosso)

A luta em consolidar espaços de comercialização deste produto como ecológico também encontra dificuldades na região no que se refere a consolidar-se como *alimento limpo*, que a exemplo das narrativas dos agricultores/as, define-se como todo aquele que é cultivado sem o uso de agroquímicos, ou no caso dos agroindustrializados, além da matéria prima ser de origem ecológica ou orgânica, também não se adiciona corantes, conservantes, aromatizantes, ou seja, a obtenção de um produto livre de *contaminação química*<sup>132</sup>. Isto também se refere a um alimento que tenha suas propriedades nutricionais conservadas. Contudo, os conflitos nessa ordem são em relação às exigências das legislações sanitárias que prevêm certas condições de infraestrutura para garantir a sanidade, principalmente no que se refere à transformação dos derivados de carne e de leite. Estas exigências são classificadas como empecilhos na hora da *legalização de espaços* para o abate de animais ou de fabricação de queijos, por exemplo, às quais os agricultores/as se referem como *papelada* ou *burocracia*. Em suas narrativas estes agricultores/as não negam a importância e o direito dos consumidores/as de terem acesso a um *alimento limpo*, desde que as exigências fossem distintas para as agroindústrias de agricultores familiares que estas se estendessem com tal rigor a outras instâncias e regras de fiscalização, não só quanto a contaminação biológica, mas também aos malefícios gerados pela contaminação química.

Na questão da sanidade relacionada à contaminação biológica, órgãos estatais constituem legislações e por meio de órgãos do Estado regulamentam e fiscalizam esta atividade da transformação de derivados de leite e carne (agroindustrialização de alimentos em geral), de forma indiscriminada para o *grande* e o *pequeno* porte industrial, fator que constitui a “queixa” dos agricultores/as. Por outro lado, as preocupações com a contaminação química é relativamente empalidecida e os mecanismos de controle são mínimos diante da grande escala de produção dos complexos agroindustriais, sendo alvo de contestação e preocupação destes interlocutores/as. Nesse sentido, Azevedo (2003, p. 18) o grande problema decorrente das contaminações químicas consiste no fato de que não são de efeitos imediatos. Com raras exceções, alguns casos de alergias se manifestam imediatamente após o consumo de um produto contaminado, mas geralmente, só aparecem depois de um longo tempo após a ingestão e acúmulo no organismo. São decorrentes da combinação dos tipos de aditivos, agrotóxicos e hormônios que se manifestam por meio de disfunções orgânicas como

---

<sup>132</sup> Essa análise encontra-se também em (HENN et al., 2009).

as intoxicações diversas, alergias e alguns tipos de câncer. No mesmo sentido, Pinheiro (2005, p.103) alerta que o uso de adubos químicos em quantidades maciças e cumulativas nos alimentos provoca desequilíbrios, podendo acusar intoxicações, além da perda de nutrientes. Ele exemplifica com o caso do *boro*, um microelemento importante para família de crucíferas. Normalmente, o agricultor *convencional* usa em quantidade excessiva para obter maior produção, porém, a ingestão pode provocar intoxicação ou ambição de outros nutrientes.

Uma segunda questão apontada por Azevedo (2003, p. 17-18) se refere ao processamento de alimentos pelas indústrias, as quais primam pelo refinamento de matérias-primas e na adição de produtos que os agricultores/as participantes dessa investigação se referem como *produto químico*, nomeando-os como aromatizantes, conservantes e corantes. Para o autor, são formas para satisfazer o paladar e reduzir custos. É mais econômico para as indústrias usar aditivos que imitam sabores, do que usar as próprias frutas, matéria-prima que, se usada em grande escala, eleva os custos dos alimentos. Entretanto, os agricultores/as ecológicos/as em suas instâncias de debates e nas entidades da região, colocam esta tensão da *contaminação química alimentar* como uma forma hegemônica das indústrias alimentícias de grande porte, que *fazem a cabeça do consumidor/a*, não revelam seus malefícios, apresentam um produto de aparente qualidade nutricional, sob a argumentação implícita de que sua “legalização” garante estar livre de qualquer contaminação biológica no processamento, conservação e na circulação deste na comercialização. Pois, estas empresas obtêm a liberação exigida pela legislação, mas isentas de qualquer compromisso com a contaminação química.

Embora atualmente os debates venham crescendo e já surjam algumas preocupações com a *contaminação química*, continua-se aplicando a fiscalização com mais rigor em relação à sanidade que considera padrões biológicos, baseados na higiene, como fator de saúde ou sua ausência como fator de doenças. Os interlocutores/as, nas suas narrativas, não negam que esta é uma dimensão importante para uma alimentação saudável e para conseguir a adesão dos consumidores/as, mas argumentam que os produtos vendidos nas feiras, além de ser em pequena escala, é também o mesmo alimento que consomem, portanto é um *alimento limpo* em todos os aspectos. Exemplo disto aparece na narrativa do Sr. Adir, que vende a carne de porco, ovos e frangos caipiras a pedido dos consumidores/as, que o conhecem, sabem e certificam a origem de tais produtos, pois muito visitam sua UPVF, inclusive em dias de abate de animais. Mesmo assim, o Sr. Adir manifestou o desejo de regulamentar o abate nas condições exigidas, assim que conseguir. Todavia, esta tensão nos remete a categorias da “legalidade” e “ilegalidade”, sendo que está associada a estas o cumprimento dos padrões de sanidade e higiene pelas imposições legais, enquanto para os agricultores/as a

problematização reside também nas *contaminações químicas*. Pelas “queixas” dos interlocutores/as, o *alimento limpo* não é preocupação da fiscalização sanitária, pois a centralidade de seu trabalho recai sobre as contaminações biológicas dos derivados de carne e leite, constituindo-se como *mercadoria* “ilegal” diante da legislação quando não processadas nas condições em que se exige. Entretanto, na experiência dos processos de comercialização em feiras livres, este “legal” sobre sanidade, que também é alvo da fiscalização por órgãos estatais, é construído entre consumidores/as e produtores/as. Esta é uma relação de confiabilidade que o torna “legal” pelo itinerário de cultivos e agroindustrialização, seus “usos” e feitos, nos conhecimentos que têm das UPVFs. Mediado pelo viés político destas contestações em relação aos produtos *quimicamente contaminados* dos grandes complexos industriais e culturalmente constituídos nos *projetos de vida* destes grupos familiares pelo *alimento limpo*, cunha-se outros atributos necessários na seleção de consumo de alimentos dentro de um apolítica de valor da “mercadoria” (APPADURAI, 2008).

O Sr. José, um dos agricultores ecológicos que participa da agroindústria associativa de derivados de leite, mais especificamente de queijos, “legalmente constituída”<sup>133</sup>, manifestou-se a respeito das imposições da legislação (para obter SIF) dificultando a legalização de agroindústrias deste estilo, assinalando que a burocracia e os gastos são os mesmos de uma agroindústria de grande porte, sendo que têm que pagar mensalmente um veterinário para “*dar uma olhadinha*” nos queijos (trabalho de inspeção). As “queixas” se relacionam muito mais ao custo que na contestação dos padrões de sanidade exigidos, apesar de que afirmam enfrentar dificuldades para conseguir tais registros. Na lógica do agricultor/a, os elementos que atestam as práticas de higiene adotadas para industrializar em pequena quantidade o queijo, o salame, entre outros para consumo, é um padrão aceitável e procurado por consumidores/as pelo sabor e confiabilidade na relação de produção e consumo. Já para uma comercialização nos espaços institucionais, são necessários selos que atestem os padrões de sanidade, bem como, o atributo de ecológico, o qual é conferido pela certificação de conformidade. Para comercializar em supermercados e outras casas de comércio, necessitam da legalização perante órgãos estatais e se venderem nas feiras livres sem a inspeção são

---

<sup>133</sup> As agroindústrias associativas possuem o registro no Sistema de Inspeção Municipal (SIM), todavia queixam-se das dificuldades para conseguir o registro no Serviço de Inspeção do Paraná (SIP), este último situado na Divisão do Departamento de Fiscalização (DEFIS) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) do Paraná, sendo de sua responsabilidade liberar o registro e fiscalizar as empresas que produzem matéria-prima, manipulam, beneficiam, transformam, industrializam, preparam, acondicionam, embalam produtos de origem animal (carne, leite, pescado, ovos e mel) e que fazem a comercialização intermunicipal - dentro do Estado.



considerados pelos órgãos de fiscalização como *comércio ilegal*, no que se refere a padrões de sanidade.

Mas o agricultor “queixa-se” que em situações como a de feirante, sente-se um “*traficante de alimentos*” ao vender o salame, o queijo, ovos ou a galinha caipira sem tê-los processado dentro das condições dos padrões exigidos (requisitos sanitários) e no que se refere aos critérios das adequações sanitárias nos pontos de venda (feiras livres ou estruturas físicas específicas). Para o interlocutor, isto é o de melhor que possuem, pois é de consumo também do grupo familiar e comercializado apenas quando solicitado pelos consumidores/as. Mas outras dificuldades na “legalização” dos processos de agroindustrialização residem também nos custos financeiros e nas dificuldades para conseguir registros como o Serviço de Inspeção do Paraná (SIP) e mais ainda quando se trata do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Entretanto, em 2010 o Estado do Paraná foi o primeiro a ser incluído no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA), por meio de uma portaria que prevê autorização para credenciar e fiscalizar agroindústrias que teriam que ter o SIF para vender em território nacional - registro que as agroindústrias familiares e de *pequeno* porte têm dificuldades para obter devido aos custos implicados, sendo que o registro junto ao Serviço de Inspeção Sanitária para Produtos de Origem Animal (SIP/POA), obtido junto ao Sisbi no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) terá o mesmo efeito do SIF. Mesmo assim, estas dificuldades para obter tais registros ainda coexistem na realidade, pois ainda são recentes e não constam na experiência dos interlocutores/as como instrumentos que facilitaram a “legalização” de agroindústrias familiares. Todavia, têm por objetivo o fortalecimento da Agricultura Familiar, contribuir na oferta de alimentos saudáveis, inserção de agricultores/as familiares no mercado institucional (local, regional, nacional), incentivo ao desenvolvimento territorial, a integração entre os serviços de inspeção federal, estadual e municipal, reduzindo o comércio de produtos sem inspeção, entre outros. (MAPA; SDA; DIPOA, 2006)

Entre as exigências legais citadas pelos interlocutores/as, estão os gastos com controle e fiscalização, já citados anteriormente, em relação ao pagamento do veterinário, sendo que estas não são revistas para as agroindústrias familiares de *pequeno* porte, que não necessariamente deixariam de contar com este profissional, mas com o apoio de políticas públicas poderiam instituir outras formas com custos menores, diferenciados. E a burocracia nos pedidos de legalização para comercialização no Estado, já que os padrões instituídos são os mesmos para grandes empresas que contam com outras tecnologias, quadro de pessoal ampliado, o contrário da organização e dinâmica de uma agroindústria de trabalho familiar,

com tecnologias alternativas e de *baixo custo*, sem agressão ao ambiente, sem exploração de mão de obra externa, com matéria-prima interna nas unidades de produção, portanto, em pequenas escalas. Nesse sentido, as formas instituídas nos padrões da sanidade poderiam ser mais *flexíveis*, considerando que as agroindústrias familiares são geradoras de renda, primam pelo fortalecimento da Agricultura Familiar, são produtoras de alimentos, fortalecem a economia de forma sustentável, entre outras características. Apesar de não serem muito valorizadas sob a perspectiva economicista, os resultados econômicos e o volume da comercialização serem baixos em relação a uma grande agroindústria, são sustentáveis do ponto de vista ambiental e geradoras de trabalho no campo, sendo que esses cuidados ambientais poderiam ser melhor valorizados em relação às empresas dos complexos industriais, as quais têm ainda poucas preocupações com o ambiente, segundo “queixa” dos interlocutores/as, e certo descaso com a saúde humana quando os aditivos químicos têm sido alvo de doenças, classificados no campo etnográfico como alimentos contaminados quimicamente. O Sr. José sugere que os padrões de sanidade, aplicados sem distinção entre a agroindústria familiar e a empresarial, também seguissem critérios de padrões de *alimento limpo*, no sentido da isenção de agroquímicos e outros aditivos usados nas agroindustrializações. Afinal, para o Sr. José por que um *produto contaminado* pelos *venenos* pode circular no comércio como alimento?

Para fazer enfrentamento a estas situações, contrário ao *alimento limpo*, o *convencional* na região é aquele produzido ou transformado com o uso de produtos químicos, seja no seu cultivo ou na sua transformação e alertados pelos agricultores/as ecológicos/as e alguns consumidores/as das feiras como prejudicial à saúde, tanto que esta preocupação vem garantindo a adesão às feiras e problematizando os impeditivos de um conjunto de regras e princípios construídos pelos grupos hegemônicos das indústrias de alimentos de grande porte. Nesta perspectiva, o que é considerado *legal* por consumidores/as e agricultores/as é *ilegal* diante do conjunto de dispositivos aplicados por tal regulamentação. Ou, vice-versa, o que hoje é tido como produto de comercialização *legal* pelas grandes indústrias é *ilegal* (num sentido cultural e por ser contaminado quimicamente) nas políticas de valores destes grupos, que hoje se guiam por princípios ecológicos de consumo do *alimento limpo*. Este “drama social” (TURNER, 2008) vivenciado na agricultura ecológica nos remete a compreender que os conflitos gerados são decorrentes da organização destes grupos na constituição de outros princípios, regras e dispositivos que contestam a legislação dentro de uma organização social, porém não apresentam este *produto colonial* existente secularmente e hoje agregado a característica de *alimento limpo*, como algo isento de qualquer dispositivo de controle. Aliás,

é controlado rigorosamente pelos mecanismos coletivos na certificação ecológica e nas reflexões que permeiam este processo como educativo e organizativo prevendo, inclusive, o direito dos consumidores/as a um *alimento limpo* e de *preço justo*, atributos ecológicos e sociais. A diferença é o peso que se atribui entre uma *contaminação* e outra e quem são os que participam nesta formulação distinta, que a caracteriza como um alimento apto ou não de ser consumido. Nestes casos, o que parece *ilegal* tem a adesão *legal* de quem cultiva, industrializa e de quem consome nas feiras livres ecológicas, na procura nas UPVFs ou ainda na solicitação nas vendas de porta em porta, ou seja, o que é produzido na vida social de grupos parece ser *ilegal* num conjunto de regras do mercado *convencional*, representado pela legalidade.

Estas acepções dos agricultores/as ecológicos/as nos remetem aos conceitos de “puro” e “impuro” que se refere Douglas (1966, p. 04 - 05) como experiências situadas nos grupos sociais e no cotidiano das pessoas por meio das *estruturas simbólicas*, sendo estas um sistema de relações no qual diferentes elementos adquirem sentido pela linguagem, símbolos, expressões, posições e práticas. Para a autora, a *poluição* é um conceito inserido na vida social ou como um perigo, pois ao ameaçar a ordem social é digna de se exercer o poder de coerção. Nesta perspectiva, o *limpo* e o *contaminado*, construído nos processos organizativos educativos da região, se aproximam da poluição como construções históricas e expressões simbólicas das relações entre os elementos, como fluxo de uma organização hierárquica validada para todo o sistema social.

A contestação, que a *priori* aparece como o fixo das exigências que estabelece a legislação, é o que Turner (2008, p.37) identifica no curso das ações sociais, como “conflitos” e tensões gerados por alguns coletivos na movimentação, na organização e nos conhecimentos, que são dinâmicos. Isso nos remete a compreender que este grupo de nossa investigação trabalha para que velhas regras sejam abolidas e as bases de sustentação política sejam alteradas e por isso suas construções sociais são também históricas, pois levam adiante conceitos de *limpo* e *contaminado* baseados em outras experiências. Não obstante, estas são constituídas nos interstícios de uma ordem social vigente e dada como natural. Exemplo disto também é a Rede Ecovida de Agroecologia que atua nos três Estados do Sul, também presente na região, da qual muitos agricultores/as, lideranças e mediadores/as participam do processo de certificação de conformidade dos produtos ecológicos, com processos coletivos de avaliações e liberação de selos.

## **Venda institucional**

Além dos dramas vivenciados na venda direta, como nos referimos no ponto anterior, a venda institucional não é isenta de conflitos, tanto no que se refere a consolidar estratégias num espaço próprio e distinto, quanto na legalização dos produtos, considerando as questões não apenas de certificação de conformidade como também a legalização e inscrição no Ministério da Agricultura, além das regras de circulação de mercadoria. Nesse sentido, optamos por uma narrativa da APAVE, associação do município de Verê/PR, para compreender quais estratégias se organizam para concretizar a comercialização na perspectiva da economia solidária. Entendemos por institucional essa distinção entre as feiras e venda de porta em porta nos seguintes aspectos: a entrega do produto do agricultor é feita para uma associação ou cooperativa que possui uma estrutura física localizada, com gestão feita pelos associados/as, que em caráter coletivo definem política de preços, gastos e investimentos com estrutura, combinam processos de educação e assistência técnica no itinerário deste produto desde o cultivo, a entrega, a embalagem e a comercialização, como pessoas físicas e jurídicas. Todavia, quando mediada a venda para empresas, o produto não chega ao destinatário final pela mesma política do *preço justo* das feiras e outras formas de venda direta entre o agricultor/a e o consumidor/a, mesmo assim não se constitui nessa figura associativa um *atravessador* que obtêm lucro. Segunda modalidade de venda institucional da produção é via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Fome Zero, para o qual entregam uma variedade de itens *in natura* e agroindustrializados. Todavia, os preços são fixados pelo Governo Federal e a entrega é mediada por entidades da Agricultura Familiar.

### **A experiência da Associação dos Agricultores Agroecológicos de Verê – APAVE**

A APAVE foi organizada pelos agricultores/as e lideranças deste município com o apoio das entidades locais como Cresol, Capa, STR e poder público. Surge a partir de uma

feira ecológica municipal, articulada também pelo projeto Semear<sup>134</sup>, decorrentes da produção orgânica incentivada pelas entidades referidas. À medida que foi se organizando e planejando a produção, houve sobra de itens vendidos na feira, sendo que o município é de pequeno fator que os faz abastecer rapidamente. Assim como a COOPAFI, esta associação é dirigida por agricultores/as, assessorada por um técnico das entidades e reúne toda a produção ecológica ou orgânica, como alguns a nomeiam, e comercializa em vários espaços: num mercado na cidade como espécie de feira permanente, com estrutura alugada, no Programa Fome Zero, PAA, PNAE e nos mercados da região e de outros municípios do Paraná, mesmo que sejam espaços de *mercado convencional*.

Neste processo, alguns desafios foram surgindo, decorrentes das exigências das legislações de conformidade, de agroindustrialização e também de circulação de produtos. Então esta associação primeiramente organizou-se juridicamente, sendo que figura como microempresa, mas sua forma de gestão e atuação continua sendo de uma associação. Como muitos dos produtos são transportados e comercializados para além das fronteiras do município, sendo necessário o uso de notas fiscais, código de barras, entre outras exigências, a APAVE foi a saída para se organizar rótulos nas embalagens, além de outros tramites, que não serão aqui detalhados. A prioridade desta análise é a forma organizativa deste espaço que conjuga, não sem dificuldades, a comercialização e a viabilização da produção dos agricultores/as ecológicos/as. Diferentemente dos agricultores/as de outros municípios, nas narrativas aparece pouco a articulação da opção produtiva com a categoria *projeto de vida*. Nas entrevistas a maioria ressalta princípios da agroecologia que estão articulados à dimensão produtiva, atendendo primeiro o consumo familiar, depois a venda do excedente, mesmo que depois isso venha a se inverter - cultiva-se para vender a partir dos mercados que vão se construindo, mas também o alimento é consumido pelo grupo familiar; a produção dentro dos princípios ecológicos, sem uso de agroquímicos, porém o uso maior do que em outros grupos de insumos com base orgânica, pois mesmo depois do período de conversão algumas plantas ainda sofrem ataques de invasores, considerando fatores como condições climáticas e uso exagerado de agroquímicos por parte dos agricultores/as *convencionais* localizados no entorno destes. O cultivo maior é na área das hortaliças e da uva orgânica, o que desafiou também a se fazer um reaproveitamento das frutas e legumes que não se vende para não devolver ao

---

<sup>134</sup> O projeto de comercialização do município de Verê, denominado SEMEAR, foi baseado na experiência do projeto de comercialização dos agricultores/as familiares de Ipê/RS. Inicialmente este projeto era organizado através de uma demanda mensal definida pela família compradora (consumidora), que recebia semanalmente a entrega programada, com os produtos definidos por ela com pagamento mensal. Este projeto foi absorvido pela APAVE que passou a comercializar os produtos em seu ponto de venda.

agricultor e gerar perdas. O caminho foi a produção de geleias, doces, sucos e compotas, numa cozinha organizada ao lado da Associação dos Vitivinicultores de Verê (APROVIVE), agroindústria de sucos orgânicos de uva.

A partir disso surge a organização da cozinha da APAVE, na qual se faz a agroindustrialização de geleias, extrato de tomate, doces, licores e alguns tipos de sucos. Isto para haver também uma padronização, demarcada pelo rótulo que identifica na embalagem de tais produtos, além do selo de conformidade da Rede Ecovida de Agroecologia. Toda a organização é de gestão participativa no período da safra. Atualmente coordenada por um técnico, reúne como funcionários os filhos/as de agricultores/as em geral. Dos produtores/as que fornecem uva, nem todos têm a UPVF totalmente orgânica, mas geralmente os parreirais são protegidos por barreiras verdes de isolamento. Esta é uma tensão, pois há questionamentos por parte de lideranças e dos próprios participantes da Rede Ecovida de Agroecologia sobre o porquê do sistema parcial de produção nas UPVFs.



**Fotografia 12 - Agroindústria de Sucos APROVIVE. Iara Aquino Henn, 2009**

Agroindústria associativa para transformação de uva em suco, localizada no município de Verê/PR.

Aos agricultores/as que têm produção ecológica parcial perguntamos por que não convertem integralmente a UPVF, mesmo que seja para o sistema orgânico. Nas narrativas identificamos três situações distintas: 1) os agricultores que cultivam grãos têm maior dificuldade de fazer a agricultura de forma orgânica e ecológica. Argumentam que não dispõem de pessoas suficientes na família para fazer a *limpa*, como versa no capítulo sobre tecnologias, pois quanto menos avançado o grau de conversão ou menos *adubação verde* e cobertura de solo, maior a necessidade de trabalho na *limpa* durante a competição de plantas espontâneas com a produção, então ainda usam os agroquímicos, principalmente se isto decorre em área plana e apta a mecanização. Embora na maioria dos casos a plantação de grãos é o único cultivo *convencional*, mas que interfere em toda a UPVF; 2) muitos destes agricultores/as desconhecem ou não se desafiam a adotar o controle de plantas espontâneas ou da *cobertura de solo* e o controle da plantas invasoras de forma manual, do uso de insumos orgânicos e sementes crioulas, mais resistentes às intempéries climáticas; 3) a plantação de grãos vem fortemente associada ao crédito vinculado aos chamados *pacotes agrícolas*, nos quais tudo está pronto e basta aplicar, como se refere um dirigente deste município: “*não precisa pensar e planejar a tecnologia a ser adotada no plantio de um milho ou outro grão que seja, é mais fácil*”. Neste caso, aqueles que plantam grãos para o consumo interno da UPVF não conseguem ter e manter toda a matéria-prima ecológica, e para os que comercializam também o fazem na forma do *pacote* para as empresas, pois poucos destes que cultivam a uva orgânica são feirantes ou vendem hortaliças na APAVE. Há também lideranças que assinalaram que um trabalho de formação mais processual, como o curso Pós-Médio e Técnico da Assesoar, poderia contribuir com a assistência técnica do município para possibilitar a conversão integral para a agroecologia, já que há espaço de comercialização e cresce o debate da ampliação do mercado do produtor em forma de cooperativa. Então, optamos em descrever uma das reuniões de uma da APAVE.

A reunião, antecipadamente marcada, ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2009, às 14 horas, na sede da Cresol de Verê/PR, coordenada pelo Sr. Décio, técnico responsável e agricultor orgânico e pelo Sr. Genésio, diretor-presidente da associação e também agricultor orgânico. Fizeram-se presentes quinze pessoas, dentre elas os dois dirigentes e doze agricultores/as associados/as da APAVE. O Sr. Décio iniciou a reunião dando as boas vindas, sendo esta a terceira reunião do grupo no ano de 2009. O Sr. Genésio também cumprimentou os presentes e ressaltou que este é um espaço para debater e organizar a produção ecológica do município, bem como, refletir sobre este espaço de comercialização da associação.

Em seguida foi feita a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 11 de fevereiro de 2009, cuja pauta era: prestação de contas; debate acerca da criação de uma cooperativa de alimentos; a falta de visitas mais frequentes do técnico, bem como, a falta de mão de obra nas UPVFs. Na continuidade, o Sr. Décio iniciou a prestação de contas relativas ao mês de fevereiro, lembrando que além destes seriam tratados também assuntos referentes à cozinha da APAVE e questões a respeito da criação da cooperativa de alimentos no município. O primeiro momento da prestação de contas por meio da apresentação de uma tabela dos dados que compreendem os meses de abril de 2008 a fevereiro de 2009. O Sr. Décio ressaltou que as informações apresentadas nesta e nas outras reuniões são semelhantes, no entanto, faz parte destes trabalhos estarem à disposição dos associados/as. Lembra que as despesas de manutenção da APAVE, independente do montante de produção permanece a mesma, uma vez que são custos fixos da associação, apenas houve uma variação porque uma das funcionárias não trabalhou no mês de janeiro, excluindo esse gasto.

Na segunda tabela apresentou o controle dos produtos vendidos no ponto da associação, o que foi comercializado fora (em outros municípios) e os alimentos entregues ao programa Fome Zero. Constatado a partir daí que a média de vendas no mercado se manteve, embora diminuísse a entrega por parte dos agricultores/as. Quanto ao que foi vendido em outros municípios e ao programa do Governo Federal, constatou-se que houve uma redução significativa. Embora sendo a época própria para produção de verão, a consequência da não entrega é a devolução de dinheiro à Conab e posterior elaboração de outro projeto a fim de trabalhar com a entrega ao PAA. Isto é, os agricultores/as são orientados a produzir determinados itens em diversas épocas do ano para atender a esse acordo com a Conab. O Sr. Décio comenta ainda que irá passar um relatório do que ainda deverão entregar e os que estão atrasados.

O Sr. Décio prossegue, falando e apresentando a terceira tabela, referente à prestação de contas. Esta apresentava os produtos que são produzidos no município, pelos agricultores/as associados/as da APAVE, concluindo que das quinze variedades a serem entregues no mês, apenas seis estavam à disposição na feira permanente, tanto para venda quanto para entrega. Destaca que a organização, para recuperação dos prejuízos, já está sendo realizada. Dentro de oito ou dez dias começarão a entrar: vagem, repolho, couve-flor e tomate, possibilitando que aconteça o *giro econômico* necessário. Quanto a entrega de tomate, acrescenta que houve uma melhora no preço do produto, devido a carência deste no mercado em geral e que a associação conseguiu pagar um bom preço aos produtores (R\$ 1,75). Nesta comercialização entram também outros produtos: alface (R\$ 0,65), cenoura (R\$ 1,03), batata-



doce (R\$ 1,15) e pimentão (R\$ 1,40). Na mesma tabela o Sr. Décio mostra a quantidade de produtos que são entregues, totalizando 187 quilos de tomates produzidos por apenas um dos agricultores (o Sr. Darci); pepinos e vagem não foram entregues; pimentão foram 42 quilos; alface, 1.500 pés; e cenoura, 58 quilos. Demonstrando preocupação, ele relembra que se dependesse somente deste tipo de produção não seria viável manter a entidade em funcionamento. Num exercício de comparação com os meses de novembro e dezembro, em relação a fevereiro, o Sr. Décio reforça que a queda na entrega de produtos está relacionada aos problemas climáticos (estiagem), falta de assistência técnica nas unidades familiares, assim como, os problemas típicos da estação do verão que torna difícil a produção. Neste momento um dos agricultores, o Sr. Darci, se coloca dizendo:

Olha Décio, daqueles 187 quilos de tomate lá, era para ter dado, no mínimo, por baixo, uns quinhentos quilos. Só que não deu, deu problema na estufa e no fim até eu me quebrei, além de quebrar a APAVE. Veja bem, 180 quilos de tomate numa estufa não tira as despesas. Eu tô entregando alguma coisa ainda, mas uma estufa, pelo mínimo 600 quilos que tinha que dar, não dá nem trezentos. (Sr. Darci, agricultor ecológico de Verê/PR)

Outra agricultora presente questiona: *“Ele tem problema que não madura Darci?”*. Então ele explica: *“Problema de podridão e não carregou do jeito que tinha que carregar. Vai lá vê de tomate podre”*. Outro agricultor então sugere: *“Tinha que ter mais aqui para a hora que desse problema outro produzia, né”*. O Sr. Décio, dando continuidade, assinalou que na questão de produção sempre ocorrem problemas nos meses de janeiro e fevereiro. O calor intenso do verão torna muito mais difícil a produção, ainda mais nas unidades familiares com pouca disponibilidade de água. A solução por ele apontada é o trabalho com produtos transformados, que envolve a cozinha, o que ajudará a manter a APAVE nesses meses de queda na produção.

Na quarta tabela, ainda referente à prestação de contas, foram apresentados dados específicos dos produtos que formam a lista de atendimento ao Fome Zero. O Sr. Décio demonstra que há uma organização de produtos a serem entregues em determinados meses do ano e aqueles relacionados na coluna que no mês de fevereiro, que deveriam ser entregues. Constatou-se, porém, segundo ele, uma entrega inferior a cinquenta por cento (50%) do estabelecido. Ele cita alguns dos produtos que estão assinalados para fevereiro, por exemplo: milho ou pipoca, 24 quilos; milho verde, 431 quilos (lembra que a entrega não chegou a 100 quilos, mesmo numa época em que é possível produzir bem); pimentão não foi entregue; sendo que conseguiram cumprir com a entrega da polpa de frutas.

Neste momento, uma das agricultoras presentes levanta a seguinte questão: “\_\_ *Mas, ovos não tem para entregar? Que não foi entregue ovos.*” O Sr. Décio então aponta que os ovos têm que ter disponível somente no final do ano, nos meses de outubro, novembro e dezembro, época em que as galinhas mais produzem. A agricultora novamente questiona: “\_\_ *Mas vai ter tudo esses ovos?*”. E rebate: “\_\_ *Em dezembro as galinhas não produzem*”. Outro agricultor também comenta que em se tratando de galinhas de postura a produção é constante o ano todo. Entretanto, galinhas caipiras produzem menos nesta época: “\_\_ *Normalmente, Natal e primeiro de ano é difícil onde encontra ovo de galinha caipira*”.

O Sr. Décio justifica e comenta que a lista foi elaborada com base em dados fornecidos por produtores/as e que a mesma já veio pronta. O debate se espalhou mostrando a insatisfação dos agricultores/as quanto à forma arbitrária que foi determinada a ordem de entrega dos produtos. Uma agricultora sugeriu que a entrega fosse feita em porções menores e mensais.

Na sequência, o Sr. Décio faz a demonstração referente ao mês de março, apontando que neste deverá haver uma entrega totalizando 862 quilos de milho verde ao Fome Zero, isso somado ao que deve ser recuperado do mês de fevereiro, bem como, apresenta outros itens da agenda de março. Mandioca também foi comentada como uma das preocupações, em virtude da quantidade insuficiente. O Sr. Genésio sugere que o produtor que dispor destes produtos dirija-se à APAVE e combine a entrega mensal dos mesmos. O Sr. Décio lembra que a Fátima (funcionária da associação) possui um controle do que deve ser entregue e os dias que o agricultor/a irá entregar.

Este debate demonstra as tensões duplamente vivenciadas por estes agricultores/as ecológicos/as, como tratamos no início do capítulo, sobre ter o que vender e onde vender, pois diante das exigências de consumo regular, nos espaços de mercados construídos, mesmo que *convencionais* ou no programas de governo, a regularidade no fornecimento dos produtos vai tornando-se um agravante. Pois, esta agricultura só é possível em pequena escala e na diversidade de itens, portanto, cobrir as necessidades dos consumidores/as aconteceria a partir do aumento do número de grupos familiares produzindo, já que nem sempre é possível aumentar a escala nas unidades já em produção, sendo que cada uma delas suporta sustentavelmente certas quantidades. Outra dificuldade reside em ter certos produtos fora dos ciclos de cultivos, pois certas variedades para produzirem durante o ano todo necessitam de aprimoramento de tecnologias e outros conhecimentos para não haver perdas, um exemplo disto é a produção de tomates que os associados da APAVE possuem durante quase todo ano. Nesse sentido, nas feiras vende-se variedades e diversidades que os agricultores/as têm nos

seus ciclos de produção e conforme o que vai se apresentando, vai também moldando a procura por parte dos consumidores/as, embora com as estufas, a cultura de algumas hortaliças, seja possível durante todo ano, além de que, algumas destas possuem variedade de verão e de inverno. Esta dificuldade de escalonamento para ter o produto em tempos distintos é uma preocupação de mediadores/as e agricultores/as, além de que isto também interfere na organização do trabalho, na distribuição de tarefas, nas possibilidades de combinar cultivos anuais com outros, o ano todo. Nesse sentido, ter produtos ecológicos para comercializar depende de uma série de fatores, inclusive de tecnologias apropriadas e trabalho familiar, planejamento de produção, acesso a conhecimentos e debates sobre a organização dos itens quantidades disponibilizadas, como demonstram as tensões na comercialização com programas governamentais. Considerando que isto é emblemático, já que as lideranças afirmam que muitos não migram do sistema *convencional* para o ecológico porque não visualizam, entre outros fatores, espaços de comercialização.

O Sr. Décio apresenta um resumo detalhado de tudo o que foi feito na cozinha agroindustrial no mês de janeiro. Comentou que muitos produtos foram aproveitados e transformados, inclusive uma doação da indústria de sucos do município, das sobras de casca e suco de frutas para fazer a geleia. Assim, também com o que estava sobrando na própria associação, produziu-se: conserva de cenoura, de pepino, entre outros, tudo a partir do aproveitamento do que não foi comercializado. As conservas estão sendo entregues no mês corrente para o Fome Zero. Até o mês de dezembro o balanço foi o seguinte: 1) conservas: 407 vidros x R\$ 3,20 por unidade = R\$ 1.320,40; 2) geleia de morango: 14 vidros x R\$ 7,00 por unidade = R\$ 98,00; 3) geleia de uva: 1643 Kg x R\$ 5,50 o quilo = R\$ 9.036,50; 4) extrato de tomate: 172 vidros x R\$ 5,00 por unidade = R\$ 860,00. Total: R\$ 11.314,90. Descontando as despesas aproximadas de R\$ 6.000,00, a sobra foi de R\$ 5.314,90.

A sobra será recebida durante 2009, uma vez que a produção irá ser entregue ao longo dos meses. O Sr. Décio assinala que isto é resultado do trabalho de apenas um mês. Quanto a matéria-prima para a geleia de uva, a contrapartida da APAVE consistirá em pagar um real (R\$ 1,00) o quilo e entregar este produto no Programa Fome Zero. Ele reitera com o público:

Mas isso prova que se a gente trabalhar com bastante produto transformado, a cozinha lá acima acaba viabilizando a APAVE e aqui embaixo [o mercado]. Que cinco mil reais distribuídos por dez, doze meses ali, dá praticamente o aluguel do mês do ano inteiro. (Sr. Décio, agricultor ecológico e técnico numa organização social)

Concluída esta exposição, o Sr. Décio pergunta se algum dos participantes tem alguma dúvida quanto à questão da cozinha. Um dos agricultores aponta a falta de matéria-prima na cozinha como um problema, travando o desenvolvimento nesse aspecto e por outro lado, a participação de poucos associados/as nas reuniões, o que impede a transmissão de informações e decisões com mais clareza, de forma mais eficiente e com discussão coletiva.

Prossegue-se a reunião abordando outro assunto pendente dentro associação, mas este não constava na pauta, a respeito de um rótulo a ser elaborado para a geleia, para que se possa enviar tal produto a Curitiba/PR. A decisão quanto a escolha do rótulo é levada ao coletivo. Os agricultores/as então se posicionaram dizendo que o rótulo poderia ser escolhido ou elaborado pela diretoria, outros ainda colocaram que poderia ser o mais simples possível. O Sr. Décio esclarece que é diferente do rótulo do suco de uva, que necessita da liberação do Ministério da Agricultura, com um número de registro, por isso tem vistoria. Produtos agroindustrializados, como a geleia ou doce, precisam constar no rótulo, a partir das normas da legislação que exigem local adequado para fabricação, a tabela dos nutrientes e o endereço de procedência do produto. Estando numa embalagem adequada, não é necessário alguém avaliar se está certo. Estando *dentro da legislação, faz e vende*.

Um agricultor argumenta: “\_\_ Não precisa vim aqui e pedi pra todo mundo como que vai ser, vocês mesmo vê o jeito que fica melhor e manda faze”. O presidente da entidade enfatiza que a escolha coletiva é importante para que todos participem e gostem do rótulo, mas todos concordaram que a diretoria deveria ficar responsável em apresentar uma proposta. Antes da conclusão do debate um dos presentes (o Sr. Reinaldo) fez uma colocação a respeito da produção de *doces para passar no pão*: “E se fosse que nem eu fazer a chimia e entregar a já feita?”. O Sr. Décio explicou então que não seria possível, pois há a necessidade de padronizar as embalagens porque antes um entregava geleia no vidro da *Cantu*<sup>135</sup>, por exemplo, e que a cozinha está organizada dentro dos padrões exigidos pela legislação sanitária. Mas o Sr. Genésio argumenta que isso não significa que as geleias feitas em casa não sejam feitas no *capricho*, o problema é a legislação que exige que sejam feitas em local específico. Além disso, havia sido decidido e registrado em ata pela padronização da produção de transformados. Sem mais debates, encerra-se a reunião, pois já estava passando do tempo previsto e muito dependem de transportes coletivos para retorno à UPVF.

---

<sup>135</sup> Grupo empresarial convencional de alimentos.

\*\*\*\*\*

A APAVE é uma das formas encontradas pelos agricultores/as de Verê/PR para escoar a produção identificada com tal atributo, já que o município é pequeno. Muitos destes produtos são atualmente comercializados nos programas de governo e em supermercados de outros municípios da região. Todavia alguns são vendidos em Curitiba, capital do Estado, a exemplo das geleias e dos tomates. Esta forma de organização é um esforço coletivo para colocar a produção em distinção do *convencional* para não acontecer como o leite ecológico, para o qual o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (Sisclaf) não possui processamento e comercialização como tal. Todavia, vale salientar que a associação não poderá mais comercializar segundo legislação federal, mesmo que esta não possui fins lucrativos em si, pois compra do agricultor/a e apenas repassa as despesas operacionais, sendo que maior parte do volume desta transação é para o produtor. Esta também cumpre um papel de assessorar a UPVF no sistema orgânico/agroecológico junto ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), por isso está em criação uma cooperativa em parceria com as demais entidades do município e poder público municipal, com mercado de produtor para ir fortalecendo essa rede de produção ecológica no município.

A venda institucional na região acontece também por meio das Cooperativas de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), organizada na região pelos agricultores/as diante da necessidade de ter um espaço institucional que comercializasse, além dos municípios para outros espaços do Estado, apesar de não ser um espaço específico de *venda de produtos ecológicos*, como vimos na narrativa da reunião dos feirantes, mas de toda a produção, basicamente de alimentos oriundos da Agricultura Familiar. Estas, por sua vez, estão em vários municípios da região, nas quais agricultores/as orgânicos/as e ecológicos/as também colocam seus produtos para comercializar com políticas de preços e princípios já constituídos nas reuniões do cooperativismo. Quando entregue a produção na COOPAFI, cada agricultor/a deixa dez por cento (10%) do valor obtido na venda para esta instituição e leva de volta consigo os itens que não foram vendidos, ou seja, troca bolachas, frutas verduras, pães por outros que estejam frescos, fatores que constituem as “queixas” sobre perdas, principalmente quando se refere às hortaliças devolvidas. Sendo também esta uma das tensões na substituição das feiras pelos mercados na região.

Contudo, as dificuldades em consolidar um mercado que sustente e possibilite tanto aos agricultores/as, quanto às instituições (associações, cooperativas e mercados de produtores/as) se viabilizarem, tem sido objeto de debates e tensões neste espaço. Para os que

defendem que a cooperativa deveria ter como prioridade o planejamento da produção e a comercialização dos itens ecológicos, reconhecem que por um lado há um caminho árduo na constituição destas tanto para ter produção suficiente para mantê-la, quanto para construir estratégias de venda e construção de grupos de consumidores/as. Exemplo disto aparece nos debates dos/das feirantes de Francisco Beltrão/PR, os quais acreditam que para avançarem nesta perspectiva, necessita-se de maior compromisso de dirigentes, lideranças e de outras entidades, ou seja, um *esforço coletivo* de articular, financiar, incentivar *projetos de vida* para consolidar certo escalonamento de produção diversificada para a construção de *mercado alternativo*. Porém, a problemática maior está em consolidar o *mercado solidário* e a *produção* ao mesmo tempo, pois senão houver certa garantia na comercialização, os agricultores/as também não vêm perspectivas para iniciar processos de conversão para a agroecologia, sentem-se inseguros. Todos os debates nas reuniões em que participamos, estas questões são apontadas pelos interlocutores/as, inclusive, na reivindicação na construção de políticas públicas de crédito, de assistência técnica e de pesquisa na interface com a comercialização.

Quanto aos mercados da COOPAFI, estes comercializam além da produção ecológica e os dirigentes e lideranças sonham extrapolar os limites regionais, exemplo disso é uma unidade aberta na capital do Estado, com o objetivo de demarcar espaço e formar grupos de consumidores/as. Todavia ainda é restrita a abrangência deste, em relação ao número de grupos familiares que conseguem viabilizar e se reorganizar para produzir, vender e *gerar renda*. Este debate é “tenso” porque para alguns mediadores/as e lideranças, primeiro é necessário construir estratégias de mercado local e de caráter solidário, como demonstram as reflexões do *preço justo* e do *alimento limpo* que viabilize o agricultor/a e deixe o máximo de recursos para este. Segundo, contesta-se a lógica das cadeias que incentivam a *especialização* de produtos e a comercialização em *nichos de mercado*, como argumenta Meirelles (2004). Desta forma não se assegura que o produto ecológico chegue aos consumidores/as pelo *preço justo*, ainda mais quando se defende que o alimento com este atributo orgânico ou ecológico deveria *custar mais caro* do que o outro, argumento de um mediador que trabalha na linha dos orgânicos. A questão que se faz nesse caso é para quem estaria assegurado o consumo? O argumento de que o agricultor/a deveria ganhar mais no produto comercializado com essas características, não é aceito pela maioria dos interlocutores/as na região, pois os ganhos que são representados nas *sobras* estão inseridos na ideia da redução dos custos de produção, assegurado pelas posições políticas que defendem a *segurança* e a *soberania alimentar* no país. Além disso, a garantia deste agricultor/a se viabilizar na agroecologia e outros grupos

familiares deveria, *a priori*, ser assegurada por políticas de crédito – *investimento social*, processos de educação e entre estes, a assistência técnica e pesquisa, como versa a análise no capítulo sobre crédito e o outro sobre as tecnologias.

Mas retomando a questão da comercialização para além das fronteiras municipais, o desafio está posto nas estratégias das cooperativas, das associações e dos circuitos em rede<sup>136</sup> para viabilizar a legalização, conforme os regulamentos de circulação de produtos agroindustrializados, nas quais estão localizadas exigências como a questão dos rótulos; padrões de embalagens; selos de conformidade; notas fiscais; código de barras, entre outras, como demonstra a preocupação dos associados/as da APAVE. Pois, não é possível assegurar estes padrões de forma individualizada para estes grupos familiares, com geração de renda pequena, pois os custos se tornariam insustentáveis, sendo que a saída para isto seria por meio da organização coletiva de entidades. Todavia, o que os interlocutores/as assinalaram é que estes espaços a serem fortalecidos e constituídos são necessários, mas não para substituir as feiras livres ecológicas, as quais são além de uma porta de entrada para agricultores/as no sistema da agroecologia, são também espaços de “endurecimento” ou reconhecimento do produto ecológico e da socialização de conhecimentos na rede sócio-técnica (LATOURET, 1999).

Para alguns grupos, a defesa para manter os mercados de produtores das COOPAFI era incrementar as vendas colocando junto outros gêneros alimentícios, na maioria das vezes dos grandes complexos agroindustriais de alimentos, fator polêmico e objeto de contestações, pois estes produtos não são originários da Agricultura Familiar e nem orgânicos ou ecológicos, o que destitui em parte a identidade da cooperativa. Como afirma o Sr. José na reunião de feirantes, não tendo produção ecológica suficiente para abastecer as cooperativas, pelo menos que sejam da Agricultura Familiar, ainda que *convencionais*, com espaço específico/distinto para os primeiros. Na mesma reunião o Sr. Sérgio sugeriu que se aderisse à venda de outros produtos naturais, que poderiam ser adquiridos por meio do circuito de comercialização proposto pela Rede Ecovida de agroecologia, além de itens alimentícios que não estão sendo produzidos na região, ao invés de *encher* as prateleiras destes mercados com produtos da grande indústria. Ao serem divulgados, estes teriam a adesão dos

---

<sup>136</sup> O Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia leva produtos ecológicos de um município ao outro, conforme agendamentos por meio de cooperativas, associações e centros populares organizados em sete estações-núcleos e dez subestações em municípios determinados, nos quais acontecem as reuniões, planejamentos e reflexões desde 2006. A região Sudoeste do Paraná não está ainda inclusa na circulação dos produtos ecológicos nos três estados do sul e São Paulo, organizados em oito rotas. Sobre esta questão ver Magnanti (2008).

consumidores/as, como o açúcar branco ecológico, cereais integrais, frutas entre outros, a exemplo das lojas de produtos naturais que existem nos municípios, mas que não são de domínio associativo.

Em algumas narrativas, agricultores/as e lideranças questionam se antes não haveria desafios para consolidar os mercados dos produtores via COOPAFI nos próprios municípios da região – demarcação de um mercado local, que comercializam produtos vindos por meio das Centrais de Abastecimento (Ceasa), que agregam produções de distintas regiões do país, em sua maioria *convencionais*, para posteriormente repassar. Pois, os agricultores/as ecológicos/as vivem um processo com princípios e regras construídos no grupo a partir de uma perspectiva diferente daquela constituída pelo *mercado convencional*. Segundo Meirelles (2002, p. 03), as estratégias de comercialização e de certificação necessitam buscar coerência com o que pronuncia o “movimento agroecológico”, articulando as transformações tecnológicas às relações de produção, circulação e consumo de sua produção. Nos relatos, as dificuldades em comercializar a produção nos próprios municípios, ou seja, além das organizações próprias (feiras, cooperativas e associações), aparecem principalmente ligadas à questão da política de preços, a qual vem definida previamente, sem a participação dos mesmos; a queda no abastecimento nas safras, pois os supermercados não têm compromisso com o agricultor/a; a lei da oferta e da procura, quando em quantidade maior a produção tem-se a *queda* nos preços e *sobras* de produtos, que são de responsabilidade do agricultor/a fornecedor/a; e a própria dificuldade de manter o escalonamento de determinados produtos o ano inteiro.

Exemplo desta relação com mercado *convencional* aparece no relato do Sr. Darci, do município de Verê/PR, que ao ser procurado pelo dono de um supermercado para comprometer-se em fornecer alface e tomate durante o ano inteiro, respondeu-lhe que não, pois se houver desentendimento entre ambos, ele ficaria sem espaço de comercialização, sendo que hoje tem a APAVE, na qual é associado, e esta por sua vez, lhe garante venda e busca em casa sua produção, além dele poder participar das decisões nas *políticas de preços* que permanecem estáveis mesmo durante as safras. Para ele, no início da produção ecológica foi mais difícil para vender, atualmente coloca tudo que produz e se tivesse mais, venderia. Sua postura é de garantir a *venda direta* ao consumidor e na associação que lhe garante uma política de comercialização viável. Pois, nas entressafras os supermercados fazem de tudo para comprar os tomates de sua produção e nas safras compram de São Paulo e ainda fazem promoções vendendo por preços irrisórios.



Lembrando que a tensão posta nesta análise, vivenciada a campo, reside em articular e sustentar espaços institucionais de comercialização, para além das feiras, que se viabilize nos gastos de manutenção, no fornecimento de produção, no transporte dos mesmos e na regularidade de vendas para os consumidores/as, sendo estas algumas entre outras dificuldades encontradas, principalmente quando se trata de priorizar a construção de um mercado com produtos ecológicos. Na lógica assinalada por Meirelles (2002), os princípios agroecológicos deverão articular-se também na construção de mercados, pois estes se diferenciam significativamente da forma como circula o *convencional*. A preocupação do *institucional* é garantir essa consonância entre estes, se colocando entre mercados *convencionais* não para concorrência, mas para abrir espaços distintos e construir outras estratégias, com o desafio do *preço justo* e do *alimento limpo*. Então, ao viabilizar a comercialização o objetivo seria também ser a de viabilizar os *projetos de vida* dos grupos familiares, intervindo na construção do *desenvolvimento multidimensional* ou *sustentável*, ou seja, a relação de sustentabilidade é de ambos, agricultores/as e estrutura, ao contrário do *mercado convencional* que atua na lógica da figura do *atravessador*, possibilitando que os agricultores/as fiquem com menos na sobras no que se refere aos rendimentos monetários.

Dito de outra forma, a lógica da agricultura ecológica problematiza as relações desiguais e injustas provocadas pelo *mercado convencional* e consolidadas na figura do *atravessador* em todo o país<sup>137</sup>. Como argumenta a Sra. Janete, mediadora, na reunião da organização das mulheres do STR de Francisco Beltrão/PR, ao refletir com o grupo a diferença entre *alimento* e *mercadoria*, pergunta a estas se produzem alimentos ou mercadorias. Sendo que os alimentos que são produzidos e comercializados nas condições de *alimento limpo* e com *preço justo* os diferenciam dos produzidos pela agricultura da monocultura e de forma *convencional*, que não considera que são consumidos pelas pessoas e com a adição ou o cultivo com o uso de produtos químicos que causam prejuízos à saúde, nesses casos classificados como *mercadoria*.

Não obstante, em Appadurai (2008, p. 15-17) a acepção a “mercadorias” é distinta da encontrada no campo etnográfico. Para o autor, estas têm uma “vida social”, inscritas em suas formas, seus “usos” e “trajetórias”, pois são estes elementos que lhe dão vida, diferentemente das teorias que o abordam com uma definição apenas de valor mercantil. Também não têm sentido fora do contexto das atribuições e das motivações humanas, daquilo que lhes confere

---

<sup>137</sup> Reflexão presente no Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 30 de julho a 02 de agosto de 2002. Relatório do grupo de trabalho temático: transformação e comercialização de produtos agroecológicos (ENA, 2002, p.02).

valor e cria vínculos, nomeado de “política de valor”. Para esse grupo de agricultores/as a crítica aos produtos como mercadorias está centrado nas acepções que o termo carrega, num contexto de exploração, opressão e da apropriação indevida do trabalho e da matéria-prima do outro, como relata o Sr. Tobias: quando lhe incentivam a produzir em larga escala, ele rejeita a ideia, afirmando não se apropriar indevidamente, explorando as pessoas. Ou seja, o agricultor não aceita todas as condições e os regimes que estas circulam, ou seja, na política de valor que lhe são atribuídas dentro de um regime de mercado *convencional*, mesmo que venda sua produção em supermercados, trabalha dentro da lógica da *sustentabilidade* e da organização que suporta o trabalho familiar e a produção na UPVF. Nessa situação, constitui-se em “mercadoria” o *alimento* que na produção e na circulação tem uma “vida social”, a exemplo do que sugere Appadurai, sendo que os elementos lhe conferem valores no tempo e no espaço, uma vez construídos em ambientes culturais e históricos específicos da agricultura ecológica. Em outras palavras, a vida social destes *alimentos* conferidos como “bens” sociais (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009) se diferem na forma como são apresentados aos consumidores/as e na formas como se instituem: numa arena de luta para circular sob outros princípios de usos e preços. Na realidade se trata de “mercadorias” construídas a partir de critérios de qualidade e caráter artesanal. A biografia das “coisas” tem relação com o *autoconsumo* nos grupos familiares para uma circulação mais ampla, por meio da comercialização (nos vizinhos, na localidade, no município e na região).

A luta dos agricultores/as em participar na política de preços e nas formas de comercialização, tanto na venda direta quanto na institucional, é uma forma de participarem e conhecerem os mercados, tanto nas instituições das políticas de valores, quanto nos usos e na circulação. Como no caso alguns agricultores/as já estão num estágio um pouco mais avançado e consolidado em relação a mercados (feiras, associações e vendas de porta em porta) para comercialização de sua produção, se negam a participar de todas as imposições das políticas do *mercado convencional*, tendo uma *autonomia* relativa em relação à circulação de suas “mercadorias”. Não aderem se não precisam destes espaços que não lhes permitem colocar em prática princípios e valores sociais que estão presentes na articulação da produção com bases tecnológicas distintas à construção de espaços distintos. Preferem as associações, cooperativas ou a venda direta, espaços que não só reconhece as formas de produção, mas atribuem valores sociais, além do econômico, para o que está sendo vendido, como na narrativa do Sr. Adir quando os consumidores/as solicitam e sugerem que alguns itens passem a ter valor e serem comercializados, além do retorno imediato que tem de sua produção, nas preferências por *alimentos limpos* e com sabores distintos.

Nas narrativas em geral aparece a preocupação dos agricultores/as ecológicos/as em ter este espaço institucional organizado que corresponda aos princípios de uma comercialização articulados aos *projetos de vida*, que garanta a venda, apesar de que alguns estão de acordo que não lhe falta consumidor/a, mas que se tivessem mais produtos venderiam mais. Todavia, o fato de não produzir mais, para os que já estão num nível mais avançado na produção ecológica, se restringe ao número de pessoas da família para efetuar o trabalho e concepção de que outros grupos familiares poderiam adentrar a este sistema. Pois, a partir desta concepção, cada grupo familiar pode se organizar na sua UPVF com agroindústrias ou produção *in natura* e aqueles que já estão trabalhando com isso, ajudam uns aos outros, pois há espaço para todos comercializarem, não sendo necessário concorrer. Seus princípios não condizem com a apropriação indevida nem do trabalho e nem da matéria-prima do outro para lucrar, como fazem as grandes empresas, sendo que “[...] no Projeto Vida na Roça, aquela vez se aprendeu muitas coisas e uma das coisas de muito valor é que pra você se viabilizar, às vezes, na sua propriedade sem muito trabalho é se apropriar daquilo que você produz.” (Sr. Tobias, agricultor ecológico).

Já no debate pautado pelas lideranças, a comercialização institucional com as dificuldades que atualmente têm, constitui-se em entrave para avançar na agroecologia e inserir mais grupos familiares, assim como, consolidar a venda em uma maior quantidade para atender demandas de consumidores/as (caso seja feito trabalho de divulgação do produto ecológico) para além das fronteiras dos municípios e ainda exigir produção constante. A exemplo do mercado local, também se encontra dificuldades no enfrentamento à legalização, a qual se classifica de *burocracia*, como estão enfrentando no município de Verê/PR para a legalização da agroindústria de sucos conforme os padrões de sanidade para a industrialização e a circulação de mercadorias para comercialização. No nível local, nos municípios de pequeno, a certificação de conformidade orgânica por meio da Rede Ecológica de Agroecologia e a própria credibilidade dos consumidores/as, pois a maioria conhece os agricultores/as, já não é mais uma dificuldade tão acentuada, mesmo que ainda permaneça a pouca produção nos municípios de maior porte na região, a exemplo de Francisco Beltrão/PR. A potencialização dos mercados locais é uma necessidade, como nos referimos anteriormente, no entanto, continua acentuada a tensão que existe em relação à concepção da conquista dos mercados externos, só que para algumas lideranças, primeiro o local, depois estruturar-se para abastecer outras regiões, numa política de produção de alimentos e não itens para a exportação como realiza o *agronegócio*.

A construção de associações, como debateram os feirantes de Francisco Beltrão/PR que posteriormente decidiram integrar-se a COOPAFI, pelo menos enquanto acompanhamos as discussões, seria uma das formas coletivas de organizar a produção e comercializar de forma constante nas safras e interstícios destas, gerando os seguintes benefícios: construção da produção situada no *projeto de vida* dos grupos familiares, suas preferências, condições físico-geográficas, trabalho familiar; agregar a produção de vários grupos familiares para a construção de mercados alternativos ou solidários, já que os agricultores/as ecológicos/as produzem de forma diversificada, contrária a lógica da monocultura; a integração de mais grupos familiares neste sistema, pois ter espaços de comercialização seria um incentivo e ao mesmo tempo uma garantia de renda; facilitar e amenizar custos e trâmites com documentação, transportes, certificações, códigos de barras e rótulos; consolidação de espaços próprios para construção da identidade da produção ecológica, mediada também por políticas públicas de comercialização e processos educativos e organizativos.

A comercialização para o programa Fome Zero acontece desde a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, na qual se consolidou a necessidade de implementação de uma política pública de segurança alimentar e nutricional pelo Estado e apoiada na participação da sociedade brasileira. Mediados pelos STRs, associações e cooperativas, vem sendo uma estratégia de comercialização dos produtos ecológicos na região. Todavia, vem sendo questionado se permanecerá em governos posteriores<sup>138</sup>, pois como aparece nas narrativas dos mediadores/as e lideranças, isto de fato é apenas um *programa* e não uma *política pública*, considerando como elemento que diferencia um do outro, principalmente, a questão de permanência entre a passagem de governos. Todavia, esta é uma das formas de comercialização reconhecidas como espaço de fortalecimento e perspectiva para aumento da produção ecológica por parte dos interlocutores/as. Optamos por transcrever os quatro eixos articuladores do programa: “Acesso à alimentação, geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar, articulação, mobilização e controle social”, (BRASIL, 2010) sendo que no se refere à agricultura familiar

---

<sup>138</sup> A lei 11.947/2009 de 16 de Junho de 2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, sendo esta a conversão da medida provisória nº 455 de 2008 sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esta é resultado das lutas sociais das organizações e movimentos na definição de 30% do compõem alimentação escolar seja oriunda da agricultura familiar, sendo este um espaço para colocação também da produção ecológica. No Art. 14 da lei que 11.947/09 que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está previsto que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

está articulado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia-Safra, Seguro da Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Mesmo sendo um espaço de comercialização pensado para Agricultura Familiar, a produção ecológica na região acabou por se inserir nas demandas do programa, pois é um sistema que tem gerado a *diversificação* de itens de alimentação. Alguns agricultores/as das narrativas de vida, principalmente os que estão vinculados à estratégia principal da horticultura, estavam inserindo outros itens na pauta de produção, a exemplo do milho verde, já que tinham venda garantida nestes programas estatais. Também se vislumbra como mais um espaço de garantia de renda e de ampliação da produção a comercialização no PNAE, abrindo um campo para comercialização e incentivo para os agricultores/as ecológicos/as, reconhecido e reafirmado pelas entidades locais e Redes de Articulação da Agroecologia (ANA) e pela Rede Ecovida.

Nos relatos, a comercialização via programas de Governo (Fome Zero, PAA e PNAE), aparece como espaço que garante tanto a venda de alimentos *in natura* quanto itens transformados (de forma artesanal) como o doce de leite, as bolachas, pães, geleias, rapaduras, entre outros. Todavia, de um lado afirmam que a política de preços já vem estabelecida, de outro, manifestam que muitos produtos que cultivam ou transformam seriam mais um dos itens a serem comercializados. Muitas vezes não pensavam que alguns produtos pudessem ter valor de venda, a exemplo da laranja comum, que um agricultor relatou que acabava perdendo fração do que não consumia. Assim como nas feiras e na venda de porta em porta, alguns itens começaram a ser comercializados a partir das solicitações e preferências dos consumidores/as, passando da posição de *autoconsumo* para o de “mercadoria”.

## **Certificação Participativa**

A ideia da certificação não é recente, nasceu na França no início do século XX, quando produtores de vinhos resolveram diferenciar sua produção daquela oriunda dos processos industriais (IBASE, 2011). Se por um lado, atualmente constitui-se numa exigência nas sociedades contemporâneas diante do crescimento dos mercados de produtos orgânicos (RADOMSKY, 2010), por outro é uma das formas de identificação e distinção de um produto, nomeado, nas trajetórias de grupos sociais de agricultores/as, como ecológico, com

outro itinerário em relação ao *produto convencional*, situado nos *projetos de vida*. No caso dos interlocutores/as com os quais construímos as narrativas de vida, a maioria possui ou está em processo para obter a certificação pela Rede Ecovida<sup>139</sup>, sendo que o “selo” representa a diferença entre comercializar um produto ecológico e outro, na qual a certificação não é um fim em si mesmo, mas a identificação de um produto inserido num processo social – percurso do mundo social das coisas (APPADURAI, 2008). O selo nada mais é que a expressão de um percurso em que os grupos, nas suas UPVFs, já vêm vivenciando dentro de princípios sociais e de agrobiodiversidade que está se construindo com a agroecologia.

Comercializar este produto certificado é agregar a confirmação do atributo principal do processo, cunhado nas práticas dos grupos familiares, mediados por entidades e organizações na rede, para tornar-se a “mercadoria” (APPADURAI, 2008) de valor ecológico, com a identidade de *alimento limpo*, principalmente para comercializar junto a produtos oriundos da agricultura e agroindustrialização *convencional*, nos supermercados e em outros espaços institucionais. Entretanto, nas feiras a confiança no atributo ecológico situa-se no conhecimento que se tem do itinerário do produto/alimento, o qual acontece por meio da relação de confiança e conhecimento da realidade entre agricultor/a e consumidor/a. Neste sentido, o selo agrega mais em valor no “endurecimento” na rede sócio-técnica (LATOURE, 1999), na confirmação do que é essa “mercadoria”. Como versa a narrativa dos interlocutores/as na referência que fazem ao processo da certificação participativa<sup>140</sup>, por meio da Rede Ecovida criada a partir do ano de 2006, esta é uma das estratégias encontradas para fortalecer o processo da produção até a comercialização. A Rede foi constituída diante da necessidade de uma organização para contribuir no fortalecimento da agricultura ecológica, com participação de agricultores/as familiares, técnicos/as e consumidores/as, por meio de cooperativas, associações, grupos informais, as agroindústrias, comerciantes ecológicos/as e outros coletivos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia (REDE ECOVIDA, 2010). A Rede é formada por núcleos regionais, nos três Estados do Sul do

---

<sup>139</sup> Estudos específicos sobre a Rede Ecovida no que se refere à certificação participativa ver Radomsky (2009, 2010). Enquanto rede organizativa e processos educativos o investigador Sidemar Presotto Nunes está desenvolvendo um estudo que possui como título provisório "Agroecologia e contra-hegemonia: as bases epistemológicas do processo pedagógico da Rede Ecovida". Referenciado em Gramsci, utiliza a ideia de que o processo pedagógico não se limita a prática escolar, mas se estende às diversas formas político-organizativas, pois elas também são educativas e indicam possibilidades de constituir novas práticas sociais. Para tanto, partiu do estudo de sete dos vinte e sete núcleos da Rede atualmente existentes localizados na região Sul do Brasil, a partir do que se procura conhecer os elementos educativos comuns e específicos que apontem no sentido de uma contra-hegemonia. O trabalho se inscreve em um programa de pesquisa que está em andamento no programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR entorno do qual reúne diversos mestrandos e doutorandos que desenvolverão suas dissertações e teses sobre a Rede Ecovida a partir de março de 2012.

<sup>140</sup> Ver anexo 1, mapa 6 sobre a distribuição de sistemas participativos de certificação no mundo.

Brasil, como espaço de troca, socialização de conhecimentos e certificação participativa. Os integrantes de cada núcleo são agricultores/as, consumidores/as, associações e entidades, como coletivos organizados da região, pois, ao ser deste *local* valoriza-se os conhecimentos e facilita os próprios fluxos da atuação em rede, por reunir as características históricas e sociais da construção da agroecologia daquele espaço. Dentro da Rede circulam também ações planejadas por movimentos, associações e organizações sociais de cada região, a exemplo da Festa das Sementes, das Jornadas de Agroecologia, dos cursos de formação, das feiras livres ecológicas, das ações de comercialização, das associações, entre outras, que acontecem no Núcleo Sudoeste do Paraná e estão “enredadas” nas pautas de ações de entidades e da própria Rede.

Interlocutores/as, a exemplo dos mediadores/as nas narrativas, reconhecem na criação da Rede Ecovida um lugar de *arcabouço* teórico e político da agroecologia, inclusive atualmente sendo refletido que ao invés do agroecológico, com este recorte agrário, esta se constituísse a partir da ecologia, por ser esta última uma ciência mais ampla, reconhecida numa e por uma diversidade de pessoas, instituições, processos sociais e organizações, inclusive do espaço urbano. O reconhecimento desta problemática está inserido na preocupação que têm na região desde as ECAS, com a participação dos grupos de consumidores/as no debate da agroecologia e inclusive, como perspectiva da organização de *mercados alternativos* de comercialização, a exemplo do circuito que foi organizado. Porém, o Núcleo Sudoeste ainda não consta nas rotas. As primeiras iniciativas do *selo de qualidade orgânica* na Assesoar, por volta dos anos de 1998 com as reflexões a partir das ECAS e posteriormente as práticas no Projeto Vida na Roça (PVR), com as concepções de *projetos de vida multidimensionais*, articulados a projetos de desenvolvimento como estratégia *maior*, foram contrapondo a agricultura orgânica e a *convencional*, sendo que estes elementos foram também incorporados na Rede, pelo menos neste núcleo. Por isso a razão dela ser um *guarda-chuva* que abriga a diversidade conceitual que o termo carrega, como assinalou um dos mediadores.

Segundo mediadores/as e lideranças, o orgânico foi sendo apropriado pela própria ordem social vigente, decorrente da necessidade de produzir com menos agroquímicos, porém esta lógica é desprovida da questão política que “enreda” as posições, visões e ideais que foram transpostos para a categoria da agroecologia. Neste contexto, a construção da Rede Ecovida é a forma de fortalecer, de reunir e de produzir subsídios e aportes para o desenvolvimento desta agricultura ecológica, que vimos descrevendo com o objetivo de multiplicar o engajamento de mais grupos familiares agricultores. Segundo o Sr. Valdir,

mediador, o termo abarcou para além do que conceitualmente o recorte do *agro* permite, porém dentro do que poderia significar a rede organizada a partir da ecologia, abrangendo questões sociais e políticas a partir de ciências clássicas, como é a ecologia, com objetos amplos nas análises e reflexões, incluindo também o espaço urbano.

Neste sentido, a Rede Ecovida se organiza a partir dos seguintes princípios:

Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia;  
 Estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos;  
 Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;  
 Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;  
 Estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;  
 Ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade. (REDE ECOVIDA, 2010).

Por meio do processo educativo/pedagógico constituído na Rede Ecovida, descentralizado nos núcleos regionais, está a possibilidade dos agricultores/as possuírem o selo que atesta a conformidade de *produto ecológico*, por meio do processo de certificação participativa (ver anexo 3, fluxograma 2)<sup>141</sup>. Esta metodologia se difere significativamente dos processos de certificação por auditoria, realizadas por empresas privadas internacionais, as quais têm um custo alto e sem o compromisso com o itinerário (processo social de organização e conhecimentos) desde o processo de conversão à comercialização do produto, apenas fiscalizam a partir de normas da legislação e padrões internacionais, aplicando os instrumentos necessários para atestar se o produto é ou não apto na qualidade de orgânico/ecológico, como versa maioria das certificações. Aliás, a maioria dos interlocutores/as no campo etnográfico é filiada à Rede e possuem certificação pelo processo participativo, com exceção de alguns que produzem soja orgânica e para este produto as certificações são feitas por empresas internacionais, a exemplo da Sra. Isabel, que possui ambos os selos e o que se refere à soja, certifica somente esta, enquanto a certificação da UPVF foi obtida pela Rede Ecovida. Interessa-nos aqui demonstrar o processo realizado na obtenção deste como um dos fios que compõem a rede sócio-técnica da agroecologia (LATOIR, 1999), pois não aprofundaremos a problemática de forma mais crítica em relação aos percursos e imposições criados pelos mercados quanto a aquisição das certificações de orgânicos no mundo. Para esta análise, Radomsky (2010), além da descrição do processo participativo e análise sobre a certificação de produtos da agroecologia, problematiza os regimes de propriedade intelectual e decorrências destes nas sociedades globalizadas. Para

<sup>141</sup> Fluxograma elaborado com Sidemar Presotto Nunes, na ocasião de debates das investigações.



além da certificação de conformidade, o autor postula a ideia de que os selos, além da credibilidade que conformam, têm se tornado um dos mais importantes pilares da agroecologia, como forma de selecionar, criar barreiras técnicas de mercado, selecionando produtos e produtores. A certificação, além de tornar apto um produto, reinventa outros, afirma conhecimentos e experiências e relacionam o produto com pessoas, ideários, símbolos, constituindo-se numa forma de agenciar a mercantilização.

Nos estudos de Picinatto (2010) encontramos uma análise sobre os processos de certificação orgânica no Território do Sudoeste do Paraná, bem como, dos espaços de comercialização, as dificuldades e potencialidades para a expansão deste tipo de produção. O autor descreve a postura crítica da Assesoar em relação aos processos de registros que a Rede, por meio da Associação Ecovida Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), deve fazer no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo a análise de lideranças, este Ministério, ao longo dos anos, vem privilegiando uma política agrária na produção para a exportação e não na produção local de alimentos, sendo que as questões residem também em quais políticas públicas de apoio e incentivo à construção da agroecologia tal órgão vai possibilitar para além da regulamentação e fiscalização da certificação. Todavia, a Rede Ecovida conseguiu, a partir de 2011, oficializar o credenciamento no MAPA, tornando-se apta a realizar processos de certificação participativa.

Constatamos que há diversos tipos de selos que atestam a origem do produto, desde a especialidade tradicional que se refere à garantia da matéria-prima e modo de preparo característico; a denominação de origem controlada relacionada à forte influência do clima, solo, raças, variedades e saber fazer sobre o produto; a indicação geográfica que se relaciona com a “Protegida Influência” parcial do clima, do solo, das raças, das variedades e do saber fazer sobre o produto; e finalmente a *Orgânica* que atesta que o produto é produzido de acordo com as normas da agricultura orgânica, atualmente expressa na legislação<sup>142</sup> (REDE ECOVIDA, 2004). Neste sentido, Radomsky (2010) tem razão ao argumentar o selo como forma de agenciar mercados, pois as exigências para avançar na comercialização em relação aos territórios estaduais, nacionais e na exportação aumentam gradativamente, inclusive em relação aos custos, normatizações sanitárias e a conformidade ecológica ou orgânica. Sendo

---

<sup>142</sup> Principais legislações que regulamentam a agricultura orgânica: Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 28 de maio de 2009. Aprova o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de maio de 2009, Seção 1, p. 15 -16. Instrução Normativa nº 50, de 5 de novembro de 2009. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de novembro de 2009, Seção 1, p. 5. E o Decreto Nº 7.048, 23 de dezembro de 2009 que dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.

esta uma das “queixas” escutadas no campo etnográfico, embora é argumentado para canalizar a produção ecológica para mercados locais dentro dos processos de desenvolvimento, como uma das formas de resistir aos processos da mercantilização, que fogem aos princípios da agroecologia como um todo. Não basta vender, da produção até chegar ao consumidor/a, como argumenta Meirelles (2004), há um itinerário com princípios que são considerados até se chegar no produto ecológico. Contudo, vale salientar que uma das lutas da Rede é fazer valer seu processo de certificação além das fronteiras locais.

A conformidade de produto ecológico conferido pela Rede Ecovida é feito por meio de um processo participativo, com base nas exigências da legislação orgânica, sendo realizada oficialmente pela Associação Ecovida, com sede em Dom Pedro de Alcântara, no Rio Grande do Sul, sendo que tal credenciamento significa o reconhecimento da capacidade da Rede Ecovida e suas instâncias afirmarem a qualidade ecológica de seus produtos/unidades produtivas, com registro no MAPA (REDE ECOVIDA, 2011). Todavia, segundo os interlocutores/as, isto não garante avanços para os processos da agroecologia se não houver, por parte das políticas públicas, o incentivo e sustentação de processos com grupos familiares na transição e sustentação destes, ao mesmo tempo em que regulamentam a certificação. Acompanhamos no campo etnográfico um processo de certificação participativa, do qual versa a descrição nesta investigação, apontando-o como mais uma das formas de “endurecimento” da rede da agroecologia, o qual possibilita além dos atributos “legais”, a identidade, o itinerário do produto (APPADURAI, 2008) que ao ser comercializado é ratificado com o atributo de ecológico – sendo uma “mercadoria”, inscrita culturalmente e no consumo dos grupos familiares. Inseridas no contexto regional-local de produção de alimentos na problemática que enquadra as regulações deste mercado orgânico, a organização em rede (Ecovida) é uma das estratégias encontradas no sul do país para viabilizar a circulação deste produto como ecológico (além do compromisso com o grupo familiar na biografia desta “mercadoria”, anteriormente já atestado por consumidores/as nas relações de confiança nas feiras livres e na venda de porta em porta, pela transparência e ética nos processos de cultivos e agroindustrialização, como nos referimos anteriormente. O produto ecológico se aproxima do produto orgânico, porém, embutido de aspectos referentes à equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas, entre outros, que não se restringem aos aspectos técnico-produtivos (REDE ECOVIDA, 2004).

O processo acompanhado pela pesquisadora na região está inserido no Núcleo Sudoeste do Paraná, no qual um dos agricultores/as das narrativas de vida é o coordenador,

isto evidenciado na época da escrita da tese. É importante assinalar que as decisões, reflexões, estudos e o próprio processo de certificação são realizados de forma descentralizada, articulado pelos princípios e métodos da Rede. Os integrantes desta se reúnem periodicamente com os representantes dos núcleos para socialização, debate e construções da sua atuação. A Rede conceitua a certificação participativa como um sistema constituído nos princípios solidários de geração e de credibilidade, na qual a verificação nas normas de produção ecológica<sup>143</sup> é realizada com participação de agricultores/as, técnicos/as ou mediadores/as, e consumidores/as. Segundo integrantes da rede o selo é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos em cada núcleo (processo educativo pedagógico), respeitando as diversidades regionais, a cultura local aproximando atores, onde ocorre a filiação e intercâmbio de conhecimentos sócio-técnicos na Rede. Mas para além da certificação em si, também é observado se o agricultor/a já teve alguma assessoria e apoio das entidades e organizações que perpassam a Rede, no caso do Núcleo Sudoeste, para organizar-se em *projetos de vida* na agricultura ecológica, como demonstram as narrativas em que os interlocutores/as participaram de processos como das ECAS, Projeto Vida na Roça (PVR), Pós-Médio em Agroecologia, Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDCs), entre outros. Portanto, classificamos a atuação no Núcleo Sudoeste do Paraná em fluxos em Rede que se referem às trocas, socialização e processos realizados em cada núcleo, todavia são distintos substancialmente, já que respeitam as características regionais/locais de cada agroecologia, dando origem a diversas agriculturas ecológicas. (Ver anexo 3, fluxograma 2).

Os fluxos educativos pedagógicos são orientadores no processo da certificação participativa, o qual não tem apenas o objetivo de gerar o selo, mas reorientar o agricultor/a ou agroindústria para atingir o máximo que puder os princípios da agroecologia também no que se refere aos *manejos*, sustentabilidade, relações com o ambiente e entre as pessoas, a organização do trabalho, as tecnologias adotadas, entre outros. No caso do Núcleo a que estamos nos referindo, o Sudoeste do Paraná, os processos educativos organizativos e de *desenvolvimento multidimensional*, acabaram por acrescer no fluxo da Rede, pois estão situados nas experiências incentivadas e sustentadas pela Assesoar, enquanto uma associação que acrescenta, problematiza, reflete e ancora os percursos da agroecologia, ou seja, como diria Latour (1999) o “endurecimento” dos fluxos (fios) da rede. Neste caso, os eventos da

---

<sup>143</sup> As normas de produção ecológica da Rede se referem às relações de trabalho, as formas de cultivo, de agroindustrialização e de comercialização. Produção vegetal e animal e os manejos, entre outras. (REDE ECOVIDA, 2004)

Rede e do Núcleo (intercâmbios, plenárias estaduais, encontros ampliados e a organização dos materiais educativos para estudos e reflexões nos núcleos, a exemplo de uma cartilha, a qual tivemos acesso), também contribuem para “endurecer” a agroecologia e o próprio processo da certificação e comercialização (REDE ECOVIDA, 2004). Os fluxos políticos-organizativos estão permeados nas práticas e estratégias que cada núcleo se organiza para dar conta das demandas e dificuldades que encontram na Rede, a exemplo do que versa neste capítulo sobre a comercialização, mas que também existem desde a organização da transição, na produção, nas relações entre outros aspectos que estão também em debate e planejamento nos coletivos organizados das entidades, organizações, feiras livres, sindicatos, assentamentos, entre outros espaços, que grupos que pertencem à Rede elaboram seus percursos para resistir, enfrentar e cunhar as práticas da agroecologia e mesmo a construção de *projetos de vida*, a exemplo do que versa sobre a agroecologia na região Sudoeste. Portanto as ações das entidades, organizações e dos movimentos sociais perpassam a Rede, pois os agricultores/as ecológicos/as, os mediadores/as e lideranças estão em ambas: na Rede e nos coletivos organizados e *políticos*.

Optamos por demonstrar num desenho, tendo vista as limitações de uma representação gráfica (ver anexo 3, fluxograma 2) o processo da certificação participativa, dando destaque para o fluxo do produto ecológico nos termos como o tratamos, como “mercadoria”, inscrita no contexto local/cultural de políticas de valores para consumo e comercialização, bem como a organização que confere ao Núcleo Sudoeste do Paraná. Todavia, perpassam essa organização, mesmo que inseridas nas dinâmicas de Entidades e Organizações outros processos educativos e organizativos, como Festas das Sementes, Jornadas de Agroecologia, Cursos de Formação, entre outros, que estão sendo descritos e analisados como processos em que a agroecologia se situada.

O processo da certificação, tanto nos fluxos políticos/organizativos quanto nos educativos/pedagógicos, está situado junto às ações de entidades, organizações e movimentos sociais mediados, pelos seguintes princípios: a) *Confiança*: comprometimento e participação dos atores para atestar o processo e a qualidade do produto; b) *Transparência*: informações disponíveis a todos no processo da certificação e obtenção da qualidade do produto; c) *Adequação à pequena produção familiar*: incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e comercialização; d) *Participação*: princípios, valores e normas coletivas com verificação por atores locais e regionais - agricultores/as, consumidores/as e assessorias; e) *Formação em rede*: sem hierarquias, respeito às iniciativas regionais e conexão na construção de diretrizes e princípios, cumprimento mútuo de regras e procedimentos; f)

*Descentralização*: respeito e prioridade às iniciativas e organizações locais por meio da valorização e credibilidade nas capacidades na certificação e garantia da qualidade do produto; g) e a *Organização de Base* como componente político de participação de maior número de atores possíveis na organização e nos fluxos, inclusive os consumidores/as (REDE ECOVIDA, 2004).

### **Visita à UPVF para a certificação: ervas medicinais ecológicas**

Dentro do processo da certificação participativa optamos por descrever uma das fases, a qual trata da visita à UPVF ou agroindústria, para a análise de tal ato. Anterior a isso participamos de reuniões no Núcleo Sudoeste do Paraná da Rede Ecovida, sendo que em uma destas planejou-se, entre outras ações relacionadas às feiras ecológicas, as visitas às unidades familiares que haviam solicitado o processo de certificação. Acompanhamos uma destas, realizada no município de Coronel Vivida/PR, na qual participaram agricultores/as, lideranças membros da conselho de ética do grupo do município e do Núcleo e a assessoria da Assesoar, neste caso, sendo que neste último segmento estavam a Sra. Janete e a Sra. Fábria, mediadoras. A metodologia da visita incluiu, ainda durante o trajeto da visita, uma conversa inicial entre a comissão sobre a realidade do grupo familiar, as condições da UPVF e a participação do jovem sobre as iniciativas no cultivo de ervas medicinais, secagem, embalagem e comercialização destas. Na região, poucos agricultores/as fazem este tipo de cultivo para comercialização, mas todos possuem para uso doméstico ervas, temperos e condimentos e em alguns casos comercializam nas feiras livres.

O Clovanir, jovem, casado e residente na cidade, participa das atividades na unidade familiar do sogro, o qual se organizou com produção de leite à base de pasto, mesclado com uso de rações *convencionais*. O jovem, com o objetivo de organizar sua vida na agricultura, na terra dos pais (numa fração pequena do terreno) cultiva de forma ecológica ervas medicinais, condimentos e temperos verdes. Relatou que as distintas espécies são cultivadas há mais de dois anos, sem uso de *agrotóxicos* ou adubação química. Já uma área maior, logo acima, com plantação de erva cidreira, está há um ano sem utilização de agroquímicos. Neste caso, a primeira extensão de área está convertida, pois nas regras da produção ecológica necessita estar livre destes componentes químicos há pelo menos dezoito meses, já a segunda está em processo de conversão (REDE ECOVIDA, 2004). As duas áreas são divididas por uma estrada, com calçamento de pedras irregulares, com razoável fluxo de trânsito. A

primeira área, onde está a diversidade de plantas, no período da visita possuía dezenove espécies em cultivo e ficam próximas ao rio (que contorna dois lados da área plantada) e o terreno em declive facilitou o sistema de irrigação. A organização desta produção se distribui da seguinte forma: umas árvores nativas, com a reposição de espécies que tem uso medicinal, como a espinheira santa, entre outras, logo em forma de canteiros que vão de uma ponta a outra da área com a plantação das ervas rasteiras e de porte médio, como *endro e camomila*. Ele relatou que para iniciar o cultivo utilizou sementes compradas e que agora pode transplantar algumas espécies por mudas e em relação a outras estará adotando a prática da reprodução e seleção de sementes (exceto aquelas espécies que não são possíveis), diminuindo o *custo da produção* e adotando uma prática ecológica.

Para chegar neste local caminhamos em torno de 200 metros partindo da casa de seus pais e ao passarmos pela horta (com uma plantação de abóboras) o jovem disse que esta também é praticamente ecológica, cultivada por sua mãe. A área onde se cultiva hortaliças está livre da contaminação dos agroquímicos, porém, é um espaço sem nenhuma *cerca* e o que indica que em outros momentos foi utilizada para cultivo de grãos, pois ainda é uma terra em extensão não tão pequena, na beira da estrada e que parece ter sido *manejada* em outros períodos para plantação de grãos.

A ideia de plantar ervas medicinais (espécies não muito cultivadas na região) lhe ocorreu a partir do gosto que tem pelo trabalho da agricultura e pela agroecologia, além da necessidade de uma alternativa numa área pequena cedida pelos pais, pois ele ainda não possui terra. “*Na verdade comecei com a cidreira. Teve um incentivo da Cresol, do Vandir, daí acabei indo atrás, tendo ideias e fui atrás das sementes e testando*” (Clovanir). No início, adquiriu um material da Universidade de Minas Gerais, com DVD e livros explicativos para este fim e foi testando na região por causa das diferenças climáticas e físicas, pois nem todas as espécies se adaptaram. Geralmente, aquelas cultivadas em outras regiões, onde, por exemplo, predomina o clima tropical, têm dificuldades de se adaptar às variações da região, relatou Clovanir para a comissão. Uma das mediadoras assinalou que as sementes e as mudas produzidas na região são mais resistentes e já são adaptadas ao local. Quando perguntado por outro pesquisador (da área da administração) que acompanhou a visita, sobre o retorno financeiro, ele afirmou estar tirando para as despesas, pois sua produção ainda é pouca para gerar uma sobra em dinheiro, mas que ainda depende de ter mais credibilidade do seu produto

à medida que conseguir o selo de *produto orgânico*. Sua geração de renda atualmente depende mais da estratégia doméstica<sup>144</sup> de produção de leite com o sogro.

O debate entre o agricultor e a Sra. Janete foi basicamente em torno das dificuldades que o agricultor enfrenta no *manejo* do terreno e das plantas: a primeira delas é a questão do terreno descoberto para colocar palha sobre a terra para conservar a umidade e proteger do desgaste do solo; a segunda são as técnicas de *adubação verde* com plantação de *feijão guandu*, que ajudaria a sombrear o terreno e devolver nutrientes ao solo. Esse feijão, segundo a mediadora, serviria para venda (uma espécie de ervilha) ou para tratar galinhas, que pelo alto teor de proteínas contribui no aumento da produção de ovos. Ele afirmou que não sabia dessas práticas e por isso estava cultivando em solo *descoberto* e que muitas folhas no meio dificultariam o trabalho de limpeza e secagem das ervas, pois pensava que com isso teria que fazer uma seleção que lhe exigiria mais tempo, principalmente em relação ao orégano e a salsa (espécies usadas para condimentos e a segunda como cheiro verde também). Em resumo, o debate e as sugestões fazem parte do caráter educativo/pedagógico que o processo de certificação possui e também são orientações para a aprovação posterior da certificação, pois em todos os casos os relatórios da comissão de ética, quando não aprova de imediato a obtenção do selo, sugere as transformações necessárias para avançar nesta direção.

Quanto ao processo de desidratação, este era feito em estrutura improvisada, a base de calor por meio de fogo a lenha, que depois sofreu um incêndio. Atualmente faz a desidratação na *Cepagro*<sup>145</sup>, por intermédio da prefeitura municipal, onde há uma estrutura montada para esta finalidade, o que nos leva a imaginar que há outros produtores de ervas medicinais no município ou região, que estão sendo incentivados via poder público municipal, porém não os identificamos. O jovem agricultor assinalou que é difícil trabalhar com o orgânico e quando perguntei por que, explicou que é mais difícil para limpar, mas no resto era mais fácil e ao ser questionado o que seria melhor, respondeu: “*Vem tudo melhor, praticamente mais bonito, mexe com a terra. Se passar um veneno parece que não mexe, parece que não cresce*” (Clovair).

A Sra. Janete fez uma reflexão com ele sobre a ideia de que nem toda a terra tem que ser *limpa*, herdada da cultura europeia e trazida pelos imigrantes, pois onde há predominância de clima frio e pouco sol fator que lá cabe solo *descoberto*, mas não no Brasil com seu clima

<sup>144</sup> Termo que nos remete aos estudos de Schiavoni (1998) a partir da concepção de que as relações de parentesco e reciprocidade contribuem na organização do trabalho e da economia familiar.

<sup>145</sup> CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupos com atuação no Estado de Santa Catarina e participação de entidades associadas e parceiras no trabalho que desenvolve.

tropical. Ela foi mostrando que o “*trevo*”, a “*tançagem*”, o “*gervão amargo*” (tidas como *ervas daninhas* ou *inços*) não necessitam de uma capina profunda, pois são plantas que no verão não resistem ao sol e desaparecerão naturalmente em poucos dias. As sugestões foram de apenas “*picar*” para não abafar as espécies que estão colocadas para produção. A lógica é saber o ciclo de vida de cada planta e das suas combinações, porque com a *terra limpa* a chuva projeta terra sobre as folhas das ervas medicinais (o que acaba dificultando a limpeza para secagem) e desgasta o solo. Ela assinalou que talvez estivesse fazendo um trabalho desnecessário. O outro pesquisador perguntou se as *ervas daninhas* (*plantas espontâneas*) não competem na retirada de nutrientes da terra. O agricultor falou que na salsa, por exemplo, não é possível deixar estas outras plantas porque torna mais difícil a colheita e exigiria mais separação. Contudo, a Sra. Janete afirmou que a único procedimento necessário era nunca deixar estas crescerem acima das plantas de cultivo para produção, para não abafá-la, para isso bastava cortar ou *picar* as *ervas daninhas*. A questão principal é não mexer muito com a terra para evitar a perda de nitrogênio ou porque o solo é lavado pela chuva. Exemplificou com a *guanxuma* que, ao serem arrancadas, mexem muito a terra e com a chuva, o solo fica compactado, sendo que é um *inço* de raiz profunda que permite a entrada de água e de oxigênio. “*Não necessariamente as plantas vivem competindo uma com a outra, há uma relação de reciprocidade entre elas*” (Sra. Janete).

Na área de plantação de cidreira, que é bem maior e se localiza para cima da outra plantação, depois da estrada, a Sra. Janete sugeriu que fosse realizada uma *adubação verde* com “*feijão de porco*”, por ser uma planta, que devolve nitrogênio em maior quantidade ao solo. Esta devolução, segundo cálculo dos mediadores/as, corresponderia ao uso de 10 a 12 sacos de ureia por hectare, que na forma química custaria, em torno de noventa reais (R\$ 90,00) por saco, além de que a ureia *saliniza* a terra e a *adubação verde* não. Além de economizar, o agricultor estará se beneficiando do sombreamento e depois da palha para cobertura e decomposição da matéria orgânica (outra forma de adubação e cobertura de solo). O jovem Clovanir demonstrou que não sabia como, pois perguntou sobre o espaçamento que deixaria entre os pés de cidreiras. A colheita da cidreira, cujo ciclo é de quatro anos, é feita com foice ou com uma pequena máquina acoplada ao trator. Esta erva é vendida para uma pessoa em Cascavel/PR que, por sua vez, leva para Manaus/AM.

Também lhe foi sugerido fazer uma barreira com algumas plantas usadas para *adubação verde* e *barreiras de proteção*, não tanto pelos venenos, pois é uma área entre matas, mas por causa do monóxido de carbono liberado pelo tráfego de automóveis. O sistema de colheita das ervas medicinais é com a *cegadeira* que só corta e permite o broto vir



com maior rapidez, pois ele relatou que quando usou a *roçadeira* ela desfiou muito a folha e cortou muito perto do talo, então a brotação demora mais ou menos uns quinze dias.

Outra questão debatida com o agricultor foi a legislação de proteção dos rios, que alcança quase a totalidade da área localizada para o lado de baixo da estrada. Foi sugerido que prepare outra área para transferência da plantação das ervas, reservando esta para fazer o reflorestamento usando espécies medicinais consorciadas a outras, como plantas trepadeiras, como o maracujá, que precisam de um sombreamento maior (ideias advindas das agroflorestas). Ele ficou surpreso com a questão, mas a certificação não dependeria disso, apenas teria que se adequar em função da legislação, que estabelece a obrigatoriedade do reflorestamento das margens de rios e nascentes. Para auxiliá-lo, a Sra. Janete fez um pequeno croqui para explicar como poderá fazer.

Considerando as espécies que ele pretende cultivar são aproximadamente quarenta, mas atualmente tem plantado vinte destas: *orégano, manjeriço, salsa, endro, manjerona, erva-doce, alfazema, sálvia, melissa, malva, camomila, estragão, hortelã, calêndula, cidreira, guaco, espinheira santa, cavalinha, macela, funcho, coentro português, cebolinha verde, arruda, canela, cravo, pimenta, alecrim, osmarin e poejo*. No final da conversa cogitou-se a possibilidade de integrar a horta da mãe e estar fazendo também a certificação. Mas não houve maiores debates sobre isso.

Ao final da visita sentaram-se na casa do grupo familiar e conversaram sobre os documentos e o croqui que deveriam fazer para entregar à comissão de ética para análise e posterior a este procedimento viria a liberação do selo ou as recomendações do que deveria fazer caso, nesse momento, não fosse possível certificá-lo. Outras questões também foram conversadas com o grupo familiar sobre o entendimento em relação à agroecologia, o destino do lixo e as relações de trabalho, embora esse diálogo tenha sido rápido, já que durante a visita algumas destas questões já haviam sido abordadas nos *manejos* sugeridos, nas manifestações do agricultor e nos comentários em relação aos planos que tem em dedicar-se mais a este sistema de cultivos ecológicos das ervas medicinais. A continuidade do processo segue os passos elencados sobre a certificação participativa.

Na concepção da Rede Ecovida a certificação participativa, ao contrário da certificação por auditoria, é realizada com a maior participação possível dos atores no processo para que contribua na melhoria da compreensão, inclusive conceitual da agroecologia, e para contribuir no aumento do número de iniciativas nesta perspectiva, além da produção do *alimento limpo* (saudável). Por isso, além de possibilitar a obtenção dos selos de conformidade, é também um processo educativo/pedagógico, que busca ainda contribuir numa comercialização que esteja

integrada a estes princípios. Portanto, o produto ecológico como “mercadoria” que a consideramos nos processos sociais em rede, segue um itinerário cultural que se logra nos *projetos de vida* – lugar de onde partem as pautas de comercialização e consumo integrados, ratificados pelo *selo de produto ecológico*. A certificação participativa, em certa medida, ampliou a circulação das mercadorias, mesmo que na política reguladora destas a exportação, por exemplo, não possa ser feita a partir deste selo, como consta na legislação sobre os orgânicos, e sim por certificação do país destinatário. Apesar das críticas às regulações instituídas pelo MAPA, de agora em diante se terá a obtenção de selo orgânico padrão no Brasil, (Ver Anexo 3, fluxograma 2) distinguindo-se o processo participativo do sistema de auditoria, gerando expectativas de que a validade deste no processo de credenciamento e reconhecimento venha ampliar horizontes para instituir mercados alternativos na rota dos produtos ecológicos. Também será possível a comercialização na dinâmica da organização de controle social (OCS) (em feiras livres/ associações ou diretamente de porta em porta ou na UPVF) como já vem sendo organizados tais estratégias na região.

Para a circulação de produtos transformados existem outras exigências, já descritas, e são regulados pelos sistemas de vigilância sanitária, a *priori*, de difícil alcance pelos agricultores/as familiares para fazer circular uma mercadoria fora do município e do próprio Estado. Mesmo com o selo que identifica o processo participativo e atesta a qualidade do produto, a Agricultura Familiar ecológica enfrenta dificuldades no que se refere à ampliar a circulação além do mercado local e dos programas de Governo, quando condicionada aos padrões instituídos para as grandes empresas, mesmo ampliá-lo ou redimensionar de acordo com o princípios e realidades destes agricultores/as ecológicos/as. Cabe o desafio ao próprio MAPA e outras esferas de políticas públicas incentivar, sustentar processos e criar possibilidades de comercialização e certificação de conformidade, observando o itinerário desta agricultura ecológica, distinta das formas planejadas que privilegiam o mercado agro exportador.

## V

**A geração de renda aos investimentos de crédito e agroecologia**

“Os bens são investidos de valores socialmente utilizados para expressar categorias e princípios, cultivar ideais, fixar e sustentar estilos de vida, enfrentar mudanças ou criar permanências.”

(ROCHA, 2009, p. 08)

Neste capítulo apresentamos a descrição e análise das formas como se obtém a *renda* nos grupos familiares ecológicos e os possíveis investimentos realizados, além das possibilidades dos financiamentos de crédito na agroecologia. Considerando que a *capitalização* do grupo familiar depende destes dois fatores, sendo que o primeiro se refere às capacidades de *gerar renda* decorrente da produção de itens ou agroindustrialização dos mesmos, comercializados em feiras, mercados de produtores e espaços institucionais. A partir desta *renda gerada*, alcança-se condições para a aquisição de outros “bens” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009) que não são oriundos da unidade familiar. Ou seja, os rendimentos possibilitam a manutenção do grupo familiar em relação a aquisições realizadas, além da providência de itens de primeira necessidade; elevam a sustentabilidade da UPVF diante das oscilações das políticas e mercados agrícolas; e aumentam as capacidades para pagamentos de financiamentos, quando indispensável. O segundo elemento está relacionado às probabilidades de investimentos de crédito na UPVF para facilitar e reorganizar atividades produtivas, tecnologias (instrumentos, maquinários) para o trabalho ou obter crédito como *investimento social*, sendo subsídio no processo de transição, viabilidade e “endurecimento” (LATOURE, 1999) dos *projetos de vida* nos grupos familiares.

A partir dos princípios que se referem à *autonomia* e à *qualidade de vida*, destacados nas narrativas dos grupos familiares e nas entrevistas dos mediadores/as, das lideranças e dos dirigentes como distinções entre ser agricultor/a ecológico/a num contexto em que são latentes as investidas do modelo *convencional*, por meio de todo um aparato e instrumentalização de *novas tecnologias*, procuramos analisar as categorias *renda* e *crédito*. Para evitar as classificações da *capitalização*<sup>146</sup> apenas pelo viés economicista,

---

<sup>146</sup> Grígolo (2008, p. 244) ao analisar a Agricultura Familiar Agroecológica assinala que categorias como renda, capital e lucro são inerentes a um sistema baseado no trabalho assalariado, portanto com esses atores seriam inapropriados ferramentas de análise que vão nesta ótica. Pois, a *renda* na agroecologia necessita ser

compreendemo-la a partir de Grígolo (2008) em que a “produção ecológica antes de ser uma opção econômica é uma alternativa de vida e de trabalho [...]”. Logo, *renda* é resultante da interação dos elementos apontados pelo autor e das relações externas com consumidores/as, instituições, associações e cooperativas no ato da comercialização. Além destas percepções, também observamos nos relatos que os interlocutores/as entendem a *geração de renda* e diferenciam-na da forma como esta é resultante na agricultura *convencional*, afirmando herdar as características de uma *agricultura campesina*. Em outras palavras, estes agricultores/as fazem tal afirmação com base na distinção com a agricultura de base moderna, sendo que os elementos relevantes são a diversidade na produção de alimentos para consumo e comercialização, o trabalho familiar, os conhecimentos sobre tecnologias, como a seleção de sementes crioulas, a autonomia no processo de produção e na vida como um todo. Sendo que estes traços se incorporam à agroecologia, inclusive nas formas de *geração de renda*.

Para compreender este espaço social onde vivem os agricultores/as, tomados dentro de um “campo de forças” (TURNER, 2008), buscamos ferramentas de análise em Galeski (1977, p. 109), pois a *produção*, o *consumo* e a *renda* estão imersas às relações sociais, já que os grupos familiares não estão separados da sociedade e não têm apenas necessidades de subsistência alimentar. Portanto, se organizam na diversidade e de múltiplas formas para produzir e obter renda. Como assinala o referido autor, outros espaços influenciam na socialização das pessoas e dos grupos familiares que são responsáveis pelas necessidades sociais, culturais e de lazer que os faz buscar meios para sanar estas demandas. Logo, a categoria *renda*, no contexto da agroecologia no Sudoeste do Paraná, não está isolada do contexto sócio-político em que estão imbricados os estilos de vida<sup>147</sup> que se reconfiguram e se reordenam no próprio Campesinato e na Agricultura Familiar, nas quais está imersa a agroecologia. Os interlocutores/as ora a nomeiam como *Campesina*, ora como *Agricultura Familiar*, sendo que alguns emitiram duas classificações básicas que se distinguem: *Agricultura Familiar Moderna* (aquela em que se produz com base no *pacote tecnológico*) e *Agricultura Familiar Campesina*. Neste processo social, *renda* surge imbricada a outras dimensões que a “enredam” dentro e pelas forças nos processos de desenvolvimento em curso na sociedade, que não são isoladas nos espaços e tempos em que vivem os agricultores/as.

---

compreendida além dos índices quantitativos para construir significados qualitativos, pois são formas de geração de uma economia intrínsecas ao lugar de vida e de trabalho.

<sup>147</sup> Falamos de estilos de vida ou também poderíamos nos referir a projetos de vida, como no campo etnográfico. Todavia, isto nos remete a abertura de fissuras, mesmo que micro, para que as pessoas possam resistir e “inventar” (De Certeau, 2007) formas para viver de acordo com sonhos, princípios, valores sociais singulares e coletivos e nem sempre se submeter às imposições da sociedade

Estes “desenvolvimentos” agregam forças na agroecologia que se faz nas UPVFs ou fazem frente ao que se caracteriza pelas políticas “desenvolvimentistas” (ESCOBAR, 1999) que primam pela agricultura da modernização conservadora.

A categoria *economia familiar* também aparece nos relatos e se aproxima da concepção de Galeski (1977, p. 109), para o qual esta não é apenas lugar onde se processam os bens (tanto materiais como culturais), mas onde também se “consomem”, fato relevante nas formas de organização da produção e nos resultados destas na *renda* que se obtém. Neste sentido, o autor argumenta que o trabalho familiar não é característica apenas de unidades campesinas, mas de outras organizações de produção de pequena escala, sendo que para ele “as unidades campesinas” são a fusão entre um estabelecimento<sup>148</sup> de produção de “mercadorias” com a economia doméstica do lugar do grupo familiar. Estas acepções se baseiam em dois princípios, por vezes até contraditórios, pois o grupo familiar pode tratar os produtos como “valores de câmbio” ou como “valores de uso” segundo seus destinos. Com isso, a pauta da produção que vai *gerar a renda* nestes grupos não vem determinada pelos mecanismos exteriores somente, mas pelas necessidades e cultura de consumo dos grupos familiares. Tanto que ouvimos dos interlocutores/as que primeiro a produção é destinada ao *consumo* – abastecimento das necessidades básicas da UPVF – posteriormente para a comercialização, alcançada pelo excedente. Porém, estes grupos ecológicos/as planejam sua produção pautada por este princípio, mas prevendo certos resultados para comercialização e a obtenção da *renda*, pois não vivem apenas do que resulta na UPVF, mas também de outros itens de diversas ordens materiais e culturais.

Todavia, por estarem inseridos num contexto em que produzem quase todos os itens de suas necessidades básicas, com trabalho de organização familiar, geralmente como donos e gestores da unidade e com *autonomia* para pautar seu processo de produção, se distinguem dos agricultores/as integrados aos complexos industriais e dos *monocultores convencionais*. Podem pensar a produção a partir da interface da categoria de economia doméstica e também de “mercadorias” para *geração da renda* (GALESKI, 1977).

Schiavoni (1998), em determinada investigação, analisa as estratégias da organização doméstica de colonos e ocupantes na Fronteira Agrária de Misiones, na Argentina, articuladas

---

<sup>148</sup> Galeski (1977) demonstra que a “explotación agrícola familiar” é a fusão entre um espaço que produz itens de necessidade de consumo (da casa) com o de produção de mercadorias no lugar em que vive o grupo familiar, que possibilita a obtenção da renda e aquisição de outros bens. Para o autor é correto que o objetivo destas unidades familiares não é o lucro, mas a renda. Distingue-os pelas motivações que os levam produzir, de um lado, para as próprias necessidades, mas de outro, justifica que há nessas unidades familiares categorias ligadas à propriedade de capital, renda da terra, benefícios da produção e comercialização. Todavia não significa lucro no sentido capitalista, nem exploração de trabalho humano e nem produção imposta pelos *mercados convencionais*.

a processos de fusão e transmissão do patrimônio, elementos que permitem compreender a trajetória de uma economia de reciprocidade na subsistência dos grupos familiares, mediados pelo papel das hierarquias de parentesco, divisão do trabalho, relações matrimoniais. Isso significa que a geração de economia nas UPVFs ecológicas está também inserida nas relações da sucessão, de gênero e de organização do trabalho, bem como, do “lugar” deste *projeto de vida* que vai sendo gerenciado pelo grupo, inclusive na geração de renda na relação com os itinerários da “mercadoria” construída nas políticas de valores (APPADURAI, 2008) do ecológico e da cultura local.

A partir da pesquisadora Mary Douglas e do investigador Baron Isherwood (2009) nas acepções que constroem sobre a categoria “bens”, a qual problematiza concepções, constrói valores, ideais e sustenta *projetos de vida* na agroecologia, assim compreendemos a *economia familiar*<sup>149</sup> investida de valor social, político e cultural, com o propósito também de contribuir para a superação da pobreza e da exclusão. Pois, subsistem “enredadas” (LATOURE, 2008) aos valores constituídos nos processos sociais, no cuidado e na geração/aquisição de “bens”, para que, confortavelmente, estes agricultores/as possam viabilizar-se na perspectiva *multidimensional de desenvolvimento*. Se por um lado os “bens” são a possibilidade de uma vida confortável, tida como direito de todos, por outro também se evidencia nas formas de uso que se encontra nos *projetos de vida* e nas relações que se constrói além do universo daUPVF. Por exemplo, o valor social e econômico atribuído à produção destes itens, pautados pelas necessidades familiares de consumo, é que os tornam “mercadorias” para a fonte de *geração de renda* por meio da comercialização, com atributos cunhados nas lutas sociais dentro de um “campo de forças”, em relação à construção de alternativas de mercados, mesmo incipientes; na relação com consumidores/as de outros espaços, a exemplo dos moradores da cidade; nas estratégias para a colocação destes itens nas transações econômicas que lhes resultam a *renda monetária*. Com isso, classificamos *renda* a partir do *projeto de vida* destes grupos, com base em três questões intrínsecas a serem descritas a partir das percepções no campo etnográfico.

Primeiro, a *renda* é uma categoria que não visa apenas *entradas monetárias*, mas as formas que levam os agricultores/as a não gastarem e conseqüentemente pouparem (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009), no que se refere a algumas aquisições, sejam “bens” produzidos e consumidos na UPVF, a exemplo dos itens de alimentação ou matéria-prima

---

<sup>149</sup> A categoria economia familiar a partir das observações no campo etnográfico se organiza pela *geração de renda*, as possibilidades de investimentos, o poupar ao invés de gastar, a infraestrutura melhorada ou adquirida, possibilitando assim níveis de capitalização dentro de princípios e valores socialmente construídos por estes grupos. Sendo que para Galeski (1977) esta economia tem como lugar a produção de “mercadorias” e de consumo inserido nas outras relações sociais e culturais que vivenciam os grupos familiares.

para processar a produção. Embora algumas percepções que circulam entre os interlocutores/as sejam distintas, estas geram um conceito com significados e princípios pelos quais se obtém *renda*, pois não se quer *ter* a qualquer custo (social, ambiental). Segundo, nos referimos à *capitalização*<sup>150</sup> como todo o processo de aquisição e construção que soma no patrimônio dos grupos, possibilitado pela *geração renda* que movimentam, pois além da terra como espaço de produção, há um conjunto de benfeitorias, equipamentos/instrumentos que necessitam obter para viabilizar-se na atividade produtiva ecológica, como consta no capítulo das tecnologias sobre equipamentos e mecanização. A terceira questão diz respeito aos *investimentos*, vistos como possibilidades para organizar-se dentro das perspectivas que preveem cada *projeto de vida*, considerando que os financiamentos de crédito, são formas de viabilizar estes grupos familiares no período de transição para a agroecologia, constituindo estratégias sociais e políticas. Nesse sentido, no campo etnográfico identificamos, nas distintas visões, as justaposições, tensões e contradições que se compõem nos financiamentos de crédito.

O conceito de “bens”, proposto por Mary Douglas e Baron Isherwood (2009), nos possibilita compreender a organização nas UPVFs e contribuem para uma análise de um campo etnográfico que requer ferramentas que ajudem a vê-lo para além dos aspectos econômicos (GRÍGOLO, 2008), mas imbricados às questões culturais e sociais dos grupos familiares, além das questões políticas. Ou, como diria Neves (1995), as análises deveriam superar a ideia de homogeneidade para pensar as diferenciações socioeconômicas a partir de heterogeneidades que se desdobram e se reordenam. A partir do pensamento de Byres, a autora propõe que se compreendam os agricultores/as como agentes nos “jogos de forças sociais”, com os deslocamentos que criam e ou se mantêm considerando-os nas representações e práticas como relações sociais e não numa conjuntura, como quadro de forças. Assim, as formas de organizações nas UPVFs são meios para participar no sistema das relações sociais, inclusive nas possibilidades de sua *capitalização*, sem descolar das outras dimensões da vida, além das pautas que poderão imprimir no modo de produção e comercialização que vai cunhando nas lutas sociais, herdadas de formas distintas de campesinato.

As visões do Douglas e Isherwood (2009) também contribuem para compreendermos como e porque estes agricultores/as se viabilizam em perspectivas distintas das concepções que organizam a produção agrícola na perspectiva *do lucro e da exploração de capital*, como

---

<sup>150</sup> Capitalização é entendida como uma categoria nativa e refere-se ao potencial de rendimentos e investimentos na UPVF decorrentes das atividades desenvolvidas e delas a renda obtida.

afirmam os interlocutores/as, embora imbricadas nas relações de compra e venda e de investimentos num *mercado convencional* na comercialização e nas regras para acessar linhas de financiamento de crédito. Neste sentido, as trajetórias de vida demonstram que as reorganizações, baseadas em valores e princípios construídos por estes grupos, a partir do campesinato<sup>151</sup> em relação a outros grupos *convencionais*, diferenciam-se por combinar formas de produção para consumo e de “mercadorias” para comercialização na obtenção da renda, além do formato como fazem suas *aquisições*, como *gastam* e como *pouparam*, sendo uma *economia* de geração de “bens” e de consumo, porém não uma em oposição à outra, mas contextualizadas na “flexibilidade” que Galeski (1977) aponta também nas relações externas em que está imersa a agricultura ecológica. A contribuição de Douglas e Isherwood (2009) em suas reflexões demonstra que o consumo de “produtos” e “serviços” constrói seus significados, elabora a ideologia e traça percursos coletivos, como algo culturalmente compartilhado por estes grupos familiares (ROCHA, 2009, p. 09). Situamos esta, a partir dos autores, no plano político dos processos sociais e no terreno da “produção cultural” com itinerários cunhados na *projeção dos bens* nos grupos familiares e nos coletivos, como *investimentos* e *geração de renda* ressignificados por uma prática social política, assentadas em expectativas, na qual os interlocutores/as dizem ser menos *economicistas* no que se refere à obtenção do *lucro a qualquer custo*.

Trata-se de compreender essa organização econômica à luz dos princípios, dos ideais, das resistências, dos enfrentamentos, das mudanças e da sustentação de outros *projetos de vida* em movimento na rede (LATOUR, 2008) na agroecologia. O “mundo de bens” se inscreve a partir das e nas necessidades, nos sonhos materiais, nas dificuldades, nas tensões e nos limites, bem como, nos avanços constituídos em torno da *capitalização* para se viabilizar na agricultura. Olhar para as questões econômicas não necessariamente significa destituí-las do terreno social e político, ao contrário, a partir dos pensamentos de Douglas e Isherwood (2009) é que situamos esta análise no contexto do processo social, político, organizativo e no “terreno cultural”, os quais deram origem ao que conforma a agroecologia na região.

Da forma como se faz o exercício de reorganização da *economia familiar*, na configuração como a produção transforma-se em *renda*, nos modos de comercialização já descritos no capítulo anterior e nas relações familiares e sociais, é que versam as descrições e

---

<sup>151</sup> Um campesinato não em desaparecimento como defendem algumas correntes e autores, mas com potencial para reorganizar e reconstruir-se diante das complexas transformações sociais e suas incidências na agricultura. Exemplo disto são as sementes geneticamente modificadas que criaram formas e adentraram a produção com as contaminações, sem proteção as culturas variedade crioulas que na resistência essa agricultura mantém, seleciona e reproduz.



as análises neste capítulo sobre a economia gerada. Estes “bens” que podem conduzir a consolidação de uma cultura distinta, que pela *agroecologia* produzem, consomem, poupam e projetam-se, situados em princípios da *sustentabilidade*, mas que são viabilizados também pelas questões econômicas, tendo em vista elementos qualitativos desta *economia familiar*, em consonância com os quantitativos (GRÍGOLO, 2008).

Um fato específico suscitou a pesquisadora investigar as compreensões dos interlocutores/as a respeito desta questão, o qual aconteceu na feira livre de um dos municípios do campo etnográfico. Presenciamos um *caloroso debate* entre um agricultor ecológico, feirante e dirigente de uma organização e um intelectual que é também mediador. Tal diálogo se referia a uma disputa de ideias: se seria possível ou não enfrentar o capitalismo e constituir outro sistema na sociedade, para desmascarar a ambição pelo lucro, a exploração do trabalho, a opressão social e a miséria, ambas geradas pelas formas adversas do acúmulo de riqueza, ou seja, da má distribuição da renda nos países. Sem entrar no mérito da posição do intelectual, até porque suas questões seguiam o modelo socrático, para contribuir na construção da argumentação em prol de projetos na Agricultura Familiar e identificar equívocos, chamou a atenção da pesquisadora a defesa feita pelo agricultor que, indignado, contestou o *capitalismo* e de forma contundente afirmou: “\_\_ *Nós trabalhamos para viver e não para acumular e explorar o outro!*”. Ao que tudo indica, nem sempre estas posições são a afirmação de que suas resistências e contestações conseguem êxito na transformação de da sociedade, traçando outro regime, por exemplo, o socialismo – um debate tenso e denso nos movimentos sociais, no qual a agroecologia também está interligada. Mas são sempre formas de resistir e cunhar estratégias a fim de agregar forças para transformar, para traçar outro projeto de *desenvolvimento*, que a priori poderia ser abarcado por mais grupos, pessoas, políticas públicas e projetar outra sociedade. Ambos, o agricultor e o intelectual, travaram neste espaço público, no qual estava em curso em tempo real uma estratégia distinta de comercialização, um debate de caráter ideológico, um embate sobre as concepções em que está “enredada” a *geração da economia familiar*.

Que há distinções sobre a perspectiva ideológica dos projetos de desenvolvimento entre a agroecologia e a *agricultura convencional* a pesquisadora já não tinha dúvidas, pois as narrativas construídas até aquele momento indicaram uma concepção distinta de sociedade, que sustentara os percursos traçados para chegar ao que concebemos como uma categoria em construção. Mas a preocupação pairou sobre as formas de sustentação e organização concreta das questões que envolvem a economia destes grupos familiares, vivendo dentro desta sociedade regulada pelas leis capitalistas de mercado, como a caracterizam. Contesta-se esta

sociedade nas suas formas de dominação e nas relações em que muitos grupos sociais e pessoas se assujeitam, mas estes agricultores/as vivem dentro desta organização social, cunhando outro *projeto de vida*, inclusive organizando sua *economia familiar*. Todavia, observamos principalmente nos relatos dos dirigentes e dos mediadores/as que identificam e caracterizam suas estratégias como formas *de resistências*, de *enfrentamentos* e de constituição de outras configurações de organização, em vista de um projeto social distinto.

**“Volta pra roça? Mas nós tinha que pelo menos ter um produto, pra ter uma renda mensal...” (Sr. Gilson)**

A Sra. Cleonice, 35 anos, o Sr. Gilson, 40 anos, casados, moradores no interior de Francisco Beltrão/PR há sete anos, são donos e gestores da UPVF de 14,8 hectares. Agricultores/as ecológicos/as, como se nomeiam e se apresentam nos espaços da casa e nos *coletivos políticos* que vimos participando, são pai e mãe do Marcos, do Mateus e do Lucas, com sete, dez e quinze anos de idade, respectivamente. Os três filhos estudam, sendo que o primogênito cursa o Ensino Médio na Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão/PR. Em uma das visitas para a construção da trajetória de vida, encontramos o pai e os meninos trabalhando na ordenha e no trato dos animais, enquanto a mãe nos esperava na casa. Caminhamos até o paiol, a sala de ordenha, os galinheiros e enquanto conversávamos com as outras pessoas do grupo familiar, ela foi regar as hortaliças. Nesta parte da UPVF há uma casa de madeira, na qual o pai dela morou durante um tempo após o término da construção da casa nova, mais acima, do outro lado da estrada. Neste local guardam os *freezers* para leite e mandioca, realizam os trabalhos de descascamento de mandioca e preparação para a feira ecológica, onde comercializam parte da produção. A Sra. Cleonice relatou que na ocasião em que mudaram para esta UPVF esta foi sua primeira moradia e que atualmente utilizam-na como estrutura de trabalho.

Um relato marcado por superações: de uma situação *de endividamento* para a reorganização do trabalho, da geração de *renda* e dos espaços da UPVF. Circunstância caracterizada pelo Sr. Gilson como *um túnel, no qual estava dentro e não enxergava a saída*. Mistura de fragmentos de alegria, que ao ser narrado, configura-se pelo orgulho que têm das conquistas dos últimos cinco anos. O *sofrimento* para realizar as mudanças é assinalado como

um processo com muitos conflitos nas relações familiares, mas que de certa forma os pressionou para as transformações. Esta narrativa se difere das demais quanto ao movimento tenso de “saída” e de “volta” para a agricultura, na atividade de integração de frangos como perspectiva de superação das crises vivenciadas na cidade, no trabalho nas fábricas. Ambas as alternativas - as da cidade e o trabalho do aviário - foram classificados pelo Sr. Gilson como um *emprego*, na qual eram *mandados* e não tinham nenhuma *autonomia*. Talvez, o distinto desta narrativa de vida seja a procura, por parte do grupo familiar, por uma organização econômica que os sustente nas necessidades, posteriormente reencontradas na transformação da vida e da produção baseadas na agroecologia, para ser um *projeto de vida* marcado pelo gosto e satisfação no que se faz.

Após mostrar a UPVF, ainda a caminho da casa, o Sr. Gilson pediu-me para que experimentasse a água que utilizam, oriunda de uma nascente da unidade vizinha, assinalando a qualidade desta. Relatou que seu pai quando lhe visita, toma-a e afirma ser como a água que se tinha em tempos outrora, em que a poluição não era tanta. Falou que quando algumas pessoas visitam o grupo familiar perguntam “*do que vivem?*”, pois veem muito mato e não visualizam as extensas roças. Perguntei-lhe: “\_\_O que responde?”. De forma convicta, ele relata: “\_\_ Bem, falo pra eles que cultivo no meio do mato e não em área devastada, como os *granjeiros*”. Para a pesquisadora ficou marcada a questão da organização/geração de “bens”, identificadas nesta categoria, na ocasião das leituras da obra de Mary Douglas e Baron Isherwood, tanto no que se relaciona aos “bens” naturais, como a água, quanto aos “bens” físicos adquiridos cuidados e reorganizados na UPVF, incluindo a *geração de renda*. Diante do quadro etnográfico e das acepções dos autores, quais valores, relações sociais estão implícitas?

Tanto o Sr. Gilson quanto a Sra. Cleonice são filho e filha de agricultores/as, mas ao casarem-se, ele já estava morando e trabalhando em uma fábrica de curtimento de couro, na cidade de Portão, no Rio Grande do Sul, e ela foi para trabalhar nas indústrias calçadistas. Segundo o Sr. Gilson, nunca gostou de morar na cidade, tanto que no início do Plano Real no Brasil, quando as fábricas exportadoras cortaram as horas extras, entre outras vantagens, financeiras devido à redução nos lucros com a exportação, convidou a Sra. Cleonice para voltarem para roça, argumentando que seria o *último lugar que passariam fome*. Ela concordou, mas salientou que para voltar, teriam que ter um *produto mensal* que lhes possibilitasse uma *renda*.

Vieram para o município de Marmeleiro/PR, onde compraram um alqueire e meio de terra, com um aviário integrado<sup>152</sup> à empresa Sadia. Dos oito anos de trabalho, somente após dois anos perceberam que foram “*mais mandados do que na cidade*”. Iniciaram com cinquenta metros de aviário, mas a cada tempo novas regras eram colocadas e mais gastos eram realizados para atender os critérios de produção da empresa, tornando-se dívidas. O Sr. Gilson narrou este período sob a “queixa” de ter sido um *escravo*, já que trabalhava noite e dia no controle da temperatura, no tratamento com as aves para atender os padrões de qualidade, pois dependia desta atividade financeiramente. Nas classificações que a empresa faz em relação a níveis de produtividade, ele estava entre *as cabeças*, o *meio* e a *cola*, ele era a *cabeça* das cabeças. Quando foi transferir o aviário, por ocasião da venda, gerentes da Sadia lhe sugeriram ficar, pois o tinham como um dos modelos na integração. Ambos, ele e a Sra. Cleonice foram enfáticos ao assinalar que tal modelo de produção apenas lhe trouxe dívidas e que estas são formas de segurar o agricultor como um *empregado* da empresa.

Levou dois anos para vender a terra e o aviário, algo que dificilmente se consegue por um preço razoável, pois sobram estruturas velhas de aviários de agricultores/as que saem da integração por não suportar as exigências da empresa e o aumento dos gastos econômicos. Anos difíceis, sem dinheiro, muitas dívidas e mudanças de espaços, como assinala a Sra. Cleonice. Com o montante da venda, no valor de cento e cinco mil reais (R\$ 105.000,00), conseguiram comprar 19 hectares de terra por oitenta mil reais (R\$ 80.000,00), onde vivem e trabalham atualmente. Com a sobra de vinte cinco mil reais (R\$ 25.000,00) compraram as vacas para iniciar a produção de leite. Só que neste período, com a venda do leite para o laticínio, com *custo alto de produção* devido as aquisições de rações, somados às quedas do preço do produto, não lhes sobrava quase nada. Investimento, segundo o Sr. Gilson, sem perspectiva de retorno para que pudessem liquidar a dívida que herdaram do aviário, que devia ter sido pago com a sobra da venda e compra dos sítios.

A transição do aviário para a produção *convencional* não foi ainda a forma pela qual alcançariam a *renda* desejada. Assinala o Sr. Gilson, “[...] *cheguei aqui com a cabeça de uma integração, é uma cabeça de granjeiro que não pensa na natureza, numa alimentação mais saudável e nem em diversidade [...]*”, então foram mais dois anos de sofrimento e luta, sem conseguir recursos financeiros para pagar as dívidas e mal conseguiam dar conta do sustento do grupo familiar. No primeiro ano com o plantio *convencional*, teve aproximadamente mil reais (R\$ 1.000,00) de prejuízo e no segundo ano, dois mil reais (R\$ 2.000,00). As situações

---

<sup>152</sup> Saquet et al. (2005, p. 141-164) realizam estudos sobre o impacto da agroindústria integradora na Agricultura Familiar e sua interferência nos processos de desenvolvimento local e territorial.

de perdas econômicas e as dificuldades em prover o próprio sustento os colocaram a repensar a forma de produção.

Os laços de amizade com o vizinho lindeiro de suas terras - num exercício constante de observação e diálogo – possibilitou-lhes questionar sobre a forma como viviam, sendo que o Sr. José e a Sra. Noêmia possuíam menos terra do que eles, compravam seu milho e assim mesmo se viabilizavam economicamente. Já no caso do Sr. Gilson, este trabalhava muito e sozinho, enquanto a Sra. Cleonice teve que se dedicar aos cuidados com os filhos com problemas de saúde. Este vizinho e mais alguns mediadores/as da Assesoar foram contribuindo de formas distintas à reorganização da UPVF noutra *estratégia* para sair do *vermelho*. Ela assinala que foi difícil convencer o marido das mudanças necessárias e com isso vivenciaram vários conflitos, pois ela logo iniciou a participação nas reuniões de feirantes e de outros processos coletivos, percebendo as transformações que seriam necessárias. Mas o Sr. Gilson tinha dificuldade para entender que uma *diversidade de produtos* e as vendas fracionadas, mas constantes, poderiam gerar *renda*, pois para ele, os cultivos anuais e a comercialização em montantes maiores era a forma de gerar dinheiro. Ainda contavam com poucas pessoas para o trabalho, então a utilização de agroquímicos parecia possibilitar produzir mais, sem perceber que além da degradação ambiental também se *gastava mais*.

As primeiras experiências de mudanças foram mediadas pela Sra. Cleonice, que mesmo em discordância com o marido, organizou-se para ir às feiras, levando mandioca, batata-doce e queijos para venda. O emblemático desta trajetória está nas três experiências sem sucesso que enfrentaram até chegar ao *projeto de vida* que têm hoje, marcados pelos fracassos financeiros que vinham vivendo, pois já estavam pensando em retornar à cidade outra vez, fator que completaria a quarta mudança de espaço. Os laços de vizinhança e amizade foram decisivas para assumir outra forma de organização da produção, além da percepção de que, as três feiras realizadas por ela, rendeu-lhes um dinheiro simbolicamente capaz de mostrar ao Sr. Gilson que dessa forma teriam uma *sobra maior* do que o da lavoura anual. Na primeira feira conseguiu quarenta reais (R\$40,00), na segunda lhe rendeu quase cem reais (R\$ 100,00) e na terceira, que é o fechamento do mês em que a Assesoar pagou tudo que comprou neste período, ganhou em torno de duzentos reais (R\$ 200,00). Nesta ocasião o Sr. Gilson se surpreendeu e pensou “\_\_ *Sabe que dá mesmo, esse negócio de feira, se ela sozinha com três caixinhas conseguiu quase duzentos reais!*”.

Diante disso, estavam iniciando a nova fase – a reconstrução do *projeto de vida*, reorganizando o terreno, fazendo adubações orgânicas, reestruturando os cultivos, aumentando os itens de plantio e investindo na criação dos animais, substituindo os grãos, principalmente

o milho. A organização das feiras, nesta etapa realizada em conjunto pelo grupo familiar e a venda de porta em porta, foram aumentando as entradas monetárias semanais e mensais. Como em curto prazo este dinheiro não lhes era suficiente para saldar as dívidas que herdaram da integração e dos cultivos convencionais, então a saída foi a venda de uma fração de 4,2 hectares de terra. Neste momento, a Sra. Cleonice, mediante o apoio dos vizinhos e dos mediadores/a, colocou em questão a forma *convencional* de organização da produção e da *geração de renda* do grupo familiar, à medida que estava encontrando alternativas, sendo que esta percepção é fundamental para a compreensão e transformação da UPVF ou da construção do *projeto de vida*. Esse grupo familiar não participou do *Projeto Vida na Roça*, mas os vizinhos que os motivaram e contribuíram para estas transformações são agricultores/as ecológicos/as, desde o início com as práticas da agricultura alternativa na região e participantes *das Festas das Sementes*, do *Projeto Vida na Roça*, da *feira* e da *Rede Ecovida*. Esta experiência de multiplicação e socialização dos conhecimentos por laços de vizinhança e amizade são mais uma das estratégias de reprodução desta agricultura que contribuem para “endurecer” a rede (LATOURE, 1999) da agroecologia na região. A Sra. Cleonice assinalou que há dois anos uma prima do Sr. Gilson veio morar nesta mesma localidade e que eles estão investindo em contribuir para que ela também faça este processo de transição. Já o Sr. Gilson disse que mudou porque outros contribuíram socializando conhecimentos, por isso ele também socializa o que sabe de sua experiência.

A partir desta perspectiva, de uma *geração de renda*, a qual se faz necessária, com entradas semanais e mensais, ela vendia na feira da cidade e ele iniciou a fazer a *praça da localidade*. Depois ele passou fazer feira e os produtos que sobravam vendia nas lanchonetes, mercados e nas casas. Na época da escrita da tese, afirmou estar vendendo em torno de cem (100) quilos de mandioca a cada sexta-feira. Como ela reconhece “*conseguimos se reerguer com dinheiro de feira*”. Segue abaixo representação de cálculos econômicos de entradas referentes a produtos comercializados<sup>153</sup>, custos e sobras de um mês, do grupo familiar, elaborado a partir dos dados registrados por eles para cálculo da renda anual. Este quadro representa uma *renda* bruta obtida através da dedução dos custos operacionais de produção e comercialização do valor vendido. Neste cálculo realizado pelo agricultor não foi considerado custos de depreciação de máquinas, automóveis e de infraestrutura.

---

<sup>153</sup> Esta lista de produtos não corresponde a toda diversidade de itens que são produzidos na UPVF, já que se refere a cultivos da roça em época de verão. No inverno muitas das áreas onde estão estes cultivos tornam-se pastagens par trato do gado leiteiro e adubação verde.

Área de terra: 14.8 ha.				
Unidades de trabalho: 2.5*				
Nº. de grupos familiares: 01			Nº. de pessoas: 05	
Entradas decorrentes de vendas/mês	R\$	Saídas/mês	R\$	SOBRA
Queijos**	800,00	Gastos com o carro e financiamento	100,00	
Leite vendido na feira	520,00	Medicamentos homeopáticos	40,00	
Mandioca	780,00	Vestuário	100,00	
Feijão	62,00	Combustível	80,00	
Farinha de milho	15,00	Luz	75,00	
Batata Doce	160,00	Hora máquina	150,00	
Ovos	20,00	Sementes Ecológicas	30,00	
Porcos	132,00	Adubos orgânicos	200,00	
Frangos	45,00	Compras no mercado	140,00	
Melado	15,00	Gás	30,00	
Frete feira	150,00	Mão de obra na UPVF***	150,00	
Trabalho****	90,00	Custos rateados na agroindústria	125,00	
Total	2.789,00		1.220,00	1.569,00

#### Quadro 1 - Demonstrativo da Economia Familiar na UPVF do Sr. Gilson

Os rendimentos, custos e sobras após a reestruturação do *Projeto de Vida* do grupo familiar do Sr. referentes ao período de um mês.

\* As unidades de trabalho a que se referem os agricultores/as são analisados tendo como referência uma pessoa adulta em um dia de trabalho. Nesta UPVF, das cinco pessoas que vivem, conta-se com o trabalho equivalente a de dois adultos constantemente e o filho jovem que permanece na unidade durante quinze dias mês. Logo, um dia inteiro de trabalho realizado por uma pessoa adulta é igual a uma unidade. Neste caso, o filho estuda na Casa Familiar Rural em regime de alternância, sendo que seu trabalho é contabilizado em duas semanas/mês, gerando ao equivalente a meia unidade diária. Os outros dois filhos são crianças e não foram considerados neste cálculo.

\*\* Valor líquido recebido na agroindustrialização de queijos, para a qual entregam 200 litros de leite por semana, gerando 20 kg de queijo por semana, tendo mais ou menos 80 kg de queijos por mês.

\*\*\* Trabalho externo contratado, que inclui meia jornada semanal, sendo que cada jornada seria equivalente a um dia de trabalho, com pagamento de trinta reais (R\$ 30,00) por meio dia de trabalho para descascamento de mandioca comercializada na feira ecológica e na venda de porta em porta.

\*\*\*\* Valor de trabalho recebido na fabricação de queijos da agroindústria com gestão em regime coletivo/associativo, sendo que a cada quatro dias a Sra. Cleonice trabalha meio dia gerando seis dias/mês de trabalho.

Esta representação dos cálculos econômicos feitos pelos agricultores/as são para análise de como estão organizados em sua economia familiar, que junto a outros fatores (princípios ecológicos), servem como parâmetro para avaliação dos *projetos de vida*, além de servirem para o planejamento das atividades e gastos com outros bens. Considerando ainda que para cada *projeto de vida* este quadro seria distinto nos elementos comercializados, nas estratégias em que acontecem as vendas e nos valores recebidos, bem como na diferença entre o valor bruto e os custos para se obter a sobra.

Em relação às benfeitorias que tem na UPVF da Sra. Cleonice e do Sr. Gilson, bem como de outros grupos familiares, todos fizeram novas aquisições e realizaram melhorias para atender as exigências de uma produção com mais sanidade, além de diminuir o “peso” do trabalho. Neste grupo familiar a ordenhadeira e a reforma do piso da sala de ordenha foi uma necessidade e um “bem” realizado depois que passaram a obter *sobra* na renda familiar, quando conseguiram melhorias nas condições econômicas. Segundo a Sra. Cleonice, o piso era todo quebrado e facilitava a proliferação de bactérias causadoras de doenças. Na ocasião da construção da narrativa, salientaram que ainda necessitam reorganizar os chiqueiros para afastá-los dos espaços da ordenha do leite, a fim de garantir ainda mais higiene. Na UPVF tem o *paiol* com um adendo, semelhante ao de uma varanda, onde se guarda lenha e instrumentos de trabalho, a exemplo da trilhadeira e da carroça. Dentro deste mesmo espaço guardam-se grãos para alimentar os animais, considerando que estes são itens gerados para o consumo interno, evitando gastos com tais aquisições. Além dos equipamentos de trabalho como o forrageiro, utensílio triturador de grãos, folhas e tubérculos para fazer ração caseira. Os chiqueiros estão distribuídos em espaços distintos, separando os porcos de raça crioula, dos quais se obtém produção maior de gordura, dos porcos de outras raças, geralmente *brancos*, destinados à produção de carne. Este espaço se localiza próximo da área destinada ao projeto da Universidade de Preservação Ambiental, ainda em andamento, onde há um açude com criação de peixes, outra *fonte de renda*, com espaço destinado ao plantio de mais árvores de reflorestamentos de espécies nativas e exóticas, sendo que esta área foi isolada e os animais não são mais colocados.

Em relação ao armazenamento de produtos para a feira, contam com a estrutura de dois *freezers*, um para o leite e outro para a mandioca. Já os grãos são guardados em garrafas plásticas de refrigerantes, funcionando como uma espécie de mini silos, pois os insetos responsáveis pela degradação não atacam. São armazenados desta forma, inclusive, o feijão, o trigo e o milho, que vão sendo vendido aos poucos. O trigo e o milho são levados ao moinho para fabricação de farinha à medida que é necessária e vendida na feira. É no espaço da casa



antiga que guardam estas produções – farinha, mandioca, leite - e preparam a feira semanal, sendo o porão utilizado como a garagem dos carros.

O carro, uma camioneta modelo Strada, da marca Fiat, foi a mais nova aquisição, financiada pelo *Pronaf* na linha *Mais Alimento*, planejada para utilização na comercialização. Com este automóvel levam produtos de todos os feirantes da localidade, antes transportados no ônibus de linha. Já a casa do grupo familiar, construída há pouco tempo com parte dos recursos advinda de fundo perdido, por meio do STR, outra parte e a mão de obra paga com recursos financeiros obtidos das sobras na economia familiar.

**“O colono que morar na roça e não produzir a *bóia* tem que ir fazer outra coisa na vida...” (Sr. Aores)**

O Sr. Aores e a Sra. Maria, casados há 34 anos, vivem na UPVF com o filho. Embora, na ocasião da pesquisa de campo, o filho Joceli, que fez o Curso de Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, estaria voltando para trabalhar na UPVF. Até então, estava trabalhando na cidade por conta de algumas tensões nas escolhas das atividades na UPVF, já que ele gostaria de transformá-la toda em agrofloresta, mas os pais e os tios são produtores de leite ecológico há mais de quinze anos. As duas filhas já saíram da unidade para morar na cidade e trabalhar. A mais velha estava no convento e ao sair não retornou para morar com o grupo familiar. A outra, diante desta perspectiva de ser independente no que se refere a ter seus próprios rendimentos, também foi para cidade e depois de um tempo voltou, sendo que no momento da pesquisa de campo estavam morando temporariamente com os pais. Porém, estes afirmaram ainda não saber se ela e o filho pequeno ficariam. Diante deste quadro, o Sr. Aores “queixasse” da saída dos jovens do campo e reconhece que isso também se deve aos conflitos entre gerações, pois cada um tem seus valores e que nem sempre estão em consenso. Por outro lado, lamenta as *saídas* porque atualmente a unidade conta apenas com o trabalho do casal, já que o outro irmão também está na cidade, gerenciando um negócio.

Agricultores/as ecológicos/as, narraram suas trajetórias inscritas na cultura cabocla herdada dos pais do Sr. Aores e na participação política nas entidades e nas organizações da Agricultura Familiar e da agroecologia. A pedra angular de seu relato situa-se na produção do *autoconsumo* como principal atividade em uma UPVF, pois segundo ele, não produzir o

próprio alimento seria motivo suficiente para o agricultor fazer *outra coisa na vida*. Outra acepção que marcou sua defesa é o valor social que imprime ao processo de produção desse alimento, traduzido como *alimento limpo*, sendo “*inconcebível que o ser humano coloque veneno na própria comida*”, e no valor econômico, pois ao obtê-lo com sua produção, não necessita *gastar dinheiro* para comprar no supermercado.

Apesar de ser *branco*, como se identificou, afirmou possuir fortes traços da cultura cabocla, herdada de seu pai, enquanto sua mãe era descendente de italianos. Barba rala e o orgulho de descender de uma das culturas que não se preocupa com o *consumismo*<sup>154</sup>, com carro e casa nova, por exemplo, suas preocupações incidem em viver mais do que ter. Mas o *ter* significa para ele a *mesa farta do alimento* conseguido com o próprio trabalho, sem destruir a natureza. Nessa mesma linha, o Sr. Osvaldo, o Sr. Gilson, a Sra. Josefina, a Sra. Claídes, entre outros, também assinalaram a importância de produzir alimentos situados em valores sociais, culturais, mas também como fonte de *geração de renda*.

Relatou pertencer a um grupo familiar de quatro homens e uma mulher, com história antiga na agricultura, aproximadamente 150 anos, oriundo do Estado do Rio Grande do Sul em 1959, no último reduto que chegou ao Sudoeste para ocupação das terras devolutas do Estado, como versa no capítulo primeiro deste estudo. O Sr. Aores é a terceira geração de italianos no Brasil, também agricultores. Desde início seus pais rejeitaram o *pacote tecnológico* oferecido pela modernização conservadora, sendo que num segundo momento ainda optaram por alguns destes elementos como os fertilizantes, mas não pelos *agrotóxicos*.

Tendo em vista que o total da área de terra é de dez alqueires e não seria o suficiente para os quatro irmãos ao constituírem seus grupos familiares, e deste espaço sobreviverem, já que a irmã casou-se e foi embora para São Paulo. Então, acordaram entre eles que dois casais se juntassem ao movimento dos Sem-Terra para conseguir uma área. Neste caso, os dois que permaneceram na área herdada dos pais contribuiriam em estruturar nos assentamentos as benfeitorias, a aquisição de gado leiteiro, entre outros “bens” necessários para o trabalho e a geração de *renda*, em troca eles permaneceram na UPVF já organizada. Tem por princípio a

---

<sup>154</sup> *Consumismo* é um termo usado apenas por este agricultor e refere-se à preocupação com aquisições de “bens” móveis e imóveis novos. O Sr. Osvaldo também se referiu a esta questão com outros termos, assinalando que para ele vale mais o *ser* do que o *ter*. *A priori*, a narrativa do Sr. Aores se distingue das demais por enfatizar a produção de alimentos, apesar de que sua moradia, mobília e o carro são modestos, mas em bom estado. Outros agricultores também se preocupam com a produção do alimento, mas não caracteriza os “bens” de outros gêneros como consumismo, mesmo que suas aquisições não fogem aos padrões do poder aquisitivo dos trabalhadores em geral. Apenas não o classificam dessa forma e relataram com orgulho carros e casas novas que conseguiram com a renda obtida ou por meio de financiamentos. A exemplo do Sr. Gilson que adquiriu carro novo para suprir suas necessidades de locomoção como feirante e assinalou que o Sr. José, seu vizinho e agricultor ecológico comprou também um camioneta da Fiat estrada duplada com pagamento a vista.

gestão coletiva da unidade, desde quando os quatro irmãos viviam neste espaço até a ocasião em que permaneceram apenas o Sr. Aores e seu outro irmão. A Sra. Maria, natural do Estado de Santa Catarina, veio para a região com seus pais, um grupo familiar de dez irmãos, mas todos os outros nove foram morar e trabalhar na cidade.

O Sr. Aores enfatizou que se firmou na agroecologia com os conhecimentos que apreendeu das gerações anteriores, mas acumulou outros na participação nos processos sociais ou, como diria Latour (1999), nestes processos dos grupos de base, nas experiências como dirigente e no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia que o filho cursou, os conhecimentos “endureceram”. Como dirigente de entidades, sua experiência de seis anos no sindicato, quatro no cooperativismo de crédito de interação solidária e seis na Assesoar, consolidou uma participação longa e efetiva em processos de debates e estudos no que se relaciona a agroecologia e formação política, sendo este último aspecto assinalado pelo interlocutor como fundamental para a *consciência crítica* que formou.

Lá a gente sempre discutiu agroecologia, como uma proposta do campo e da pequena propriedade. Então, ali que a gente se afirmou, eu enquanto o fato de ser o mais velho dos irmãos, a gente trazia, discutia com os irmãos, que era o que mais a gente trabalhava na roça junto e todos eles hoje tem na sua concepção isso, os outros irmãos também, os que estão no campo. (Sr. Aores, agricultor ecológico e dirigente de uma organização)

Mas suas experiências na UPVF tiveram início nos Grupos de Base em sua localidade. Salientou o método de planejamento das metas que faziam nestes grupos, sendo que a cada reunião compartilhavam as ações que tinham realizado na organização da UPVF, por exemplo, uma roça de *adubação verde*, um piquete de pastagem, um determinado plantio, entre outras, tendo em vista a sustentabilidade do “*pequeno agricultor*”. Todavia, assinala que estes debates ultrapassavam as questões produtivas, aprofundadas, posteriormente em outros processos, nas suas experiências como dirigentes, na participação nas Festas das Sementes e Jornadas de Agroecologia.

Na ocasião da construção das narrativas, sua UPVF estava organizada com benfeitorias para a produção de leite a base de pasto como atividade principal, da qual se obtém a *renda monetária*, a criação de frangos caipiras, sendo eles um dos guardiões da raça *índio gigante*, além de ter outras raças para o melhoramento genético das galinhas caipiras que cria, além de gado bovino e *porco de raça*<sup>155</sup> *branca e preta* para o consumo da carne. Uma variedade de

<sup>155</sup> Na ocasião do campo etnográfico um agricultor ecológico me perguntou se sabia a diferença entre porco e suíno. Ao responder que não e nos explicou que *suíno* é o animal criado com ração, geralmente por meio da integração com empresas e *porco* é aquele que o agricultor/a cria com alimentos da UPVF. Ainda, sorriu e disse

cultivos de frutíferas, hortaliças e grãos para transformação em farinha de trigo e milho, ambas para o consumo. Ele e a Sra. Maria assinalaram que é uma *contradição* o agricultor familiar ser monocultor de leite ou de fumo e comprar quase toda a alimentação no supermercado. Para eles, assim como outros que tem o leite como atividade principal de produção e de geração de renda, a *diversidade* reside nos cultivos de itens que compõem a alimentação, que não são comercializados neste caso.

Além da produção dos alimentos, a Sra. Maria relatou seu prazer em fazer a polenta que aprendeu com os antepassados, feita na boca aberta do fogão a lenha, na panela de ferro e mexendo sem parar até ficar pronta. O conhecimento como um processo que se compartilha entre gerações, também foi destacado pelo Sr. Aores, caracterizando as pessoas mais idosas como *enciclopédias*, que se não forem aproveitados para aprendizagens e reprodução de práticas na agroecologia, vai se perdendo, ou seja, sem as relações hierárquicas entre jovens e idosos o conhecimento que poderia ser apreendido cede lugar à aplicação das tecnologias do processo da modernização conservadora, pois com o *pacote pronto* torna-se mais fácil do que a observação e estudo que exige migrar para agroecologia. Para eles observar o *trabalho da natureza* lhes garante parte deste processo.

Neste contexto etnográfico de percepção de agricultores como o Sr. Aores, o Sr. Osvaldo, o Sr. Tobias, entre outros, caracterizam o alimento como um “bem” e mesmo sendo de primeira necessidade, algo distinto de outros grupos sociais, por agregar atributos e valores culturais, sociais e políticos que os definem pela sua qualidade de *limpo* e conseqüentemente sua interferência na saúde das pessoas e animais, bem como, no equilíbrio ambiental pelas suas formas de produção não agressivas, assim como um “bem” de valor econômico. Alguns grupos familiares, a exemplo do Sr. Isac e da Sra. Vilma, ao *apresentar* sua renda para os grupos de intercâmbios, colocam junto valores monetários dos alimentos que consomem, tendo em vista que comprariam se não o tivessem, sendo esta prática uma *estratégia econômica*, além do princípio ecológico e social que o perpassa. A exemplo destas percepções, os itens de consumo dentro da UPVF são tanto para o grupo familiar quanto para a criação de animais na atividade pecuária, sendo que a *geração de renda* não se traduz apenas nas entradas monetárias. Aos itens de consumo são agregados valores econômicos e sociais, os quais vêm sendo descapitalizados pelo *mercado convencional*, já que este impõe padrões alimentícios e valor econômico e sociais aos produtos processados pelos complexos agroindustriais. Então, é um esforço para colocar valor novamente os alimentos produzidos na

---

que ele só come carne de porco, de suíno não, sendo que os consumidores/as da cidade nem sempre têm esta opção.

agricultura ecológica de base campesina e familiar, como *alimento limpo* e economicamente viável, somando na *geração de renda* ao invés de *gastos/saídas*, como acontece com outros grupos sociais, principalmente monocultores que diminuíram significativamente o cultivo de itens para alimentação.

\*\*\*\*\*

A *geração de renda* inscreve-se nas trajetórias destes grupos situadas nas relações sociais, culturais e políticas, dando ênfase à constituição de uma *economia familiar*, a qual é fundamental para a viabilidade dos agricultores/as na agroecologia, mesmo que os mediadores/as e algumas lideranças sejam enfáticos que esta não é a única dimensão que os levam a ser ou permanecer na agroecologia. Esta surge no campo etnográfico como necessária e importante para viabilizar a reprodução da vida na agricultura, como versa a narrativa do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice, entre outras. Como a produção, a participação, a educação entre outros aspectos “enredados” no campo etnográfico, pelo fio da *multidimensionalidade*, a *geração de renda* ou a *economia familiar* não são isentas das tensões na rede. Esta é uma categoria a qual classificamos sob duas perspectivas: a *renda* familiar monetária e *itens de consumo interno da UPVF*. Classificamos assim para compreender as formas de organização da subsistência do grupo familiar, como “bens” provedores de recursos para a reprodução da vida das pessoas e da própria agricultura ecológica, tanto para aquisições diversas quanto para manter-se neste espaço, produzindo a maior parte dos alimentos necessários, assim como se faz pertinente a aquisição de objetos de infraestrutura e instrumentos. A *renda* também é um “bem” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009) necessário para prover a dinâmica interna de subsistência da UPVF e para a aquisição de “bens” de consumo para assim fazer investimentos nas atividades desenvolvidas.

Nas narrativas de vida se fazem presentes visões e percepções que demonstram como se obtém esta *renda*, bem como, os seus “usos”. Nisto estão “enredadas” as tensões da categoria em debate, pois viver de formas distintas, no que se refere à *geração de uma economia familiar* na sociedade capitalista em prol de outra, sendo este um dos fios que puxam este debate entre os mediadores/as e agricultores/as, considerando que entre estes, as lideranças têm mais percursos nestas reflexões. As tensões estão relacionadas à concepção da categoria encontrada no campo etnográfico, inscritas nas contradições das formas como se concebem e se geram o *capital* nas sociedades de regime capitalista, diante das estratégias que se constitui na agroecologia para demonstrar as possibilidades de um projeto social distinto,

como se refere o Sr. Valdir, mediador. Outros, a exemplo do Sr. Tobias, não se referiram a que tipo de sociedade constituir, mas contestaram as formas capitalistas de obtenção do lucro a qualquer custo, exploração de trabalho e o domínio dos mercados financeiros, entre outras caracterizações, sendo que estão interligadas na constituição dos *projetos de vida*. Portanto, *renda* e *crédito* podem ser vistos a partir da teoria “actor-red” de Latour (2008) na constituição e extensão da rede, quando concebe as tensões geradas para “endurecer um fato” – a agroecologia - percorrendo caminhos nas contradições e nas controvérsias que suscitam questões e passam *de boca em boca* para se firmar. Ou como Turner (2008), que apresenta as tensões nos processos sociais inscritos “num campo de forças” que disputam sentidos, significados e ideologias, inscritas em contextos sociais mais amplos em prol da construção de outros.

Por meio da agroecologia estes agricultores/as estão buscando criar um espaço autônomo de cálculo, pois antes estavam anexados às políticas de preços, tanto em relação aos custos e sobras, quanto aos valores de investimento no regime de integração dos complexos agroindustriais (a exemplo da Sadia, na avicultura). Atualmente, podem estabelecer seus custos, geralmente no sentido de reduzi-lo a partir do aproveitamento máximo de recursos internos da UPVF, inclusive nas negociações dos valores do preço final do produto, na comercialização direta com o consumidor/a, a exemplo do cálculo do *preço justo*, como versa no capítulo sobre comercialização. Embora toda a organização desta economia familiar, distintiva e contextualizada na realidade dos *projetos de vida*, desde a produção, a agroindustrialização, até a comercialização, aconteça no marco de uma sociedade de regime capitalista. Por isto as transformações e construção de outros valores e ideologia que sustentam os ideais e os sonhos dos interlocutores/as acontecem sem que possam intervir na distribuição dos meios de produção e de outras relações de trabalho e economia. Suas contestações, resistências e enfrentamento são micros<sup>156</sup>. Em outras palavras, o agricultor/a ecológico/a familiar nas formas que se organiza na região, dissidente do campesinato, tem *autonomia* em relação a outros meios de sobrevivência por ser dono, gestor da UPVF, por poder decidir e pautar seu ritmo de trabalho/produção, além das estratégias em que comercializa nas feiras livres ecológicas, associações e na venda de porta em porta, com regras constituídas por *coletivos políticos* negociados com integrantes do *mercado convencional*.

---

<sup>156</sup> Mediadores/as e algumas organizações falam de constituição de referências que *a priori* existem para serem referências na constituição de políticas públicas que privilegiassem outro projeto de sociedade no país.

A *renda*, além de ser contabilizada como valor monetário x, deve ser capaz de gerar a sustentabilidade econômica da UPVF, viabilizando sua dinâmica neste espaço, com menos risco de *quebra* diante das crises e oscilações provocadas pela exploração de capital e atuação do mercado financeiro, pois quanto mais atrelado a este, mais riscos se têm. Sendo que, nos casos de grupos familiares mais idosos, conta-se com ganhos resultantes dos benefícios sociais de aposentadorias, que passam a contribuir no sentido de substituir o valor obtido por meio do trabalho e conseqüentemente na redução da produção. Também há entradas de dinheiro de fora na economia familiar em duas situações: jovens que saíam para trabalhar em outra atividade, mas que moram na unidade e contribuem no orçamento, adquirindo itens de suas necessidades, evitando a saída de valores monetários da renda obtida na agricultura; e a mulher que conjuga trabalho na atividade com o de empregada doméstica ou de mediadora em entidades, cujo rendimento se soma aos valores resultantes da comercialização da produção. Por exemplo, no grupo familiar do Sr. Adir, na época da escrita desta investigação, o filho de 18 anos foi trabalhar numa empresa de fabricação de jeans e posteriormente, como pedreiro. No caso, da Sra. Cleuza, esta trabalha como empregada doméstica e o filho numa empresa. Na UPVF do Sr. Aores, o jovem Joceli estava trabalhando numa fábrica de ração, mas em seguida iria voltar para a UPVF. Em outras situações, a *renda gerada* pelo trabalho realizado fora das atividades da agroecologia na UPVF acontece temporariamente, por cargos assumidos nas equipes de direção nas entidades e organizações, das quais recebem *ajuda de custo* para compensar o trabalho que deixam de fazer na UPVF, o que contribui na economia familiar.

*Renda* para estes grupos foi sendo ressignificada em relação ao seu conceito nas formas como se obtém e nos seus “usos” substanciais, além das construções políticas que agregam às reflexões sobre a categoria nos processos organizativos e de educação. É uma categoria que assume diversas nuances em função dos valores sociais e políticos que se conectam na rede (LATOUR, 2008) da agroecologia. Segundo os interlocutores/as, anteriormente, quando imersos *no modelo convencional*, os itens de consumo referentes à alimentação e manutenção do grupo familiar não eram contabilizados na *economia familiar* e nem observados como poupança nas *sobras* dos rendimentos monetários. Depois das reflexões pautadas pelos mediadores/as nos processos sociais, diante da ideia do que não se gasta com compras nas agropecuárias e nos supermercados, se “poupa” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009). Este elemento passa ser incorporado cognitivamente e substancialmente como *renda*. Portanto, é *renda monetária* que não sai do montante obtido nas *sobras* resultantes da comercialização e aponta a questão do *autoconsumo* para um lugar

de destaque na hierarquia de valorização cultural e de economia familiar. Pois, primeiro a produção deve responder às necessidades internas na UPVF e posteriormente para comercialização, embora se planeje esta tendo vista as duas funções, como já referimos anteriormente.

A *renda monetária* resulta dos produtos cultivados ou agroindustrializados, que ao se transformarem em “mercadoria” possibilitam entradas regulares e múltiplas, como observamos entre os interlocutores/as, que também afirmam que obtêm *sobras maiores* na agroecologia em relação ao que produzem no modo *convencional*. Quando nos referimos a “mercadoria”, difere do sentido que encontramos no campo etnográfico, em que os interlocutores/as classificam-na em distinção entre *alimento* e *mercadoria*, sendo a última vista sob a ótica de inserção das leis de mercado dos monopólios empresariais e dos cultivos no *pacote tecnológico*, advindo da modernização conservadora, como fez esta distinção a Sra. Janete, mediadora, numa palestra a um grupo do Movimento de Mulheres Campesinas (MMC). Na forma como se organizam os mercados, a partir das pautas dos complexos industriais e empresariais, não se observam as qualidades do *alimento limpo* – com características ecológicas e culturais quando o alimento produzido é submetido às leis do *mercado convencional*. Em outras palavras, quando se produz para abastecer as exigências dos mercados, como no caso dos grãos para exportação e mesmo internamente no país, se produz *mercadorias* ao invés de alimento.

Na perspectiva de Appadurai (2008), alimentos podem tornar-se “mercadorias” e são comercializadas nas feiras livres, mercados de produtores, associações e de porta em porta. Estas, por sua vez, são estratégias construídas por intermédio dos mediadores/as das organizações e dos movimentos sociais para *girar o produto* e obter *renda*. Dito de outra forma, a partir de Appadurai (2008, p.19), “mercadorias” são como “um tipo particular de potencial social” que circulam, mas em parte diferem de “objetos”, “artefatos” e “bens” e que, no caso, estão sujeitas a controles sociais e de redefinição políticas como versam os produtos ecológicos. A comercialização de alimentos surge nestes grupos agroecológicos como *fonte de renda* e se trata de “mercadorias”, ainda que sua valorização não seja apenas econômica e inclua aspectos culturais, sociais, ecológicos e políticos. Pois estão conectadas na agroecologia, construídas dentro de rede (LATOUR, 2008) numa política de valores e princípios de produção, uso e de câmbio, baseadas no trabalho familiar; na pauta de consumo do grupo e nos significados que estas possuem, pois antes de vendê-los também são consumidos internamente na UPVF; no valor do *alimento limpo* de agroquímicos, mesmo que em menor proporção em relação aos alimentos dos complexos agroindustriais; e dentro da



perspectiva política que se insere na perspectiva da produção de alimentos na construção da soberania e segurança alimentar. É uma “mercadoria”, mas não como se concebe nas sociedades em geral como sinônimo de lucro e submissão às leis de mercado, já que está sendo produzida e comercializada sob princípios destes grupos, a exemplo do Sr. Tobias, que assinala que o itinerário de obtenção do produto ecológico - no caso os queijos - é realizado sem exploração de trabalho externo. Mas fabrica e vende-os num *circuito de consumidores/as* (Ver Anexo 1, mapas 4 e 5). e obtém uma *renda* monetária determinada, mas com um valor peculiar para ele e para muitos dos que compram este queijo e não outro, por ser ecológico, do grupo familiar a que pertence ou ainda pelo sabor reconhecido como *queijo bom*. Ainda poderíamos citar o valor cultural, como assinalou a Sra. Josefina, que aprendeu com sua mãe a fabricar o queijo como produto para ser *vendido e obtido renda*. Mesmo que hoje aplique outra receita, começou com aquela herdada da hierarquia familiar.

A *geração de renda* resulta da *diversidade de cultivos*, do estatuto e itinerário que se constituiu estes itens como “mercadorias” nas estratégias de comercialização nas lutas sociais. Pois, se o Sr. Gilson e a Sra. Cleonice, na construção do novo *projeto de vida*, antes cultivavam mandioca apenas como um item para alimentação do grupo familiar, agora esta é uma produção que se planeja em determinada escala de tempo para se dispor durante o ano todo, também com o objetivo de ser comercializada. A flexibilidade no itinerário dos itens produzidos, a exemplo da mandioca, da pipoca, da batata-doce, passa a se constituir com outros significados, inseridos numa política de valor econômico e social – “mercadoria” com valor de “uso” e de venda. O resgate de certas culturas da agricultura campesina, como *geradoras de renda* e alocadas na política de valor, ganha outro estatuto entre quem consome e produz, sendo que na monocultura são destituídos, lhes conferindo uma posição de minoridade diante da produção de grãos, tanto que é recorrente entre os interlocutores/as nominar tais itens como *miudezas*.

Em todos os grupos familiares as políticas de valores em torno da “mercadoria” seguem um processo e se distinguem em alguns aspectos, dependendo de quais atividades produtivas cada um se organiza, considerando os fatores físico-geográficos, potencial de trabalho familiar, sonhos e gostos pelas atividades, entre outros fatores. Todos concordam que, para se viabilizar economicamente no campo com os potenciais de terra que possuem e com o número de pessoas em idade para contribuir nos trabalhos, necessitam produzir com *baixo custo para sobrar mais*. Ou seja, essas situações quantitativas que resultam em *renda* dependem de fatores como a quantidade de terra, número de grupos familiares e de pessoas

que nela trabalham e desta produção sobrevivem. O quadro abaixo demonstra a realidade destes grupos com os quais construímos as narrativas de vida.

Grupo Familiar	Área de Terra	Nº grupos familiares	Nº de pessoas	Pertencimento da área e regime de gestão.
Gilson e Cleonice	14.8 ha	1	5	Casal e três filhos. Proprietários e gestores da unidade familiar
Adir e Sirlei	16.7 ha	2	5	Casal, o filho, o pai e a mãe dele. São os proprietários da terra. Gestão compartilhada na UPVF.
Armindo e Nilva	19.9 ha	1	2	Casal. Proprietários e gestores da UPVF.
Claídes e David	3.6 ha	2	2	Casal. Proprietários e gestores da UPVF.
Darci e Fátima	2.4 ha	1	3	Casal e a filha. Proprietários e gestores da UPVF.
Décio e Isolete	13.6 ha	1	4	Casal, a filha e o filho. Proprietários e gestores da UPVF, mas não está desmembrada a parte que é a herança do irmão dele.
Denílson e Edinéia	28.8 ha	2	6	O casal, a filha, o filho, o pai e a mãe dele. São os proprietários. Todavia, a terra é herança de três filhos. Gestão compartilhada.
Genésio e Maria	26 ha	2	6	O casal, a filha, o filho, o pai, a mãe dele. São os proprietários. Mas a terra é herança de cinco filhos. Gestão compartilhada.
Gildo e Alvina		3	8	O casal, a filha, o pai, a mãe dele. Proprietários da terra - o irmão e cunhada dele. Gestão compartilhada, mas a renda monetária da horticultura é dos pais e do irmão. Do Gildo e da Alvina a renda é resultante do leite e fabricação de queijos. Alimentos de consumo são coletivos.
José e Noêmia	30.3 ha	2	4	O casal, a mãe e o irmão. Herança do casal e do irmão. Gestão compartilhada.
Leandro e Cleide	7.5 ha	2	6	O casal, a filha, dois filhos, o pai e mãe dele. Proprietários da terra. Gestão cada um do seu “pedaço” dividido informalmente
Orides e Eloni	10.6 ha	1	3	O casal e a filha adulta, solteira. O filho que também é herdeiro desta terra mora fora e não tem vínculo de trabalho com a agricultura. Proprietários e gestores da UPVF
Oswaldo	4.8 ha	1	...	Esta quantidade de terra é parte da UPVF dos pais, na qual trabalha com aviário mais o grupo familiar do irmão. Ele mora com o grupo familiar na cidade e trabalha nesta terra, sendo sua esposa e mais duas filhas que dependem da renda, gerada nesta fração de terra. Ele faz a gestão de sua produção cultivada em parte desta terra, dividida informalmente.
Isabel e Alfredo	36.6 ha	1	3	Casal. Proprietários e gestores da UPVF, mais cinco filhos, sendo que na UPVF, contribuindo com o trabalho, está apenas o filho jovem.

Sérgio e Janete	18 ha	2	5	Casal, o filho, o pai e mãe dele, mas que não dependem da geração de renda da UPVF, pois são aposentados. Mas esta quantidade de terra é em regime de parceria com um profissional liberal, sendo do casal 50% da área e as benfeitorias. Sendo eles que trabalham e fazem, a gestão da UPVF e dividem as sobras em percentuais segundo acordos entre as partes
Sidnei e Vera	18 ha	1	5	Casal, o filho jovem e dois filhos. A filha já casou e saiu da UPVF. Proprietários e gestores da UPVF – reassentados do MAB.
Tobias e Josefina	45 ha	1	5	Casal, a filha e dois filhos. Proprietários e gestores da UPVF. Possuem duas unidades de produção.
Aores e Maria	24 ha	2	5	Casal, o filho, mais o irmão dele e sua esposa
Isaac Miola	5.2 ha	1	3	Casal e a filha. Proprietários e gestores da UPVF.
Odila e Santo		1	2	Casal. Proprietários e gestores da UPVF.
Cleuza e Antônio	Sem-Terra	1	5	Casal. Arrendatários.
Marlene e Vilmar		1	3	Casal, filho, filha e o neto. Proprietários e gestores da UPVF.

#### Quadro 2 - Área de Terra e Regime de Gestão nas UPVFs

Elaborado a partir dos dados obtidos na construção das narrativas com os grupos familiares com os quais foram construídas as trajetórias de vida.

O regime de posse, gestão e trabalho nas UPVFs, dos 22 grupos familiares com os quais construímos as narrativas de vida, são distintos em três características básicas. Treze são donos da terra e o grupo familiar compõe-se, geralmente, do casal e dos filhos, sendo os gestores da UPVF o homem e a mulher, em regime coletivo, como demonstram as reflexões de gênero e geração, no segundo capítulo, alguns compartilham da gestão em níveis mais avançados de equidade, outros menos. Nestes casos, alguns grupos incluem em graus distintos a participação dos filhos no planejamento, nas decisões e nos trabalhos, dependendo da faixa etária, mas os jovens só não participam ativamente se exercem atividades de estudo e trabalho externo. Nestas situações, geralmente a maior parte dos trabalhos é realizada pelo casal e alguns contratam trabalhadores temporários, em períodos de colheitas ou plantios, ou no caso, de um dos dois adultos para trabalharem em alguma organização ou entidade.

Os outros seis grupos familiares planejam a produção e trabalham em conjunto com os pais do homem, geralmente idosos, sendo que as mulheres é que saem da casa, do seu grupo familiar, após o casamento. Mesmo que o filho e a nora sejam herdeiros, os donos da terra são os pais e as atividades são geralmente de comum acordo, mesmo que surjam relações de conflitos. Nestas situações são realizadas todas as atividades no coletivo: a gestão, o trabalho e a divisão da renda, apesar das habitações serem separadas. Com raras exceções, os donos da terra fracionam a área para cada grupo familiar fazer sua produção. Somam força de

trabalho<sup>157</sup> e conseqüentemente obtêm uma renda maior, dividida de forma equivalente entre os dois grupos familiares ou mais. Se bem que os volumes dos ganhos econômicos dependem de fatores, como a diversidade de produtos em uma UPVF e os valores que se agregam aos mesmos e ainda, os gastos operacionais na comercialização. Também encontramos um caso em que um grupo familiar tem a UPVF em regime de sociedade com um profissional liberal, sendo estes donos de 50% da extensão da terra e das benfeitorias, além de serem gestores e trabalhadores nas atividades existentes. Em outro caso, o grupo familiar não possui terra, cultiva uma área cedida por parente e mais outra fração em regime de arrendatário com a igreja católica da localidade.

Tendo por base a posse e a gestão da terra para analisar a *geração de renda*, vale destacar algumas considerações dos interlocutores/as para comparar os rendimentos, principalmente para lograr equilíbrio entre os aspectos quantitativos e qualitativos propostos por Grígo (2008) e se estes valores obtidos possibilitam a *sustentabilidade econômica da UPVF* e a manutenção do grupo familiar. Pois não está em jogo apenas *obter renda* para a sobrevivência e reprodução do grupo familiar neste espaço, mas para manter-se na agricultura, mesmo diante de crises externas que interferem nas unidades familiares, para que não fiquem destituídos das formas de produção, para seus ganhos econômicos, por isso a razão da *diversidade de produção e de itens para comercializar*, mesmo nos casos em que se especialize numa atividade principal, como os produtores de leite ecológico.

Primeiro, são comparáveis os valores entre *produção convencional* de monocultores quando estes possuem áreas de terras aproximadas ao dos agricultores/as ecológicos/as e nas condições físicas ou geográficas mistas, em terras planas e íngremes como a maioria possui, com o mesmo regime de posse, trabalho e gestão familiar, como versam quase todas as situações de agricultores/as familiares, independente de serem agroecológicos/as. Segundo, não se compara valores quantitativos destituídos das questões sociais e políticas em que se inserem os agricultores/as. Portanto, os valores não são mensuráveis diante dos resultados que obtêm os grandes proprietários de terra e dos meios de produção tecnológicos em grandes escalas de rendimento. Além do fato das grandes escalas e das formas como opera esta agricultura ser um dos elementos que contribuem para a expropriação dos agricultores/as familiares do campo, tanto que os agricultores/as assinalam que *se competir com o grande, o pequeno quebra*, pois não constitui a geração de uma economia familiar sustentável. Uma terceira situação se evidencia com monocultores de leite, integrados de fumo, frangos e

---

<sup>157</sup> Schiavoni (1998) analisa a fusão das estratégias domésticas e a transmissão do patrimônio como eixos de estudo na economia de reciprocidade na Fronteira Agrária de Misiones na Argentina.

suínos, que obtêm renda regular e sobras, porém não agregam da mesma forma que os agroecológicos na *diversidade de cultivos* para o consumo. São às vezes “fregueses” destes, deixando de obter *renda* monetária maior, pois não poupam neste aspecto e gastam mais nos supermercados. Todavia, também produzem alimentos, mesmo que em menor diversidade de cultivos e variedades. Além de estarem mais expostos aos problemas nos mercados das *commodities*, quando a UPVF depende da produção e da *renda* de um único produto, o que os torna mais vulneráveis em relação à sustentabilidade econômica, do ponto de vista ecológico contribuem menos para *agrobiodiversidade*. Nesse sentido, todas as comparações realizadas por interlocutores/as em relação à *renda* monetária e os valores resultantes da produção de itens de consumo – valor de comércio e de uso – têm por base essas três situações elencadas.

Então, descrever como se obtêm e como se organiza o valor de “uso” desta *renda*, nos remete a compreender a organização da unidade familiar como espaço em que se produz uma variedade/*diversidade* de itens que compõe a alimentação do grupo familiar e da manutenção de certas atividades, como a criação de animais, e faz com que poupem valores significativos (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009), como versa narrativa do grupo familiar do Sr. Aores e da Sra. Maria. Tivemos ideia deste ato de consumo e de poupança como uma das inferências nos resultados da *renda*, no que se refere à sobra, ao perguntarmos nos grupos quanto gastavam e o que compravam nos supermercados e agropecuárias. As respostas surgiam imbricadas a uma autoanálise, pois quando estes gastos com alimentação e material de higiene estavam em aproximadamente trezentos reais (R\$ 300,00), isto no início de 2009, ocasião da pesquisa de campo, interlocutores/as, a exemplo do Luiz, já avaliavam que estava alto demais. Precisariam, neste caso, reduzir à medida que conseguissem agregar mais itens na produção de alimentos na UPVF, pois as frutíferas da agrofloresta ainda não estavam gerando renda. Mas houve situações, como da Sra. Josefina e do Sr. Tobias, em que os gastos, com exceção de ocasiões comemorativas, eram irrisórios.

Identificamos a campo outra forma para potencializar as *sobras* na obtenção da *renda* através das estratégias de *agregação de valor* ao produto que, mediado pelo trabalho familiar, passa a valer mais economicamente. Exemplos disto são as agroindústrias de queijos e de açúcar mascavo, entre outras, pois segundo os agricultores/as, transformando a cana em açúcar mascavo e o açúcar em rapaduras, o leite em queijos, somam maior valor monetário nas entradas econômicas. Pois ganham mais do que se vendessem estes produtos como matéria-prima de alguma indústria, além do reconhecimento social na identidade que criam ao fabricarem estes produtos, impresso por valores ecológicos, além da qualidade nutricional que vem sendo refletida nos processos sociais do *alimento limpo*. Todavia, mediadores/as, a

exemplo do Sr. Valdir, afirmam que a estratégia da agroindustrialização na agroecológica distingue-se das formas impostas pelos complexos agroindustriais alimentícios, em que figura a ideia de crescimento e aumento do lucro com alto custo de operacionalização, sendo que o objetivo principal é crescer e se *apropriar da renda na exploração do trabalho*. Nesse caso, a *agregação de valor* na transformação do produto é mais um complemento na *renda* que se obtém pela diversidade de atividades e produtos, sendo que esta não poderá representar *custo alto*, como contratação de trabalho extra e mais investimentos em matérias-primas vindas de fora da UPVF e será mais uma estratégia econômica, entre outras entradas.

A partir destas concepções, classificadas pelos mediadores/as como um *debate tenso*, a categoria de *geração de renda* aparece imbricada num planejamento de *produção diversificada* e não na racionalidade da *monocultura* ou de cadeias produtivas, pois mesmo que mais sustentáveis e com *menos custo*, mas que geram apenas um produto para venda, isto não se viabiliza, já que o agricultor/a não tem condições de concorrer com as empresas. Dito de outra forma, a *renda* é decorrência da comercialização das “mercadorias” (APPADURAI, 2008) que, somando uma a uma, vai constituir um montante resultante de vários produtos *in natura* ou transformados, pois, caso frustrasse uma produção ou ocorra imprevistos nos mercados de comercialização, o *agricultor não quebra economicamente* por não depender de apenas uma fonte de rendimento, como já nos referimos anteriormente. Por isso a estratégia das agroindústrias associativas, da qual o Sr. Gilson faz parte, como consta na narrativa, apesar das tensões na gestão e nas contradições encontradas é uma das formas de agregação de renda. Como se referiu o Sr. Valdir, às vezes não compensa para o agricultor/a investir sozinho numa estrutura destas, a qual não retornará economicamente o suficiente para manter e pagar-se, enquanto no coletivo diluem-se os custos operacionais, pois alguns mediadores/as assinalaram que a agregação aumenta a *renda bruta* e também aumenta um pouco os custos, principalmente se a estratégia for individualizada.

A partir desta concepção, narrada por interlocutores/as na análise das agroindústrias, percebe-se que a *renda* para estes grupos agroecológicos está relacionada ao resultante do potencial interno de trabalho e produção da UPVF, entre fatores que contribuem para o *baixo custo* e maior sobra, mesmo que não estejam isentos das relações externas. Pois, a *renda* obtida por agricultores/as ecológicos/as, *a priori*, pode ser pequena no aspecto quantitativo em relação ao que teriam se optassem pela integração agroindustrial, no sentido do montante resultante das atividades na renda bruta. Todavia, a diferenciação neste caso resulta das *sobras*, já que após cálculos de *custos de produção* os interlocutores/as afirmam serem estes menores que a dos agricultores/as do mesmo porte que estão imersos ao *pacote tecnológico*

ou às integradas, além do próprio valor poupado nos itens que produzem para autoconsumo. Nesse sentido, quando um agricultor/a vende um lote de aves, de fumo, de suínos ou outra espécie de integração, recebe valores mais altos e reunidos do que quando comercializa “mercadorias” de forma fracionada. Contudo, obter deste *convencional* e das integrações uma renda líquida razoável, após os descontos de taxas e gastos com exigências para manter ou incrementar os locais das atividades, nem sempre resulta sustentável e satisfatório para o grupo familiar, como versa na narrativa do Sr. Gilson, do Sr. Osvaldo e do Sr. Denílson.

Dito de outra forma, estes interlocutores/as que migraram das agroindústrias integradas para outras produções afirmam que esta *sobra* nem sempre é maior em relação ao que obtém o agricultor/a ecológico/a que comercializa fracionado uma diversidade de itens, pois na forma como se organiza, obtém *rendas* regulares, porém pequenas, mas com mais *sobra* em relação à organização produtiva anterior. Exemplo disto, o Sr. Gilson mostrou no relato que comercializa o leite *in natura*, mas também o queijo, além de ter construído com alguns itens um valor de comércio, a exemplo da mandioca que passa a ser uma “mercadoria” alocada dentro de uma política de valor, agora demarcada por aspectos culturais, sociais e políticos que contribuem na economia familiar, sendo mais um produto para *gerar renda*. Da mesma forma, a Sra. Odila relatou na reunião de feirantes que pensava que itens como limão, chuchu e laranjas de variedades *comuns* não poderiam tornar-se *fonte de renda* na comercialização na feira livre, mas teve outra percepção diante do interesse dos consumidores/as. São produtos sujeitos a “flexibilidade”, pois alguns, além de permanecer mais tempo na lavoura e serem cultivados durante o ano todo, como a mandioca que também pode ser congelada, outros de cultivos cíclicos não são possíveis de cultivo o ano todo, cedem lugar na lavoura para pastagem do gado leiteiro, que ainda serve de *adubação verde*. Todavia, essa valorização do alimento como “mercadoria” está situada nas estratégias construídas na rede (LATOIR, 2008) da agroecologia, mediada por organizações sociais. Tanto que no projeto das agroflorestas de iniciativa da Assesoar, frutas nativas passam a ser produzidas na expectativa de que possam ser comercializadas e se tornarão “mercadorias” em políticas de valores distintas pelos atributos que esses grupos constroem na relação com o produto e consumidor/a.

Em relação aos ganhos monetários, ou seja, as *sobras* de determinadas produções, os mediadores/as afirmam que se os agricultores/as familiares *convencionais* realmente fizessem o cálculo econômico do seu processo produtivo, a exemplo do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice, perceberiam que “*o dinheiro passa por suas mãos, mas não fica*” (Sr. Armando, mediador de uma organização). Em outras palavras, quando se trata de unidades produtivas familiares, com

monocultura, tem-se a impressão de produzir em maior quantidade, com menos diversidade de culturas, com montantes mais altos de dinheiro, no momento da comercialização, como eram as percepções do Sr. Gilson. Porém, ao diminuir destes valores os *gastos* com sementes, adubos e agroquímicos em geral, o valor da *sobra* torna-se *menor* do que a atividade agrícola ecológica, em que se produz em menor escala, com mais diversidades e com *baixo custo*. *Quanto maior os investimentos financeiros nos custeios, menor a sobra!* Foi essa a premissa que o Sr. Gilson afirma ter demorado a compreender. No reverso: *Quanto menor os investimentos, mais diversidades e escalas menores, maior a sobra*, no caso deste grupo de agricultores/as que se caracterizam por possuir pequenas áreas de terras, muitas vezes terrenos íngremes e com grandes chances de endividamentos quando no sistema da monocultura, refinanciando várias vezes nas linhas de crédito de custeio. Mas outros mediadores/as advertem que na agroecologia esses custos vão baixando e *sobras* aumentando à medida que a sustentabilidade da UPVF vai incorporando mais elementos, como a recuperação do solo, a consolidação de mercado de comercialização local e ainda assim estão sujeitos à política de preços advindos por meio das relações externas. Exemplos disso, os agroecológicos/as vendem o leite no *mercado convencional*. Então, quanto mais *diversidade* de produtos, mais *autonomia* na geração de renda para depender menos externamente, além da construção de estratégias para mercados alternativos e lutas por políticas públicas que estejam em consonância com os princípios da agroecologia em todo o ciclo da produção e da *geração de renda*, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal.

Em suma, a partir das lutas sociais e da agroecologia na região, essas “mercadorias” são valoradas social, econômica e politicamente dentro dos ciclos de cultivos e da agroindustrialização, sob princípios e regras que tornam o produto em conformidade ecológica, como versa a análise no capítulo da comercialização. Neste sentido, deixam de ser fonte de *geração de renda* apenas os produtos impostos pelas políticas de exportação do *agronegócio*, como a produção em grandes cadeias de grãos e de leite na região, assim como, café e cana-de-açúcar em outras regiões, entre outros produtos oriundos dos monocultivos na relação com as *commodities*. Por isso, mediadores/as, lideranças e agricultores/as assinalam que a viabilidade no campo, do ponto de vista econômico, implica em *diminuir custos (saídas de recursos como despesas)*, mesmo que a produtividade pareça ser menor do que o sistema convencional, ao fazer os cálculos a *sobra* poderá ser maior, porque são *entradas de uma diversidade de itens* de forma regular.

Neste caso, a *renda* assume um valor social para os agroecológicos/as por não serem explorados por atores externos, fazendo com que o trabalho gerado na UPVF converta-se em



*maior sobra* para agregar na renda monetária. A Sra. Janete, diante dos nossos questionamentos sobre as diferenças na *geração de renda*, mais especificamente em relação à *sobra*, argumentou que nos usos de agroquímicos se paga um montante alto por estes, fator que diminuía necessidade de trabalho familiar, muitas vezes porque não dispõe deste. Então, à medida que se paga pelo trabalho, apesar deste ser diferente na agroecologia em relação ao *convencional*, a *sobra* é menor. Para a mediadora, a *renda* é resultante dos processos de trabalho e gestão que se organizam nas UPVFs, traduzidos na produção, interligados às quantidade de área de terra, ao grau de diversificação e à natureza das atividades desenvolvidas, entre outros fatores que interferem na produção. Em suma, quanto mais aplicação de agroquímicos, menos trabalho e conseqüentemente menos *renda*.

Aqui em casa, se fosse trabalhar duas pessoas, vamos dizer que eu e minha mulher fosse trabalhar aqui em casa, tranquilo dá pra tirar três salários por mês limpo, tranquilo, só com horta. Mas daqui a pouco, quando começa a produção de frutas, isso dá pra girar pra seis, oito, dez salários mínimos tranquilo, mensal, na média assim do ano. A questão é você ir adaptando e viabilizando, ir avaliando, analisando a digamos assim, fazer uma projeção, fazer uma estimativa do que você vai gastar, como que vai gastar e o que fazer pra melhorar a renda. Hoje, eu diria assim, a gente está tirando em torno de mil e quinhentos, dois mil reais com o custo de produção talvez de 20% desse valor. Então se fosse ficar aqui em casa e trabalhar só na horta, a gente ganharia isso, então deu uns três salários entre os dois. Mas a projeção é pra daqui um pouco, que a gente está introduzindo a fruticultura, então é dessa renda aumentar bastante. (Sr. Décio, agricultor ecológico e técnico numa organização social)

Ao indicar estes valores de capitalização, o agricultor está estimando uma renda bruta de até quatro mil e seiscentos e cinquenta reais mensais (R\$ 4.650,00) na média do ano, considerando a oscilação dos valores, dependendo das colheitas das frutas e do potencial de agregação destas na fabricação de geleias, por exemplo, por intermédio da cozinha da APAVE. Há que se considerar que na época do campo etnográfico o salário mínimo estava em quatrocentos sessenta e cinco reais (R\$ 465,00) e que este valor estimado não necessariamente acompanha os reajustes salariais de cada ano.

Como em outras atividades, a maioria dos grupos familiares leva seus rendimentos planejados e registrados, com raras exceções, pois tanto os *custos* quanto *investimentos* necessitam ser pensados para aos poucos inserirem outras opções de produção, a exemplo do Sr. Décio. Outros agricultores/as também fazem isso, pois o Sr. Tobias adquiriu uma área de terra e nela está ampliando o cultivo de grãos e frutíferas para consumo, assim como, muitos mudaram, ampliaram e diversificaram cultivos para obter aumento nos *ganhos econômicos*.

As estimativas do custo do trabalho familiar, para efeito de cálculo, são feitas pelos grupos familiares a partir da renda bruta, diminuindo o custo da produção. Logo, a *sobra* se considera resultante de dois fatores indissociáveis: a terra como meio de produção e trabalho, sendo que o resultado do processo, após cálculos, é o valor do trabalho do grupo familiar. Somente no caso de contratação de pessoas para trabalho temporário na UPVF, nas situações em que não há o suficiente, ou decorrente das saídas do agricultor/a para trabalho em entidades, é que há um valor econômico referente que gira entre cinquenta (R\$ 50,00) e setenta reais (R\$70,00) a diária. Este valor serve de parâmetro nos casos em que poderiam, por exemplo, ser realizados financiamentos de crédito de agricultores/as ecológicos/as. A *sobra* no final dos cálculos, decorrente da comercialização, é a forma de estimar economicamente os custos desse trabalho familiar, pois são os ganhos líquidos que têm. Resultantes maiores ou menores no valor desta *sobra* são decorrentes do ato de minimizar os custos com itens de mercado para a produção, como versa análise da mediadora Sra. Janete, em que ao substituir o trabalho familiar por agroquímicos, está deixando de ganhar com seu trabalho<sup>158</sup>. Porém, este doméstico tem um custo que se regula pelo grupo em que agricultores/as podem exercer *manejos* e controle de sua produção e *renda*. A partir disso, as comparações da *sobra* gerada na *renda*, entre a agricultura ecológica familiar e a empresarial, são possíveis em níveis de produção determinadas (nestes casos, de produção de alimentos para mercado locais), como já nos referimos anteriormente.

Os interlocutores/as relatam que a *renda monetária* é resultante das entradas da comercialização da produção sob a ótica da *redução de custos de produção*, distintamente do *modo convencional*, em que o agricultor/a *gasta* montantes mais elevados na compra de agroquímicos, sementes, hora máquina, muitas vezes financiados para pagar no momento das colheitas, a exemplo dos monocultivos de grãos na região. Na agroecologia, a partir do aproveitamento dos recursos internos/naturais, se produz com *menor custo* uma *diversidade* de itens, os quais se tornam fonte na *geração de renda* sem precisar esperar um ciclo de cultivo para obter dinheiro. A Sra. Odila, o Sr. Gilson e o Sr. Adir foram alguns dos interlocutores/as que assinalaram as transformações no *projeto de vida* a partir do momento que deslocaram a produção anual para outras atividades diversificadas, obtendo *renda* de forma regular durante todo o ano, em períodos curtos, semanais ou mensais, com a venda nas feiras e de porta em porta. Para o Sr. Adir e a Sra. Sirlei, com exceção do dinheiro obtido na

---

<sup>158</sup> Ver no terceiro capítulo que analisa as percepções e o fazer na agroecologia, pois esse trabalho não pode significar sofrimento. Há que se observar este na relação coma as tecnologias que poderão contribuir para torná-lo menos pesado.

venda dos itens de panificação, atividade que ela *inventou* para somar nos rendimentos, mas que não faz parte da economia conjunta com os pais dele como o restante das atividades, entre os meses de maio a novembro seus ganhos são mais altos por conta da comercialização dos derivados da cana-de-açúcar, atividade principal. Para o Sr. Sérgio e a Sra. Janete o aumento na geração de renda acontece entre outubro e fevereiro, quando sua atividade principal de fruticultura, pêssegos e uvas, é comercializada. Isto poderá mudar quando as outras culturas cítricas começarem a produzir, aumentando as entradas monetárias durante todo o ano. No caso de quem tem como estratégia de produção a horticultura, como a Sra. Odila, estas entradas são semanalmente semelhantes em valor monetário, com exceção nas épocas em que se diminui um pouco a produção. O mesmo se sucede com a produção de leite a base de pasto, que é equitativa o ano todo, principalmente se o agricultor conseguir organizar alimentação extra para o inverno, a exemplo do Sr. Denílson. Pois, segundo o Sr. Tobias, mesmo que a produção de leite diminua no inverno, o preço aumenta, fator que torna os ganhos mais ou menos equivalentes durante todo o ano. Em síntese, as entradas monetárias na produção ecológica nos *projetos de vida* dos interlocutores/as são regulares, o que faz com que o agricultor/a não tenha que esperar um ciclo de meses para obter *renda* e, no caso das frustrações de safras, não lhes sobrar quase nada, como relataram vários interlocutores/as.

Todavia, no *sistema convencional*, como escutamos no campo etnográfico, tanto na produção de leite vendido às empresas, quanto na produção de aves no sistema de integração, a obtenção de *renda* também é regular, pois, após a comercialização de cada lote de aves recebem os valores monetários referentes e, assim como o leite que é entregue diariamente, no final do mês o agricultor/a tem o dinheiro depositado na conta. Nestes casos, a diferença entre *agroecológicos* e *convencionais* é resultante das formas de produção com *baixo custo* no primeiro grupo e *custo mais elevado* no segundo, como acreditam os interlocutores/as. Pois, para os que estão ligados à integração agroindustrial as exigências de investimentos em manutenção dos aviários refletem em *custo alto* e para os integrados com fumo, os custos de produção também aumentam de tempo em tempo, como afirmou o Sr. Luiz, que a cada visita o técnico da empresa aparece com um produto químico novo para substituir aqueles que, depois de certo tempo de uso, não respondem mais à necessidade da alta produção. Nestes casos, os integrados/as não têm autonomia para pautar o processo de produção e da geração de *renda*.

Logo, os produtores/as de leite quando não sustentam a atividade a base de pasto, têm *custos* com alimentação, que são também fontes de saídas da *renda* econômica, sendo que isto implica em menos *sobra*, embora o valor gasto nas rações e complementos para o gado

leiteiro possa ser reduzido quando se consorcia com pastagens, como fazem muitos dos *produtores de leite convencional*. Neste sentido, estudos de Grígoio (2008) analisam a *geração de renda* relacionada diretamente com o grau de dependência de recursos externos necessários à produção, sejam em unidades *convencionais* ou orgânicas, a exemplo dos insumos, gerando o que os interlocutores/as se referiam no campo etnográfico como *custo de produção*, classificando-os em *baixo custo* ou *alto custo*.

Nas narrativas dos grupos familiares de nossa investigação o autoconsumo não foi monetarizado, mas assinalado por todos os interlocutores/as como *geração de renda*, sendo que da *sobra*, no quadro representativo de um mês do grupo familiar do Sr. Gilson, estes valores são livres dos gastos de autoconsumo, pois necessita comprar poucos itens, conforme assinalou. Ou que produzem mais *diversidade* de itens para consumir, compondo o que o Sr. Aores caracterizou por ter uma *mesa farta*. Portanto, as *sobras* são em parte a liquidez da *renda* que pode ser poupada para a capitalização ou aplicado em outros bens, mesmo que muitas vezes não monetarizados. É consenso entre interlocutores/as que se fossem comprar estes itens de sua alimentação, teriam menos entradas monetárias, gerando outro conceito de *renda* que não é apenas o que resulta da comercialização. Estes ganhos são assinalados como duplos, pois além do dinheiro que “poupam”, também carregam o atributo qualitativo de *alimento limpo*, que talvez não encontrariam facilmente para comprar. Todavia, alguns mediadores/as assinalaram que ao comparar seus ganhos, como fazem muitos jovens, em relação aos valores de salários recebidos pelo trabalho na cidade, o cálculo deveria incorporar os valores poupados da renda bruta, com os custos de alimentação, ou seja, a valorização do *autoconsumo* mais a renda monetária como fatores econômicos que viabilizam os agricultores/as no campo ou que são diferenciais na agroecologia. É nesta perspectiva que os mediadores/as refletem essas questões, no argumento sobre a viabilidade no campo ou não, interligada a outros elementos de cunho social e político.

Quando nos referíamos ao *custo de produção*, os interlocutores/as assinalavam logo que gastam muito pouco com insumos orgânicos naqueles grupos que se diferenciam como agroecológicos, sendo esta a razão pela qual diminuem significativamente os *gastos* – dinheiro que ao entrar, não sai da UPVF para isso. Ao perguntarmos sobre números para comparações com gastos em relação ao uso de agroquímicos, respondiam-nos que já não sabiam mais, pois alguns mudaram de atividade produtiva, além de terem incluído outras, apesar de dizerem que desta forma lhes *sobra renda*, enquanto na outra viviam situações de exclusão econômica, como no caso da Sra. Odila e da Sra. Cleonice, que começaram a ter “dinheiro” depois de se tornarem agricultoras ecológicas e feirantes. As percepções de

ingresso dos cultivos comercializados coincidem com momentos de colheita e têm uma temporalidade que se regula pelas entradas periódicas, semanais e mensais, provenientes das feiras e da venda de porta em porta. Em Santa Catarina Seyferth (1992) menciona que agricultores/as fortes combinam a entrada anual ou semestral da *renda* com a venda de alimentos de porta em porta para ter certa liquidez.

Mas essa análise de que na agroecologia os *custos* são menores é consenso entre os agricultores/as, mediadores/as e dirigentes, pois os dois últimos grupos, principalmente, o analisam a partir das “reclamações” dos valores altos dos itens do *pacote tecnológico* e da política de preços de produtos regulados pelos mercados *convencionais*; em alguns casos, de situações de *endividamentos* nas cooperativas por conta de frustrações safras; nas “queixas” que escutam a campo em relação aos montantes que resultam ao final dos ciclos produtivos ou nem sobram; e nas situações observadas, como versa a narrativa de vida do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice e como relatou a Sra. Odila.

Apesar de que, em nossa constatação, a partir dos argumentos de cunho sócio-ecológicos, com o passar do tempo este índice de custos de produção no grupo agricultores/as ecológicos/as venha diminuir. O Sr. Gerson, mediador, afirma que muitos destes não encontravam mais perspectiva no campo, depois de implementar tecnologias que reduzem o *custo de produção* e possibilitam sobrar mais, voltaram a se motivar, embora isso não seja suficiente para tornarem-se agroecológicos, pois necessitam de “consciência”. Além do mais, o *baixo custo* se analisado substancialmente na UPVF, também varia conforme o estágio em que se encontra na agroecologia e das atividades produtivas. Um primeiro exemplo disto encontramos no relato do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice que tiveram um processo mais rápido de aumento na *geração de renda* porque estruturaram diversificadas atividades produtivas (ver anexo 2, croqui 1) e os produtos comercializados têm saída entre consumidores/as por conta da estrutura da feira livre agroecológica e na estratégia da agregação de renda com a agroindustrialização associativa de queijos da localidade, anterior ao processo de transição da sua UPVF. O tempo para melhorar a *renda* foi de acordo com a conversão da UPVF nas questões ambientais, como recuperação do solo, pois também contou com uma assessoria já experiente. Caso tivesse que manter a agroindústria de forma individualizada poderia ter mais custos, pois assim este se dilui, sem contar que não tiveram que fazer investimentos sozinhos na estrutura desta, como já analisamos anteriormente.

A gente percebe que a nossa renda, uma das coisas é que no início, quando a gente começou a produzir, ela tinha certo valor, isso gradativamente foi aumentando, então uma das coisas, pela diversidade, quanto mais diversidade mais renda. Então a gente tem uma renda assim, bruta, da unidade aqui dá em torno de uns dois mil por mês, isso é uma renda que a gente consegue agregar pelos produtos produzidos. Tem mês que não chega a isso, mas tem mês que passa, depende do que a gente produz. O mês de dezembro foi isso. (Sr. Adir, agricultor ecológico e integrante da Rede Ecovida, Núcleo Sudoeste).

Segundo os grupos familiares que estão há mais tempo na agroecologia, também têm *renda* bruta maior do ponto de vista quantitativo em relação aos orgânicos, pois estes estão em estágios menos avançados em relação aos outros e trazem de fora da UPVF insumos orgânicos que têm custo maior que a *adubação verde*, por exemplo. Para os agroecológicos tanto a *sobra* quanto os *custos de produção* são mais equilibrados devido às consolidações na produção e na colocação destes produtos no mercado, como o Sr. Tobias que já é reconhecido pelos queijos que fabrica. O percurso de sua “mercadoria” já ganhou um espaço materializado, o que lhe garante entradas equitativas e contínuas na economia familiar, além de sua atividade produtiva ter baixíssimo custo por ser leite a base de pasto e quando há uso de rações, estas são caseiras, com itens cultivados na sua UPVF. Um terceiro exemplo, que os interlocutores/as assinalaram e que são mais complexos no equilíbrio da *renda* após o período de transição, é em relação à diversificação da produção de grãos, de aves caipiras e a fruticultura como atividades principais. Sendo que no primeiro tipo de produção a demora está no tempo de recuperação da fertilidade do solo e a “descoberta” dos *manejos* mais apropriados para diminuir o trabalho manual da *limpa*, enquanto nas outras duas é o tempo de espera para iniciar a produção, ainda que a última seja mais lenta. O Sr. Osvaldo largou da integração de aves para adotar essas produções, mas não se queixou de que sua *renda diminuiu* no início do processo de transição, apesar de que seu argumento na narrativa recai na questão da *autonomia* que tem produzindo grãos ecológicos em relação à integração. Mas segundo a Sra. Fábria, mediadora, a fase mais complicada na *geração de renda* é no período de transição, independente das atividades principais escolhidas. Nestes períodos decaem as entradas em dinheiro por conta do tempo necessário para render a produção, como versa a narrativa do jovem Luiz, que na estratégia da agrofloresta como atividade principal vai demorar até que as frutíferas venham produzir. Além disso, apesar do custo de investimento ser maior no início para a fruticultura, ainda necessita-se de alguns produtos orgânicos para controle, que são comprados, como assinalou o Sr. Sérgio ao contar sobre o tratamento sem agroquímicos aplicado na produção de pêssegos.

No geral constatamos, a partir dos argumentos sócio-políticos e ambientais dos agricultores/as, que o custo pode baixar mais conforme as atividades produtivas, pois à medida que se recupera a fertilidade do solo e se reorganiza o trabalho familiar, depende-se cada vez menos de colocar recursos externos, principalmente insumos, o que reduz *gastos* e aumenta a *sobras*, embora sempre se efetue algum gasto. Grígolo (2008) assinala que quanto mais intensidade de uso da terra no ano, somando cultivos de inverno e de verão, menos sustentável esta se torna do ponto de vista ambiental e econômico, pois ao diminuir o potencial de fertilidade, entre outros fatores, se reduz também a produção. Não obstante, problematizamos com alguns interlocutores/as do grupo das narrativas de vida se ao deixarem áreas em pousio, isto não lhe diminuiria a *renda*. O Sr. Osvaldo, o Sr. Adir, entre outros, foram enfáticos ao elucidar suas estratégias de produção e cálculo de rendimentos, afirmando que atualmente sua produção é sustentável do ponto de vista econômico, em relação às formas como se organizavam anteriormente, pela diversidade de itens. O Sr. Adir produzia milho, soja e porco e o Sr. Osvaldo participava de uma agroindústria integrada de frangos. O argumento é que ao recuperar a fertilidade da terra, no ano seguinte seus rendimentos serão maiores, sendo que esta produzirá em maior quantidade e mesmo que *as diversidades* de itens produzidos para comercialização contribuem para manter ou aumentar seus rendimentos, obviamente considerando-se neste sistema o potencial familiar de trabalho. Se bem que nos vinte dois (22) grupos do campo etnográfico, todos estão estruturados a partir deste fator. As variações do montante da renda bruta dependem de vários fatores, como o potencial de trabalho, quantidade de itens e mercado de comercialização, bem como custos operacionais, como o de transporte nas vendas de porta em porta e nas feiras. Tomando como exemplo os casos do Sr. Adir e do Sr. Gilson, o primeiro conta com dois grupos familiares (ele, a esposa, o pai e a mãe dele) no que se refere à força de trabalho, sendo que dos valores obtidos na renda esta é dividida em duas partes. O segundo grupo familiar é dono e gestor na UPVF (ele, a esposa e um dos filhos que contribuem com o equivalente a meio turno de um dia de trabalho). Os ganhos, fazendo uma média nos cálculos de rendimentos anuais da renda bruta, ficam em aproximadamente trinta e três mil reais (R\$ 33 mil) para o Sr. Gilson, podendo ter pequenas variações entre estes valores, e vinte quatro mil reais (R\$ 24 mil) para o grupo do Sr. Adir. O segundo divide a *renda* na metade, sendo uma parte do grupo familiar de seu pai, dono da terra que também recebem benefícios de aposentadoria e outra parte do seu grupo. Por isso, a Sra. Sirlei adotou a estratégia da panificação, da qual obtém uma renda de mais vinte e dois mil reais (R\$ 22 mil) anuais, somando trinta e quatro mil reais (R\$ 34 mil) para o grupo dela.

A intenção em comparar os valores monetários apenas da renda bruta destes dois grupos familiares não é para mostrar o quanto ganham. O objetivo é apontar dois elementos que se distinguem e interferem para alterar estes valores, tanto no que se refere a aumentar ou diminuir a *sobra* destes valores. Primeiro que os custos operacionais para o Sr. Adir são mais elevados em relação ao Sr. Gilson, pois um dos maiores gastos estão no combustível e manutenção do automóvel para comercialização, já que o primeiro relatou gastar quatro mil reais (R\$ 4 mil) em média e o segundo um mil e duzentos (R\$ 1,2 mil). Todavia, nos chama atenção algumas questões observadas: primeiro, considerando os *custos de produção* entre a experiência de um e de outro, distinguindo-se pelo fato que o Sr. Adir compra produtos para ração, estimado em quatro mil reais (R\$ 4 mil) ano, e o Sr. Gilson está conseguindo retirar isto da sua produção. Neste caso, quanto mais se compra de fora, menos *sobras* terão.

A diferença de gastos também vai interferir nos valores obtidos com a comercialização, pois o Sr. Adir vende o leite no sistema *convencional* direto para a cooperativa e o Sr. Gilson vende o produto *in natura* direto aos consumidores/as, utilizando o restante na transformação em queijos na agroindústria coletiva da localidade, fatores que *agregam mais valor* à produção. Não elencamos a compra de itens externos como crítica às formas de produção, pois cada UPVF é diferente e essa heterogeneidade é assinalada por todos os medidores/as como fatores que interferem não só na *geração de renda*, mas também nas outras dimensões, pois certamente não têm condições de retirar de dentro da própria produção, apesar das pastagens que dispõem para o gado leiteiro. Mas isso não o faz mais ou menos agroecológico, já que sua unidade conta com uma diversidade de atividades produtivas (ver anexo 2, croqui 1 e 2), sendo um dos agricultores mais experientes na agroecologia e tido como referência, já que agrega na rede sócio-técnica de conhecimentos (LATOURET, 1999), reflexões a partir de experimentos importantes. Na ocasião das visitas, nos deu aulas sobre tecnologias, explicando quais se adaptaram melhor na sua realidade física e geográfica na unidade e o porquê disto.

O segundo ponto se refere às formas de comercialização e as despesas embutidas. O Sr. Adir comercializa de porta em porta e não conta com as estratégias de feira livre ou de mercado do produtor com base no associativismo, fazendo isto sozinho. O segundo, além de contar com vendas na feira livre e na *praça* da localidade, divide os gastos de transportes (combustível) entre um grupo de feirantes (formas associativas) e mesmo com a venda de porta em porta *gasta menos* do que o Sr. Adir, o que lhe permite *sobrar* mais. Portanto, interfere na *renda* dos grupos familiares o fato de existir ou não estratégias que viabilizem a comercialização e o transporte dos produtos de forma mais coletiva que individual. Então se o



agricultor/a encontra-se mais isolado em relação aos que produzem e comercializam a partir dos princípios da agroecologia, isto interfere na *sobra* dos rendimentos, já que o Sr. Gilson, apesar de estar há menos tempo na agroecologia, mora numa localidade em que há mais grupos familiares ecológicos, são feirantes e estão organizados a partir da participação no *Projeto Vida na Roça (PVR)*. A mesma coisa se sucede com o Sr. Tobias, que vende os queijos de porta em porta semanalmente, porém, organiza-se com mais grupos familiares e dividem as despesas.

Além do mais, a estratégia de agregação de valor do Sr. Gilson difere da adotada pelo Sr. Adir por contar com uma atividade produtiva durante todo o ano - o leite -, enquanto a cana-de-açúcar é cíclica. Mas do ponto de vista monetário, não é a causa de aumento ou diminuição da *renda*, pois a cana rende bem nos meses em que é colhida e se acrescentada a sua transformação, além do açúcar mascavo, tem-se as rapaduras com amendoim. O Sr. Adir afirmou que é possível agregar mais valor, mas houve anos em que o amendoim cultivado não produziu e este fator, apesar de parecer pouco influente, contribui nesta oscilação, já que a unidade se viabiliza pelas pequenas escalas. Apesar do Sr. Gilson ter se organizado dessa forma há menos tempo, seus custos são mais baixos em relação ao Sr. Adir, mas isto seria distinto em qualquer outra situação. A diferença está na época das entradas monetárias, nos períodos em que o rendimento é maior no grupo do Sr. Adir, já que sua atividade principal rende mais nos meses de maio a outubro, enquanto para o Sr. Gilson esta é equitativa, com pequenas variações, pois não identificamos uma atividade principal, já que sua estratégia está focada na diversidade de cultivos na lavoura, as pastagens para a produção de leite e no entorno da casa, frutas, verduras, além de criação de animais para ovos, carnes de frango, porco e gado, que comercializa em pequenas proporções para consumidores/as específicos/as e na “flexibilidade” que alguns produtos lhes possibilita, como a mandioca que produz em escala maior (ver Anexo 2, Croqui 1) É interessante considerar que esta diversidade de atividades que cada agricultor/a escolhe para trabalhar e produzir não são consideradas pelos fatores econômicos, mas a partir dos sonhos e dos gostos durante a construção do *projeto de vida*, além da realidade físico-geográfica da área de terra e de outros elementos intrínsecos a cada UPVF, como potencial de trabalho, infraestrutura, conhecimentos, entre outros.

Nesse sentido, a *renda* é uma categoria com múltiplos significados para esses grupos de agricultores/as, mas é resultado da *diversidade* de atividades produtivas como fio principal. Desta *renda monetária*, denominada de *sobra*, e dos produtos que se produz na unidade, identificamos critérios e princípios em relação ao que e como consomem, portanto, como gastam e como poupam (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009). As formas sociais como

organizam o *consumo* a partir da cultura local estão baseadas na redução máxima dos *gastos* com gêneros alimentícios nos supermercados, já que muitos dos itens de alimentação consumidos são da própria produção, que é também comercializada, ou ainda, em alguns grupos alguns itens são cultivados apenas para o consumo, a exemplo do Sr. Gilson que não vende o arroz que cultivava, conformando na rede (LATOURE, 2008) da agroecologia valor social e econômico, mesmo que a *priori* não é entrada e também não é gasto monetário, mas configura-se como uma *poupança*, no sentido de não precisar gastar a *sobra da renda monetária*, adiando e repassando estes valores para gastos em outros itens, fatores que contribuem para investimentos.

O alimento que é “mercadoria”, constituído numa política de valor e comercializado, também é de consumo e se constrói numa política de valor econômico – pelo que não se gasta da renda monetária - mesclada às *heranças culturais* presentes nos grupos familiares herdadas de outras gerações. Ou como assinala Galeski (1977), “mercadorias” pautadas pela ordem de consumo, com valor econômico no lugar de vida deste grupo familiar. Afinal, “poupar” é não gastar, sendo que este elemento está “enredado” a outros elementos que os faz produzir itens para seu consumo com valor político e ecológico, fazendo com que se tenha uma alimentação de qualidade - um alimento com atributo de *limpo* – livre de conservantes, corantes, aromatizantes e *venenos* - traduzido na frase: “\_Nós sabemos o que estamos comendo”. Sentido antropofágico de uma prática (DE CERTEAU, 1985), na qual mais importante do que comer e ver, é o que se faz com isso, seja o que se pode inventar com o alimento e como se constitui valores em torno do que se consome. No caso, o mais importante é saber o que se faz com o que se come, com os atributos construídos, pois não é qualquer alimento e se fosse comprado o mesmo gênero no supermercado, além dos gastos econômicos se analisa o percurso de produção deste alimento. Por exemplo, o Sr. Aores privilegia a produção e industrialização artesanal de alimentos, como a farinha de milho para a polenta e a carne para fazer salame, todavia estes alimentos têm valor cultural e econômico nesta política que se constitui na rede (LATOURE, 2008) da agroecologia.

Este valor econômico de produzir o próprio alimento está interligado ao valor social e ecológico de estar consumindo um alimento *limpo* de agroquímicos. Por exemplo, alguns agricultores/as chegaram a afirmar que não se classificavam como tal, por ainda consumirem alimentos industrializados, como refrigerantes, ou como o Sr. Aores que afirma ser agroecológico por preocupar-se com uma alimentação saudável e não consumir este tipo de bebida, entre outros industrializados. Enquanto outros argumentaram que ainda estão gastando muito em compras no supermercado de alimentos e que entre suas metas está

prevista a redução de custos monetários com alimentação, como exemplificamos anteriormente, mas que também querem adotar a *alimentação saudável*. Em suma, este é um movimento econômico duplo dentro da UPVF: se reduzir os *gastos* externos, poupam nas saídas da renda monetária deixando a *sobra* para outras aquisições e investimentos e ainda ganham por produzir seu próprio alimento, rendimento do seu próprio trabalho. Este alimento lhe custa menos economicamente em relação a outras populações que retiram de valores líquidos dos ganhos para suprir esta necessidade.

A *priori*, parece que não é uma distinção entre agricultores/as ecológicos/as e *convencionais* o fato de gerarem os itens para sua alimentação, afinal a agricultura familiar teria isto como princípio. Contudo, alguns agricultores/as, com a monocultura, diminuíram a variedade de alimentos cultivados para consumo e passaram a comprá-los, exemplo disto, a Sra. Cleonice relatou que vendem queijo, nata, mandioca e bata-doce para produtores de leite e de grãos da localidade, que acabaram sendo monocultores, para os quais estes itens não são valorados numa política de “mercadoria” (APPADURAI, 2008) e, a princípio, não poderiam ser geradores de *renda*, já que o entendem que para isso os produtos de “melhor” aceitação no mercado são os que estão escalados pelas relações das *commodities*. A partir disto, uma das características da agroecologia é o resgate da diversidade de itens para alimentação, que entre outras funções visa reduzir *custos*, *gastos* e acaba sendo uma *renda* gerada pelo trabalho familiar. Nestes casos, comparando com grupos familiares que não produzem sua alimentação ou os que vivem nas cidades e necessitam comprar quase todos os itens, as *sobras* dos rendimentos monetários destes agricultores/as lhes possibilitam adquirir ou subsidiar outros gastos.

Quando a *renda* diminui? Nos vários casos em que ocorre a oscilação dos rendimentos, diante das intempéries, os cultivos com base ecológica resistem mais. Por exemplo, quando visitamos o Sr. Darci, ele havia perdido uma estufa inteira de tomates, estimado em prejuízos, pois deixou de ganhar por não encontrar uma solução de base biológica para o controle de um fungo. Outra situação foi relatada pelo Sr. Osvaldo que, ao cultivar soja orgânica e comparar de um ano para outro, percebeu que esta lhe *rendeu menos* do que a produção de leguminosas para comercialização de sementes, já que a primeira cultura teve *preço baixo* e estava atrelada à política de preços da empresa de grãos orgânicos instalada no município. Para o agricultor, esta perda na *renda* representou também prejuízo, pois se deixasse a terra em pousio, no próximo cultivo tiraria o valor monetário com *rendimento maior* com outra cultura, pois além desta produzir mais, também alcançaria melhor preço. Então, obter *mais ou menos renda*, ou ainda, correr *menos riscos de perdas*, é

como um jogo de xadrez – algumas táticas no sentido atribuído por De Certeau (2007), pois ao mover cada peça há que se avaliar e ter conhecimentos dos condicionantes que influenciam a jogada no contexto. Neste caso, os fatores externos de mercado influenciam, pois segundo Grígolo (2008) não há falta deste, mas também não há consolidação de políticas de mercado correspondentes aos princípios da agroecologia. Também, avaliar as questões de produção nas atividades escolhidas e ter a prática de diversificar o máximo.

Grígolo (2008), da mesma forma que os interlocutores/as, assinala que a *geração de renda* não é o único elemento que contribui na permanência na agroecologia e assinala que no processo de transição de um sistema para outro, os que hoje ele denomina de “históricos” não contaram com a contribuição estatal e arcaram com o ônus financeiro. Marcados pela ampla participação em processos sociais que trabalham na perspectiva *multidimensional*, no qual o econômico ocupa o mesmo valor que o ecológico, a participação política, a educação, o lazer, a saúde, embora algumas destas questões se relacionem diretamente com políticas públicas para as mudanças necessárias. Mas todos os grupos com os quais construímos narrativas de vida encontravam-se em situações marcadas pela pobreza e exclusão sócio-econômica, tendo nos sonhos dentro do *projeto de vida* a *capitalização* a ser alcançada. Tanto que o Sr. Valdir, mediador, afirmou que alguns grupos familiares que superaram esta condição, deixando de ser motivo de críticas por parte dos que não acreditavam nestas superações, tendo em vista que as terras íngremes e em pequenas quantidades significam para este público falta de condições para a produção, não superaram os discursos em que se colocam como *excluídos*. Para o mediador, as questões de *rendimentos econômicos* não é o único fator que os faz permanecer ou adentrar na agroecologia, apesar das mudanças que imprimiu na vida dos grupos agroecológicos que já estão com o *projeto de vida* mais consolidado, embora obter uma *renda* melhor tenha sido um dos propósitos da reorganização do trabalho e da produção, trabalhado nas UPVFs junto às questões ecológicas, sociais e políticas e está presente como objetivo no imaginário dos interlocutores/as.

Considerando que os espaços e as relações no campo vêm se modificando, a aquisição de “bens” toma percursos distintos que nos levam a analisar o que esta *renda* gerada pela *sobra* da comercialização de “mercadorias” possibilita para *investimentos*. Tratamos esta categoria a partir dos sentidos etnográficos que os interlocutores/as imprimem, sendo a possibilidade de fazer aquisições que venham acrescentar na *qualidade vida* um dos princípios da agroecologia. Viver e morar bem, fazendo do *campo um lugar bom de viver* não está contido apenas nas transformações das relações, do trabalho, da produção, mas também do lazer e do conforto que esses grupos familiares também almejam e são possibilitados pela

renda obtida. Assim como, aquisições de equipamentos e instrumentos de trabalho que venham diminuir a penosidade do trabalho e não substituí-lo, como acontece na grande indústria.

Esta população, em especial os participantes de processos organizativos, reconhece-se com direitos sociais e culturais que aproximam campo e cidade, pois suas demandas de *consumo* no que se refere ao conforto e bem estar também se faz presente no campo. Morar, viver nas UPVFs, neste espaço, significa *qualidade de vida*, com direitos de acesso também a outros “bens” que ultrapassam os gêneros de primeira necessidade. As aquisições vão desde educação, lazer e “bens” de conforto, como móveis, eletrodomésticos, entre outros, que possam auxiliar ou nos trabalhos ou no lazer. Portanto, investimentos, sejam com maior ou menor valor, exigem que o agricultor/a ecológico/a se *capitalize* e retire da *sobra* para pagar a vista ou nos financiamentos obtidos.

Nós precisamos nos sustentar, a gente quer um sofá pra deitar, a gente quer uma televisão pra assistir, a gente tem um carrinho, tem telefone, e daí?! Como é que a gente vai sustenta tudo isso também? É certo, porque as pessoas na agricultura também querem ter conforto, também querem ter as coisas. O difícil acho que tá em dimensionar isso tudo, na prática, você deixar de ter *a renda*, como é que as pessoas se organizam, daí fica difícil. (Sra. Janete, agricultora ecológica e mediadora).

Para Douglas e Isherwood (2009), o consumo atravessa contextos e gerações e está situado nas relações culturais e coletivas de grupos e pessoas. Consumir não significa sempre “consumismo”, como assinalou o Sr. Aores, mesmo que se referiu de forma substancial ao acúmulo de “bens”, pois para estes interlocutores/as estão implícitas formas capitalistas de lucro, acúmulo, imbricadas pela exploração de trabalho. Por isso, o Sr. Sérgio e o Sr. Adir afirmam que *rico não vão ficar*, mas lutam para terem o suficiente para viver. Viver bem porque é uma das dimensões do desenvolvimento “enredado” à agroecologia significa acesso ampliação da qualidade de vida. Para os agricultores/as, principalmente as mulheres e jovens, esta dimensão ultrapassa o acesso a gêneros de primeira necessidade, como a alimentação. Nos relatos, as aquisições como roupas, móveis, eletrodomésticos, pintura da casa, utensílios para panificação, entre outras, apareceram como superações dos tempos em que estavam mal economicamente. Com a *renda monetária* obtida na comercialização dos produtos a Sra. Cleonice comprou *freezer* novo, batedeira, trocou o televisor, assim como, a Sra. Sirlei trocou sua televisão mais antiga por um modelo novo, de tela plana LCD, ou ainda a Sra. Odila, que assinalou que o dinheiro obtido lhe deu condições de calçar e vestir-se para frequentar locais

públicos. Em segundo lugar, muitos destes grupos familiares querem ter dinheiro para constituir um fundo de reserva para emergência e viagens de passeios culturais ou visitas a casa de amigos e parentes, como ressaltou o Sr. Gildo, a Sra. Cleonice e a Sra. Odila, que já viajou várias vezes depois que ser agricultora ecológica e feirante, com obtenção de uma *renda regular*, além de ter investido nas reformas da casa e na compra de móveis novos.

A questão econômica tem valor mediado pelas relações e condições que esta imprime na vida das pessoas, distintamente das leis de mercado para enriquecer e acumular, como assinalou o Sr. Aores na hora de classificar o que e para que necessita ter *renda*, mas também como versa o relato do Sr. Tobias, do Sr. Gilson, do Sr. Adir, da Sra. Odila, nas menções que fazem em relação às melhorias no padrão de vida, mediada pela *geração de renda monetária* e na diversificação dos itens de consumo. Mais importante do que obter renda – poder aquisitivo – é saber para quê se necessita e o quanto é importante para viabilizar os *projetos de vida* e os sonhos das pessoas do grupo familiar. Exemplo disso ficou claro nas narrativas da Sra. Odila que foi nomeando cada aquisição realizada com o dinheiro obtido na comercialização na feira livre. Também a Sra. Josefina relatou em detalhes o que já conseguiram adquirir com a *renda* obtida da agroindústria, sendo que a construção da casa, o estudo dos filhos, a aquisição de mais uma área de terra e um terreno na cidade, são “bens” valorados a partir da *capitalização* que conseguiram. O Sr. Darci também assinalou estar satisfeito com os ganhos diante da pequena área que cultivava na horticultura, pois além disto, a Sra. Fátima e a filha Darcieli também contribuem na renda com trabalhos fora da UPVF. No geral, os agricultores/as destacaram que não teriam a *renda* que obtêm hoje se tivessem permanecido no *sistema convencional*.

Todos os grupos familiares fizeram uma trajetória de *capitalização*, a partir da *renda* obtida durante, a partir e pela agroecologia, distinguindo-se em algumas situações. Para alguns os *ganhos econômicos* tiveram que cobrir a aquisição da terra, a exemplo da Sra. Janete e o Sr. Sérgio, apesar de que neste grupo, ela sempre trabalhou fora, contribuindo na economia familiar, fator que colabora para capitalizar-se em menos tempo em relação ao que obteriam somente da atividade agropecuária, pela regularidade e não oscilação no valor monetário recebido em relação à obtenção desta na produção, ainda mais que mudaram da produção de leite *convencional* na transição agroecológica para a fruticultura. Incluindo nestas aquisições o trator de pequeno porte, quem nem todos conseguiram ainda, financiado na cooperativa de crédito Cresol. Para os que foram reassentados pelo MAB ou na Reforma Agrária, ou ainda estão nas áreas de terra dos pais ou sogros, mas que são herdeiros na linha sucessória, também conseguiram investir parte dos resultados da *renda* obtida em casas

novas, nas agroindústrias, mesmo que geralmente contam também com financiamentos. Além de possibilitar estudos para os filhos e desfrutar de atividades de lazer, a Sra. Cleonice relatou que viajaram de carro nas férias, compraram *roupa nova* e ainda *levaram dinheiro no bolso*, sendo que o carro também foi adquirido depois das mudanças no *projeto de vida*, mesmo que financiado.

Mas como outros grupos, estes também enfrentam dificuldades financeiras e necessitam adquirir área de terra, caso a herdada seja insuficiente para manter o *projeto de vida*, organizar mais benfeitorias como chiqueiros, galpões, áreas de agroindustrialização seja de panificação, sucos ou geleias, dependendo do que planejam. Exemplo destas situações o Leandro, a Sra. Marlene, o Luiz e a Sra. Cleuza, são grupos que necessitam ampliar a *renda*, pois alguns destes estão há menos tempo na agroecologia ou em transição. Embora tenham conseguido viabilizar a construção das moradias com recursos de fundo perdido, ainda lhes falta obter *renda* suficiente para investir em benfeitorias e aquisições para alcançar o padrão de qualidade de vida daqueles que têm a posse da terra, casa, automóvel e estrutura física para uma produção organizada. No grupo familiar da Sra. Cleuza, precisam de área de terra para sair da situação de “arrendatários”. Ainda, constatamos as situações dos que constituirão famílias, nos casos dos jovens ou estão com filhos pequenos, pensando na obtenção da *renda* para encaminhá-los, além da subsistência cotidiana.

Ter uma *renda monetária* capaz de garantir educação é um dos sonhos de todos os grupos familiares. O Sr. Tobias e a Sra. Josefina assinalaram que com a *renda* possibilitada pela agroindústria de queijos pagam as despesas com moradia e material da faculdade de um dos filhos, mesmo que este estude em universidade pública. Já o filho mais novo ainda está no Ensino Básico e a filha ainda não se definiu quanto ao curso universitário. Para o Sr. Tobias, encaminhar o filho para o curso superior significa ter alcançado duas dimensões importantes: a educação e a *economia familiar*, pois ambas estão “enredadas”. Os investimentos com educação ultrapassam as opções formais de cursos superiores e incidem também na participação em outros espaços, em cursos de curta duração ligados as estratégias de produção que têm na UPVF ou relacionados à formação de lideranças, como são muito agricultores/as. Estes processos, na maioria das vezes, são possibilitados por entidades e organizações sociais, mas sempre requerem alguns *investimentos econômicos próprios* e optam por isso aqueles que estão em tais condições. Exemplo são os agricultores/as que fazem medicina homeopática, as mulheres que fazem cursos de panificação, de queijos, artesanatos, entre outros. Todavia, geralmente, estes são vistos como investimentos sociais que tem também retorno econômico e “endurecem” (LATOURE, 1999) ações na rede da agroecologia.

Em relação ao lazer, foram mencionados investimentos em algumas ações nas quais os grupos familiares vêm há mais tempo se estruturando, pois os que iniciaram há pouco tempo, ou casais mais jovens, aplicam as sobras de seus rendimentos econômicos em melhoramentos na UPVF ou aquisições de instrumentos de trabalho, como no caso do Sr. Gildo e da Sra. Alvina que pretendem organizar a estrutura da agroindústria acessando o mínimo de financiamentos de crédito. O receio dos *endividamentos* e o *controle* sobre seus gastos fazem parte destes grupos e são oriundos do medo das experiências de endividamentos e dos ciclos viciosos que alguns adentraram no *pacote*, refinanciando dívidas sem ter como gerar sobras da *renda bruta*, além das dificuldades de livrar-se deste. Portanto, não depender de financiamentos, como os que estão organizados na perspectiva do *pacote tecnológico*, significa *autonomia*.

*Lazer* foi mencionado em alguns grupos pelo seu valor social, pela importância não só do trabalho na vida cotidiana, mas do descanso e para passear, se divertir, como assinalou o Sr. Gelsi, o Sr. Aores e a Sra. Cláides. Como *investimento econômico*, a Sra. Sirlei salientou que seu grupo familiar planeja investir em alguns elementos na UPVF que possibilitem atividades nesta dimensão, afinal, não é só de trabalho que se obtém uma *vida digna*. Entre os jovens, a aquisição de computadores, motos e celulares situam-se, em parte, também nesta dimensão, assim como cumprem funções sociais de locomoção e de estudo. Estas percepções, assinaladas pelos interlocutores/as também como necessidades para a permanência no campo, está inscrita em valores culturais de torná-lo *um lugar bom de viver*, pelas questões ecológicas e ao mesmo tempo com acesso às mesmas possibilidades da zona urbana, empalidecendo as formas de exclusão entre ser da cidade e do campo, ou seja, aproximando estes espaços, como apontam os teóricos que analisam as questões de consumo, pela via das posições denunciatórias ou utilitaristas (ROCHA, 2009, p. 09). Ou seja, essa justaposição situa-se no terreno das conquistas e das lutas sociais pela *qualidade de vida* de um povo que se reafirma política e culturalmente como agricultores/as ecológicos/as. Deste ponto de vista, esta população *não é menos* dos que vivem na cidade com certo poder aquisitivo e, conseqüentemente, a qualidade de seus estilos de vida. Mesmo que distintos, aproximam relações e incluem-se no acesso aos elementos que circulam. Exemplo disto é o acesso às tecnologias da informação e comunicação, pois alguns destes grupos, de alguma forma têm ou planejam ter acesso a internet e outros canais de comunicação. É a obtenção de *renda* que lhes possibilita ou não o acesso a certos “bens”.

Porém, critérios com os consumos realizados são distintos entre os grupos, mas são comunicadores de categorias sociais (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 105) e instituem



regras diversas nestes grupos, traduzindo-se nas suas políticas de valores sociais e econômicos, de forma interligada. A exemplo de algumas críticas elucidadas por agricultores/as, em relação ao acúmulo de bens obtidos pela exploração do trabalho ou de lucros a qualquer custo, ou seja, não optam por ter uma *renda* fora dos critérios sociais instituídos que perpassam os princípios adotados. O Sr. Aores mencionou isto quando afirmou que não precisa acumular *riquezas* para ter uma vida de luxo, mas obter do próprio trabalho o necessário para *viver bem*. Essa percepção indica não ser excluído, não sair do campo, para os que gostam de ali estar e possibilitar no grupo familiar, além das necessidades básicas viabilizarem-se nas *multidimensões* deste desenvolvimento pensado no campo. Contudo, ao se referir a *crescimento econômico*, o Sr. Tobias ressalta que sua produção e seus rendimentos estão de acordo com as possibilidades da UPVF, evitando assim contratar mão de obra externa, em função dos princípios. Com as aquisições de outras frações de terra e um imóvel na cidade, tem em vista contribuir com a organização dos grupos familiares dos filhos, ainda jovens.

O “poupar” está presente nos planejamentos econômicos destes grupos, tendo em vista que os resultados do trabalho é que representam a *sobra* no que se refere à *renda* gerada. Portanto, quanto mais se economizar, no que se refere a custos não somente relacionadas à produção, mas também às aquisições e gastos com alimentação, sanidade e higiene, menos são as possibilidades de serem explorados pelo *mercado convencional*, ou, em outras palavras, necessitam cada vez menos subordinar-se às *regras destes*. Todavia, estas “posições” não são apenas de cunho econômico, “gastar menos para acumular mais”, mas gastar menos para se sustentar como agricultor que mesmo diante das classificações<sup>159</sup> de pequeno, médio e grande porte, pode sobreviver hoje como agricultor familiar e campestre que se viabiliza no campo, tendo uma vida de qualidade e evitando o êxodo rural e a vivência das problemáticas urbanas que enfrentariam em tal condição. Esta perspectiva ideológica que funda tais pensamentos, o de não explorar o outro, assim como não se deixar explorar, fundando políticas de valor que instituem regras de produção, *consumo*, *geração de renda* e de poupança. A ideia destes agricultores/as é *dizer não* ao crescimento a qualquer custo, evitando desgastes e ambientais.

---

<sup>159</sup> Guanziroli et al. (2001) classifica os agricultores a partir de fatores de capitalização em: primeiro, os produtores familiares capitalizados ou consolidados que possuem domínio dos meios de produção; segundo, produtores familiares em vias de capitalização ou em transição possuem certo capital mesmo que sofram as oscilações e desequilíbrios decorrentes de sua situação; terceiro, os produtores familiares descapitalizados ou periféricos, não possuem nem renda e nem condições que lhes garantam a permanência no campo.

Para compreender como o grupo familiar da Sra. Cleonice e do Sr. Gilson, bem como, o do Sr. Aores e Sra. Maria, entre outros, fizeram as escolhas de como organizar seus consumos e como poupar, não são atos isolados, mas situados no contexto dos ideais e posturas dos movimentos sociais de base campesina. Nesta perspectiva, a *autonomia* como princípio do *projeto de vida* não se relaciona apenas às questões sociais de dependência ideológica por estar contribuindo na reprodução de uma sociedade capitalista, como defendem esses grupos, mas também no sentido de *não depender* economicamente das empresas e suas tecnologias, trabalhando para elas e transferindo sua geração de *renda* em benefício do lucro destas. Os *ganhos reais*, ou seja, o valor que sobra diminuindo das entradas as saídas é, por direito, daqueles que trabalham assentados em relações justas, sem exploração do trabalho humano e da natureza. Portanto, na agroecologia, gerar uma *economia* fundada em outras regras, distintas do mundo econômico *convencional*, é mais uma das estratégias que se contextualiza nos *projetos de vida*, com a intencionalidade de que venham ganhar força em coletivos maiores.

### **Crédito é investimento social?**

No começo se pensava crédito como uma forma de fazer aquelas pequenas experiências se transformar em estratégias para manter uma família no campo [...].

**Darcieli, egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, filha do Sr. Darci e da Sra. Fátima, agricultor/a ecológico/a.**

É indiscutível a importância do crédito na agricultura, como uma política pública que representa, *a priori*, projetos de desenvolvimento e formas econômicas para fortalecer estratégias, embora este tenha sido uma das formas de transpor a agricultura moderna com todo seu aparato, instrumentalização e formas de organização dos países desenvolvidos para o “terceiro mundo”<sup>160</sup>. No Brasil, investigadores/as<sup>161</sup> e lideranças dos movimentos e

---

<sup>160</sup> Compartilhamos com Escobar (1996) e Esteva (2000) ao considerar nomenclaturas “terceiro mundo” e “subdesenvolvimento”, como imposições dos países considerados desenvolvidos, decretados pelo presidente do maior país capitalista do mundo, este foi um contexto inventado, criado para impedir que outros países dessem forma, dinâmica e construíssem seu próprio percurso social de desenvolvimento. E a agricultura moderna foi um dos instrumentos exportados para o mundo para impor suas formas, instrumentos e tecnologias e de certa forma desqualificar outras formas de vida e outras relações que poderiam seguir cursos distintos entre a cidade e o campo. Experiências de subjugação, expropriação, dominação e estigmas nascem juntos com o discurso de Trumann ao decretar o “terceiro mundo” e a existência dos países subdesenvolvidos. Os estudos dos autores citados contribuem para a compreensão de que se houve uma “invenção” de tais conceitos e práticas pelos ditos

organizações sociais rememoram o significado inicial dos financiamentos como formas de instituir o lado perverso das tecnologias no campo, dando ênfase à “modernização conservadora”. Interlocutores/as no campo etnográfico narram isto por um marco de tempo institucional, no qual o presidente João Figueiredo disponibilizava financiamentos com este fim: o do fortalecimento da *revolução verde*. As lembranças são amargas, remontam o histórico do êxodo rural, da perda da terra para o banco, do empobrecimento, da desvalorização do saber tradicional e de todas as problemáticas vividas por estas populações expropriadas do campo ao chegar às cidades. Esse é um contexto para *não ser lembrado*, como assinala o Sr. Orides, dirigente de uma cooperativa, ao elucidar suas decepções com a história do crédito no Brasil.

Entretanto, a afirmação da jovem Darcieli, acima referida, nos remete a observar as controvérsias desta história, num processo em oposição às concepções “desenvolvimentistas” (ESCOBAR, 1996). Na região, inicialmente, em torno de 1989, por meio do Fundo de Crédito Rotativo de uma organização não-governamental ligada à igreja católica da Alemanha, chamada Misereor, se constituiu formas econômicas para subsidiar tais propostas dos agricultores/as, na acepção do relato da Darcieli acima transcrito. Estes recursos eram geridos por um conselho de organizações, incluindo a Assesoar, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e o MST.

O Fundo de Crédito Rotativo, como versa o próprio nome, tinha por objetivo subsidiar uma *proposta alternativa* nos grupos familiares e ao ser devolvido era para contribuir com outros. Seu caráter se aproxima da ideia de que este sirva para atender as necessidades que atualmente indicam os interlocutores/as, auxiliando na organização de *projetos de vida* sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ecológico, como indicam as experiências dos grupos familiares ecológicos. Na época, estes recursos financiavam o que os bancos não operavam – o *alternativo*. Não era esta nomenclatura, como já descrevemos, pois a agricultura distinta se inicia com base no alternativo, migra para a orgânica e avança para a agroecologia, com nuances e perspectivas distintas umas das outras. Contrário às formas dos financiamentos que não se preocupam com as questões de projetos de desenvolvimento em que estão inseridos os agricultores/as, o Fundo Rotativo operava distintamente, pois na época nem

---

países hegemônicos, é também, possível que as experiências de resistência e transformações sociais, por mais micro que sejam, como a da agroecologia no Sudoeste do Paraná também reinventam percursos sociais, culturais, políticos e econômicos e imprimam outros rumos, concepções e formas de desenvolvimento.

<sup>161</sup> Souza e Caume (2008) ao discorrer sobre “Crédito e agricultura familiar”, analisam a trajetória do Pronaf no Brasil.

existia crédito para as demandas que contribuíssem na *capitalização* destes *pequenos agricultores/as*, como nominados.

Segundo De Lannoy (2006), por meio deste fundo eram financiados pequenos investimentos junto ao diversos grupos existentes na região, inseridos nos trabalhos das entidades, organizações e movimentos sociais. Nos assentamentos de Reforma Agrária eram realizadas operações também fora da região, sendo que até o ano de 1995 foram realizadas mais de trezentas operações. De forma manual, pois não havia um sistema informatizado para realizar os controles nas operações, o que não foi impedimento para concretizá-lo, tanto que os interlocutores/as rememoram-no pelo reconhecimento de terem conseguido fundos econômicos que possibilitaram o início do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol, situado no contexto das lutas sociais.

Numa época de inflação alta, o indexador de correção da dívida era o preço médio regional do milho, principal cultura entre os *pequenos agricultores/as* da época. Diante desta iniciativa, foi se percebendo a necessidade de uma instituição financeira que operasse com créditos, com baixas taxas de inadimplência, sendo necessário promover o que hoje é um princípio do cooperativismo, o *controle social*, ampliar a captação de recursos diante das demandas que vinham dos agricultores/as e juridicamente amparar os contratos realizados. Neste sentido, por meio de seminários reunindo dirigentes de outras regiões, começa-se a discutir e viabilizar esse cooperativismo de cunho solidário, que se distingue de outras agências financeiras pelo compromisso social e político com projetos de desenvolvimento sustentáveis, aos moldes do que se vinha propondo nos processos sociais na região (DE LANNOY, 2006).

O mesmo autor aponta que o Sistema Cresol nasce situado nas lutas sociais destes agricultores/as, ao qual se referem no campo etnográfico tanto pelas críticas que o inferiram, quanto nos reconhecimentos que têm pelo que já conseguiram: acesso a crédito, apesar de que nas operações oficiais se financia uma quantidade maior de grupos familiares inseridos no sistema *convencional*, em relação as que são de cunho agroecológicos. Esta é uma crítica contundente e de consenso entre os interlocutores/as, inclusive por parte de dirigentes e técnicos das cooperativas. Todavia, há menos grupos familiares nos *sistemas alternativos* que no *convencional*, além de que, a problemática situa-se relacionada a outros elementos em que o crédito está inserido dentro de um sistema financeiro. Para avançar na quantidade de financiamentos adversos aos moldes conservadores, seria necessário trabalhar junto projetos de desenvolvimentos com amparo estatal, com objetivo de atingir maior público, além do alcance do que as entidades, as organizações e os movimentos sociais já fazem.

Entre os objetivos desse novo sistema de crédito que vai nascendo está a possibilidade de reter e aplicar renda no campo, o controle de recursos por parte de agricultores/as na perspectiva de interferir na política agrícola, participar na gestão de financiamentos nos programas oficiais de crédito e reinvestir as *sobras* na forma de *Fundo Rotativo* como investimentos, ao invés de ter lucros como os bancos, e operar com menos burocracia e menores custos (DE LANNOY, 2006). Decorrentes disto, nasce o cooperativismo a partir da necessidade de democratizar e viabilizar o acesso ao crédito por parte dos agricultores/as familiares, situado no contexto das lutas sociais dos anos 1980 em prol dos trabalhadores/as no campo, quando se cria uma série de processos de debates, entre estes a construção de experiências alternativas ao modelo hegemônico de agricultura da modernização conservadora, de iniciativa e sustentação das ONGs, movimento sindical e movimentos sociais com apoio da Igreja e de algumas organizações da Europa. Neste processo se problematiza a necessidade de viabilizar o acesso ao crédito e inicia-se com os Fundos Rotativos de Crédito que evoluem para as primeiras cooperativas e posteriormente para o sistema. Os propósitos foram se “enredando” nos processos da região que somaram esforços e lutas. Estas percepções foram assinaladas pelos interlocutores/as, que em síntese, está na aceção deste interlocutor:

O Fundo Rotativo era uma linha de crédito para financiar aquelas atividades produtivas que não tinha na linha de crédito oficial. Veja como as coisas vão se encaixando, como se fosse uma engrenagem. Nós tava começando com o leite, daí veio o fundo rotativo. A ideia era financiar aqueles equipamentos que o Banco do Brasil não financia, aquele sistema de produção que não tem crédito oficial. Pois na época era crédito pro milho, pra soja, pra comprar milho em grãos pro porco, era assim. Não se tinha uma análise macro, o fundo rotativo veio financiar os grupos de base e aí começou o trabalho de leite, começou o trabalho dos grupos coletivos da compra de equipamentos para organizar agroindústrias. (Sr. Ari, mediador).

No campo etnográfico, no que se refere às limitações econômicas atuais para a viabilidade da agroecologia, duas questões cruciais são mencionadas pelos interlocutores/as, como *falta de incentivo por parte dos governos*. Uma delas diz respeito às dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos; a outra são as “queixas” e as análises realizadas sobre o sistema de financiamentos agrícolas. O Sr. Genésio chegou a expressar-se, de forma a revelar sua indignação, afirmando que *todos os agricultores/as orgânicos/as e agroecológicos/as deveriam parar de plantar, para o governo sentir a falta deles e oferecer mais incentivos*. Sobre o crédito, identificamos dupla aceção por parte dos agricultores/as. De um lado, o reconhecimento de que houve muitos avanços nessa política pública,

decorrentes das lutas sociais<sup>162</sup>, pois atualmente encontra-se uma diversidade de linhas que se destinam aos agricultores/as familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>163</sup> (PRONAF), que se classifica em *investimento* (BACEN, 2010, MCR 10-5) e *custeio* (BACEN, 2010, MCR 10-4), sendo o primeiro destinado a financiar projetos de implantação, ampliação de infraestrutura de produção e serviços, enquanto o segundo é para custeio das atividades agropecuárias no que se refere à produção, beneficiamento, agroindustrialização e a comercialização<sup>164</sup>. Todavia, tomamos conhecimento destas percepções, semelhantes a da Darcieli, nas primeiras entrevistas, na construção das trajetórias dos grupos familiares agroecológicos, então, a partir desse momento é que passamos a incluir questões referentes a esta tensão nas entrevistas. Posteriormente, compreendemos a relação que tem a *geração de renda* e investimentos como os financiamentos de crédito, pois estes estão interligados e incidem em controvérsias nas regras e avaliação das capacidades de pagamentos de tais financiamentos, distintamente de como se opera nos *moldes convencionais* de obtenção da *renda*.

Também escutamos as “queixas” em relação ao crédito estatal, analisados por alguns interlocutores/as, quanto as formas e regras que não estão em consonância com a realidade – itinerário da agroecologia. Trataremos de descrever algumas destas situações relatadas, inclusive as considerações feitas por mediadores/as e dirigentes de entidades. Primeiro, por

<sup>162</sup> Schneider; Cazella; Mattei (2004) destacam que no início da década de 1990, diante da conjuntura econômica e comercial, os agricultores encontravam-se fortemente afetados pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa entre os países do MERCOSUL. Entres estas crises, identifica-se: a queda da renda e a indisponibilidade de créditos para a agricultura familiar, na época, nomeados de: “pequenos produtores”, “produtores familiares” e “produtores de “baixa renda” ou “agricultores de subsistência”. Essas denominações demonstram que este segmento não era valorizado por segmentos da sociedade, sendo que a perspectiva privilegiada nas políticas públicas era a da produção para exportação, sendo desprezados os potenciais de geração de renda, a possibilidade de permanência no campo, o trabalho familiar como gerador de desenvolvimento.

<sup>163</sup> A pesquisa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1994) contribui para a distinção entre agricultura “patronal” e “familiar” e estabelece algumas diretrizes para a formulação de políticas públicas. A agricultura no modelo patronal caracteriza-se pela separação entre gestão e trabalho, tendo uma organização centralizada com ênfase na especialização e tecnologias sem preocupação com o impacto ambiental. Enquanto, a segunda baseia-se na integração entre gestão e trabalho, sendo que a direção do processo produtivo é realizada pelo grupo gestor, com ênfase na diversificação e atenção a qualidade de vida e recursos ambientais, entre outros elementos. (FAO/INCRA, 1994, p. 02). Para Schneider; Cazella; Mattei (2004) o estudo acima referido, serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF e definem melhor a conceito de agricultura familiar. Segundo os autores as lutas do movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), contribuíram também para a consolidação do PRONAF. Em outras palavras, esta foi uma das respostas as pressões dos movimentos sociais e lutas sindicais no final da década de 1980.

<sup>164</sup> Informações sobre grupos, enquadramentos, juros, prazos, linhas de acesso ao PRONAF encontram-se no Manual de Crédito Brasileiro MCR, no item 10, quando trata do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. (BACEN, 2010)

parte dos agricultores/as, uma das “queixas” está relacionada ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), chamado de “Proagro Mais”, para cobrir perdas acima de 30% nas lavouras e 65% da renda líquida estimada, decorrentes de intempéries naturais. Na época do trabalho de campo, vários interlocutores/as assinalavam que tiveram tal seguro negado diante do cultivo de grãos com sementes crioulas<sup>165</sup>, embora conste na regulamentação do seguro que este cobriria tais atividades agropecuárias. Na mesma direção, as contestações existem por tal seguro cobrir apenas perdas geradas no custeio das safras de grãos, sendo que outras culturas também sofrem na decorrência das estiagens, granizos, entre outros fatores. A crítica é que o seguro é do financiamento e garante o pagamento ao banco das despesas gastas no *custeio* dos cultivos, mas não garante a *geração de renda* do agricultor. Em outras palavras, apenas diminui o endividamento e assegura para que as agências financeiras não venham perder, mas não constitui uma política de capitalização e ganhos econômicos para os grupos familiares se viabilizarem. Além disso, estimulam os agricultores/as a cultivos que são segurados, por medo dos riscos, diminuindo a diversidade de culturas que poderiam começar a ser implementadas.

Uma segunda questão está relacionada à Linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) e Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia), dentre as quais identificamos três situações distintas: a primeira é que alguns agricultores/as não sabiam (não conheciam) que existiam estas linhas de crédito, mesmo tendo acessado financiamentos na carteira de repasse da Cresol, sendo que raramente um agricultor/a relatou nunca ter acessado crédito, apesar da ideia de que *o melhor é não precisar*, pois defendem a *autonomia econômica*, cuidam-se para não endividar-se e preferem organizar-se a partir dos recursos, mesmo assim esta posição acaba por ser relativa. Pois, ao mesmo tempo, a maioria defende que deveriam existir mais subsídios econômicos para alavancar processos de agroecologia, mas não negam a importância de ser subsidiado, principalmente quando se referem às dificuldades financeiras oriundas da *baixa produção* no processo de transição, já que a baixa fertilidade da terra, a falta de um mercado consolidado na perspectiva da agroecologia e a falta de assistência técnica nesta linha, contribuem para retardar ou aumentar as dificuldades no processo de *geração de renda*. Na segunda situação identificamos que a maioria dos grupos familiares agroecológicos acessou algum tipo de

---

<sup>165</sup> Londres (2006) no estudo “Nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar” argumenta de grande parte dos agricultores que fizeram suas lavouras com sementes crioulas e tiveram o SEAF negado.

financiamento no Pronaf, todavia o fazem em outras linhas que estejam próximas aos investimentos que querem fazer, como para agroindústrias, para equipamentos ou máquinas agrícolas. Na época do trabalho de campo muitos estavam acessando na Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos), em decorrência das baixas taxas de juros em relação a outros, embora mediadores/as emitiram análises críticas do descomprometimento com projetos de desenvolvimento por conta da oferta de maquinários, que nem sempre são adequados para os agricultores/as ecológicos/as, em consonância com princípios ambientais da agroecologia e custos econômicos. Na terceira situação identificamos agricultores/as ecológicos/as que tentaram acessar o “*Pronaf Floresta*” e não conseguiram, mas ao perguntarmos quais as razões, afirmaram que havia pouco incentivo por parte dos profissionais/técnicos/as, inclusive, acabavam por oferecer crédito em outra linha, como no caso do Luiz, que financiou sua agrofloresta em outra modalidade, perdendo benefícios de prazo e carência.

Além disso, por ser uma prática inicial na região, há dificuldades para aprovação dos projetos e a falta de assistência técnica preparada para incentivo e amparo nos cultivos e organização. Também ouvimos, por parte dos dirigentes, que no início esta era uma operação na qual encontravam dificuldades para realizar via Banco do Brasil e estar enquadrada num sistema rígido de operação, mas a partir do ano de 2007, está sendo operado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fator que já não deveria ser mais empecilho.

Embora se trate de críticas específicas às linhas de investimentos que se referem à agroecologia, alguns dos interlocutores/as não fizeram nenhuma diferenciação sobre quais créditos tiveram ou não acesso, mas emitiram suas análises, principalmente, em relação ao custeio dos Planos Safra, com grande procura por parte dos agricultores/as familiares *convencionais*, conformando o que se nomeia na região *de pacote tecnológico* ou *pacotão*. Para acessá-lo, os agricultores/as têm que comprovar com nota fiscal a compra das sementes, da adubação, dos agroquímicos em geral, condicionando a um modelo de produção criado e sustentado a partir da implantação da modernização conservadora, em que o crédito aparece como um dos elementos sustentadores desta. As críticas ao *pacote tecnológico* se referem à expropriação dos grupos familiares do campo, decorrentes do empobrecimento, da degradação ambiental, da dependência e do êxodo rural quando inseridos nesta perspectiva, que, *a priori*, aparece como *insustentável* para agricultores familiares agroecológicos e



lideranças, e incidem diretamente sobre o Pronaf<sup>166</sup>, cooperativas ou agências financeiras que operam estes financiamentos. Há os que reconhecem, como já mencionamos, que estes créditos são conquistas, mas que poderiam ser aplicados em uma agricultura que promova um *desenvolvimento sustentável* de acordo com princípios sociais, econômicos e ambientais.

Diante destas problematizações identificadas no campo etnográfico, as quais os interlocutores/as têm amplo debate, compreendemos as “queixas” relacionadas ao crédito, decorrentes das reflexões, visões e posições cunhadas nos processos educativos e organizativos, tendo como parâmetro de análise a sustentabilidade em que se encontram os agricultores/as que estão há mais tempo na agroecologia. Para análise destes aspectos, formulamos a seguinte questão: por que os grupos em processo de construção dos *projetos de vida* encontram dificuldades para obter crédito como subsídio para consolidar-se nas proposições da agroecologia, distintas em relação à produção, ao trabalho e à geração de renda? Pautamos a questão relacionando a necessidade de crédito para aqueles agricultores/as que estão em transição de um modelo de agricultura para o outro, e que estão construindo o *projeto de vida*, considerando que a dimensão da *produção* leva um tempo para se consolidar, como assinalaram os mediadores/as e dirigentes. Embora os agricultores/as que estão há mais tempo na agroecologia tenham alcançado certa estabilidade econômica e organizado seus “bens”, (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009) a fim de contar com uma estrutura que lhes possibilite se movimentar, embora possam necessitar de um financiamento de crédito ou outro, raras vezes. Inclusive, estes agricultores/as afirmaram que o crédito é um subsídio em *movimento*, sendo necessário para contribuir na reestruturação de um *projeto de vida* e ao cumprir esta função, deveria estar disponível para outros grupos familiares, pois a agroecologia requer *autonomia* no seu aspecto econômico e não poderia estar permanentemente dependendo de financiamentos, senão poderíamos ter um *pacote tecnológico no lugar do outro*.

---

<sup>166</sup> São vários os estudos sobre esta política pública de crédito. Alguns investigadores têm mostrado, características, dinâmicas, importância e limitações do PRONAF. Schneider; Cazella; Mattei (2004) demonstram nesta política de fortalecimento da agricultura familiar sua dinâmica e histórico, bem como as contribuições deste para a consolidação da categoria da Agricultura Familiar. Estudos de Abramovay (1998) sobre agricultura Familiar e desenvolvimento territorial demonstram como o Pronaf contribui para rechaçar o viés urbano do desenvolvimento, que incentiva a saída da população do campo, pois tal política pública faz valorizar o potencial de geração de renda antes nem visto como possibilidade de desenvolvimento nos municípios. Todavia, outros estudos, a exemplo de Silva e Martins (2007) demonstra as limitações do Pronaf em decorrência dos novos cenários econômicos e sociais no país, principalmente no que se refere às dificuldades metodológicas e de percepção da heterogeneidade sócio-ambiental em áreas complexas. Outros estudos como: Abramovay e Piketty (2005) refletem os limites e resultados do Pronaf na década de noventa; Abramovay e Veiga (1999), Belik (1999) e Silva (1999) fazem análises críticas em relação ao acesso do Pronaf nos primeiros anos e avaliam esse programa considerando sua abrangência, público participante e consolidação dos seus princípios de uma política de fortalecimento da agricultura familiar.

Mas é com o surgimento do Pronaf que o crédito torna-se uma conquista histórica, pois como relatam os agricultores/as, este não lhes era possibilitado enquanto agricultores/as familiares ou camponeses/as. Porém, sendo crédito agrícola, carrega consigo as contradições de financiar eminentemente insumos agroindustriais e de não estar em consonância com a realidade das demandas dos agricultores/as ecológicos/as, apesar de que passa a ser uma política pública disponível em maior quantidade, ou seja, que tem por objetivo atingir um público maior no que se refere à agricultura familiar, como versam seus propósitos. Atualmente, Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol operam seu sistema, tendo como movimento de financiamentos, em sua maioria, este Programa, além da carteira de recursos próprios que operam com taxas mais elevadas do que os financiamentos estatais. Estes últimos recursos são oriundos da constituição de fundo que, a princípio, teria por objetivo operar no mesmo sentido do *Fundo Rotativo*, mas que têm dificuldades, segundo os interlocutores/as, já que os financiamentos estatais têm carência e até menor taxa de juro, como indica o Pronaf na linha Mais Alimento. Aflora a contradição nas Cooperativas de Crédito de Interação Solidária, que surgem nos processos das lutas sociais e representam grandes avanços políticos, organizativos e econômicos, especialmente por ser *solidária*, mas que possuem a tarefa de prestar serviços financeiros que historicamente estiveram e estão atrelados a *pacotes tecnológicos agroindustriais* que aproximam a Agricultura Familiar ao *agronegócio* exportador das *commodities*. É uma tensão latente nas organizações cooperativadas de cunho solidário ao serem operadoras e repassadoras de políticas públicas de crédito e ao mesmo tempo serem instrumentos de luta política e social.

Embora não seja a única instituição a trabalhar com o Pronaf, seu fim e princípios são direcionados a atender os agricultores familiares e constituir *projetos sustentáveis*, mas as dificuldades para trabalhar nesta direção é o que traduz as “queixas” dos interlocutores/as, pois estes buscam argumentos na origem deste cooperativismo e nas consequências dos financiamentos do Pronaf, que ainda estão atrelados aos moldes dos anos de 1965, nas concepções e políticas agrícolas originárias da modernização conservadora, apesar da inovação de algumas linhas, como o *Pronaf Agroecologia*, *Mulher*, *Jovem e Floresta*, mas que operam de forma fragmentada quando o *projeto de vida* é o fio condutor da agroecologia. Exemplo disso acontece com frequência no custeio, ou em situações emblemáticas, como a do Luiz, que ao acessar numa linha de Investimento, que não era o Pronaf Floresta, perdeu de utilizar o prazo da carência e acabou tendo dificuldades financeiras.

Nas entrevistas com dirigentes e mediadores/as, estas questões são argumentadas a partir de uma análise crítica de conjuntura, na qual se insere o Pronaf, pois segundo alguns

destes, o crédito por si só não é responsável pelos entraves da abrangência de *propostas alternativas*, assim como, não é este sozinho que opera o *pacote tecnológico*, mas traduz o projeto de agricultura que se quer para o país. Um dos diretores do cooperativismo assinalou que os financiamentos contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, como reza os objetivos do Pronaf. Todavia, suas limitações estão atreladas a outras políticas públicas no país que ainda não privilegiam o que propõem o percurso histórico da agroecologia.

Então, o crédito é um componente que ajuda muito, que fortalece, embora tá muito limitado às outras políticas: que é ATER, que é política das tecnologias, que é política da pesquisa, do próprio crédito. E as experiências que nós temos que precisam ser replicadas e servir como referências, temos ainda dificuldades de multiplicar as referências alternativas que tem na nossa região e que deveriam servir para avançar nesta direção. (Sr. Vanderley, agricultor familiar, dirigente do cooperativismo solidário).

É consenso entre os interlocutores/as que as políticas públicas de financiamento de crédito para a Agricultura Familiar são um elemento importante na sua reprodução. O relato acima reporta-nos a esta questão de forma paradoxal, pois, se por um lado beneficia o agricultor/a, por outro ainda possibilita que os ganhos do trabalho e da produção no que se refere aos custeios, *passa* para o lucro das empresas. O que seria *sobra* para o agricultor/a, torna-se *lucro* no final das safras e neste sentido as “queixas” são latentes de que acabaram por trabalhar para o *banco* ou para as *empresas*. É deste limitante que o Sr. Vanderley se refere ao assinalar que o crédito está atrelado à ATER, pesquisa e tecnologia, quando um não subsiste sem o outro. Só é possível operar desta forma nos custeios com um conjunto de normas e regras que contemplem a aplicação de um *pacote tecnológico*. Mas sem este acesso seria pior, segundo a fala do dirigente, pois na região, quando rememoram as conquistas na Agricultura Familiar, o crédito aparece como uma destas, já que antes dos anos 1980 somente tinham acesso a ele os grandes proprietários de terra. O “pequeno”, como se referiu várias vezes o Sr. Aores, não existia na política de desenvolvimento do país. Para além da exclusão, este agricultor vivia numa certa “invisibilidade social e política”, como se não contribuísse na economia e produção de alimentos.

Há por parte destes dirigentes, com os quais dialogamos sobre o reconhecimento das problemáticas do atrelamento do crédito ao *pacote tecnológico* da agricultura *convencional*, concordância de que esta é uma das tensões vivenciadas pelo próprio sistema cooperativo à medida que muitos dos diretores/as, conselheiros/as e técnicos/as que estão trabalhando na base, com os agricultores/as, desconhecem a *agroecologia* e suas formas de produção. Este

fato dificulta a assistência técnica, além dos enquadramentos e regras nas operações com o Pronaf, que são distintas das formas de organização da produção e da *renda*, embora os dirigentes e mediadores/a assinalem que a responsabilidade de gerar experiências na agroecologia não seja apenas deste público gestor, mas de um conjunto de organizações, entidades e movimentos sociais no diálogo com outras políticas públicas relacionadas à assistência técnica e pesquisa.

O próprio crédito tem suas limitações no que tange ao financiamento de projetos *desconhecidas*, ou seja, não reconhecidas por um sistema de operações financeiras, quando em proporções de terra com áreas muito pequenas, sistêmicas e diversificadas, no que se refere à *linha dos investimentos*, na qual a atividade proposta tem que servir de garantia de pagamento, afinal a inadimplência é um problema crucial. Mas além disso, o empobrecimento, a dependência e o atrelamento do *projeto de vida* às pautas de produção impostas pelo mercado que esses créditos contribuem, são para o agricultor/a dificuldades cruciais relatadas pelos interlocutores/as no campo etnográfico.

Em relação à *linha de custeios*, a questão latente é *como financiar diversidades de cultivos situados num projeto multidimensional de desenvolvimento*, se na agroecologia as sementes são crioulas e de propriedade dos agricultores/as, a recuperação de solo é realizada com *adubação orgânica e verde*, entre outras tecnologias. Logo, estas dimensões não são financiadas pelo modelo de crédito estatal, pois não se compra nas agropecuárias os agroquímicos, sendo que as notas fiscais são documentos exigidos na aplicação desses financiamentos. Considerando que os subsídios para fazer o processo de transição e de recuperação dos recursos naturais são necessários, já que na fase inicial a geração de renda é geralmente baixa e o grupo familiar precisa sobreviver. Com isso, a política de custeio do Pronaf não se destina a este público de agricultores/as ecológicos/as, pois é adverso à agroecologia e está organizado de forma a financiar a produção *convencional* da Agricultura Familiar, ou seja, financiamento fragmentado por “safra” e “cultura”. Há que se *financiar o processo e não o produto*, como afirmou um integrante da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA).

Mas para a pesquisadora, a situação emblemática ficará latente no campo etnográfico quanto as formas de crédito que contribuem para subsidiar a agroecologia, com suas tecnologias, diversificações e resistências à agricultura de cunho moderno conservador. Entretanto, nas *linhas de investimentos* houve avanços e atualmente há essa disponibilidade de financiamentos no Pronaf Agroecologia e Floresta. Ao questionar os interlocutores/as em que incidem as limitações, as análises seguem três questões, as quais consideramos cruciais: a

primeira, já mencionada, se refere ao desconhecimento das proposições da agroecologia e da falta de um trabalho por parte dos órgãos de governo, entre as organizações e da própria linha de financiamento nesta modalidade no Pronaf. São mencionadas pelos presidentes de cooperativas e mediadores/as a dificuldade de multiplicação das experiências em curso, inclusive, a dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito (ACDCs), com os quais a Base Sudoeste da Cresol vem desenvolvendo práticas de seleção e reprodução de sementes crioulas, *adubação verde* e orgânica, diversificação de culturas, produção de leite a base de pasto, entre outras. Sendo que alguns destes agentes são agricultores/as ecológicos/as, a exemplo do Leandro, que tem seu *projeto de vida* nesta perspectiva. É notável também que um dos técnicos do cooperativismo solidário na região, com formação em agroecologia, é um incentivador desta perspectiva e coordenador de muitas destas experiências entre os agentes nas cooperativas. Ao questionarmos sobre os limites em avançar e incidir com essas proposições na carteira de crédito das cooperativas, ele argumentou das dificuldades que encontra tanto nas concepções sobre agroecologia, que são confusas em relação a algumas práticas de adubação ou cultivos, e ao próprio desconhecimento desta. Outros técnicos/as assinalaram que a falta deste conhecimento sobre o sistema da agroecologia possibilita, sendo mais fácil acessar crédito no sistema *convencional* que já está como o esquema de operação pronto, pois é apenas aplicar o *pacote*.

Para estes técnicos/as com quem conversamos sobre os financiamentos na linha do Pronaf Investimento: Agroecologia e Floresta, a maioria afirmou não saber operar na prática, pois não tem procura, assim como, não há assistência técnica dentro das cooperativas com tempo disponível para incentivar a construção de projetos nessa linha, já que os técnicos/as são responsáveis pelas operações na carteira agrícola da cooperativa e do trabalho com os ACDCs.

A linha do agroecológico que encaixa toda a diversidade de produção que o agricultor poderia fazer, mas assim, eu não vi hoje, até hoje, um agricultor na nossa cooperativa, um agricultor chegar com um projetinho de agroecologia e dizer assim pro cara: “*eu quero financiar isso*”. E às vezes até acontece do agricultor chegar lá e dizer: “*eu quero financiar um parreiral aí pra produzir uva ecológica*”. Daí, um diz pra ele: “\_Não, não tem”, né. Daí tu tem que entra lá no Pronaf normal, mas na verdade tem, só que pra fazer isso, o funcionário vai ter saber fazer diferente, é um projetinho, o modelo é o mesmo, mas o conteúdo alguma coisa é diferente né, que tem que ser feito. (Sr. Gerson, egresso do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, mediador no cooperativismo solidário).

Os técnicos/as, que também são mediadores/as, ou os agentes (ACDCs) têm percepções das limitações vivenciadas pelas cooperativas ao operar dentro de um sistema financeiro que está pronto para enquadrar o projeto na perspectiva da modernização conservadora. Mas as tensões vão além do monitoramento e organização dos sistemas. Residem nas limitações em relação aos conhecimentos e na reorganização de tempo e pessoal qualificado para contribuir com os agricultores/as para a saída do *convencional* para as construções na agroecologia. Logo, se *falta conhecimento* dois motivos estão intrínsecos: a reorganização do trabalho da assistência técnica para privilegiar o que se denomina na Cresol como *área estratégica* e não apenas a operacional; e a constituição de espaços e processos de educação para que debatam o desenvolvimento na perspectiva *multidimensional* na organização de *projetos de vida* com os agricultores/as e possíveis formas como este crédito poderá subsidiá-lo. Como assinala o Sr. Vanderley, a problemática está também na relação entre *políticas de financiamento, formação e pesquisa* que as instituições públicas possibilitam.

O argumento dos técnicos/as e diretores/as é que não financiam na linha investimento do Pronaf Agroecologia, mas acabam liberando investimentos em UPVFs de agricultores/as ecológicos/as e orgânicos/as por outras linhas. Então, o agricultor/a tem acesso a financiamentos com investimentos no Pronaf agroindústria quando se trata de um projeto de agregação de valor, por exemplo. Nas entrevistas todos os agricultores/as que buscaram, tiveram acesso a crédito nas linhas de investimento, sendo que as críticas incidem na maioria das vezes ao atrelamento do crédito no custeio nas formas de *agricultura convencional* e o desconhecimento das linhas direcionadas para a agroecologia e a agrofloresta.

Segundo os técnicos/as, quanto às regras institucionais<sup>167</sup> no cooperativismo solidário para fazer um financiamento na *linha investimento/agroecologia*, são as mesmas para qualquer outra, pois para isso o agricultor/a terá que apresentar um projeto viável, no qual se analisa a capacidade de *geração de renda*, as condições do agricultor/a para saldar tal dívida, garantias em avalistas ou reais, documentação pessoal e da terra. No caso de ser agricultor/a ecológico/a, necessitará comprová-lo com a certificação de conformidade ou de transição. Fatores não muito difíceis, pois a maioria dos que estão há mais tempo neste sistema possui tudo isso, ainda mais se for ligado à Rede Ecovida que atua também como certificadora na conformidade, pelo método participativo. Mas segundo os interlocutores/as, a necessidade

---

<sup>167</sup> Cada instituição financeira tem suas regras oficiais de liberação de crédito, em consonância com o BNDES e o Banco do Brasil, dependendo qual via desta utiliza para fazer os financiamentos. No caso das cooperativas filiadas a Central Cresol Baser, o Pronaf Agroecologia é realizado diretamente com o BNDES.

maior é para grupos familiares que estão iniciando ou que gostariam de transformar sua UPVF, ou ainda em casos em que o grupo familiar se encontra em extrema pobreza<sup>168</sup>, com pequena área de terra, solos desgastados, monocultores, sendo que estes recursos deveriam cobrir além de aspectos produtivos, mas subsidiar as necessidades deste grupo temporariamente, enquanto passam pelo processo de reestruturação e investimentos em elementos que possibilitem a qualidade de vida nos aspectos *multidimensionais*. Neste sentido, mediadores/as e lideranças lutam<sup>169</sup> por mudanças nas regras do *Pronaf Agroecológico* e *Floresta*, incluindo subsidiar o trabalho das pessoas deste grupo familiar (em outras modalidades financiam mão de obra de “peão”), as tecnologias alternativas de recuperação de solo, as sementes crioulas selecionadas e reproduzidas na UPVF, entre outros, reivindicando inclusive um *Pronaf Custeio* na agroecologia com menos *impasses burocráticos* na sua operacionalização, aspecto ao qual retornaremos analisar mais adiante.

Mediadores/as que vêm assessorando desde as ECAS os processos de conversão para agroecologia são enfáticos ao assinalar que o crédito poderia, numa operação única, possibilitar ao grupo familiar reestruturar para além das atividades produtivas, como a moradia, o acesso a educação, estratégias de agroindustrialização, melhoramento de infraestrutura, mecanização adequada as realidades físicas e geográficas, entre outras necessidades, dependendo de cada *projeto de vida*, integrando *investimentos* e *custeios*. Neste sentido, dirigentes do cooperativismo solidário assinalaram que o *Pronaf Sistêmico* poderia contribuir neste aspecto, mas não avançou ainda, pois se encontra em discussão e construção formas de operacionalização e controles digitalizados. Já o representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no seminário sobre políticas públicas no ano de 2011 em Chapecó/SC assinalou que os impasses estão na organização da assistência técnica que requer financiamentos nesta perspectiva.

Se no primeiro ponto nos referimos a uma visão dos interlocutores/as sobre os *entraves do crédito para agroecologia*, o segundo está ancorado nos argumentos de dirigentes, a exemplo do Sr. Vanderley, que ao analisar o crédito elencou junto, numa inter-relação, a *assistência técnica, educação e pesquisa*. Isto se traduz nas falas de outros

---

<sup>168</sup> Para estes grupos familiares a diversificação, a inserção de outras atividades produtivas, o *baixo custo* de produção podem contribuir para a superação da pobreza e gerar renda como mostra a narrativa da Sra. Cleonice e do Sr. Gilson.

<sup>169</sup> No final da escrita deste capítulo participamos de um Seminário Regional: Necessidade de Aperfeiçoamento das Políticas de Desenvolvimento Rural para a Sustentabilidade da UPVF na Região Sul do Brasil (Ênfase nos Serviços Financeiros) organizado pela Ancosol e Confesol, com participação de representantes do MDA e BNDES com lideranças e mediadores/as, os quais refletiram questões interligadas a agroecologia e políticas públicas de ATER, pesquisa e crédito.

dirigentes em algumas reuniões, assembleias e debates do cooperativismo solidário, sendo que *o crédito sozinho não viabiliza os agricultores/as e nem a cooperativa*. Se observarmos agricultores/as ecológicos/as nas formas como projetam sua vida, as contestações sobre o crédito como elemento de dependência e de entrave na *autonomia* do agricultor/a, de fato são acepções fundadas na experiência. O fim último do crédito deveria ser viabilizar o grupo familiar no campo, como assinalou a Darcieli e alguns mediadores/as, e depois circular para outros grupos, cortando os riscos de endividamentos possíveis. Nesse sentido, há razões para os interlocutores/as contestarem o crédito que viabiliza o *pacote tecnológico* da agricultura conservadora, pois se ampara nas pesquisas oficiais e das empresas, que ainda produzem um aparato tecnológico de abrangência em grande escala entre agricultores/as familiares. Órgãos oficiais de pesquisas foram citados, por exemplo, pelo Sr. Vanderley, como via de fortalecimento das pesquisas com enfoque nos agroquímicos e até nas investigações sobre transgênicos, do que em estudos focados na agroecologia.

Além disso, o atrelamento do crédito aos moldes da agricultura conservadora é fomentado pela *pesquisa e formação*<sup>170</sup> desenvolvida pelas universidades, tanto no âmbito privado quanto público, que ao longo dos anos têm investido recursos e profissionais para desenvolver este tipo de agricultura. O Sr. Vanderley afirma que se inicia pela universidade, que forma o profissional das ciências agrárias para ser um *bom vendedor de agroquímicos*, pois já sai da faculdade sabendo usar e comercializar fórmulas de tais insumos químicos e a centralidade do seu trabalho reside em ser um *bom receitador*. Para o dirigente o problema está no pouco conhecimento que técnicos/as e agrônomos/as têm sobre as questões biológicas de composição de solo e sua conservação, pois saem tanto das universidades, quanto dos colégios agrícolas e casas familiares rurais, com uma visão da produção extensiva e do uso dos agroquímicos e sem uma *formação distinta*. A estas instituições acrescentou também a Embrapa e outros órgãos de pesquisa trabalhando nesta mesma linha, enquanto deveriam ser as primeiras a conservar e trabalhar em prol da biodiversidade.

Além disso, a formação atrelada a estas concepções que geram uma assistência técnica focada nesse projeto de desenvolvimento, pautado pelas empresas e uso dos agroquímicos, é

---

<sup>170</sup> Schiavoni e De Micco (2008), a partir da antropologia das ciências e das técnicas de Bruno Latour e Michel Callon, analisam na Província de Misiones a organização social e dos conhecimentos aplicados a agricultura. Resultam deste estudo as seguintes considerações: as ações estatais estão enquadradas na agricultura moderna, a partir da qual o trabalho dos engenheiros agrônomos e médicos veterinários baseiam-se num modelo de divisão do trabalho sob os binômios: a ciência *versus* tecnologia que se desdobra em outras fragmentações entre investigação e extensão; engenheiros e técnicos, conhecimento científico e saberes práticos. Para as autoras, as organizações sociais e ações estatais descentralizadas possibilitam uma agricultura em estilo alternativo, com a difusão e circulação de conhecimentos num fluxo indivisível.



uma *concorrente desleal* da ATER *alternativa*<sup>171</sup> na região, realizada pelos mediadores/as. O Sr. Vanderley analisa que a constituição das referências de experiências agroecológicas são processos possíveis por possuírem formação, assistência técnica e pesquisa<sup>172</sup> (mesmo de forma muito incipiente) e são indiscutíveis do ponto de vista sustentável. Todavia, são pouco amparadas ou absorvidas pelos órgãos públicos e, geralmente, sustentadas nas ações e princípios das organizações não governamentais, porém difíceis de multiplicação, fator que se torna um entrave nos avanços da agroecologia, no que se refere à adesão por mais grupos familiares.

Nesse caso, os dirigentes do cooperativismo e de outras organizações fazem um comparativo simples, mas plausível às observações realizadas. Para eles, enquanto cada organização tem quatro ou cinco mediadores/as da assistência técnica, ou no caso das cooperativas que possuem apenas um técnico/a, que a *priori* desenvolveria um trabalho de assistência técnica *alternativa*, as empresas chegam ao agricultor/a com mais profissionais – os *vendedores de veneno*, ou *veneneiros*. Além disso, contam com todo um aparato mediático que é latente na propagação deste projeto, como programas de televisão, propagandas e os próprios *pacotes de crédito*. Em outras palavras, é uma concorrência de quem vende a *melhor tecnologia*, em grande massa, ainda sendo financiada por uma política pública, que foi conquista histórica da e para a Agricultura Familiar, no caso dos investimentos e custeios em atividades de escala de grãos ou outras monoculturas realizadas via Pronaf.

Retomamos a questão que poderíamos classificar como pedra angular da relação crédito e agroecologia – *pesquisa, formação e assistência técnica*, para compreender como algumas trajetórias de agricultores/as ecológicos/as foram possíveis, inclusive com financiamentos na linha investimento, realizados por intermédio das cooperativas de crédito – Cresol.

---

<sup>171</sup> Compreendemos por ATER *alternativa* a partir dos interlocutores/as todas as ações das entidades, organizações e cooperativas que desenvolvem um trabalho de formação e assistência com os agricultores/as, incentivando e realizando experiências orgânicas, agroecológicas e de organização social em prol do desenvolvimento sustentável, nas acepções descritas no primeiro capítulo desta investigação.

<sup>172</sup> Pesquisas nesse sentido entendida como os conhecimentos cunhados nas experiências em curso na agricultura agroecológica que os próprios agricultores constroem, experimentam e socializam nos processos sociais.

**“É mais o pai que cuida, porque o pai sempre foi um bom agricultor”: uma experiência de *projeto de vida* na relação com o crédito**

Ser um *bom agricultor* pode ter muitos sentidos sociais<sup>173</sup>. Para o Sr. Denílson, está impregnado pela capacidade do pai na gestão da UPVF, em relação à sustentabilidade econômica da atividade agrícola exercida por uma vida inteira. Nomeou com tal adjetivo ao relatar as responsabilidades de cada um, assinalando que ele é responsável pelas pastagens e gestão econômica da unidade e que nunca se endividaram. Narrou isto olhando para o pai que sentara fora da varanda, mas de frente para ele, na forma de uma consagração, de um reconhecimento.

“Na verdade é mais o pai que cuida, porque o pai sempre foi um bom agricultor, a gente sempre diz né, porque o pai trabalhou na agricultura, as atividades que ele exerceu foram produtivas e nunca foi de ser sustentado, nunca gastou mais do que...” (Sr. Denílson, agricultor ecológico, dirigente no cooperativismo solidário, egresso do Pós-médio e Técnico em Agroecologia)

Trata-se de um grupo familiar com percursos sociais de participação e estudo (educação). Ele, o Sr. Denílson, 37 anos, agricultor e técnico pelo Pós-médio e Técnico em Agroecologia, dirigente sindical e do cooperativismo solidário. Ela, a Sra. Edinéia, 35 anos, formada em Pedagogia em Educação do Campo, na época da pesquisa de campo era diretora da COOPAFI, atuou também como professora em turmas de anos iniciais no ensino fundamental. O irmão dele, o Cleiton, 30 anos, também técnico em agroecologia, trabalha na carteira de crédito da Central Cresol Baser. Trajetórias marcadas pela construção de conhecimentos e *projetos de vida* coletivos que estão em curso na UPVF.

Suas trajetórias de formação lhes deram condições de migrar do cultivo de fumo e do trabalho de 24 anos com aviários, no sistema de integração com a empresa Sadia, para um *projeto de vida* com produção de leite ecológico a base de pasto. Na UPVF de 25 hectares, sob a gestão compartilhada com os pais, o Sr. Walter e a Sra. Helena que residem e trabalham neste espaço, além do Sr. Denílson, a Sra. Edinéia e os filhos Fernando e Letícia. A unidade está organizada em *três sítios*, sendo que um deles já foi adquirido no nome de um dos filhos,

<sup>173</sup> *Sentidos sociais* é uma categoria encontrada no campo etnográfico, assinalada por mediadores/as como decorrentes das percepções, posturas, pensamentos, práticas inseridos num projeto de desenvolvimento adverso as concepções “desenvolvimentistas”.

apesar de existirem acordos sobre sucessão e herança ainda não documentada. Trabalham de forma conjunta o grupo familiar do Sr. Denílson e seus pais, enquanto o Cleiton e a irmã não desempenham funções diretamente na unidade produtiva, mas participam indiretamente de algumas decisões e planejamento coletivo.

A narrativa segue um corte de tempo entre o *antes* e o *depois* da participação no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, ocasião em que o Cleiton começara a colocar em prática seu *projeto de vida* construído nesse período de formação. O Sr. Denílson assinalou que para os pais acreditarem nas mudanças que vinham sendo propostas, o irmão não perdeu tempo. Iniciou a trabalhar, muitas vezes, sozinho, ainda sem um planejamento discutido entre o grupo familiar, tanto que mais tarde tiveram que reorganizar muitos dos piquetes de pastagens. Mesmo que isso tenha representado mais custos, foi *experimentando* que cunharam espaços para as transformações.

Mas eu vejo que porque não aconteceu nem uma, nem outra decisão, a decisão de fazer, antes do aluno, do educando, do próprio pai a mãe, o filho não tem convicção daquilo que fala e não faz, porque chega e diz "olha temos que fazer, fazer", vira as costas e vai pra outras bandas e deixa que o pai se lasque. E o pai não vai fazer, porque ele sabe fazer do jeito dele, então o fazer acontecer vai muita prática, tem que praticar, não adianta falar e não fazer, dizer que funciona. Tem que mostrar o caminho e ajudar construir, porque o Cleiton colocou a mão na massa, o Cleiton é trabalhador que tá loco. Ele pra trabalhar! Se precisava esfolar as mãos, sapecava com o sol quente, ele não tava nem aí, ele trabalhava, eu, às vezes, a gente encarava. Que nem eu tava falando, eu tenho um serviço, ele tem outro. O Cleiton ele quer ver as coisas andando na primeira hora, decidiu tem que fazer, nem que tem que fazer mais uma reunião pra ver se deu certo, ver se alguém se arrependeu. (Sr. Denílson, agricultor ecológico, dirigente no cooperativismo solidário, egresso do Pós-médio e Técnico em Agroecologia)

A atividade principal na UPVF é de leite a base de pasto, num sistema de conversão para a agroecologia. Além dos piquetes de pastagens, cultivava grãos, sendo que o milho é utilizado para a silagem, cumprindo com um dos princípios da sustentabilidade, que é a produção para uso interno, evitando gastos nas agropecuárias com a alimentação do rebanho leiteiro. Quanto a conversão, o Sr. Denílson assinalou que *se faz na produção e na cabeça*, sendo que em torno de cinco a seis anos não usam inseticidas nos cultivos e reduziram o uso de uréia, fazendo *recuperação de solo com adubação verde*. É outro grupo familiar que pela experiência reflete as questões cotidianas e percebe que não só mudaram na reorganização da UPVF, mas também nas formas de pensar, se relacionar e conceber a agricultura e a sociedade. A experiência que fizeram que passou a incidir nas transformações espaciais e cognitivas. Mas o problema que ainda enfrentam e por isso se nomeiam *em transição para*

*agroecologia* está nos cultivos de grãos, assinalando que dispõem de poucas pessoas para fazer a *limpa* da terra e ainda não conseguiram realizar as *coberturas de solo*.

Durante a escrita da tese encontramos o Sr. Denílson e ao conversarmos sobre sua UPVF, este relatou que a recuperação do solo e o melhoramento das pastagens foram fundamentais para chegar ao nível de produção que tem agora e concretizar o *projeto de vida*. Assinalou que está contente com os resultados, pois sem o uso de fertilizantes químicos, em análise recente, o solo cultivado no sistema voisin contém índices de fertilidade considerados adequados a produção das pastagens. Para ele, a pernoite dos animais nas pastagens perenes, o cultivo de aveia no inverno e de milho no verão, contribuíram muito para alcançar este equilíbrio.

Como os dois irmãos passaram pela formação no Pós-médio e Técnico em Agroecologia, neste grupo familiar foram construídos dois *projetos de vida*. Primeiramente o de leite a base de pasto, proposto pelo Cleiton, e posteriormente, na outra turma, o Sr. Denílson construiu um projeto de produção diversificada de grãos. Implementaram o primeiro, que passou duas vezes por reorganizações até conseguirem estruturá-lo como está atualmente, pois como assinalou o Sr. Denílson, a vontade do Cleiton era tanta, que fazia sem muito planejamento, na ansiedade de convencer o grupo familiar a sair da integração das aves e do fumo. Apesar dos pais não resistirem muito às mudanças, pois foram verificando a viabilidade à medida que diminuíram os *custos na produção*, as doenças nos animais e garantiu-se uma sobra maior, além de sentir-se menos dependente na sua posição como agricultor, os irmãos questionaram os pais sobre o *projeto de vida* que tinham e as mudanças que estavam latentes por conta dos processos de educação que vinham participando.

Uma vez nós perguntamos, eu e o Cleiton, "\_\_\_ Pai, mas o senhor já perguntou se era isso que nós queria?" Daí, acho que, me representa que essa foi uma pergunta forte. Daí até a mãe olhou pra nós e disse: "\_\_\_ Mas a gente sempre quis o melhor pra vocês". Mas nem sempre é aquilo que a gente quer. A gente é sangue do mesmo sangue, os pensamentos [...], mas hoje, a formação que o pai e a mãe deram pra nós, acredito que eu vou levar. (Sr. Denílson, dirigente no cooperativismo solidário, egresso do Pós-médio e Técnico em Agroecologia)

O Sr. Walter, o pai, participou da conversa afirmando o desconhecimento que tinha em relação às proposições do *projeto de vida* que os filhos queriam implementar, mas que aos poucos foi percebendo as diferenças e entre estas, ressaltou o fato dos malefícios para a saúde que os agroquímicos usados na produção do fumo vinham causando e do trabalho *escravo* no aviário. Ainda, falou sorrindo, que graças aos filhos, ao conhecimento que construíram, iria

*transformar o local do aviário em um campo de futebol para jogar com os netos, e que se soubesse de tudo isto antes, teria feito tais mudanças há mais tempo, sendo que estão neste processo há cerca de dez anos. Em outras palavras, esta trajetória traduzida na aceção do Sr. Walter demonstra um dos princípios da agroecologia, pautado pelos movimentos e organizações sociais – a autonomia no projeto de vida.*

Perguntamos ao Sr. Denílson por quais razões está continuando o *projeto de vida* do Cleiton, enquanto o seu foi implementado parcialmente. Sua resposta segue um raciocínio comum entre os agricultores/as: planejar o processo produtivo tendo em vista mais possibilidades de acertos, pois foi o que primeiramente colocaram em prática e foi trabalhado por todos no grupo familiar com base nas experiências em curso na região.

Assinalou que ao estruturarem a produção do leite com pouco conhecimento e sem planejamento, enfrentaram dificuldades financeiras, tanto que ele, responsável pelo aviário, reclamava quando o pai e o Cleiton pediam dinheiro para cobrir os gastos com o rebanho leiteiro e nesse caso, era contra o projeto que estavam testando. O erro foi a má estruturação das pastagens e da aquisição imediata do gado, pois com isso deviam alimentá-lo a base de ração comprada na agropecuária e tratavam os animais nas cocheiras, num antigo galpão de matadouro que havia na UPVF. Sem um local adequado e sem a alimentação, essa produção era insustentável do ponto de vista econômico.

Todavia, a produção de leite a base de pasto na região tem uma trajetória de estudos a base da experimentação, inclusive com publicações<sup>174</sup> que a sistematizam e socializam avanços, limites e perspectivas. Apesar da falta de pesquisas que contribuam com tecnologias adequadas para os processos de produção, o leite a base de pasto é uma das atividades que conformam o que Latour (2000) e Callon (1986), no paradigma da tradução, caracterizam por conhecimentos cunhados nas experiências, nas quais as formas, organização e produção no estilo alternativo coexistem em constante debate. São formas de pesquisas, e conseqüentemente, de produção de conhecimento que circulam entre os interlocutores/as conformando a rede, elemento chave da teoria de tais autores. Os mediadores/as classificam esses conhecimentos fundamentais para a produção de tecnologias e pressão diante das políticas públicas, mas advertem que são pesquisas incipientes e que os avanços serão possíveis mediante a produção de conhecimentos também pelos órgãos públicos de pesquisa, extensão e ensino.

---

<sup>174</sup> Ver Khatounian e De Lannoy (2006).

Foi com base nos conhecimentos gerados nestes coletivos, no percurso da agricultura alternativa à agroecológica, que agricultores/as como o Sr. Denílson sentiram amparo para trocar a integração de aves e de fumo. Nessa perspectiva, a reorganização consistiu em replanejar os piquetes de pastagens e comprar outras novilhas, quando já tinham a condição alimentar reestruturada, por isso, desfazer-se do aviário e parar com o fumo foi também um processo lento. Compraram os animais de outro agricultor, indicado pelo Sr. Aores que trabalha na atividade há mais tempo. Interlocutor também desta investigação, afirmou-nos durante a construção de sua narrativa que o leite a base de pasto na região, como viabilidade para agricultores/as familiares, é indiscutível. Pois não tem como produzir leite aos *moldes convencionais* e concorrer com os representantes da agricultura *empresarial* e as agroindústrias de grande porte.

Ambos, o Sr. Aores e o Sr. Denílson, explicaram que a produção de leite a base de pasto requer animais de raças mais resistentes, com menos consumo alimentar, além de alguns manejos que facilitam o racionamento do trabalho e evitam despesas, como já salientamos anteriormente. Aliás, a questão econômica está ancorada *no baixo custo de produção e numa sobra maior*, mesmo que aos olhos dos defensores da produção de leite a base de ração, com raças bovinas mais potentes, represente menos quantidade de leite. Os dois interlocutores, assim como outros, assinalaram que nesta atividade falta ainda colocar em prática alguns *manejos* para avançar nesta perspectiva, a exemplo dos sombreamentos nas pastagens e água nos piquetes, para não virar *garçom de vaca*, como dizem alguns técnicos/as. Dentre essas perspectivas, o Sr. Denílson afirmou que lhe falta o sombreamento, o qual está em planejamento e início de execução.

O montante financeiro para a reorganização do *projeto de vida* do Cleiton foi necessário para fazer a recuperação de solo (por ser terra “sem produção”, sem rendimento econômico por determinado tempo), plantio das pastagens, compra dos animais e organização da sala de ordenha, assim como, a aquisição dos utensílios necessários. Os recursos para isso saíram parte da última safra de fumo, a qual rendeu sete mil reais, parte do dinheiro da poupança do Sr. Walter e outra parte viabilizado pelo Pronaf, na linha de investimento. Consequentemente, a integração de fumo foi substituída pela produção de leite ecológico, com silagem e feno produzidos a partir de matéria prima de dentro da UPVF, fator considerado decisivo pelos mediadores/as para produção de *baixo custo* e para completar o ciclo de sustentabilidade.

O relato acima mostra o quanto são emblemáticas as situações de transição de um sistema de produção para o outro. Mesmo que o grupo familiar tenha contado com recursos

do Pronaf na linha investimento, tiveram que sustentar parte desse processo com recursos próprios, situação que nem sempre o agricultor/a tem condições. Ainda, para as necessidades do grupo familiar nesse tempo contaram com os ganhos de aposentadoria do Sr. Walter e da Sra. Helena. Assinalamos estas formas econômicas encontradas como saídas por este grupo familiar para fazer a conversão com estratégias quem nem todos os outros dispõem, mas para demarcar a necessidade de subsídios que contribuam nesta perspectiva, como os interlocutores/as assinalaram no campo etnográfico - *investimento social*. Outros fatores, como conhecimento e assistência técnica, evitariam o “erro” de comprar animais sem ter uma estrutura adequada, pois o agricultor paga duas vezes pela reestruturação e demora mais tempo para equilibrar a *geração de renda*.

O montante em relação aos ganhos econômicos com o leite girava, na época da pesquisa de campo no início do ano de 2009, com 21 vacas, das quais obtinham em torno de seis mil litros/mês, comercializados, gerando um valor de três mil e trezentos reais mês (R\$ 3.300, 00). Sendo que na época da escrita dessa investigação, numa conversa para outro trabalho, o Sr. Denílson relatou que possuíam 31 vacas em lactação e 30 piquetes organizados, mais 22 fêmeas, com uma produção média dez mil litros/mês, que ao ser comparado ao valor que ganhavam por litro na época da implementação do *projeto de vida*, em torno de cinquenta e cinco centavos de real (R\$ 0,55), seus rendimentos estariam agora em torno de cinco mil e quinhentos reais (R\$ 5.500,00). Seu relato nos indica que no sistema de leite a base de pasto teve condições para investir na aquisição de animais para obter renda maior e não no número de litros de leite por vaca, já que teria que adicionar alimentação industrial para isso, mas sua estratégia é de produção de leite a base de pasto.

Todavia, estima-se que já conseguem um preço melhor por litro de leite, já que não entramos no mérito do valor atualizado. Soma-se isso às safras das lavouras de grãos, que além da produção para uso interno, comercializa-se na cerealista. Ressaltou que algumas safras de grãos não se pagam em decorrência das estiagens e nesse sentido, tiveram que pagar financiamentos de créditos na linha do custeio, ou os próprios recursos utilizados, com renda de outras atividades da UPVF, a exemplo do que vínhamos escutando sobre prejuízos e pouca sobra nos monocultivos financiados. A produção de leite é que lhes possibilita um rendimento regular e uma sobra maior, ao passo que em meio ano conseguiram “poupar” dez mil reais (R\$ 10 mil) para investimentos, com produção sustentada pelos recursos internos da UPVF, mais o gasto com um funcionário. Apesar de que esse gasto tem amparo econômico do rendimento que o Sr. Denílson recebe por conta do cargo de diretor de uma cooperativa, pois é seu tempo de trabalho que dá lugar a contratação externa de mão de obra. O argumento para

garantir a sobra, em renda monetária, está na forma de fazer a gestão da UPVF, nos processos de produção e no baixo custo, pois também mantêm uma diversidade de cultivos em relação a itens para alimentação.

O trabalho é organizado na distribuição de funções, sendo cada um responsável por algo dentro da UPVF. O Sr. Denílson, por trabalhar parte do tempo na cooperativa que está localizada na zona urbana, faz todas as movimentações que envolvem compras, pagamentos e financiamentos. O Sr. Walter é responsável pelos piquetes das pastagens e um funcionário coordena o trabalho da ordenha. O cultivo dos itens para alimentação, como os da horta, é responsabilidade da Sra. Edinéia, sua esposa, mas que durante o ano de 2008 trabalhou grande parte do tempo na escola, como professora, então o Sr. Walter também assumiu este trabalho. Afirmam que para eles, depois de organizada, a atividade leiteira não é muito *trabalhosa*.

Em relação ao aviário, à medida que a atividade leiteira começou a possibilitar-lhes renda econômica, venderam quase por preço de custo, sendo que receberam muitas críticas dos vizinhos e amigos, pois na visão destas pessoas estavam implementando atividades que não dariam certo do ponto de vista econômico. O Sr. Denílson, como dirigente do cooperativismo solidário, analisa que qualquer política da cooperativa que não lhe pareça correta é motivo para críticas e chacotas. Lamentou que as *organizações do povo*, o movimento sindical, estão sempre no alvo, enquanto as empresas cobram juros, taxas e impõem padrões para produção e mesmo assim não recebem tantas críticas como as organizações sociais. Semelhante ao que assinala o Sr. Denílson, o grupo que debateu a temática “Desenvolvimento, organização popular e poderes oficiais”, nos processos de sistematização do Projeto Vida na Roça (PVR), analisa que o poder hegemônico organizado de forma opressora atua de maneira difusa e se faz presente na cultura do povo e transgride para as hierarquias das organizações sociais e no cotidiano das pessoas (KORB et al., 2011). Em outras palavras, a dominação e as imposições das empresas representantes do agronegócio e da agricultura “patronal” é assimilada, naturalizada, por meio da violência simbólica (BOURDIEU, 2007) com mais facilidade e agilidade do que as trajetórias que representam o desenvolvimento em estilo alternativo.

Mas retomando a trajetória dos grupos familiares do Sr. Walter e do Sr. Denílson, o *projeto de vida* que envolve concretizar o processo de transição da UPVF é do Sr. Denílson. Ele argumentou que após sua volta integral para UPVF, quando já tiver contribuído com as entidades locais nos trabalhos de gestão, vai desenvolvê-lo. Este, por sua vez, prevê a produção de uma diversidade de grãos ecológicos para comercialização local em feiras livres, padarias e mercados que vendem gêneros alimentícios. Somando isso à produção de leite a



base de pasto e aos cultivos de itens que compõem a alimentação, são os recursos para manter-se economicamente, inclusive, diante de alguns problemas com culturas específicas, a exemplo dos problemas com todas as monoculturas. Para os agricultores/as agroecológicos/as é a *diversidade de atividades*, como já descrevemos, que lhes possibilita segurança econômica diante das *quebras*.

Para o Sr. Denílson, entre os fatores que lhes possibilitaram fazer os arranjos necessários e fazer a gestão do *projeto de vida* iniciado pelo Cleiton, destaca os processos de educação vivenciados, as experiências (conhecimentos sobre leite a base de pasto) e as condições econômicas (ora, custeada pelos recursos do grupo familiar, ora pelos financiamentos, tanto na linha de investimento, quanto no custeio do Pronaf) e a própria assistência técnica (visitas as UPVFs) realizada pelos mediadores/as durante o curso do Pós-Médio em Agroecologia. Estas percepções de agricultores como o Sr. Denílson, o Sr. Tobias, o Sr. Gildo, entre outros/as que participaram dos processos sociais de educação e organização, confirmam as constatações de dirigentes e mediadores/as do cooperativismo de interação solidária no que se refere ao *uso do crédito*.

No caso desta trajetória dos irmãos Denílson e Cleiton, a formação no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia foi fundamental para a consolidação do *projeto de vida* e os recursos financeiros, elementos indiscutíveis na reorganização do processo produtivo que envolveu a aquisição de rebanho, organização de sala de ordenha e a constituição do ciclo alimentício para o consumo interno na UPVF. Diante das problematizações dos dirigentes e mediadores/as sobre o papel do crédito e sua relação com a educação e produção do conhecimento, ficou a pergunta: o grupo familiar ao qual pertence o Sr. Denílson teria condições de reestruturar seus *projetos de vida* sem as condições econômicas (tanto os financiamentos quanto os valores poupados pelos anos de trabalho do Sr. Walter) e o processo de educação que lhes foi possibilitado? No Caso do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice essas condições foram com os rendimentos da comercialização (da diversidade de itens) que a feira passou a possibilitar.

O crédito, na acepção da Darcieli, do Sr. Denílson, do Sr. Tobias, da Sra. Janete, do Sr. Valdir cumpre com seu objetivo inicial na região Sudoeste, a partir das experiências iniciadas pelo Fundo Rotativo, quando de fato viabiliza um grupo familiar para estruturar-se num *projeto de vida*. Embora isso somente seja possível se acompanhado de processos de conhecimentos (pesquisas), educação e organização, numa perspectiva de desenvolvimento, no caso dos interlocutores/as desta investigação, um projeto fundado nos princípios do sistema da agroecologia. Exemplo do acesso ao recursos do Pronaf nas UPVFs de todos os

grupos familiares com os quais construímos narrativas de vida, foram financiados itens como: ordenhadeiras, máquinas e utensílios usados na agroindustrialização, alguns maquinários que auxiliam nos cultivos, entre outros. Em relação ao custeio, quando as UPVFs estão em transição, como no caso do Sr. Denílson, a limitação está nas condições oferecidas, com as mesmas regras de quem produz pelo *pacote da agricultura convencional*, por culturas, por safras e ainda, segundo os relatos, as dificuldades de acionar seguros agrícolas à medida que se mesclam tecnologias da agroecologia, como a utilização das sementes crioulas.

Ouvimos no campo etnográfico que “*crédito tem*”, porém se agrupam de formas distintas, relacionados com a *falta de pesquisa, de formação, de assistência técnica* e de outras ações do Estado, como demonstram os interlocutores/as. Nos grupos que foram bem sucedidos com os financiamentos que acessaram, tiveram esses três elementos inter-relacionados, sustentados no debate do desenvolvimento *multidimensional*, garantindo o processo do *projeto de vida*. Embora essas experiências não estejam totalmente isentas das tensões descritas. Faz-se pertinente a constatação do Sr. Vanderley ao se referir às dificuldades que ainda existem na região, para os avanços na agroecologia. Neste sentido, temos que compartilhar com o interlocutor e com outros a partir de outras “queixas” já descritas sobre as dificuldades na viabilidade econômica nos grupos que têm o desejo de fazer transição de um modelo *convencional* para o agroecológico.

### **Crédito, assistência técnica e pesquisa: de quem é a responsabilidade?**

Mas eu acho assim, é um processo de construção isso, eu acho que ao longo da história da construção do próprio crédito, não falando da nossa cooperativa, que somos todos Cresol, somos todos sindicato, somos todos Assesoar, somos todos né. Todos nós somos os mesmos, e temos a capacidade de poder intervir de forma, que a gente possa direcionar parcela do crédito, se não é possível, dos programas oficiais, que às vezes já vem muito codificado, muito cheia de regras, cheia de critérios estabelecidos, que a gente possa de determinar assim, parte dos recursos pra potencializar iniciativas inovadoras.

**(Sr. Gelsi, Secretário de Agricultura Municipal e Agricultor Ecológico).**

A questão latente: quem tem que assumir, além das organizações, cooperativas e entidades, um trabalho de inter-relação entre *crédito, pesquisa e formação de mediadores/as e agricultores/as* para avançar no processo agroecológico?

As referências pautadas pela Assesoar, Capa e Rede Ecovida, fundamentadas nos processos sociais organizativos e educativos, não têm alcance massivo entre o número de agricultores/as familiares que estão no campo, que poderiam reconstruir seus *projetos de vida* para garantir a permanência neste espaço e viabilizar-se nas dimensões das proposições do desenvolvimento *multidimensional*. As entidades, nos seus projetos, preveem no seu trabalho fomentar a agroecologia no sentido de gerar referências, dentro e a partir dos processos formativos, como demonstra o percurso histórico na região, mas não possuem recursos financeiros, mediadores/as, espaços de formação, assistência técnica e recursos para pesquisas, a fim de garantir o necessário para que estes elementos pudessem servir de mola propulsora nas iniciativas de processos de construção de *projetos de vida* para um número maior de grupos familiares. E, também, não é de sua responsabilidade substituir o papel do Estado, isentando-o dos compromissos com políticas públicas para esta população, apesar das experiências em curso poderem ser multiplicadas com a sustentação dos recursos e do poder estatal e o diálogo entre os *sujeitos coletivos ou coletivos políticos* da região que têm alavancado a agroecologia.

O próprio cooperativismo de crédito rural com interação solidária, que possui uma abrangência maior na região, sente e reconhece as limitações no que se refere ao incentivo, formação, apoio e assistência técnica para os grupos familiares inserirem-se na agroecologia. Técnicos/as e dirigentes fazem a *autocrítica* à adesão ao *pacote tecnológico*, aos moldes da modernização conservadora e reconhecem a necessidade de um trabalho coletivo entre as organizações promotoras de práticas e estratégias na agricultura ecológica, para que estas experiências possam incidir nos *projetos de vida* com *autonomia* e, conseqüentemente, em projetos de créditos nas linhas do Pronaf Agroecologia e Floresta ou na constituição de outros fundos com este fim, a exemplo das iniciativas do Fundo Rotativo na região.

Todavia, afirmam que esta é uma responsabilidade coletiva em prol da sustentabilidade da agricultura e concordam que o crédito é uma das formas para viabilizar e estimular a *capitalização* do agricultor no campo. Entretanto, há mais cobranças e críticas neste sentido, sempre retomando os significados do cooperativismo solidário e seu objetivo principal, considerando que há outras agências financeiras que repassam financiamentos nas linhas do Pronaf, porém não possuem um trabalho de base para orientar os investimento no alternativo, agroecológico ou orgânico. Os agricultores/as teceram várias críticas as estas instituições que não têm compromisso com uma política de financiamentos que visem a promoção do desenvolvimento *sustentável* e local.

Neste caso, o crédito, em consonância com os outros elementos necessários aos avanços da agroecologia, somente conseguiria sua missão principal a partir de um trabalho de base. Esta característica, a *priori*, distinguiria uma organização ou cooperativa de outras agências financeiras. Por trabalho de base, o Sr. Valdir, mediador, assinala a construção de espaços necessários para que os grupos familiares que optam por um processo distinto, como a agroecologia, tenham com quem dialogar, debater, estudar e socializar, a exemplo da experiência da localidade do Sr. Aores, na qual os agricultores/as traçavam metas e estratégias no grupo e se reuniam após experimentar na unidade familiar para socializar e refletir o processo. Em outras palavras, para resistir e cunhar outras experiências, adversas às proposições do *pacote*, necessitam de *coletivos políticos* que estudem, aprofundem e façam a *leitura de mundo* necessária para afirmação da agroecologia, pois sozinhas as pessoas não resistem. Para ele, o fato dos agricultores/as continuarem acessando financiamentos nas linhas tradicionais de crédito vai além da perspectiva de ganhos econômicos. Afinal, muitos depois das safras têm prejuízos e continuam aderindo a estas formas de agricultura. Enfim, o uso do *pacote*, significa um universo social de reconhecimento, inserção no contexto de resultados, não só econômico, mas de outras ordens, inclusive de incidência cultural, que para o mediador merece estudo aprofundado sobre suas formas de sustentação.

Para este mesmo mediador, a profundidade na *leitura de mundo* que os atores têm ou deveriam ter é articulado a um círculo local de reflexões, as quais seriam a sustentação de processos na linha da agroecologia, antes da questão econômica, pois citou como exemplo o Sr. Tobias que superou a situação de pobreza e está economicamente bem organizado e mesmo assim, muitos dos que percebem esta situação, não aderem a *projetos de vida* semelhantes. Para ele, é a fragilidade do trabalho de base que não possibilita sustentação e nem a adesão à agroecologia, pois para o grupo familiar resistir ou sair do domínio dos complexos agroindustriais não é tão fácil, principalmente diante das investidas latentes destes. Para ele, a pergunta seria: *quais entidades e vizinhos identificam um grupo familiar em situação de desânimo, para ajudá-lo a resistir, para que se sintam inseridos num outro lugar?* Pois, isoladas nas localidades, os grupos familiares não farão transformações nos *projetos de vida*. Segundo o mediador, no processo de sistematização dos dez anos do Projeto Vida na Roça (PVR), os agricultores/as diziam: “\_\_ *Mas isso que nós estamos discutindo aqui quem tinha que fazer era o sindicato, as cooperativas, têm que criar centenas desses grupos debatendo essas coisas na base, no município, era isso que ia fazer a base*”. Criar um *campo político* como *componente de resistência* e de proposição para fortalecer contextos de diálogos, de trocas, de estudos, de aprofundamento, no qual poderiam se inserir os debates em

torno dos *projetos de vida* na relação com a *geração de renda e crédito*, entre outros elementos que já descrevemos.

Esse contexto descrito pelo mediador, somadas as reflexões do Sr. Vanderley em que *crédito, pesquisa, assistência técnica e processos de educação* estão interligados para fazer enfrentamento ao modelo da modernização conservadora, necessita destes *coletivos políticos* articulados pelo trabalho de base nos municípios, construindo junto com o agricultor/a os *projetos de vida* e posteriormente ampará-lo em vista de sua sustentação. Isto ficou evidente na experiência dos que estão há mais tempo na agroecologia, a exemplo do Sr. Tobias, do Sr. José, do Sr. Gilson, da Sra. Odila, da Sra. Cleuza, que são grupos familiares participantes do Projeto Vida na Roça (PVR) e na localidade contaram com este *campo político*.

Em vista deste isolamento que fala o mediador, é que na microrregião Fronteira do Sudoeste há uma reflexão sobre a perda de terreno da agroecologia em relação ao *convencional*, desde os grupos de base. Pois as angústias são fortes, o agricultor/a pode voltar a se organizar de forma *convencional* com a pressão das empresas, o peso do trabalho, a pouca mão de obra, falta de pesquisa que o sustente, ou seja, um conjunto de fatores. Os mediadores/as que estão realizando a reflexão sobre os limites em relação aos avanços e aos próprios recuos na agroecologia *associa* *crédito, pesquisa e assistência técnica* também como responsabilidade das políticas públicas, sendo o Estado responsável para sustentar avanços de forma a ter algum impacto social. Pode-se mesclar ATER cooperativada e das organizações com o trabalho da ATER estatal, mas não há condições de substituí-la. O Sr. Valdir defende, com convicção, que algumas das proponentes da agroecologia não são entidades de assistência técnica, mas geradoras de referências, na qual o *político das ações* se converte em estratégias de desenvolvimento e outras formas de agricultura, com a perspectiva de que o Estado pudesse aderir e passar a propor projetos desse tipo em suas políticas públicas e inserir o trabalho da ATER nesta perspectiva.

Nesta direção, o Sr. Valdir argumenta também que os financiamentos para agroecologia teriam que romper com a especulação do *capital financeiro*, inclusive, comparou com o ditado popular: “*que o discípulo tem que superar o mestre*”. Sendo assim, com o tempo, o crédito torna-se dispensável, sem a necessidade de realimentar um sistema que faz as pessoas acessarem um financiamento após o outro, ocasionando a *dependência* e os endividamentos, porque esta é a condição de sobrevivência do *capital financeiro* e não do agricultor/a. Para ele, a agroecologia teria que ter financiamentos caracterizados como recursos alocados para um *bem social* que ao cumprir seu objetivo principal, de viabilizar um grupo familiar ou estratégias coletivas, sejam de agroindustrialização ou comercialização, por

exemplo, possam ser transferidos para uso em outra política pública de desenvolvimento ou para outros grupos, em outros espaços. O crédito aos moldes do Fundo Rotativo ou solidário deveria servir para elevar as condições de vida dos agricultores/as e suas comunidades.

[...] quando se fala de agroecologia e crédito, há uma coisa na raiz, que não vai financiar agroecologia com capital financeiro, não tem jeito, porque é inviável. É inviável imaginar porque a ideia da agroecologia supõe, do ponto de vista econômico, que a pessoa **tenha uma rentabilidade, uma condição de vida digna**, que ela não precise estar correndo atrás de dinheiro toda hora, porque, caso contrário, tu tem que ter outro tipo de fundo que alimenta essa. Daí deriva, por exemplo, o acompanhamento técnico, restrito a um produto intermitente, que nunca tem uma política sequencial e acompanhado, só por projetinho e aí nunca termina, nunca vai dar resultado. Isso porque tu **nunca consegue olhar a história do conhecimento, do aprendizado de uma família ou de um grupo de famílias, tu nunca consegue acumular o que eles aprenderem com o processo da orientação técnica, não consegue**. Por quê? Porque sempre interrompe e essa é a condição de reprodução. (Sr. Valdir, mediador. Grifo nosso)

A crítica aos projetos fragmentados e estanques é exemplificada pelo mediador sob o argumento que existem duas concepções sobre a agroecologia: uma que pensa apenas na cadeia de um produto e almeja mercados de exportação sob os mesmos princípios do mercado *convencional* da especulação e que para muitos seria viável por meio de projetos, embora fragmentados, disputando verbas em espaços distintos. E que, de certa forma, é a mesma dos *financiamentos de crédito* em geral. A outra é a constituição de projetos sequenciais que consideram as formas de conhecimentos, a cultura dos grupos familiares e de organizações locais, que se funda a partir dos acúmulos. É nesta perspectiva que o crédito para agroecologia e outras formas de agricultura poderia se constituir. A distinção, a partir das reflexões dos interlocutores/as, é entre um crédito de integração do mercado (que pode estar associado a dispositivos de correção de desigualdades) e partidário de circuitos econômicos alternativos, os quais se encaminhariam, *a priori*, na perspectiva solidária.

O exemplo narrado pelo interlocutor se refere a um debate no grupo do território do Sudoeste do Paraná em torno de uma verba financeira para aplicar em estratégias para agricultura, se pensou logo em contêineres, motos e serviços técnicos para conseguir agregar valor ao produto e exportar para a Europa. Ao descrever tal situação, o mediador pergunta: “*qual concepção está por trás disso? Para que contêineres, se nem sequer havia um debate sobre a existência destes produtos para tal fim*”. Então, no outro ano, alguns participantes do grupo do território, pensando que as primeiras proposições, apesar de fundadas na concepção da *concorrência de mercados*, de igual forma fossem um lado da questão, tentaram aprovar o

projeto para investir recursos na produção diversificada, para estruturar algo. Por exemplo, no município de Francisco Beltrão, com recursos públicos, poderia se estruturar o espaço de comercialização, de silos para armazenamento ou coisa dessa ordem, que pudesse viabilizar e criar toda uma estratégia de acompanhamento e fortalecimento do local, porque isso iria fazer crescer a produção e até “*encher os contêineres que estavam vazios ainda*”. Mas este debate não foi aprovado. Com o objetivo de aprofundar sua crítica, o mediador argumenta que a maioria compreende os investimentos de crédito para agroecologia a partir de uma concepção predominantemente empresarial, na qual a *pequena agricultura* deve se juntar em cooperativas, constituir suas indústrias, crescer para concorrer no mercado, com as *empresas convencionais*, com uma diferença básica: as empresas têm todo o aporte financeiro e de estrutura, enquanto a agricultura familiar não tem, sendo isto inviável.

Foram as entrevistas com os mediadores/as e dirigentes que nos possibilitou traçar essas percepções etnográficas, considerando que nosso objeto de estudo não é análise do crédito, mas compreendê-lo a partir das tensões na relação com a agroecologia. Diante deste contexto, o itinerário percorrido levou-nos às questões postas pelos interlocutores/as nas relações com as políticas públicas, as quais estão interligadas também com a produção de tecnologias. Afinal, como já nos lembram os informantes, *crédito, pesquisa e educação* estão “enredadas” de forma intrínseca.

Dirigentes, a exemplo do Sr. Adão, questionam as tensões postas nos debates e análises – exercícios constantes em reuniões e estudos, sobre os entraves e avanços da agroecologia. Geralmente, há algumas formas que nos pareceu circular como conflitos, a exemplo das tentativas em encontrar explicações dos entraves nos avanços da agroecologia na região, quando se trata de constituir um universo maior de agricultores/as. Dessa questão surge a pergunta: *de quem é a responsabilidade maior em possibilitar os mecanismos e os instrumentos para promover investimentos nessa estratégia?* Tratamos então de observar nas entrevistas as explicações para isso. O mesmo dirigente afirma que é responsabilidade de todas as organizações e inclusive do Estado contribuir na organização do *projeto de vida* dos agricultores/as para fazer com que este crédito seja direcionado para um projeto de desenvolvimento distinto. Para isso, cita a necessidade de um *planejamento coletivo* nos municípios, entre os atores, aos moldes dos projetos de desenvolvimento municipal, como assinalamos no primeiro capítulo.

O *crédito solidário* tem como objetivo principal subsidiar grupos familiares ou coletivos, organizados no campo, e nesse caso o próprio Pronaf tem essa diretriz principal – a *do fortalecimento* – sendo que os interlocutores/as compartilham desta percepção. A questão

está em como articular, ou seja, extrapolar a partir das experiências em curso, dos grupos familiares que já se viabilizaram para outros, por meios da resistência às imposições do mercado *convencional*, da socialização, da reorganização e ampliação da agroecologia, contando o crédito como um componente a favor. O Sr. Valdir foi claro e convicto ao argumentar que financiamentos baseados na *especulação financeira* não são possíveis para sustentação de um projeto social em que o retorno econômico não sejam montantes monetários, como se concebe o *lucro* nos grandes negócios (agricultura empresarial), mas que o retorno de investimentos possa cobrir dívidas sociais, principalmente com as populações de baixa renda. Para ele, o retorno deve vir na saúde pública, na qualidade de vida, na educação, no cuidado com o ambiente. Para isto, o Estado, ao disponibilizar recursos e conhecimentos nesta perspectiva, terá que analisar com outras ferramentas para além de cálculos econômicos *convencionais* e considerar que está investindo ao invés de aplicando, sendo os custos sociais, ambientais e políticos no sentido contrário ao crédito de mercado, guiados pela *especulação financeira*, em que as garantias de retorno são mais para as empresas e os bancos do que para os grupos familiares.

Falar em *agroecologia* e *crédito* tem uma implicação política direta num projeto de país, com políticas públicas alocadas a partir de e em processos sociais organizativos de estudo, planejamento e reflexão com os agricultores/as, aos moldes das experiências da região desde os grupos alternativos, GSPs, ECAS, Pós-Médio, entre outras. Segundo os mediadores/as, no caso das cooperativas estas poderiam iniciar a alocação de um recurso a partir dos recursos próprios, mas teriam que fazer crescer o crédito nessa direção, como um movimento que fosse crescendo e posteriormente reunindo potencial junto aos *projetos de vida* dos agricultores/as para aportar recurso público e fazer ampliar esse investimento, “[...] não fazer o convencional que já está aí que facilitou ou que se enquadra no cadastro do Banco do Brasil, que é a mesma lógica” (Sr. Valdir, educador e mediador).

Nesta direção, as linhas de financiamentos seriam de fato *investimentos sociais* a fim de financiar, ou melhor, subsidiar estas proposições da agroecologia no rumo que ela segue sendo organizada na região, situada em experiências educativas e organizativas em que a prioridade é a sustentabilidade do *projeto de vida* situado no desenvolvimento *multidimensional*. Nessas situações, teriam possibilidade de custear, por exemplo, a fase de *transição/conversão* e ao mesmo tempo possibilitar investimentos em estratégias de agroindustrialização, considerando a diversidade de atividades produtivas, moradia, proteção de fontes, reflorestamento, as proposições de agrofloresta, com apenas uma operação de financiamento, fazendo-o de forma integrada. Num segundo momento os subsídios deveriam



ir para a organização de estratégias de comercialização e agroindustrialização coletivas, para que estas questões não fossem entraves para agroecologia, já que *quando não se tem onde vender não se produz*. Com isso, os grupos familiares teriam menos dificuldades de subsistência, principalmente no período de transição/conversão, cumprindo o que Sr. Valdir assinala. No momento que o grupo familiar ou um coletivo se organizou, reorganizou *seus* “bens” (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009), se viabilizou na geração de uma economia familiar, este *crédito cumpriu sua função*.

Referente à questão da responsabilidade e abrangência das políticas públicas, tensionadas pelas questões que envolvem o crédito, estas têm relação direta com o papel do Estado. Vale lembrar que o Sr. Valdir assinalou que experiências como o Projeto Vida na Roça (PVR), com metodologias participativas de debate, não impactam em políticas públicas na responsabilidade estatal. O mediador citou como exemplo, que mesmo com a participação da Emater, órgão público no PVR, estes não compreenderam as formas de organização, pois contribuíram com uma empresa de frangos caipiras que estava à procura de agricultores/as para uma integração. Após debates e reflexões, os participantes do projeto concluíram que serem explorados pela integração de frangos *convencionais* ou caipiras seria a mesma coisa e tiraram como diretriz básica a não aceitação desta proposta, mesmo que individualmente os agricultores/as poderiam fazer a contratação. Ele relata a dificuldade que os órgãos públicos tiveram em fazer o debate num coletivo organizado na localidade e instituir ou até mesmo respeitar um fórum legítimo de debate e decisões, a exemplo do que se tinha no PVR, afinal um dos seus objetivos na organização social era de fragilizar as decisões *de bastidores*, mediadas por interesses de alguns políticos.

O mediador traz este exemplo para mostrar que as concepções e estratégias de desenvolvimento que perpassam o PVR, do acúmulo do conhecimento, do debate público, dos *projetos de vida*, da autonomia *versus* a dependência, enfim, de um desenvolvimento pautado nas ações locais que deveria emergir do contexto dos grupos familiares e localidades para os órgãos públicos e empresas, mas que não foi compreendido pelos gestores das ações estatais de assistência técnica e mesmo por algumas pessoas das Secretarias Municipais da Agricultura.

Se não compreendem a agroecologia ou essas perspectivas de desenvolvimento, que são construídas no contexto dos grupos de base, sempre vai haver equívoco pedagógico e político no curso das ações que desembocam em políticas públicas. Estas, por sua vez, continuarão privilegiando ainda ações centralizadas, as ideologias das empresas de grande porte e processos produtivos com agroquímicos, sem a perspectiva da melhoria da qualidade

de vida e sem a atenção e valorização do *multidimensional*, ou seja, da inclusão de políticas públicas que intervenham nessa perspectiva: na educação, na saúde pública, na cultura, no lazer, entre outros. Não adianta pensar que é apenas o processo produtivo com base ecológica que daria conta das transformações necessárias, a partir da intencionalidade do que atualmente se desenhou na agroecologia da região, já que esta abarca em si a luta dos movimentos sociais.

O Sr. Adão, diretor de uma cooperativa, ressaltou que quando uma ou outra secretaria da Agricultura, por exemplo, se sensibiliza com as proposições da agroecologia, enfrenta-se outro problema, além do pedagógico e do político aos quais se referia o Sr. Valdir, que é a questão da fragmentação das ações – a *descontinuidade de projetos* – pois o que se começa numa gestão não tem seguimento na próxima, caso no final dos quatro anos de governo outro partido político assuma o mandato. O desenvolvimento pela via estatal vai aos *solavancos*, pautados ainda, na maioria das vezes, pelo universo privado de produção de tecnologias, das pesquisas nos órgãos estatais e nos créditos financiados na perspectiva da agricultura *convencional*.

O argumento central de mediadores/as é que a agroecologia *é o diferente* que caminha na contramão das propostas “desenvolvimentistas”, mas para ter o impacto social e político a que se propõe, precisará de investimentos do Estado, que por meio das políticas públicas de *ATER, crédito, pesquisa e assistência técnica e educação* terá que colocar *força, energia* e recursos econômicos como prioridade, situado num projeto social maior de país. “*Então na verdade, a agricultura, aquilo que ela consegue fazer, que é o diferencial, que é o diversificado, isso é que tem que ser percebido pela sociedade, pra ter legitimidade, pra receber um retorno de investimento da sociedade*” (Sr. Valdir, educador e mediador).

Em relação ao *Pronaf Agroecologia Floresta*, os interlocutores/as fazem algumas sugestões para diminuir a *burocracia*, como se referem, que ultrapassam a adequação de prazos e redução de taxas de juros. Sugerem regras em consonância com os princípios de *produção, de geração de renda* e com *políticas de ATER e comercialização*, estimando chegar a um *Pronaf Agroecologia (sistêmico)* que financie os *projetos de vida*. Portanto, duas sugestões importantes a curto prazo são elencadas: a primeira é que, ao avaliar os projetos a serem financiados, sejam incorporados nos cálculos dos montantes a liberar valores referentes ao trabalho familiar, às tecnologias de recuperação de solo, às sementes crioulas, entre outras características dos grupos agroecológicos, dentro de um projeto em que se avaliam as capacidades e viabilidades do que se está propondo. A segunda diz respeito às capacidades de pagamentos considerando que a *renda* não seja contabilizada a partir dos resultados de um

produto único, mas da diversidade que compõem, incluindo o potencial de *renda* que se “poupa” com o *autoconsumo*. Mediadores/as estimam, por exemplo, formas de cálculo para o trabalho familiar em relação ao valor pago pelo serviço temporário, com as seguintes percepções: se o gasto com agroquímicos para a *limpa* da lavoura é trezentos e cinquenta reais (R\$ 350,00) para dois hectares, este valor poderia ser usado para o trabalho familiar de controle manual de planta espontâneas, equiparado a dez dias de trabalho para dois hectares, se a jornada fosse estimada em trinta e cinco reais (R\$35,00).

Como afirmaram alguns interlocutores/as<sup>175</sup>, o retorno deste crédito, mesmo que devolvidos em termos monetários, se projeta também na saúde, na qualidade de vida, na redução da pobreza, na diminuição do êxodo rural. Por isso, nosso propósito anterior em demonstrar a organização da geração de *renda* destes grupos a ser reconhecida nas políticas públicas. A terceira questão está na projeção de financiamentos nos *territórios* (desenvolvimento local) em estratégias de comercialização, agroindustrialização, armazenamento e assistência técnica, entre outros fatores que contribuem para criar *circuitos solidários* e resultando em renda monetária necessária a esses grupos familiares, considerando que estes investimentos aumentam a margem de *autonomia* requerida pela agroecologia. Senão, os agricultores/as ecológicos/as continuarão acessando outras linhas, inclusive a de custeio, para obter o seguro agrícola, mesmo que este financie apenas uma cultura. Interlocutores/as<sup>176</sup> relataram acessar custeio na forma existente, com notas inclusive, para garantir o seguro, pois também têm direito a cobrir perdas diante das intempéries naturais, mesmo não precisando do valor para custear a lavoura. Nestes casos, as políticas de financiamentos do Pronaf, nas linhas correspondentes a agroecologia, deveriam ser revistas e adequadas a este sistema como um todo, desde os ciclos iniciais de preparação para a produção, geração de *renda*, trabalho, comercialização e aproveitamento de recursos naturais, observadas como um sistema que preserva a biodiversidade.

---

<sup>175</sup> Entre estes interlocutores/as também fazem a reflexão por este caminho, integrantes da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA).

<sup>176</sup> E neste dado não foi possível nominar os dois interlocutores/as, pois mesmo com nomes fictícios poderiam ser associados a alguém. Foi-nos solicitado não revelar.

## VI

### “Endurecimento das Redes”: as Festas das Sementes e as Jornadas de Agroecologia

A semelhança não se obtém pela identidade de cada relato em cada contexto, mas ao contrário, pelo fato de que a mesma coisa é dita de modo diferente em todos os contextos.

(LATOURE, 1999, p. 193)

Nos capítulos anteriores, o caminho percorrido apontou, no cotidiano dos grupos familiares e dos coletivos organizados, no itinerário dos agricultores/as, os *projetos de vida* e as estratégias organizadas que constituem a rede da agroecologia (LATOURE, 2008). Esta, por sua vez, situada nos processos sociais, no redimensionamento das tecnologias de produção, nas formas de comercialização, nas múltiplas e diferentes relações, na reorganização dos espaços, na geração da renda e nos conhecimentos construídos. Nestes contextos etnográficos, a *multidimensionalidade* como concepção de desenvolvimento surge como um fio condutor para abrir nossa compreensão da “rede”, sendo que as ações, as tensões e os avanços realizados no processo demonstram que se faz na região uma agricultura distinta e se reafirma projetos em prol da construção de outra sociedade, caracterizada pelos interlocutores/as como *não capitalista*. Estas práticas nas UPVFs, na maioria das trajetórias de vida, mostram-se situadas nos processos sociais e constroem-se numa tessitura que alia *contestação* e *proposição*. Contesta-se a política das transnacionais em relação aos monopólios das sementes, da produção, do trabalho, da integração e da comercialização. Propõe-se a agroecologia nos *projetos de vida multidimensionais* dos agricultores/as, “enredados” em Além disso, também vamos descrever a trajetória de um grupo familiar que possui em sua UPVF, por meio do trabalho de resgate, reprodução e seleção, um *banco vivo de sementes*. Neste caso, vale destacar que a quantidade de culturas e suas variedades extrapolam em relação a outros, mas todos os agricultores/as adotam nas práticas cotidianas a reprodução de sementes crioulas que somam nas estratégias e contribuem para a resistência e o fazer agroecológico, sendo que estas são as sementes que são renovadas, multiplicadas, acrescentadas e *partilhadas* nas festas.

Neste sentido, as práticas são como “reinvenções do cotidiano” (DE CERTEAU, 2007) nas unidades familiares, no sentido antropofágico que o autor classifica. São as maneiras

como a agroecologia se faz presente no cotidiano – o modo como se pratica. Também se aproxima do triplo caráter que ele atribui às práticas nos sentidos “éticos, estéticos e polêmicos” (DE CERTEAU, 1985). Primeiramente, os agricultores/as apontam, na forma como fazem a agroecologia, um estilo conformado em *alternativo*, no qual figuram princípios básicos (ALTIERI, 1989) e como estes se transformam em ações distintas em construção nas unidades, além de que historicamente vêm alcançando expressão por meio de processos sociais e eventos. Segundo, o “ético” das práticas pode ser considerado pela recusa à identificação ao contexto de dominação e monopólio e o “polêmico” são as condições que se reúnem para a intervenção dentro deste, mediado pelas relações de força. Em outras palavras, nas acepções do referido autor, as práticas podem ser transformadoras, micros e se assentam no “espaço praticado”, no qual os sujeitos têm uma “vontade histórica de existir” nas distintas formas de intervenção que fazem para não se deixar dominar pelos projetos da agricultura, advindos da modernização conservadora, a exemplo das políticas e relações das integradoras de aves e de fumo, bem como do monopólio das empresas de semente e insumos em geral.

Ao mesmo tempo as “práticas” são analisadas por meio de conceitos como “táticas”, ação calculada à medida que os sujeitos estão dentro de outros campos de força, como no caso dos agricultores/as ecológicos/as que disputam nos espaços com projetos adversos, portanto, seus propósitos os remetem à arte, à invenção, à fabricação que encontram para fazer seus cotidianos nas resistências que abrem mobilidades. Logo, as “estratégias”, segundo De Certeau (2007), são calculadas e planejadas dentro das relações de força à medida que o contexto da agroecologia se coloca diferentemente dos contextos dos monopólios e da agricultura de modernização conservadora e constitui lugares de saber e de poder. Estas estratégias são amarradas a partir dos fios das práticas singulares, pelos coletivos organizados, *sujeitos coletivos ou coletivos políticos* – as organizações, cooperativas, sindicatos, associações e movimentos sociais, por intermédio dos saberes e ações socializadas entre mediadores/as e agricultores/as, uma vez que se trata de inserir a agroecologia na “rede ator” (LATOURE, 2008).

A partir da perspectiva de Latour (1999), ao assinalar as diferentes formas como são ditas as coisas entre os interlocutores/as, nos diferentes contextos buscamos compreender os significados e os sentidos que eventos/rituais promovidos por *coletivos políticos* imprimem na constituição simbólica, política e sócio-técnica da categoria. Sendo que os interlocutores/as socializam conhecimentos e sementes, celebram e recompõe suas forças (DAMATTA, 2000) - experiência que alimenta o cotidiano e gera resistências diante da latência e investidas da dos projetos de desenvolvimentistas. (ESCOBAR, 1996). Neste sentido, o *enfrentamento* ao

qual os interlocutores/as se propõem, refere-se às tentativas de “empalidecer”, enfraquecer e transgredir os novos modos de ordenamento em que se reorganizam os grandes domínios do mundo social e natural e suas sofisticadas formas de controle, massivos e centralizadores (VAN DER PLOEG, 2008). Exemplos disso são enfatizados pelos próprios agricultores/as nas rupturas que fizeram com as grandes indústrias de alimentos integradas, na migração de monocultivos de grãos e nas reorganizações que fizeram de conversão para a agroecologia, como versa no capítulo “A agroecologia enquanto se faz”.

As *festas* e as *Jornadas* caracterizam-se por momentos e espaços (VAN DER PLOEG 2008), a exemplo das lutas abertas, embora para o autor<sup>177</sup> estas não sejam as únicas formas de resistências, pois também se constituem no cotidiano dos agricultores/as, da mesma forma que identificamos no campo etnográfico como formas de enfrentamentos múltiplas. Ambos, *resistência* e *enfrentamentos*, também se expressam e se organizam na produção pequena ao invés de grandes escalas nas unidades familiares, na diversificação de cultivos em oposição aos monocultivos, na reprodução das sementes crioulas e das *adubações verdes*, contrária à lógica de adesão ao *pacote tecnológico*, e na produção dos itens necessários para a alimentação do grupo familiar.

As Festas e as Jornadas são imprescindíveis para *manterem vivas as lutas no Campo*<sup>178</sup>, como caracteriza um dos participantes do primeiro evento, pois estas reúnem ao mesmo tempo mística, crítica, contestação e proposição, advindas da combinação das lutas abertas com as lutas cotidianas, ambas traduzidas na celebração<sup>179</sup> tendo como foco central a *partilha* das sementes e dos conhecimentos, num mesmo espaço, em que cada agricultor/a *leva de casa e para casa*. A pedra angular deste contexto etnográfico ritual é a circulação dos saberes que dão movimento a um processo de busca e de devolução de experiências, mediadas pelas simbologias<sup>180</sup> das sementes, dos alimentos, das bandeiras como a possibilidade de *partilha*

---

<sup>177</sup> Van der Ploeg (2008) argumenta sobre a resistência do campesinato frente aos impérios alimentares. Embora este não seja nosso objeto de estudo específico, está interligado pelas práticas que a agroecologia adota, além de que muitos dos interlocutores/as se identificam como agricultores/as camponeses/as, enquanto outros se apresentam pela categoria da agricultura familiar. Compreendemos que os agricultores/as ecológicos/as da região também fazem enfrentamentos e resistem diante da ação das grandes indústrias alimentares, entre outros impérios, como sugere o autor.

<sup>178</sup> Luta significa, para os interlocutores/as, resistência, enfrentamento, ocupação, estratégia, organização e seus múltiplos sentidos que se misturam, advindos dos distintos movimentos sociais e organizativos.

<sup>179</sup> Celebrar é aqui entendido como ato de festejar, de atribuir importância, colocar à vista o cotidiano dos grupos.

<sup>180</sup> O *simbólico*, para Turner (2005), contribui para a compreensão, a conceituação de símbolos, definidos substancialmente como objetos, atividades, relações, eventos, gestos e unidades especiais. Todavia, estes estão envolvidos no processo social e transformam-se em ação social, força positiva num campo de atividades. O conceito de *símbolo multivocal* também nos remete a perceber a festa como geradoras de significados distintos

entre as *experiências singulares* (no grupo familiar) e *coletivas* (espaços festivos, organizativos e de estudo).

A partir das Festas e das Jornadas, com participação massiva, vimos acrescentar à categoria da agroecologia elementos que se inter-relacionam aos outros processos ancorados no mesmo porto: o *da transformação dos espaços dos interlocutores/as (UPVF) e da dinâmica dos movimentos e organizações sociais*. Características já mencionadas por mediadores/as e dirigentes durante as entrevistas, à experiência singular de fazer agroecologia, como versa especialmente o segundo capítulo, se acrescenta e se leva elementos das experiências coletivas e vice-versa. Esse movimento coloca ênfase nas práticas cotidianas mediadas pelos conhecimentos sócio-técnicos que na festa são “endurecidos<sup>181</sup>”. Neste sentido, podemos reafirmar que a agroecologia se sustenta também na dimensão *coletiva* dos processos, sendo que o sentido metodológico dos eventos é para constituir um espaço para contrastar, reformular e acrescentar (Latour, 1999, p. 181) conhecimentos na rede sócio-técnica, num movimento de reformulações daquilo que se faz nas UPVFs.

Um [pessoas] continuam, outras desistem [da agroecologia]. Parece que quando você tem alguém para discutir, para caminhar junto no coletivo, você aposta. Na verdade, há uma proposta coletiva e quando tem mais gente fazendo o que você está querendo fazer, você se sente parte, se vê junto e que não está sozinho. Por exemplo, onde há um sindicato puxando uma feira, um processo assim, mas vai ver se não tivesse, não ia animar aquele povo, não é uma pessoa sozinho que ia botar o pescoço para fora da água e dizer: “\_\_ Eu vou fazer agroecologia”, assim do nada. Quando tem cinquenta estudando junto, aí se animam, se encontram, se ajudam. Por exemplo, um encontro de agroecologia que reúne duas mil, quatro mil pessoas, você vê que tem gente de todo o Brasil fazendo. (Sr. Serinei, mediador, professor na Universidade).

Escutamos, tanto dos mediadores/as quanto dos agricultores/as, a exemplo do relato acima, as afirmações de que os *coletivos políticos* são bases de sustentação e animação na rede da agroecologia. Sendo assim, se apresentam por distintas formas à medida que

---

onde se situam princípios e valores desta organização social engendrada na agroecologia da região. (Turner, 2005, p. 49 - 60)

<sup>181</sup> O “endurecimento” a que referimos nos remete a Latour (1999) na perspectiva da análise sócio-técnica dos fatos que contribuem para a composição da rede da agroecologia. Considerando então que fatos (práticas, estratégias, ações, conhecimentos, pesquisas, entre outros elementos) sempre que fazem poucos deslocamentos, são “moles” e fracos e nesta situação a extensão da rede também é pequena. Pois, o endurecimento de um fato requer um trabalho longo e custoso na busca de recursos que lhe servirão de lastro para reafirmá-lo, no caso da agroecologia no contraste com outros estilos de agricultura. É preciso então, fazer os fatos novos entrarem em debates, em contradição, em estudo com os que já existem e, por outro lado, fazer com que mais atores humanos e não-humanos componham estes fatos, enredando-os e tornando-os indispensáveis. Então, a proposição é identificar nos processos coletivos as distintas estratégias que endurecem a rede da agroecologia.

historicamente foram assumindo o debate e a socialização de conhecimentos entre mediadores/as e agricultores/as, por meio da participação nos Grupos de Base, GSPs, ECAS, Projeto Vida na Roça (PVR) e mais recentemente o Curso Pós-Médio, grupos de debate de desenvolvimento nos municípios, Festas e Jornadas. Por outro lado, mediadores/as, a exemplo do Sr. Valdir e da Sra. Janete, ressaltaram que a construção do *projeto de vida* como hoje se configura foi resultado do acúmulo desde os primeiros processos. Dito de outra forma, os processos vão se reconfigurando também à medida que nas unidades familiares se faz agroecologia, pois estas são *laboratórios de conhecimentos* (segundo o Sr. Vanderley, dirigente do cooperativismo solidário), atribuído pela antropologia das ciências das técnicas de Latour (2000) e Callon (1986) como conhecimentos que se constituem e circulam nos mesmos espaços.

Esta continuidade e a mobilidade em prol das ampliações, reconstruções e consolidações destes conjuntos de conhecimentos sócio-técnicos que vêm sendo disponibilizados entre os atores, demonstram essa tessitura da rede (LATOURE, 2008) agroecologia, além da articulação nas práticas das unidades familiares, mas também nos eventos que se interconectam nos municípios, nas regiões e no Estado, como nas Festas das Sementes, nas Jornadas e nas ENAs<sup>182</sup>. Neste caso, o “endurecimento” (LATOURE, 1999) da rede acontece por intermédio da capacidade e das estratégias dos *sujeitos coletivos* organizados nas mobilizações dos agricultores/as, em socializar, acrescentar e reconstruir suas práticas, a exemplo das Festas das Sementes e nas conexões com os outros eventos. Em outras palavras, o “endurecimento” dos conhecimentos sócio-técnicos depende da circulação de agricultores/as, lideranças, dirigentes e mediadores/as nos vários espaços.

Nesta perspectiva, interessa analisar que os processos<sup>183</sup> organizativos e de estudo, assim como os festivos, foram apreendidos e situam-se nas lutas sociais, tendo também entre os propósitos reafirmar princípios, valores, posições e práticas que os distinguem e se

---

<sup>182</sup> A criação da Articulação nacional de Agroecologia (ANA) aconteceu dezembro de 2002, após o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia – I ENA, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em agosto deste mesmo ano. Esse Encontro refletiu o acúmulo de vários anos das organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura e deliberou a criação da ANA – resultado da organização em torno da agroecologia que se interliga também à práticas, redes, organizações internacionais, em especial na América Latina. (ANA, 2011)

<sup>183</sup> A referência ao conceito de *processo* se aproxima do que Victor Turner (2008, p. 27) explica por “*processo social*” sendo o curso geral da ação social na dinâmica das relações sociais, no nosso caso, no campo da agricultura familiar e campesina na região Sudoeste do Paraná, no qual se observam movimentos, mudanças e persistências na interação cotidiana subjetiva de cada grupo familiar e dos *coletivos políticos* da agroecologia.



opõem<sup>184</sup> com a agricultura *convencional*. Caporal e Costabeber (2004) assinalam a construção da base conceitual da agroecologia, constituída pelas dimensões éticas, políticas, sociais e culturais e não apenas por aspectos produtivos, baseados em tecnologias que contribuem para atuar na conservação e regeneração dos sistemas ambientais. Se para os autores a preocupação recai na percepção de que esta é constituída para além das dimensões ecológicas, no campo etnográfico da região Sudoeste do Paraná a categoria se faz também relacionada com estas mesmas dimensões. Entretanto, cabe assinalar que sua dinâmica foi apropriada e apreendida nas atuações da Assesoar, dos STRs e dos movimentos sociais, entre estes o Movimento dos Sem Terra ligado à Via Campesina, dos quais decorrem muitas das apreensões sobre a *mística* como um dos elementos importantes das Festas das Sementes.

Com base nestas nuances, captadas a partir das e nas narrativas, como no relato do Sr. Sidnei<sup>185</sup>, na expressão “*Numa festa das sementes, tu se acha com o teu povo, fala a mesma língua, então eu me sinto em casa [...]*”<sup>186</sup>, compreendemos que para o agricultor/a a festa das sementes é identificação com outros que também têm *projetos de vida* na mesma perspectiva, enquanto para o Sr. Serinei, mediador, além disso, é também espaço de fortalecimento das práticas. Neste sentido, a estratégia é a articulação entre movimentos sociais *singulares* e *coletivos* como reunião de ideais, valores, posturas e a reafirmação destes no “endurecimento” da rede (LATOUR, 1999) que vimos acrescentar nas posições dos agricultores/as. Ao reverso dos monopólios das sementes, que comercializam e detêm o controle destas, na *Festa* são *partilhadas* como “bem” (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2009), de controle ou de *domínio público* e *coletivo*. Afinal, como já tratamos no capítulo três, selecionar e reproduzir a própria semente para os cultivos são conhecimentos “sócio-técnicos” que passam de uma geração para outra e se consolidam à medida que circulam e asseguram a *autonomia* destes grupos e da própria rede da agroecologia. Nesta perspectiva, olhares atentos aos “processos”, os percursos das ações sociais, desde Turner (2008), podem ser vistos como interação, recriação e revitalização do cotidiano dos grupos familiares, que nas *Festas* e *Jornadas* se interrompem e se diferenciam, mas na reunião com outros interlocutores/as revitalizam-se e redimensionam forças para estar na agroecologia, a exemplo das análises de DaMatta (1986) no que se refere

<sup>184</sup> A partir de autores como Victor Turner, Stanley Tambiah e Max Gluckman, os rituais podem ter propósitos de manter e perpetuar uma ordem social, mas também questionar, contestar e reivindicar esta mesma ordem. Tanto Turner (2005, 2008) nos rituais Nedmbu, observou movimento, mudança, assim como persistência e estrutura, evidenciando o caráter dinâmico das relações sociais.

<sup>185</sup> Agricultor ecológico, reassentado do MAB e membro do conselho de certificação participativa da Rede Eco Vida.

<sup>186</sup> Sr. Sidnei, agricultor ecológico, reassentado do MAB, integrante da Rede Ecovida Núcleo Sudoeste do Paraná.

às festividades brasileiras como o carnaval e as festas religiosas. Por outro lado, este cotidiano que é trazido para as *Festas e Jornadas* pelos agricultores/as são também elementos que compõem seu ritual, ou seja, junto com as sementes e os conhecimentos que *se traz e se leva para casa*, realizado no movimento da *partilha*, se sustentam trocas simbólicas, num coletivo que se identifica e faz emergir uma agroecologia relacionada a um projeto social aspirado pelos movimentos e organizações sociais.

Em relação a rituais festivos, com performances apreendidas nas “lutas abertas”, dos movimentos e organizações sociais, a categoria dos *dramas sociais* infere à possibilidade para compreender os conflitos que vivem os agricultores/as da região na questão das sementes e das práticas que delas decorrem, assim como, remete-nos à análise *simbólica* e ao *contexto* que emerge, tanto da prática social que gera a *feira*, quanto do evento em si. Isto nos mostra um “*campo de forças*” (TURNER, 2008, p. 15) ou mobilidade entre “relações de força” (DE CERTEAU, 1985) na agroecologia, no qual são resgatados e reconstruídos outros princípios, regras, relações, que priorizam a diversidade – a biodiversidade<sup>187</sup>, em conflito com as ideologias e práticas do modelo gerado a partir da modernização conservadora e das empresas exploradoras de recursos naturais, no patenteamento e exploração de espécies, que deixam de ser de *domínio público* para submeterem-se ao controles e interesses privados, a partir dos quais são gerados para embates e enfrentamentos.

No campo etnográfico, os interlocutores/as argumentam pela não destruição da *sócio-biodiversidade* pela sociedade industrial, e consumista, para avançar em direção a uma *sociedade de sustentação de toda a vida*, que se oriente por um modo socialmente justo e ecologicamente sustentável de viver, cuidar das comunidades, da vida e proteger as bases físico-químicas e ecológicas que sustentam os processos vitais, inclusive a vida humana (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006 b, p.14).

Enquanto as organizações e os movimentos ligados à Via Campesina, à Rede Ecovida de Agroecologia<sup>188</sup>, ao Fórum das Entidades<sup>189</sup> e aos Movimentos Sociais e de Agroecologia

---

<sup>187</sup> Tomamos o conceito de biodiversidade a partir de Escobar (1997 b), quando o define como um discurso histórico, social e politicamente construído, o qual ancora um aparato de verdades em vastos domínios sociais, resultantes de conjuntos de instituições que sistematicamente organizam a produção de formas de conhecimentos, tipos de energias, ligando uns aos outros, estratégias e programas concretos. O referido autor aborda biodiversidade a partir dos Movimentos Sociais, entendendo estes como aqueles que, mesmo reconhecendo o discurso da biodiversidade como dominante na sociedade globalizada, o contrapõe com a construção de estratégias políticas na defesa do território cultural e identidades ligadas à determinados lugares históricos territoriais, mediados por considerações políticas e ecológicas.

<sup>188</sup> A criação da Rede Ecovida no Sul do Brasil vai se fortalecendo no contexto da *agricultura ecológica*, que reúne debates e apóia os processos de educação, além de articular a dimensão política. Esta também é “certificadora”, avalia por um sistema participativo a conformidade orgânica nessa produção, constituída por

promovem este acontecimento, retratando a sua prática de lutas, simbologias e linguagem, o outro projeto de desenvolvimento e de agricultura ocupa-se também em promover seus eventos. Estes ressaltam uma performance distinta, nomeada de *Workshop Rural* ou *Show Rural*, com exposições das altas tecnologias de sementes, insumos, herbicidas, inseticidas, maquinários e relatos dos *bem sucedidos empresários rurais* que, sem distinção, direcionam suas políticas de *marketing* entre agricultores/as em geral. Podemos assinalar que entre as festas dos *ruralistas* e as da *agroecologia* contrastam-se, indiscutivelmente, dois projetos sócio-políticos. Todavia, a preocupação com a ecologia está situada em ambas, distinguindo-se pela opção crítica dos agricultores/as ecológicos/as quanto a questões sociais que implicam na exploração do trabalho, na exclusão e na dominação dos povos, agregando nas mesmas lutas também a conservação, recuperação e controle dessa biodiversidade que ambos os sistemas agrícolas abordam.

Dois exemplos práticos ilustram esta questão, comentados com indignação por interlocutores/as na época do trabalho de campo. Primeiro, trata-se da preocupação que os grandes produtores/as de grãos, técnicos/as e empresas têm em relação ao destino das embalagens de agroquímicos, que depois de terem contaminado a terra, o ar e as águas, propõem o recolhimento destas e a devolução nos postos de venda, como demonstrou uma propaganda na rede televisiva, embora seja inegável que o destino das embalagens vazias causam mais estragos se depositadas a céu aberto e no contato com águas das chuvas, rios e nascentes. Outro exemplo, também em reportagem televisiva, se refere à contaminação dos alimentos, fator salientado de diferentes formas e ações pelos interlocutores/as, mas que a mídia apontava como solução lavar bem frutas, verduras e legumes antes do consumo, como se esta medida fosse eficaz no que se refere à contaminação química. Ambos os exemplos demonstram que os agroquímicos causam danos à saúde e ao ambiente, premissa a qual ouvimos de todos os mediadores/as, agricultores/as e lideranças, classificados como *venenos*, com sentido substancial daquilo que mata. A diferença está nas formas, a *priori* “neutras”, como se apresentam as soluções para a conservação do ambiente e da saúde das pessoas, sem nenhum compromisso político, social, cultural e econômico. Pois, nenhuma das atitudes sugeridas refletem as questões da dependência das grandes empresas, da falta de liberdade

---

entidades da região. Articula-se também com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a exemplo do circuito de comercialização realizado para fazer chegar produtos de uma região à outra.

<sup>189</sup> O Fórum Regional das Entidades é constituído por dirigentes/lideranças das entidades municipais ou regionais, nos dois âmbitos, porém, atua com função distinta e tem poder de debate e de proposição nos projetos de desenvolvimento da Agricultura Familiar. (Ver Anexo 3, fluxograma 1 do campo etnográfico).

para criar dentro das práticas de agricultura e de uma política menos superficial<sup>190</sup> de cuidado em relação aos recursos naturais, já que as embalagens representam perigo, mas o conteúdo “destilado” nas grandes extensões de cultivos parece ser silenciado no que diz respeito às consequências.

Os mediadores/as contrastam a preocupação com a biodiversidade pautada pelas empresas, com a dos movimentos sociais e de agroecologia. A primeira, preocupa-se com a extinção dos recursos naturais e os controles que podem ou não ter sobre estes, principalmente quando se trata de espécies úteis à indústria alimentar, farmacêutica e estética; a segunda, para além da luta ecológica de preservação da biodiversidade, preocupa-se com o grau de autonomia dos povos e dos recursos de ordem de domínio público ou da natureza, como patrimônio coletivo e não privado da industrialização, além de inserir-se nas lutas sociais que visam à autonomia dos agricultores/as, a consciência crítica de que são explorados, o fim da pobreza e da expropriação no campo, a qualidade de vida das pessoas, inclusive das cidades, a produção de *alimento limpo* e a geração de renda.

### **Sementes Crioulas: símbolo da reprodução da vida**

Para agricultores/as, lideranças e mediadores/as, com a modernização conservadora da agricultura, as sementes foram sendo apropriadas pelas empresas e se diferenciam por serem híbridas, sintéticas ou transgênicas, alocadas num *pacote agrícola*, junto com insumos, *manejos* e políticas que têm altos custos, além de estarem conectadas nas relações com a agroindustrialização de alimentos e fabricação de medicamentos controlados mundialmente pelas grandes empresas – ou *monopólios*. Então, a perda das sementes crioulas e a aquisição destas outras, oferecidas nas condições do *pacote*, é também a perda do controle da produção por parte dos agricultores/as, que foram se vendo cada vez mais em situação de empobrecimento e exclusão diante dos fracassos gerados na monocultura.

---

<sup>190</sup> Na nona (9ª) Jornada de Agroecologia uma das conferencistas assinalou que as grandes empresas querem manter parte de sementes crioulas – reservas de biodiversidades- para poder produzir e industrializar suas fórmulas e vender, diferentemente dos movimentos e organizações sociais que lutam por autonomia e domínio público das sementes.

As sementes de trigo, de arroz, de feijão e de mandioca foram desde os primórdios coletadas e cultivadas por camponeses, sendo as mulheres<sup>191</sup> as primeiras a se preocuparem com a seleção e reprodução destas. Contudo, as sementes crioulas são patrimônio da humanidade<sup>192</sup>, pois são mais de doze mil anos de cultivo, seleção, coleta, adaptação e melhoramento genético (ASSESOAR, 2004, p. 10). Na região as sementes foram trazidas pelos imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na ocupação das terras na região, na produção da agricultura para subsistência, principalmente a cultura do milho e do feijão e suas variedades, mas também outros itens como a mandioca, a batata-doce, o arroz, o trigo entre outros, assim como, ervas medicinais e alguns animais. Apesar das práticas extrativistas, os caboclos já tinham experiências em criação de porcos soltos no mato e comercializavam com a Argentina (BONETI, 2005), mas foram os descendentes de imigrantes os responsáveis por trazerem as variedades de sementes para a *agricultura de subsistência* e a *reprodução da vida*, numa prática carregada consigo desde suas origens.

A atuação da Assesoar, juntamente com o STR, iniciou o trabalho de educação com a organização de grupos de base nas localidades existentes, nos assentamentos de Reforma Agrária e Reassentamentos do Movimento Atingidos por Barragens (MAB), além das localidades tradicionais, tendo em vista a construção de práticas de *agricultura alternativa* diante da modernização conservadora da agricultura, com ações de recuperação de solo por meio das tecnologias de *adubação verde* e reaproveitamento de dejetos animais; da diversificação de culturas; da criação de pequenos animais; dos consorciamentos; das barreiras verdes em solos íngremes; e dos cultivos com base nos cultivos com sementes crioulas. Sendo isto para a alimentação do grupo familiar e para comercialização, dando início à tessitura da rede não só nos aspectos organizativos, mas dos conhecimentos sócio-técnicos (LATOURET, 1999).

---

<sup>191</sup> Na Convenção sobre Biodiversidade Ecológica (CBE) se reconhece a importância do papel fundamental das mulheres na conservação e utilização sustentável da biodiversidade, sendo necessária sua participação na formulação de políticas que venham a ser elaboradas nessa área (BRASIL, MMA, 2000, p.08).

<sup>192</sup> Neste sentido, dois documentos são importantes. Primeiro, o *Tratado internacional sobre os recursos fitogenéticos para a Alimentação e a agricultura* assinala o direito dos agricultores de conservar, utilizar, trocar e vender sementes, além da adaptação das estratégias de melhoramento e da regulamentação em matéria de aprovação de variedades e distribuição de sementes (THE INTERNATIONAL, 2004). Segundo, as sementes são a parte cultivável da biodiversidade, a CBE reconhece a importância da conservação e utilização sustentável da diversidade biológica e “a importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso e a repartição de recursos genéticos e tecnologia” (BRASIL, MMA, 2000, p. 08).

Com a modernização agrícola, muitos passaram a adquirir as sementes híbridas, principalmente do milho, produto típico da região e em seguida da soja – produto da monocultura que vai se impondo no país. Logo, foram observadas as conseqüências disso, pois estas são mais exigentes no uso de adubação química por causa do desgaste que causa ao solo e, dependendo das condições climáticas ou intempéries naturais, têm baixa produtividade, pois são menos resistentes em relação às variedades crioulas, exigindo mais investimentos financeiros. Então, à medida que os agricultores/as vão adotando a prática da monocultura, perdem suas sementes e com isso está imbricada a questão social da perda da *autonomia* e da biodiversidade, como mostram as reflexões na questão ecológica<sup>193</sup>. Ou seja, assim como entram as plantas, entram em extinção espécies de animais e conseqüentemente o desaparecimento e enfraquecimento de outros recursos naturais.

Uma das ações registradas no ano de 1985 é a experiência do *banco de sementes* com o propósito de resgatar e manter variedades, pois havia um apelo dos agricultores/as para terem de volta sementes dos trigos, nas variedades *fontana e peladinho*, e dos milhos *cateto e azteca*, decorrentes da comparação que já conseguiam observar entre a fragilidade das sementes melhoradas e da resistência das crioulas. Este banco, organizado na época pelo departamento técnico da Assesoar, em conjunto com os agricultores/as, teve um suporte de formação do Centro Nacional de Recursos Genéticos, por meio de agrônomos que participaram de cursos realizados em Brasília (ASSESOAR, 1987 a, p. 08). Segundo relatos dos mediadores/as, manter um banco de sementes não é uma tarefa simples no que se refere à conservação e armazenamento, sendo que exigiria recursos para essa manutenção, além das pesquisas necessárias e profissionais. Também destacaram que o chamado *banco vivo* foi o caminho que se construiu para manter uma diversidade de sementes nas mãos dos agricultores/as, cultivando e selecionando ano a ano, quando necessário nas UPVFs, realizando experiências.

---

<sup>193</sup> A abordagem de ecologia realizada na região pelos movimentos sociais e organizações se aproxima da reflexão de Santamarina Campos (2008, p. 169-178) quando aponta a perspectiva política da ecologia, cunhada inicialmente por Henry Wolf, Karl Polany e Clifford Geertz, num enfoque em que inter-relaciona economia, ecologia e poder. Sendo que Wolf salienta a importância de analisar as conexões entre o local e o global num mundo permeado por conexões e que a ideologia reduz a nomes (nações e culturas), a coisas para dominação. Segundo a autora, as influências de Michel Foucault nas análises que empreende sobre inter-relações entre poder, saber, discurso e suas funções de governamentalidade, técnicas e aparatos disciplinares, geraram a necessidade de atenção às questões de poder, a exemplo das investigações de Arturo Escobar. Se refere à abordagem marxista com a reflexão da capitalização da produção e da representação, suscitando a necessidade de aprofundar o ecológico com os conflitos sociais. Além disso na obra “Ecología y poder” problematiza os discursos sobre meio ambiente a partir da perspectiva da mercantilização (SANTAMARINA CAMPOS, 2006). Também tomamos a concepção de Escobar (1999, 1997a, 1997b) quando aponta que o desenvolvimento, assim como, a biodiversidade, a natureza e a ecologia, como discursos historicamente construídos e se diferenciam na forma como as grandes empresas e organizações globais categorizam e solicitam a preservação, geralmente para fins industriais, entre outros; os Movimentos Sociais que pautam uma noção de cuidado e preservação destas, situados nos seus conhecimentos, condições de vida nos territórios e cultura.

Considerando que os conhecimentos nestas práticas são milenares e se disseminaram pelas gerações, mesmo com todos os problemas que se têm nos cruzamentos genéticos em relação à polinização em algumas culturas, principalmente com o milho. O Sr. Isac, que possui um banco de sementes em sua UPVF, diante das questões de polinização tem adotado estratégias como o plantio com 45 dias de intervalo de tempo ou com distanciamento maior, mas afirma que não é impossível preservar as características genéticas de cada variedade, apesar de que a Sra. Janete, mediadora afirma que esta deveria ser tarefa dos órgãos de pesquisas estatais, não dos agricultores/as.

O Sr. Vanderley, dirigente do cooperativismo, assinalou que o agricultor familiar, como se referiu na figura da geração de seu pai, possui conhecimentos que lhe possibilita construir suas próprias tecnologias na área da produção, principalmente sobre como selecionar sementes para constituir seu próprio banco. Porém, a geração mais jovem, com a aquisição das sementes híbridas e insumos das empresas, estão deixando de aprender esta prática e obter *autonomia* em relação às empresas numa produção agroecológica. Já o Sr. Ari, mediador, destacou os experimentos que se iniciaram nos anos 1980, com as sementes crioulas, ou seja, mutirões realizados nas *roças de experimentos* com variedades de milho, conseguidas com o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) ou recuperadas entre os agricultores/as. Algumas perguntas os desafiavam a verificar se as variedades crioulas produziam bem e se teriam condições de competir com as híbridas. Experimentos, por exemplo, na Linha Guanabara, em Francisco Beltrão, em 1993, realizado em três safras consecutivas com sementes crioulas, sendo que as 49 variedades testadas na região mostraram resultados surpreendentes na produção, especialmente as variedades *carioca*, *palha roxa* e o *antigo maia* (ASSESOAR, 1993, p. 04).

O termo *crioulo* aparece nos registros como *milho crioulo*, *rústico* ou *comum*. Num diálogo ilustrativo na revista Cambota, de 1987, duas sementes conversam sobre si e o que necessitam para produzirem, bem como, quais agricultores/as cultivam com uma ou outra e o que isso representa. Entre os elementos que diferenciam o “uso” da *crioula* está a condição de ser *pequeno agricultor*, pois é este que tem disposição para selecionar sua própria semente, com custo baixo e compreender que se pode produzir com maior rendimento. E ainda, são os que necessitam tornarem-se independentes do consumo dos *pacotes tecnológicos*, ou que pela consciência crítica rejeitam o uso de agroquímicos. Caracterizando assim o agricultor/a consciente como aquele que produz sua própria semente (ASSESOAR, 1987 b, p. 04 - 05). Desde o início esta prática se distingue de outras práticas ecológicas pelo caráter sócio-político que imprime no processo, sempre problematizando a questão da dependência do agricultor/a em relação às empresas.

Tanto agricultores/as, quanto lideranças e mediadores/as das organizações sociais debatem e argumentam que a *semente crioula* é constituída de uma variabilidade genética<sup>194</sup> que garante a sobrevivência e a resistência destas nos cultivos. Tidas de certa forma como *impuras*<sup>195</sup> pelas indústrias, pois as híbridas/sintéticas são selecionadas com o mínimo de variabilidade para garantir sua *pureza* e com isso ter o controle do ponto de vista sócio-político, ter o domínio sobre, ou seja, a patente, e do ponto de vista ecológico, ter o controle nos cruzamentos genéticos e sua baixa reprodutividade, garantindo que o agricultor/a compre a semente a cada ciclo de produção. Na agroecologia, os mediadores/as argumentam que é a lógica da “*impureza*” destas sementes que garante ao agricultor/a fazer a reprodução e os cultivos, com possibilidade de menos perdas e rendimentos adequados às especificidades físicas da terra e variações climáticas pela adaptação que desenvolve ao longo dos anos.

Experimentadas e confirmadas pelos relatos dos interlocutores/as, as sementes crioulas são avaliadas com possibilidades de uma produção mais resistente às intempéries climáticas, diversidades de solos, pois na seleção e nos melhoramentos que se pode fazer, evita-se plantas frágeis ou muito altas, com o poder de adaptação às regiões que esta desenvolve ao longo dos anos. Exemplo disto aconteceu com o milho na UPVF da Sra. Janete que, mesmo diante do período prolongado de estiagem, produziu melhor em relação aos cultivos de milho com sementes híbridas e transgênicas de seus vizinhos. Além disso, o armazenamento das sementes requer alguns cuidados, constantemente recomendados pelos técnicos/as, mas não impossíveis de serem feitos, tornando viável que o próprio agricultor/a guarde suas sementes, pois são anos de experiência e conhecimento acumulados (ASSESOAR, 1991, p. 04-05). Atualmente, observamos nas UPVFs o uso de garrafas plásticas de refrigerante (PET) para o armazenamento de grãos, para evitar os carunchos, por exemplo. Mas há também a

---

<sup>194</sup> Segundo mediadores/as, enquanto variabilidade genética, a “pureza” das sementes melhoradas se refere ao padrão das plantas. Todas têm um comportamento semelhante, nascem, crescem, florescem, amadurecem, têm o mesmo peso entre as sementes, cor, textura, entre outras características. Mas o que as torna parecidas à lógica industrial é a possibilidade do “padrão” a ser obtido pelas empresas. Já as sementes crioulas, como têm genes de todas as naturezas, apresentam plantas com comportamentos diferentes, difícil de manejar no conceito industrial. Todavia, mais preparada às adversidades, porque sempre se tornarão plantas adaptadas ao ambiente físico-geográfico com capacidade de resistir. Neste caso, têm materiais parecidos que transmitem de *pai* para *filho* as mesmas características, chamadas de variedades. A mistura de variedades só é interessante para gerar novas variedades, mediante seleção por alguns anos.

<sup>195</sup> As categorias de *puro* e *impuro*, assim como de *poluição*, são propostas por Mary Douglas (1966) quando as define situadas à experiência, que por meio de estruturas simbólicas (linguagem, símbolos, posturas, posições, entre outros elementos que dão unidade a essa experiência) se relacionam e adquirem sentido. Portanto, tais categorias inserem-se na vida social, na relação entre distintos elementos da sociedade como reflexo de uma organização hierárquica válida para todo sistema social. O *impuro* e o *puro* das sementes, neste caso, estão relacionados às experiências dos agricultores/as nos seus conhecimentos e nas relações que imprimem sua experiência na tensão com o monopólio das grandes empresas e todo seu aparato tecnológico, disputando sentidos e espaços entre uma concepção e outra.



experiência de construção do *silo secador* com circulação de ar, com estrutura circular construída com tijolo cimentado, base de madeira trançada para entrada de ar, assentado em pilares. O tampo feito em madeira pode ser removido para circulação de ar, principalmente quando acionado o motor.

Junto aos experimentos de sementes de milhos crioulos, foi realizado o trabalho de recuperação de solo com a *adubação verde*, principalmente com as variedades de feijões. Dentre as situações descritas por mediadores/as e agricultores/as, relatou-se que os municípios de Salgado Filho e Francisco Beltrão chegaram a comercializar sementes de leguminosas para *adubação verde* para o Estado de São Paulo, entre as várias roças que fizeram nessa época na região. Ainda, segundo os mesmos informantes, nas localidades por onde passavam fazendo reuniões, distribuíam sementes de mucuna, de feijão de porco, de avica, numa dinâmica de troca que se transformou em “*um mecanismo interessante e se criou uma prática bonita de agricultura*” (Ari, mediador).

Os sindicatos e posteriormente as associações<sup>196</sup> foram assumindo nos municípios este trabalho de multiplicação das sementes para *adubação verde* e constituíram-se num espaço de busca das sementes crioulas. A Assesoar estava presente nesta articulação com os mediadores/as a campo, os quais relataram existir nessa época em torno de trezentas lavouras de milho, de diversas variedades, com práticas de seleção e reprodução de sementes. A distribuição das sementes era feita aos associados/as da entidade perante o compromisso de que estas fossem devolvidas em dobro, para serem *partilhadas* com outros. Além disso, não eram somente grãos, apesar do investimento na experimentação das lavouras de feijões (*adubação verde*) e milhos, se passou a conceber sementes também no que se refere à reprodução de animais e mudas vegetais e para além dos itens de alimentação, com a reprodução e cultivo de ervas medicinais.

A Mesorregião do Sudoeste é um dos espaços onde nasce a luta pelo resgate, cultivo, seleção e *partilha* de sementes, inclusive o trabalho com os milhos crioulos teve destaque, quanto ao potencial e variedades, na rede de tecnologias alternativas composta por 26 organizações de 13 Estados do Brasil, apresentado no Seminário Nacional de “*Alternativas de produção de milho para pequenos agricultores*”, em Minas Gerais, em 1991, ocasião em que

---

<sup>196</sup> As associações surgem como formas de institucionalização dos processos, são formas organizativas nos municípios, sendo que nessa época existiram em torno de quarenta Grupos de Base na região, que foram a sustentação dessa prática. Estas associações foram a possibilidade para se transformar o que estava sendo produzido e ainda comercializar. Por exemplo, a Associação 22 de Junho foi fundada no município de Mangueirinha por 13 famílias do Assentamento Vitória da União, com moinhos de fubá, canjica e descascador de arroz, assim como, a Associação de Alto São João inaugurou moinho no município de Salgado Filho, ambas nessa época (ASSESOAR, 1990).

se reuniram experiências de todo o país. A rede de tecnologias alternativas, a partir das experiências dos milhos crioulos, tinha o objetivo de buscar apoio da pesquisa oficial da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por meio do Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo (CNPMS), de Sete Lagoas/MG (ASSESOAR, 2010, p 17). Atualmente, há a luta para que órgãos públicos de pesquisas ajudem a assumir a questão das sementes, seu armazenamento, melhoramento genético e preservação de variedades em relação a contaminação dos transgênicos a que estão expostas, tendo em vista que estas são concebidas como patrimônio público da humanidade e não das empresas privadas.

Desde o início dos processos, as práticas que motivaram o resgate, a produção, a seleção e a *partilha de sementes* são fortalecidas em processos educativos e organizativos na região, assim como também motivam e geram as experiências de *agricultura alternativa, sustentável, orgânica* e, ultimamente, *a agroecologia* da região. É um movimento no qual as práticas derivam dos processos, mas também se sustentam nas experiências dos grupos familiares. Posterior aos Grupos de Base e aos experimentos de *adubação verde* e produção de milhos, outros processos educativos como as ECAS<sup>197</sup>, os Grupos de Gestão de Sistemas Produtivos (GSPs), o Projeto Vida na Roça (PVR) e o Curso Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, coordenados pela Assesoar em parceria com Sindicatos, Universidades e outras Entidades da Agricultura Familiar e Via Campesina, vão agregando elementos na experiência das sementes, da organização das próprias festas e da agricultura ecológica que se sustentam mutuamente. A dinâmica que ampara esses processos possibilita a construção de conhecimentos permeados nos processos sociais, tanto no que se refere à construção dos *projetos de vida* quanto nas ações organizativas coletivas.

Também o programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDCs) da Cresol, que em alguns municípios, em conjunto com outras organizações da Agricultura Familiar, têm realizado experimentos com as sementes crioulas. Por exemplo, em alguns municípios da região há atualmente ensaios de produção de milho com sementes crioulas e de *adubação verde*, organizadas no programa dos ACDCs, como forma de enfrentamento ao *pacote tecnológico*, diminuindo os custos de produção, conservando recursos da biodiversidade e produzindo itens variados para a alimentação, nas formas *in natura* ou agroindustrializados. Alguns agricultores/as relataram que os cultivos com sementes

---

<sup>197</sup> Esses processos de formação, desde seu início, aliaram a crítica às formas impostas pela agricultura moderna à construção de alternativas nas Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVF), assim como, foram pautando por meio da educação popular, o que denominam hoje de *projetos de vida* com as famílias agricultoras. *Agricultura Alternativa, Sustentável, Orgânica e Agroecológica* foram categorias cunhadas nesses processos, sempre aliadas às práticas dos movimentos sociais de libertação da América Latina.

crioulas tem benefícios da redução do uso de agroquímicos, além das variedades serem mais resistentes e adaptáveis às condições climáticas e geográficas. Todavia, aqueles que estão há mais tempo na agroecologia argumentam as questões sócio-políticas em relação à *autonomia*. Contudo, os estrangulamentos para a disseminação da seleção e reprodução de sementes estão nas fortes investidas da agricultura de modelo empresarial, que possui mais mecanismos de alcance massivos dentro do pacote financiado por políticas de crédito. As práticas de resgate realizadas pelos ACDCs e por outros agricultores/as deveriam ser multiplicadas e apoiadas pelos institutos estatais de pesquisa, a fim de fortalecer esse *banco vivo* como patrimônio coletivo. E, sucessivamente, as políticas públicas deveriam assegurar recursos financeiros e trabalho de educação e assistência técnica para um alcance maior.

### **A festa: espaço de reflexão e partilha**

A Festa das Sementes é espaço de partilha, quando os participantes trocam suas sementes buscam garantir que mais pessoas continuem preservando sementes, e, ao mesmo tempo, se transformarem em portadores da mensagem de emancipação social da agricultura familiar camponesa.

(ASSESOAR, 2006, p. 17)

As *Festas das Sementes* na região são expressões dos processos de resgate, seleção, e reprodução de sementes crioulas na região Sudoeste do Paraná, no Brasil, com a participação de agricultores/as dos diversos municípios. Historicamente originária das práticas da *agricultura alternativa*, o movimento central do ritual é *trazer e levar sementes* e o comprometimento em reproduzi-las para as próximas edições do evento. O foco principal é a *partilha* das sementes, constituindo-se num *banco vivo*, que pela reprodução se renova a cada ano nos plantios. Isto caracteriza um movimento de conhecimento, numa *dinâmica de troca e de partilha*, que nos remete a perguntar o que isto significa no contexto da agroecologia e no cotidiano dos agricultores/as?



Fotografia 13 - Partilha de Sementes. Assesoar, 2008

Variedade de sementes de milho crioulo na mesa de partilha da IV Festa das Sementes realizada no município de Ampère em 2008.

Tal acontecimento - a festa - é decorrente de processos educativos e organizativos que vêm sendo vivenciados desde o ano de 1985, nos quais se construíram práticas de resgate, reprodução, seleção e troca de sementes crioulas, articuladas à produção de alimentos e geração de renda, que ao longo de mais de vinte e cinco anos foi incorporando os princípios da agroecologia, do *alimento limpo*<sup>198</sup>, concretizados na construção do *projeto de vida*. Segundo os mediadores/as, as festas surgem com mais força diante da necessidade de se fazer *enfrentamentos* ao surgimento das sementes modificadas geneticamente – os transgênicos – na proteção das sementes crioulas e do aumento da monocultura, especialmente da soja e do milho. Neste sentido, passa-se a planejar um momento e espaço massivo e incisivo para resistir e enfrentar o modelo hegemônico de controle e monopólio das sementes, colocando

<sup>198</sup> *Alimento limpo* é o que se define como produção livre de *contaminação* de produtos químicos, articulados a proposição de *autonomia*, a partir da produção diversificada, independente dos pacotes tecnológicos agrícolas, por exemplo, com o resgate de sementes crioulas e na participação nas lutas sociais da América Latina, entre outros elementos, que deram corpo à categoria *agricultura ecológica*. O *limpo* e o *contaminado* se aproximam do que Douglas (1966) conceitua nas categorias de *puro* e *impuro*, assim como, as noções de *poluição*. Pois, são construções sociais que adquirem sentido nas experiências dos grupos e se inserem na vida social, expressas nas relações entre os diferentes elementos da sociedade. O *puro* e o *limpo* dependem dos princípios e valores dos grupos.

em destaque as práticas realizadas nas unidades familiares dos agricultores/as. Na perspectiva de Latour (1999, p. 181), é colocar em contradição os conhecimentos constituídos na rede explicitando seus mecanismos de fabricação na controvérsia da “caixa preta” das pesquisas dirigidas e controladas pelas empresas por meio do *pacote tecnológico*. Pois, “Quanto mais ele é novo, mais deve entrar em contradição com os interesses, os hábitos, as opiniões, os desejos daqueles cujo papel é justamente essencial para sua transformação em fato” (LATOURE, 1999, p, 181).

Transcorridas seis edições da festa, salientamos que estas têm problematizado e proposto, anualmente, um momento que alia mística, reflexão e simbologia à celebração de um dia de partilha de sementes e fortalecimento das lutas, práticas, ideologias e “posições” (COSTA, 2000) das pessoas e organizações. Entre outros temas, estas têm reafirmado *pela liberdade das sementes, pela soberania alimentar, a autonomia do agricultor/a contra o monopólio e domínio das grandes empresas no pacote agrícola, industrial e comercial que impõem*. A preservação e redefinição da biodiversidade ameaçada pela prática da monocultura e do uso dos agroquímicos constituem-se numa *bandeira de luta*, não só expressas nas *Festas e Jornadas*, mas no processo de uma agricultura que na região iniciou adjetivada pelos termos *alternativo*<sup>199</sup>, *sustentável, orgânico* e atualmente se nomeia de *agroecológica*.

As Festas das Sementes não se separam de outros processos sociais, ao contrário, se articulam e se encontram imbricadas do que se constrói nas vivências educativas e organizativas, embora gerem forças e proposições a serem refletidas e ampliadas nos locais, são também motivadoras nos mesmos processos que lhe sustentam, ou ainda, se desdobram em outras ações específicas. Um exemplo disso é o desdobramento gerado na *IV Festa*, a partir da qual o debate da produção de sementes de hortaliças, realizado na oficina coordenada pelo Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), gerou na região uma proposta em que cada mulher de um grupo familiar é responsável por reproduzir um tipo de semente, com acompanhamento da Assesoar, em parceria como o STR. As ações concretas acordadas no evento, como acima relatado, são realizadas para fortalecer a prática da agroecologia. É um movimento de *trazer e levar sementes* imbuídas da nova energia produzida na festa, e de trazer e levar conhecimentos, mas sempre garantir uma nova variedade de alguma cultura, já não disponível nas UPVFs, como formas de continuar e sustentar os *projetos de vida* dos

---

<sup>199</sup> O *alternativo, sustentável, orgânico e agroecológico*, na contraposição ao projeto da agricultura empresarial, por meio das práticas de educação popular e na relação com movimentos sociais e de ecologia, mais tarde de agroecologia, foram dando sentido a estas nomenclaturas. Todavia, hoje predomina o termo agricultura ecológica e seu conceito está ligado à produção livre de agroquímicos, mas também acrescida de um sentido político de apropriação de conhecimento e participação nas lutas dos movimentos sociais.

agricultores/as, com ênfase na produção do alimento, assim como, possibilitar o curso da dinâmica dos movimentos sociais e organizações.

Portanto, as *Festas* constituem-se em um acontecimento marcado pela articulação com outros atores, ou seja, o evento em si, conectado aos movimentos sociais, organizações, redes, fóruns, entre outros, nos processos que geram a festa. As características desta combinação resultam na ênfase aos elementos comuns da dinâmica festiva: as formas de contestação ao sistema capitalista, entre estes a *agricultura convencional* e agroindustrialização de alimentos, que nas últimas edições têm sido enfatizados; e a proposição de alternativas na construção dos *projetos de vida* na perspectiva da agroecologia. Como relatam todos os agricultores/as na construção das narrativas, toda a diversidade que hoje estão produzindo na sua UPVF é a base alimentar do grupo familiar, sendo que foram resgatadas estas sementes para levar à festa e dela trazidas para multiplicá-las. Isso tem aumentado, a cada ano, a diversidade de variedades de culturas, tanto de cultivos para alimentação, quanto para a medicina alternativa ou até mesmo para a ornamentação.

A palavra *semente* deriva de *sêmen*, do latim pode ser *esperma* ou *semens* e do grego *spérma*, ambas remetem ao sentido da reprodução da vida, nas transformações que foram ocorrendo na língua portuguesa. É entendida como “grão de sêmen, gérmen, origem, princípio, fonte, causa, sangue, prole, filho, partícula, rebento” (FIRMINO, 1945). Na festa, inclusive, recordada pelos/pelas participantes no que se refere ao sentido inferido pelo símbolo principal, que se relaciona aos significados no cotidiano, se assume a semente como *geradora de vida e de liberdade*. Desde as atribuições bíblicas nas diferentes interpretações que oferecem as religiões, esta é considerada a possibilidade de, num solo fértil e preparado, germinar e produzir o fruto, que por sua vez, é o alimento que torna possível a manutenção da vida.

Na região esses significados foram tomando também uma dimensão *mística*, como relatam alguns mediadores/as, que motivou o início do trabalho com as *sementes crioulas* na prática de recuperação de solo, quando já se relacionava diretamente semente e terra como elementos da vida a serem cuidados e preservados. Porém, isto está associado à dimensão da crítica ideológica que se assume nas ações sociais, bem como, ecológicas na relação com a natureza, ou seja, as sementes e a terra. Uma das críticas se refere à apropriação e monopólio das grandes empresas, que estão aumentando a extinção e o grau de contaminação, ameaçando a biodiversidade. Não obstante, este símbolo assume os princípios gerados nesses processos como: *libertação, autonomia, emancipação*, por meio das lutas, para se reapropriar

da semente, numa agricultura com perspectiva agroecológica – livre das *contaminações*, a *favor da vida*.<sup>200</sup>

A primeira festa aconteceu em outubro de 2004, organizada junto com o Núcleo Regional da Rede Ecovida de Agroecologia e o Fórum Regional de Entidades da Agricultura Familiar, ocasião em que também aconteceu o primeiro Encontro Regional de Agroecologia, motivadas pela experiência das Festas do Milho Crioulo, em âmbito estadual, que aconteceu em maio de 2000 e a nacional em abril de 2002, no município de Anchieta, em Santa Catarina (ASSESOAR, 2010, p. 20). Este acontecimento demarca o início de um processo festivo e celebrativo na região que tem como símbolo estrutural *a semente* e que no tema de debate dessa edição já se vislumbra o campo semântico, ou seja, os sentidos que esta foi agregando nas ações sociais na região - “*Garantir a reprodução da vida*” (ASSESOAR, 2004, p. 11).

Nesta dinâmica, a reflexão aponta o esquecimento do agricultor/a destes significados, quando adentrou fortemente o *pacote tecnológico*, pois se deixa de privilegiar os aspectos da garantia da *reprodução da vida*, em prol do aumento da produtividade e do lucro, em condições ameaçadoras à biodiversidade, aumentando os problemas ecológicos e sociais. Neste sentido, a 2ª Festa das Sementes, realizada em Francisco Beltrão/PR, com o tema “*Pela liberdade das sementes: sem monopólios, sem monoculturas, sem agrotóxicos, sem transgênicos*”, assim como, a 3ª edição, que aconteceu em Marmeleiro, junto ao 2º Encontro Regional de Agroecologia, coordenados por organizações da região, tematizou “*Semente, economia x dependência*”, reforçaram a crítica a esta dinâmica.

A IV Festa das Sementes, também realizada em Francisco Beltrão em agosto de 2007, junto com a organização da 22ª Romaria da Terra, promovida pela CPT, assume comemorar os 50 anos da *Revolta dos Colonos*<sup>201</sup> com o tema “*Na luta da terra fazemos mudança. Conosco caminha o Deus da Aliança!*”. O sentido desta edição é fazer a memória da luta pela posse da terra, umas das características singulares do campesinato da região, na qual os agricultores/as imigrantes, junto aos caboclos, numa revolta armada lutaram contra as companhias instaladas na região para cobrança das terras, sob justificativa da legalização dos títulos. A *partilha* do alimento durante o dia e a das sementes caracterizou o ponto central do acontecimento, unindo celebração religiosa à prática dos agricultores/as, bem como, suas organizações.

---

<sup>200</sup> Expressão usada pelos mediadores/as e lideranças na defesa da agroecologia.

<sup>201</sup> Ver Gomes (2005), sobre a revolta dos Colonos e Boneti (2005, 2009) sobre a constituição do Sudoeste do Paraná.

A *V Festa* e o III Encontro Regional de Agroecologia aconteceram no município de Ampére, em julho de 2008, coordenados pelas organizações e cooperativas da Agricultura Familiar, Movimento Sem Terra e Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), com o tema “*Semente na mão, alimento pra nação*”. É esta edição da festa que tomamos para descrevê-la como um momento em que os participantes contestam, resistem, recriam, planejam e potencializam ações *do* e *no* cotidiano, assim como, a vivência da agroecologia na região, não obstante decorrentes de outros processos, como já mencionamos.

A *Festa das Sementes* realizou, no ano de 2009 a 6ª edição, junto ao 8º Encontro das Jornadas de Agroecologia, com o tema *Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos – construindo um projeto popular soberano para a agricultura*. Constituída pela mística e reflexão, agricultores/as durante quatro dias reafirmaram suas lutas e os compromissos com o tema mencionado. Junto à Articulação dos Movimentos do Campo, Organizações Sociais e Pastorais, assim como, entidades populares de defesa da Agricultura Familiar e Camponesa, os participantes vivenciaram na jornada a expressão política, articulada às lutas pela terra e Reforma Agrária (JORNADA DE AGROECOLOGIA 8., 2009, p. 7).

### **Na partilha da festa: a semente e o alimento!**

De todos os municípios da região, caravanas de distintas localidades do campo, de ônibus, de micro ou de carro, agricultores/as traziam nas mãos o símbolo principal da festa a ser compartilhado: *a semente* e o *alimento*. Compondo o sentido fundamental de um ritual político e ecológico, sendo que seu foco central é a *partilha*, num movimento de troca, no qual cada grupo familiar *traz e leva sementes*, reflexões e energia dos e para seus *projetos de vida*. Além da entrega do que trouxeram e do registro destes, cada participante passava por uma mesa de organização para se inscrever nas oficinas do III Encontro Regional de Agroecologia, que abordou distintas temáticas, propostas para acontecerem no turno da tarde.

O local da festa, o ginásio municipal de Ampére, foi ornamentado para traduzir a agricultura diversificada e agroecológica, a partir do que vivenciam e do que propõe a festa, por meio da simbologia exposta, da organização do palco e das cadeiras dispostas em fileiras. Lugares para acolher grande público. Na mesa central se posicionam as pessoas para



a animação, os encaminhamentos, depoimentos, conferência, uma diversidade de sementes entre panos coloridos completam o cenário. Assim como, na entrada do ginásio, sementes estavam espalhadas nos cantos, entre galhos de bananeiras e coqueiros presos aos pilares de sustentação do prédio. De encontro às portas de entrada, sendo necessário atravessar o ginásio, estava a mesa coberta por toalhas coloridas, com as sementes em pratos, todas identificadas, bem como, o que não eram grãos também estavam expostos, como as mudas, ovos, ramas e raízes. Fora desse espaço, numa outra área coberta, foram colocadas as galinhas de raças, além dos ovos expostos - sementes - para o melhoramento genético das galinhas caipiras que os agricultores/as já têm.

Sebastião Pinheiro, liderança do MST, na 6ª Jornada de Agroecologia, na cidade de Cascavel, afirma que as pessoas se alimentam de sementes, questionando sua conceituação e exemplificando que frango e porco também são sementes. Responde, ele mesmo, que ao comermos carnes estamos comendo sementes transformadas. Usou também exemplo do tradicional feijão com arroz, que inclusive identifica o povo brasileiro<sup>202</sup>, como duas sementes que se come. Sendo que a questão principal a qual o líder do MST se reporta: “\_ *E como essas sementes foram sendo apropriadas e patenteadas? \_ O que foi sendo feito com as sementes?*” Assim como, informa o público, que quem inventou o leite em pó é o mesmo que criou a fórmula principal do adubo químico, substituindo a fertilidade natural da terra e do leite materno (PINHEIRO, 2007). Semente, neste contexto, é *alimento* que é também controlado, fator que retira de circulação a *autonomia* e elementos da biodiversidade, contrária a esta posição é “[...] garantia do “princípio da soberania alimentar” (JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2006 a, p. 12).

Toda a simbologia que compõe esse cenário ganhou movimento na realização da mística de abertura, quando vários símbolos são levados por homens, mulheres, jovens e crianças, passando em meio ao público, num corredor entre as cadeiras. Entre os símbolos foi levado, elevado e apresentado ao povo bandeiras das organizações e movimentos sociais, cadernos e livros publicados, alimentos, sementes, terra e água. Cada qual expressa às várias dimensões que compõem o *projeto de vida*, como o conhecimento, a produção, a participação e a luta. Arranjados pelas próprias pessoas que os levaram, esses completaram

<sup>202</sup> Para DaMatta (1986, 2004) temos comida e alimento, sendo que a comida não é apenas uma substância alimentar, mas também é identificação, estilo, jeito que não define apenas o que é ingerido, mas o que faz com que conheçamos o que é ingerido. Para o autor, também o feijão-com-arroz é mais do que a comida básica brasileira e serve até de metáfora. Para De Certeau (1985), mais importante do que se vê e se come, é o que faz com isso, sentido antropofágico das práticas. Nesta perspectiva, há que se saber que sementes e o que fazer com elas antes do que ser apenas alimento.

na mesa central o cenário capaz de traduzir a dinâmica da Agricultura Familiar e Campesina, da agroecologia da região. Não obstante, esse momento caracteriza-se pela alegria e animação da música e da dança, para as quais são motivados os participantes com o auxílio do violeiro e do gaiteiro, que também se posicionam nesta mesa central e que de tempo em tempo cantam junto com os participantes, animando todo o evento. A reflexão foi feita por animadores/as, geralmente em dois – um homem e uma mulher, sendo que eram lideranças e mediadores/as que conduzem a mística e outros momentos da festa.



**Fotografia 14 - Símbolos da Mística. Assesoar, 2008**

**Alguns símbolos da mística. V Festa das Sementes, realizada no município de Ampére, 2008**

A memória a este processo é necessária para resgatar e manter viva uma das proposições do ritual da festa - o fortalecimento da luta por outra agricultura, contrária à lógica daquela sustentada na estrutura da sociedade moderna capitalista. Na perspectiva de Turner (1974, 2008), a performance deste acontecimento possibilita a vivência de uma forma de antiestrutura<sup>203</sup>, no sentido positivo<sup>204</sup> que alerta DaMatta (2000) – uma agricultura que

<sup>203</sup> Para o antropólogo, a etapa da margem (liminaridade) como aquela que se instala na *antiestrutura* que transtorna as hierarquias, que origina a categoria das *communitas* (Turner 1974, p. 118) e que poderiam ser descritas como o tempo/espaço em que a pessoa experimenta a *liminaridade*, tomadas da obra de Van Gennep (1978), na qual a passagem de um espaço como um sistema estruturado e hierárquico de posições sociais,

contrasta com a que oficialmente se propõe na região, tanto pelas políticas de crédito e por algumas formas de assistência técnica, quanto pela ação das grandes empresas. A festa retrata, recria e propõe, não isento de tensões, a agricultura que na região vem sendo construída e nomeada como *alternativa, sustentável, orgânica e ecológica*. Então, na abertura da festa, os depoimentos de agricultores/as que participaram de todas as edições do evento servem para memorar esse processo por meio da dinâmica do resgate das sementes, mediados pela entrega simbólica a outros agricultores/as, chamados à mesa para recebê-las, estes, por sua vez, são representantes de grupos inseridos em algum processo organizativo.

Eu vou contar uma pequena história de uma planta que, quando eu namorava, eu namorava na cidade e daí eu resolvi casar. Quando eu noivei, aí ela trabalhava aqui na cidade e a patroa ofereceu muda de mandioca, para mim levar pro sítio, e eu fiquei pensando: "pô, mas eu agricultor levar muda de mandioca da cidade. Mas aí levei, para não perder a noiva, de repente ela não goste". Peguei, plantei essa mandioca. Gente, era uma mandioca que nós já tinha e tinha perdido, era mandioca excelente, ela é muito conhecida como *manteguinha*, uma mandioca amarelinha, cozinha muito bem e graças a ela nós conseguimos se alimentar com essa planta e hoje a gente já produz e trás pra feira, pra poder proporcionar às outras famílias que gostam, gente da cidade, podem consumir esses produtos bons. Essa é a história desta mandioca. E eu gostaria de chamar a Olívia Basso para receber essa muda como compromisso de na próxima festa das sementes, plantar ela e trazer para oferecer para outras pessoas. E também gostaria de chamar, não sei se está presente aqui, o Ivo de Santo Antônio, que também tinha me pedido e já tinha comido desta mandioca e também não tem muda, eu gostaria que ele estivesse presente aqui para receber, também se não tiver ele, algum conhecido dele pode entregar para ele essa muda de mandioca. (Sr. Osvaldo, agricultor ecológico e feirante do município de Ampére. Fragmento do depoimento e entrega simbólica de sementes. Arquivo de áudio da autora).

O viés político do rito da festa centra-se na conferência e no debate realizado com o auxílio de um pesquisador da temática sobre sementes transgênicas e os mecanismos de

---

jurídicas e econômicas para outro, que ele denomina de *antiestrutura*. Esta condição está situada no que ele chama de "*comitatus*", ou seja, a pessoa ou grupo experimenta num determinado tempo, uma posição fora das hierarquias da organização social. Uma comunidade, não no sentido de "*vida em comum*", mas um conjunto de pessoas que representam uma comunhão, por se submeter à passagem para tal condição ou situação no processo ritual.

<sup>204</sup> DaMatta (2000) assinala que para Turner a *liminaridade* foca numa passagem do *plano individual para o coletivo*, no qual toma o simbolismo como a dramatização de valores, axiomas, conflitos e contradições sociais inerentes à sociedade humana e, não como deslocamentos, nem papéis pecaminosos, patológicos ou criminosos. E, ele propõe a *liminaridade* como uma categoria a partir do carnaval, no *sentido positivo*, ao invés de perigo, isolamento, ele vê multiplicidades de tempos, espaços, identidades ou ainda, a convivência de polos contrários, no caso, no mesmo tempo/espaço da festa: as desigualdades sociais engendradas na tensão, na ideologia e nos sentimentos. É uma etapa de margem na qual a pessoa não está em estado de tristeza e de isolamento, ao contrário, está em festa, sem deixar de rememorar a tristeza e a alegria ao mesmo tempo, não está no cotidiano da hierarquia e das desigualdades sociais da sociedade capitalista, porém tematiza-os no drama social e projeta sua interferência. (DAMATTA, 2000, p. 06).

construção das sementes geneticamente transformadas e suas conseqüências, tanto do ponto de vista ecológico, quanto sócio-político. Neste sentido, todo o conhecimento trabalhado nos eventos se aproxima da perspectiva proposta por Latour (1994), sem fragmentá-los nas suas dimensionalidades. Por isso, tanto a conferência, quanto as oficinas do Encontro Regional de Agroecologia, assumem este caráter sócio-técnico (ao mesmo tempo em que se trabalham as questões técnicas, estas não são descoladas das análises sociais implicadas) na construção e socialização de conhecimentos colocados em debate (inclusive na análise da constituição das pesquisas, resultados e métodos) para apropriação dentro da rede da agroecologia. Poderíamos assinalar que o caráter político ao qual os interlocutores/as se referem para caracterizar os processos, situa-se no movimento de apropriação destes conhecimentos, mas para além disso, entram em destaque as práticas que daí se geram, seja o que vai ser feito com eles, as ações que se desdobram nas unidades familiares (De Certeau, 1985), sejam ações iniciais, a exemplo do jovem Luiz, que ao iniciar o Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, imediatamente deixou de plantar fumo, e o Juliano que se posicionou contra o cultivo dos transgênicos na UPVF de seu pai, ou em ações mais profundas de transição da UPVF e o início com outras estratégias de produção, como as agroflorestas.

Após a conferência que durou em torno de quarenta minutos, dispõe-se do microfone para que livremente os participantes possam expor suas posições, questões e considerações a fim de oportunizar a ampliação do debate. Este é um momento central da vivência e da tomada de consciência do *drama social* presente na sociedade e repensado por este coletivo de agricultores/as. Conhecer e aprofundar a reflexão dos processos representa a possibilidade para fazer o *embate*, o *enfrentamento*, sendo uma construção de domínio cultural e político, nos quais são formulados outros paradigmas de agricultura, outro campo, neste caso, o agroecológico (TURNER, 2008, p. 13-15).

O foco central da festa é a *partilha*, que nesta edição acontece, sequencialmente, a das sementes e a do alimento. Motivados pelo encaminhamento de um mediador, abrem-se os cordões que estavam protegendo a mesa organizada, localizada ao lado esquerdo do palco e do lado direito do público que estava sentado. Encontram-se à disposição “saquinhos”, nos quais cada um coloca as sementes, de livre escolha, tendo presente que estão à disposição em quantidades necessárias somente para sua reprodução e para que todos possam levar, sendo que as edições da festa da região não se comercializam sementes, aos moldes dos circuitos que acontecem na festa em Anchieta, em Santa Catarina. Agricultores/as, a exemplo do Sr. Osvaldo, do Sr. Isac e alguns agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, numa experiência junto à assessoria técnica da Cresol Base Sudoeste, cultivam, selecionam e

comercializam sementes de milho e de *adubação verde*, mesmo que estas festas não se constituam num circuito semelhante às comercializações que se fez no período da agricultura alternativa, como já descrevemos, em que se vendiam sementes de leguminosas para *adubação verde* até para agricultores/as de São Paulo. Neste caso, a festa contribui para que agricultores/as tenham mais diversidades de alimentos produzidos, porém o Sr. Osvaldo afirma que ganha mais vendendo sementes de *adubação verde* do que as vezes que plantou soja orgânica e comercializou com empresas. Logo, o Sr. Isac assinalou que vai às festas para demonstrar a variedade de sementes que seleciona e reproduz, levar algumas para a partilha, mas sempre recuperar algumas destas que perdeu em anos anteriores.

Na hora em que foi encaminhada a *partilha*, também foi lembrado que o compromisso é *levar, reproduzir e multiplicar*, isto é, trazer na próxima edição da festa, nos anos seguintes, variedades de alguma cultura. O público com participação equivalente entre homens e mulheres em idade adulta, algumas crianças, jovens e idosos. Estas circulam calmamente em volta desta mesa, recolhendo as sementes que querem levar consigo. Em torno trinta minutos após, as mesas estão vazias e tanto crianças quanto adultos carregam nas mãos pacotes de sementes, tidas não apenas como grãos, mas raízes, galhos, animais, tubérculos e mudas. E não apenas de alimentos, mas de plantas medicinais e de *adubação verde*. Como foi dito, “Vindas de centenas de lugares, nas mãos de gente de todas as idades, lá estavam nada menos que 300 espécies de grãos, hortaliças, mudas de flores e plantas medicinais, raízes, tubérculos, frutas, ovos e animais” (ASSESOAR, 2010, p. 27).



**Fotografia 15 - Participante da V Festa das Sementes. Iara Aquino Henn, 2008**

**Agricultora ecológica levando para casa variedades de mandioca e cana-de-açúcar da V Festa das sementes, realizada no município de Ampére em 2008.**

Da mesa de sementes, já praticamente vazia, os participantes se encaminharam para as mesas que estão dispostas ao fundo do ginásio, cheias de pratos com alimentos trazidos por eles mesmos. Porém, antes do *ato de partilhar*, ou seja, antes de servirem-se, todos assistem em pé a uma dramatização feita por mediadores/as, vestidos e pintados de forma a representar e socializar uma reflexão sobre a distribuição do alimento no país. Este é um momento em que o foco central da festa, a *partilha*, é tematizada na sua questão principal: a relação da *autonomia* em manter em circulação as variedades de sementes crioulas em *diversidade*, a capacidade de fazer o melhoramento genéticos das aves, contextualizados pelas aspirações dos movimentos sociais e organizativos sobre a produção e *soberania e segurança alimentar* – enganchados nas Jornadas de Agroecologia em âmbito estadual e em outros eventos no país e na América Latina, mediados pela agroecologia, na região denominado *alimento limpo*. “Assim, a partir da partilha de alimentos, refletiu-se sobre a problemática vivida com a monocultura, a concentração fundiária e conseqüentemente com a



insegurança alimentar dos próprios agricultores e do povo brasileiro” (ASSESOAR, 2010, p. 28).



**Fotografia 16 - Partilha das Sementes. Assesoar, 2008**

**Momento da partilha das sementes. V Festa das Sementes realizadas no município de Ampére, 2008.**

Poderíamos olhar o foco central da festa, na perspectiva que Turner (2008, p. 15), como uma arena, com palco concreto de *partilha* de sementes e de alimentos, no qual outro paradigma de vida na agricultura se transforma em metáfora e símbolo, com poder político de propor, pela mobilização, num jogo de forças, de ideais, ideologias e “posições” (COSTA, 2000) na agroecologia. A festa é a vivência do processo de agroecologia retratada na resistência, no conflito, no embate, no enfrentamento e na proposição que estes agricultores/as e suas organizações vêm pautando desde os trabalhos dos Grupos de Base, ECAS, GSPs e Pós-Médio, até a consolidação de *projetos de vida*. Para tanto, além de se empenhar nisto como uma luta social, também é uma luta ecológica de cuidado com a “biodiversidade” e condições de *reprodução da vida*, como tematizou a primeira festa das sementes e colocando em circulação um *banco vivo de sementes*. Porém, as dimensões desta luta se entrelaçam.

Para o almoço as pessoas serviram-se nesta mesa coletiva e reuniram-se em grupos, dentro e fora do ginásio, momento em que por laços de parentesco, de vizinhança das localidades ou de amizade, puderam almoçar, conversar e descansar livremente. Segundo relatos dos agricultores/as, todo o trabalho e luta precede de um tempo de lazer e descanso, sendo estas dimensões presentes nos *projetos de vida* e parte das necessidades humanas.

Logo, no início da tarde, como um dos últimos momentos da festa, foram realizadas oficinas de estudo e reflexão de distintas temáticas, parte integrante da programação do III Encontro Regional de Agroecologia, as quais os participantes já haviam escolhido na chegada ao evento. As oficinas representam outro momento em que ganha espaço o debate sobre ciência e tecnologia, na perspectiva de Latour (1999). Foram realizadas onze oficinas organizadas por grupos de agricultores/as, organizações, institutos, associações, cooperativas solidárias, sindicatos e movimentos sociais. Optamos por citar suas temáticas por serem relevantes nas temáticas que estão em debate na região, no que se refere à composição da agroecologia e presentes nos *projetos de vida* das famílias agricultoras. O quadro que segue demonstra a abordagem e os coordenadores/as responsáveis.

<b>Oficina</b>	<b>Coordenação e realização</b>
Sementes crioulas e legislação.	Maria Rita Reis (Terra de Direitos)
Pomadas, xaropes e macerados.	MMC – Movimento de Mulheres Camponesas da Região Centro – PR
Melhoramento genético de galinhas caipiras.	Gelsi Dutra – Associado da ASSESOAR
Produção de sementes de hortaliças.	Movimento das Mulheres Camponesas – MMC
Juventude e agroecologia.	Cresol Base de Serviços do Sudoeste do Paraná - Cresol e Instituto de Cooperativismo Solidário
Leite ecológico com enfoque na homeopatia.	Lindomar Schmitz - Cooperiguaçu Rosa Urbanowisk – Sisclaf
Produção de sementes crioulas e adubação verde.	Cooperfronteira
Proteção das águas e Agroflorestas.	Acesi e STR Ampére
Pronaf sistêmico.	Cresol
Agroindústrias familiares e associativas.	Grupo de agricultores APROVIVE – Aldair Alberton e NATUVIDA
Feiras e cooperativas solidárias de comercialização.	COOPAFI – Ivo Vial e Agricultores feirantes do município de Ampére
Produção ecológica de hortaliças .	Capa

**Quadro 3 - Lista de Oficinas da V Festa das Sementes**



As oficinas, cada uma em sua especificidade, organizaram-se em três momentos principais. Primeiro, a grande maioria relatou experiências ou a exposição de alguns conhecimentos referentes à temática. Por exemplo, na oficina *Pomadas, xarope e macerados*, trabalhou-se a farmácia caseira, o princípio ativo das plantas, cuidados para evitar a contaminação das plantas, dicas de colheitas e preparo. Segundo, houve o debate entre os participantes a partir de algumas questões sugeridas no planejamento das oficinas, entre essas: a) *Como poderíamos dar continuidade e ampliar esta ação?*; b) *Como estas experiências podem ajudar a construir o projeto da agricultura familiar?*; c) *Como tornar estas práticas referenciais para nós?*; d) *Qual a pauta possível de trabalho que propomos para esta prática?*. Terceiro, acordou-se algumas proposições. As socializações destas foram feitas seguidas da mística de encerramento que enfatizou o pedido para que cada um/uma reproduzisse a semente para a próxima festa, sendo esta a atividade de encerramento de ambos os eventos: a Festa e o III Encontro Regional de Agroecologia.

### **“O agricultor da nossa região tem um laboratório dentro da unidade familiar” (Sr. Vanderley)**

Com todos os agricultores/as com quem construímos narrativas de vida vimos ações e escutamos defesas em relação à produção, seleção e multiplicação das sementes crioulas, além dos relatos de experiências em relação à resistência das *culturas crioulas*, no que se refere às intempéries naturais como chuvas intensas, tempestades e estiagens. Esta comparação é realizada, geralmente, com base nos plantios *convencionais* que faziam antes e perdiam, muitas vezes, quase toda a safra ou pelos cultivos nas unidades familiares vizinhas diante da exposição a fatores ambientais e climáticos. Todavia, estes relatos estão situados nas tensões sobre as questões de rendimento da produção, pois quem faz a experiência com estas sementes não tem dúvida de que, além da *planta aguentar mais*, também rende na pequena escala, pois do montante que se produz, a sobra é maior, porque o agricultor/a não gastou dinheiro com as sementes híbridas ou transgênicas, as quais possuem altos custos. Mesmo que às vezes tenha comprado<sup>205</sup> a semente de outro agricultor/a que fez a seleção, esta

---

<sup>205</sup> A compra de alguma semente acontece em poucas situações, mais nos casos de acontecer a perda de uma variedade ou pela falta de tempo para selecionar as sementes de alguma cultura ou ainda, na perda de algum

se torna mais econômica. Mas como já vimos, a disponibilidade na *partilha* se faz na *Festa das Sementes* sem custo algum.

Por um lado, escutamos constantemente a “queixa” por parte de lideranças, dirigentes e mediadores/as quanto a perda de conhecimentos sobre a seleção e reprodução das sementes. Mesmo sendo recuperados com as práticas da agroecologia e nas festas, muitos agricultores/as abandonaram a seleção ao assumirem o *pacote tecnológico* que vem junto ao crédito e assistência técnica das empresas. Nas entrelinhas desta concepção há a esperança de que as sementes e os agroquímicos lhes possibilitem maior rendimento, além da mecanização ser um dos elementos que favorecem a adesão à monocultura. Para estes interlocutores/as está implícita a ideia de que aderir a uma *tecnologia de ponta* – sementes sintéticas ou transgênicas - significa também não selecionar e produzir sua própria semente, além disso, os agricultores/as usam sementes crioulas nos cultivos encontraram dificuldades, mesmo depois das lutas, para obter seguros agrícolas quando acessam o Pronaf, como já relatamos no capítulo sobre cinco. Todavia, estas percepções e análises críticas do contexto em que se insere a reprodução de sementes crioulas versus os fatores que colocam em circulação as sementes híbridas ou transgênicas, são problematizadas nos vários momentos da festa, seja na mística, nas músicas, nos *depoimentos*, nos relatos de experiências nas oficinas e nas conferências. Esta é a proposição das organizações e movimentos sociais, por intermédio dos mediadores/as, que caracterizam a festa como formas de conhecimento para construir a leitura crítica da realidade, sensibilizar e constituir consciência como fatores que contribuem para “endurecer” os conhecimentos sócio-técnicos (LATOUR,1999) e as decisões de fazer a conversão ou permanecer na agroecologia.

As práticas milenares da seleção e reprodução de sementes crioulas são realizadas por agricultores/as ecológicos/as, em algumas culturas. Porém, sementes, grãos e hortaliças são as que mais se compra, sendo os primeiros, por estarem situados nos *pacotes* e os segundos por se reproduzirem muito pouco, pois são de monopólio de grandes empresas internacionais. No campo etnográfico encontramos poucos grupos familiares fazendo experiências de reprodução de culturas de hortaliças, além do projeto do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), prática consolidada na *V Festa das Sementes*. Nos grupos familiares que têm como atividade principal a horticultura, o Sr. Armindo, agricultor ecológico, estava fazendo uma experiência com algumas variedades de pepinos trazidos da Europa, na ocasião de uma viagem de intercâmbio que fez, pois pelo fato de ser mais velho (idoso), carrega

---

cultivo. Alguns grupos na região selecionaram e produziram sementes de milho para comercialização entre os agricultores/as. Nestes casos, se os preços apresentam-se elevados, há sempre contestações.

consigo esta prática de selecionar as sementes, apreendido de outras gerações, principalmente por ser descendente de imigrantes. Mas também escutamos que algumas UPVFs têm variedade de sementes de hortaliças como ervilha, beterraba, além daquelas que são possíveis transplantar por mudas (partes vegetativas), como as couves. O fator econômico não é a única questão considerada na produção de sementes, pois as preocupações ecológicas dos agricultores/as que participam dos movimentos sociais e se nomeiam ecológicos/as, têm razões políticas relacionadas à produção do *alimento limpo*. Todavia, as sementes industrializadas vêm adicionadas de uma carga de agroquímicos, em desencontro com os princípios sócio-ecológicos no que se refere à conservação da biodiversidade e a *autonomia* dos agricultores/as, além de não serem suscetíveis de reprodução, pois não possuem o mesmo potencial de desenvolvimento da planta quando selecionadas para um próximo plantio. A adesão às sementes nativas é também uma forma de *enfrentamento* ao modelo que representa o controle e o monopólio da biodiversidade e da produção agrícola.

Por outro lado, mesmo com as dificuldades para uma adesão mais massiva às práticas de produção e seleção de sementes crioulas, faz-se necessário a constituição de estratégias de *enfrentamento* e *resistência*, as quais o Sr. Vanderley, dirigente do cooperativismo solidário, assinalou como uma prática imbricada às construções de conhecimentos – o *laboratório* que existe dentro das UPVFs dos agricultores/as. Neste sentido, mediadores/as e agricultores/as assinalaram que saber e fazer a seleção e a reprodução das suas próprias sementes é uma das práticas adotadas para ser agroecológico/a, sendo que alguns mais, outros menos, dependendo da diversidade de itens de cultivos e da criação de animais, além do tempo que estão inseridos na agroecologia e da disposição cultural e cognitiva (LATOUR, 1999) em fazer experimentos e análises de resultados, principalmente no que se refere ao melhoramento genético, a exemplo dos cruzamentos das galinhas de raças puras com outras caipiras, para obtenção de aves *melhorada* tanto na produção de ovos quanto para o consumo da carne. Nestes casos, as contribuições e acompanhamentos dos mediadores/as com seus conhecimentos sócio-técnicos são decisivos nos avanços necessários e no próprio “endurecimento” da rede (LATOUR, 1999) da agroecologia.

Como ilustra a ênfase do dirigente na constatação do *laboratório* que os próprios agricultores/as têm na sua UPVF, nos remete outra vez às proposições de Latour (1999) ao assinalar a produção e circulação de conhecimentos no mesmo espaço, sem a subordinação a princípios superiores. Esta perspectiva teórica se aproxima das estratégias adotadas por mediadores/as e agricultores/as, neste sentido alternativo de selecionar e produzir a própria semente, assim como, outras técnicas e *manejos*, como *adubação verde*, rotação e

consorciamentos, como consta no capítulo das tecnologias. Observamos que este *laboratório* nas UPVFs depende das capacidades dos interlocutores/as em fazer o experimento - ação e a reflexão - que se propõe a partir de seu potencial cognitivo de comparar, refletir e produzir novas variáveis de conhecimentos que os levam a fazer novos experimentos até tornar-se uma prática da qual não há mais dúvida, como se refere o Sr. Aores, agricultor ecológico e liderança nas organizações, em relação à produção de leite a base de pasto. Todavia, assinalamos que estas capacidades foram incentivadas e construídas a partir da participação dos agricultores/as nos processos sociais organizativos e de educação, por intermédio dos mediadores/as, para tornarem-se práticas cotidianas na UPVF, ou vice versa, pois, em algumas situações específicas, iniciaram no grupo familiar e novamente são levadas aos espaços coletivos para a problematização e multiplicação. Este movimento possibilita e sustenta, histórica<sup>206</sup> e culturalmente<sup>207</sup>, a recuperação e seleção de sementes, atualmente situadas nas práticas da agroecologia que advêm desde a agricultura alternativa.

Nesta mesma direção, os interlocutores/as e mediadores/as nos indicaram os agricultores/as como construtores do *laboratório de conhecimentos*. Buscamos na narrativa do Sr. Isac e da Sra. Vilma compreender como organizam e mantêm *um banco vivo de sementes*, bem como, as dificuldades que enfrentam, além dos aprendizados que vêm acumulando. Originários do Rio Grande do Sul, ela do município de Machadinho e ele de Lagoa Vermelha, vieram para a região com um dos grupos de imigrantes para a ocupação das terras devolutas do Estado. Primeiramente, os pais dele se instalaram em Verê e os pais dela em Salgado Filho, ambos os grupos familiares cultivavam milho e feijão, sendo que usaram muito pouco os adubos químicos e *sementes Agroceres*, como se refere agricultor às sementes híbridas. Desde que vivem nesta UPVF, por ocasião do casamento, há 34 anos, suas práticas no cultivo de plantas, principalmente, incluem a prática de resgate, seleção e multiplicação de sementes crioulas.

Esta narrativa difere-se das demais quanto a conversão para a agroecologia, por terem iniciado a fazê-la independente da participação nos processos sociais, pois inserem-se nestes posteriormente aos seus fazeres cotidianos. Iniciaram com 35 variedades de sementes e a partir da participação na 2ª Festa das Sementes na região e no município de Anchieta, em Santa Catarina, inclusive em âmbito nacional, ano a ano foram aumentando seu *banco de*

---

<sup>206</sup> São muitos anos que já vem se constituindo na região as formas organizativas e de educação, sendo que, desde os Grupos de Base até chegar a agroecologia, há um percurso histórico, como consta no primeiro capítulo.

<sup>207</sup> Consideramos que os saberes sobre seleção e reprodução de sementes também veio também com os imigrantes na ocupação das terras na região.

*sementes*. Ao perguntarmos os fatores que os levam a fazer a agricultura desta forma, tivemos como resposta as aprendizagens que herdaram de seus pais e avós, bem como, o gosto pelo que fazem, como afirmou o Sr. Isac nas várias vezes que tivemos em sua UPVF. Mas o incentivo e o convite de outros agricultores/as ecológicos/as e de líderes sindicais do município foram fundamentais para esses avanços, assim como, o reconhecimento por parte de mediadores/as, pois na primeira visita que fizemos ao Sr. Isac fomos com dois professores universitários, engenheiros agrônomos, os quais anteriormente trabalhavam nas organizações sociais. Presenciamos vários diálogos que revelam a socialização de conhecimentos, testados em experiências variadas sobre as possíveis variabilidades e eficácia quanto ao uso de biofertilizantes, bem como resultados de produção das variedades de culturas de milho, mandioca, batata-doce, entre outras. Nesta mesma direção, acompanhamos a Sra. Janete e a Sra. Fábria, mediadoras, nas visitas que fizeram aos feirantes agroecológicos em diferentes municípios, partilhando, debatendo, contestando e reconstruindo conhecimentos sócio-técnicos (inclusive sobre sementes e polinizações) nas UPVFS. Sendo que, o “endurecimento” da rede (LATOUR, 1999) também acontece nesta dinâmica das visitas, no debate dos conhecimentos testados que vão sendo incorporados nas práticas, consolidando-as.

Esse grupo familiar é admirado e reconhecido pelos mediadores/as, lideranças e outros agricultores/as, tanto que o Sr. Isac relatou-nos todas as visitas de estudo que já fizeram na sua unidade e os incentivos dos dirigentes do STR e da Cresol, entre outras. Por lá já passaram educandos/as de Escolas Familiares Rurais, os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito (ACDCs), diretores/as de cooperativas, educandos/as de cursos técnicos em geral, como consta no livro de registro de visitas. Esses intercâmbios são estratégias que se amarram entre intuições de ensino e Organizações/Movimentos Sociais, como forma de agregar mais pessoas à agroecologia. Nesses casos, conhecer, ver e escutar significa aprender com o relato de agricultores/as, com *projetos de vida* já consolidados. É uma porta de entrada para “esticar” a rede e “endurecê-la” também, pois quanto mais gente aderir, mais possibilidades se têm para agregar conhecimentos, práticas e estratégias nas várias dimensões produtivas, de comercialização, de luta por políticas públicas, entre outras.

Além disso, na época do campo etnográfico, nosso primeiro contato com ele foi durante a participação numa das reuniões do Fórum Municipal de Agricultores/as, do qual era integrante. Porém, surpreendeu-nos uma inferência feita por ele diante da pergunta que fizemos sobre as percepções que os outros têm de si e de suas práticas. Olhou-nos de forma incisiva e nos disse: “\_\_ *Me acham um louco!*”. Ficou latente para nós o porquê desta percepção, se diante da agroecologia que se faz na região, seu percurso é admirável e

condizente com os princípios da sustentabilidade ecológica e sócio-política? Ao relatar a quantidade de sementes de culturas e as variedades que possui, entendemos sua distinção em relação às demais sistemas de agricultura, já que suas práticas revelam um potencial de conhecimentos, realizados a partir de experiências, que confrontados ao do cientista de laboratório descrito por Latour (1999), constitui-se de amplo conhecimento. Dito de outro modo, o Sr. Isac abriu uma das “caixas pretas” da ciência e decifrou, de modo substancial: experimentando e refletindo o que conforma um *banco vivo* de conhecimentos em sua UPVF. Pois, saber como se cultiva e em que condições as trezentas e sete (307) variedades de culturas, realizando a seleção, a manutenção, reprodução e a multiplicação destas sementes, é realmente dar curso a um “laboratório científico”. Este, por sua vez, é o componente básico da extensão da rede sócio-técnica da agroecologia, sendo que esses conhecimentos, a exemplo do Sr. Isac, são mais uma das formas de “endurecimento” da rede.

Considerando, neste sentido, a “inversão” que fez em relação à geração de tecnologias das sementes realizadas pelas empresas e órgãos de pesquisas, tanto no que se refere à experiência em si – o acúmulo ao longo dos anos, recuperando variedades e cultivando em pequenas quantidades – quanto ao método que chega aos seus conhecimentos, pois além destes saberes singulares confronta e multiplica-os nos processos sociais coletivos. Observamos este saber ao narrar, por exemplo, as formas como faz para manter as variedades de milho crioulo, sabendo dos riscos de polinização e das dificuldades para evitar os cruzamentos, mesmo que cultive com 40 dias de diferença ou mais distantes em relação ao espaço; e ao mostrar em cada “cantinho” da sua unidade, algum cultivo distinto para ver no que resulta – as experiências -, como algumas plantas de groselha, fruta usada na fabricação de refrigerantes ou sucos, pouco comum na região.



**Fotografia 17 - Cultivo de Groselha para Sementes. Iara Aquino Henn, 2009**

**UPVF do Sr. Isac e da Sra. Vilma.**

A importância desta prática, que avançou ano a ano em sua UPVF, revela-se também pelo número de visitantes que recebe em intercâmbios de socialização e observação das práticas. Mostrou-nos um livro de registros destes acontecimentos, no formato de um caderno de capa dura e preta, semelhante àqueles usados como livro ata. Apesar da “loucura” que entende lhe caracterizar, todo o relato situou-se a partir de sua fala calma e de tom baixo, dando-nos a entender que se sente orgulhoso pelo acúmulo dessa quantidade de sementes, já que se nomeou como único no Estado, relatando conhecer apenas outro agricultor da região Centro do Paraná que faz experimentos nos cruzamentos genéticos. A participação e exposição nas *Festas das Sementes* da região e em Santa Catarina. O Sr. Isac destacou que nas festas regionais somente faz a troca de sementes, enquanto nas festas de Anchieta/SC já as comercializou e que está mapeando outros eventos para participar, constituindo um espaço que, além de buscar mais variedades, pode expor seu *banco de sementes*. Apontou o apoio

que recebe das lideranças/dirigentes das entidades do município para esta participação e mesmo para continuidade na agroecologia.

Entre as limitações que possui está a pequena área de terra, de 5.2 hectares, onde faz este trabalho de multiplicação de sementes e cultiva alimentos para a manutenção do grupo familiar. Das variedades cultivadas, muitas são também para consumo e comercialização direta ao consumidor/a na feira livre do município, na venda de porta em porta, em casas de grupos familiares e comércios. Assinalou que sua extensão de terra é toda íngreme, fator que gera dificuldades, pois sofre com os desgastes causados pelas chuvas, principalmente em períodos em que estas são abundantes. Por isso conta com alguns “pedaços” de terra de outros quatro grupos familiares para fazer as experiências e cultivos para consumo, dentre os quais, a unidade familiar onde vivem sua mãe e o irmão.

Na época da escrita desta investigação, o Sr. Isac afirmou ter plantado 2.800 pés de mandioca, estimando colher dois mil quilos para comercialização. Perguntamos como organiza estes espaços de cultivos para manter as variedades, já que assinalou ter 16 variedades desta cultura. Neste caso, em que não há problemas de polinização, pode plantar todos no mesmo espaço, sendo que planta três carreiras de cada variedade com a finalidade de manter a semente e no restante cultiva uma variedade para consumo. Com relação ao milho, a vassoura, ao milho pipoca, as morangas e as abóboras, tenta cultivar com tempos determinados de diferença ou organizar as variedades em outras unidades familiares a fim de evitar cruzamentos, pois se trata de manter sementes. Assinalou que com o feijão é difícil ocorrer a polinização porque fecunda antes da floração, mas caso ocorra algum imprevisto por fatores climáticos, isso pode modificar algumas plantas. Sobre esta questão, perguntamos a um técnico em agroecologia sobre as possibilidades de cruzamento de variedades de feijão e este afirmou que dificilmente acontece, mas que o agricultor tem razão, pois na prática já aconteceu. Já sobre a cultura do arroz, o Sr. Isac afirmou não ter muita certeza, mas para evitar cruzamentos das sementes, tenta manter as variedades o mais longe possível uma da outra. Embora consiga fazer esta organização, relatou que faria melhor e em maior quantidade se tivesse mais extensão de terra, sendo que ele e a Sra. Vilma “queixaram-se” que se tivessem uma área maior e mais plana poderiam aumentar, inclusive, a produção que comercializam e melhorar a *renda*, embora a situação financeira familiar tenha melhorado depois que ela obteve o benefício da aposentadoria.





**Fotografia 18 - Sementes Crioulas. Iara Aquino Henn, 2010**

**Forma como Sr. Isac armazena as sementes para comercializar, quando em pequenas quantidades. Já as sementes que necessitam ser em maior quantidade são colocadas em sacos de um quilo.**

O casal enfrenta também dificuldades para manter todas as sementes recuperadas, pois entre as variedades de feijões que possuía, perdeu oito delas por causa de uma estiagem e deste período em diante recuperou duas apenas, sendo que possui 78 variedades desta cultura. Apesar da resistência das sementes crioulas, há também perdas na produção dependendo do grau das intempéries naturais. Contudo, o que se observa é que estas resistem mais do que as outras pela *rusticidade* que possuem e as adaptações às condições de cada região desenvolvidas ao longo dos anos. Por isso, o agricultor planta determinada variedade e reserva um pouco de sementes no banco, o que chama de *arquivo*. Com a colheita, renova totalmente o banco, se desfazendo daquelas que foram guardadas no ano anterior, pois esta é a característica de um *banco vivo* – o fato de se renovar e manter as variedades em cultivos, sendo que adotou esta prática para não perder totalmente a variedade, como aconteceu com os feijões.

Embora o cultivo tenha suas limitações, o armazenamento é um fator ainda mais complexo, pois os ambientes úmidos e pouco arejados, propensos a criar fungos, carunchos e

traças, também constituem uma dificuldade para a manutenção das sementes, mesmo que seja apenas por um ciclo de plantio. O Sr. Isac possui uma peça junto à garagem, com cerca de dois metros quadrados, com prateleiras nas quais dispõem de potes plásticos e litros descartáveis de refrigerantes, onde guarda as sementes de grãos. Já para as ramas de mandioca o procedimento é mais simples, guarda-se em feixes amarradas e identificadas, assim como, as sementes de tubérculos, a exemplo da batata-doce, alho e cebola, são separadas e nominadas para que não se misturem. Entre os tubérculos, possui 37 variedades, exceto alho e cebola. Em função da mudança de moradia, pois construiu outra casa com recursos de fundo perdido por intermédio do STR, planeja reformar a casa antiga para melhorar local de armazenamento das sementes. Na época da escrita desta investigação, relatou ter firmado um convênio com a cooperativa de crédito Cresol, que está dispondo de um valor determinado, parcelado por um ano. Em contrapartida, ele fornece sementes que são distribuídas aos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito (ACDCs) da Cresol, a fim de organizar experiências de cultivos na perspectiva agroecológica. Estas sementes foram valoradas e sua entrega corresponde ao valor do empréstimo, com o qual tem planejado investir na recuperação de solo e no local de armazenamento, bem como, no aumento de reprodução de sementes. O Sr. Isac reconhece esta parceria como uma forma de incentivo que deveria ser oferecido também a outros agricultores/as, que poderiam aumentar seu banco de sementes e afirmou sentir-se valorizado e reconhecido no seu trabalho, pois requer distribuir no seu tempo uma fração diária para manter *viva* esta prática, sendo que o grupo familiar se organiza entre este a produção de sementes e os cultivos de alimentos pra consumo e comercialização na feira livre e de porta em porta.

De todas as culturas produzidas, as que comercializam em maior quantidade são as frutas, atividade produtiva principal e que ainda está organizando. Mas também cultiva e vende mandioca, batata-doce, milho verde, além de uma variedade de feijões, entre outras culturas. As frutas cítricas, como as bergamotas e as laranjas, compõem seu plantio maior, sendo que da primeira dispõe de uma variedade num período em que não se produz na região, no final do verão, fator que facilita a comercialização. Salientou que melhorou a *geração de renda* a partir do momento em que produtos como a mandioca, batata-doce, cebola e alho começaram a ter valor de comercialização direta para consumidores/as, nas feiras livres e em outras estratégias de venda, assim como, outras culturas que antigamente não tinham perspectiva de transformá-las em “mercadoria”, como descrevemos em capítulos anteriores. O Sr. Isac se referiu que tempos atrás a mandioca, por exemplo, compunha o que nominou de

“coisinhas”, sem valor de comércio e com isso eram ainda menores as possibilidades de *geração de renda*.

Todos os agricultores/as ecológicos/as têm seu *banco vivo* de sementes na UPVF na relação com as festas, nas quais renovam, ampliam, multiplicam e *partilham* sementes como uma “política de valor”, que implica em estratégias a serem ampliadas com a incorporação de políticas públicas, por meio de pesquisas e recursos financeiros, para atingir um número maior de agricultores/as. Ao contrapor estas estratégias que aparecem na narrativa, a exemplo do Sr. Isac, com a experiência dos agricultores/as familiares em geral, a tensão principal reside no fato de muitos destes tornarem-se monocultores/as de grãos ou produtores/as de leite, que além de não reproduzirem as sementes, sequer cultivam determinadas variedades para consumo no próprio grupo familiar. Esta é uma crítica inferida principalmente por mediadores/as e dirigentes.

## **As Jornadas de Agroecologia**

As Jornadas de Agroecologia em âmbito estadual, no Paraná, não são apenas eventos em si mesmos. São planejados para serem vistos pela sociedade em geral, já que contam com uma programação de quatro dias, característicos dos movimentos sociais, que aliam num mesmo momento a marcha (caminhadas), reflexão, crítica, mística, festa/celebração, retratando e recriando práticas de *enfrentamento*, de *resistência*, de *memória* e de *proposição*. Para além deste acontecimento em tempo real, estão interligadas numa rede (LATOUR, 2008) de práticas nas unidades familiares, conectadas às estratégias nos assentamentos, nos acampamentos, nas pastorais da terra, nas organizações das feiras livres e cooperativas, nas organizações e fóruns de entidades sociais, bem como, nas *Festas das Sementes Crioulas* e nas Jornadas de Agroecologia, em âmbitos municipais e regionais, entre outros. Assim, a repercussão das Jornadas no campo acontece nas UPVFs dos agricultores/as, a exemplo das práticas de multiplicação, de experiências de seleção e reprodução de sementes, de produção ecológica e nas organizações coletivas, como a criação da Escola Latino-Americana de Agroecologia<sup>208</sup>, de responsabilidade da Via Campesina, no município da Lapa/PR e a criação

---

<sup>208</sup> Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no assentamento Contestado, município da Lapa/PR, próximo da capital do Estado, Curitiba. Fundada em 27 de agosto de 2005, pelos camponeses é um dos instrumentos na luta pela construção da agroecologia e na preservação do meio ambiente. No local estão sendo formados tecnólogos em Agroecologia, sendo os educandos/as filhos/as de camponeses, assentados e “pequenos agricultores”, ligados a movimentos latino-americanos da Via Campesina. A ELAA foi criada numa parceria

do Centro de Pesquisa em Agroecologia Keno<sup>209</sup>, no município de Santa Teresa/PR, sob a gestão do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e participação da Via Campesina. Esta “rede” (LATOURE, 2008) geradora de conhecimentos é reconhecida por vários interlocutores/as como “*contextos de diálogos, de trocas, de estudos e acúmulos*” (Sr. Valdir, mediador), que sustentam a agroecologia e colocam em tensão (TURNER, 2008) as contradições e pela *politização* versam sobre outro projeto de sociedade.

O polo de pesquisa acima mencionado, entre outras conquistas, decorre das lutas dos movimentos do campo ao enfrentarem, por exemplo, a transnacional Syngenta, uma empresa que cultivava soja e milho transgênico no município de Santa Teresa, na região Oeste do Paraná, entorno do Parque Nacional do Iguazu. Além da denúncia judicial e junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), militantes ocuparam a área em protesto a esta prática. As reações da empresa resultaram em ataque miliciano aos manifestantes, ocasião em que mataram o líder do MST Valmir Mota de Oliveira, mais conhecido pelo apelido Keno e feriram gravemente outras pessoas. A Articulação dos Movimentos do Campo, articulados na Via campesina e Organizações da Jornada de Agroecologia, conseguiram a retirada da empresa do local, a cobrança de multa e a entrega da área de 100 hectares ao Governo do Estado, que resultou na implantação deste pólo de pesquisa, cujo nome é uma homenagem ao militante assassinado. Destaca-se também, nos últimos anos, a vitória sobre a transnacional Monsanto, com o fechamento de sua unidade de produção de transgênicos no município de Ponta Grossa/PR e a absolvição, pelo Poder Judiciário local, de cinco militantes da coordenação da Jornada, criminalizados nesta ação. (JORNADA DE AGROECOLOGIA 8, 2009).

Citamos estes exemplos de enfrentamentos e conquistas por estarem interligados com práticas destes movimentos, conectados à luta pela agroecologia, sendo que no 8º Encontro da Jornada de Agroecologia, em Francisco Beltrão, mesorregião Sudoeste do Paraná, um dos propósitos foi reverenciar os mártires, celebrar as conquistas e convidar todos os movimentos sociais a somarem na luta por uma *terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos, por um projeto popular e soberano para a agricultura*, tema destes eventos. Interligados à luta pela terra, reforma agrária e agroecologia, o 8º e 9º encontro, ambos realizados na região, reuniram

---

entre a Via Campesina, o governo da Venezuela, o governo do Paraná, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o MST para possibilitar a estruturação de uma rede de intercâmbio entre os camponeses/as latino-americanos/as e para defender a soberania alimentar dos povos. O curso de graduação é ministrado em parceria com a UFPR, fundado no regime da Pedagogia da Alternância, organizado entre tempo escola e tempo comunidade, com uma média de 60 a 70 dias cada etapa.

<sup>209</sup> No dia 05 de dezembro de 2009 foi inaugurado o Centro de Ensino e Pesquisa em Agroecologia Keno, do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), no município de Santa Tereza do Oeste, região Oeste do Estado.

num mesmo espaço cerca de três mil pessoas para refletir, rememorar, festejar e firmar os princípios e valores destas lutas sociais. Na mesma perspectiva das *Festas das Sementes*, as Jornadas constituem um espaço de *partilha* de conhecimentos por meio de simbologias, gestos, atos, discursos, músicas, danças, em que as pessoas são mais que expectadores/as, reúnem-se pelos mesmos propósitos e são partícipes de uma performance situada nas suas lutas. Sendo assim, um ritual vivenciado pelo “drama social” (TURNER, 2008), em que as Jornadas constituem-se em *sujeitos coletivos* e *coletivos políticos* na trama da agroecologia e travam lutas sociais que protestam as desigualdades sociais, os monopólios, as imposições das grandes empresas. Os aspectos simbólicos representam a oposição, a tensão em contradição e contraposição ao *agronegócio* formado pelos ruralistas, no contexto das lutas sociais do campo brasileiro, como demonstram os enfrentamentos e identificação com um projeto social distinto.

Jornada de Agroecologia é um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e explora os seres humanos. Estes 9 anos de lutas demonstram o acerto histórico da construção desse sujeito coletivo em torno da proposta da agroecologia. (JORNADA DE AGROECOLOGIA 9., 2010, p.1)

O foco central das Jornadas é a *reunião das bandeiras de lutas* dos agricultores/as ecológicos/as, dos participantes da Via Campesina, da Articulação por uma Educação do Campo, do Movimento Sem Terra (MST), da Rede Ecovida, dos Fóruns Regionais de Agricultura e da Agricultura Familiar Campesina, entre outros. Caracterizadas por intensos debates, painéis, oficinas, seminários (expostos por figuras representativas destes movimentos, sejam lideranças ou pesquisadores/as) - como nos referimos anteriormente, lugar de ciência e tecnologia - aliados às marchas, bandeiras em movimento, místicas, danças, músicas, teatros, atos públicos – performance ritual - articulados com às feiras de produtos ecológicos e partilha de sementes. Eventos como as *Festas das Sementes* e as Jornadas são grandes estratégias para reunir num mesmo espaço, por tempo determinado, os componentes da rede sócio-técnica da agroecologia (LATOUR, 1999), colocando em movimento de revitalização as práticas decorrentes dos “laboratórios” que são cada unidade familiar, fazendo acontecer outra agricultura. Dito de outra forma, as Jornadas, a exemplo das Festas, mas com abrangência estadual e reunião massiva de pessoas, são espaços públicos para colocar em evidência as práticas e as estratégias amarradas entre as organizações e movimentos sociais, por meio dos mediadores/as. A Jornada é o espaço de “endurecimento”

dos conhecimentos, na perspectiva da rede em Latour (1999), porém, articulada entre *coletivos políticos* para problematizar as contradições, decifrar os mecanismos de fabricação das ciências/tecnologias, compreender as formas de domínios e reafirmar conhecimentos e lutas que dão sustentação às práticas e estratégias da agroecologia. São essas conexões possibilitadas pelos eventos que ajudam a amarrar os nós entre fios da rede. (Ver anexo 3, fluxograma, 1).

Por exemplo, no 8º e 9º Encontro da Jornada de Agroecologia, a programação nos dias do evento apresentou a seguinte estrutura: a marcha pelas ruas da cidade, místicas na abertura, durante e no encerramento das atividades do dia, conferências ou painéis, oficinas, feira de sementes e de produtos ecológicos e a atividade do *túnel do tempo*, concomitante a outras programações em que educandos/as de uma escola narram o percurso histórico da agricultura. Destaca-se no 8º Encontro o acontecimento da *VI Festa das Sementes* da região.

As Jornadas tiveram início no ano de 2002. As três primeiras edições foram realizadas no município de Ponta Grossa, mesorregião Centro Oriental do Estado do Paraná. Em 2005, 2006, 2007 e 2008, aconteceu em Cascavel, região Oeste. Já em 2009 e 2010 os Encontros foram realizados no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste. Em 2011, na época da escrita desta investigação, organizava-se o décimo encontro, previsto para acontecer na cidade de Londrina, região Norte Central. Esta mobilidade das Jornadas, assim como das Festas Regionais das Sementes que migram de um município para outro, tem por objetivo amarrar estratégias de lutas, de consolidação, de enfrentamento nos determinados espaços ou mesmo de “endurecimento” dos conhecimentos, já que o movimento de trazer e levar estes das e para as unidades familiares é seu foco central. Na mesorregião Oeste, para resistir e fazer enfrentamento às empresas de transgênicos, a Jornada foi um ator importante, enquanto no Sudoeste contribuiu para fortalecer as práticas em processo na agroecologia.

Cada evento trouxe temáticas como fios condutores das reflexões, estudos e místicas situadas no contexto dos movimentos articuladores que as assumem como *bandeira de luta a agroecologia*, entre outras específicas, que se somam e se multiplicam, agregando força e energia como argumenta DaMatta (2000) sobre os rituais festivos. Aqui poderíamos focar a “revitalização” destas *bandeiras de luta* que têm por finalidade identificar os atores na rede (LATOUR, 2008), que se reúnem num mesmo espaço para fortalecer a articulação dos movimentos e organizações sociais e da *luta permanente*; da construção do *projeto popular e soberano de agricultura*; do *espaço de estudo, de formação, de análise, de troca de*



*experiências (conhecimentos)<sup>210</sup> e de intercâmbios de sementes; espaço de divulgação, de propaganda do projeto junto a sociedade; e momento para somar, fazer alianças, buscar apoio no conjunto das forças sociais, dos movimentos e das políticas públicas (JORNADA DE AGROECOLOGIA 8., 2008).*



**Fotografia 19 -VIII Jornada de Agroecologia e VI Festa das Sementes. Joka Madruga, 2009**

As Jornadas, entre outros rituais festivos dos movimentos e organizações, tematizam o cotidiano que mesclam os ideais dos *coletivos políticos* em torno das *bandeiras de luta* da agroecologia em que a vivência da “liminaridade”, no sentido positivo, apontado por (DaMatta, 2000), reside no fato de que as lutas sociais não são colocadas apenas como sofrimentos, situações substanciais que também acontecem nos enfrentamentos, mas como celebração, comemoração das conquistas e o fortalecimento para a continuidade do projeto em curso rememorado nestes eventos. Embora essa liminaridade, vivenciada nas dimensões festivas e celebrativas, não seja isenta de “dramas sociais” (TURNER, 2008), pois o contexto que emerge e situa a agroecologia na sua forma substancial e ideológica, assim como, na luta

<sup>210</sup> Conhecimentos nos movimentos sociais são reconhecidos como não isentos de neutralidade, pois se fazem análises críticas das ciências que produzem as tecnologias dos agroquímicos, das políticas monopolizadoras destes campos e ainda se partilham conhecimentos situados nas experiências de alternativas de produção ecológica, de organização e conquistas por direitos sociais.

pela terra e pelos direitos sociais, é um “campo de forças” onde se disputam *projetos políticos* contraditórios.

Num tempo de quatro dias os participantes vivenciam as distintas programações, que seguem uma mesma estrutura, porém distinguem-se nos conteúdos. Trataremos de descrever a 9ª Jornada para situar os leitores na dimensão política e de luta da agroecologia que se faz na região e no Estado, interligados aos outros movimentos, espaços e organizações estaduais, nacionais e internacionais. Exemplo disto é a participação de agricultores/as da região em outros eventos, como as Festas das Sementes no Paraguai e em Santa Catarina. Além disso, a Rede Ecovida, as Entidades e Organizações Regionais que emergem como construtoras da agroecologia junto aos agricultores/as estão também interligadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Esta, por sua vez, reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural, ancorada em dois propósitos fundamentais:

[...] favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais. De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia. (ANA, 2011)

Para isso, organizam-se em encontros nacionais, publicações, socialização de experiências e rede de notícias, além dos momentos e encontros presenciais massivos, a estilo das Jornadas que descreveremos.

## **As delegações**

No dia 18 de maio de 2010, que antecedeu o início do evento, já chegavam algumas *delegações*<sup>211</sup>, principalmente com lideranças e militantes das *equipes de trabalho*,

---

<sup>211</sup> *Delegações* são grupos de militantes, agricultores/as, dirigentes de organizações sociais, estudantes e acadêmicos/as, técnicos/as, mediadores/as, que vêm de um mesmo município, local de origem onde se



responsáveis pela organização do espaço e programação do evento, que junto com outros que moram no município e na região, iniciam os trabalhos de organização do espaço, construção das paredes divisórias do Centro de Eventos para alojamentos, limpeza do local, planejamento das místicas, socialização e acertos finais da programação. Sendo que anterior a estas atividades, a Jornada constituiu-se em tempos de organização e preparação mais longos, com reuniões de planejamento, como a constituição de equipes de trabalho, articulação de movimentos e organizações sociais, de parcerias e divulgação do evento. Diferente de eventos de outros grupos sociais, os quais geralmente contam com estruturas pagas por serviços de restaurantes e de empresas de limpeza, nestes movimentos e organizações sociais se constituem *equipes de trabalho* entre os próprios agricultores/as, estruturados por coordenações e demais voluntários, que planejam e socializam em reuniões junto às *coordenações e coordenação geral e política do evento*. Geralmente, por meio de debates, definem-se os princípios e regras para que o trabalho assegure o *bom andamento da Jornada*, que tem por propósito envolver os *coletivos políticos*, como todas as atividades destes movimentos em que as metodologias de trabalho de estruturação e sustentação não fogem aos princípios e proposições das lutas sociais, como argumentou uma das coordenadoras gerais. Exemplo disso é a coleta seletiva do lixo, pois como afirmou um dos coordenadores da *equipe de limpeza*, refletir sobre a agroecologia implica também nos cuidados com o *meio ambiente* onde está acontecendo a Jornada. Assim também para outros trabalhos, como da coordenação<sup>212</sup>, havia reuniões sistemáticas para planejar, avaliar e decidir sobre questões e os pontos das programações seguintes, sempre por meio de decisões conjuntas, geralmente expostas e colocadas em debate pelos coordenadores/as.

Das várias regiões do Paraná, dos Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo chegaram delegações, assim como *as brigadas internacionais* do Paraguai, Haiti, Colômbia, República Dominicana e Equador, com estudantes e pessoas ligadas às organizações, constituindo suas representações. Na manhã de

---

encontram vinculados organicamente a uma entidade da agricultura camponesa e familiar ou a um acampamento, ou ainda, a algum assentamento, bem como, a escolas técnicas ou universidades.

<sup>212</sup> Exemplo disto, Christine de Alencar Chaves (2000, p. 46), sobre a Marcha Nacional dos Sem-Terra, descreve as assembleinhas, durante este período, como reuniões paralelas em que participavam marchantes por Estado de origem e seus coordenadores para a composição de regras, construindo o “Estatuto da Marcha”. Em todos os eventos que acompanhamos no campo etnográfico, o *antes*, o *durante* e o *depois* se organizam de forma semelhante, em que as reuniões de coordenações e equipes são espaços de planejamento, tomada de decisões, e constituição dos códigos de regras dos encontros e avaliações.

19 de maio de 2010<sup>213</sup>, sentiam a brisa fria de um outono que principiava o inverno, aqueciam o ambiente o calor da esperança e a alegria de militantes<sup>214</sup>, que aos poucos chegavam em *caravanas*. Sorrisos abertos, abraços apertados, cumprimentos e movimentação em torno da organização dos alojamentos demarcavam o início das atividades do dia. O parque de Exposições Jaime Canet Junior<sup>215</sup>, em Francisco Beltrão, palco da participação de três mil militantes na luta pela agroecologia nos dias 19, 20, 21 e 22 de maio de 2010. No portal da entrada principal ergueu-se uma faixa anunciando para quem chegava ou passava pela frente, em letras garrafais: “9ª Jornada de Agroecologia: Construindo um Projeto Popular e Soberano para a agricultura”, além das informações de data e local deste acontecimento. No local, o *Centro de Eventos* do Parque – uma estrutura parecida com um ginásio, mas sem arquibancadas, o maior lugar para reunir pessoas no município, ergueu-se nas laterais paredes provisórias com estrutura em madeira leve e lonas pretas, constituindo assim os ambientes para pernoite dos participantes, sendo que em outros locais cobertos do parque e no autódromo armaram barracas com o mesmo fim. Deixa-se um largo corredor entre os dormitórios e o centro para as distintas programações. À frente no palco ficou a mesa em que se colocam os animadores, autoridades, coordenadores das atividades e conferencistas. Com uma toalha branca e outra colorida é um móvel a espera da movimentação, para a qual todos os olhares serão dirigidos e atrás dela uma parede formada por panos coloridos. No palco, as bandeiras de entidades, organizações e movimentos sociais, além de uma faixa da Rede Ecovida, completam o cenário que durante os quatro dias será movimentado ao ritmo das músicas executadas pelo conjunto que se instalou à direita da mesa. Os participantes são assentados/as, acampados/as, agricultores/as familiares e camponeses/as, estudantes, técnicos/as, professores/as, pesquisadores/as, lideranças, dirigentes, ligados a um ou mais dos movimentos organizadores<sup>216</sup>. Em grupos, os quais se denominam *brigadas*, desde a vinda

<sup>213</sup> Neste período já estávamos na fase de escrita da investigação, pois no ano anterior não pudemos participar da Jornada por estar fora do país, no local de estudos do doutorado, já que havia se passado os seis meses de pesquisa de campo previstos no plano de estudos.

<sup>214</sup> Com este termo é que se nomeavam os participantes nas reuniões de planejamento e durante o evento, mesclados mais raramente pela nominação de camponeses/as, agricultores/as ou Sem-Terra.

<sup>215</sup> Este é um lugar físico na acepção de Bourdieu (2007) e de Turner (2008) que emerge como espaço, onde ocorrem a disputas, os “conflitos”, como um “campo de forças” entre projetos sociais. Pois, assim como este é sede de um evento como as Jornadas, é também sede de feiras e exposições que representam as políticas do agronegócio, e ainda, em alguns momentos, estas forças contrárias estão representadas por suas entidades, juntas no mesmo local, a exemplo das tradicionais feiras do município.

<sup>216</sup> Organizadores da Jornada são: Via Campesina, Fórum Regional de Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná, Rede Ecovida Paraná, Uniãoeste, Movimentos da Via campesina: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento das Mulheres Camponesas, organizações ou entidades sociais, escolas de Educação do Campo, Escolas Técnicas e Universidades, entre outros.

dos municípios de origem providenciam os mantimentos que serão preparados no local do evento, numa estrutura de cozinha dentro do Centro de Eventos ou pelo parque, nos kiosques, sendo estes últimos locais usados mais para o preparo de chimarrão e do cafezinho. As *brigadas* são grupos organizados e com coordenadores/as, desde os assentamentos ou acampamentos, que têm por função prover a alimentação e outras necessidades que venham ter durante a Jornada. De outras localidades também vêm agricultores/as familiares que se organizam via entidades locais. Porém, os participantes que residem mais próximo da cidade anfitriã voltam para pernoitar em suas casas. O preparo da alimentação é feito com itens trazidos por intermédio destas *brigadas* ou organizações dos agricultores/as familiares, angariadas nas localidades de origem entre os participantes, por militantes que se organizam sob o princípio da solidariedade. Enquanto uns estudam e participam das demais atividades, outros trabalham para possibilitar tal fim.

Observamos que a energia do Encontro traduzia-se, mesmo antes do início oficial, nas inscrições nas mesas no *hall* de entrada, nas rodas de chimarrão entre jovens, adultos que conversavam e nas crianças que corriam ou em silêncio, unidas pelas mãos de adultos, observavam tudo. Povo que contava suas histórias, pessoas que trabalhavam e se movimentavam cantarolando e dançando sob animação do conjunto musical do MST, que aos poucos foi quebrando o silêncio, ou os “burburinhos” vindos dos alojamentos e do *hall* de entrada, reunindo e aproximando as pessoas para o centro do evento. Por outro lado, outros ainda se movimentavam nos ônibus que chegavam, os mais retardatários. Na área de entrada do Centro de Eventos armavam-se tendas para troca e comercialização de sementes e lanches ou para venda de materiais como livros, revistas, bonés, camisetas dos movimentos e organizações promotoras ou participantes do evento. Ainda, algumas equipes postavam nas paredes cartazes, faixas, imagens, bandeiras, fotos ilustrando neste cenário o percurso da produção ecológica e de lutas sociais.

A integração entre os grupos de participantes já vem desde o local de origem, pois se unem por laços de vizinhança, parentesco, amizade e companheirismo que trazem consigo nestas bagagens. Além dos pertences pessoais e itens de alimentação, também carregam as *bandeiras de luta* do seu cotidiano, sendo que entre estas situam-se os projetos de produção ecológica, a luta por reforma agrária, a luta contra os monopólios, as sementes transgênicas, a degradação causada pelos agroquímicos, entre outras. Lutas sociais, políticas, ecológicas e culturais de grupos e movimentos que estão constituindo a agroecologia nestes contextos, pois as conversas, os debates, as análises sobre estas questões ultrapassavam os momentos oficiais

do Encontro e se espalhavam no diálogo entre os participantes desde o momento da chegada, assim como, nos intervalos nos pequenos grupos.

### ***Abertura: Mística: semeando agroecologia***

Vimos agroecologia tanto nas experiências substanciais nas unidades familiares como nas Festas das Sementes e Jornadas. Categoria que suscita na pesquisadora sempre novas formas de observação e participação, por estar em permanente construção, na interação com os interlocutores/as, sejam estas pessoas ou eventos, seja nas unidades familiares, as quais percorremos e encontramos a resistência e a criação na “inversão” dos espaços de produção, outras relações, formas diversas de geração de renda, ou nas intensas atividades em que a agroecologia está situada nas festas: nas músicas que o público canta e dança, nos símbolos que movimentam e apresentam, nas reflexões e conhecimentos que constituem as palestras, as conferências e as oficinas, nas marchas, nos gritos de ordem e discursos que protestam, ou ainda, nas proposições que socializam nas experiências. Optamos por descrever neste capítulo a mística de abertura e de encerramento por compreendê-las como principais neste contexto.

No que segue a abertura oficial da Jornada, vimos a agroecologia na mística e a entendemos, seguindo DaMatta (2000), como momento em que se recria um cotidiano<sup>217</sup>, em que se protesta e propõe outro, formado por um “capital simbólico”, como demonstra Chaves (2000) na Marcha Nacional dos Sem-Terra no ano de 1997. Mística para os interlocutores/as está relacionada à capacidade de sentir, aquilo que não se explica, mas é percebida ou captada no movimento social, seja pela indignação ou pela beleza. É como transferir a pessoa para outra dimensão para sentir a existência ou, por exemplo, o pertencimento à classe trabalhadora e ao cosmos. A mística é o lugar na existência a ser cultivado no cotidiano para tornar a *luta menos dura*.

Desde a reunião das pessoas na porta principal do Centro de Eventos, organizando-se para percorrer o caminho entre o público, num corredor, como em outros rituais em que se

---

<sup>217</sup> Nesta perspectiva, tomar a teoria dos rituais como um conjunto de elementos que abrem possibilidades para compreender os processos sociais, nos remete também aos estudos de Tambiah (1985), que assinala a eficácia social dos rituais, concepção tomada dos estudos de Mauss, justificando que esta acontece mediada pelas “ações performativas” e assinala tanto a ação (pragmática) quanto a fala (semântica) como possibilidade de comunicar, fazer, modificar e transformar. Para o autor, ritual é constituído por ações ordenadas, sequenciais, simbólicas, situadas num determinado tempo e espaço, formando um sistema cultural de comunicação simbólica expresso por diversos meios.

desfilam entre os convidados, neste caso, os participantes da performance também observam, dançam e cantam juntos, num corredor privilegiado de apresentação, no qual acontece a entrada oficial da agroecologia simbolicamente com suas tensões, contestações e proposições. Dentro do ambiente, música animando e sensibilizando as pessoas para a “dramatização deste cotidiano”. Primeiro, entram algumas pessoas vestidas como agricultores/as, mas que retratam o *agronegócio*, carregando uma máquina costal pulverizadora, uma folha com o símbolo US\$, do dólar americano e um \$ em papel expresso – símbolo do real, moeda brasileira – e cartazes com as palavras “lucro”, “Monsanto”, “soja transgênica”, “Syngenta”, que foram dispostos na frente do palco e colados numa faixa branca, enquanto rodava um fundo musical que expressava tristeza. As pessoas que fizeram parte deste momento da mística tinham aparência de agricultores/as sofridos, com vestimentas que assim os caracterizavam, para mostrar que nem sempre os que estão no *agronegócio* são necessariamente bem sucedidos. Na seqüência, uma integrante da Via Campesina, regida pelo conjunto deste mesmo movimento, cantou a música “*Eu só peço a Deus*” (composição de Leon Gieco e Raul Ellwange, eternizada nas vozes da argentina Mercedes Sosa e da brasileira Beth Carvalho), enquanto os participantes faziam gestos com os braços. Novamente, o vazio no corredor é quebrado pela entrada de pessoas dançando, com o corpo coberto por panos coloridos e ao chegarem à frente, onde simbolicamente estava representado o *agronegócio*, retiraram do local os símbolos, sendo levados para “fora” – *expulsando-os*, pois esta cena, conforme preparação da mística, significa a *resistência* diante das investidas sutis do projeto da agricultura, representada pelos monopólios empresariais. Para finalizar este momento um casal entrou pelo mesmo corredor recitando, alternadamente cada frase, o poema adaptado do líder indiano Mahatma Gandhi:

Se pudéssemos deixar algum presente para as futuras gerações  
 Deixaríamos o acesso ao sentimento de amar a vida dos seres humanos  
 A consciência de aprender tudo o que foi ensinado pelo tempo afora  
 Lembraríamos os erros que foram cometidos, para que não mais se repetissem  
 A capacidade de escolher novos rumos  
 Deixaríamos, o respeito àquilo que é indispensável:  
 Além do pão, o trabalho,  
 Além do trabalho, a ação  
 E, quando tudo mais faltasse, um segredo:  
 O de buscar no interior dos movimentos e organizações a resposta e a força  
 para encontrar as saídas.

O último momento da mística significou a proposição das *alternativas* que têm sido construídas em torno da agroecologia. Embalados pela música “*Eu creio na semente*”, entram

mulheres e homens, inclusive uma gestante com um pano amarelo sob o chapéu, carregando uma peneira e “*semeando sementes*” entre os participantes, seguida por outras duas com chapéu na mão fazendo o mesmo gesto, ambas dançando. Acompanhadas por homens e mulheres que carregavam cestas com alimentos e os “direitos” escritos em cartazes: “*direito à semente; direito à biodiversidade; direito ao alimento; direito à terra; direito à cultura; direito à vida; direito ao trabalho digno; direito à tecnologia; direito ao lazer; direito à diversidade; direito à convivência; direito à educação no campo*”. Estes símbolos foram colocados na frente do palco, no lugar de onde foi *expulso o agronegócio*, compondo outro cenário, junto às bandeiras de lutas dos movimentos, que já estavam estendidas na parede do palco.

A apresentação do público seguiu a energia gerada pela mística, sendo que o “creio” da letra da música foi o chamamento das regiões e das *delegações* presentes feito, alternadamente, pela Sra. Ivete, representando o Fórum Regional das Entidades e pelo Sr. Edson, da Via Campesina. Ao serem solicitados, os participantes levantavam-se e acenavam com as mãos. Enquanto a música continuava, foram nomeados nas seguintes elocuições:

Eu creio na participação da região Norte do Paraná. Eu creio na semente plantada na região Noroeste do Paraná. Eu creio na mobilização da região Oeste do Paraná; eu creio na luta da região Centro Oeste do Paraná; eu creio na liberdade da região Sul do Paraná; eu creio na esperança da região Centro do Paraná; eu creio na força da região de Curitiba e Metropolitana; eu creio nas mãos que semeiam no Litoral do Paraná; eu creio na alegria do Estado de Santa Catarina; eu creio na solidariedade do Rio Grande do Sul; eu creio na resistência do povo do Paraguai; eu creio na organização do Estado de São Paulo; eu creio também no trabalho do Estado do Mato Grosso do Sul; e também cremos na hospitalidade e solidariedade da nossa grande região que está recebendo a nona Jornada de Agroecologia, a região Sudoeste do Paraná.

O “*crer*” e as outras acepções de esperança, mobilização, resistência, por exemplo, simbolicamente reverenciam as *delegações*, demonstram a coesão das lutas cotidianas trazidas e posteriormente levadas de volta às regiões, imbuídas dos novos significados, além de integrá-los na performance do evento. São gestos, ações e falas que remetem grupos e indivíduos as suas histórias, contextos e práticas. Após a apresentação, como forma de unir os participantes em torno das várias *bandeiras de luta* que os “enreda” à agroecologia, a Sra. Ivete<sup>218</sup> e o Sr. Edson fazem as “honras da casa”, recebendo-os para a “festa da agroecologia”,

---

<sup>218</sup> Mantivemos os nomes dos coordenadores/as e outras lideranças que organizaram os trabalhos na Jornada por ser um evento público.

dando-lhes as boas vindas. Neste momento, apresentam-se os propósitos e lembram-se das conquistas destes movimentos e das Jornadas anteriores - a memória dos conflitos e das conquistas - chamando o público para o grito de ordem: “\_Globalizemos a luta!”, repetido três vezes consecutivas, acompanhado do gesto característico das mobilizações dos Sem Terra: braço esquerdo erguido, em movimentos rápidos com punho fechado. Em seguida, outro importante gesto demonstra um dos principais símbolos da Jornada, o Sr. Edson solicita aos participantes que levantem as *mochilas*, compondo um cenário ressaltado pelo animador: “\_ Ficou tudo verde”. Não é por acaso que a mochila recebida na inscrição, antes do início do encontro, seja verde, pois esta cor simboliza a natureza desde tempos outrora e nesta luta da agroecologia tem sentido de preservação, de vida. O verde das vegetações nos espaços que moram “no meio do mato”, como se referiu Sr. Gilson, o Sr. Darci, o Sr. Adir. O verde que protege as nascentes e rios, os verdes da diversidade dos policultivos, entre outras significações que esta cor possui para os interlocutores/as. De dentro da mochila o Edson foi retirando os materiais – símbolo de estudo, de construção de conhecimentos nos quatro dias da Jornada – o folheto de registro da programação da Jornada, uma cartilha sobre *conhecimento popular e uso de terapias alternativas*, um caderno para anotações dos conhecimentos e para levá-los às localidades, como apontou o animador, a caneta, o crachá de identificação, também solicitado para ser levantado, salientado para ser usado, para evitar infiltrações no movimento.

Seguindo, foram apresentadas as *equipes de trabalho* de infraestrutura, de secretaria, de limpeza, de saúde. A Sra. Ivete chamou o Sr. Ireno para falar sobre a *disciplina*, o qual relatou um conjunto de orientações, entre estas convidou os participantes para que isso fosse uma *combinação coletiva* sobre comportamentos, recorrendo para a *consciência* para que ninguém fizesse uso de bebida alcoólica e do tabaco em lugares fechados, por conta da poluição; a observação no cumprimento dos horários; o respeito fazendo silêncio no descanso, entre as 23 horas e as 6 horas da manhã; além dos cuidados com os espaços: limpeza, cozinhas, local de limpeza das louças, alojamento, lixo, organização, do local, pois sobre isto ainda foram chamadas ao palco a coordenação da *equipe de limpeza* para orientá-los. Convidou os representantes das *delegações*, um homem e uma mulher de todos os ônibus, para uma reunião no final da manhã, para combinar as questões da *disciplina*, mas salientou que o mais importante é que nas *brigadas* compareçam às reuniões para estes acertos. Em seguida o Sr. Tiburcio fez uso da palavra, apresentando aos participantes o espaço de infraestrutura das cozinhas, do alojamento, dos banheiros, das salas para oficinas, seminários, entre outras.

Chama-nos a atenção a forma como se integram as crianças ao evento, separadamente depois da mística de abertura, num espaço à esquerda do Centro de Eventos, com atividades paralelas constituídas por brincadeiras, desenhos, teatros, leituras, dependendo da faixa etária, referentes à agroecologia, como salientou a responsável, nomeando-o de *ciranda infantil*, coordenada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Outra atividade paralela ao Encontro é o *túnel do tempo*, coordenada e realizada pelo Colégio Estadual Francisco Neves Filho, com uma equipe de 70 educandos/as, do município de São João do Triunfo, para a qual foi chamada a coordenadora para explicar sobre o funcionamento. Segundo ela, este foi o único Colégio que participou de todas as edições das Jornadas, com o propósito ser uma “*experiência de Educação Popular em Agroecologia, demonstrando o desenvolvimento da agricultura na história da humanidade*”. Por meio de imagens e escritos, ordenados em quadros, mostrando a história da agricultura camponesa, organizados num caminho, como um corredor, com uma entrada e uma saída – a ideia de túnel de tempo, pela forma espacial. O conteúdo foi exposto numa linha do tempo da agricultura. Outra atividade permanente é a feira dos produtos ecológicos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar Camponesa para comercializar símbolos como bandeiras, livros, camisetas, mochilas, entre outros, bem como, alimentos ecológicos.

A composição pública da mesa, após as informações, representa a valorização e a participação das autoridades – políticos e representantes de entidades e governos - sendo que algumas destas figuras advêm dos movimentos sociais e organizações. Este é o momento em que proferem seus discursos, que de uma forma ou de outra é esperado entre lideranças e participantes, para evidenciar suas posições e comprometimentos com as *bandeiras de luta*. Apesar de que em outros momentos estas negociações e a busca de *alianças* entre autoridades continuam, inclusive nos *protestos* e nas *denúncias* que acontecem em outros momentos, a exemplo das manifestações na marcha. Entre os integrantes da mesa, alguns proferiram discursos, a quem a coordenação lhes cedeu vez, previamente combinado.

## **A Marcha pela Agroecologia**

À tarde, neste mesmo dia, foi realizada uma atividade que não se repetirá nos outros dias - a *marcha*. Convocada durante a manhã, no ato de abertura, todos os/as participantes já



deveriam estar preparados para a caminhada de três quilômetros pelas ruas da cidade, rumo à praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy, na região central da cidade, onde se localiza a principal igreja católica – a Catedral. Um espaço de múltiplas manifestações, comícios, shows, apresentações culturais, entre outras atividades que reúnem públicos distintos, aos moldes das procissões<sup>219</sup>, como as Romarias da Terra promovidas pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e de outras marchas instituídas pelo MST, manifestações e caminhadas que as organizações da agricultura familiar e camponesa fazem em *protestos* e *contestações*, as quais se assemelham e descendem uma da outra. Chaves (2000, p. 22) assinala que as peregrinações, marchas e romarias não têm apenas sentido religioso, mas estão presentes em diferentes contextos do planeta com fins religiosos, políticos, pacifistas, militares, de conquista, de libertação ou ainda, pela conservação da ordem social ou sua subversão.

Por volta das 14 horas, reuniram-se os participantes em frente ao Centro de Eventos para a organização da marcha. Em três fileiras, acompanhadas por carro de som e uma faixa com fotos de produção ecológica e a escrita anunciando a 9ª Jornada e seu tema, com animadores/as conduzindo-os, iniciou-se a caminhada. Bandeiras, bonés e a *mochila verde*, camisetas, casacos e camisas vermelhas vestidos por militantes completavam o cenário, que visto de frente destacava-se o vermelho – cor do MST – e visto de trás, no final das fileiras, era *tudo verde*. Identificados pela agroecologia e símbolos do MST, os participantes da Jornada, em ritmo normal de caminhada, seguiram por uma das principais avenidas da cidade, a *União da Vitória*, nome que coincide com a finalidade do evento, passando ainda por outras ruas até chegar à praça.

---

<sup>219</sup> Chaves (2000, p. 19), ao analisar e descrever a Marcha Nacional dos Sem Terra, com início em fevereiro de 1997, demonstra que esta não é uma invenção do MST, mas uma forma cultural transtemporal, presentes em diversas tradições distintas que permitem serem reconhecidas por serem revestidas de diferentes significados. A autora conceitua-as como formas culturais estereotipadas que podem ser classificadas entre os rituais, eventos públicos padronizados, embora apresentem performances variadas em contextos distintos.



**Fotografia 20 - Marcha na IX Jornada de Agroecologia em Francisco Beltrão. Asseoar, 2010**

Fazer *propaganda do projeto da agroecologia junto à sociedade* tem sido um dos propósitos das Jornadas, sendo que nesse sentido a marcha chamou atenção do público em geral, das casas de comércio, moradores e caminhantes, mesmo que por curta duração. Animados pelas músicas cantadas também pelos participantes, intercaladas pelo diálogo dos animadores entre os marchantes, com gritos de ordem acompanhados pelo movimento do braço esquerdo erguido, com punho fechado e o balanço de bandeiras: “\_ *Globalizemos a luta*”! “\_ *Viva o povo camponês*”! “\_ *Reforma Agrária*”! “\_ *Terra livre de transgênicos*”! A convocação do público da cidade, em geral, deu-se por meio da exposição dos propósitos da Jornada e do convite para participarem das conferências, como uma espécie de *chamamento* do povo para aderir à agroecologia como uma *luta social*. *Música vai e música vem*, entre discursos de líderes da Via Campesina, recorrendo à reflexão crítica em torno da temática, optamos por transcrever parte do discurso que acompanhou a marcha:

“Povo das ruas de Francisco Beltrão, nesta 9ª Jornada de Agroecologia, por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos, para uma agricultura familiar e camponesa; para realizar uma profunda reforma agrária e distribuir a terra ao povo do campo; para produzir um alimento saudável,

sem transgênicos! Sem agrotóxicos! Uma agricultura livre e autônoma, sem depender da Monsanto, da Syngenta e da Bayer, das grandes transnacionais. Uma agricultura livre para a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis. [Grito de ordem] \_Viva o povo camponês! Viva!”

Na praça, reúnem-se os/as participantes da marcha e mais algumas pessoas, além de outras que geralmente passam e param momentaneamente para verificar do que se trata. Este é o espaço para mostrar ao público tanto a *contestação* que se faz em relação aos transgênicos, ao monopólio das empresas e uso de agrotóxicos, como a *proposição* da agroecologia em torno da *construção de um projeto popular e da soberania alimentar* que marcam o *ato público*. Com a apresentação de um teatro de uma das *brigadas* de jovens dos acampamentos de Cascavel, Mesorregião Oeste do Paraná, refletem sobre o uso dos agrotóxicos, seus malefícios e a dependência das grandes empresas na agricultura. Vestidos como agricultores/as, dramatizam, tendo o cotidiano como contraponto, a exemplo de toda a performance do evento, mostrando sempre as tensões vivenciadas na contradição da sociedade capitalista, representadas pelo *agronegócio*, no que se refere à agricultura, ao mesmo tempo evidenciando as alternativas construídas com a agroecologia. Após a peça de teatro, dirigentes, representando as entidades, proferem discursos, seguindo a mesma linha dos *protestos e alternativas*. Permeando o diálogo entre o animador e os participantes, seguem os gritos de ordem já citados.

No retorno ao parque, após o *ato público*, organizam-se da mesma forma em fileiras, procurando ocupar toda a extensão da pista, interrompendo o *trânsito* propositalmente: uma forma de ligação a todos os *protestos e manifestações* que se faz na rua, tomando-a como “espaço público” de passagem, não apenas corriqueira e acelerada pela pressa e o anonimato de quem nela transita para cumprir a demanda cotidiana de suas vidas. Esta é uma marcha organizada para ser vista como *coletivo político* ou como *sujeitos coletivos* organizados em torno das *bandeiras de luta*. Neste caso, a rua, “espaço público” (DAMATTA, 1986) como lugar de movimento, de surpresas, de luta, que aos moldes do rio tem um fluxo que corre, mas mesmo sendo oposta ao “espaço privado” da casa, são complementares, demarcados e reconhecidos além de lugar físico. A marcha se mistura e dilata o cotidiano das lutas, da resistência, da contestação, do *alternativo* proposto que acontece na experiência em curso nas unidades familiares e nas organizações sociais. Mistura-se com as lutas, as resistências e as contradições da vida das outras pessoas que por ali passam, mesmo de formas invisíveis, também lutam, sentem, se sensibilizam ou contestam. Rua, neste momento em que desfilam militantes agricultores/as, é espaço de contradição, de demonstrar as oposições entre projetos

sociais. O convite é para somar e multiplicar tais *lutas*. Por meio dos discursos, atos, gestos e músicas, se sentem e produzem energias e revitalizações – novos significados – uma agroecologia que busca alianças e diálogo com o público urbano (DAMATTA, 2000).

Animadas pela música ao vivo em cima do carro de som, gritos de ordem e discursos de convocação para a sociedade em geral, convidando-a para a Jornada, os participantes voltam para o Centro de Eventos a fim de dar continuidade ao encontro. Mesmo com curta duração, se faz do chão pisado pelos marchantes mais um “processo social”, demarcando espaço para ser visto, aderido e multiplicado, a fim de alcançar o que os movimentos sociais têm como propósito: a transformação da sociedade, incluindo a agroecologia. Juntar-se a sociedade não é apenas uma pretensão política para mostrar que há um coletivo organizado em torno da agroecologia, aliado aos movimentos sociais de lutas e da Via Campesina e organizações da agricultura familiar. É também fazer um chamamento à sociedade para construir *alianças* em torno da produção ecológica, por exemplo, entende-se nestes coletivos que não seria possível fortalecer-se e ampliar-se sem a adesão das pessoas da cidade<sup>220</sup>. Estas, por sua vez, são colocadas na mesma *bandeira* com direito a consumir um *alimento limpo* de agroquímicos, forjando “enredar”, junto às questões tecnológicas de produção, as políticas públicas, as organizações de comercialização, a questão da *autonomia, segurança e soberania alimentar*, sendo o consumo uma questão de *saúde pública*. O período da noite, nesse primeiro dia, foi dedicado para as reuniões em torno da organização das oficinas.

## **Conferências, seminários, depoimentos e oficinas**

Vamos defender o meu sertão, estudar para formar a consciência  
Vamos defender de coração, a agroecologia que é a nossa referência

**(Fragmentos da música de abertura do segundo dia, durante a mística)**

A abertura do segundo dia aconteceu novamente com mística, animados pela dança, sob o som das músicas cantadas, com letras que retratam a luta pela agroecologia. Bandeiras, cestas de alimentos, crianças, jovens, homens, mulheres, entram em cena, vindos pelo mesmo

<sup>220</sup> Organizadores/as da 8ª Jornada de Agroecologia assinalam que esta dinâmica, associada a outros processos sociais no país, tem colocado força na agroecologia na conjuntura política e nacional, alcançando mais o público urbano que procura *alimentos limpos*, associados ao respeito à natureza e livres de transgenia e agroquímicos. (JORNADA DE AGROECOLOGIA 8., 2009, p. 07)

corredor de cadeiras onde se sentam os participantes. Sobem ao palco, dançam e articulam gritos de ordem, conduzidos por um animador de uma das *brigadas internacionais*, que proclama: “\_Alerta! Alerta! Alerta! Que caminha a agroecologia pela America Latina!”. Acompanhados por gestos característicos do MST, braço esquerdo, com punho fechado em movimento, realizado também pelas pessoas que ocupavam o palco e demais participantes.

Todos os dias seguem com as místicas na abertura da Jornada, como é de costume em eventos dos movimentos sociais, das quais optamos descrever, com mais ênfase, a de abertura e encerramento. A programação dos próximos dias não muda muito em relação ao tipo de atividades, apenas vai se privilegiando, um a um, os conteúdos dos debates organizados em torno das temáticas: *Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar - continuando nossa luta por uma Terra Livre de Transgênicos e sem Agrotóxicos e Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura*. No segundo dia o tempo está organizado para as conferências e debates, com o propósito de gerar elementos de reflexão em torno da agroecologia. De cunho distinto, versam mais sobre o sentido político do que técnico, seja da leitura crítica de conjuntura, dos direitos sociais, dos avanços nas conquistas, das formas organizativas, entre outras. Esta perspectiva, entre outras formas de construção de conhecimentos nos processos sociais que interligam a agroecologia ao político, é a base de sustentação do projeto, pois não é algo que se sustenta pelo consenso nas políticas públicas, nos meios de comunicação social, nas estratégias das áreas da saúde, da educação e do meio ambiente. É um projeto em *disputa* constante, baseado na argumentação das contradições e das formas injustas na distribuição do capital, entre outros bens (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009) na sociedade capitalista. Tanto que o primeiro conferencista da manhã do segundo dia, iniciou sua fala afirmando que iria expor como funciona o sistema capitalista e o capital na agricultura.

Na relação que agroecologia assume dentro dos movimentos sociais, principalmente na Via Campesina, tanto na região quanto no Estado, os conhecimentos estudados se situam numa dimensão política, sendo que sua dimensão pedagógica, como afirmou o Sr. Valdir (mediador), é a educação popular e se caracteriza pela metodologia e avaliações de cada momento vivenciado nas marchas, nas Jornadas, na Educação do Campo, entre outras estratégias de luta social. Também não teria sentido se os conferencistas viessem para falar de pesquisas e resultados num contexto ideologicamente contrário aos princípios e práticas da agroecologia. Este cunho se apresenta, mas para ser demarcado e criticado pelas suas conseqüências, seja na saúde, na política, na produção ou na economia. Este espaço das Jornadas propicia veicular e multiplicar estes conhecimentos que não contam com um aparato

grande e eficaz, como aqueles advindos e disseminados em massa com ajuda do poder estatal e da mídia a partir da agricultura de modernização conservadora.

A *plenária* consiste nas metodologias de debates, com a formulação de questões escritas para os conferencistas e usos do microfone disposto para o público, que se organiza em filas não apenas para fazer questões, mas para expor também pontos de vista para somar nas análises em curso que, por blocos, remetem a novas exposições. Este momento, segundo os organizadores/as, serve para o aprofundamento dos elementos expostos, situados às realidades locais sobre o uso dos agrotóxicos, reforma agrária e apropriação do capital pelas grandes empresas – as estratégias do capitalismo - a exemplo da ênfase das duas primeiras conferências da manhã do segundo dia. Todos os momentos privilegiam de alguma forma a *participação* das pessoas no evento, mesmo quando em massa, como neste caso, em que se têm três mil pessoas. Apreendidas nas experiências de educação e organização popular, esta metodologia demonstra que conhecimento não é apreendido sem interação das pessoas.

Os conferencistas têm sua formação, trabalho ou pesquisas direcionados às questões e tensionamentos da agroecologia na relação com a sociedade, sendo sua participação formas de socialização de dados, investigações e análises críticas de conjuntura. Alguns participantes nas *plenárias* têm assinalado a menor velocidade e os poucos espaços em que circulam os conhecimentos, que se baseiam nas acepções das temáticas da Jornada. Nem escola, nem a mídia, com raras exceções, debatem a soberania alimentar, os malefícios dos usos dos agroquímicos, do monopólio das sementes, entre outras questões. Exemplo disto foi a despedida de uma das conferencistas, recorrendo às três mil pessoas presentes, para que falassem dos malefícios dos agrotóxicos para pelo menos mais alguém, multiplicando este saber para circular, num primeiro momento, entre seis mil pessoas.

O *trazer e levar* é um dos movimentos que agregam significados importantes para quem participa da Jornada. Leva-se conhecimento e sementes para plantar e multiplicar, conforme mostra a mística de encerramento. E não é apenas os participantes da Jornada que levam para casa os símbolos, os convidados também recebem, em agradecimento, uma mochila com produtos ecológicos, caneca da agroecologia, camisetas dos movimentos e ou organizações sociais, a ser levado consigo como forma de reconhecimento pela posição ideológica na inter-relação com os movimentos e organizações sociais que promovem a agroecologia, inclusive dito por uma das militantes da Escola Latino Americana de Agroecologia, no final da primeira conferência, que entre os agradecimentos, recitou um poema de Pedro Casaldáliga, “*Confissões do Latifúndio*”, e que este pode ser chamado de “*Confissões do Agronegócio*”. Os agradecimentos dos primeiros conferencistas também

foram concluídos com a convocação do público para os gritos de ordem: “\_ *Transgênico é veneno!*”, “\_ *Monsanto é assassina!*”, “\_ *Vocês estão na mira da Via Campesina!*”. Na repetição, foi substituída a empresa Monsanto pela Syngenta, acompanhada pelo grito: “\_ *Venceremos*”, seguido pelo movimento do braço esquerdo para cima em punho fechado.

As conferências são organizadas geralmente, em blocos de duas ou três, ligadas por temas afins que se complementam e se ampliam. Por exemplo, as duas primeiras debateram o movimento do capitalismo na agricultura, seguidas pela discussão do papel do Estado e as políticas públicas, além da questão dos agrotóxicos e a contaminação dos alimentos. Sendo que o debate na plenária aprofundou as questões da contaminação e a falta de cumprimento das legislações no que se refere à contaminação das nascentes e dos alimentos, além das punições que tais práticas requerem. Em eventos como estes se questiona, se coloca em tensão, o que parece ser naturalizado nas propagandas das empresas e na assistência técnica destas, afirmando que venenos são remédios, pois as mesmas fabricam as duas coisas, como salientou um militante do MST. Na tarde deste segundo dia a ênfase recai na questão do campesinato como forma de resistência para compreender como se organiza o *projeto popular e soberano para a agricultura resistir e acumular forças nesse período histórico* em diálogo com os direitos dos agricultores/as em relação ao *melhoramento da agrobiodiversidade*<sup>221</sup> e a *construção de novos direitos*.

No terceiro dia inverte-se a programação, realizando-se primeiro os seminários e apenas uma conferência com o propósito de fazer uma *análise do período histórico atual e as tarefas da militância*, como forma de revitalizar as *bandeiras de lutas* dos movimentos e organizações sociais, constituindo estratégias adequadas diante das formas novas e invisíveis que o capitalismo se estrutura e outras formas que os monopólios tomam para empalidecer as lutas sociais. Segundo os/as militantes, é preciso estar atento para estruturar e planejar as formas de lutas pela terra e nela poder produzir distintamente, dentro de um projeto, no caso, de agroecologia. É como salientou uma das conferencistas que não adianta lutar pela terra e depois de ter a posse desta entregá-la ao domínio das políticas conservadoras, por meio do uso dos pacotes tecnológicos de produção *convencional*. A *autonomia* na organização da produção e os destinos desta estão situados nas lutas do campesinato desde os tempos de outrora e atualmente são encampadas em muitas das estratégias da agricultura familiar. Com

---

<sup>221</sup> Sendo o *agro* originário de agricultura e a *biodiversidade* as diversas formas de vida na terra, o termo *agrobiodiversidade* é relativamente novo e se refere aos *manejos* que os agricultores/as realizam, cuidando das formas de vida, desde sementes, insetos, florestas, mudas, animais, entre outros. *Manejos* a propiciar formas de vida (CENTRO ECOLÓGICO, 2006).

as conferências, vai ficando claro, inclusive para a pesquisadora, que a luta pela reforma agrária – ter terra para produzir – não basta, pois a luta segue para não se ver dependente novamente das grandes empresas, sendo a agroecologia uma das condições para isso. Terra e produção ecológica também não bastam por si só. Há que se construir *coletivos políticos*, como Jornadas, Festas das Sementes, Encontros Regionais de Agroecologia, projetos de desenvolvimento multidimensionais nos municípios como pilares de sustentação. Há, por exemplo, que se engajar nas lutas sociais pela *soberania e segurança alimentar*, contra o uso dos agrotóxicos e do monopólio das sementes que destroem a biodiversidade. Neste caso, com os debates e as conferências do evento, conseguimos ver mais concretamente as ligações que se faz na rede da agroecologia com a luta do MST pela terra e o direito à produção de alimentos saudáveis no país e não de mercadorias para exportação como defende o agronegócio. No quarto dia, aconteceu a conferência *As sementes e a soberania alimentar dos povos*, articulada com a mística de encerramento, o ato político e a apresentação da carta da Jornada.

Outra forma de vivenciar as *bandeiras de lutas* como celebração do cotidiano está na animação durante o encontro, a partir das quais as pessoas empolgadas com as músicas dançam e cantam letras que retratam a realidade e a luta destes grupos. Pode-se dizer que estudo, formação, reflexão e análise estão mediadas por esta *mística* a qual torna mais viva, animada e positiva a vivência destas lutas. Interlocutores como o Sr. Sidnei, o Sr. Serinei e o Sr. Valdir, assinalaram estes momentos como indispensáveis à sobrevivência e fortalecimento dos grupos familiares agroecológicos, sem o quais, entre outros *coletivos políticos* nos municípios, não seria possível permanecer, pois sozinho não há resistência, enfrentamento e proposições. Portanto, ser agroecológico/a a partir desta perspectiva é também fazer parte – participar - destes atos performativos (TAMBIAH, 1985) que, além de outros propósitos, organizados em *coletivos políticos*, demonstram junto à sociedade a luta por um projeto de desenvolvimento social distinto.

Numa das conferências, realizada por um dos coordenadores nacionais do MST e integrante da equipe pedagógica da Escola Latino Americana de Agroecologia, em certo momento de sua exposição fez referência à memória de companheiros assassinados nas lutas, como reconhecimento destes e uma espécie de homenagem – lembrança - evocando a companhia de Valmir Mota de Oliveira, o Keno, pelo exemplo de seus compromissos e conclamou os participantes para fazerem uma saudação com gritos de ordem: “\_ *Keno vive! Keno vive! vive!*”. Fez isso ressaltando princípios como a indignação, a solidariedade, o compromisso e a entrega de algumas vidas materializadas em conquistas, como o centro de



pesquisa na mesorregião Oeste, já descrito anteriormente. A perda destes militantes em prol das lutas não representa derrotas, apesar dos sofrimentos e da dor, mas a entrega, as conquistas e os exemplos de derrota de empresas, como a Syngenta, já que o bravo *Acampamento Terra Livre* ocupou área que ilegalmente se cultivava transgênicos. Outros militantes atingidos pela milícia também foram lembrados e citados dentro dos princípios do compromisso.

Os *seminários* são atividades concomitantes, organizados para compor grupos menores de reflexão, distribuindo o público que no ato da inscrição escolhe aquele que deseja participar, assim como nas oficinas em que os grupos são ainda menores. Os palestrantes são professores ou militantes, com formação nas temáticas eleitas, participantes das organizações, entidades, redes, universidades e movimentos sociais organizadores do próprio evento. Poderíamos afirmar que estas temáticas estão situadas num conjunto de necessidades que os participantes precisam tomar conhecimento e debater, pois estão situadas nas problemáticas e políticas públicas que se dispõe ou não na relação com a agroecologia, como crédito, legislação ambiental, soberania alimentar, sementes, educação e comercialização, dentro da e na relação com a agroecologia

A agroecologia foi assinalada pelo mesmo conferencista como uma *cultura* em construção, portanto, afirmou que o princípio da *ternura* Mahatma Gandhi é um conceito que permite reconhecer tudo o que se vive, assim como o *próximo* e deve ser incorporado na perspectiva camponesa de uma sociedade nova. “*Ternura que nos eleva na existência humana e que não permite se alienar, que não tem medo do inimigo, que enfrenta, que derrota, que une, que orienta, que torna sensível as relações humanas e com a natureza*”. Para os militantes, os princípios do movimento estão relacionados na agroecologia. Em outras palavras, esta é incorporada nas suas *bandeiras de luta* e alocada nos princípios e metodologias, tanto que as Jornadas mesclam as marchas, conferências, seminários, gritos de ordem e gestos característicos de outros eventos do movimento em prol da Reforma Agrária, nos momentos de ocupação, ou mesmo na Marcha Nacional dos Sem Terra em 1997 (CHAVES, 2000).

As oficinas são espaços constituídos também por grupos menores, nos quais se debatem e socializam experiências entre agricultores/as. São formas de trocar saberes e aprendizados para incrementá-los na prática ecológica nos grupos familiares. Decorrem das próprias organizações e movimentos, *partilhando* o acúmulo dos anos junto aos grupos familiares, trabalhando pela agroecologia. Diferente das conferências, que apresenta um tema para ser debatido com o grande público, este espaço é para socializar e construir outros

conhecimentos, inclusive com ênfase nas questões técnicas, mas mesclam conhecimentos de teor social e cultural, apesar da maioria das oficinas ministradas focarem as práticas ecológicas. Mas há outras com ênfase em aprendizagens que aliam prática e teoria para incrementar a luta- o político - e os momentos de místicas, reflexão ou animação.

Como visto, as conferências, seminários e oficinas tendem ser em cada edição um aporte teórico – “endurecimento” dos conhecimentos sócio-técnicos no ator rede da agroecologia (LATOURE, 1999) para aprofundamentos, debates e elementos de análise que cada participante traz, socializa e leva consigo para a revitalização e fundamentação de suas práticas e estratégias cotidianas. Como vimos nesta investigação, a maioria dos grupos familiares iniciou a transição para a agroecologia a partir dos processos de educação e organizativos e participa destes momentos festivos e de estudo buscando a sustentação e revitalização da experiência, pois se identifica nas concepções, o que faz estes agricultores/as resistirem, compartilhar e enfrentar as investidas do modelo de *agricultura convencional*. Ouvimos muitos interlocutores/as se “queixarem” das críticas dos vizinhos, técnicos e representantes do modelo do *agronegócio*, quando os classificam como adeptos de uma agricultura que representa o *atraso*, com os quais precisam argumentar, enfrentar, para evidenciar sua forma de ser e fazer agroecologia. Sendo que esta, nos municípios e nas localidades, representa colocar-se em disputa e em conflito com projetos adversos. Mas estes eventos coletivos têm por propósito alimentar estas “posições” e constituir estes *coletivos políticos* para ter condições de colocar na *roda* o debate e deixar latente que existem alternativas ao que naturalmente se apresenta pelos representantes do *agronegócio*, senão, ir transformando pouco a pouco as estruturas, no sentido atribuído por Turner (2008).

Durante uma das conferências, representantes de entidades e organizações socializaram experiências em forma de *depoimentos*<sup>222</sup> sobre as ações destes *sujeitos coletivos*. Nesta perspectiva, a agroecologia na região está situada na geração de *referências*<sup>223</sup> nas unidades familiares, sendo que esses aprendizados são socializados nos intercâmbios e oficinas realizadas nas UPVFs. Também as entidades, os movimentos, as associações e organizações geram essas referências e estas, por sua vez, num movimento mútuo junto a outras lutas sociais, constituem e geram elementos para que esses coletivos se repensem, como assinalou o

<sup>222</sup> Os depoimentos sobre Sementes e Soberania Alimentar, representado pelo MPA; Relação/comercialização cidade e campo, pela Rede Ecovida, APAVE e Grupo de Agricultores/as Agroecológicos/as de Pato Branco; Educação e Formação, pela Assesoar e ELAA; Intercâmbio e solidariedade entre os povos, pelo MST.

<sup>223</sup> Os grupos familiares referências são aqueles que estão há mais tempo organizados e são os que recebem as visitas para intercâmbios, dias de campo ou algumas oficinas.

Sr. Valdir, mediador, que a Assesoar foi construindo sua identidade à medida que foi reorganizando e refletindo junto aos processos sociais educativos e organizativos.

Outras duas atividades aconteceram nas noites, sendo uma dedicada à *Jornada Noite Cultural*<sup>224</sup> e *Jornada Socialista Integração e Valores Socialistas*. A primeira atividade reuniu a apresentação de músicas, danças, teatros, dramatizações, piadas, poesias da cultura popular e relacionadas à conjuntura, agroecologia e lutas sociais. A segunda atividade reuniu apresentação das *brigadas internacionais* do MST para socializarem suas trajetórias em prol de uma sociedade socialista, animados pelos aplausos, gritos de ordem e música, uma atividade da juventude, com participação expressiva na Jornada.

### **Encerramento: a carta**

O quarto dia da Jornada, sábado, inicia-se com a mística de abertura, como nos outros dias, seguida pela conferência *As Sementes e a Soberania Alimentar dos Povos* e a plenária com os debates, privilegiando neste dia a análise e reflexão em torno de um dos temas da Jornada. Como assinalou o conferencista, este dia foi marcado por uma *grande festa* em torno das sementes ressignificadas no evento como patrimônio da humanidade e responsável pela reprodução de alimentos no mundo. Nesta perspectiva, a agroecologia tem no seu âmago, como símbolo central, a semente. Semeia e cultiva-se vida, cultiva-se alimento, luta-se por *autonomia*, enfrentam-se os monopólios, propõem-se *projetos de vida* e assim, sucessivamente, se faz a agroecologia enriquecida por este capital simbólico que se reúne no evento e faz com que as pessoas pensem, reflitam, aprendam, mas percebam os sentidos e os significados da experiência da agroecologia. Uma agroecologia situada nas lutas sociais, como a luta pela terra, também como símbolo de poder ser o agricultor/a familiar e camponês. Neste sentido, a luta, como assinalam mediadores, a exemplo do Sr. Serinei, e agricultores como o Sr. Tobias, a Jornadas e as Festas contribuem para colocar em prática os conhecimentos mediados pela simbologia descrita. Contribuem também para o “endurecimento” da rede sócio-técnica – se *leva e traz* conhecimentos e sementes! (LATOIR, 1999).

---

<sup>224</sup> Na noite cultural da 8ª Jornada de Agroecologia, militantes da Frente de Música do Setor de Comunicação e Cultura do MST lançaram um CD de músicas sobre agroecologia que alertam para o respeito à natureza e a necessidade da diversidade dos alimentos, sem uso de agrotóxicos e adubos químicos.

Os atos de *denúncias* e de *protestos* como na marcha voltam à tona no encerramento do evento, agora formalizados na composição da *mesa das autoridades* e nos seus discursos. Representantes de órgãos de governos Federal, Estaduais e Municipais, deputados dos partidos de esquerda, de entidades, organizações e movimentos sociais, de sindicatos de trabalhadores, entre as *brigadas internacionais* do MST, são nomeadas e aplaudidas, para compor o cenário que dará conta de demonstrar, de certa forma as *alianças*, apoios e proposições em torno dos conteúdos estudados e refletidos nesses quatro dias. É uma das formas de demonstrar às *autoridades* que muitas das experiências são presumíveis de políticas públicas, a serem encampadas pelo poder estatal para disseminar esta nova *cultura de agroecologia*, como assinalou um dos conferencistas, líder do MST. Os discursos e os aplausos caracterizam essa atividade como um *ato político*.

Antes dos discursos, foi feita a leitura da carta *As mães sem-terra* para a abertura deste ato, por uma militante de um assentamento. *Cartas* destes eventos significam documentos sínteses das discussões e passam a ter valor moral que ratificam as posturas e as decisões de coletivos políticos organizados em torno das *bandeiras de luta*. Neste ato de encerramento, a leitura da carta da 9ª Jornada diante das autoridades é um dos *atos* que cria valor político e se coloca na sociedade como organização. Situada na mística, é a forma de colocar em pauta a *palavra da agroecologia*, que resume as denúncias e as proposições do que se imprime nestas lutas. *Carta da terra*, *Carta das Jornadas*, *Carta das mães sem-terra*, são expressões escritas, documentadas, das posições destes coletivos.

Nos discursos, promessas de alianças, reconhecimento e felicitações ao evento e às experiências dos agricultores/as que se interligam. Muitas das autoridades, colocando-se e sendo companheiros/as nas lutas dos movimentos promotores do evento, reconhecem a agroecologia imprimindo novos rumos na agricultura, que além de transformar as bases tecnológicas agrícolas, também problematizam sobre o cuidado em outras dimensões, como a educação, as questões de saneamento, infraestrutura, da agroindustrialização, da comercialização, entre outros. Alguns a classificaram como *movimento*, outros como *cultura*, embora independente da nomeação, foi reconhecida como algo novo que está contribuindo na construção de outra sociedade.

*Soberania* foi ressaltada, por uma das autoridades, como expressão simbólica do evento, incluindo a reunião de pessoas como um exemplo disto, debatendo e propondo a agroecologia, sendo que uma das *bandeiras de luta* situa-se na produção de alimentos livre de transgênicos e de agrotóxicos, sem dependências das grandes empresas. Tempos e espaços de resistência e de luta em prol da agrobiodiversidade foram retratados no cenário preparado para

a mística, em frente ao palco, com os pacotes de sementes e mudas, entre outras amostras de sementes que estavam expostas, esperando para serem levadas para os locais de origem dos participantes. Mas não era qualquer semente, eram as sementes da Jornada, embutidas da energia da celebração/festa que esta possibilitou.

Questões da agroecologia como políticas públicas estatais, estratégias de comercialização, a disputa no Congresso Nacional e nos distintos órgãos de Governo Estadual e Federal, também foram alvo de pedidos e promessas, para tornarem-se lutas por parte destas autoridades. Afinal, suas presenças neste ato político são justamente para ratificar e posicioná-los diante das possíveis lutas e alianças que os movimentos e organizações contam para dar continuidade ao seu projeto alternativo de desenvolvimento. Como os conferencistas, também levaram o símbolo dos conhecimentos da Jornada – a mochila com produtos ecológicos – na esperança de que estes assumam um comprometimento maior com as lutas sociais presentes no evento e venham somar e contribuir.

Música e discurso de um animador motivando a continuidade da luta *contra* o latifúndio, transnacionais, transgênicos, mais um círculo de militantes, de mãos dadas, vestidos com camisas ou coletes vermelhos, com o símbolo do MST nas costas, fechou os participantes no diálogo, por meio dos gritos de ordem: “\_Terra livre de transgênicos!”, “\_Terra livre, livre, livre!”, “\_Nos organizemos na luta!”. Acompanhados do movimento do braço esquerdo e punho fechado, dão início a mística e encerram a Jornada de quatro dias, cujo nome significa luta que não começa e nem termina no evento em si, mas num caminho árduo de lutas, enfrentamentos, resistências e proposições por sujeitos singulares (grupos familiares) e *coletivos políticos*. Pacotes de sementes de milho são distribuídos por militantes do MST e numa mesa no centro as pessoas se servem de pequenas porções de sementes, enquanto o conjunto executa músicas. Levam-se para casa *sementes* imbuídas da energia da festa e a mochila com os materiais de anotações simbolizando os conhecimentos – mais uma estratégia que foi colocada em curso para o “endurecimento” da rede sócio- técnica (LATOURET, 1999) – a revitalização das *bandeiras de luta* por uma agroecologia dos e nos movimentos e nas organizações sociais.

\*\*\*\*\*

A Festa das Sementes e as Jornadas de Agroecologia são eventos que se situam na arena das lutas sociais relacionadas com a agroecologia, constatados principalmente pelo teor de

seus estudos, debates em torno das temáticas que agregam à rede sócio-técnica da agroecologia (LATOUR, 1999; 2000; 2008), por intermédio de algumas reflexões em torno da *liberdade contra os monopólios* e patentes das empresas; na luta pela *autonomia* no controle popular e proteção das sementes crioulas - da agrobiodiversidade; nos processos de produção ecológica; na luta pela soberania alimentar. Se vistos pelo ângulo metodológico que os estrutura, são também um acontecimento de trocas simbólicas a partir do que DaMatta (1986, 2000, 2004) propõe sobre a *liminaridade* nos rituais, como as vivências de um coletivo que recria, resgata o tempo, as relações sociais, o espaço transcorrido no cotidiano, nem sempre dignos dessa percepção e reflexão, que por meio deste momento são realçados, ressaltados e colocados num plano distinto, tematizando-os dentro das ideologias e aspirações dos movimentos sociais, que a sustentam politicamente. Todavia, é um momento liminar – passagem de um cotidiano, o qual se vivencia de forma especial nas festas, nas jornadas e nos encontros regionais de agroecologia – no sentido positivo que argumenta o autor. Tendo como performance as dimensões simbólicas, ordenadas e expressas por múltiplas formas, na linguagem, nos símbolos, na disposição espaço-temporal, nos movimentos e momentos peculiares, como uma complexa sequência de atos simbólicos ou de experiências que compõem o ritual e influenciam significativamente a forma e a função nos processos culturais (TURNER, 1987).

Não obstante, seguindo perspectiva da antropologia das ciências e das técnicas (LATOUR, 2000; CALLON, 1986), as Festas e as Jornadas são amarradas pelas organizações e movimentos sociais e constituem-se e em espaços para colocar em destaque práticas cotidianas realizadas nos grupos familiares. Pois, os “laboratórios” nas unidades familiares dos agricultores/as, como assinalou o Sr. Vanderlei, dirigente do cooperativismo, são os componentes da extensão desta rede sócio-técnica da agroecologia. Para colocar ênfase nestas práticas, os mediadores/as criam lugar para colocá-lo em evidência – um espaço político para a agroecologia – com conhecimentos escritos, organização para expor depoimentos, socializar experiências, apropriar-se de novas ferramentas, enquanto os agricultores/as acionam esse conjunto de práticas e efetivam nos *projetos de vida*. Neste sentido, no contexto das Festas e das Jornadas, apesar das distinções entre um evento e outro, ambos representam uma estratégia acionada pelos *coletivos políticos* e mediadores/as para “endurecer” a rede, seja colocar de manifesto publicamente conhecimentos traduzidos em práticas, que sem um lugar político poderia perder-se – evaporar pelo ar

Por isso, o papel da performance vivenciada é reunir de formas distintas as práticas que perpassam os cotidianos, nestes momentos num lugar coletivo, onde os atores podem se

enxergar em “rede”, pois como assinalam o Sr. Serinei, o Sr. Sidnei, o Sr. Tobias e a Sra. Claídes, na festa se enxerga o que se faz na UPVF, numa dimensão maior e possibilita aos agricultores/as sentirem-se mais fortes ou conectados uns aos outros. Se os laços de vizinhança não o inserem na rede da agroecologia, pois muitos são lindeiros com agricultores/as *convencionais*, nas Festas e Jornadas existe essa possibilidade – o espaço da diferença em relação ao corriqueiro e ao normal que parece ser apresentado distintamente do *convencional*.

A Festa das Sementes, outro exemplo, é uma coisa que para modernidade é antiquado, mas como reúne gente, tem aquela mística do pessoal, não está ali para ganhar dinheiro e nem para buscar a semente mais produtiva, mas para ter comida, ter aquele alimento que era bom, que se perdeu, daqui a pouquinho se dão conta da biodiversidade que estão mantendo. Agora, o cara sai do Pós-Médio e vai lá pro município e lá não tem projeto municipal, não tem mais reunião, é natural que ele volte a fazer convencional de novo. É isso que está no dia a dia, o convencional, é aquilo que todo mundo fala no boteco, na cancha de bocha, tem uma festa, uma janta, um almoço para apresentar a semente e ninguém reforça a diferença. Mas se tem um grupo de cinco pessoas na comunidade, que mesmo de vez em quando, alguém de longe vai e conversa, ou participa de algum momento, não importa o que os outros vizinhos falem, está num projeto. Tem que existir processo assim. (Sr. Serinei, mediador, professor na Universidade).

Neste sentido, os eventos com mais ênfase como as Festas das Sementes, são ambivalentes. De um lado, expressão das dimensões tradicionais dos povos campestres como a *partilha* de sementes, articulação de hierarquias domésticas (mulheres e idosos como personagens-chaves na reprodução e seleção das sementes), a partilha de alimentos e a divisão de responsabilidades na estruturação e organização dos eventos. Também representam esse contexto tradicional a animação por meio da música, da dança, as místicas de apresentação simbolizando os contextos retratados e vivenciados nas festas das localidades, nas diferentes etnias que se instalaram na região no movimento da migração. Este é um dos fios principais na tessitura da agroecologia: a reunião do diferencial dos movimentos e organizações sociais na forma como esperam as dimensões críticas da ciência e da técnica, misturadas às dimensões celebrativas/festivas dos povos na comemoração da reprodução da vida. Por outro lado, este é um espaço novo de revalorização do cultural e das práticas, no que se refere, inclusive, às questões monetárias, pois a partir destes eventos podem se articular circuitos de comercialização de produtos e das próprias sementes crioulas.

Exemplo desta ambivalência, tanto na resistência quanto no enfrentamento aos monopólios de sementes e as integradas de aves, é o projeto do melhoramento genético das

galinhas caipiras com as chamadas raças puras, as quais têm um agricultor “*guardião*” para cada uma delas e sua reprodução, as quais vêm sendo espalhadas na região para aqueles que criam esse tipo de animal para consumo de carne e de ovos. Iniciadas nas Festas das Sementes, segundo o Sr. Gelci, dirigente de uma organização, esta é uma estratégia na região, adotada inicialmente pelas mulheres, principalmente, pois elas demonstram maior interesse, devido à preocupação com a produção de alimentos. Mas posteriormente tanto os homens quanto as mulheres têm aderido aos melhoramentos genéticos de aves para o consumo de carnes e ovos, além da comercialização dos próprios animais.

Tal ação social é feita com o intuito de enfrentar o tema da integração de aves das empresas, na região sob domínio da Sadia e Diplomata, pois a crítica reside no fato do agricultor/a ser explorado/a tanto nos recursos que deve aplicar, quanto nos ganhos em cada lote vendido, fatores que ferem sua *autonomia* e na região habituou-se a classificar como *empregado da sadia*, já que este deve sempre atender às regras da empresa, exemplo disto, aparece constantemente nas narrativas que descrevemos em outros capítulos. Porém, tal ação também está ancorada no debate do *alimento limpo*, já que a carne e os ovos produzidos nos aviários, segundo relatos de interlocutores/as, são contaminados pelo alto índice de produtos químicos inseridos nas rações para crescimento rápido e ou nos remédios aplicados nas aves, que numa fração pequena de tempo a deixa em tamanho e peso hábil para o consumo.

Partilhar sementes para além das dimensões simbólicas e da revitalização das forças que os eventos possibilitam, é também potencial de geração de renda nos grupos familiares, bem como, diversificação da produção. Duas estratégias que, *a priori*, estão interligadas na rede para serem “endurecidas” e criarem novas formas de fazer e se colocar nos espaços sociais, em vista da construção de relações entre consumidores/as e agricultores/as. Por isso, os eventos reúnem marcha combinada nos momentos reflexivos e nas místicas para que a rede de agroecologia seja também vista pelo conjunto da sociedade urbana. Aliás, há percepções de um estrangulamento na relação entre o campo e a cidade. Mediadores/as argumentaram isso como uma dificuldade nesta construção, pois deveria reunir segmentos e pessoas do mundo urbano, não apenas como consumidores/as, mas como atores que poderiam somar nas lutas sociais em torno da agroecologia, nas *multidimensionalidade* que esta reúne, debatendo questões de saúde pública, de educação, ambientais, entre outras. A exemplo do que afirmou o conferencista, que a Bayer faz o veneno e também o remédio, a população urbana poderia somar nesta luta, já que o que se consome faz também seu estilo de vida.

Como lugar de ciência e tecnologia, como nos referimos anteriormente, a circulação dos conhecimentos relacionados à prática da reprodução das sementes crioulas, dos cultivos sem



agroquímicos, os melhoramentos genéticos de aves, os efeitos dos transgênicos, entre outras temáticas de cunho sócio-técnico, estão situadas num lugar político ideologicamente pensado como estratégia de “endurecimento” da rede para disputar nas relações de força da sociedade. Nestes eventos, assim como se criam novos circuitos de cultivos por meio do resgate das sementes, agregados à diversidade já existente, também se amplia a rede diante das possibilidades de novos participantes que se tornam potenciais na extensão da agroecologia. A exemplo dos relatos de mediadores/as nos quais incentivam os grupos a trazer outros participantes com quem possuem laços de vizinhança, parentesco ou de amizade, ou que se multipliquem os conhecimentos, como solicitou uma das conferencistas na 9ª Jornada. Pois embora se fale de ecologia há muito tempo, a experiência em curso na região é relativamente nova, os *projetos de vida* consolidados têm em torno de quinze anos, sendo que, nos relatos dos mediadores/as nas reuniões de feirantes, a preocupação em aumentar a participação na rede aparece como necessidade de seu “endurecimento” para poder fazer enfrentamento aos grandes monopólios e ao conjunto que sustenta a agricultura *convencional*, com produção a base de agroquímicos. Dito de outra forma, a estratégia da multiplicação dos conhecimentos vem acrescentar no “endurecimento” da rede e ampliá-la.

Para os mediadores/as, esses eventos são a identificação coletiva e espaços nos quais se amarram mais uma vez a agroecologia. É onde se busca manter e renovar o fazer, que possibilita a sustentação do processo. Porém, isto é demarcado por práticas definidas no processo social que “enreda” os atores: as sementes estão sendo *partilhadas* para diversificar a produção de alimentos, que por sua vez vai criar mais circuitos de comercialização, gerar renda e interligar o grupo familiar com outros atores ou sujeitos coletivos na busca pela identificação e sustentação do processo vivenciado.

Neste sentido, toda prática trazida e proposta pela Festa das Sementes tem um caráter de ruptura com o já estabelecido (TURNER, 2008, p. 41) e a proposição de outra forma, na “antiestrutura”, criar outro campo, com outros domínios sociais e culturais, ancorado na agricultura ecológica da região. Em outras palavras poderíamos dizer, como Turner (2008, p.37), que essas ações sociais que derivam no processo da agroecologia e das lutas sociais camponesas e da agricultura familiar, revisitadas nas Festas e Jornadas, se propõem a um movimento em que “Novas normas e regras terão sido geradas durante as tentativas de remediar o conflito; velhas regras terão caído em descrédito e sido abolidas. As bases de sustentação política terão sido alteradas”. Ou seja, poderíamos lançar o olhar a partir dos princípios que edificam as práticas, que com elas dá corpo à agroecologia e na qual a própria festa está inserida, tanto num processo decorrente ou como geradora deste.

Nesta situação do melhoramento genético das galinhas – sementes de animais, como outras espécies - e em relação aos feirantes que comercializam seus produtos na venda direta, enfrenta-se dificuldades em relação à legislação, como versa o capítulo sobre comercialização. Pois esta é organizada para atender as necessidades das grandes empresas e estabelece regras e normas difíceis e até impossíveis de serem seguidas por um agricultor/a com produções em pequenas escalas, tanto que uma das saídas encontradas, em alguns casos, foi a organização de agroindústrias associativas, a exemplo das existentes na Localidade Jacutinga, no município de Francisco Beltrão/PR, a partir do Projeto Vida na Roça (PVR), entre outras. Algumas agroindústrias conseguiram se organizar com espaço, produção e comercialização pelo menos dentro dos municípios, mas há os que vendem de forma direta ao consumidor, considerados *ilegais*. Tanto a questão do resgate e melhoramento genético das sementes, quanto a comercialização, são ações que mesmo exigidas na institucionalização *legal* têm se tornado “informais” no contexto da estrutura, mas “legal” diante das novas regras constituídas nestes grupos, quando se trata da opção dos consumidores/as por produtos ecológicos, mesmo quando se trata de produtos *in natura*, com possibilidades de contaminação biológica – solucionada com o melhoramento dos padrões de higiene. Tanto na festa, quanto em outros processos decorrentes dela, estas questões são públicas e assumem posição de ruptura com o estabelecido pela lógica de mercado, na proposição de um outro processo.

Ao relatarem as dificuldades que tiveram com o banco de sementes, antigamente organizado na Assesoar e agora substituído pelo *banco vivo*, alguns mediadores/as se guiam pela posição de que os órgãos de pesquisa teriam a obrigação de manter e proteger as sementes crioulas com livre acesso para os agricultores/as, sendo esta uma estratégia para tensionar esses espaços, além dos outros propósitos já ressaltados. Ou seja, seria, *a priori*, obrigação do Estado manter, por exemplo, o milho variedade palha roxa, pois este é muito difícil para o agricultor/as que precisa isolar a área para evitar a polinização de outras variedades, conforme informação da Sra. Fábiana, mediadora. Os grupos familiares de agricultores/as ficariam com o direito de acesso à produção e reprodução destas sementes, livres das patentes, mas não deveriam assumir o compromisso de manter estas variedades selecionadas e sem cruzamento genético, pois vimos na narrativa do Sr. Isac que há limitações para manter um banco de sementes na UPVF. Segundo os mediadores/as, é uma questão de soberania e apesar disso esta estratégia ainda não foi aderida pelo poder estatal. A Festa das Sementes, já em sua VI edição acaba por provocar o debate na região, entre as entidades, organizações e movimentos sociais, no sentido de pressionar os órgãos públicos a

constituir políticas públicas em prol do resgate, reprodução, seleção, manutenção e multiplicação de sementes crioulas, de cultivos e suas variedades, ou mesmo da manutenção de raças puras de aves para cruzamentos e melhoramentos genéticos.

Isto também desencadeia, mesmo que de forma micro, o processo de *autonomia*, um dos princípios pelo qual se está edificado a agroecologia, ao propor que determinada região guarde e reproduza as sementes e produza seu alimento, na lógica de abastecer seu grupo familiar. Também as restrições ao uso de agroquímicos, da participação nos movimentos e nas organizações sociais, na apropriação dos conhecimentos se referem a este princípio, ou ainda, numa dimensão mais ampla, como se tematizou a questão da *soberania alimentar* nas Jornadas e a partir da IV edição da Festa com a reprodução das sementes de hortaliças e da produção destas livres de produtos químicos. O tema das hortaliças é impregnado de uma estratégia *liminar*, pois esta atinge diretamente as pessoas no seu cotidiano, na produção do seu próprio alimento, na horta que a grande maioria dos agricultores/as cultiva. Reproduzir sementes de hortaliças é apostar no potencial das mulheres, mais um “endurecimento” de conhecimentos dentro da rede, pois geralmente são elas quem mais se preocupam com a produção do *alimento limpo*. Assim mesmo, o processo de *autonomia* está relacionado a inserir a agroecologia na teoria do ator rede, como possibilidade de criar forças e colocar-se em disputa diante de projetos sociais e de política públicas relacionadas aos monopólios das empresas.

Lideranças e mediadores/as reforçam a crítica de que as sementes de hortaliças são as mais monopolizadas, pois não há reprodução de sementes de forma contínua, nem por parte de grupos familiares ou associações e nem por parte de empresas. O que se tem é trazido de fora, por isso é uma das ações estratégicas iniciadas nesta VI edição da Festa. Assim, a produção de alimentos poderá ser não apenas para consumo no grupo familiar, mas ampliar sua relação com grupos e pessoas da cidade, para comercialização e conseqüentemente opção de consumo no município e sucessivamente poderia atingir outros espaços enquanto investimento social de saúde pública, já que estes grupos argumentam que a contaminação química é atualmente geradora de muitas doenças ao longo da vida<sup>225</sup>.

---

<sup>225</sup> Bezerra (2009, p. 09) assinala os efeitos nocivos causados por substâncias químicas presentes nos agrotóxicos, tanto para a saúde humana quanto para o ambiente, mesmo que algumas doenças não apareçam logo que consumidos tais alimentos, mas resultem em patologias decorrentes do acúmulo destas substâncias no organismo, a exemplo do câncer. Além disso, pesquisas têm comprovado que são reduzidas as qualidades nutricionais presentes nos alimentos, por isso seria inevitável não fazer referência à qualidade dos alimentos ecológicos. E quanto aos riscos por conta da contaminação por agentes biológicos, há possibilidades de minimizar ou eliminá-los com higienização adequada, reduzindo a carga desses microorganismos patogênicos, sendo que este mesmo procedimento já não reduz o teor das cargas químicas.

Neste sentido, outro grau de “endurecimento” na rede acontece pela Festa das Sementes e Jornadas como força política e *sujeitos coletivos*, quando tem garantido o debate e conhecimento sobre a utilização *legal* das sementes crioulas, associada ao debate do direito dos agricultores/as em controlar sua reprodução e seleção à medida que compõem um *banco vivo*, que a cada ano se renova sem *desresponsabilizar* o papel do Estado, pois é a partir desta que se mobilizou a Terra de Direito - e se conseguiu impactar na portaria do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que a partir da safra 2007 permitiu a utilização das sementes crioulas em seus programas de crédito, desde que registradas no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Cada Festa e cada Jornada de Agroecologia são pensadas com enfoques no intuito de fortalecer um ou vários aspectos de resistência, ao mesmo tempo em que também podem provocar um movimento múltiplo, ou seja, a partir dela surgem temáticas que impactam outros movimentos no cotidiano dos grupos e organizações. Diante disso, a grande questão é se na tensão entre as proposições destes agricultores/as ecológicos/as e aquelas colocadas a partir da monocultura, tanto pela mídia quanto pela ênfase latente da assistência técnica empreendida pelas grandes empresas, quais ações e reflexões impactam para avançar no processo.

Questiona-se, por parte de lideranças e mediadores/as, a que ritmo e intensidade conseguirão manter o controle sobre as sementes e se estas vão ser multiplicadas o suficiente, a ponto de empalidecer a ação dos monopólios e gerar a sonhada *autonomia* e recuperação da biodiversidade. Se olharmos a partir de Turner (2008), veremos nestes processos sociais e festivos movimentos e resistências entre grupos e pessoas que se mobilizam mesmo diante das forças contrárias em seus espaços. É um povo que resiste, enfrenta e propõe. Mas se olharmos na perspectiva do “endurecimento” (LATOUR 1999) da rede os conhecimentos sócio-técnicos já estendidos entre os *laboratórios* nas UPVFs, interconectados aos processos educativos e organizativos, como versa no primeiro capítulo, e aos eventos, veremos que necessitam do apoio e das responsabilidades estatais na consolidação de políticas públicas, que aos moldes desta dinâmica etnográfica descrita na tese, venham a ser ações estratégicas de ATER, de crédito, da educação, da saúde e entre outros órgãos competentes. Afinal para tornar um fato “mais duro” (LATOUR, 1999, p.180) é preciso que este entre em contradição, seja negociado, acordado entre as partes e necessariamente que alguém proponha e alguém escute, como evidenciamos nesta rede de agroecologia: enfrentamento, resistência e proposição. As Festas e as Jornadas anunciam para ser escutado, visto e seguido!

## Conclusão

Os esforços empreendidos ao longo do estudo se referem às análises dos percursos da agricultura ecológica no Sudoeste do Paraná, “enredados” (LATOURE, 1999) a processos sociais organizativos e de educação. A etnografia permitiu que constatássemos os movimentos, as ações, as construções e os sentidos que implicam o itinerário da categoria numa construção social, além da diversidade que se agrega pelas distintas realidades e peculiaridades de cada *Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF)*. Se por um lado vimos avanços nos *projetos de vida* dos agricultores/as, nas unidades familiares, como espaços de experiências e “produção” de conhecimentos, por outro, identificamos nas reflexões, nas problematizações e nas intervenções que os mediadores/as fazem no exercício intelectual as reconstruções conceituais da agroecologia. Pois, da agricultura alternativa, orgânica, ecológica, atualmente se mesclam, conformando a denominação *agricultura ecológica*.

Essas mudanças também são decorrentes da *multidimensionalidade* que foi sendo incorporada aos processos e aos conceitos do desenvolvimento social na região. As dimensões que se evidenciam nos processos visam superar os enfoques que colocam ênfase nos aspectos produtivos em detrimento de outros, considerando que no campo a *UPVF* é o lugar de vivências, cultura, lazer, trabalho, educação, produção, entre outras, a partir dos quais se constroem os *projetos de vida*. A agroecologia, na analogia dos mediadores/as, é como um *guarda-chuva* que abarca esse processo de desenvolvimento, apesar das limitações que o termo *agro* projeta, pois se refere ao espaço da agricultura, sendo que se faz ainda necessário incluir nestes debates o espaço da cidade, o qual tem estreita relação com a vida, o trabalho e a produção destes agricultores/as, entre outras dimensões.

Estes *projetos de vida* surgem como categoria cunhada nos processos de educação e organização e são como fios condutores na rede da agricultura ecológica, no espaço das *UPVFs*, onde observamos sua dinâmica, como um “laboratório” de conhecimentos sócio-técnicos, no empenho que agricultores/as ecológicos/as fazem para experimentar e recriar os saberes negociados na mediação. Apontamos a ideia de rede a partir de Latour (1999, 2008) e compreendemos a agroecologia como ações, estratégias e experimentos com amplo movimento, que se multiplicam e se recriam em espaços de vivências dos agricultores/as e a partir de *coletivos políticos*. Atualmente, como “se pensa, se diz, se sente e se faz” (GUBER, 2001) a agroecologia, a exemplo do que observamos no campo etnográfico, são inter-

relacionadas a processos históricos, políticos e culturais, pautados e sustentados pelas Organizações, Entidades e Movimentos Sociais. Estes, por sua vez, aliam agricultura ecológica às lutas sociais, em especial, a posse da terra, como espaço em que também se pleiteiam formas para nela “ficar”, viver, se relacionar e produzir distintamente.

Para os grupos familiares com os quais construimos as narrativas de vida, as “portas de entradas” para migrar do *convencional* para o sistema agroecológico, para fazer uma analogia, foram distintas e por vezes múltiplas – incentivadas na participação em vários processos e movidas pelos experimentos que foram fazendo. Alguns iniciaram com a recuperação dos nutrientes do solo, com *adubação verde*, seleção e produção com sementes crioulas, barreiras verdes, entre outras práticas planejadas e socializadas nos Grupos de Base, nos Grupos de Gestão de Sistemas Produtivos (GSPs), nas Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAS) e posteriormente nas ações do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), sendo que estes são os agricultores/as que estão há mais tempo organizados/as. Se bem que nas ECAS já haviam incorporado a *multidimensionalidade* nos debates de desenvolvimento, ainda que não fosse com esta nomeação, já que se dedicava neste processo educativo tempo para a reflexão sobre os espaços da casa e seu entorno, a infraestrutura, a organização social das localidades e dos municípios, a produção de alimentos, as tecnologias e as formas de trabalho. Outros, mais recentemente, têm construído *projetos de vida* por meio da participação no Projeto Vida na Roça (PVR), no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, sendo o último um dos processos que mais envolveu o público mais jovem.

O material etnográfico demonstrou que estes processos com foco na perspectiva da agroecologia e no desenvolvimento social contribuíram para “endurecer” (LATOURE, 1999) a rede da agricultura ecológica e quão mais alcançaram estes propósitos quando foram ou são mais intensos, com maior tempo de duração, com menos interrupção, sendo que as construções de um processo foram sendo incorporadas e repensadas a outros que vinham sendo constituídos, dando origem e fortalecendo, por exemplo, a ideia do *projeto de vida* e do próprio conceito de *multidimensionalidade*. Categorias estas que se tomaram mais “densas” no PVR e no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia. Contudo, outras “portas de entrada” se somam nesta perspectiva. Exemplo disto são as ações, algumas mais processuais outras mais pontuais, desenvolvidas no Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDCs) do cooperativismo de crédito com interação solidária, no trabalho da Assistência Técnica (ATER) cooperativada, nos cursos motivados pelas Cooperativas de Leite

da Agricultura Familiar<sup>226</sup> (CLAF), na organização dos feirantes, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) a partir dos grupos de gênero, entre outros. Além das relações de vizinhança, parentesco e amizade que contribuem na socialização de conhecimentos para o processo de transição e sustentação para “endurecer” a rede.

Foi possível observar que os interlocutores/as identificam nesses processos, além da importância dos aprendizados socializados nos diversos espaços que contribuem para redimensionar o *projeto de vida* - cultivos, geração de renda, estratégias de comercialização, agroindustrialização, manejos, entre outros - o potencial constituído para o exercício da reflexão, da criação, da invenção e dos planejamentos, pois desde então resistem ao que é dado como *pronto*. Entre eles/elas, as limitações relatadas, além daquelas relacionadas ao cotidiano da agroecologia, as quais abordaremos mais adiante, estas incidem sobre o número de grupos familiares que prosseguiram enquanto itinerário que desemboca nesses sistemas da agroecologia, pois durante os primeiros processos dos Grupos de Base e da própria ECAS havia mais pessoas participando, principalmente na microrregião do Sudoeste do Paraná que faz fronteira com a Argentina, sendo que muitos desistiram e voltaram para o sistema *convencional*.

Neste sentido, dois elementos principais podem ser apontados a partir do campo etnográfico em relação à problemática: primeiro, para migrar para a agricultura ecológica, além da geração de renda, da limitação de pessoas para o trabalho, das problemáticas da comercialização, citados como entraves por agricultores/as, há outras questões implicadas. Para os mediadores/as, estes fatores não são suficientemente explícitos, pois não explicam totalmente o porquê dos retrocessos e o fato de *poucos* grupos familiares estarem neste sistema. Eles acreditam haver outras razões, pois outros conseguiram se organizar na agroecologia, com estratégias, conforme o potencial de trabalho familiar, gerando a renda que antes não conseguiam, inclusive, classificados como unidades sustentáveis, derrubando *mitos* de que estas eram formas inviáveis e não consistiam em alternativas econômicas, inclusive. Mas mesmo assim, muitos vizinhos ou amigos próximos de agricultores/as ecológicos/as não

---

<sup>226</sup> Interlocutores/as que trabalham com produção de leite a base de pasto relataram que aprenderam também com os cursos organizados pela CLAF, bem como, outras práticas que ouvimos nos relatos nos seminários e formação, inclusive dos Agentes Jovens no cooperativismo de crédito com interação solidária, os quais muitas vezes não se autodenominam agricultores/as ecológicos/as, mas estão adotando práticas e estratégias nesta direção que evidencia o mesmo itinerário que os outros grupos, atualmente mais organizados no sistema da agroecologia e que contaram com apoio nos processos sociais. Outro exemplo foram cinco grupos familiares que visitamos em Itapejara do Oeste que estão organizando-se com produção de leite a base de pasto e diversificação de cultivos, incentivados pelo trabalho de assessoria da Base Regional Sudoeste da Cresol.

encontram motivos ou até voltaram a praticar uma agricultura de racionalidade baseada nos monocultivos, com uso de agroquímicos - *convencional*.

Neste sentido, essa realidade demonstra que não são apenas fatores de ordem prática dos cultivos e seu itinerário, mas também questões de ordem social e moral que contribuíram para irem criando, além dos aspectos concretos de um *projeto de vida* distinto, outros valores, posições, relações e identidades, no que se refere a ser agricultor/a ecológico/a.

O segundo elemento diz respeito ao “sair” e “ficar” na *agricultura convencional* e se isso implica em mudanças de cunho social/moral articulado ao material, para isso há que se constituir *coletivos políticos* para criar e manter um contexto que possibilite aos grupos familiares se movimentar no “limiar” da agricultura ecológica, às incidências e apelos constantes dos *pacotes tecnológicos*, que dentro de determinada ordem social são intensos, mas nem sempre visíveis, que empalidecem o novo e restituem atores para seus sistemas com mecanismos sofisticados, como fazem as grandes domínios empresariais. Entremeadado as explicações que os interlocutores/as encontram para entender os recuos e os limites nos avanços, diante do que se iniciou na região com os processos sociais e o que se esperava em número de grupos familiares que prosseguissem com maior produção ecológica, as análises avaliam como retrocessos e dificuldades a fragilidade de proposições críticas e alternativas no atual contexto.

Assim, as dificuldades que os grupos familiares do campo encontram ao se verem diante dos fracassos gerados pela *agricultura convencional* e os limites para se projetar na outra perspectiva, são fatores que se entrecruzam nos relatos das lideranças e mediadores/as. Sozinho o agricultor/a não encontra forças para esse “limiar”, mas por outro lado, estes processos sociais que contribuem para imprimir outro itinerário nos *projetos de vida* não têm alcance massivo, são como referenciais para as políticas públicas que deveriam encampar e assumir esta perspectiva. Todavia, descrever as trajetórias destes atores, seus percursos, tensões e principalmente as formas como compreendem e se veem, tanto nas *UPVFs* que praticam a agroecologia, quanto na participação nos processos sociais, contribui significativamente para entender os sentidos sociais que se imprime na agricultura ecológica, na problemática que moveu este estudo. As narrativas de vida descritas ao longo do texto demonstram que os caminhos e as estratégias que os “enredam” na agroecologia são mencionados por distintos fios condutores, pois se para alguns as mudanças iniciaram com práticas alternativas, que aos poucos foram experimentando e observando na produção, na fertilidade do solo, na recuperação das sementes, no cuidado com as águas, para outros, ter participado da reunião dos feirantes e da feira também foi fundamental na percepção das



inversões que deveriam fazer para produzir, comercializar, gerar renda, além das distintas compreensões que foram reconstruindo.

Mas também foi possível observar que, junto aos aspectos exemplificados acima entre os fatores que levaram muitos agricultores/as a fazerem as mudanças necessárias, foram demarcados por aspectos críticos e comparativos entre as duas formas de ser e fazer na agricultura, ou seja, como se caracteriza uma e outra. E por vezes, citando uma terceira via, a exemplo da agricultura orgânica, diferenciada por alguns pela troca de um *pacote tecnológico químico* por outro, no caso, de base biológica, enquanto para outros as nomeações agroecologia e orgânico apareceram “enredadas”, principalmente quando os atores eram os mesmos participantes de processos sociais, mas têm na UPVF estratégias de produção vinculadas a alguma empresa de soja orgânica. Entretanto, são produtores/as e usuários/as de tecnologias alternativas, participantes de processos organizativos, filiados à Rede Ecovida e que compartilham de atributos que faz com que se identifiquem com os outros que são ecológicos/as. Geralmente, a crítica que incide sobre a agricultura orgânica advém das lideranças e mediadores/as sobre o sistema, como atualmente se organiza na dependência de empresas e não sobre os agricultores/as, nas formas como encontram para viabilizar suas unidades.

Mediadas pelo atributo da *autonomia* herdada das características do campesinato, inclusive tematizadas nos eventos da agroecologia e pelos próprios interlocutores/as da região, a luta pela posse da terra também está “enredada” em características como o controle da produção, da comercialização, do trabalho, da pauta de consumo de alimentos, entre outros fatores. Então, essas problematizações recaem sobre as oposições entre a agricultura advinda pela modernização conservadora e a dependência por meio dos *pacotes* como fator principal contestado nestes grupos, sendo que esta *autonomia* é em relação às imposições dos complexos industriais e das políticas do modelo agroexportador que restringe o agricultor/a de decidir a pauta de produção e as formas de viabilizá-la na UPVF, conforme já identificava Galeski (1977) no campesinato.

Aos poucos foi se evidenciando que estas oposições não são em relação aos avanços tecnológicos, mas às condições que se imprime para o agricultor “ficar” ou “sair” de um sistema para o outro, além das consequências ecológicas, sociais e econômicas que trouxe esta perspectiva desenvolvimentista, como demonstram os estudos de Escobar (1996) e Esteva (2000), dando condições para o chamado “êxodo” rural, a exclusão de agricultores/as que não possuem recursos para se viabilizar e o empobrecimento no campo (CHAMBERS, 1983). Trata-se de uma crítica de cunho sócio-político, na oposição a modelos de agriculturas de

racionalidade especializada nos monocultivos, no uso indiscriminado de agroquímicos e na submissão do controle da produção por parte das empresas e não dos agricultores/as familiares. Estes, geralmente, não optam por vincularem-se às políticas agrícolas vigentes, estão imersos por meio das políticas públicas que no país trabalharam para a implementação da agricultura de cunho moderno conservador, por intermédio de distintas formas e recursos, mas que nem sempre encontram um contexto organizado que motive e favoreça mudanças nesta direção, apesar de que ainda constroem distintas “estratégias” para agir e se viabilizar, sem “limiar”, ou seja, mesmo sem migrar para a agroecologia. Alguns fatores ainda representam limites aos avanços na agroecologia, a exemplo do “peso” do trabalho que poderia ser aliviado e facilitado se as Ciências e políticas estatais colocassem a pesquisa e invenção de equipamentos e instrumentos de trabalho na produção de outras tecnologias, adaptadas às realidades locais, ambientais e diversificadas das agriculturas. A oposição ao *convencional* e seus aparatos tecnológicos nos foi um material etnográfico importante para identificar nestas tensões não apenas o que é “dito” politicamente no campo etnográfico, mas também o que é “feito” pelos agricultores/as nas suas unidades nas ações cotidianas, a exemplo das formas de inversão nos espaços e as estratégias que inventam para vender sua produção, entre outras.

Estas oposições foram demarcadas desde o início até o fim do trabalho de campo como distinção em ser agricultor/a ecológico/a, demonstrando esta transformação social e moral que falamos anteriormente. O fato de migrar de um sistema para o outro vem acompanhado da resistência e da contestação social às formas de uma agricultura e outra e não são isentas de reflexão neste fazer. Há nestes interlocutores/as, além da prática com que fazem a gestão das UPFVs, a presença de um discurso argumentativo que lhes caracteriza quando explicam que fazem este ou aquele *manejo*, que vendem assim ou de outra forma, que vivem no *meio do mato* e não na *terra limpa*. À medida que o fazem (as ações as quais observamos) dizem de si e desses fazeres mostrando que essa experiência imprime saberes, reconstrução de capacidades, de aprendizagem e de “consciência”, lembrando que muitos destes nos afirmaram que fizeram conversão também na *cabeça*. Embora a maioria tenha relatado que foi se dando conta das diferenças entre seus *projetos de vida* em relação ao anterior, na medida em que foi experimentando, confirmando e mostrando para si e para outros a viabilidade concreta.

Assim, sair do sistema imposto pela modernização conservadora, entrar e ir cunhando um itinerário para ser, fazer, pensar e sentir no sistema da agroecologia significou para os interlocutores/as ruptura, resistência, dificuldades, persistência. Estas questões são ainda mais

díficeis no período de transição, quando decai a produção e a geração de renda, devido ao baixo nível de fertilidade dos solos e das respostas às tecnologias alternativas, que não são tão rápidas em relação à aplicação de agroquímicos e que, apesar do imediatismo e do elevado *potencial de produtividade* que promete, era frustrante nestes grupos familiares. Todavia, manter-se e resistir como agricultor/a ecológico/a nestes deslocamentos também demanda bases de sustentação, já que as investidas do modelo derivado da modernização conservadora são latentes e possuem mecanismos sutis para demandar ao agricultor/a vínculos com as grandes empresas. Os interlocutores/as destacaram que a agroecologia se inicia aos poucos e lentamente, selecionando estratégias adequadas à realidade de cada unidade familiar: condições físico-geográficas, atividades já desenvolvidas, conhecimentos, sonhos, potenciais de trabalho familiar e estratégias de comercialização. Por isso, estas “portas de entradas” a que nos referimos e o tempo para chegar a ser agricultor/a ecológico/a são distintos. Como se nomeiam os agricultores/as que estão há mais tempo nesse sistema, além de cada UPVF construir seu ritmo de transição e reorganização, sempre há algo, em alguma dimensão, a ser melhorado, feito, aprendido e reconstruído, pois não é um sistema fechado e acabado.

O material etnográfico contribuiu para perceber a agroecologia como uma categoria social analítica e pensar que seu itinerário se constitui na disputa de projetos de desenvolvimento na sociedade, tanto como conhecimento (categoria de pensamento) como acontecimento na agricultura. A diversidade de processos regionais pautados pelas Entidades, Organizações e Movimentos Sociais que incentivam e contribuem para o “endurecimento” da rede sócio-técnica, (LATOURE, 1999) demonstram que a agricultura ecológica se constitui na pluralidade das práticas sociais na região – como “lugar praticado” (DE CERTEAU, 2001) onde são socializados, multiplicados e circulam entre os atores, na relação com a UPVF e nas ações de *coletivos políticos*. Isto, distintamente dos recursos, aportes e mecanismos sutis em que se propagam as formas de fazer *agricultura convencional*, sendo que neste último sistema há um aparato que atua em nível massivo, enquanto na agricultura ecológica a circulação em rede tem alcance micro nas transformações que se imprime.

Neste contexto, identificamos nas vivências alguns elementos importantes dentro das análises, nas abordagens dos capítulos. Apesar de referir a espaços específicos regionais, a “agroecologia enquanto se faz” resguarda em si e nos processos “enredada” às especificidades e peculiaridades locais de cada contexto, por isso não tem alcance universal enquanto conhecimentos (Ciência) que se aplicam. Mas na perspectiva de desvelar seus caminhos nas construções sociais em sistemas capitalistas (que incentivam uma agricultura baseada na construção científica universal, aplicável de uma realidade para outra), faz-se importante a

compreensão de que são redes (LATOUR, 2008) constituídas em prol da transformação e não da manutenção de uma ordem social, mesmo que as incidências sejam, por ora, para poder se recriar e transformar-se em níveis microtemporais e espaciais.

Desde esta abordagem, que conduziu este estudo, identificamos que agricultura familiar e ou campesina (como se auto nomeiam os atores) andam juntas à ecológica, tanto no que se refere à reprodução social de ambos, quanto nos entrecruzamentos entre vínculos familiares e institucionais, mediante os quais se constrói uma rede de conhecimentos que se materializa nos *projetos de vida*. Avaliamos o casamento dos jovens como fator favorável a esta reprodução social, em termos de afinidade profissional e outras relações na hierarquia de sexo, idades e papéis sociais dentro das UPVFs. Contudo, observamos uma agricultura *convencional* que prima pela masculinização no campo, a qual exclui mulheres, jovens, crianças e idosos nas perspectivas produtivistas, para uma outra na qual ganham terreno outras relações e que implicam diretamente nas possibilidades destes atores permanecerem como agricultores/as e se reproduzirem socialmente.

O universo feminino, seus afazeres e suas intervenções no entorno do espaço da casa, agrega atividades alternativas, já que nesta perspectiva tem valor a produção de alimentos, a diversificação de cultivos e a geração de renda regular, favorecendo a fusão do espaço doméstico com o restante da unidade familiar, nos quais estas pautas de produção e consumo são flexíveis e de domínio do grupo familiar. Por isso muitas estratégias foram repensadas no *projeto de vida*, quando os itens de consumo familiar e identificação foram aptos de ampliação, diversificação para serem comercializados e gerar renda, em muitas situações incentivadas e criadas pelas mulheres a partir dos saberes que carregam em suas trajetórias familiares, a exemplo das que aprenderam no grupo familiar dos pais a cultivar uma diversidade de itens no entorno da casa, comercializá-los para gerar renda e contribuir na manutenção do grupo. Estas interlocutoras já se reconhecem nos processos e na importância que tem seu trabalho e os redimensionamentos realizados no âmbito dos grupos familiares, bem como, seus saberes, muitas vezes apreendidos com as outras gerações e pelo diálogo que se abre nas relações do próprio matrimônio, ocasião em que elas passam a interferir, contribuir e decidir também como se organiza a UPVF. Têm a sensibilidade para escolher estratégias de produção que aliam trabalho e atividades principais com outras, que podem realizá-las para a reprodução da vida no âmbito da casa, diminuindo a fragmentação entre unidade de produção e a unidade doméstica. Com isso, acabam deslocando junto aos companheiros o que é dado como de âmbito masculino ou feminino de forma fixa, provocada pelas reflexões de gênero, por meio dos processos sociais que também problematizam e

redimensionam a participação masculina e as atividades produtivas principais que passam a integrar a organização e gestão, que antes pareciam ser de âmbito restrito ao espaço feminino.

Todavia, as mudanças são ainda mais intensas no âmbito da UPVF, apesar de que algumas mulheres também saem para participar das Organizações ou serem feirantes, agregando outras identidades, possibilitadas neste *guarda-chuva* que se abriga a agroecologia. Neste sentido, tomam importância as possibilidades de mobilidades e deslocamentos da UPVF para a cidade, participando das estratégias de comercialização direta e construindo relações com os consumidores/as. Muitos dos itens produzidos por elas agora são identificados como possíveis de geração de renda e ganham outro estatuto nas relações, nas suas fabricações e na qualidade de vida do grupo familiar. Exemplo disto são os itens de panificação, as hortaliças, frutíferas e alguns tubérculos que passaram a ser comercializados nas feiras e programas de governo, movidos nas e pelas relações de gênero e participação das mulheres.

No que se refere aos “jovens”, como categoria analítica mediada por estudos de autores como De Castro (2005), na relação que identificamos com a problemática “ficar” e “sair” do campo em direção a estudar ou exercer atividades profissionais na cidade, observamos que o fato de haver possibilidades como o Curso de Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, na perspectiva da construção dos *projetos de vida*, lhes permitiu uma identificação com o campo, como um espaço para repensar a vida, constituir laços matrimoniais e traçar profissionalmente a atividade de agricultor/a ecológico/a, aliando geração de renda e a satisfação em ser agricultor/a. Quando ainda vivendo nas unidades dos pais enfrentaram resistências para contribuir na gestão, na pauta de cultivos ou nas atividades geradoras de renda. Para alguns foi possível apenas realizar experimentos nas frações de terra no âmbito do entorno da casa, como pomar e horta. Já para outros, as atividades de leite a base de pasto foram implementadas nas proposições dos *projetos de vida* por intermédio dos jovens, fazendo com que se reconstruíssem as relações de autoridade paterna e materna e estes contribuem na gestão das atividades, da renda e não figuram mais apenas como *ajudantes* no trabalho familiar.

Alguns jovens aproveitaram os conhecimentos construídos nos processos educativos para atuar como técnicos/as ou mesclar essa atividade com a de agricultor/a, já que o Curso ofereceu esta possibilidade. Nos casos que vimos, estes/as estão alocados em projetos ambientais da proteção das águas, construções de cisternas ou em alguma entidade da Agricultura Familiar no trabalho de assessoria. Outros ainda relataram que atualmente participam de Movimentos Sociais e Entidades, pois durante o processo apreenderam que é

nas formas organizativas que residem as chances de “endurecimento” da rede que se constitui essa agricultura ecológica, pois não basta iniciar processo de conversão, mas viabilizá-los num contexto coletivo local, espaços para irem renovando as forças, os debates e a socialização das experiências, conhecimentos e lutas por políticas públicas. Nesse sentido, a categoria da agroecologia se faz também nos processos do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia por renovar suas forças agregando a sua rede este público “jovem” que vive constantemente as tensões entre “sair” e “ficar” no campo, na possibilidade de melhorar a qualidade de vida e superar as formas empobrecidas à qual os remete a agricultura baseada nos monocultivos e na expropriação de bens e geração de renda.

Em outras situações, quando o *projeto de vida* foi construído no momento em que os filhos/as eram crianças, alguns pais trataram de incluí-los e delegar responsabilidades à medida que foram crescendo, sendo que os estudos mediados pelas novas condições econômicas que muitos grupos conquistaram também se fazem presentes, como uma escolha que os remete projetar-se na vida para voltar ou não para a unidade familiar, mas há uma probabilidade de escolha. E mesmo que em distintas profissões, a partir do estudo superior, este filho/a poderá contribuir em alguma melhoria na UPVF, a exemplo de um dos filhos de um grupo que foi cursar engenharia elétrica, pois ele e a irmã assinalaram que poderiam “inventar”,<sup>227</sup> um motor com batedouro na agroindustrialização de balas. Pois, o tema da sucessão, como em outros casos, sofre as limitações de acesso à terra para as gerações novas e as questões de partilha de herança, das quais a divisão às vezes não procede pelo tempo de vida que se estima para pais ainda jovens e pelas quantidades de área que são pequenas. Mas nos casos observados, um dos filhos/as geralmente opta ou é escolhido para “ficar” devido a perspectiva de trabalho conjunto, a socialização na gestão, a partilha da renda obtida, o gosto pelas atividades implementadas. Em outras palavras, os jovens ficam quando há possibilidades de construir *projetos de vida*, obter ganhos monetários, mesmos que outros fatores como “consciência” crítica, participação nas lutas sociais, acesso ao conhecimento, sejam também imprescindíveis. Houve algumas situações, mesmo que poucas, em que os grupos familiares fizeram aquisições de bens já pensando no futuro dos filhos/as, além do estudo que já citamos, como elemento fundamental tanto para “ficar” ou “sair” da atividade agrícola, em uma condição melhor. É diferente das “saídas” provocadas pelo empobrecimento, descapitalização e falta de estrutura para escolher.

---

<sup>227</sup> Que estas ideias e atos de criatividade, a partir do que revela a etnografia, desafie o Estado como apoio de pesquisa e recursos financeiros para avanços neste campo.

Quanto aos idosos, a diversidade de cultivos ou atividades possibilita incluí-los não apenas como mão de obra familiar, mas junto com o filho/a ou genro/nora em relações de economia solidária, de socialização de saberes, troca de experiências. Observamos também a disponibilidade das pessoas desta faixa etária, alguns já usufruindo do benefício da aposentadoria, em reconstruir conhecimentos e reorganizar-se. Pelo caráter coletivo, a passagem da gestão, a pauta de produção na perspectiva ecológica e a participação em processos sociais juntos ou não dos filhos/as faz com que os idosos tenham outras perspectivas na agricultura. Mesmo nos casos em que as questões de heranças não estão resolvidas, os homens e as mulheres que ficam com os pais ou sogros, estão organizados por meio do trabalho e economia familiar, se estruturando nas mesmas frações de terra. Onde ficaram na UPVF só os casais de idosos, estes redimensionaram os tempos de trabalho e as atividades, optando por produzir em pequenas áreas, a exemplo da horticultura e alguns até arrendaram outra parte da terra para conjugar tempos de lazer e participação social como demanda essa fase da vida.

No itinerário que constitui a categoria da agroecologia, além das relações que “enredam” o fazer desta agroecologia, também evidenciamos as tensões, avanços e desafios que se colocam sobre as estratégias, recursos e *manejos* disponíveis que agricultores/as criam e fazem uso nas unidades familiares. Como diria De Certeau (1985) sobre práticas, mais interessante que saber quais são, é o que se faz com elas como um “lugar praticado” da agroecologia, portanto, além de identificá-los, observamos as formas pelas quais contribuem para distingui-los em relação a outras agriculturas, além das distintas produções, cuidados com a biodiversidade, o trabalho familiar e geração de renda. Em outras palavras, como este universo das “coisas” na relação com fazer da agroecologia e as posições sociais/morais inter-relacionados aos processos sociais, estão alocados e geram a sustentabilidade ambiental, econômica e reprodução social na UPVF.

O uso das tecnologias no que se refere aos *manejos* nesta direção – *adubação verde*, raleio de plantas espontâneas, roçados, capinas – é visto nos laços de vizinhança, de parentesco e de amizade como sinônimo de “atraso” por não usar agroquímicos e organizarem-se de forma manual e em alguns casos pouco mecanizados, pois estes problematizam as relações de trabalho, propõem a inversão na organização de espaços, a invenção e adaptação de *manejos* e instrumentos de trabalho. Nessa direção há “queixas” que revelam certos preconceitos e estigmas para com estes agricultores/as por não estarem inseridos nas tecnologias de ponta, publicizadas e situadas nas políticas agrárias das grandes empresas.

A partir destas práticas, entre outras, estes interlocutores/as contestam e argumentam a favor da agroecologia como um sistema que cuida da biodiversidade e gera tecnologias, em especial na seleção e reprodução das sementes crioulas que há muitos anos vem garantindo o alimento no planeta. Inclusive, nos eventos dos *coletivos políticos*, a exemplo das Jornadas de Agroecologia, assinalam que este agricultor/a é alguém que cuida e gera *agrobiodiversidade*. O emblemático destas situações é que as críticas não são apenas direcionadas aos resultados nas UPVFs ecológicas, a exemplo dos níveis de fertilidade dos solos, cuidados com as águas, produção, renda obtida, diversidades de itens e sementes que possuem, mas são direcionadas ao fato de não usarem os recursos tecnológicos e *manejos* de racionalidade moderna. Estas posições incidem na forma de fazer e na argumentação destes interlocutores/as nas localidades e municípios e não no que resulta uma e outra forma de agricultura. De certa forma e não muito explícita, há o reconhecimento em relação à sustentabilidade desta UPVF e dos produtos que estas geram – pois alguns agricultores/as monocultores/as são consumidores/as – mas fica-nos a ideia de que as contraposições reveladas nas críticas são apontadas ao projeto social em se inserem os debates e as formas de fazer a agroecologia.

As “queixas” em relação às inferências sobre as formas de vida dos agricultores/as ecológicos/as, que são vistos e classificados por *morar no meio do mato*, *por fazer trabalhos manuais*, por ter a lavoura organizada em pequenas frações de cultivos, diversificadas, *não limpas* ou consorciadas, se situam nos “jogos de força” (TURNER, 2008) em que se disputam espaços sociais (BOURDIEU, 2007) para fazer a agricultura ecológica ou a agricultura de cunho moderno conservador. Ter a UPVF assim organizada, *no meio do mato*, não significa apenas uma crítica em relação ao aspecto físico aparente, mas às condições subjetivas e objetivas, tanto numa análise macro de projetos de desenvolvimento social que estão em contrastes e as práticas micros e subjetivas de reinvenção do cotidiano (DE CERTEAU, 2001) que se fabrica para viver, produzir e organizar-se distintamente do que é dado pelas tentativas de massificação e determinações exteriores.

As formas como adotam as tecnologias e realizam os manejos, inventam e adaptam instrumentos de trabalho expressam reações dos atores dentro da rede da agroecologia em prol das transformações dos espaços, mesmo que não incida imediatamente na ordem social e nos meios de produção. Por meio das capacidades experimentadas nos “laboratórios” vivenciados e nos processos sociais, estes agricultores/as ecológicos/as, vistos por outros a partir de outro espelho, com outras visões e posições, iniciam a criar condições para transformar espaços de um ponto de vista macro ou fabricar microliberdades para pautar nesses espaços relativos a lugares que vivem outras práticas. Nestes casos, a visibilidade das UPVFs é objeto de análise



e de inferências (por vezes críticas) de ambos os lados: por eles e pelos outros. O vizinho avalia suas formas de trabalho, o *limpo* e o *não limpo* dos solos, a diversificação, entre outros *manejos*, mas por outro lado, o agricultor/a ecológico/a responde estas questões pelas análises que também faz da degradação dos solos e das águas e reflete sob sua dependência das grandes empresas, dos agroquímicos que se expõem, dos riscos de perdas com os monocultivos, da devastação da biodiversidade, da escassez de alimentos como produção própria, entre outros elementos.

Essas “queixas” das críticas permeada nas relações de vizinhança, parentesco e amizade - por não serem usuários de agroquímicos, sendo que às vezes nisto está implícita *falta de inteligência, burrice*, como forma de chamar a atenção das distinções, configurações e alguns estigmas diante de grupos que o tratam com esses adjetivos negativos. Mas todos relataram argumentar a favor dos elementos ecológicos, políticos e das significações sociais que construíram e mostram que fazem distintamente os cultivos ou a agroindustrialização em suas unidades, ou seja, as tecnologias e os afazeres não são isentas de concepções que fundam os projetos sociais. Por isso, há diferenças relacionadas também à *dependência* ou *autonomia* no não fazer como nas formas *convencionais*. Nestes casos, no ser ou não agricultor/a ecológico/a estão alocadas identidades que lhes são atribuídas por outros ou por eles mesmos, num contexto mediado por tensões nestes “jogos de força”, ou ainda, como táticas num jogo em que se movem cartas para encontrar formas de resistir, avançar e ou permanecer no processo ecológico. Como todo jogo não é dado, há também possibilidades de recuos, pois do outro lado se movem outras cartas para manter e até recuperar agricultores/as para ser *convencional*, ou seja, no trabalho, na adoção de *manejos*, nos instrumentos, nos insumos. Em outras palavras, são práticas e estratégias em que se disputam projetos sociais. Todavia, esse ser ou não convencional é uma nomeação cunhada nas contestações dos ecológicos/as e não das empresas ou dos próprios usuários do *pacote tecnológico*.

Contudo, entremeado a estas posições de defesa das formas como fazem a agroecologia, aparecem alguns problemas ainda não resolvidos, relacionados ao “peso” do trabalho e a ausência de equipamentos/instrumentos adequados às realidades locais que facilitem a produção. Apesar de que estes interlocutores/as apontam os *manejos* e as adaptações que fazem para dar conta dos cultivos do *alimento limpo* como tecnologias, ainda assim, estas poderiam ser aprimoradas pela intervenção de políticas públicas, além disso, favorecer o “limiar” de mais grupos familiares no processo de transição ecológica. Os interlocutores/as que estão há mais tempo na agricultura ecológica reconhecem e até contestam que não trabalham mais do que os usuários de agroquímicos, ainda mais em

pequenas extensões de terra e acidentadas. Não se comparam em termos de produtores, donos de áreas planas e agroexportadores de algum monocultivo, com recursos para maquinários e implementos agrícolas, mas em termos de situações semelhantes em área de terra e níveis de capitalização – agricultores/as familiares inseridos nas políticas do *pacote tecnológico* ou dependente dos complexos agroindustriais que também trabalham muito. A mais corriqueira das analogias se referiam a questionar o que seria mais “pesado”, em termos de trabalho, quando se usa uma máquina costal para pulverizar um agroquímico ou com um repelente natural ou adubos foliares, sendo que o primeiro sempre gera malefícios ao ambiente e à saúde humana.

Outras constatações dos agricultores/as ecológicos/as são direcionadas à análise de que nem sempre na agroecologia se trabalha mais e com mais esforço humano, apesar de que em ambos os sistemas são necessárias pessoas para isso, ainda que se trate da inserção nos pacotes, pois a maioria já se obrigou a ter mais que uma atividade agrícola, além de que muitas unidades familiares hoje são produtoras de leite ou integradas de empresas, com mais algumas atividades que necessitam mão de obra, pois os níveis de mecanização são planejados e disponibilizados mais para áreas com terrenos menos acidentados e grandes. Mas interlocutores/as argumentam que o conhecimento sobre determinados manejos e técnicas na agricultura ecológica diminuem, por exemplo, o trabalho da *limpa da terra* quando necessário, aumentam o controle de plantas espontâneas e ataques de insetos, inclusive no cultivo de grãos, que a problemática deste estudo apontava como mais difíceis de cultivo, baseado neste sistema.

A *adubação verde*, coberturas de solo e consórcios foram assinalados como facilitadores no controle das plantas espontâneas e fator de equilíbrio na fertilidade dos solos, na prevenção de doenças e como repelentes de insetos. Além disso, a adubação com dejetos de animais, repelentes naturais e adubos foliares também são usados nos casos em que ainda não se conseguiu um equilíbrio maior na unidade familiar e aos fatores de riscos a que estão expostos pela *agricultura convencional* dos vizinhos lindeiros. Em suma, os conhecimentos destas tecnologias e os experimentos que cada agricultor/a vai testando na UPVF até conseguir saber o que é ou não mais adequado aos tipos de cultivos e às condições físico-geográficas das áreas, vão contribuindo para amenizar o “peso” do trabalho, ainda que figure distintos conceitos e percepções sobre o que é trabalho “leve” ou “pesado”, como argumenta Paulilo (1987).

Todavia, as questões que implicam as tecnologias são emblemáticas e paradoxais porque se relacionam ao potencial disponível de trabalho nas UPVFs, a diversidade,

rendimento das atividades produtivas e podem tornar mais “leves” trabalhos com maior “peso”. Se por um lado escutamos argumentação de que a agroecologia nem sempre é mais trabalhosa, plausível nos conhecimentos socializados e nos níveis de transição que se encontram as unidades<sup>228</sup> e por isso não seria substituível pelo sistema baseado no uso de agroquímicos, por outro lado os interlocutores/as reivindicam e sabem da necessidade de aprimorar as tecnologias existentes e construir outras, inclusive a urgência na engenharia de maquinários pequenos, leves, com baixos custos para potencializar a produção e contribuir no rendimento do trabalho e da produção. Em outras palavras, já há um conjunto de conhecimentos geradores de tecnologias, inclusive das invenções de equipamentos (maquinários) entre os interlocutores/as que, se assumidos como política pública de investimentos (pesquisa e fabricação), poderá desmistificar e facilitar o que se faz na agroecologia, na diversidade de produções e atividades que agregam nas unidades familiares. É consenso que atualmente as atividades agrícolas não podem ser sinônimo de “atraso” e “sofrimento”.

O campo etnográfico desvela nestas tensões algumas questões de fundo que estão implícitas no conjunto das sociedades em relação à produção e circulação dos conhecimentos quando questionam, problematizam sobre os domínios da pesquisa e da geração tecnológica. Das formas como estes interlocutores/as fazem, mostrando que são possíveis outras formas de agricultura com tecnologias brandas, com menor custo, sustentabilidade ambiental e social, ao mesmo tempo reivindicam diante das limitações que identificam e pelo direito a outras formas menos empobrecidas de viver na agricultura, demonstram as capacidades de produzir também saberes. Se na *agricultura convencional* os conhecimentos são elaborados e colocados a serviço de tecnologias em laboratórios como “caixas pretas” (LATOUR, 2000) e circulam segundo estas regras, na agricultura como *pacotes* prontos para serem aplicados, longe de considerar as diversidades sociais, ambientais e os potenciais de desenvolvimento local, a agroecologia coloca em pauta outras formas para se iniciar a fazer Ciência, mostrando que os conhecimentos nestes termos podem ser construídos e circularem localmente sob princípios e regras (LATOUR, 1999, 2000; CALLON, 1986) constituídos nas ações e saberes dos agricultores/as e Organizações Sociais, com direitos e domínios públicos na negociação com pesquisadores/as, Universidades e Centros de Pesquisa.

Nesta perspectiva, são problematizadas as formas como se faz e se investe em pesquisas, além das relações que as áreas de conhecimentos nas Universidades e Centros de

---

<sup>228</sup> Quanto mais tempo a UPVF está no sistema agroecológico, maior é a organização e equilíbrio ambiental que facilitam o trabalho e a produção.

Pesquisa imprimem com o conjunto da sociedade, pois os interlocutores/as sugeriram, durante todo o campo etnográfico, a inserção e a responsabilidade do Estado na geração e aprimoramentos das tecnologias para o sistema agroecológico em vista de alavancar processos de desenvolvimento local. É consenso de que as grandes empresas não irão investir nisto, devido o pouco potencial lucrativo que teriam, além das questões sociais que implicam em outro projeto social de *não dependência*. As saídas postuladas são as parcerias que as políticas públicas por parte do Estado podem estar colocando a serviço deste sistema, na relação com as Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, com outros órgãos da sociedade baseados nas metodologias participativas, nas quais o agricultor/a seja também coautor dos avanços e criações científico-tecnológicas.

Outro caminho para compreender como a construção social da agroecologia acontece foi observado nos relatos e estratégias que cada unidade familiar adota para comercializar seus produtos e obter renda monetária. Pois, no campo etnográfico uma das principais tensões escutadas nas reuniões de feirantes se refere a ideia de que *“não vende porque não tem produto e não produz porque não tem onde vender”*, uma acepção emblemática, diante da necessidade de construção de mercados alternativos, apesar da procura por alimentos ecológicos, em parte, já estar construída, pois os agricultores/as vendem tudo o que produzem para este fim. Identificamos as estratégias de venda direta ao consumidor/a de porta em porta e nas feiras livres como espaços não apenas de relações que fortalecem a compra e a venda, mas de sociabilidades, aprendizagens e conhecimentos sobre preferências e consumos da população residente na cidade, ou vice-versa, dos consumidores/as sobre os processos vivenciados pelos agricultores/as no processo que fazem para obter tal produto, o que é comercializado é de consumo do grupo familiar que produz, também passa a fazer parte dos itens de consumo de outros grupos familiares. Como já identificava Meirelles (2007), as feiras são os primeiros espaços em que se certifica a identidade do produto, nestas relações de confiança, conhecimentos e reciprocidades sociais que se constroem. Os agricultores/as também relatam que estas estratégias de venda direta tem sido na região a *“porta de entrada”* para a construção de mercados, apesar das limitações que todos reconhecem em termos deste componente.

Também se agregam a estas experiências na comercialização a argumentação a favor do *produto ecológico* e do *alimento limpo*, dos quais estes agricultores/as comerciantes falam, descrevem e colocam em evidência suas trajetórias demarcadas por outros princípios, formas de cultivos e ou agroindustrialização, constituindo uma identidade própria que se tece dentro da rede da agroecologia. Nas relações de comercialização também se socializa conhecimentos

em vista do “endurecimento” (LATOUR, 1999) da rede da agroecologia. Dito de outra forma, vender este produto de pauta do consumo familiar, tornado nestas relações uma “mercadoria” (APPADURAI, 2008) com itinerários culturais e políticos próprios, narrados e evidenciados em suas características, são estratégias para firmar esse sistema nas relações sociais em que implicam todos os atores da rede – política de valor. Neste sentido, a moral econômica se opera por meio destas mercadorias da cultura local, baseadas na diferenciação dos produtos como *alimento limpo* e sustenta sua racionalidade em determinadas características das UPVFs, em que o controle da terra, a diversificação de cultivos, as relações solidárias e o trabalho familiar são decisivos.

Deste ponto de vista, essa diferenciação que se constitui para o produto como “mercadoria” em relação a outras produções de alimentos, requer outras relações na emergência de mercados também distintos. Falar do itinerário do produto não é algo só para convencer os consumidores/as a comprarem, mas inclui-se na luta por espaços que se disputa com tais identificações. Geralmente acompanha estas descrições dos itens produzidos a ideia de que a figura do *atravessador* não é o caminho para livrar-se da dependência e poder gerar mais sobras nas entradas monetárias que são oriundas destas vendas.

Dois discursos são confrontados entre as lideranças nos debates em reuniões de feirantes e nas negociações com as cooperativas de produção e comercialização, em vista de um espaço específico e identificado para a comercialização de itens ecológicos. Essa identificação na relação de comercialização é fundamental para os agricultores/as continuarem se projetando nesta perspectiva ecológica, não apenas ganhar monetariamente em relação ao preço de outros alimentos, mas pelo espaço social que está em construção na agricultura ecológica. A primeira questão diz respeito à constituição de *projetos de vida* no sistema agroecológico com planejamento da produção, com base em itens que culturalmente produzem os grupos familiares e as condições físicas e climáticas na UPVF para ir construindo esse mercado, a partir do lugar dos *projetos de vida*; segundo, que a pauta de produção não chegue ao agricultor/a via exigências do mercado convencional, em função das políticas que estabelecem com os complexos industriais alimentícios, as exigências das agroexportações e políticas globais. Se bem que essa construção não é isenta das relações e demandas dos consumidores/as que, de certa forma, independente das proximidades locais, também conheceriam os itinerários desta produção ecológica e sua identidade nas socializações. No trabalho etnográfico identificamos essas duas formas de argumentar, sendo que a segunda ficava mais visível diante das “queixas” de que não são possíveis avanços na agroecologia devido as exigências sanitárias e fiscais para vender na capital ou em outros

Estados. Então, a primeira concepção se fazia mais evidente nas problematizações de lideranças e mediadores/as, que enquanto se pensa em mercados mais distantes, no município espaços públicos e consumidores/as abastecem-se de alimentos vindos de outros lugares.

Com base nestas visões, mais uma vez se problematiza e questiona o papel do Estado nas políticas públicas que poderiam estar se constituindo para aumentar e fortalecer a economia e mercados locais, conforme os grupos familiares ecológicos/as vêm pautando, já que o emblema “não se produz porque não tem onde vender” se traduz pela perspectiva que o agricultor/as procura ter para obter a renda necessária a manutenção do grupo familiar e das próprias atividades produtivas. Do mesmo modo, foi a partir destes posicionamentos no campo etnográfico que tentamos compreender quais são os caminhos percorridos quando acontece a venda no mercado institucional. Alguns comercializam parte de sua produção em casas de produtos alimentícios e cerealistas, mas a maioria tem como probabilidade vender no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do Governo Federal, tanto que as mulheres começaram a implementar a panificação e aumentar os cultivos da horta, por exemplo, por ter este espaço para vender. Nos locais em que as associações beneficiam esta relação de comércio, os agricultores/as não fazem venda direta para o mercado convencional sob a “queixa” de que estes só os procuram nas entressafras e depois compram na Ceasa e fazem ofertas que não cobrem nem o custo de produção, baseadas na lei da procura e oferta. Enquanto as formas associativas, a exemplo da APAVE no município de Verê, além de buscar o produto na UPVF, também mantém a compra e venda com preços regulares, com gestão feita pelos próprios agricultores/as e a segurança almejada que abordávamos na problemática, *produzir sabendo que tem onde vender*. Neste sentido, a comercialização institucional cumpre um papel social importante para viabilizar a agricultura ecológica na construção de organizações como esta. Quando a venda acontece em mercados *convencionais*, procura-se por meio das associações ou dos próprios agricultores/as manter as negociações coletivas e as políticas de preços, com demandas regulares na procura e na entrega, sendo último este fator, objeto de dificuldades entre as partes. Então, comercializa-se por intermédio de associações e cooperativas solidárias, apesar das limitações que se encontra historicamente na região para avançar nestes processos, pois, nas reuniões que acompanhamos, vive-se um dilema entre o trabalho que demanda essa forma de organização para contribuir no planejamento da produção junto ao agricultor/a, sem determinar a pauta pelo mercado *convencional* e viabilizar a comercialização e as organizações, deixando a maior fatia dos ganhos com o produtor/a. As sugestões pautadas por interlocutores/as naquele momento eram no sentido de mesclar

produtos oriundos da agricultura familiar (não dos complexos agroindustriais) junto aos ecológicos/as, com a adequada identificação, para que se viabilizassem os custos operacionais de manutenção.

Todavia, esta discussão também é “tensa” já que os *coletivos políticos* organizados defendem que o produto ecológico chegue ao consumidor/a por um *preço justo*, o que significa para estes grupos um cálculo entre custo de produção, incluso o trabalho familiar. Mas já que na agroecologia, se prima por uma produção de *baixo custo* e a eliminação da figura do atravessador. A ideia é que além de chegar ao consumidor/a com menor custo, este *alimento limpo* nos seus percursos, constrói-se em outras relações sociais e de economia solidária que alguns a denominam de mercado justo. Em suma, a construção de mercados ainda é um desafio neste contexto da agricultura ecológica, a qual tem algumas referências e a necessidade de articular nos *projetos de vida* a produção com as características que identificam na ecologia e em outras relações junto aos espaços urbanos, primeiro localmente no município, depois na região e assim sucessivamente. Pois, esta posição vai na contramão dos projetos de desenvolvimento que deslocam sua ênfase e aplicação de recursos nos grandes centros, concentrando a economia e aproveitando do potencial de trabalho dos espaços periféricos. Como argumenta Meirelles (2004), os mercados nestas acepções teriam que estar também situados nos princípios que movem esta agricultura ecológica, ainda mais em contextos em que o debate da *soberania e segurança alimentar* está “enredado” às lutas sociais em que a agroecologia se situa.

Nas construções da categoria da agroecologia, a *geração de renda* também ganha outros significados sociais situados nas posições, visões e princípios nas experiências de agricultores/as. Estas formas distintas constroem outra moral econômica por meio da comercialização da “mercadoria”, ao mesmo tempo é também item de consumo inteiro na UPVF, gerando outras conceituações do que se entende por renda e sua inter-relação na sustentabilidade social, ambiental e econômica. Um dos primeiros elementos observados é o ato de “poupar” (DOUGLAS e ISHERWOOD, 2009) para reduzir gastos e aumentar a sobra dos rendimentos monetários, baixando o *custo de produção* com uso de tecnologias e recursos sustentáveis também do ponto de vista ambiental, como elemento que agrega num novo conceito de renda. É a partir deste princípio de produzir gastando o menos possível e aliando a *autonomia* em relação às grandes empresas (que além de altos preços nos insumos e sementes lhe colocam em situação de dependência social) que estes grupos defendem e praticam o *preço justo* na relação com consumidores/as, como assinalamos anteriormente.

Nestes casos, *renda* não é apenas o que se obtém da venda dos produtos resultantes do trabalho familiar e da posse da terra, mas todos os alimentos consumidos pelo grupo familiar e outros itens que se constituem em recursos internos da UPVF, os quais não precisam ser comprados, evitando gastos e poupando das entradas monetárias que suprem outras necessidades ou servem para algum investimento para melhorar a UPVF, mesmo quando obtidos por financiamentos de crédito. A sobra obtida é a liquidez dos ganhos, assinalados como valores resultantes do trabalho, considerando que o alcance destes valores é viabilizado pelas diversidades de cultivos ou atividades de agroindustrialização, que se somam como alternativas de trabalho e renda, as quais fundam uma racionalidade distinta em relação à dependência, por exemplo, das empresas integradoras. Compreender a luta deste agricultores/as em poder fazer seus cálculos econômicos, controlar seus custos, remete-nos às origens do campesinato, no qual o agricultor/a figura como dono dos meios de produção, autônomo no controle e nas decisões do que e como cultivar, embora na agricultura ecológica se tenham distintas nuances quanto as diversas origens campesinas, principalmente na relação com os mercados que na contemporaneidade se refazem constante e rapidamente. Em outras palavras, as realidades específicas e a complexidade dos tecidos sociais demandam transformações no campesinato, exigindo que se refaçam, incluam novas bandeiras de lutas, outras estratégias de resistências, formas de geração de renda, entre outros aspectos tomando formas distintas entre uma realidade e outra.

Entrecruzados pelas nomeações de agricultor/a familiar e campesinos/as, o ecológico/as na região Sudoeste do Paraná se constitui e se mantém nas lutas sociais constantes, aliadas entre o que se faz nos espaços da UPVF com os processos de socializações de conhecimentos e organizações sociais. As reuniões de feirantes e entrevistas com lideranças, principalmente, nos possibilitaram identificar o princípio da *autonomia* dentro dos discursos argumentativos, como uma *bandeira de luta*, nestas nomeações citadas em que os interlocutores/as reivindicam políticas públicas em função do “endurecimento” dos conhecimentos na rede. Ou políticas legislativas, que se disputam no país em função da proteção das sementes crioulas em função das liberações das transgênicas como fator de contaminação, pois são fundamentais para assegurar a produção de alimentos livres das contaminações e viabilizar a reprodução social desta agricultura. Identificamos nas pautas de produções, no itinerário das “mercadorias”, nas estratégias alternativas da venda direta, entre outros aspectos, como forma de decisões que implicam nas relações sociais internas e nos *coletivos políticos* rente a não dependência dos complexos empresariais. Todavia, as intervenções são locais e micros no âmbito das UPVFs e algumas ações coletivas organizadas,



como as feiras livres, Festas das Sementes, as associações, Jornadas de Agroecologia, Encontros Regionais, ações da Rede Ecovida, entre outros, ainda incidem somente em algumas formas para frear a maneira como os grandes domínios empresariais tratam das questões que implicam a geração de conhecimento, o controle das sementes, os domínios privados (as patentes), as formas metodológicas como impõem o processo pelos *pacotes tecnológicos*, os domínios do ciclo produtivo dos cultivos, a comercialização, industrialização dos alimentos e a contaminação química.

Identificamos que este princípio da *autonomia* incide também no controle da renda e da produção, que embora pequena, seja regular e reinventada na busca em concretizar princípios agroecológicos que estão presentes desde o lugar em que vivem, trabalham, produzem nestes grupos familiares até a chegada do produto ao consumidor/a. A gestão feita pelos interlocutores/as implica em ter controle sobre sua UPVF (meio de produção), trabalho familiar e pauta de produção, todavia isso não significa a isenção de relações sociais e econômicas com outros segmentos da sociedade, sendo que esta é uma autonomia que não incide na transformação da distribuição e controle dos meios de produção social, pois como outras pessoas e grupos estão imersos a problemáticas geradas nas sociedades capitalistas e em relação à agricultura, estes grupos não escapam das tensões e dificuldades para ter acesso à terra para as novas gerações, a recursos tecnológicos, maior valorização e identificação dos produtos ecológicos, desburocratização nos trâmites de legalização e fiscalização por parte do Estado. Embora as pressões, disputas e resistências tenham problematizado essas questões e espaços, há que se somar às outras redes de atores e *coletivos políticos* organizados para ganhar mais força política nas lutas sociais para alcançar determinadas aspirações. Ações, debates e pautas como *bandeiras de lutas* nos territórios e fóruns organizados “enredando” Entidades, Organizações e Movimentos Sociais, nos apelos e pressões para que o Estado assumira suas responsabilidades diante dos desafios desta agricultura, para ser uma das alternativas no fortalecimento, avanços e maior número de grupos familiares e estratégias associativas a se organizarem e promoverem desenvolvimento social sustentável e local.

Os processos de capitalização para investimentos na UPVF e na viabilidade da produção ecológica, principalmente na época da conversão para agroecologia, são fundamentais para os avanços nesta perspectiva. Para chegar a uma renda determinada, capaz de suprir as necessidades dos grupos familiares, há que se reorganizar os “bens” que geralmente seguiam outra ordem, tanto na infraestrutura quanto nos *manejos* para a recuperação dos recursos naturais. A exemplo dos agricultores/as que migraram para atividades principais de leite a base de pasto e a fruticultura, o ritmo da produção esperada é

mais lento e os investimentos são logo necessários para troca dos animais, estruturação de pastagens, compra de mudas das árvores. O tempo de espera constitui-se em dificuldades por exigir gastos, tempo de trabalho e pouca geração de renda.

Diante dessas questões que os interlocutores/as destacam o papel importante dos financiamentos de crédito, de forma que estes sejam investimentos para viabilizar os *projetos de vida* e subsidiar o processo de transição para a agroecologia. Problematizados por todos os interlocutores/as é que percebemos a inter-relação deste com a construção social da categoria na região. Para alguns, figura o reconhecimento dos avanços que atualmente têm sobre a disponibilidade dos financiamentos para agricultores/as familiares, já que outrora estes eram recursos acessados por agricultores/as com níveis de capitalização maior, que na região são nomeados de empresários do *agronegócio, granjeiros e fazendeiros*. Todavia, os conflitos que perpassam as relações de crédito na agricultura ecológica situam-se no terreno das concepções sociais que instituem critérios e regras no acesso, na liberação e nas formas de pagamento. Para outros, as contestações seguem a racionalidade de que a modalidade do PRONAF, tanto nas linhas Agroecologia quanto Florestal, está mais ligada às formas como se organiza tradicionalmente a distribuição, acesso e controle de capital financeiro, inclusive nas suas formas especulativas, do que nas proposições, a exemplo do Fundo Rotativo, uma experiência que na região nasceu junto aos processos sociais de agricultura alternativa, pelos quais se chega à agricultura ecológica.

Nesta perspectiva, para a adequação às normas dos financiamentos estatais, sugere-se que estes acompanhem o processo pelo qual “se faz a agroecologia” nas UPVFs e nas várias formas de organização nos territórios, grupos e fóruns de planejamento e decisões no itinerário da agroecologia. Nos seminários de debates sobre esta temática, presenciamos os interlocutores/as sugerirem elementos principalmente para financiamentos na linha de custeios, já que para investimentos as possibilidades são maiores e todos os agricultores/as com quem construímos as narrativas de vida tiveram acesso. Todavia, para custear a produção dentro da UPVF ecológica, difere dos monocultivos, que tem ciclos próprios em determinadas épocas do ano – planos safras - esta segue a racionalidade de diversificação de culturas organizadas em pequenas frações de terra (ver Anexo 2, Croquis 1,2,3,4), com produções comercializadas em pequenas escalas, regularmente com entradas monetárias pequenas e sistemáticas. Argumenta-se a favor de critérios que considerem o trabalho familiar e a renda obtida na produção de alimentos para consumo interno, gastos que não necessários sair da renda monetárias – poupança, também sejam incluídas nestas avaliações na hora das

liberações, sendo que nos custeios *convencionais* se consideram esses potenciais, desde que seja trabalho contratado na UPVF e com comprovações por notas fiscais.

Na agroecologia se obtém o mínimo de recursos, como insumos e sementes comprados de fora para viabilizar a produção, que somados ao trabalho familiar são componentes chaves nestes sistemas, portanto, as linhas de financiamentos deveriam observar estes fatores e modificar sua estrutura financeira relacionando-a ao percurso ecológico como se faz. As liberações de crédito, a exemplo de um período de pousio, frações de recuperação de solo com *adubações verde*, compostagem de adubação orgânica, silagens e feno para alimentação do gado, melhoramentos genéticos de animais, seleção e reprodução de sementes crioulas e o trabalho familiar, são elencados como necessários de financiamentos para viabilizar o período de transição ou conversão. Porém, estas seriam medidas de curto prazo para dar continuidade e avançar nesse sistema na sua substancialidade, já que em longo prazo a *multidimensionalidade* é um elemento fundamental que “enreda” a construção desta categoria que incide também nas estratégias que “endurecem”. Deste modo, as linhas de financiamentos teriam que constituir-se de forma menos fragmentada e organizar-se politicamente para investir nos *projetos de vida* nas UPVFs como um todo, integrando investimentos e custeios, considerando a produção, a educação, a moradia, o lazer, a infraestrutura, entre outras dimensões.

Considerando que estas UPVFs não são isoladas do contexto do desenvolvimento social local/regional, outras linhas de investimentos coletivos poderiam ser definidas em estratégias que dariam curso aos *projetos de vida*, a exemplo das ampliações que poderiam ser feitas na construção de mercados alternativos solidários para comercialização, nas necessidades de investimentos na geração de tecnologias (instrumentos de trabalhos, melhoramento genético de sementes, estruturas de armazenamento), nas agroindustrializações para potencializar a agregação de renda, transportes da produção, entre outros. Se bem que nesses espaços coletivos de decisões também poderiam se disponibilizar recursos financeiros para o planejamento dos processos sociais organizativos e de educação, incluso a assistência técnica e experimentos, já que estes aparecem como elementos que contribuem para estender e “endurecer” esta rede sócio-técnica (LATOURET, 1999) da agricultura ecológica. Outro elemento que aparece fundado nas concepções do Crédito Rotativo é o caráter de investimento social, traduzido pela mobilidade destes recursos dentro da rede, pois cumprindo o propósito de contribuir na organização de um grupo familiar ou localmente junto a *sujeitos coletivos* este deveria se alocado para outros grupos e espaços, a fim de possibilitar que aos poucos esta rede vá se estendendo e “endurecendo” também pelo número de grupos que vão

migrando para este sistema, sendo que nisto também reside o papel da *autonomia*, não depender sistematicamente de recursos externos para viabilizar-se social e economicamente.

Se por um lado, este estudo coloca e foi percorrendo fio a fio a tessitura da rede nas UPVFs, observando as histórias, as relações, as dinâmicas cotidianas, a condição objetiva nos elementos materiais e humanos, ao mesmo tempo fomos compreendendo que além de processos sociais, com maior tempo de duração e contínuos, em vista da formação e da organização, aparecem também os eventos rituais que possibilitam assentar, sustentar, “endurecer” esta rede em construção. Classificados por este viés, vimos, ouvimos e sentimos nas vivências das Festas das Sementes e das Jornadas de Agroecologia, um espaço em que se revitaliza, junta forças e se expõem à sociedade este sistema em construção, que envolve, além das relações no campo, os atores da cidade não apenas como consumidores/as que poderiam se tornar e demandar uma produção ecológica, mas para somar com outras *bandeiras de luta* que podem compor um projeto social distinto.

Se nas narrativas ouvidas e nas “coisas” vistas nas UPVFs apareciam nuances que enredavam a categoria às lutas sociais, nestes eventos estas se tornaram mais evidentes, situadas num contexto ritual em prol, não da manutenção de uma ordem, mas na sua transformação. Unindo dimensões simbólicas ao “dito e o feito” nos laboratórios vivos em que se constrói esse sistema, as místicas, as marchas, as conferências, os estudos, os debates, as festas, as danças mediadas por símbolos principais com as sementes e as bandeiras, nos forneceram outro prisma para compreender a construção da categoria.

Nestes eventos identificamos as práticas (DE CERTEAU, 2007) que evidenciam, além das formas distintas de fazer agroecologia, a recusa ao que é dado como pronto e acabado, a exemplo dos *pacotes tecnológicos*, configurando o caráter polêmico que fala o autor, ao reunir condições para intervenção dentro de um contexto de “jogos de força”. Assim, as estratégias são pensadas dentro da rede, amarradas nestes eventos rituais pelos fios das práticas singulares que dão coesão aos *coletivos políticos* socializados, redimensionados e revitalizados no conjunto das festividades por um lado e por outro, pelas formas de contestação política que inferem as Jornadas e as Festas das Sementes. Mostrar à sociedade e chamá-la para o compromisso com as *bandeiras de luta*, num mesmo evento que coloca em destaque ciência e tecnologia para que não evaporem os conhecimentos sócio-técnicos da rede (LATOUR, 1999) e materiais produzidos nas mediações e unidades familiares, “enredadas” às lutas sociais, para que isso tenha espaço na disputa que se trava na sociedade.

Neste sentido, podemos reafirmar que agricultura ecológica se sustenta tanto na singularidade do que é feito e refletido nas UPVFs – laboratórios de conhecimento- quanto

nos processos sociais coletivos, sendo que o teor metodológico disto está na constituição de espaços para contrastar, reformular, acrescentar no movimento que percorre os fios desta rede. É uma tessitura política que não separa o social do técnico, assim como, abre espaços para a circulação de conhecimentos negociados em âmbitos distintos, dos quais os atores foram se apropriando e se reorganizando nestas experiências.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDELI, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 94-103.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária: Revista Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28, n. 1-3, jan./dez. 1998; v. 29, n. 1, jan./ago. 1999. 2 v. em 1. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.net/sites/default/files/ano28e29.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense*. São Paulo, 1981, 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 39., 2001, Recife. *Anais...* Recife: SOBER, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo et. al. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Caderno de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para discussão, 641).

ALBUQUERQUE FILHO, Clóvis Antunes Carneiro de. A importância dos módulos rurais na distribuição e aproveitamento da terra. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 46, out. 2000. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1675>>. Acesso em 12 dez. 2008.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideú, Uruguai: Nordan-Comunidad, 1999.

\_\_\_\_\_. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, Alfredo. (Coord.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: MAPA, 1995. P. 151-203. (Serie Estudios).

\_\_\_\_\_. *Un promotor de la agroecología: los campesinos saben tanto o más que los universitários*. Montevideo: REL-UITA, 08 nov. 2001. Entrevista concedida a Carlos Amorin. Disponível em: <<http://www.rel-uita.org/old/agricultura/un%20promotor%20para%20agroecologia.htm>>. Acesso em dez. 2008.

ALTIERI, Miguel A.; MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Jander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 72-105.

ALTIERI, Miguel A.; YURJEVIC, Andrés. La agroecología y el desarrollo rural sostenible en America Latina. *Agroecologia Y Desarrollo*, CLADES, Chile, n. 1, p. 25-36, 1991.

ALVES, Adilson Francelino (Org.) et al. *Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. *O que é ANA?* Disponível em <<http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-ana>>. Acesso em: 08 jan. 2011.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e as políticas de valor. In: \_\_\_\_\_. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução Agtha Bacelar. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008. P. 15-88.

A REVOLTA dos colonos. Direção Ivo Pegoraro. Francisco Beltrão: Emater, 1987. 1 cassete (75 min): son., color. 12 mm. VHS NTSC.

ASSESOAR - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. Agricultura alternativa: Banco de sementes. *Revista Cambota*. Francisco Beltrão, v. 15, n. 132, p. 8-9, jul. 1987a.

\_\_\_\_\_. *Construindo escola na roça: escolas comunitárias de agricultores*. 2. ed. Francisco Beltrão, 1997.

\_\_\_\_\_. Festa com moda de viola. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 18, n. 165, p. 3, ago. 1990.

\_\_\_\_\_. Festa das Sementes e Encontro Regional de Agroecologia. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 30, n. 255, p. 9-10, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Festa das Sementes. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 32, n. 258, out. 2006.

\_\_\_\_\_. Diálogo entre dois milhos. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 16, n. 143, p. 4-5, fev./mar. 1987b.

\_\_\_\_\_. Milhos crioulos ganham nova força. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 17, n. 173, p. 4-5, jul. 1991.

\_\_\_\_\_. *O nascimento das feiras agroecológicas no Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Assesoar, 2007. 20 f. Documento digitado.

\_\_\_\_\_. *Quem controla a semente controla o mundo: um olhar a partir das festas das sementes: A estratégia adotada pelas organizações de agricultores familiares do sudoeste do Paraná em relação às sementes.* Francisco Beltrão, 2010. 34 p.

\_\_\_\_\_. Sementes Crioulas de Milho são testadas em Francisco Beltrão. *Revista Cambota*, Francisco Beltrão, v. 19, n. 189, p. 4-5, maio 1993.

ASSESOAR et al. *Projeto Vida na Roça: vivenciando e refletindo sobre as bases do desenvolvimento do campo.* Francisco Beltrão, 2002. v. 3. 112 p.

ASSESOAR; FACIBEL. *Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário.* 2. ed. Francisco Beltrão: Assesoar, 1997a. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Projeto Vida na Roça: da produção agropecuária ao plano da educação participativa.* Francisco Beltrão: Assesoar, 1997b. v. 2.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, UFPR, Curitiba, v. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

AZEVEDO, Elaine de. *Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiente e social.* Florianópolis: Insular, 2003.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual do crédito rural – MCR.* Disponível em: < <http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=MCR-indice>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. *Los colonos de Apóstoles: estrategias adaptativas y etnicidad en una Colonia Eslava de Misiones.* Posadas, Argentina: Universidad Nacional de Misiones, 2000. 286 p.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: Os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BELIK, Walter. *PRONAF: avaliação da operacionalização do programa.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – NEA, 1999. 32 p.

BEZERRA, Islandia. A sustentabilidade da segurança alimentar e nutricional a partir da agroecologia. In: JORNADAS DE AGROECOLOGIA 8. *Oitava Jornada de Agroecologia: Terra Livre de Transgênicos e Sem agrotóxicos, Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura.* Francisco Beltrão/PR, p. 9-12, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *El nuevo espíritu del capitalismo.* Madrid: Akal, 2002. 713 p.

BONETI, Lindomar Wessler. A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da Exclusão Social.* Ijuí: Unijuí, 1998. p. 81-120.

\_\_\_\_\_. Formação e apropriação do espaço territorial do sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos (Org.). *Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento.* Francisco Beltrão: Unioeste, GETERR, 2005. p.109-124.



\_\_\_\_\_. Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. Brasília: Unesp, 2009. v. 2. p. 143-159..

\_\_\_\_\_. *O significado histórico do levante armado dos colonos do Sudoeste do Paraná ocorrido em 1957*. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BOURDIEU, Pierre. “A Juventude é apenas uma palavra”. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Arco Zero Limitada, 1983. p. 112-121.

\_\_\_\_\_. Efeitos do lugar. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Miséria do Mundo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 159-166.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *Les héritiers, les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1985.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos Alunos da Educação Básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, n. 113, p. 2, 17 jun. 2009. Seção 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=17/06/2009>>. Acesso em: 12 jan. 2010

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB: cópia do Decreto Legislativo n. 2, de 5 de junho de 1992*. Brasília, DF: MMA, 2000. (Série Biodiversidade, 2). Disponível em: <<http://www.prosp.ufpa.br/spi/legislacao/outros-CDBPORT.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República Federativa do Brasil. *Fome Zero: Conceito*. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: DE CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.

\_\_\_\_\_. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

CALLON, Michel. *Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de St. Brieuc*. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 36, p. 169-208, 1986. Número spécial.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 19, jan./jun. 2008 p. 302-321. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222008000100013#top01](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000100013#top01)>. Acesso em: 07 fev. 2011.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local. *Revista UNIRCOOP*, Quebec, v. 5, n. 1, p. 164-183, maio 2007. Disponível em: <[http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Revue%202007/08\\_callou.pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Revue%202007/08_callou.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *A Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTI, Irio Luiz; PIES, Marcelino; CECCONELLO, Rene. *Agricultura familiar: caminhos e transições*. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208. (Praxis, 5).

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988. 201p.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 09, n. 1, p. 22-55, jan./abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: DE CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (Org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

CENTRO ECOLÓGICO. *Agricultura Ecológica: princípios básicos*. Ipê, RS, 2005. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/Agricultura\\_Ecologica/Cartilha\\_Agricultura\\_Ecologica.pdf](http://www.centroecologico.org.br/Agricultura_Ecologica/Cartilha_Agricultura_Ecologica.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Biodiversidade: passado, presente e futuro da humanidade*. Ipê, RS, 2006. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/cartilha\\_agrobiodiversidade.php](http://www.centroecologico.org.br/cartilha_agrobiodiversidade.php)>. Acesso em: 15 out. 2010.

CHAMBERS, Roberto. El pequeño campesino es un profesional. *Ceres: Revista de la FAO sobre Agricultura y Desarrollo*, Itália, n. 74, p. 19-23, mar./abr. 1980.

\_\_\_\_\_. Notas e reflexões sobre o Seminário “Agricultores e Pesquisa Agrícola: Métodos Complementares” In: CHAMBERS, Roberto; RICHARDS, Paul; BOX, Louk. *Agricultores experimentadores e pesquisa*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 44 p. (Agricultores na pesquisa).

\_\_\_\_\_. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.

CHAMBERS, Roberto; GHILDYAL, B. P. La investigación agrícola para agricultores com pocos recursos: el modelo del agricultor primero y ultimo. *Agroecologia y Desarrollo*, Chile, n. 2/3, p.9-24, jul, 1992. Número especial.

CHAMBERS, Roberto; RICHARDS, Paul; BOX, Louk. *Agricultores experimentadores e pesquisa*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 44 p. (Agricultores na pesquisa).

CHAVES, Christine Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: Um Estudo sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. 446 p.

COSTA NETO, Canrobert. Discutindo referenciais para a construção de saberes sócio-ambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-sociológica. In: CANUTO, João Carlos; COSTABEBER, José Antônio (Org.). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: EMATER/RS; Pelotas: EMBRAPA clima temperado, 2004. p.115-126.

COSTA, Ana Alice A. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. In: COSTA, Ana Alice A.; PASSOS, Elizete; SARDEMBERG, Cecília. *Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião: textos de apoio I*. Vitória da Conquista: CAR-REDOR/NEIM, 2000.

DAMATTA, Roberto. A casa, a rua e o trabalho. In: \_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 23-33.

\_\_\_\_\_. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 7-29, abr. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01043132000000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01043132000000100001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. *O que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004. 74 p.

DE CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro, 2005, 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001. 253 p.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 372 p.

\_\_\_\_\_. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. (Org.). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo, FAU-USP, 1985. p. 3-19.

DE LANNOY, Christophe. O nascimento do sistema Cresol: A origem de uma inovação organizacional. *Revista Uma década de cooperativismo solidário*. Francisco Beltrão, p. 40, 2006.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Tradução Sônia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70, 1966. 232 p. (Coleção. Perspectivas do Homem, n. 39).

- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 304 p.
- DUARTE, Valdir; GRIGOLO, Serinei César. *Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade*. Francisco Beltrão: ADMR, 2006. 136 p.
- DURSTON, John. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL. *Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile: 1996. p. 55-80.
- ENA - ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Relatório do grupo de trabalho temático: transformação e comercialização de produtos agroecológicos*. Rio de Janeiro, 2002. p. 2. Disponível em: <[http://www.encontroagroecologia.org.br/files/GT04\\_sintese.rtf](http://www.encontroagroecologia.org.br/files/GT04_sintese.rtf)>. Acesso em: 12 jul. 2010.
- ESCOBAR, Arturo. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. In: *El final del salvaje: Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Santafé de Bogotá: CERBEC-ICAN, 1999. p. 75-97. (Colección Antropología en la modernidad, n. 3).
- \_\_\_\_\_. *Lá invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Santa Fé de Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1996. 474 p.
- \_\_\_\_\_. The Making and Unmaking of the Third World Through Development. In: RAHNEMA, Majid; BAWTREE, Victoria (Ed.). *The Post-Development Reader*. London: ZED Books, 1997 a. p. 85-93. (Reprinted excerpt from *Encountering Development*).
- \_\_\_\_\_. Whose Knowledge, Whose Nature? Biodiversity Conservation and Social Movements Political Ecology. *Journal of Political Ecology*. v. 05, p. 53-82, 1997 b. Disponível em: <<http://www.cddc.vt.edu/ept/eprints/3escobar.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2009.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, 1994. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Antropologia e Poder: as contribuições de Eric Wolf*. Tradução de Pedro Maia Soares. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. p. 11-55.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. Texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19-65.
- FERRETTI, Mundicarmo. Feiras nordestinas: estudos e problemas. In: FERRETTI, Sérgio (Org.). *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luís: UFMA, 2000. p. 35-66.
- FIRMINO, Nicolau. *Pequeno dicionário Latino-português*. São Paulo: Companhia Melhoramento, 1945. 413 p.

FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 218 p.

GALESKI, Boguslaw. *Sociologia del Campesinado*. Barcelona: Ediciones 62, 1977. 339 p.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978. 168 p.

GHEDINI, Cecília Mara. *A Formação de Educadores no espaço dos movimentos sociais do campo: um estudo a partir da “I turma de pedagogia da terra da via Campesina/Brasil”*. Curitiba, 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2007.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos agroecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653 p.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1993. 172 p.

GOMES, Iria Zanoni. *1957 A revolta dos posseiros*. 3. ed. Curitiba: Criar Edições, 2005. 121 p.

GRÍGOLO, Serinei César. Referências em Agroecologia: um olhar sobre a renda e os caminhos trilhados pela agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 243-254.

GUANZIROLI, Carlos. E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo e reflexividad*. Enciclopédia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001. 146 p.

HANFIELD, Mario; JEAN, Bruno; PARENT, Diane. L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales. In: JEAN, Bruno; LAFONTAINE, Danielle (Dir.). *Territoires et fonctions*. Québec, Canada: GRIDEQ, 2005. p.189-203. Tome 2.

HECHT, Susanna. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. *Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo, Uruguay: Nordan-Comunidad, 1999. p. 15-30.

HENN, Iara Aquino et al. A prática da comercialização nas feiras: experiências de produtores familiares agroecológicos e consumidores. In: *Reunión de Antropología del Mercosur – RAM*, 8., 2009, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009. p. inicial- final se tiver. 1 CD-ROM.

HENN, Iara Aquino. "Hoje sou outra mulher"! Estratégias de re-produção e re-significação na trajetória das agricultur@s em Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná. In: LANGER, Protásio. P.; MARQUES, Sonia. M. dos Santos; MARSCHNER, Walter. R (Org.). *Sudoeste do Paraná: Diversidade e ocupação territorial*. Dourados, MS: UFGD, 2010a. p. 217-263.

\_\_\_\_\_. Processos sociais e educativos: a experiência dos agricultores e agricultoras agroecológicos(as). *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, ano 25, n. 83, p. 109-132, jan./jun. 2010b.

HERTZ, Robert A. A preeminência da mão direita: um estudo sobre as polaridades religiosas. *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 99-128, 1980.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Fluxos e Informações na Economia Solidária: comercialização e certificação participativa*. Rio de Janeiro: IBASE, 2011. (Série Fluxos e Informações na Economia Solidária, 3).

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=1>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

IFOAM - INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS. *IFOAM PGS Global Database*. Disponível em: <[http://www.ifoam.org/about\\_ifoam/standards/pgs\\_projects/pgs\\_projects/index.php](http://www.ifoam.org/about_ifoam/standards/pgs_projects/pgs_projects/index.php)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

INDENIZAÇÃO das Vítimas de 1957. Direção Vanderlei Dambros. Francisco Beltrão: Assesoar, 1997. 1 cassete (75 min): son., color.; 12 mm. VHS NTSC.

INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. *O planejamento do cooperativismo solidário*. Francisco Beltrão: Infocos, 2008. 106 p. (Série Gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo, 8).

\_\_\_\_\_. *Programa dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito: proposta de articulação e formação na perspectiva da agricultura familiar*. Francisco Beltrão: Infocos, 2007. 84 p. Caderno 1.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades rurais pobres*. Curitiba: IPARDES, 2006. 138 p.

\_\_\_\_\_. *Estudo propositivo do Território do Sudoeste do Paraná*. (documento Preliminar). Agosto 2005. Disponível em: <[http://www.condraf.org.br/biblioteca\\_virtual/ep/EP\\_PR\\_Sudoeste.pdf](http://www.condraf.org.br/biblioteca_virtual/ep/EP_PR_Sudoeste.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2008.

\_\_\_\_\_. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense*. Curitiba: BRDE, 2004.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. Carta da 4ª Jornada Paranaense de Agroecologia: construindo um projeto popular e soberano para a Agricultura Familiar e Camponesa. In: *Agroecologia: a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e da transformação da sociedade*, Cascavel/PR, p. 6-13, 2006 a.

\_\_\_\_\_. Manifesto das Américas: em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural. In: *Agroecologia: a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e da transformação da sociedade*, Cascavel/PR, p. 14-17, 2006 b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA, 8. Agricultura Familiar e Camponesa em Movimento. In: \_\_\_\_\_. *8ª Jornada de Agroecologia: Terra Livre de Transgênicos e Sem agrotóxicos, Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura*. Francisco Beltrão/PR, p. 7, 2009.

JORNADA DE AGROECOLOGIA, 9. *Carta da 9ª Jornada de Agroecologia do Paraná*. Francisco Beltrão, 2010. 3 f. (Texto digitado).

JORNADA DE AGROECOLOGIA 8, Coordenação da Jornada de Agroecologia, Secretarias da 8ª Jornada de Agroecologia. *Circular de preparação para 8ª Jornada de Agroecologia*. Francisco Beltrão, Curitiba, 2008. 3 f. (texto digitado).

KHATOUNIAN, Armênio. A problemática da agricultura e a degradação ambiental: fertilidade dos solos. In: INSTITUTO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO; UNIÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIARES ECONOMIA SOLIDÁRIA; AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ. *Problemas usuais para o manejo sustentável de agroecossistemas no Centro Sul do Brasil*. Francisco Beltrão: INFOCOS, 2009. DVD de áudio I.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio; DE LANNOY, Christophe. *Agricultura Familiar: a conversão para leite a pasto orgânico*. Francisco Beltrão: CRESOL; INFOCOS, 2006. 41 p.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KORB, Tobias et al. *Desenvolvimento Multidimensional do campo: concepção e método, referências a partir do Projeto Vida na Roça*. Francisco Beltrão: Grafibem, 2011. 194 p.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000. 438 p.

\_\_\_\_\_. Como redividir a grande divisão. *Mosaico - Revista de Ciências Sociais*, Vitória – ES, v. 2, n. 1, p. 168-199, 1999.

\_\_\_\_\_. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. (Coleção TRANS).

\_\_\_\_\_. *Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del Actor-Red*, Buenos Aires: Manantial, 2008. 392 p.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986. 194 p.

LONDRES, Flávia. A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar. Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade. *Articulação Nacional de Agroecologia*, 2006. Disponível em: <<http://www.aspta.org.br/politicaspUBLICAS/biodiversidade/Relatorio%20legislacao%20sementes%20e%20mudas.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

MAGNANTI, Natal João. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Revista Agriculturas: Cuidado e Cidadania nos Mercados*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jun. de 2008. Disponível em: <<http://www.cepagro.org.br/uploads/circuito.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

MAPA; SDA; DIPOA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Defesa Agropecuária; Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. *Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária SUASA*: Sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal - SISBIPOA. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroindustria/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=921442](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroindustria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=921442)>. Acesso em: 27 jul. 2009.

MARSCHNER, Walter. De “comunidade” para “sociedade”: memória social e luta por autonomia nos 50 anos da revolta dos colonos no sudoeste do Paraná. *Revista Fronteiras, Dourados*, v. 10, n. 18, p. 119-136, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/140>>. Acesso em: 03 jul. 2010.

MARTINS, Rubens S. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura Familiar na alimentação escolar*. Apostila técnica Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimentacao-escolar/Apostila\\_T%C3%A9cnica\\_de\\_Alimenta%C3%A7%C3%A3o\\_Escolar.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimentacao-escolar/Apostila_T%C3%A9cnica_de_Alimenta%C3%A7%C3%A3o_Escolar.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura Familiar. *PAA*. Sobre o programa. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em 12 Jan. 2011.

MEIRELLES, Laércio. *Agroecologia, Mercados Locais e Soberania Alimentar*. Ipê, RS: Centro Ecológico, 2004, p. 1-6. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=13](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=13)>. Acesso em: 16 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. *Comercialização e certificação de produtos agroecológicos*. Ipê, RS: Centro Ecológico, 2002, p. 1-5. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=5](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=5)>. Acesso em: 19 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. *Ferías de Productos Ecológicos*. Ipê, RS: Centro Ecológico, 2007, p. 1-7. Disponível em: <[http://www.centroecologico.org.br/artigo\\_detalhe.php?id\\_artigo=28](http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=28)>. Acesso em: jul. 2009.

MILTON, Kay. Ecologias: antropologia, cultura y entorno. *Revista Internacional de Ciências Sociales*, n. 154, diciembre. 1997. Disponível em: <<http://www.unesco.org/issj/rics154/miltonspa.html>>. Acesso em: 05 jan. 2006.

MOTT, Luiz R. B. Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo. In: FERRETTI, Sérgio (Org.). *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luís: UFMA, 2000. p. 13-34.



MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)*. Niterói, 2002. 201 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: categoria de ação política. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (Org.). *Ensaio: desenvolvimento rural em transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa, 2002. p. 135-159.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros*. Inédito, 2005a.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, p. 21-37, maio/dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. *Revista NERA*, p. 68-93, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005b.

\_\_\_\_\_. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NORGAARD, Richard B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. A. (Ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: AS-PTA/FASE, 1989. p. 42-48.

NORGAARD, Richard B.; SIKOR, Thomas O. Metodología y práctica de la agroecología. In: ALTIERI, Miguel. *Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo, Uruguai: Nordan-Comunidad, 1999. p 31-46.

NÚCLEO TEMAS. Núcleo Interdisciplinar. “Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade” - UFRGS. In: Altieri, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 07-12.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. *Revista Idea*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan./jun. 2008.

PEIRANO, Mariza G. S.. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção passo-a-passo, v. 24)

\_\_\_\_\_. Prefácio: Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 7-14.

\_\_\_\_\_. *Temas ou Teorias? O estatuto das noções de ritual e de performance*. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewFile/7321/5248>>. Acesso em: mar. 2006.

PICINATTO, Antonio Carlos. *Agricultura familiar com base tecnológica orgânica: Potencial de expansão no Território Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, 2010. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Unioeste.

PINHEIRO, Sebastião. *A máfia dos alimentos no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 280 p.

\_\_\_\_\_. *Análise do agronegócio e as questões ambientais de nossos tempos*. Palestra proferida no 6. Encontro da Jornada de Agroecologia, Cascavel, 12 jul. 2007.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 133-164, jan./jun 2009.

\_\_\_\_\_. *Certificação Participativa e Regimes de Propriedade Intelectual*. Porto Alegre, 2010. 302 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAZETO, Luis. Aportes a La reflexión sobre “precio justo”. *Revista Otra Economía*, São Leopoldo, v 1, n. 1, p. 17-20, 2007. Disponível em: <<http://www.unisinós.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/1055>>. Acesso em: 01 jul. 2009.

REDCLIFT, Michael; GOODMAN, David. The Machinery of Hunger: The Crisis of Latin America food Systems. In: GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. *Environment and Development in Latin America*. UK: Manchester University, 1991.

REDE ECOVIDA. *Caderno de formação: Certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004. 48 p. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/sistema/arquivos/235.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010

\_\_\_\_\_. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Quem somos: certificação participativa*. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em: 06 abr. 2011.

RENOLDI, Brígida. *Os vãos esquecidos: experiências de investigação, julgamento e narcotráfico na fronteira argentino-paraguaia*. Rio de Janeiro, 2007. 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - IFCS-UFRJ, 2007.

RIBAS, Alexandre Domingues et al. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

ROCHA, Everardo. Os bens como cultura: Mary Douglas e a antropologia do consumo. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens, para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 7-19.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne; Susana de Gyalokay; Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 11-17.

SANTAMARINA CAMPOS, Beatriz. Antropología y medio ambiente: revisión de una tradición y nuevas perspectivas de análisis en la problemática ecológica. *Revista de Antropología Iberoamericana*. Madrid, n. 2, p. 144-184, may/ago 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=62330203>>. Acesso em: 25 jun 2009.

\_\_\_\_\_. *Ecología y Poder: el discurso medio ambiental como mercancía*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2006.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná*. Presidente Prudente, 2010. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/08/roselialves.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/roselialves.pdf)>. Acesso em: dez. 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

\_\_\_\_\_. Proposições para estudos territoriais. *Geographia*, Rio de Janeiro, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos A. et al. Impactos da agroindústria integradora na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos (Org.). *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 141-164.

SAQUET, Marcos Aurélio et al (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHIAVONI, Gabriela. *Colonos y ocupantes: parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones*. Posadas, Argentina: Editorial Universitaria, 1998. 237 p.

SCHIAVONI, Gabriela; De MICCO, Carla de. Los ingenieros y los técnicos. Producción e circulación de conocimientos agrícolas en Misiones. In: BARTOLOMÈ, Leopoldo; SCHIAVONI, Gabriela (Comp.). *Desarrollo y estudios rurales en Misiones*. Buenos Aires: CICCUS, 2008. p. 13-37.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. *A diversidade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 207 p.

\_\_\_\_\_. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. Bogotá, Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. v. 1. p. 67-108.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 107, p. 7-1, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-50.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 99-116, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, Adriana. M. de; ASSIS, Renato L. de (Org.). *Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília/DF: EMBRAPA, 2005, p.101-132.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Ed.). *El campo y la ciudad*. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios).

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ano 7, n.18, p.78-95, 1992.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Brasília, 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

SILVA, Enid Rocha A. da. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1999. 48 p. (Texto para discussão, n. 664). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_99/td\\_664.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_664.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2009.

SILVA, Luis M. Santos; MARTINS, Sérgio Roberto. Limites do Pronaf para a sustentabilidade da agricultura familiar: peculiaridades na porção sudeste do Pará. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP, 7., 2007, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Embrapa, 2007. 14 p. CD-ROM.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME, David José. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Brasília, DF: SOBER, 2008.

STÉDILE, João Pedro. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997. 72 p.

TAMBIAH, Stanley. *Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective*, Cambridge: Harvard University Press, 1985. 411 p.

THE INTERNATIONAL. Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture - Tirfa. - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura, 2004. Disponível em: <[ftp://ftp.fao.org/ag/agp/planttreaty/texts/treaty\\_portuguese.pdf](ftp://ftp.fao.org/ag/agp/planttreaty/texts/treaty_portuguese.pdf)> Acesso em: 30 mar. 2010.

TORRENS, João Carlos Sampaio. Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná. Curitiba: DESER, 2007. (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Food And Agriculture Organization – FAO, Projeto de Cooperação Técnica FAO/MDA) Disponível em: <[http://www.deser.org.br/publicacoes/estudosTerritoriais\\_2.pdf](http://www.deser.org.br/publicacoes/estudosTerritoriais_2.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2010.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: a ação simbólica na sociedade humana*. Tradução Fabiano de Moraes. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2008. 78 p. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 42).

\_\_\_\_\_. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Tradução Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2005. 488 p. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 35).

\_\_\_\_\_. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Tradução Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974. 248 p.

\_\_\_\_\_. “The Anthropology of Performance.” In: \_\_\_\_\_. (Comp.) *The Anthropology of Performance*. Editado por Richard Schechner. New York: PAJ Publications, 1987. p. 72-98

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. *Revista Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, . p. 391-408, oct. 2000.

VIOLA, Andreu. La crisis Del desarrollismo y El surgimiento de la antropología del desarrollo. In: Viola, Andreu (Comp.). *Antropología del desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona, España: Paidós Ibérica. 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VOGEL, Arno. Políticas de los rituales no políticos: un homenaje a la Misiones Antropológica. *Avá Revista de Antropología*, Posadas, n. 8, p.15-25, dez. 2005.

VON DER WEID, Jean Marc. Prefácio da edição brasileira. In: REIJNTJES, Coen et. al. *Agricultura para o Futuro: uma introdução á agricultura sustentável de baixo uso de insumos externos*. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. p. xi-xii.

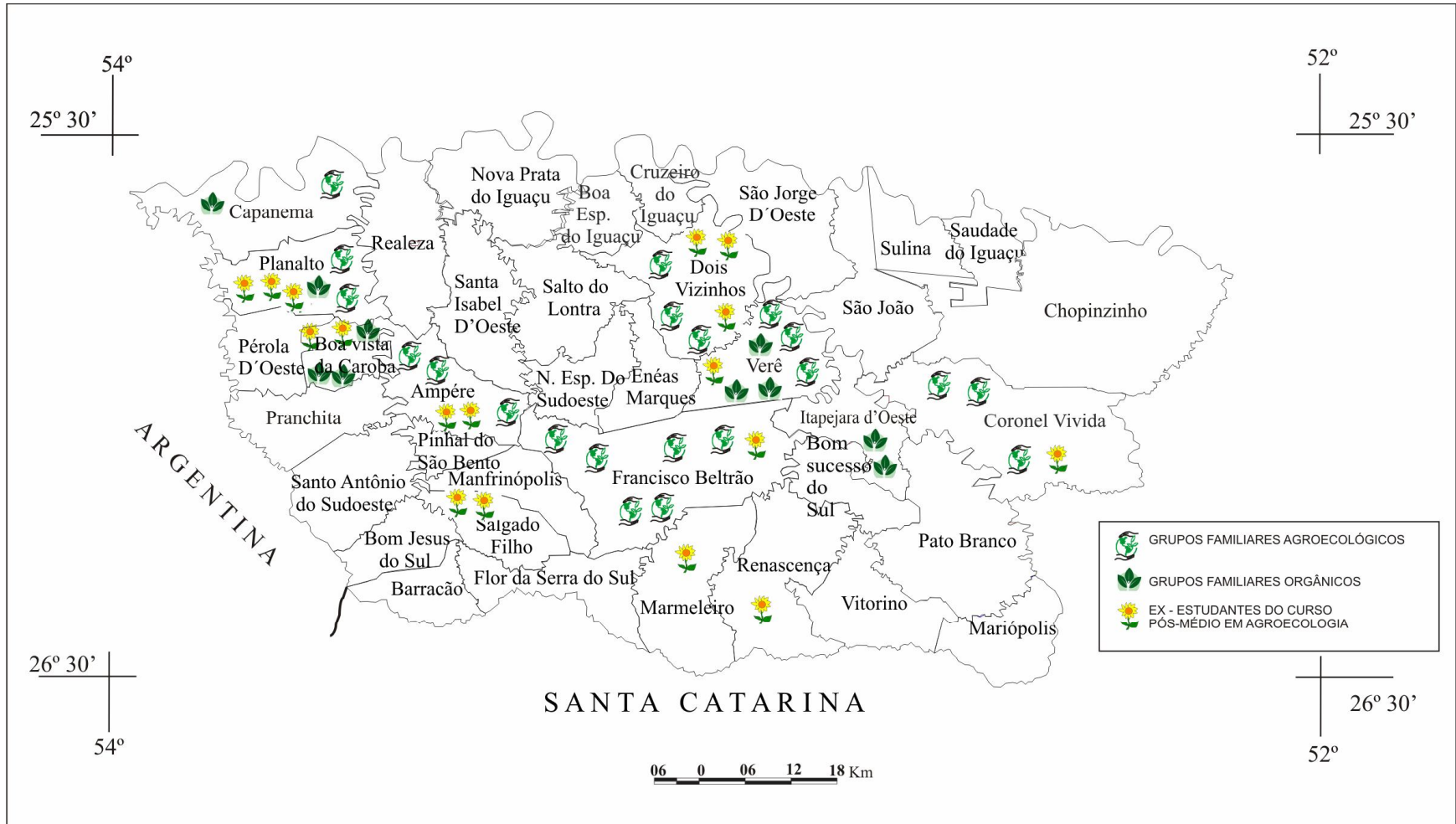
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Taubaté, v. 25, n. 2/3, p. 37-68, mai./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.21, out. 2003. p. 42-61

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: UPF, 2001. 405 p.

WOLF, Eric R. Explicando a vida rural: Tipos de Campesinato latino-americano: uma discussão preliminar, Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO Gustavo Lins. *Antropologia e Poder: as contribuições de Eric Wolf*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 276 p. (Coleção Antropologia).

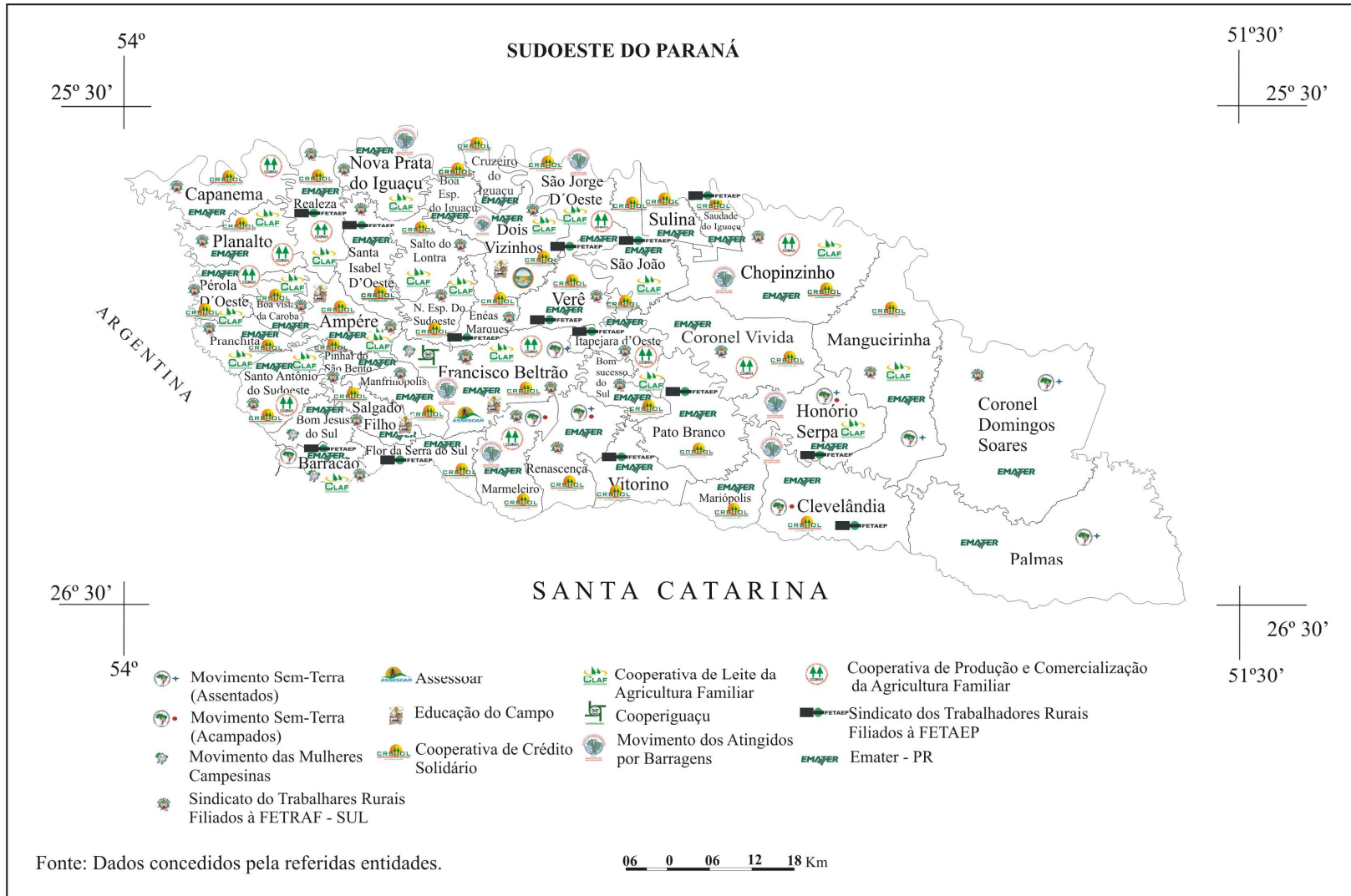




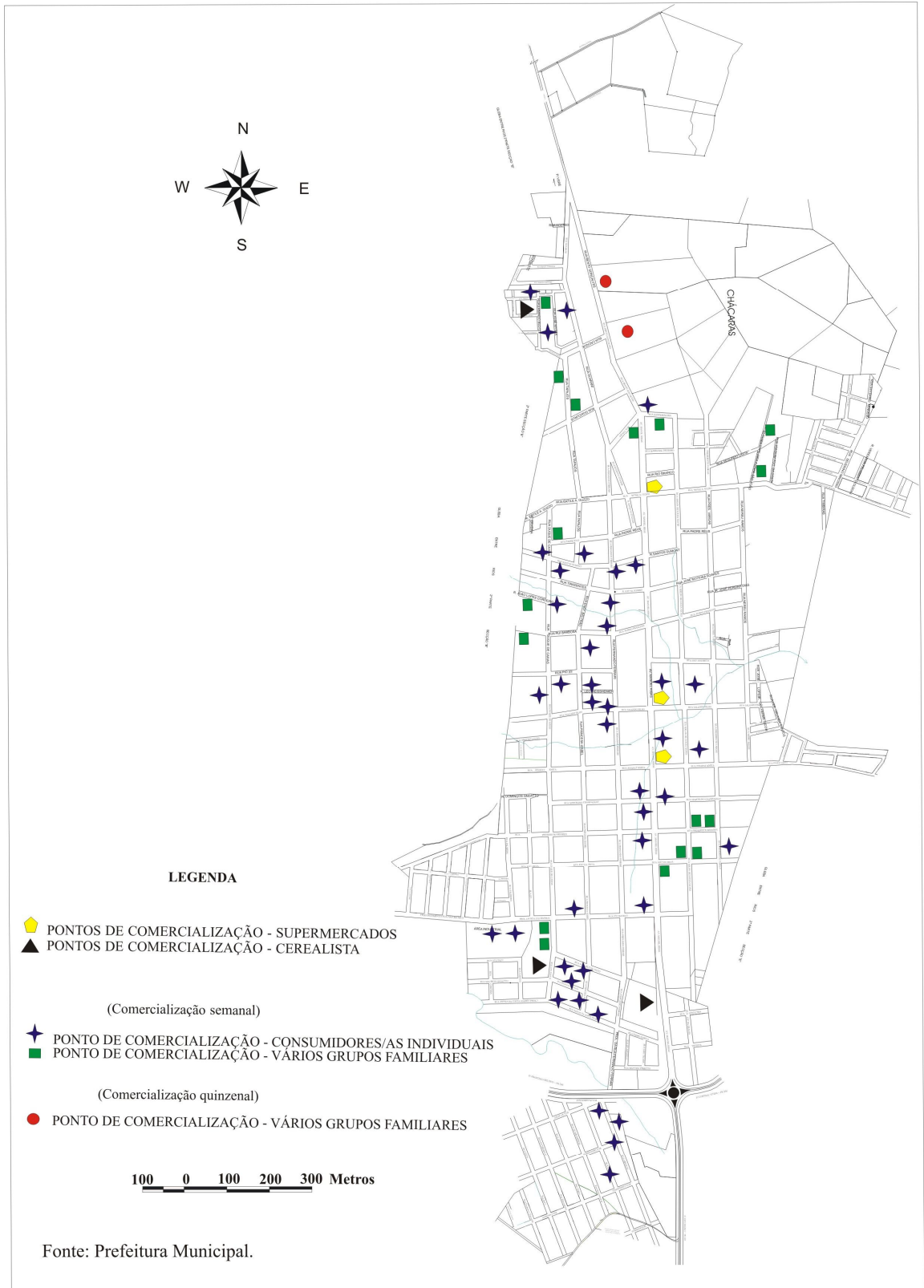
**Mapa 2 - Localização dos Interlocutores/as do Campo Etnográfico**

Fonte: Pesquisa de campo com interlocutores/as.

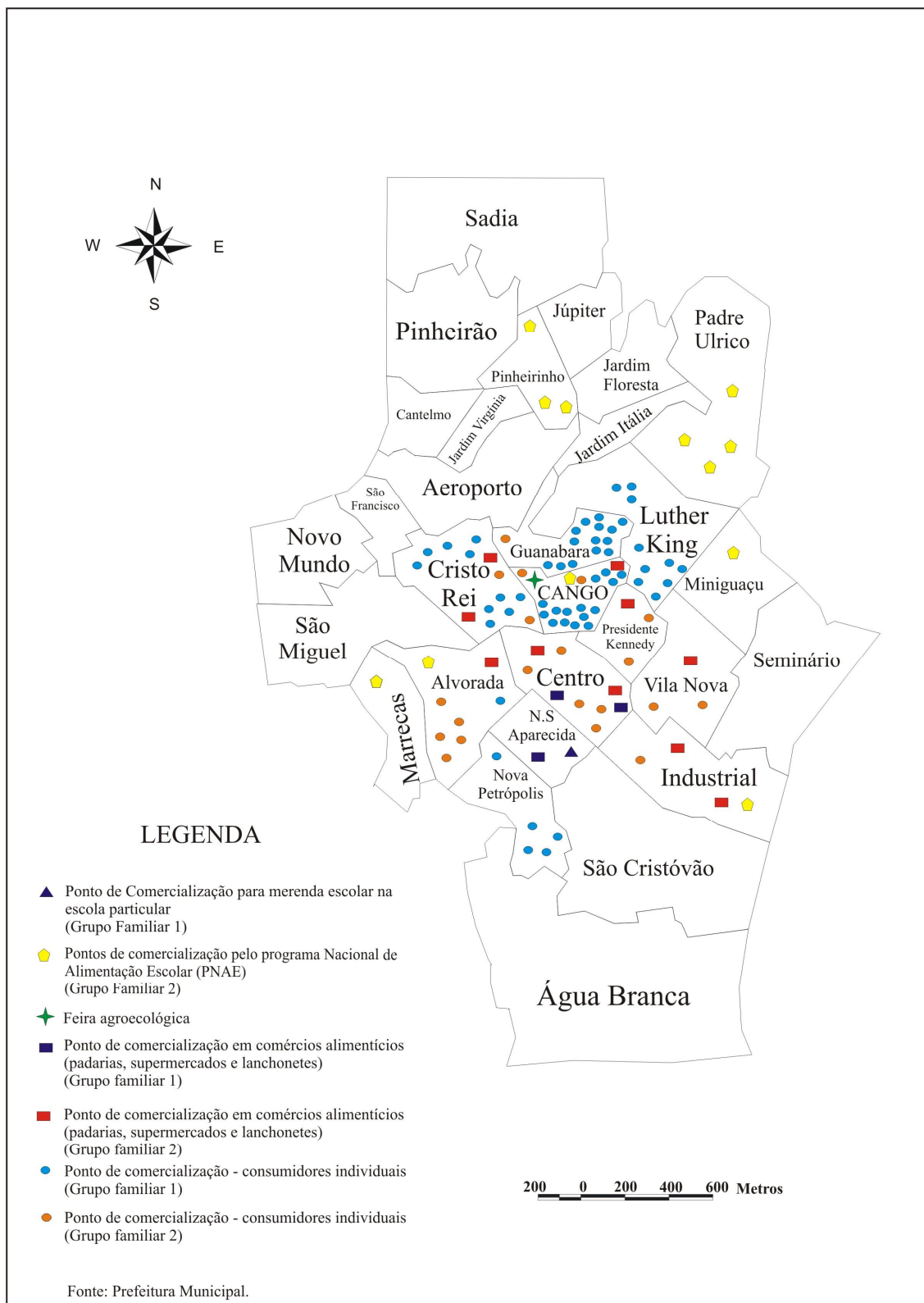




**Mapa 3 - Entidades do Campo Etnográfico no Território Sudoeste/PR**

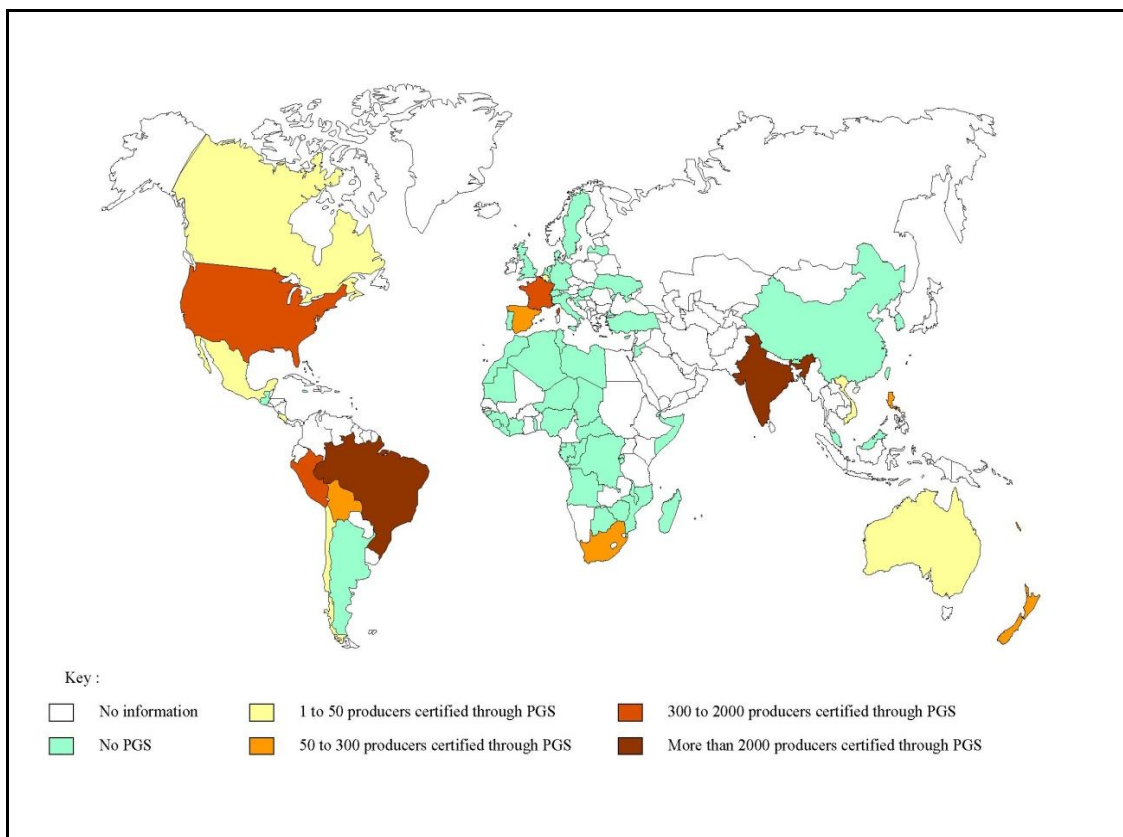


**Mapa 4 - Canais de Comercialização do Sr. Adir e da Sra. Sirlei no Município**  
 Fonte: Pesquisa de campo com grupo familiar



**Mapa 5 - Canais de Comercialização em Francisco Beltrão**

Fonte: Pesquisa de campo com grupos familiares.



**Mapa 6 - Número de Agricultores/as Certificados por Sistemas Participativos de Garantía por País**

Fonte: IFOAM (2010)

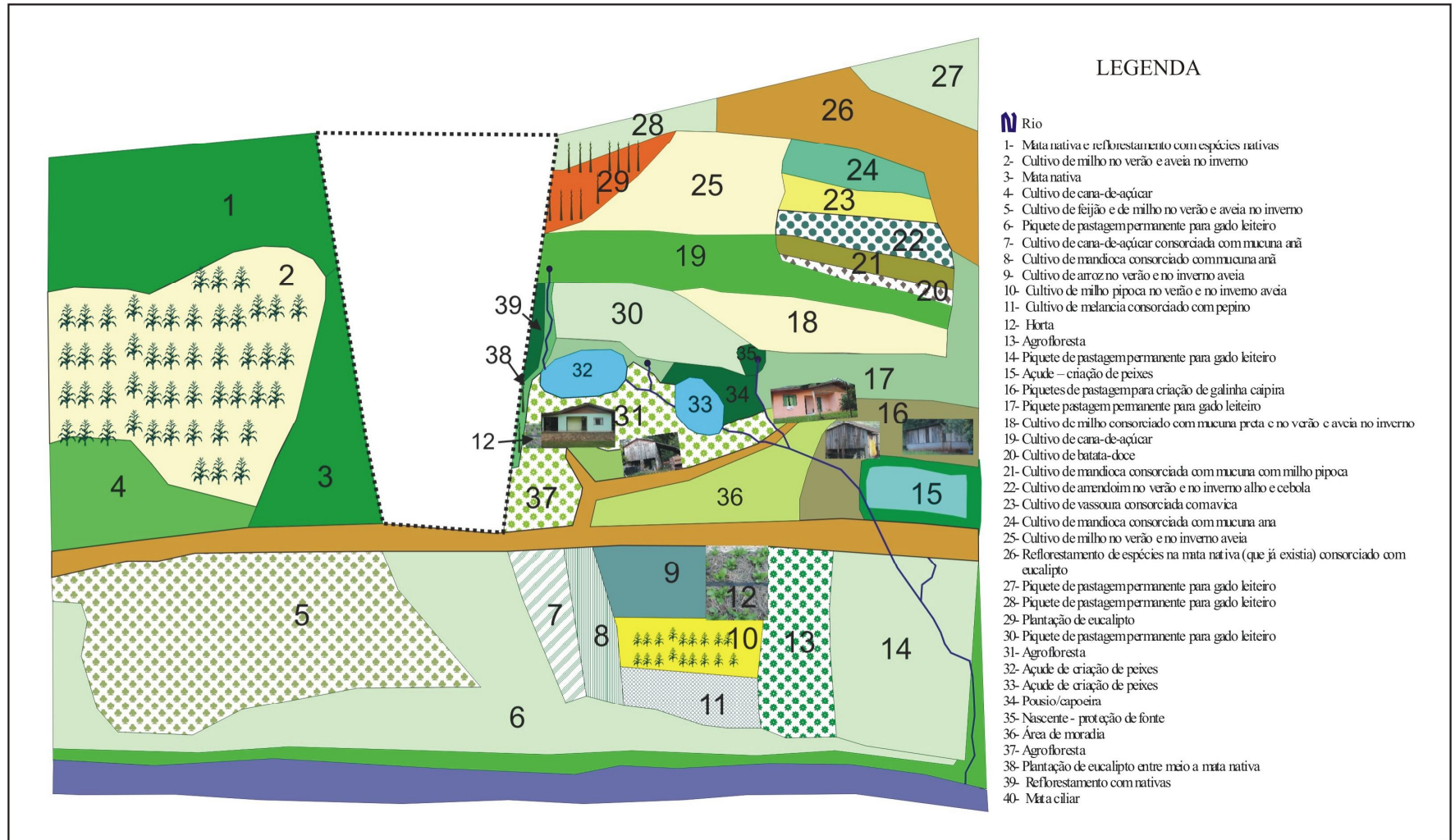




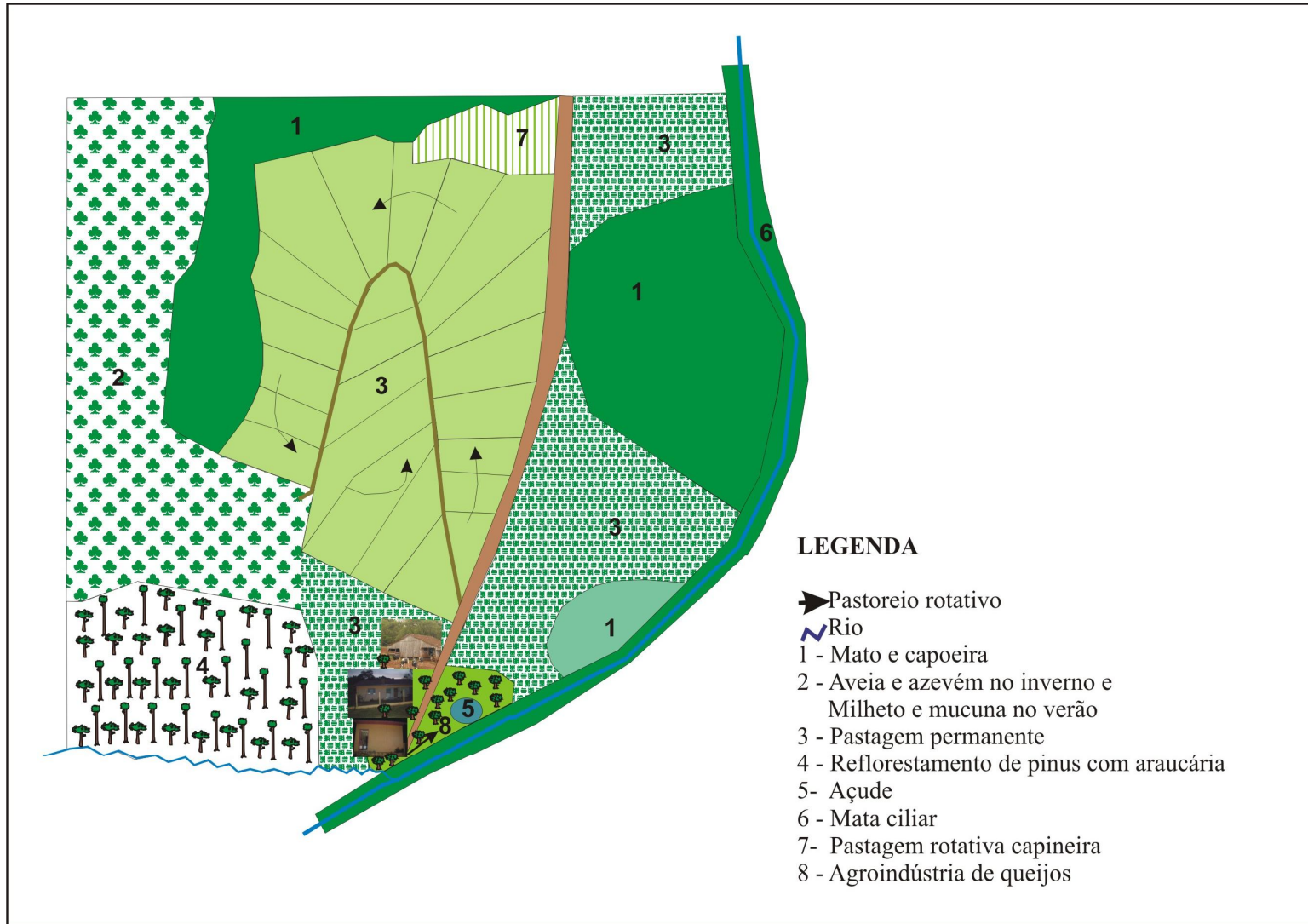
## Anexo 2 - Croquis



**Croqui 1 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Gilson e da Sra. Cleonice**

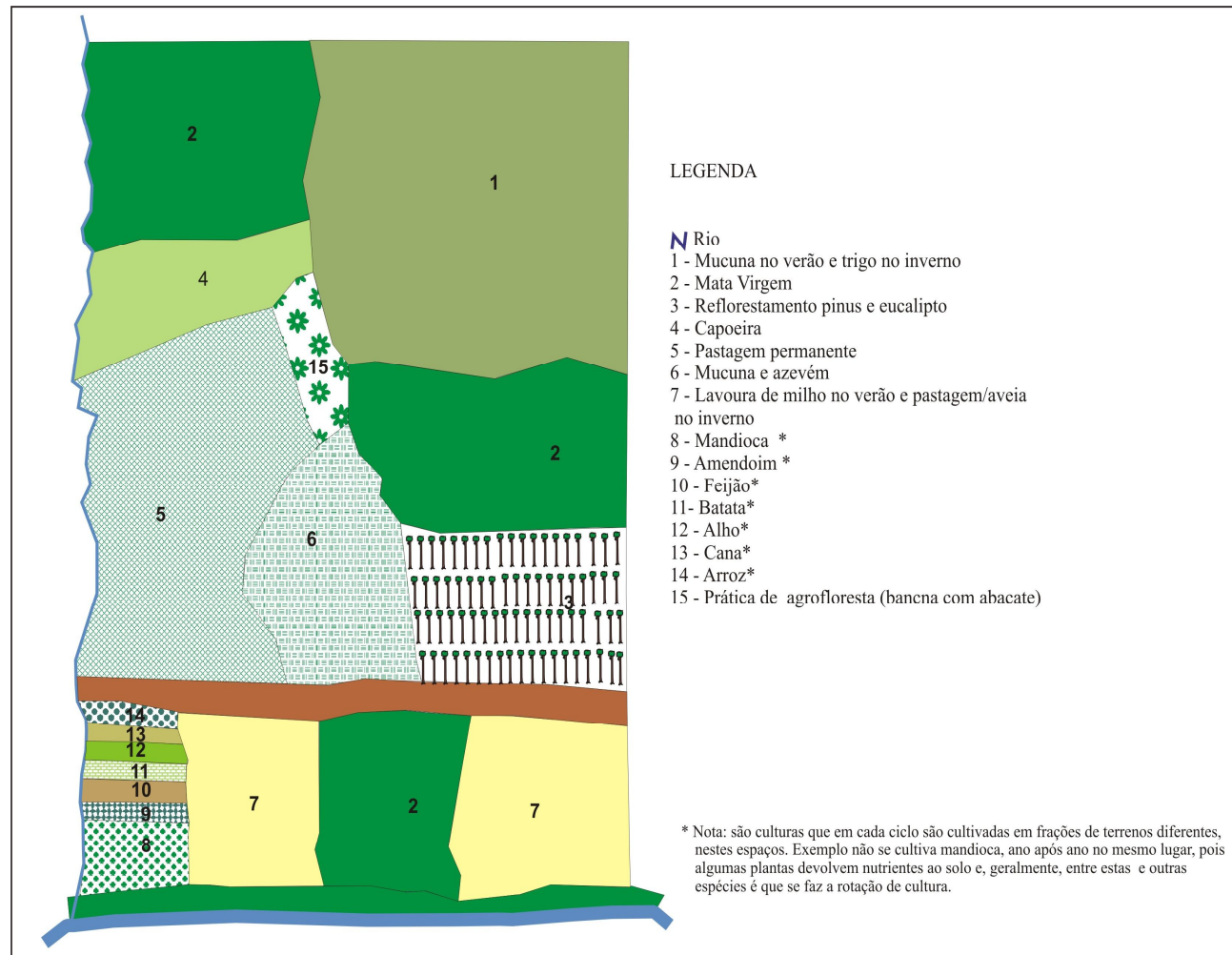


**Croqui 2 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Adir e Sra. Sirlei**



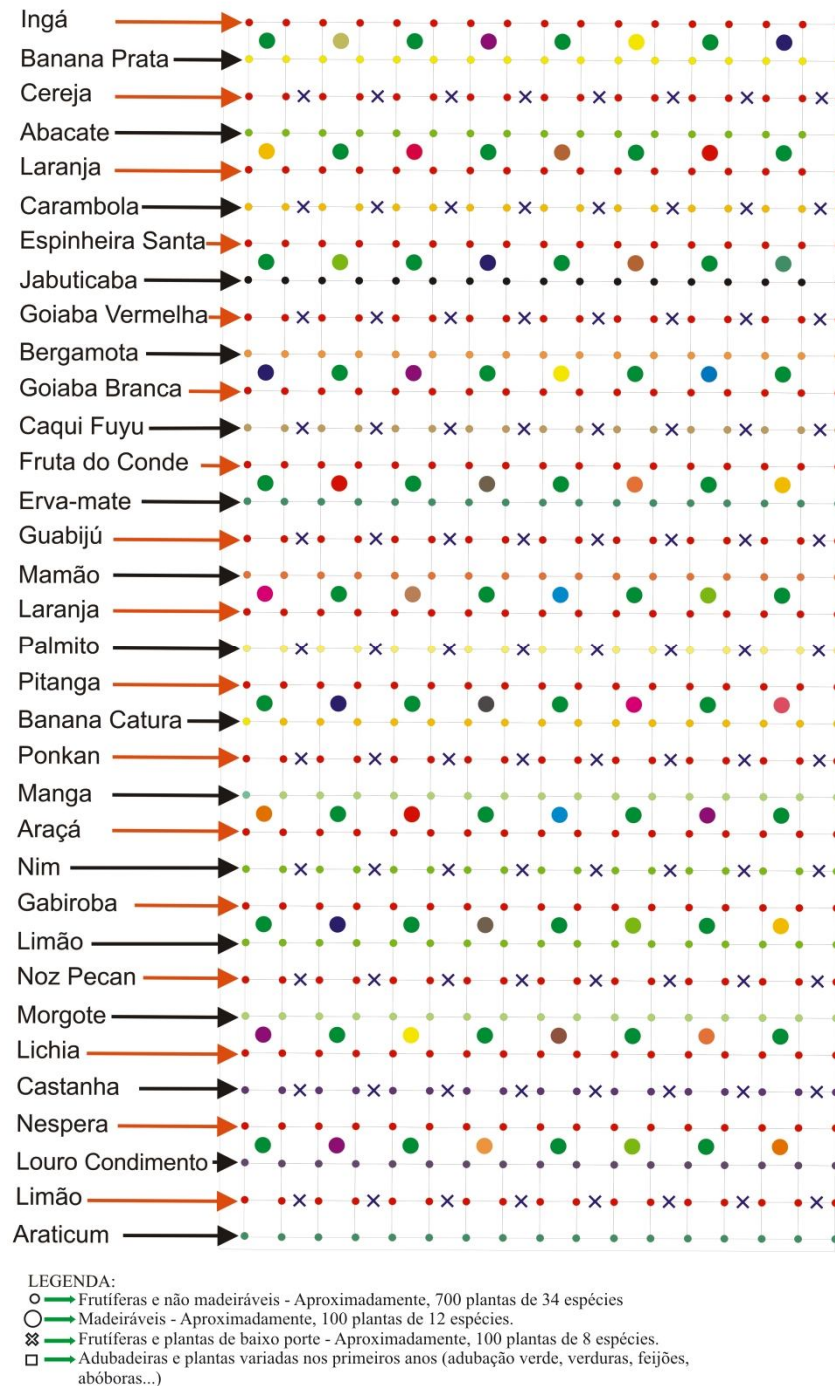
Croqui 3 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Tobias e Sra. Josefina





**Croqui 4 - Unidade de Produção e de Vida Familiar do Sr. Tobias e Sra. Josefina**

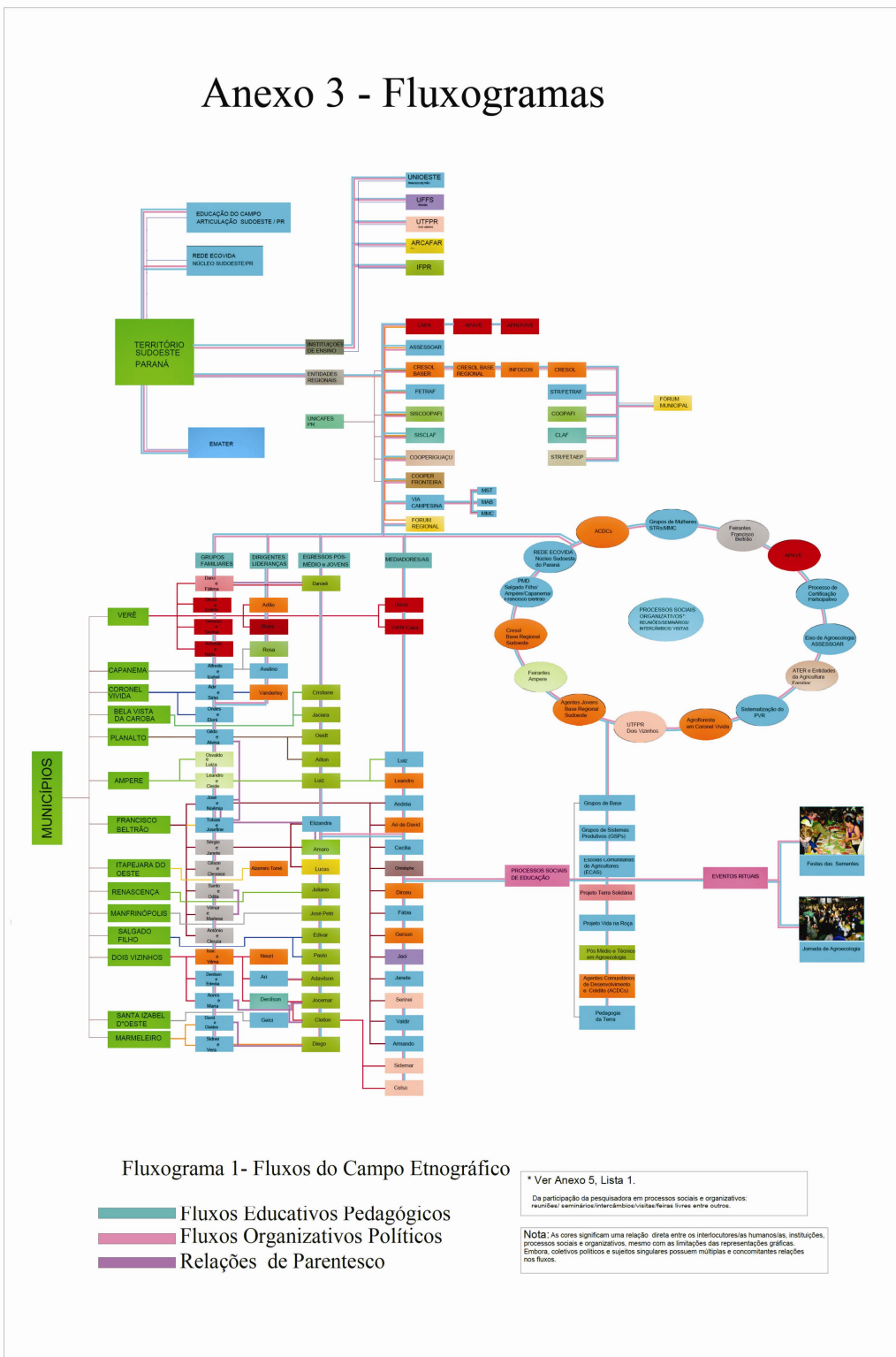
Demonstração Gráfica de uma possível distribuição consorciada e diversificada de 900 plantas em 5 mil metros quadrados.  
25% dessas plantas para replante.



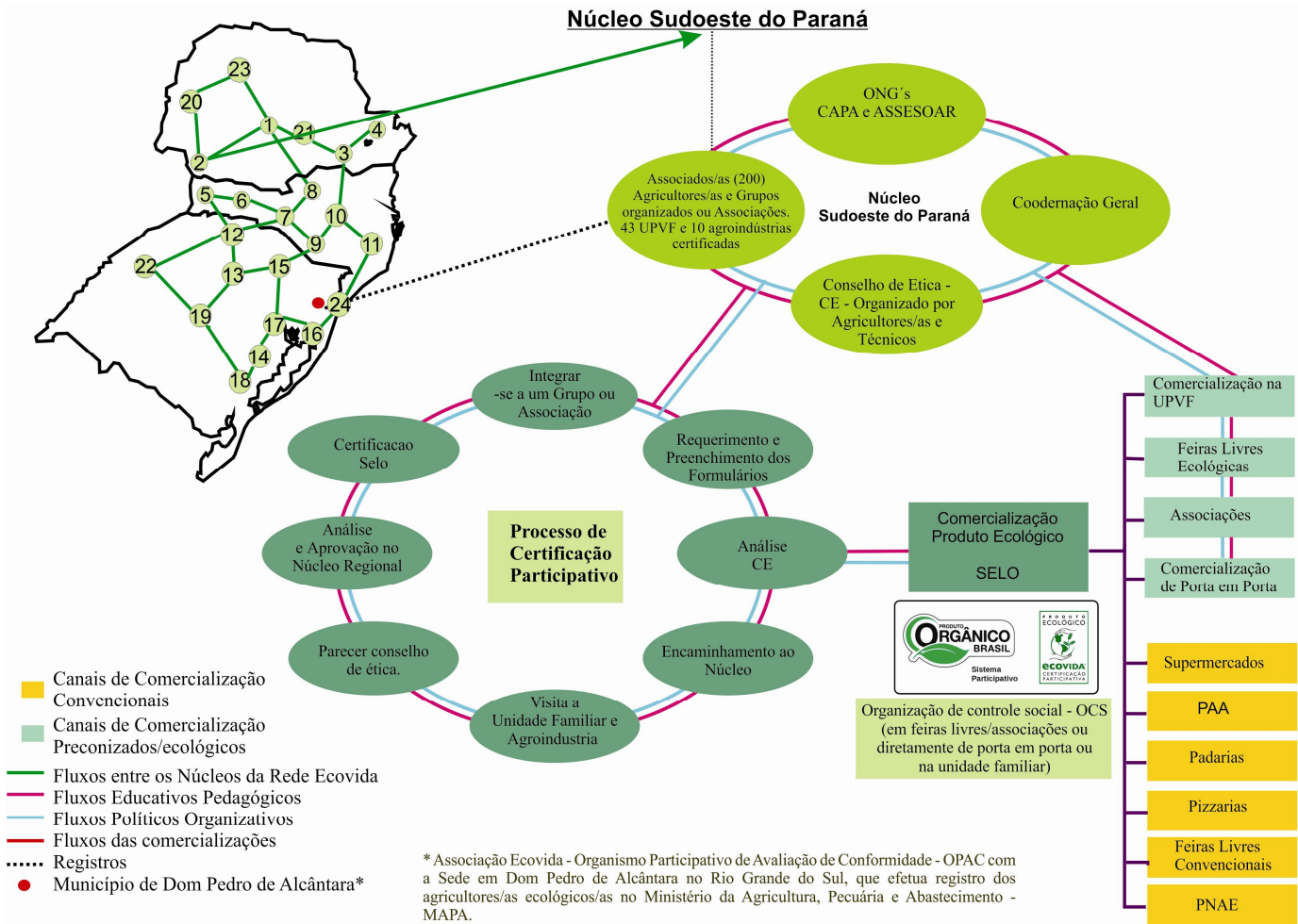
### Croqui 5 - Exemplo de Croqui de Agrofloresta Assesoar

Elaboração ASSESOAR

# Anexo 3 - Fluxogramas



**Fluxograma 1 - Fluxos do Campo Etnográfico**



**Fluxograma 2 - Rede Ecovida de Agroecologia Núcleo Sudoeste do Paraná**

Fonte: Dados da Rede Ecovida de Agroecologia Núcleo Sudoeste do Paraná e Rede Ecovida, 2004. Elaboração Iara Aquino Henn e Sidemar Presotto Nunes.



## Anexo 4 - Cartaz Festa das Sementes

**VIII FESTA REGIONAL DAS SEMENTES**

*Sementes Crioulas: Passado, Presente e Futuro*

**Dia 03 de agosto de 2011**

**Local: Universidade Federal Fronteira Sul Campus de Realeza**

Realização:

FÓRUM REGIONAL DE ENTIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

Apoio:

Logos de apoio: ASSESOAR, FETRAF-SUL, CEFAP, CAPA, CRESOL, Prefeitura Municipal de Realeza, UNIOESTE Francisco Beltrão, REDE DE AGRICULTURA ECOLÓGICA ECOVIDA, CEFAP, GLAF, GOIÁPIA, UFES, UTPR.

Cartaz 1 - Cartaz da VIII Festa das Sementes

### Anexo 5 – Lista

- Participação nas reuniões dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDC) em:
  - Município de Dois Vizinhos
  - Município de Verê;
  - Município de Itapejara D'Oeste
  - Município de Francisco Beltrão
- Participação em reuniões do grupo de mulheres do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).
- Reuniões Grupo de Feirantes em:
  - Município de Ampére (UPVFs em transição para agroecologia).
  - Município de Francisco Beltrão (UPVFs ecológicas).
- Reuniões de associados/as da Associação de Produtores Agroecológicos do Verê (APAVE).
- Reuniões Projeto de Desenvolvimento Municipal (PDM) em:
  - Município de Salgado Filho
  - Município de Ampére
  - Município de Capanema
  - Município de Francisco Beltrão.
- Reuniões Rede Ecovida Núcleo Sudoeste do Paraná.
- Participação em visitas nas UPVFs nos processos de certificação da Rede Ecovida.
- Reuniões do Eixo de Agroecologia na Assesoar.
- Reunião de ATER e Entidades da Agricultura Familiar no município de Coronel Vivida.
- Processo de Sistematização do Projeto Vida na Roça na Jacutinga Francisco Beltrão.
- Seminário sobre Agrofloresta em Coronel Vivida.
- Intercâmbios Programa Agentes Jovens Grupos de Francisco Beltrão, Nova Prata e Mangueirinha/Honório Serpa.
- Diálogos com professores/pesquisadores da UTFPR Campus Dois Vizinhos.
- Acompanhamentos as visitas do técnico da Base Regional Sudoeste Cresol nas UPVFs dos ACDCs.
- Acompanhamentos as visitas realizadas em UPVFs em Salgado Filho e Ampére em vista do Projeto de Reprodução de Sementes de hortaliças por intermédio do MMC.
- Acompanhamentos as visitas realizadas em UPVFs dos integrantes do PMD em Salgado Filho e Ampére.